

DOMENICO UHNG HUR

**Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal:
Estratopolítica, Tecropolítica e Nomadopolítica.**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em
Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social
Orientadora: Profa. Titular Maria Inês
Assumpção Fernandes

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Hur, Domenico Uhng.

Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica / Domenico Uhng Hur; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2009.

423 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Ditadura 2. Estado 3. Política 4. Memória 5. Deleuze, Gilles, 1925-1995 I. Título.

JC458

FOLHA DE APROVAÇÃO

Domenico Uhng Hur

Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como requisito parcial para
a obtenção do título de Doutor em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Esta pesquisa é resultado da conexão de múltiplas vozes e afetos, em que conhecimentos acadêmicos, (micro)políticas, afecções e, sobretudo, amizades, misturaram-se e potencializaram-na. Compusemos idéias com muitos personagens, dentre os quais merecem destaque:

Minha orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes, que me orientou desde a iniciação científica, passando pelo mestrado e agora no doutorado.

Meu co-tutor Félix Vázquez-Sixto, pela generosa acolhida de minha estância e observações críticas sobre a pesquisa na Universitat Autònoma de Barcelona – UAB.

Heliana de Barros Conde Rodrigues, pelas ricas contribuições no exame de qualificação, textos, apontamentos, apoio, idéias e companheirismo.

Marlene Guirado, pelas argutas críticas sobre a análise das entrevistas e sobre o trabalho de articulação teórica.

Salvador Sandoval, pelo constante diálogo e troca de idéias.

Sylvia Leser de Mello e Marcelo Afonso Ribeiro, por aceitarem participar da banca examinadora.

Amigos e mestres que contribuíram para a realização da pesquisa: Gisele Toassa, Marcelo Aguilar Calegare, Soraia Ansara, Luis Fuganti, Alessandro Soares, Xosé Sabucedo-Carmeselle, Renato Janine Ribeiro, Anna Mathilde Nagelschmidt, Marcos Machado, Pablo Godoy Castanho, Carla Fardella, Álvaro Briaes, Pablo Hoyos, Carolina Hur, colegas da comunidade “Ditadura Militar” da rede virtual “Orkut” e minha companheira Mariana de Oliveira Ribeiro.

Professores, funcionários e colegas dos Programas de Psicologia Social do IPUSP e da Universitat Autònoma de Barcelona, especialmente as secretárias Maria Cecília Rodrigues Freitas, Marinalva Almeida Santos Gil e Cristina Pratts.

Um agradecimento especial aos entrevistados, sem os quais tal pesquisa seria impossível: Samuel Iavelberg, José Genoíno, Celso Lungaretti e Ladislau Dowbor.

O CNPq, pela concessão da bolsa de doutorado e a CAPES, pela bolsa PDEE-CAPES, vulgo doutorado-sanduíche. A primeira bolsa me possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa e a segunda a realização de estágio doutoral de onze meses na Universitat Autònoma de Barcelona.

HUR, Domenico Uhng. *Discursos do trânsito da Guerrilha ao Estado Neoliberal: Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica*. São Paulo, 2009, 423 p. Tese de doutorado. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

RESUMO

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições para a presidência do país, alimentando a expectativa de uma série de mudanças sociais no Brasil, visto que seu Governo é formado por segmentos sociais que historicamente lutaram pela transformação do país, como, por exemplo: lideranças de movimentos sociais e ex-guerrilheiros da luta armada das décadas de 1960 e 1970. Contudo, as transformações sociais esperadas não ocorreram, colocando em questão a perspectiva de uma mudança levada pela esquerda no poder do Estado. Para refletir sobre esse impasse da transformação social, esta pesquisa tem como objetivo investigar os discursos de ex-guerrilheiros sobre a transição da luta armada ao atual momento político: uma democracia neoliberal. Para tanto, entrevistamos quatro ex-participantes da luta armada que ocupam distintas posições sociais, que chamamos de: Deputado, Economista, Fotógrafo e Jornalista. Escolhemos os ex-guerrilheiros como atores da pesquisa, por entendermos que, durante a ditadura militar, adotaram a forma mais radical de luta para a transformação social. A partir da análise da memória reconstruída de nossos atores sociais e das reflexões do filósofo Gilles Deleuze sobre o agenciamento e o campo transcendental, elaboramos três discursos que expressam a transição da luta armada à democracia: a Estratopolítica, a Tecnopolítica e a Nomadopolítica. Cada discurso refere-se a uma modalidade singular de agenciamento, num tipo específico de funcionamento que articula prática política, memória e configuração psíquica. Cada discurso tem perspectivas distintas sobre os caminhos para a transformação social, em que o primeiro coloca a determinância dos estratos, das instituições e do Estado para fomentar as mudanças sociais; o segundo, no desenvolvimento de uma tecnologia da governabilidade, de saberes sobre a gestão; e o terceiro, na primazia dos movimentos e dos deslocamentos, numa prática mais fluida e molecular. Concluímos, corroborando com as reflexões de G. Deleuze & F. Guattari (1997), R. Michels (1982) e A. Przeworski (1991), que a esquerda no Governo atua numa fixação à Instituição-Estado, tendo um maior compromisso com a ocupação de lugares na estrutura institucional do que com o fazer político transformador, ou seja, atua predominantemente de forma estratopolítica.

Palavras-chave: Ditadura, Estado, Política, Memória, Deleuze, Gilles, 1925-1995.

HUR, Domenico Uhng. *Discourses of the transition of the Guerrilla to the Neoliberal State: Stratumpolitics, Technopolitics and Nomadpolitics*. São Paulo, 2009, 423 p. Phd Thesis. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

In 2002, the Workers' Party (PT) won the elections for the country's presidency, inspiring the expectation of many social changes in Brazil, once it Government is compound by social segments that historically struggled for the transformation of the country, as leaderships of social movements and former-guerrilla fighters of armed struggle. However, the expected social changes didn't happen, putting in question the perspective of a transformation by Left in State's power. To reflect upon this problem, this research intended to investigate the discourses of the former-guerrilla fighters about the transition from the armed struggle to the current political moment: a neoliberal democracy. To achieve this scope, we interviewed four former-guerrilla fighters that occupy different social positions, that we called: Deputy, Economist, Journalist and Photographer. We elected the former-guerrilla fighters as actors of this research because we understand they adopted the most radical struggle for social transformation during the military dictatorship. From our social actors' rebuilt memory analysis and Gilles Deleuze's reflections on the agency and the transcendental field, we elaborated three discourses that express the transition from armed struggle to democracy: the Stratumpolitics, the Technopolitics and the Nomadpolitics. Each discourse refers to a singular agency modality, in a specific type of operation that articulates political practice, memory and psychic configuration. Each discourse has different perspectives about the ways to social transformation: the first puts the determining in the stratum, institutions and State to promote social changes; the second, in a development of a governability technology, of management's knowledges; the third, in the primacy of movements and displacements, in a more diffuse and molecular practice. We concluded, in agreement with G. Deleuze and F. Guattari (1997), R. Michels (1982) and A. Przeworski (1991)'s reflections, that Left in Government acts in a fixation at the State-Institution, with more compromise to places' occupation in the institutional structure than to a transformer political practice, i.e., it acts mainly in stratumpolitics way.

Keywords: Dictatorship, State, Politics, Memory, Deleuze, Gilles, 1925-1995

LISTA DE SIGLAS

ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
AI-5 – Ato Institucional número 5
ALA – Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALN – Ação Libertadora Nacional
AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BR – Brigade Rosse (Brigadas Vermelhas – Itália)
CAD – Coligação Acadêmica Democrática
CAII – Centro Acadêmico Iara Iavelberg
CEB – Casa do Estudante do Brasil
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIE – Confédération International des Étudiants
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMI – Capitalismo Mundial Integrado
CNE – Conselho Nacional de Estudantes
COLINA – Comandos de Libertação Nacional
CONEP – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia
COREP-SP – Conselho Regional de Estudantes de Psicologia - SP
CPCs – Centros Populares de Cultura
CRP-SP – Conselho Regional de Psicologia - SP
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEM – Democratas
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ELN – Ejército de Liberación Nacional (Colômbia)
EREP – Encontro Regional de Estudantes de Psicologia
ETA – Euskadi Ata Askatasuna (País Vasco e Liberdade)
EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional (México)
FALN – Forças Armadas da Libertação Nacional
FARC – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FLN – Frente de Libertação Nacional
FLNe – Frente de Libertação do Nordeste
FMLN – Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (El Salvador)
FPL – Frente Popular de Libertação
FSD – Fórum Sindical de Debates
FSLN – Frente Sandinista de Liberación Nacional (Nicarágua)
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
IPUSP – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

IRA – Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês)
LAPSO – Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social
M3G – Marx, Mao, Marighella, Guevara
M-19 – Movimiento Revolucionario 19 de abril (Colômbia)
MAR – Movimento Armado Revolucionário
MÁS – Movimiento Al Socialismo (Bolívia)
MCR – Movimento Comunista Revolucionário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Peru e Chile)
MLN-Tupamaros – Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (Uruguai)
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MNR – Movimiento Nacional Revolucionario (Bolívia)
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MR-13 – Movimiento Revolucionario 13 de Noviembre (Guatemala)
MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de março
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OBAN – Operação Bandeirante
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PC – Partido Comunista
PC-Sendero Luminoso – Partido Comunista Sendero Luminoso (Peru)
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC – Partido Operário Comunista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
PV – Partido Verde
RAF – Rote Armee Fraktion (Fração Armada Vermelha – Alemanha)
RAN – Resistência Armada Nacional
REDE – Resistência Democrática

UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
USP – Universidade de São Paulo
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Agradecimentos	p.4
Resumo	p.5
Abstract	p.6
Lista de siglas	p.7
Sumário	p.10
Apresentação: Transmutações	p.13
Introdução	p.17
Capítulo 1 - Da guerrilha ao Estado neoliberal	p.26
1. Brasil: uma violência constitutiva	p.28
2. Século XX – Os movimentos se organizam	p.31
2.1. Os trabalhadores se organizam	p.32
2.2. Os estudantes se organizam	p.34
2.3. Os militares se (des)organizam?	p.37
2.4. O PCB: Entre a Revolução e a Reforma	p.40
3. Anos 60: O Golpe de Estado e o surgimento da Guerrilha	p.45
3.1. Do imaginário da transformação social ao Golpe de Estado militar	p.45
3.2. Da repressão à mais-repressão: Do Golpe de Estado ao AI-5	p.50
3.3. A Guerrilha e o Estado no pós-AI-5	p.56
4. Novo sindicalismo, anistia e redemocratização do país	p.59
5. Neoliberalismo e PT no poder	p.68
Capítulo 2 - Estado e Neoliberalismo: Aparelho de Violência e Hiper máquina de	
Captura	p.72
1. Estado e política: questões introdutórias	p.74
2. Estado e psicanálise: Estado da Horda como Aparelho de Violência	p.80
2.1. Uma breve revisão bibliográfica sobre psicanálise e sociedade	p.81
2.2. Do mito da horda primitiva à organização coletiva	p.86
2.3. O Estado é o Estado da Horda: O Aparelho de Violência	p.92
3. Da História Universal ao Estado como Aparelho de captura	p.99
3.1. Fluxos, linhas e <i>socius</i>	p.100

3.2. Uma História Universal?	p.103
3.3. O Estado enquanto Aparelho de Captura e a máquina de guerra	p.115
4. Estado democrático e neoliberalismo: a Hipermáquina de Captura	p.126
4.1. Estado, (neo)liberalismo e mecanismos de poder	p.127
4.2. A legitimação do Estado democrático: a peça derradeira para a Hipermáquina de Captura	p.131
Capítulo 3 - A Guerrilha contra o Estado militar: Guerra e Política	p.135
1. Um sobrevôo sobre a literatura consultada sobre a guerrilha no Brasil	p.136
2. Guerra e Política	p.141
3. Movimentos guerrilheiros na América Latina	p.147
4. A esquerda e concepções da guerrilha no Brasil dos anos 60	p.159
4.1. A referência fundante: o projeto marxista-leninista	p.161
4.2. A Instituição-Partido e a via institucional: o caminho eleitoral	p.166
4.3. A Instituição-Guerrilha e a via armada: foquismo e maoísmo	p.172
5. A Instituição-Guerrilha Urbana e o sonho da revolução rural no país	p.179
6. A Guerrilha como máquina de guerra	p.189
Capítulo 4 – Memória, agenciamento e discurso: produção e multiplicidade	p.198
1. A memória como produção: conflito das memórias e imaginário social	p.200
2. A memória como multiplicidade: as três sínteses do tempo em Deleuze	p.209
2.1. A primeira síntese do tempo: o hábito e o campo transcendental	p.214
2.2. A segunda síntese do tempo: a memória enquanto multiplicidade	p.218
2.3. A terceira síntese do tempo: a repetição enquanto eterno retorno	p.225
3. Memória e intersubjetividade	p.230
4. O Discurso como atualização da memória e “performance” do agenciamento	p.239

Capítulo 5 – Procedimento e Análise das entrevistas	p.249
1. Procedimento com as entrevistas	p.251
2. Análise das entrevistas	p.255
3. Como chegamos aos nossos entrevistados	p.260
Capítulo 6 – Da Militocracia à Democracia – Os discursos do trânsito: a Estratopolítica, a Tecnopolítica e a Nomadopolítica	p.263
1. A Luta armada como Militocracia	p.267
2. Os discursos do trânsito à democracia: a Estratopolítica, a Tecnopolítica e a Nomadopolítica	p.275
3. A Estratopolítica	p.277
3.1. Transição da militocracia à democracia	p.281
3.2. O imaginário de transformação social	p.286
4. A Tecnopolítica	p.292
4.1. Transição da militocracia à democracia	p.296
4.2. O imaginário de transformação social	p.306
5. A Nomadopolítica	p.310
5.1. Transição da militocracia à democracia	p.315
5.2. O imaginário de transformação social	p.322
Conclusão	p.332
1. A guerrilha rerepresentada	p.332
2. Os discursos da transição	p.333
2.1. O Estado é Estratopolítico	p.337
2.2. O futuro é a Tecnopolítica?	p.338
2.3. A Nomadopolítica como Utopia Ativa	p.340
Referências Bibliográficas	p.342
Anexos	p.362
Anexo 1 – Termo de Consentimento	p.363
Anexo 2 – Entrevistas	p.364
“Fotógrafo” (Samuel Iavelberg)	p.365
“Deputado” (José Genoíno)	p.381
“Jornalista” (Celso Lungaretti)	p.396
“Economista” (Ladislau Dowbor)	p.413

APRESENTAÇÃO: TRANSMUTAÇÕES

A presente apresentação cumpre a função de realização do registro da história dessa tese, e quem sabe, para ajudar na compreensão de sua produção, em que seguimos diferentes caminhos até chegar nessa atual configuração. Podemos adiantar que essa tese não tem a pretensão de ser um ensaio sobre a história da guerrilha, nem sobre a história de vida de alguns ex-guerrilheiros, mas sim, uma tese de Psicologia Social, em que utilizamos suas histórias para refletir sobre os discursos a respeito da transição da guerrilha armada à democracia neoliberal.

Mas antes de apresentarmos as mutações no tema ao longo desses quase quatro anos de doutoramento, queremos citar nosso percurso acadêmico. Julgamos que nosso prazer na pesquisa originou-se mais das atividades políticas, do que de um interesse inicial no mundo acadêmico. Não tínhamos muito interesse nas disciplinas dos primeiros anos do curso de Psicologia, empolgávamo-nos muito mais com a participação política estudantil, seja: no Centro Acadêmico Iara Iavelberg dos estudantes de Psicologia da USP, no Conselho Regional de Estudantes de Psicologia de São Paulo – COREP-SP, no Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia – CONEP, numa rápida e arrependida passagem no Diretório Central de Estudantes Alexandre Vanucchi Leme da USP, nos inúmeros projetos sociais que surgiam com o “boom” do terceiro setor e das empresas juniores e nas festas universitárias. Possuíamos um voluntarismo político que nos levou a participar em variadas discussões políticas e sobre a formação, que não conseguíamos conjugar com o que era transmitido nas salas de aula. Até que, em virtude da organização de “oficinas” para o IV Encontro Regional de Estudantes de Psicologia – EREP – na UNESP-Bauru em 2000, tivemos contato com o LAPSO – Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social do IPUSP, coordenado

pela Profa. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes (1989, 1994a, 1994b, 1996a, 1996b, 1999a, 1999b, 2001), que nos auxiliou no processo de reflexão e organização desse dispositivo. Foi quando pudemos conectar política com conhecimentos acadêmicos, quando pudemos fazer leituras e análises de processos políticos a partir do referencial da psicanálise de grupos e instituições de Pichon-Rivière (1986) e de Kaës (1991) e da análise institucional francesa. Dessa forma, obtivemos instrumentos para analisar os fenômenos sociais e resolvemos realizar uma pesquisa sobre o próprio movimento estudantil de psicologia que participávamos, resultando numa iniciação científica¹ (HUR, 2002, 2003).

Deste modo encontramos nossa linha de pesquisa. No mestrado², sem participação política em movimentos sociais, investigamos as práticas das entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo, Conselho Regional de Psicologia – São Paulo – CRP-SP e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, bastante interessados na relação entre política, processos intersubjetivos e história da Psicologia (HUR, 2005a, 2006, 2007). Ao mesmo tempo em que iniciamos nossa vida de pesquisador nos aproximamos do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais, coordenado pelo Prof. Dr. Salvador Sandoval e das reflexões sobre Esquizoanálise e Esquizodrama, por mediação do Prof. Dr. Gregório Baremlitt. Entendemos que a partir desse momento passamos por um processo semelhante aos psicanalistas argentinos do antigo “Plataforma”, que de tanto questionar a psicanálise e suas instituições (RODRIGUES, 2007), passaram a radicalizar seu pensamento, partindo para maiores leituras de política e filosofia, dando destaque à obra de Deleuze e Guattari (SAIDON, 2003; PAVLOVSKY, 2006).

Após uma viagem pelo agreste e sertão do Nordeste do Brasil, decidimos para o doutorado investigar o que denominamos de “Movimentos Sociais Nômades” no Brasil, num projeto inicial intitulado “Captura e Poder: Alianças Inconscientes entre Movimentos Sociais

¹ Financiada pelo CNPq.

² Pesquisa também financiada pelo CNPq.

Nômades e Estado na história brasileira”. Pretendíamos investigar três movimentos sociais que entendíamos como nômades e contra o Estado na história brasileira: a insurreição indígena liderada por Mandu-Ladino no território do Piauí contra os portugueses colonizadores, a luta dos cangaceiros no sertão nordestino e o conflito das organizações da esquerda armada que lutaram contra o Estado militar durante o período da ditadura. Nosso objetivo era o de fazer uma leitura desses movimentos a partir dos processos de captura de uma *máquina de guerra* nômade pelo *Aparelho de Captura* do Estado, conforme teorizados por Deleuze e Guattari (1997). Escolhemos discutir movimentos nômades, pois muitos movimentos sociais sedentarizados, ‘fixos’, como partidos e sindicatos, tendem a reproduzir a mesma estrutura do Estado, tendo sido, de certa forma, já “capturados” por essa estrutura desde o início. Optamos pelos movimentos nômades por se constituírem *exteriormente* ao Estado; por adotarem práticas e organização singulares ao contexto do coletivo em questão e por terem um caráter *trans*, de fluidez, deslocamento, auto-transformação e auto-instituição na medida em que atravessam os territórios.

Todavia, por problemas de ordem metodológica para investigar as tribos nômades indígenas do Piauí e os cangaceiros, decidimos por restringir nossa investigação apenas sobre os movimentos guerrilheiros. Dessa forma, reduzimos os movimentos a serem estudados, mas mantivemos a mesma problemática do atrelamento da máquina de guerra pelo Aparelho de captura, das guerrilhas pelo Estado, entendendo que poderia ter havido a “captura” das práticas políticas dos ex-guerrilheiros pelo Estado neoliberal, acontecimento que poderia explicar as práticas pouco transformadoras da esquerda no atual Governo do país.

Entretanto, realizamos mais outra modificação. Tomar como pressuposto o acoplamento da máquina de guerra pelo Aparelho de Captura poderia nos trazer o risco da redução do fenômeno político existente a esse processo de captura teorizado (DELEUZE & GUATTARI, 1997), ou então, até a uma leitura equivocada do fenômeno, trazendo também

uma resposta precoce à nossa questão de investigação. Então, ao invés de nos contentar com a resposta, preferimos recolocar a questão e não nos prender aos nossos pensadores de referência. Deste modo, ao invés de afirmar que a atual esquerda no poder está sobrecodificada por uma lógica verticalizada e estratificada do Estado, preferimos levantar a questão sobre quais são os discursos referentes à transição de uma prática política calcada numa luta armada para outra que se apóia na atual democracia neoliberal. Então, ao invés de colocarmos o processo de captura da Instituição-Estado como protagonista dos processos psicossociais, preferimos focalizar os discursos enunciados pelos distintos atores sociais; os discursos que justificam e expressam a transição de práticas políticas de um período a outro. Portanto, o trabalho de nossa tese será o de conhecer e refletir sobre os discursos da transição da Guerrilha ao Estado neoliberal, enunciados por ex-participantes da luta armada, para discutir o imaginário da transformação social, questão que desenvolveremos melhor na “Introdução” de nossa pesquisa-ensaio.

Mesmo com a delimitação do tema, consideramos que nossos caminhos na tese continuaram a dobrar e ramificar. Nossa questão trouxe outros questionamentos mais amplos e a constante incerteza e insegurança do que se realizava. Quando nos sentimos bloqueados pelo *muro blanco* e paralisados pela atração do *buraco negro* (DELEUZE & GUATTARI, 1996), percebemos que já não havia caminhos claros a seguir; traçamos linhas de saída, ou *linhas de fuga*, e formulamos alguns agenciamentos para refletir sobre nossa questão, que acabaram por ter maior importância do que a guerrilha e inclusive se tornaram o título da tese. Então encaramos nossa tese mais como o esforço de traçar linhas, do que chegar a algum ponto específico e delimitado. Afinal, estamos quarenta anos depois do assassinato do comandante da ALN, Carlos Marighella, ou um ano antes das eleições presidenciais em que a ex-militante do COLINA e da VAR-Palmares, Dilma Roussef, concorrerá com possibilidades de vitória?

INTRODUÇÃO

O terceiro milênio iniciou-se *vermelho* na América Latina. Muitos candidatos de partidos de “esquerda”, com plataformas políticas que têm referências no socialismo, acederam por via eleitoral ao poder executivo de uma série de países, trazendo até então um fato inédito para a história desse continente; o elevado número de governos de “esquerda”. Hugo Chávez na Venezuela, Raul Castro em Cuba, Evo Morales na Bolívia, o sandinista Daniel Ortega na Nicarágua, o ex-metalúrgico Lula no Brasil e mais uma porção de atores políticos de esquerda nos governos de países como Uruguai, Chile, Paraguai, Equador, Guatemala, etc. Uma “onda vermelha” se propagou e tomou o poder de vários países latino-americanos, fato que poderia deixar o “libertador” Simon Bolívar orgulhoso dos rumos políticos que os países desse continente têm tomado.

Todavia, algo diferente ocorreu. Talvez alguma coisa tenha dado “errado”, pois a esquerda ao tomar o poder, não mudou o mundo; tomar o poder do Estado não foi condição suficiente para realizar a transformação social propagada em seus planos de governo. Muito pelo contrário, por mais que alguns governos, como o da Bolívia, tenham operado mais transformações políticas que outros, notamos um certo padrão, uma prática muito comprometida com planos econômicos neoliberais, que resultou numa conexão entre ideologia de esquerda com política-econômica de mercado, transformando os projetos de governos de esquerda em uma espécie de social-democracia latino-americana.

É claro que é complicado nos referirmos em tão poucas linhas e de maneira tão reducionista a países com histórias e sociedades tão diferentes; sabemos das singularidades e das diversidades existentes. Mas neste trabalho, como problematização, pretendemos ressaltar que a conexão entre ideologia-organização política de esquerda com economia neoliberal,

resulta num regime político híbrido que, em muitos casos, pode até ter mais cara de capitalismo. Ou então, podemos colocar de outra forma; o que resulta da conexão entre uma identidade de esquerda com práticas de direita, entre uma identidade dita socialista com práticas neoliberais? Podemos dizer que se vive em grande parte da América Latina um período instituinte, em que não há o mesmo projeto de esquerda que se defendia nas décadas de 1960 e 1970 e tampouco um neoliberalismo da mesma forma que foi impresso “selvagemmente” na década de 1990. Há uma conjuntura política nova e se dizemos que há uma social-democracia latino-americana, esta é bem distinta da social-democracia europeia, e apenas a experiência social-histórica poderá responder sobre a configuração desse novo mapa geopolítico da “esquerda” no governo de diversos países da América Latina.

De qualquer forma, à primeira vista, a esquerda nos governos não realizou o que vinha prometendo em períodos eleitorais, embora tenhamos que reconhecer que há avanços sociais, mesmo que tímidos, para as populações pobres, através das políticas sociais adotadas pelos governos de esquerda latino-americanos. Se Bolívar e Che Guevara não se orgulham de seus sucessores, ao menos têm de assumir que está em prática uma tentativa de melhor distribuição de renda para os grupos sociais menos favorecidos. Estamos de acordo quando se adjectiva alguns projetos, como o Bolsa-Família, como uma prática assistencialista, mas, por outro lado, há grande parte da população que está abaixo da linha de pobreza, em que tais auxílios do governo terminam por ser muito importantes para sua subsistência.

Nessa nova configuração política latino-americana, constatamos que a esquerda chegou ao poder, mas não tão autônoma e independente quanto pensava. Nas suas alianças políticas pactuam com políticos e partidos de direita e o antigo ideal de soberania para as nações já não faz tanto sentido em tempos de Capitalismo Mundial Integrado – CMI (DELEUZE & GUATTARI, 1976), ou melhor, de Império (HARDT & NEGRI, 2005), no qual as economias dos países estão em uma rede de entrelaçamento tão grande, que já se

desvaneceram os antigos laços de imperialismo de um país sobre o outro, ou seja, não há mais um imperialismo e sim um Império transnacional.

No caso do Brasil, um dos países mais importantes e influentes da América Latina, tal tendência descrita acima também ocorreu. Um país que ficou vinte um anos numa ditadura militar (1964-1985) e que tem uma democracia considerada “jovem”, teve nas eleições de 2002, quase trinta anos depois do fim dos conflitos da esquerda armada contra o Estado militar, a vitória do ex-líder sindical Luis Inácio Lula da Silva para a presidência do país e de inúmeros políticos do Partido dos Trabalhadores – PT – para os assentos do Poder Legislativo. Dessa forma, constituiu-se um governo, seja nos lugares de ministros, secretários, assessores, deputados, etc., composto por uma série de lideranças de movimentos sociais, como dos movimentos dos trabalhadores, do movimento negro, das mulheres, ecologistas, entre outros, e de vários ex-guerrilheiros da luta armada. Em decorrência da formação de um governo com representantes de uma gama de movimentos sociais, a expectativa de segmentos de esquerda, de movimentos sociais, da intelectualidade e de parte da população foi de acompanhar a atualização do potencial transformador de esquerda, socialista, e talvez revolucionário, no Aparelho e nas práticas de Estado, mesmo sabendo que a vitória de Lula deu-se por algumas alianças políticas que divergem da plataforma político-ideológica do PT, como por exemplo, a aliança com o Partido Liberal – PL³ – que indicou como vice-presidente o empresário José Alencar. Dessa forma, a crítica feita ao PT no poder é a de que após seis anos de gestão no governo do país não só não se viu uma transformação substantiva nas ações e na estrutura do Estado, como se acompanhou a reprodução de uma série de práticas reprováveis da tradicional direita política, como práticas de corrupção, “caixa-dois”, a defesa de políticos que cometeram atos de improbidade administrativa⁴ e o prosseguimento de uma

³ Hoje o PL é conhecido como PR, o Partido da República.

⁴ Como a defesa do PT, em nome da “governabilidade” do país, ao ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) e ao atual, José Sarney (PMDB), ex-líder do PDS, partido da ditadura, por uma série de atos ilegais que praticaram.

política neoliberal, que se distancia muito de um projeto socialista. O PT preferiu imprimir uma política pragmática, pouco reformista, com poucas modificações estruturais e com o abandono de uma série de bandeiras de luta socialistas.

O que deu errado com a esquerda no poder? Por que não trouxeram a almejada transformação social pela via institucional? Por que em posse do governo não imprimiram a linha política preconizada? Será que as estratégias da esquerda se fixaram tanto na obtenção do poder, que ao chegar ali não conseguiram apresentar alguma fórmula singular de gestão? Por que a “Revolução”, via institucional, não ocorreu? Com tais ações, houve uma grande desilusão com a esquerda, com o governo Lula e com o PT, em que se esperou o desencadeamento de uma série de práticas políticas que promovessem transformações sociais, e que pouco ocorreu.

Não queremos manter a mesma posição de alguns setores da extrema esquerda, que se contentam em afirmar que o Governo Lula se vendeu, aburguesou-se, que o PT operou uma traição aos movimentos sociais, ou que é um mero continuísmo do Governo FHC. Imaginamos que o fenômeno seja mais complexo e digno de uma série de pesquisas e reflexões⁵. Algumas hipóteses gerais podem ser pensadas, como: a impossibilidade de uma transformação do Estado a partir dele próprio, ou devido à intensificação do neoliberalismo, ou a um aburguesamento das minorias dirigentes, tal como R. Michels (1982) defenderia, o que acarretaria um giro à direita nas práticas políticas dos atores sociais, entre outros fatores. Talvez uma resposta a essa inexistência, ou pequena, mudança das políticas dos governos de esquerda esteja na conjunção de todos esses aspectos, mas, enquanto investigadores em Psicologia Social, decidimos pesquisar não as questões estruturais, políticas, históricas e econômicas que levaram a essa ‘não transformação’ e sim os discursos sobre a transição das práticas políticas de um grupo que consideramos que levou o projeto da Revolução socialista

⁵ Ainda mais pela volta da tendência de uma maior financiamento das pesquisas nas Ciências Humanas relacionadas às grandes interpretações da realidade brasileira, recém estimuladas pelo ministro da educação Fernando Haddad e pelo presidente da CAPES, Jorge Guimarães (JORNAL DA CIÊNCIA, 2009, p.7).

até o limite: os guerrilheiros da luta armada no período do regime militar dos anos sessenta e setenta no Brasil. Assim, para pensar o fenômeno da esquerda no horizonte neoliberal optamos por investigar o coletivo de atores sociais que consideramos ter percorrido o processo de transição mais radical da política contemporânea brasileira; queremos investigar a transição das práticas políticas de ex-guerrilheiros da luta armada para o atual momento neoliberal, em que não há mais luta armada na política do Brasil e as questões políticas decidem-se no debate institucional, através da “democracia instituída”.

Escolhemos trabalhar essa questão a partir da ótica dos ex-guerrilheiros, pois pela impossibilidade de diálogo com o poder instituído (ditadura militar), a saída assumida foi resolver os conflitos políticos através do uso direto da força, na tentativa de uma Revolução por armas, e não a política convencional via institucional. Operou-se assim, uma ruptura com o Estado dominado pelo regime militar, numa luta em que puseram suas vidas em jogo contra o governo ditatorial e a favor da Revolução socialista; foi sair das leis instituídas reservadas à sociedade civil e entrar em outra lógica, em que a disputa política só poderia ser resolvida por relações de guerra e força. Vale ressaltar que o uso da força direta foi adotado, antes, pelos militares, quando operaram o Golpe de Estado em 1964, acabando com o governo do presidente eleito João Goulart, cassando os direitos políticos e aprisionando as principais lideranças da esquerda política. As organizações e partidos de esquerda foram considerados ilegais e os que se mantiveram foram considerados clandestinos pelo governo. Então, algumas organizações abandonaram o projeto de conquista do poder do Estado via eleitoral e institucional e lançaram-se para a via militarista, da tomada do poder através da luta armada. Devido aos conflitos com as leis instituídas pelo regime militar, muitos militantes da guerrilha armada foram presos, torturados e assassinados nos cárceres dos aparelhos repressivos do Estado. Deste modo, pensamos que a ruptura política e a luta contra o Estado não se deu apenas por um caráter de posicionamento teórico, idealista e não implicado e sim por uma

escolha teórica, prática e ideológica que levou a uma enorme implicação com a tarefa revolucionária. No Brasil, foram assassinados entre trezentos e quatrocentos militantes de esquerda pelos aparelhos repressivos da ditadura militar (MIRANDA & TIBÚRCIO, 1999).

O projeto da guerrilha foi o de tomar o poder do Estado para instituir uma sociedade comunista, tal como o projeto marxista-leninista, o qual tem como objetivo final destruir o Estado tal como estava constituído, para a criação da sociedade comunal. Naquela época tínhamos militantes que lutavam contra o Estado; hoje alguns desses mesmos militantes fazem parte e formam esse mesmo Estado, em que não há mais ditadura militar, mas um Estado democrático neoliberal. Esse fato é relevante, pois alguns ex-guerrilheiros, hoje em dia, estão no poder do Estado, podendo efetuar, ou não, o potencial revolucionário das décadas anteriores e, outros, posicionam-se fora do Estado com críticas intensas às práticas políticas atuais.

Dessa forma, nosso objetivo de pesquisa é investigar os discursos sobre a história política de ex-guerrilheiros da luta armada do período do regime militar no Brasil dos anos sessenta e setenta. Queremos conhecer suas histórias políticas para investigar os discursos do trânsito das práticas políticas desde os tempos da guerrilha, de uma luta contra o Estado ditatorial, aos tempos atuais de neoliberalismo. Pretendemos conhecer o que a construção da memória nos diz sobre os agenciamentos políticos e o imaginário da transformação social. Então queremos investigar os discursos da transição da luta armada ao neoliberalismo para pensar nessa nova configuração da esquerda e abrirmos espaços para refletir sobre o imaginário da transformação social no Brasil.

Algumas questões nos guiam:

- Quais são os discursos do trânsito de uma prática política calcada na luta armada para outra no contexto do regime neoliberal?

- Como suas práticas políticas no momento da guerrilha são reapresentadas hoje em dia a partir de suas experiências de vida, ou seja, como a guerrilha hoje é re-apresentada a partir dos trabalhos da memória?

- Qual o imaginário de transformação social que subsiste nos discursos apreendidos para a política atual nesse cenário neoliberal?

Deste modo, como procedimento de investigação, escolhemos entrevistar ex-guerrilheiros brasileiros dos anos sessenta e setenta. Alguns que fazem parte do governo e outros que se mantiveram fora do mesmo, para tentar responder às nossas perguntas. Conduzimos as entrevistas a partir da Psicologia Social de E. Pichon-Rivière (1986) e J. Bleger (1980) e as analisamos a partir da análise de conteúdo, sistematizada por F. Vázquez (1997).

Para realizar nosso estudo, dividimos a presente tese em seis capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado “Da Guerrilha ao Estado neoliberal”, buscamos realizar um apanhado histórico da transição da luta armada ao estado neoliberal no Brasil, dando ênfase aos conflitos dos movimentos sociais contra o Estado, em que assumem papel de protagonista o Partido Comunista Brasileiro – PCB, o movimento estudantil, o movimento sindical e segmentos das Forças Armadas. Nele, discutimos o golpe de estado operado pelos militares em 1964, o surgimento das organizações de guerrilha, a grande repressão exercida pela ditadura militar, os novos movimentos sociais no fim da década de 1970, a redemocratização do país e o neoliberalismo e o PT no poder. Nosso objetivo nesse capítulo foi o de criar um “pano de fundo”, um contexto histórico geral para a nossa investigação.

No segundo, um capítulo teórico intitulado “Estado e Neoliberalismo: Aparelho de Violência e Hipermáquina de Captura”, buscamos discutir a política, a partir da conceituação de C. Castoriadis, e a Instituição-Estado, a partir da teorização de Deleuze e Guattari e da

psicanálise. A função desse capítulo foi o de trabalhar e conceitualizar essa Instituição central nos conflitos políticos e guerrilheiros.

No terceiro capítulo, “A guerrilha contra o Estado militar: Guerra e política”, pretendemos discutir o fenômeno da guerrilha armada. Neste capítulo realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema no Brasil, discutimos a relação entre guerra e política a partir de M. Foucault, fizemos um panorama geral dos movimentos guerrilheiros na América Latina, relatamos as principais influências e características das organizações armadas e operamos uma aproximação entre a guerrilha e o conceito de máquina de guerra (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

No quarto capítulo, como discussão metodológica para as entrevistas e análise, realizamos uma reflexão conceitual sobre o que entendemos como memória, agenciamento e discurso, visto que nossos entrevistados, através de seus relatos, operaram uma construção do passado, um trabalho da memória. Nessa discussão trouxemos o caráter pragmático da memória, de uma memória que produz presente e futuro, ou seja, que, tal como o discurso, é performativa e produtora de realidades.

No quinto capítulo, sobre procedimentos, descrevemos como realizamos as entrevistas, como encontramos nossos entrevistados e como analisamos os relatos, dando ênfase à análise de conteúdo e aos operadores técnicos de Pichon-Rivière e Bleger para a condução das entrevistas.

No sexto capítulo, efetuamos a análise das entrevistas, passando a entender a luta armada como militocracia e elaborando três tipos de discursos sobre a transição da militocracia à democracia: os discursos estratopolítico, tecnopolítico e nomadopolítico. Entendemos que com a análise das entrevistas e com a elaboração desses três discursos pudemos refletir sobre tal processo de transição, sobre distintos agenciamentos políticos e sobre o imaginário de transformação social.

E para finalizar, na conclusão discutimos as perguntas que levantamos e como os discursos elaborados priorizam uma leitura pragmática dos fenômenos sociais, ao invés das tradicionais análises a partir de uma leitura do fator ideológico.

De certa forma poderíamos pensar que esses capítulos formam três blocos gerais; o primeiro de discussão conceitual, histórica e do “objeto de pesquisa”, que engloba os três primeiros capítulos; o segundo, relativo às questões metodológicas e procedimentais, que engloba os capítulos 4 e 5 e; o terceiro, que analisa os discursos emergentes das entrevistas e tenta responder as questões levantadas, que se refere ao capítulo 6 e à conclusão.

No início, colocamos uma lista de todas as siglas citadas na tese e nos anexos, colocamos o modelo do termo de consentimento das entrevistas (ANEXO 1) e as entrevistas na íntegra (ANEXO 2).

CAPÍTULO 1 – DA GUERRILHA AO ESTADO NEOLIBERAL

Para discutirmos a história política dos atores de nossa pesquisa, seus discursos sobre o trânsito, é necessário problematizarmos o contexto sócio-político em que se desenrolaram suas trajetórias políticas. Deste modo, nosso objetivo neste capítulo é fazer um recorrido sobre o percurso desses dois momentos principais que escolhemos para investigar; dos tempos da guerrilha aos tempos da esquerda no Governo, ou melhor, de um partido de esquerda gerindo o atual Estado neoliberal.

Dizer a esquerda no Governo ainda é algo problemático para nós, pois sabemos que o Governo não é composto apenas por grupos políticos de esquerda, mas também é composto por alianças do PT – Partido dos Trabalhadores – com partidos tradicionais de centro-direita, como o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que tem a maioria dos parlamentares da Federação e que atualmente ocupa a presidência do Poder Legislativo: do Congresso e do Senado. Por mais que nosso objetivo seja investigar o trânsito das práticas políticas dos ex-guerrilheiros, em que ocupar o Governo seria algo determinante para pensarmos sobre o trânsito das práticas, para não enlaçarmos nossa investigação apenas na dicotomia Estado *versus* fora do Estado, e para não nos fixarmos em categorias problemáticas como esquerda e direita política, preferimos traçar a distinção entre esses dois marcos históricos principais; o período da guerrilha, ou da luta armada, e o do Estado neoliberal. Julgamos que falar em neoliberalismo, que discutir o imaginário da transformação social em tempos de neoliberalismo, é mais amplo e fidedigno do que discutir o imaginário da transformação social de quando a esquerda está no poder do Estado, visto que não podemos afirmar categoricamente que “a” esquerda está no poder do Estado, ou mesmo se hoje em dia dividir a discussão política em esquerda e direita é uma forma que mais clarifica ou mais

obscurece o debate. Não queremos problematizar apenas a questão da determinância do Estado para as práticas políticas, pois em tempos de neoliberalismo, em que questões como o Mercado e a Economia têm primazia para os planos de governo de praticamente todos os países, não podemos afirmar que uma determinada corrente política no Estado poderia com seu governo alterar a ordem das coisas. Contudo, por ora, preferimos deixar em suspenso a tensão Estado-Mercado e falar em neoliberalismo por considerar que essa formação político-econômica engloba o Estado e poderá ser um marcador histórico mais complexo para discutirmos a problemática do imaginário da transformação social. Então, em nossa pesquisa pretendemos discutir o trânsito das práticas políticas, os discursos do trânsito, entre os momentos da luta armada aos nossos dias atuais de neoliberalismo. Também preferimos não trabalhar a noção de “esquerda” como conceito e sim apenas como adjetivo para discriminar os grupos políticos que se posicionavam contra a ordem instituída do governo militar, ou seja, trabalharemos a noção de esquerda apenas referindo-nos a grupos políticos que eram classificados como de esquerda, como termo enunciativo da oposição e não como conceito político. Então, dentro da “esquerda” política, não teremos uma identidade política, como por exemplo, o marxismo-leninismo, mas sim integramos uma porção de correntes políticas opositoras à ditadura, que vai de um político “trabalhista”, como Leonel Brizola, ao projeto marxista-leninista de uma organização guerrilheira. Vale ressaltar que tentamos nos descolar dessa bipolarização entre esquerda e direita, que mais reduz o debate do que o multiplica, mas as citações a esses termos são tão presentes, que não tivemos como não usá-las, mas como já ressaltamos, utilizamos apenas como categoria predicativa.

Dessa forma neste capítulo trabalharemos alguns fatos históricos dessa trajetória, citando acontecimentos políticos desses períodos de sonhos e lutas políticas. Iniciaremos discutindo a relação tensa entre os movimentos sociais e os partidos de esquerda com o Estado para culminarmos no complexo quadro atual, de um partido que se assume como da

esquerda política gerindo um governo numa conjuntura política neoliberal. Alguns fatos históricos apresentados nesse capítulo retornam em outros momentos da tese, como por exemplo, no capítulo 3, dedicado exclusivamente para a guerrilha.

1. Brasil: uma violência constitutiva

É difícil estabelecer precisamente uma data de quando esse país foi criado, de quando “começou”, de quando se estabeleceu a construção do Brasil. Na Instituição-escola costuma-se transmitir que o país foi “descoberto” no ano 1500, quando os portugueses com suas ambições extensionistas chegaram à costa brasileira e quando se iniciou a colonização da população indígena e do território pelos europeus. O criador da Filosofia da Libertação, Enrique Dussel (1994), já prefere falar de outra maneira, não em des-cobrimto da América Latina, mas que essas datas referem-se ao en-cobrimto do Outro, ao encobrimto da alteridade indígena frente à dominação européia e eurocêntrica.

A História Oficial nos ensina que o Brasil foi descoberto em 1500. No ano 2000 a Grande Mídia comemorou os 500 anos de descobrimento do país; por outro lado, uma variedade de movimentos sociais e minoritários criticava esse clima festivo e preferia falar de 500 anos de dominação. Sim, essa foi uma data paradoxal, comemorar os quinhentos anos de estabelecimento de uma nação, contudo de um estabelecimento que foi erigido sobre a dominação, a violência e a conquista sobre os mais “fracos”. A data de chegada de uma nação que tornou esse país colônia, em que constituiu um *nomos*, um conjunto de leis, comum e heterônimo; a invenção de um Brasil totalizado que se deu com a invasão, dominação e colonização portuguesa sobre o território e sobre sua população autóctone. Uma dominação baseada no uso da força e da violência, que assassinou e utilizou como mão de obra escrava

milhões de indígenas, que já ocupavam esse território muito anteriormente à chegada dos portugueses.

Então a criação disso que chamamos de Brasil foi marcada pela subjugação de uma população autóctone por uma outra, invasora, que devido ao seu poderio militar e bélico conseguiu dominá-la, em que os portugueses geraram um movimento de totalização no território, que na época se tornou uma colônia a ser explorada. Incontáveis combates se travaram entre portugueses e índios, em que muitos mercenários, chamados de bandeirantes, eram contratados para caçá-los e aniquilá-los. O processo de captura dos indígenas, de integração “política”, não foi feito só pela via das armas, como também por via religiosa, da catequização pelos jesuítas⁶; uma integração *teológica-militar*. Os conhecimentos psicológicos também tiveram influência nesse processo de integração, dominação, catequização e “educação”, em que se configurou como mais um instrumento aos grupos dominantes (PESSOTTI, 1988).

Por outro lado, os indígenas também organizaram movimentos sociais contra os portugueses, por exemplo, um acontecimento quase esquecido, que foi a insurreição indígena de tribos nômades no Piauí contra os colonizadores no fim do século XVII e início do XVIII. Neste período, havia no Estado do Piauí mais de trinta tribos indígenas, algumas nômades, que estavam sendo chacinadas. Mandu-Ladino, um índio “catequizado” pelos jesuítas e que presenciou o assassinato de seus pais e de sua irmã, foi “contratado” como almocreve de um fazendeiro. Durante suas viagens em seu trabalho de entregas como vaqueiro, articulou com essas tribos, muitas inimigas umas das outras, uma grande insurreição contra os colonizadores. Ocorreu uma série de ataques a fazendas e a portugueses e uma represália violenta foi armada contra os índios. Tal sublevação encerrou-se com o assassinato de

⁶ Como um exemplo, podemos conferir uma infinidade de museus com arte sacra do período colonial, em que as esculturas foram feitas por índios catequizados por jesuítas. Vale ressaltar a interessante hibridez presente em algumas esculturas do Museu de Arte Sacra de Belém do Pará, em que representações de Jesus e Maria são feitas com traços indígenas; com cabelos negros e lisos e pele morena, diferentemente das usuais representações eurocêntricas.

Mandu-Ladino⁷ e com a pulverização dos índios do Piauí (CUNHA, 1992); a captura se deu sob a forma do extermínio total dos índios.

Também há muitos casos de que índios foram contratados pelos portugueses para guerrear com outros índios. Além dos índios hostis aos portugueses, também havia os indígenas aliados, que caçavam outros índios a mando dos colonizadores com chocante crueldade. O historiador Luis Mott (1989) relata um episódio emblemático: “Foi tal o furor dos assaltantes que não perdoaram o sexo nem a idade. Os índios aliados, travando as crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores, e de uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 inocentes” (p.58).

Colocamos esses exemplos não por um furor sádico, mas apenas para ilustrar como os conflitos de colonização foram duros e sangrentos, de como a construção do Brasil se deu sobre carne e sangue. Há outras passagens sobre as técnicas de extermínio em massa de indígenas, que seu nível de violência e brutalidade não fica aquém dos campos de extermínio nazistas do século XX. O encobrimento, o apagamento do Outro, no caso, da população “originária”, se não originária, pelo menos anterior aos portugueses, não foi só de um extermínio físico, mas também de um extermínio simbólico, um apagamento de sua subjetividade, em que eram categorizados como primitivos, como “sem almas”, como sem Deus. O eurocentrismo reduzia a multiplicidade às dicotomias: o que não era europeu, era o não civilizado, o bárbaro, o que não era católico, não tinha Deus. A diferença foi colocada no lugar da negação, da falta, a diferença foi apagada e rechaçada. Fazemos então a mesma pergunta de Dussel (1994), será que não havia pensadores e filósofos tão potentes quanto os pensadores gregos dentre os indígenas que tiveram suas culturas aniquiladas?

À parte dos conflitos entre portugueses e indígenas, na história brasileira temos uma série de outros conflitos sociais que emergiram; como os movimentos de resistência escrava

⁷ Outro caso semelhante a esse e amplamente propagado foi o levante organizado pelo indígena Tupac Amaru no Peru, contra os espanhóis e os “criollos” (descendentes dos espanhóis) (DEBRAY, 1967).

no período colonial e imperial, como a Guerra dos Palmares⁸ (REIS, 1995), movimentos independentistas no período colonial, como a Inconfidência Mineira de Tiradentes (FURTADO, 2001), movimentos insurrecionais religiosos no período imperial e republicano, como a comunidade religiosa de Belo Monte, mais conhecida como Canudos, de Antonio Conselheiro (MACEDO & MAESTRI, 2004), movimentos pela terra e dos trabalhadores no período republicano, entre muitos outros, que acirraram a tensão entre Estado e movimentos sociais, expressando assim a violência sempre presente na constituição do Estado brasileiro com a ação freqüentemente genocida das Forças Armadas. Para não cairmos no risco da sedução de nos alongarmos numa infinidade de lutas sociais que expressam esses conflitos, no próximo tópico partiremos para o século XX para discutir alguns movimentos sociais que geraram participantes para as organizações da luta armada.

2. Século XX – Os movimentos se organizam

Os movimentos sociais da primeira metade do século XX foram os estruturantes para a formação de uma esquerda política que questionava as práticas dos grupos que controlavam o Estado. Dentre os diversos movimentos sociais, podemos citar movimentos expressivos, como o dos trabalhadores, o dos estudantes, o de segmentos militares e algumas práticas do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Tais movimentos geraram os quadros de participantes da posterior luta armada e vamos citá-los brevemente para situarmos o contexto social desses movimentos em relação ao Estado.

Antes de prosseguir, vale aclarar que o que entendemos como movimento social não se refere apenas a um movimento qualquer da sociedade, mas sim a um movimento que porta

⁸ Esse acontecimento ocorreu entre 1690 e 1695, ou seja, no período colonial do país.

em si determinada demanda política que visa alterar a composição de relações de forças instituída entre Estado e sociedade, sendo que não entendemos Estado e sociedade como coisas separadas. O cientista político italiano Alberto Melucci (2001) define um movimento social⁹ sob três aspectos: de portar uma sociabilidade comum, de expressar em seu seio um conflito social e que sua ação visa a ruptura dos limites de compatibilidade social instituído, ou seja, a partir dessa concepção entendemos que um movimento social é a ação de algum coletivo com variado grau de organização e de identidade, que porta um projeto e uma ação de transformação social, trazendo um potencial instituinte, de ruptura e de transformação ao *socius*. Dessa forma, o movimento social, ao impor sua ação política, entra em conflito com a configuração das relações de forças existentes, podendo gerar uma crise às relações instituídas, tendo assim um efeito desterritorializador, funcionando tal como o conceito de *máquina de guerra*¹⁰, de Deleuze e Guattari (1997). O movimento social porta o imaginário de transformação social, tendo um efeito instituinte e criador de novas realidades frente à sociedade instituída.

2.1. Os trabalhadores se organizam

Em nossa definição de movimentos sociais, podemos entender muitas mobilizações dos trabalhadores como movimento social. As primeiras mobilizações de trabalhadores, em ações políticas como as greves, iniciaram-se no fim do século XIX, muito influenciadas pelo pensamento anarquista, desenvolvido em grande parte por operários italianos imigrantes. O leitor pode estranhar que as mobilizações dos trabalhadores tenham surgido no Brasil mais tarde que, por exemplo, nos países europeus, mas o cientista político brasileiro José

⁹ Aqui só citamos a definição de movimento social de Melucci (2001), contudo na literatura há uma infinidade de definições distintas sobre tal conceito. Para um apanhado geral sobre o tema, sugerimos o importante livro de Maria da Glória Gohn (1997).

¹⁰ Desenvolveremos esse conceito no tópico 3.3. do Capítulo 2.

Welmowicki (2004) atribui esse fato à tardia industrialização no país, e da América Latina em geral, que se efetuou cerca de cem anos depois de países como a Inglaterra.

Nesse primeiro período do sindicalismo no Brasil adotou-se uma ênfase anarquista nas práticas, de caráter anarco-sindicalista, que se caracterizou por sua autonomia, independência e ao não atrelamento ao Estado e aos patrões, e que culminou em 1906 na organização da primeira Central de Trabalhadores, a Confederação Operária Brasileira. Além de organizar as primeiras greves de trabalhadores, tinha uma postura crítica de luta, manifestou-se contra a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial e contra o serviço militar obrigatório. Posteriormente, surgiram mais dois tipos de movimentos de trabalhadores; o “sindicalismo amarelo”, de caráter eminentemente conservador, com ações assistencialistas aos trabalhadores associados e práticas atreladas aos interesses dos donos das fábricas e os sindicatos comunistas, que tinham suas práticas políticas orientadas pelas bandeiras do PCB.

Com a corrente organização do movimento sindical¹¹, na década de 1920 aumentou-se a repressão e o controle exercido pelo Estado, culminando num controle maior sobre os sindicatos na era do Governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, o segundo momento do sindicalismo inicia-se na década de 1930 com a incorporação e captura pelo Estado da estrutura sindical, após a tomada de poder por Vargas. A. Vita (1989) nos informa que em 1931, com a aprovação da Lei de Sindicalização, Decreto-Lei nº 19.770, instituiu-se uma entidade sindical como sindicato oficial, diretamente subordinada ao Ministério do Trabalho, esvaziada de práticas políticas reivindicativas e configurando-se mais como um equipamento do Estado e dos patrões. Já os sindicatos autônomos e comunistas sofreram a perseguição do Estado, sendo considerados ilegais e apenas os sindicatos vinculados ao Estado poderiam representar os trabalhadores. Em 1943, no período da ditadura de Getúlio Vargas, enrijeceu-se

¹¹ Que não consideramos como sinônimo de movimento social, tampouco o partido também o é.

o atrelamento dos sindicatos ao aparelho estatal com a criação da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

No período pós Segunda Guerra Mundial, os sindicatos voltaram a esboçar autonomia em relação ao Estado, organizando greves e movimentos coletivos, no entanto em 1947, quando o presidente Gaspar Dutra tornou ilegal o Partido Comunista, o movimento sindical sofreu outro revés, sendo coibido e controlado pelas práticas do Estado. Grosso modo, podemos dizer que desse período até o Golpe de Estado de 1964, houve duas principais correntes sindicalistas, a que era equipamento do Estado e uma mais crítica, que tentava mobilizar os trabalhadores, ou seja, o movimento sindical no período pré-golpe de 1964 geralmente se dividia em uma ala atrelada ao Estado e uma ala mais crítica. Mas, no geral, Santana (1999) afirma que a principal tônica foi de um sindicalismo populista, em que inclusive os comunistas, muito influentes no movimento sindical no período pré-golpe, apresentaram pouco empenho na tentativa de alterar a estrutura vigente e terminaram por legitimar em suas práticas o atrelamento da estrutura sindical pelo Estado.

2.2. Os estudantes se organizam

Conforme acepção citada sobre movimento social, compreendemos também o movimento estudantil como um movimento social, principalmente depois da formação da União Nacional de Estudantes – UNE, quando assumiu bandeiras de luta mais contestatórias, transformadoras e críticas ao regime instituído.

Mendes Jr. (1982) categoriza em seis momentos distintos o ME; neste tópico citaremos apenas as três primeiras. O primeiro, da atuação individual, corresponde às atuações isoladas e esporádicas de grupos de estudantes, que não tinham nenhum tipo de

agremiação e pouca comunicação entre si, correspondendo ao período colonial até o início do Império.

Poerner (1979) reconhece como a “1ª manifestação estudantil brasileira” a participação de estudantes na luta pela expulsão dos franceses, que haviam invadido o Rio de Janeiro em 1710. Mas o grande “batismo de fogo” político dos estudantes brasileiros se deu na segunda metade do século XVIII, concretizando-se por dois fatos: A expulsão dos jesuítas das escolas de Portugal e a ida de estudantes brasileiros para estudar em Coimbra, de onde voltavam embebedos das idéias francesas de liberdade e revolução (citado por RIBEIRO, 1998, p.67/68).

O segundo, da atuação coletiva, corresponde ao período do Segundo Império até a fundação da UNE em 1937. Esse foi o momento em que atuavam mais coletivamente, mas ainda tinham uma organização instável. Os principais movimentos contestatórios foram a luta pela abolição da escravatura e o da proclamação da República e em torno dessas bandeiras surgiram as primeiras associações acadêmicas, mas com objetivos mais culturais. Ainda tinham um caráter mais “nacionalista”, por exemplo, no período da primeira guerra mundial, criticaram a greve dos trabalhadores, que ao fazerem uma reivindicação social podiam prejudicar a nação. Dessa forma os estudantes chegaram até a boicotar a greve geral de 1917. Mendes Jr. (1982) relata que “os acadêmicos (...) consideraram quase como uma espécie de ‘crime contra a pátria’, que estava em vias de entrar numa guerra e não podia ser abalada pela chamada ‘questão social’. Consta até mesmo que vários estudantes se comportavam como verdadeiros ‘fura-greves’, oferecendo-se para trabalhar em lugar de operários grevistas” (p.30/1). Em 1910 tentou-se uma organização mais efetiva com o Primeiro Congresso Nacional de Estudantes e posteriormente com a criação da Federação Democrática de Estudantes, de caráter marxista e influenciada pela Revolução Russa; contudo ambas não prosperaram devido à transitoriedade dos membros e as dificuldades devido às distâncias regionais.

O terceiro momento, da atuação organizada, compreende o período da fundação da UNE até o Ato Institucional numero 5 – AI-5, que colocou o movimento estudantil, como

outros movimentos sociais, em clandestinidade em 1968. A UNE foi formada durante o I CNE – Conselho Nacional de Estudantes, que de acordo com Mendes Jr. (1982) foi “(...) convocado pela CEB (Casa do Estudante do Brasil), órgão paraoficial e pretensamente apolítico, para eleição de seu regimento e sua diretoria, que deveria representar a CEB junto à CIE (Confédération International des Étudiants) com sede na Bélgica. Este conselho estava desautorizado a trazer temas políticos para sua pauta de trabalhos. A UNE teria a sede no mesmo local que a CEB” (citado por RIBEIRO, 1998, p.71). Esta entidade havia sido criada com fim não político, estatuto que vai adquirir durante o II CNE em 1938, pois nesse Conselho, as entidades estudantis levaram muitas propostas políticas em relação à reestruturação educacional no Brasil e a um maior diálogo entre Universidade e sociedade, politizando sua pauta de discussões, o que contrariou a diretriz da criação da UNE. Devido a essa politização, no III CNE, em 1939, ocorreu a cisão entre a CEB e a UNE, ficando a UNE sem sede.

Daí em diante a UNE começou a participar em campanhas nacionais, com bandeiras de luta alinhadas ao socialismo, entrando assim em dissonância com o Governo Vargas. O Estado não conseguiu capturar o movimento estudantil, tal como fez com o movimento sindical. A única tentativa bem sucedida se deu no começo da década de 1950, quando o Estado chegou a implantar no movimento estudantil forças reacionárias, anti-socialistas e financiadas pelos EUA, chamada de Coligação Acadêmica Democrática – CAD – e que tomou a direção da UNE em 1951. Mas em 1956, depois da expansão das Universidades brasileiras e do conseqüente aumento do número e da formação de alunos da classe média, a UNE foi retomada pela esquerda política, encerrando-se assim sua fase de atrelamento ao Estado (MENDES JR., 1982). No início dos anos 60, a UNE entrou numa série de lutas, como pela Reforma Universitária, e ampliou sua mobilização, vivendo seu auge e seu declínio nessa década. É nesse período que o movimento estudantil se tornou um dos

principais porta-vozes das reivindicações brasileiras pela transformação social, inclusive, muitos participantes da guerrilha tiveram seu período de formação política inicial nesse movimento social.

2.3. Os militares se (des)organizam?

Em toda a história brasileira, as Forças Armadas ocuparam papel fundamental nos percursos políticos do país. Para a constituição da República e para as sucessivas tomadas de poder do Estado suas intervenções foram decisivas e determinantes, por mais que em grande parte desses acontecimentos não houvesse troca de tiros e muitos embates fossem decididos pela negociação e pressão. Deste modo, entendemos que as relações de força e de guerra são fundamentais para decidir o futuro político de determinado coletivo. Contudo, as Forças Armadas brasileiras não gozavam de total integração, havendo dentro da Instituição militar uma tensão interna, que gerou uma série de conflitos. Destes citamos dois acontecimentos famosos no início do século XX: a Revolta da Chibata, em 1910, que foi um levante ocorrido dentro da Marinha contra as duras punições físicas a que eram submetidos os marinheiros e o movimento dos tenentistas, iniciado em 1922 com o Levante de Copacabana, que recebeu esse nome devido ao envolvimento de oficiais militares de baixa patente. Em 1924 ocorreu a segunda Revolta tenentista em São Paulo, visando destituir o presidente da época, Artur Bernardes, e em 1925 o movimento se juntou com os tenentes do Rio Grande do Sul, criando a famosa “Coluna Prestes”. A Coluna Prestes não tinha uma plataforma política que pudesse ser chamada de socialista, não tinha ligação com os comunistas, mas tinha um descontentamento com a hierarquia interna militar e reivindicações de perfil nacionalista para o país. A coluna contou com cerca de 1500 homens, durou quase dois anos, atravessou mais

de 20.000 quilômetros do território brasileiro e travou uma série de combates com as forças do Estado.

A tensão interna nas Forças Armadas não terminou depois do fim desses dois levantes. As insatisfações contra a rígida disciplina e a rígida hierarquia interna e as posições anti-imperialistas de segmentos das forças militares mantiveram um clima de desarmonia interna, em que grupos de militares nacionalistas gradativamente foram se aproximando da esquerda.

Não só havia uma tensão interna, como também a tensão entre Forças Armadas e Estado, em que se tinha a compreensão de que suas ações na política nacional eram determinantes para a manutenção ou a transformação da correlação de forças no Estado brasileiro. Conscientes do papel protagonista na gestão política nacional, os militares tentavam manter a unidade, mesmo havendo uma heterogeneidade política dentro da Instituição (BASTOS & ROCHA, 2004).

A aproximação de militares à esquerda política fez com que contingentes militares se ligassem ao PCB e à Aliança Nacional Libertadora – ANL, um grande movimento de massas. Em 1935, a ANL é posta na ilegalidade pelo presidente Getúlio Vargas, devido, entre outros fatores, a declaração pública de Luis Carlos Prestes a favor de uma tomada do poder do Estado. Como represália ao ato de Vargas, organizou-se um levante armado, puxado por Prestes, que foi conhecido pejorativamente como “Intentona Comunista”, em que movimentos armados ligados à esquerda e ao PCB eclodiram nas cidades de Natal/RN, Recife/PE e Rio de Janeiro/RJ para a derrubada do presidente, para a tomada do poder do país e para a implantação de um novo Governo. A cidade de Natal/RN chegou a ter um governo comunista por três dias, mas tais movimentos foram rapidamente sobrepujados pelo Exército, acarretando um grande número de prisões de seus participantes.

Contudo, a tensão interna dentro das Forças Armadas não foi solucionada, o que levou no início da década de 1960 a mais manifestações dentro da Instituição militar, a criação de associações reivindicatórias dentro da Marinha e a posterior migração de uma série de militares para a guerrilha armada, como por exemplo, do Capitão Carlos Lamarca, a criação do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR e do Movimento Armado Revolucionário - MAR. Devido a tal tensão interna, depois do Golpe de Estado de 1964, uma das primeiras ações do novo governo foi desligar das Forças Armadas um grande contingente de militares; àqueles que estavam ligados aos movimentos de contestação e que estariam situados mais à esquerda.

João Quartim de Moraes (2005) denominou os militares críticos como a “esquerda militar”. A esquerda militar estaria próxima a nossa conceitualização sobre movimento social, por mais que possa parecer paradoxal afirmar que os militares, que são parte constituinte do Estado, também serem movimento social. Devido a esse nó, de ser o setor repressivo, de captura, do Estado e por trazer críticas e mudanças, ao invés de chamarmos esses setores militares de movimento social, preferimos seguir a denominação de Moraes (2005) e chamá-los de “a esquerda militar”. A esquerda militar é a denominação que engloba segmentos críticos ao Estado, que ao organizarem manifestações, levantes e revoltas lutavam pela transformação da estrutura e das relações de poder dentro das Forças Armadas, como também para outro projeto político para o país, inicialmente mais nacionalista, anti-imperialista e posteriormente, próximo do socialista-comunista. O fluxo de militares para a guerrilha foi fundamental para a consolidação da luta armada como estratégia e tática de luta pela esquerda insurgente contra o Estado.

2.4. O PCB: Entre a Revolução e a Reforma

O PCB é um partido que tem uma história fascinante, cuja trajetória expressa o complexo debate da esquerda brasileira no século XX. Suas práticas tiveram grandes revisões e mudanças, alternando entre uma postura a favor da luta armada direta para posturas pacifistas, sofrendo ações violentas infringidas pelo Estado e dentro do próprio seio e uma série de divisões resultantes de novas práticas políticas que não tinham espaço e aceitação dentro do partido. Do meio para o fim de sua trajetória, “(...) transitou da condição de partido revolucionário a partido com vocação para política” (SEGATTO e SANTOS, 2007, p.13).

Influenciado pela Revolução Russa de 1917, O PCB, inicialmente Partido Comunista do Brasil, foi fundado em 1922 ao realizar seu primeiro Congresso em Niterói/RJ e desde seu começo já estava filiado à Internacional Comunista. Não foi o primeiro partido de esquerda do país, visto que no fim da década de 1890 foram organizados alguns partidos que não tiveram vida longa, devido à pequena participação e à forte repressão política e policial. Nos primeiros anos de sua fundação não adquiriu muita expressividade no cenário nacional, mas na década de 1930 foi adquirindo influência nos movimentos de massa (VECHIA, 2005). Foi nessa época que Luís Carlos Prestes, o comandante da Coluna Prestes, decidiu não apoiar Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e integrou-se ao PCB, numa negociação feita via Partido Comunista Argentino. A sua entrada ao PCB, além de contar com a simpatia da população ao “cavaleiro da esperança”, atraiu a entrada de ex-tenentes, companheiros seus, o que veio fortalecer o partido e lhe deu um perfil mais militarista, podendo planificar concretamente ações armadas. O cientista político mexicano Jorge Castañeda (1995) afirma que o PCB foi o partido comunista da América Latina que mais agregou militares em seus quadros políticos.

Em 1935 o PCB criou a Aliança Nacional Libertadora – ANL, que de acordo com Anita Leocádia Prestes (2005), foi uma ampla frente formada por segmentos representativos da sociedade, intelectuais, militares, comunistas, socialistas, sindicalistas, entre outros, e que lutava contra o avanço do integralismo, do fascismo, do imperialismo e do latifúndio. A ANL foi uma frente de luta ampla que a cada dia aglutinava mais participantes, fato que gerou preocupação no Governo, que tratou de considerá-la ilegal e reprimiu violentamente suas lideranças, afirmando que era uma associação a serviço do comunismo internacional.

Como já citamos no tópico anterior, a proibição à ANL gerou uma série de protestos populares e a idéia de uma luta armada fermentou-se. Dessa forma, o PCB organizou em novembro de 1935 uma insurreição armada que ficou conhecida como “Intentona Comunista”, sendo o primeiro evento em que o partido deixou a via institucional, as práticas políticas diretamente ligadas à Instituição-Partido, para uma ação direta, para uma ação armada, de tentativa de tomada do poder a partir das relações de guerra. O Levante partiu da tomada de quartéis militares das capitais de Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro e visou que as “massas” apoiassem a insurreição, acarretando assim a implantação de um Governo Comunista. Devido a sua pouca articulação e a não multiplicação do levante pelos movimentos de massas, em poucos dias ele foi desarticulado e seus líderes presos (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO). A “Intentona Comunista” foi forte justificativa para deixar o PCB novamente na ilegalidade e prender suas lideranças, voltando à legalidade somente em 1945.

Em 1945, após retorno à via institucional, o PCB conseguiu expressiva votação, elegendo Luis Carlos Prestes como senador e mais catorze deputados federais, com o consecutivo aumento de filiados, duzentos mil, tornando-se assim um partido nacional de massas (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO). A magnitude de tal votação recebida, fez

com que o historiador norte-americano Thomas Skidmore¹² considerasse o PCB como o Partido Comunista mais forte da América Latina (citado por CASTAÑEDA, 1995, p.32). Contudo esse movimento de ascensão foi bloqueado em 1947, quando o Presidente General Eurico Gaspar Dutra, apoiado nas políticas anti-comunistas norte-americanas derivadas do bipolarismo instituído pela Guerra Fria,

(...) pressionou o Supremo Tribunal Federal a tornar ilegal o Partido Comunista. As lideranças sindicais e a burocracia federal foram sistematicamente expurgadas de comunistas e militantes esquerdistas, sendo seguidas pelo Congresso, que em janeiro de 1948 expulsou seus 14 deputados e um senador comunistas (SKIDMORE, 1998, p.185).

Dessa maneira, mais uma vez o PCB é colocado na ilegalidade¹³, passando a defender novamente o enfrentamento violento contra o regime vigente, criticando o Governo Dutra “(...) com um extremismo ressentido. Mudou do pacifismo à pregação da violência revolucionária imediata” (GORENDER, 1998, p.23), por mais que a defesa à luta armada estivesse mais presente e concreta no discurso, do que em ações práticas. A retórica da luta armada voltava a ser a ênfase para a tomada do poder. Mas mesmo na clandestinidade, continuou a participar de campanhas nacionalistas, como “o Petróleo é nosso”, e a investir na mobilização dos trabalhadores e atacar os Governos Dutra e Vargas.

Na segunda metade da década de 1950, o PCB é obrigado a rever seus princípios políticos, em decorrência do impacto das denúncias contra Stalin do relatório de N. Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, que gerou uma crise e uma revisão das práticas não só no PCB, como a todo o movimento comunista internacional. O jornalista Emiliano José conta que o líder comunista Carlos Marighella chorou inúmeras vezes ao ler trechos como este do Relatório Krushev:

¹² Thomas Skidmore. *Politics in Brazil, 1930-1964*. Nova York: Oxford University Press, 1965.

¹³ Outros partidos comunistas latino-americanos também foram vítimas da Guerra Fria, sendo declarados ilegais da mesma forma, por exemplo, o PC do México e o PC do Chile entre 1947 e 1948 (CASTAÑEDA, 1995, p.38).

Stálin usou de métodos extremos de repressão em massa, numa época que a revolução já estava vitoriosa, quando o Estado Soviético estava fortalecido, quando as classes exploradoras já estavam liquidadas e quando as relações socialistas estavam solidamente enraizadas (...) quando nosso partido estava politicamente consolidado e se tinha fortalecido, numérica e ideologicamente. (...) Stálin revelou (...) sua intolerância, brutalidade e abuso do poder, (...) Frequentemente, escolheu o caminho da repressão e do aniquilamento físico, não só contra inimigos reais, mas contra o partido e o governo soviético (citado por JOSÉ, 1997, p.188).

Na cúpula do PCB houve crise, tensão e cisões, que acarretaram a mudança do Comitê Central e reformulações sobre suas práticas. Com o revisionismo das práticas políticas do PCUS, o PCB abandonou a perspectiva da revolução via luta armada e voltou a defender a Revolução brasileira via pacífica, ou seja, via institucional. Dessa forma, é nessa diretriz que surgiu a Declaração de Março de 1958, em que o PCB consolidava a visão de uma Revolução pacífica em duas etapas, “(...) assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista” (GORENDER, 1998, p.33). O PCB então viu no capitalismo uma forma de superar as estruturas arcaicas e feudais que se mantinham no Brasil; etapa primeira de libertação do país. Deste modo a idéia foi de atrair uma Frente Única, que poderia ser composta pelos mais distintos segmentos, até pela burguesia, pois o capitalismo estava sendo visto pelo seu caráter “progressista”. Reis Filho (1990) nos explica que para o PCB efetivar a revolução “(...) não seria mais necessário ‘acabar com o regime’, como se desejava em 1950 e 1954. Ao contrário, o caminho pacífico era a hipótese mais viável” (p.24). Privilegiava-se nesse momento a militância via institucional, pacífica, de diálogo, moderada, deixando a opção de uma tomada de poder pela violência bem distante¹⁴, ou seja, a perspectiva política foi de se aliar à burguesia para efetivar a primeira etapa da “revolução”; consolidava-se assim o “namoro” entre comunistas e populistas, ou seja, entre

¹⁴ Reis Filho (1990) também atribui que a opção via institucional, pacífica, foi feita, devido a críticas que o PCB fez em 1952 à via armada.

“esquerda” e parcela da “direita”, que resultou no apoio à gestão de Juscelino Kubitschek e a posterior aliança com João Goulart.

Em 1961, para fins de legalização, decidiu mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro e em 1962, devido a conflitos internos e ideológicos, um grupo de dirigentes saiu do PCB e criou o PCdoB – Partido Comunista do Brasil, ressuscitando o antigo nome e mantendo a linha stalinista, em detrimento do revisionismo populista que o PCB estava sofrendo. Esta divisão foi apenas o prenúncio de uma série de dissidências que iriam surgir posteriormente nessa mesma década.

Até o Golpe de Estado de 1964, o PCB¹⁵ foi o maior representante da esquerda no Brasil, tendo capilaridade e entrada no movimento sindical, movimento estudantil e entre os militares. O PCB teve um papel importante de articulador de movimentos e acontecimentos sociais, como também foi um partido que recebeu muitas críticas por chegar a corroborar em certas épocas com os governos populistas. Em seu percurso apresentou essa difícil composição em tentar ser uma organização revolucionária dentro de uma estrutura político-institucional de Estado; o que gerou um posicionamento às vezes no pólo mais combativo, radical, chegando a defender o recurso às armas e às vezes no pólo mais conciliador, em que inclusive fez alianças com os populistas. O PCB encarnou em suas práticas a Revolução e a Reforma, respectivamente nos seus movimentos de embate contra o Estado e de aproximação e conciliação com esse Estado. De seus quadros saíram muitos participantes da luta armada e uma de suas mais importantes figuras: Carlos Marighella.

¹⁵ Não era o único partido de esquerda, visto que havia outros, como o PORT, de tendência trotskista, que foi criado em 1953.

3. Anos 60: O Golpe de Estado e o surgimento da Guerrilha

3.1. Do imaginário da transformação social ao Golpe de Estado militar

Frente ao histórico de perseguição e proibição às práticas do PCB, do movimento sindical reivindicativo e da “esquerda militar” nas décadas anteriores, a década de 1960 chegou diferente, com o ideário da transformação social ocupando o imaginário social, de um devir-revolucionário atualizando-se em distintos movimentos sociais. A transformação era possível: 1949 foi o ano da bem sucedida Revolução Chinesa; no início de janeiro de 1959, a Revolução chegou à América Latina, quando Fidel Castro, Che Guevara e seus companheiros tiraram do poder de Cuba o ditador Fulgencio Batista; em 1962, a Argélia conseguiu sua independência. Os projetos por uma autonomia política e um autogoverno entraram em efervescência no mundo e no país.

A movimentação no Brasil também foi intensa, no plano macropolítico o presidente João Goulart estava permeável a reivindicações da esquerda e o projeto nacionalista-populista com leve toque socialista de Leonel Brizola, e seus “grupos dos 11” que gerariam o utópico “Exército Popular de Libertação”, estava crescendo. Havia a mobilização do movimento camponês, com as Ligas Camponesas, ligadas a Francisco Julião e que lutavam pela reforma agrária e pelo fim do latifúndio¹⁶ e tinham um lema combativo: “Reforma Agrária na Lei ou na marra”. O sindicalismo político também apresentou avanços, questionando a ordem legal instituída e criando entidades intersindicais como o Pacto de Unidade e Ação – PUA, o Fórum Sindical de Debates – FSD – e o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT – (WELMOWICKI, 2004). O movimento estudantil também estava com grande mobilização política. A UNE organizou os famosos CPCs – Centros Populares de Cultura – que

¹⁶ Movimento rural que iniciou treinamento guerrilheiro com apoio de Cuba em 1961. O campo de treinamento em Goiás foi descoberto e reprimido pelas Forças Armadas em 1962 (ROLLEMBERG, 2001).

representaram uma efervescência no terreno das Artes. Na Universidade de São Paulo – USP – houve a luta pela Reforma Universitária, que em 1962 se realizou “(...) a greve em favor da participação dos estudantes nos órgãos colegiados na proporção de 1/3 do conjunto dos membros” (ADUSP, 2004, p.11). Esta movimentação foi conhecida como a “Greve de um terço”, que foi a luta pela paridade entre as três instâncias, professores, funcionários e alunos, em que cada uma teria o direito à mesma porcentagem dos votos nos órgãos colegiados, projeto que radicalizava a idéia da democracia dentro da Universidade.

No âmbito político-institucional a situação no país continuava periclitante, tal como na década anterior, em que houve a deposição de Getúlio Vargas em 1954, fato que gerou seu suicídio, e posteriormente a resistência à posse de Juscelino Kubitschek à presidência, eleito em 1955, que teve que ser garantida por segmentos das Forças Armadas. Em 1960, Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais e tentou fazer uma coalizão de um distinto “(...) leque de forças: oligarcas liberais, classes médias, amplos contingentes de trabalhadores em 1961. Estavam todos, por diferentes razões, descontentes com os rumos da sociedade” (REIS FILHO, 2000, p.19). Então, assumiu a presidência com a herança de uma forte crise econômica e das grandes dívidas contraídas na gestão anterior. Como não tinha base partidária e nem grandes alianças políticas, tentou manobra política; renunciou e saiu do poder. Com sua renúncia foi o momento do vice-presidente, João Goulart – Jango, líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, assumir; posse que recebeu forte resistência dos ministros militares. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, interveio negociando com os golpistas para que Goulart, que também era seu cunhado, pudesse assumir.

O PCB também apoiava Jango. Esse apoio estava dentro do seu projeto revolucionário de via pacífica, em que na primeira etapa deveria haver uma “Revolução Nacional Democrática”, numa grande composição conjunta de diferentes setores da sociedade, e quando os traços feudais no campo e o imperialismo fossem erradicados, seria o momento da

segunda etapa, da Revolução Socialista, em que haveria a imposição de uma Nova Ordem, a Socialista, e a criação de um Governo Popular Revolucionário. Mas esse novo projeto e o atrelamento do partido a outros grupos, por mais que tenha tornado o PCB um partido de massas e atraído mais filiados, não animou muitos dos seus integrantes. Devido a essa mudança mais moderada e conformista de Plataforma Política do PCB, surgiram outras organizações de esquerda que se tornaram expressivas; o PCdoB, como citamos no tópico passado, que revivia um projeto político stalinista, e a ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, de referência trotskista. Ambas as organizações criticavam o compromisso de classes que o PCB efetivava com os grupos dominantes e sustentavam que a primeira etapa revolucionária defendida pelo PCB não era necessária, não querendo assim se aliar com a burguesia. Reis Filho (1990) considera que apesar das divergências, as plataformas do PCB, PCdoB e POLOP convergiam nos pontos centrais e questiona se essas divisões não contribuíram para um pequeno crescimento das organizações. Uma terceira organização emergente importante que merece ser citada é a Ação Popular – AP, que surgiu em 1963 por origem e inspiração católica.

As políticas populistas de Jango preocupavam as elites e segmentos das Forças Armadas, que temiam o crescimento e influência da esquerda. As elites apenas aceitaram a posse de João Goulart depois de criada uma emenda constitucional que transformava o sistema presidencialista em parlamentarista, diminuindo assim o poder do presidente. Porém, devido às dificuldades do sistema parlamentar, em que houve uma sucessão de renúncias de primeiros-ministros, um plebiscito nacional organizado em 1963 retornou o sistema político ao presidencialismo. Nesse período, o cenário econômico também estava turbulento, a inflação anual beirava os 100% e Jango radicalizou suas práticas, planificando reformas e decretos que “(...) incluíam desapropriação de terras e a nacionalização de todas as refinarias de petróleo privadas” (SKIDMORE, 1998, p.215). Tais ações deixaram extremamente

insatisfeitos os grupos dominantes. Em 13 de março de 1964 João Goulart e as esquerdas se uniram num comício que visou a aceleração das reformas; houve a participação de trezentas e cinquenta mil pessoas. A resposta veio em seguida, as elites e grupos conservadores organizaram passeatas em defesa à família e à propriedade, como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no dia 19 de março, que reuniu entre duzentas mil (GASPARI, 2002) a quinhentas mil pessoas (REIS FILHO, 2000). O conflito direto entre esquerda e direita era iminente.

A gota d’água surgiu com a tensão interna dentro das Forças Armadas. Desde 1961, a resistência de setores militares em relação à posse de Jango tornou manifesta a coexistência de forças contrárias na Instituição. Em 1963 houve a Revolta dos Sargentos em Brasília, em que se clamava pela elegibilidade de subalternos em cargos parlamentares e em 25 de março de 1964 foi a vez do motim dos marinheiros, em detrimento do segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB. Nesse encontro, Jango estava presente e os marinheiros fizeram algumas reivindicações e exigiram o reconhecimento da associação pela Marinha (RODRIGUES, 2004). Os ânimos se exaltaram e a assembléia se tornou uma rebelião. Os fuzileiros navais foram chamados para reprimir o movimento, contudo, após um diálogo com os revoltosos passaram a fazer parte da rebelião. Dois dias depois, quando os marinheiros concordaram em sair do Sindicato e com o fim do movimento, os insurgentes foram presos, mas logo foram anistiados pelo novo ministro da Marinha, fato que foi interpretado como complacência de João Goulart aos movimentos revoltosos dentro da Instituição militar¹⁷. Em 31 de março, Jango participou com um discurso inflamado e transformador, da Reunião da Associação de Suboficiais e Sargentos da

¹⁷ As interpretações mais correntes, como a de Gorender (1998), são de que “Cabo Anselmo”, um dos líderes do movimento dos marinheiros de 1964, tornou-se agente da polícia infiltrado apenas no período que “militou” na VPR – Vanguarda Popular Revolucionária. Contudo, já se especulava que ele fosse agente da polícia nesse acontecimento, o que foi confirmado em entrevista de Cecil Borer, diretor do DOPS do Rio de Janeiro durante o golpe de 1964 (FOLHA DE SÃO PAULO, 31 de agosto de 2009). Tal confirmação de seu trabalho como informante antes do golpe de estado acabou com sua pretensão de ser anistiado pela Comissão de Anistia. As ações de delação de “Cabo Anselmo” causaram a captura e morte de inúmeros militantes da VPR e de outras organizações armadas, como a morte de sua companheira que estava grávida dele de quatro meses.

Guanabara. Tais ações de Goulart contribuíram para a continuidade da tensão interna dentro da Instituição militar, o que poderia significar uma divisão e uma perda de controle dos oficiais sobre seus subalternos, algo que os dirigentes militares evitavam a todo custo. Ou seja, tais manifestações do então presidente aumentavam a instabilidade dentro das Forças Armadas e contribuíram para aumentar a inimizade que segmentos da Instituição militar sentiam por ele.

Então, chegou-se ao limite nesse cenário; dirigentes das Forças Armadas, que já planejavam a tomada do poder do Estado (GASPARI, 2002), aliados a grupos conservadores da elite civil executaram o Golpe de Estado nos dias de 31 de março e de 1º de abril de 1964, em que depuseram Jango do poder, com a justificativa de ser um golpe preventivo contra um possível golpe de João Goulart ou dos comunistas, que naquela conjuntura parecia ser algo bastante improvável. Elio Gaspari (2002) analisa a intrincada articulação do golpe pelos distintos segmentos militares, em que traz relatos sobre o conluio realizado pelos oficiais militares, a não resistência e a falta de planejamento estratégico de João Goulart, que tratou apenas de fugir, e a participação do governo dos EUA, que monitorou a operação e interviria com armamentos e outros materiais aos golpistas, caso fosse necessário. Entretanto, a ajuda bélica norte-americana não foi necessária; para a efetivação do golpe não houve nenhuma troca de tiros. Com a tomada do poder, as Forças Armadas iniciaram vinte e um anos de um governo militar no país, que para Gorender:

Não se visou à conquista da hegemonia da fração multinacional associada da burguesia (...) A articulação golpista teve em vista o oposto – a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado (...) Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coubesse a chefia de toda a classe burguesa (GORENDER, 1998, p.57)¹⁸.

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre as razões do golpe de 64 e suas controvérsias, sugerimos a leitura do artigo de Carlos Fico (2004), que discute as principais versões sobre a realização do golpe de estado.

3.2. Da repressão à mais-repressão: Do Golpe de Estado ao AI-5

Após a vitória do golpe, os militares começaram uma intensa perseguição aos seus inimigos políticos; prenderam as principais lideranças políticas da esquerda e no Nordeste “pelo menos uma dúzia de organizadores das ligas camponesas e líderes da esquerda foram torturados ou mortos” (GORENDER, 1998, p.216). O General Castello Branco foi nomeado presidente e realizou grande perseguição aos movimentos sociais, à “esquerda militar” e ao PCB, decretando a prisão de milhares de pessoas, por exemplo, sendo preso violentamente e baleado próximo ao coração Carlos Marighella (MARIGHELLA, 1995). O historiador Jacob Gorender (1998) nos informa que o volume de prisões foi tão grande que os presos já não cabiam nos presídios, criou-se assim os “navios-presídios” na costa de Santos e do Rio de Janeiro. O sindicalismo político também foi coibido, em que o Estado reprimiu qualquer tipo de organização de trabalhadores questionadora, realizando uma série de intervenções em Sindicatos; retomava-se assim a hegemonia do poder do Estado sobre a organização sindical e recuperava-se a velha estrutura de controle sobre os trabalhadores. No espetáculo e excessos da repressão, uma transmissão televisiva mostrou a queima da sede da UNE.

O Golpe de Estado de 1964 surpreendeu toda a esquerda, que não foi capaz de esboçar nenhum tipo de resistência. Na avaliação do principal dirigente do PCB, Luis Carlos Prestes, a iminência de um Golpe pelos militares não foi levada em consideração (GORENDER, 1998). Jango e Leonel Brizola, que poderiam articular uma oposição armada, decidiram partir para o exílio no Uruguai, configurando-se assim uma tomada de poder pelos militares que não enfrentou resistência armada dos grupos organizados e que teve apoio substantivo de diversos segmentos da sociedade civil, como por exemplo, as elites sociais e a Igreja.

Em posse do poder, os militares instauraram o estado de exceção através do dispositivo do ato institucional. Em 9 abril de 1964 decretaram o Ato Institucional¹⁹, em que conferiram poderes extraordinários ao Executivo, a reforma de militares, a cassação de mandatos eletivos e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. Em 1965, com o Ato Institucional número 2 extinguiu-se todos os partidos existentes, reabriu-se as cassações políticas e criou-se um sistema bipartidário, com um partido do governo, ARENA – Aliança Renovadora Nacional – e um da oposição, MDB – Movimento Democrático Brasileiro. A grande manobra do governo era de manter maioria permanente da ARENA. Esse primeiro período, do governo de Castello Branco, é chamado de *constituição do regime político ditatorial-militar* pelo cientista político Adriano Codato (2005).

As organizações de esquerda novamente foram postas na clandestinidade e muitos militantes foram presos ou procurados²⁰. Às organizações restou o movimento de avaliar a derrota no Golpe de 1964 e repensar em suas estratégias. O PCB de um lado culpava a estratégia populista, já os populistas e outros grupos da esquerda, inclusive dentro do PCB, culpavam a estratégia da via pacífica adotada pelo PCB como imobilista e desastrosa. Mesmo com a derrota, o PCB preferiu manter a estratégia política da via pacífica e continuar a investir nos movimentos de massa. Tal posição da direção do Partido gerou uma série de descontentamentos dentro do PCB, que provocou uma cascata de cisões e o surgimento de novas organizações que rechaçavam a idéia da via pacífica e buscavam um confronto direto contra o regime, via luta armada. Os descontentes se agruparam dentro do Partido em uma “tendência” chamada Corrente Revolucionária. Ao mesmo tempo, Reis Filho (1990) afirma que as bases estudantis ganhavam autonomia dentro do PCB, rompendo assim com a

¹⁹ Este ato institucional não tinha número, pois supunha-se que seria o único, de acordo com a interpretação de Gaspari (2002).

²⁰ Gorender cita também o episódio das cadernetas de Prestes. Devido a um descuido do secretário-geral do PCB, a polícia encontrou em sua residência 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de informações, material que contribuiu para a polícia ter acesso a informações de práticas confidenciais e identificar os componentes do Partido (1998, p.94).

tradição dos comunistas, que sempre ficavam dependentes das orientações da cúpula dirigente. Em 1965 criaram a Dissidência, que se multiplicou em diferentes estados. Os constantes desacordos, a emergência de novos grupos e o recrudescimento da opressão via regime militar fizeram surgir a necessidade de novas estratégias de luta. Dessa forma, em agosto de 1967, o dirigente Carlos Marighella participou, sem o conhecimento do PCB, da Conferência Internacional em Havana/Cuba que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, uma tentativa de uma organização internacional que fomentaria a Revolução na América Latina, “(...) comprometida com as definições cubanas sobre a luta armada no continente” (REIS FILHO, 1990, p.49). Marighella foi desligado do partido e já estava convicto em partir para a luta armada. Parte da Corrente Revolucionária e parte das Dissidências de São Paulo e de Distrito Federal o acompanharam e assim criaram o Agrupamento Comunista, que no fim de 1968 adotou o nome de Ação Libertadora Nacional – ALN. Outra parte da Corrente também saiu do PCB e criou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, composto por militantes como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. A Dissidência de Porto Alegre se aproximou de uma parte da POLOP e criou o Partido Operário Comunista – POC e as Dissidências de Paraná e São Paulo tiveram um fluxo de militantes para a ALN e o PCBR. Já as Dissidências de Guanabara e do Rio de Janeiro se separaram do PCB mantendo-se autônomas.

A POLOP também sofreu essa fragmentação, além de gerar o POC, deu origem a uma série de organizações da luta armada, como: Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, Comandos de Libertação Nacional – COLINA, Movimento Armado Revolucionário – MAR, entre outras organizações. O PCdoB também não saiu incólume a esse processo de divisões, originando mais duas organizações: o PCdoB-Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário – PCR.

Constituiu-se um diversificado quadro de diferentes organizações de esquerda que lutavam pela transformação do país. Em suas práticas políticas podemos definir dois tipos principais; o massismo, o trabalho de massas, defendido principalmente pelo PCB e pela AP e o militarismo, na vertente foquista cubana, pautada no foco guerrilheiro, adotada por uma série de organizações dissidentes do PCB, e na vertente maoísta, da revolução no campo, opção adotada pelo PCdoB.

O movimento de massas que conseguiu se organizar mais rapidamente depois do Golpe de 1964 foi o movimento estudantil. Mesmo com sua sede destruída pelos militares, a UNE conseguiu manter sua mobilização, a realização clandestina dos seus congressos e a organização de estudantes nas Universidades e no ensino secundarista. O movimento estudantil também se juntou a movimentos artísticos, como o teatro e a música e se tornou o porta-voz da insatisfação social com o regime, organizando enormes manifestações. Diversos quadros da guerrilha vieram deste movimento, como em nossa pesquisa, cujos entrevistados “Deputado” e “Fotógrafo” vieram do movimento estudantil universitário e “Jornalista” do movimento estudantil secundarista. Praticamente nesse mesmo período aconteceram manifestações estudantis em todo o mundo:

Casi en todas partes los establecimientos superiores entran en ebullición: la London School of Economics en marzo de 1967, las universidades de Trento en noviembre, de Madrid en enero de 1968, de Leicester en febrero, de Roma en marzo; Columbia es tomada en abril, la revuelta explota en mayo en París, en Belgrado en junio, en Japón y México en todo verano, en Frankfurt en septiembre, etc. También se observan movimientos en Bélgica, Suecia, Polonia y Checoslovaquia. Los ingredientes y reivindicaciones suelen ser similares: el anti-norteamericanismo y el apoyo a Vietnam, la crítica del contenido de la enseñanza y la sociedad de consumo, a los que se agregan factores propios de cada país que inervan con sus particularidades la agitación estudiantil dejando una huella profunda (SOMMIER, 2009, p.32).

Por outro lado, o movimento sindical reivindicativo brasileiro não acompanhou a efervescência política do movimento estudantil e teve mais dificuldades para se organizar, pois o Estado regido pelos militares endureceu o controle sobre os trabalhadores, tornando

ilegais as greves e a formação de centrais sindicais. Welmowicki (2004) conta que no período da ditadura militar, dois mil setecentos e oitenta e seis sindicatos tiveram suas diretorias cassadas. Todavia, mesmo no meio de tanta repressão, greves expressivas de metalúrgicos ocorreram nas cidades de Contagem/MG em 1967 e em Osasco/SP em 1968, em que surgiram militantes, como José Ibrahim, líder sindical de Osasco, que participaram da luta armada, nesse caso da VPR. Dentro do movimento religioso também surgiram participantes que auxiliaram a guerrilha, como o caso dos frades dominicanos e dos adeptos da teologia da libertação, que realizavam atividades políticas que contribuía com a ALN (FREI BETTO, 1982).

Já do outro lado da fronteira, em seu exílio no Uruguai, Leonel Brizola agrupou em torno de si alguns sargentos e marinheiros cassados e perseguidos pelo regime militar. E com treinamento militar e suposto apoio financeiro de Cuba esse agrupamento foi chamado de Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR. O projeto, com influência direta cubana, era de implantar três focos de guerrilha rural, um na Serra do Caparaó, em Minas Gerais, um no norte do Mato Grosso e outro no norte do Goiás, que foi transferido para a cidade de Imperatriz em Maranhão. Quando os focos estourassem, Brizola retornaria tentando levantar as forças populares, objetivando dividir as Forças Armadas para dar o contra-golpe. Para efetivar esse objetivo, foram enviados militantes para obterem treinamento guerrilheiro em Cuba, para conseguir implantar os focos no Brasil. Dessa forma, em outubro de 1966 catorze militantes instalaram-se na Serra do Caparaó e prepararam treinamento na região para organizar o foco guerrilheiro. Contudo, as condições adversas da mata, a distância da comunidade, para não dizer total isolamento, e a falta de infra-estrutura geraram um grande desgaste aos guerrilheiros. Deste modo, foram facilmente desbaratados pelas forças militares em abril de 1967, sem travar um único tiro contra o inimigo. Primeiramente a Polícia Militar de Minas Gerais prendeu os guerrilheiros e quando avisou o Exército sobre a existência do

foco guerrilheiro, cerca de dez mil soldados se dirigiram à região. Muitos militantes do MNR foram presos e após a queda do foco de Caparaó, Brizola ordenou o fim da mobilização dos outros dois focos e evitou falar sobre esse acontecimento (ROLLEMBERG, 2001).

As peças do jogo estavam na mesa. De um lado a esquerda se reorganizou em diversas organizações que buscavam a revolução pela luta armada ou pela via pacífica, através do trabalho de massas. Do outro lado, o Governo militar aprimorava seus meios de controle e repressão através de sua polícia política e serviço de inteligência, perseguindo e reprimindo os movimentos sociais. Em 1968, em meio às manifestações estudantis inspiradas pelo maio de 68 francês, a repressão “destruiu” o movimento estudantil aprisionando todos os participantes, cerca de setecentos, do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna/SP. Em dezembro o golpe veio mais forte; após um discurso crítico ao regime do Deputado Márcio Moreira Alves, o poder executivo pediu ao Congresso que se abrisse processo contra ele. Utilizando sua negativa como justificativa, em 13 de dezembro de 1968 o Governo decretou o Ato Institucional número 5 – AI-5, em que houve a “legalização” da repressão pelo Estado, ou o que muitos dizem, do “Golpe dentro do golpe²¹”:

O Congresso foi fechado (embora não abolido) e todos os crimes contra a ‘Segurança Nacional’ passaram a ser da alçada da Justiça Militar. A censura foi introduzida, visando especialmente à televisão e ao rádio (...) Escuta telefônica, violação de correspondência e denúncias por informante tornaram-se lugar comum. As aulas nas Universidades eram controladas e uma onda de expurgos atingiu os principais docentes (...) As forças de segurança puseram na mira especialmente clérigos e estudantes da oposição (SKIDMORE, 1998, p.232).

O AI-5 é o emblema do período mais duro de repressão do Governo militar, segundo período que Codato (2005) categorizou como *consolidação do regime ditatorial-militar*, referente aos governos dos militares da “linha dura”, Costa e Silva e Médici. Todos os movimentos sociais foram considerados clandestinos, sofrendo assim uma dura perseguição e

²¹ Carlos Fico (2004) entende o AI-5 não como um “golpe dentro do golpe”, mas sim como uma prática política coerente e decorrente das práticas anteriores da ditadura militar.

diminuição na participação. A muitos militantes de movimentos de massa restou-lhes a opção de abandonar a política, ou de radicalizar sua participação indo para a luta armada, ou seja; desistir ou insistir.

3.3. A Guerrilha e o Estado no pós-AI-5

No período pós-AI-5 chegou ao poder o oficial de linha dura, General Emílio Garrastazu Médici, marcado como o presidente do período mais violento do regime militar, período em que ocorreu muitos casos de torturas e assassinatos de perseguidos políticos, em que, até hoje, não foram revelados os paradeiros de inúmeros militantes.

Com o recrudescimento da repressão pelo regime, as organizações da luta armada também intensificaram suas práticas. Entre os anos de 1968 e 1972 se concentrou uma série de ações armadas dos guerrilheiros, algumas espetaculares, que envolveram assaltos a bancos, expropriações de armas, seqüestros de embaixadores e cônsules, ataques aos militares, atentados gerais, fugas, etc. que objetivavam a desmoralização do governo, a revolução socialista e a tomada de poder.

Com o desenvolvimento das organizações de esquerda de luta armada, o regime militar se aparelhou, sofisticando seus mecanismos de repressão para obter informações e reprimir a guerrilha. A Operação Bandeirantes – OBAN – foi a primeira organização de repressão violenta direta e tinha como objetivo integrar as ações das três forças armadas, da polícia federal e das polícias estaduais. Em 1970 foi criado o DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, diretamente ligado à OBAN, que passou a ocupar o primeiro lugar no quesito da repressão política (NERCESIAN, 2006).

Inúmeras ações e (in)contáveis histórias se desenrolaram nesse pano de fundo²². De um lado, as organizações de luta armada que buscavam fundos e armas para sua luta e o apoio popular. Do outro, o Estado que sofisticava seus mecanismos de repressão utilizando métodos violentos de tortura para tentar sobrepujar a oposição armada e a mídia para ganhar a opinião pública. A luta armada no Brasil tinha o apoio de Cuba e enviou dezenas de militantes para terem treinamento de guerrilha rural na “Ilha” (ROLLEMBERG, 2001), já o Estado brasileiro tinha apoio da CIA e dos Estados Unidos para desenvolver seus “mecanismos de inteligência²³”. A Guerra entre esses dois pólos antagonistas foi muito violenta e as organizações armadas de esquerda levaram a pior.

Dentro das organizações da luta armada continuava o conflito entre que estratégia adotar para se efetivar a revolução desejada. A polarização ainda era a mesma que o PCB enfrentou por décadas: assumir a via massista, do trabalho de massas, ou assumir a via militarista, do confronto direto. Tal debate vai permanecer até o fim nas organizações armadas e foi responsável por gerar mais divisões nelas, como por exemplo, a recriação da VPR, depois da divisão com a VAR-Palmares (LUNGARETTI, 2004).

Na década de 1970, a política liberal internacionalista do Governo começou a dar resultados econômicos, devido aos vultuosos empréstimos com bancos internacionais, o que foi chamado de “milagre econômico” brasileiro, acontecimento que gerou o encobrimento da violência do Estado sobre seus inimigos políticos. Nessa época também foi criado o lema “Brasil: Ame-o ou deixe-o”. Esses anos mostraram um desgaste da fórmula da guerrilha urbana, em que grande parte dos militantes das organizações já havia sido assassinada, presa ou estava exilada. Líderes importantes como Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, da ALN,

²² A obra de Gorender (1998) conta com detalhes uma série delas. Citaremos concepções, estratégias e alguns acontecimentos da guerrilha no capítulo 3.

²³ “Según cifras oficiales, entre 1950 y 1969, los americanos entrenaron a 50.000 latinoamericanos dentro de su programa de asistencia militar” (MOSS, 1973, p.200, a partir do documento da SUBSECRETARÍA DE DEFENSA. Military Assistance and Foreign Military Sales Facts. Washington, marzo de 1970). Moss complementa: “El hecho de que más de la mitad de los oficiales del ejército brasileño hubiera recibido entrenamiento americano, es un ejemplo de la amplitud del programa” (1973, p.200).

e Lamarca, da VPR/MR-8, foram eliminados pela repressão. A guerrilha urbana foi dizimada pela brutalidade de Estado.

O PCdoB, desde 1966, apostava na estratégia maoísta, de preparar a guerrilha rural. Então, desde o fim da década de 1960 deslocou guerrilheiros para a região do Araguaia, sul do Pará, local onde foi organizada a “Guerrilha do Araguaia”. Diferentemente do foco em Caparaó, os militantes do PCdoB ganharam a simpatia da comunidade e conseguiram, de certa forma, ganhar alguns adeptos para a causa revolucionária, pensando na consolidação do seu futuro Exército Popular. No entanto, a partir de 1972, o Exército começou a investir contra a Guerrilha, ocasionando conflitos e prisões de militantes, como por exemplo, do nosso entrevistado “Deputado”. Contudo as duas operações militares de 1972 não tiveram êxito e a guerrilha conseguiu se reorganizar. Mas as investidas militares de 1973 e 1974, a maior operação militar brasileira desde a Segunda Guerra Mundial, conseguiram destruir a Guerrilha do Araguaia. Contabiliza-se cerca de 70 guerrilheiros assassinados e dez presos pelas Forças Armadas (PORTELA, 2004). Não só os militantes do PCdoB sofreram com a violência do Exército, como também a população local foi alvo de severas torturas para o fornecimento de alguma informação sobre os guerrilheiros. A região do Araguaia até hoje é marcada pela Violência do Estado da década de 1970.

Dessa forma, com a intensa e violenta repressão do Estado, os movimentos foram sendo dizimados e desarticulados. A estratégia da via pacífica do PCB foi derrotada em 1964, como também a estratégia via revolução armada das organizações de esquerda também foi derrotada no período 1964-1974²⁴. O saldo da repressão militar de 1964 a 1979, calculada por “baixo” através de uma série de documentos pelo historiador Jacob Gorender foi de:

Cerca de 50 mil pessoas com passagem pelas prisões por motivos políticos, cerca de 20 mil pessoas submetidas a torturas físicas também por motivos políticos; 360 militantes de esquerda mortos pelos órgãos repressivos,

²⁴ Retomaremos uma maior discussão de características das organizações que adotaram a luta armada no capítulo 3, sobre a “Guerrilha contra o Estado”.

incluindo 144 dados como “desaparecidos”; centenas de baleados em manifestações públicas, com uma parte incalculável de mortos; 8 mil acusados, mais 11 mil indiciados em 800 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional; centenas de condenações a penas de prisão, 4 condenações a pena de morte; 130 banidos do território nacional; milhares de exilados; 780 cassações de direitos políticos por dez anos com base em ato institucional; incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discricionários (GORENDER, 1998, p.269/70).

4. Novo sindicalismo, anistia, redemocratização do país e neoliberalismo

Os últimos dois governos da ditadura militar no Brasil, dos Generais Ernesto Geisel, de 1974 a 1978, e João Baptista Figueiredo, de 1979 a 1985, considerados respectivamente como os períodos da *transformação do regime-ditatorial militar* e da *desagregação do regime ditatorial-militar* (CODATO, 2005), foram efetivados num quadro distinto: o país já sentia a recessão do “Milagre Econômico” e o partido da oposição, o MDB, havia obtido expressiva votação sobre a ARENA nas eleições estaduais de 1974, já sob o governo de Geisel, mostrando o descontentamento do povo com o regime militar. A classe média e associações civis também pressionavam o Governo, devido às denúncias de torturas e assassinatos. Os setores “progressistas” da Igreja católica, com sua luta em defesa dos direitos humanos, exerceu forte pressão sobre o Governo e exigiu a prestação de contas sobre os mortos e desaparecidos. Assim com essas negociações:

O governo Geisel acompanhou essas manobras políticas com um abrandamento da censura e da vigilância policial em 1974-75 – um movimento que encorajou os grupos da oposição. A Ordem dos Advogados do Brasil, em particular, tornou-se mais agressiva. Uns poucos líderes entre os homens de negócios progressistas em São Paulo exigiram a volta à democracia, e os metalúrgicos dessa cidade começaram a se reunir em assembléias para protestar contra a política salarial (SKIDMORE, 1998, p.256).

Dessa maneira houve toda uma conjuntura política e econômica, também devido a recessão, que levou aos militares organizarem uma saída do poder, numa abertura política,

conhecida pela meta de ser “lenta, gradativa e segura distensão” (GASPARI, 2002, p.26), em que se organizava uma transição do governo militar a um governo civil. A repressão e torturas realizadas pelos militares macularam a imagem das Forças Armadas, que entravam em desprestígio com as elites e camadas populares. O MDB obteve vitórias em vários estados do país em que havia propaganda anti-governamental e “O resultado foi que o governo perdeu sua maioria de dois terços no Congresso e, portanto, sua capacidade de emendar a Constituição à vontade” (SKIDMORE, 1998, p.258). Do ponto de vista do Governo, Gaspari considera que o início do “fim da ditadura” teve como acontecimento emblemático a demissão do Ministro da Guerra Sylvio Frota, da linha dura, pelo presidente Ernesto Geisel:

No dia 12 de outubro de 1977, com a demissão de Frota, dissolveu-se a mais perversa das anomalias introduzidas pela ditadura na vida política brasileira, restabelecendo-se a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas. Encerrou-se o ciclo aberto em 1964, no qual a figura do chefe do governo se confundia com a de representante da vontade militar, tornando-se ora seu delegado ora seu prisioneiro. A maioria dos instrumentos jurídicos do regime ditatorial sobreviveria ainda por alguns anos, mas a recuperação do poder republicano do presidente significou a disponibilidade do caminho da redemocratização (GASPARI, 2002, p.34/35).

Com todo esse quadro, os movimentos sociais puderam respirar e se reorganizar sofrendo uma repressão menor do que no início da década, mas que ainda era muito violenta, por exemplo, mesmo com a linha pacifista adotada pelo PCB, entre 1974 e 1976, dezessete dirigentes foram presos, dos quais dez “desaparecidos”, enquanto os outros tiveram que se exilar. Nesse período, a repressão também assassinou três dirigentes históricos do PCdoB, no conhecido e vergonhoso Massacre da Lapa (POMAR, 2006) e assassinou o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho nas dependências do Exército (GORENDER, 1998). Contudo, em meio a esses atos de extrema violência pode-se considerar que a sociedade civil pôde retomar sua voz e expressão com um controle menor, em que novos atores sociais puderam entrar no cenário político (SADER, 1988). Nesse processo de transição, no último dia de 1978 o Governo acabou com o AI-5.

Um movimento expressivo emergente foi o dos trabalhadores, principalmente dos metalúrgicos da região do ABC paulista, uma região que concentra um grande número de indústrias em São Paulo, que trouxe grandes líderes para o país, como Luis Inácio Lula da Silva. O movimento dos trabalhadores emergiu nessa década externamente aos sindicatos com reivindicações salariais. Em 1974 realizou-se o I Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo, questionando o aumento de trabalho, relacionado à produtividade e às altas taxas de lucro da indústria automobilística. A mobilização aumentou até que em maio de 1978 estouraram as grandes greves na indústria automobilística no ABC, quando as “máquinas pararam”. O sociólogo Ricardo Antunes (1992) chamou esse fenômeno de “espontaneidade operária”, em que o movimento grevista foi antes disparado pela base trabalhadora, ao invés de suas entidades representativas, com reivindicações contra a demasiada exploração do trabalho e contra o arrocho salarial. Cento e cinquenta mil trabalhadores paralisaram seus trabalhos. Esse movimento de maio de 78 “marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil depois de uma década de resistência operária” (ANTUNES, 1992, p.26). Ele marcou a volta do proletariado à cena política brasileira.

Tal movimentação realizou-se à parte dos sindicatos, exteriormente a eles, pois muitos desses sindicatos “pelegos” atuavam contra a greve e a favor dos empresários e do Estado. Muitos dirigentes sindicais procuravam negociar com os patrões adotando uma posição conciliadora, ao invés de reivindicar os direitos da classe trabalhadora. Considera-se que muitos desses dirigentes tinham se acomodado a uma posição de “liderança burocrática”, ausentando-se assim de conflitos diretos nessas entidades.

Em 1979, nova greve geral no ABC paulista nasceu da base; cerca de cento e setenta mil trabalhadores pararam na região (ANTUNES, 1992). Assembléias foram realizadas com a participação de quase cem mil trabalhadores, tendo no ato de 1º de maio a presença de cento e trinta mil. Lula era a grande liderança do movimento. Devido a essas mobilizações, o Estado

decretou intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos e houve muita repressão policial. Contudo, essa movimentação mostrou a força dos trabalhadores e além do ganho concreto reivindicado, desvelou a ligação do Estado militar da ditadura com o empresariado, significando uma maior conscientização acerca das relações de poder e o fortalecimento da importância do movimento sindical. Em 1980 ocorreu a greve de 41 dias: Lula e as principais lideranças do movimento foram presos, mas esses novos atores estavam em campo e expressaram uma força no movimento dos trabalhadores jamais vista.

O movimento estudantil também se reorganizou e refundou publicamente suas entidades, visto que em toda década de 1970, escondeu-se sob a fachada de Congressos Acadêmicos e científicos. Dessa forma, em 1979 a UNE foi refundada em Salvador, no seu XXXI Congresso, depois de quinze anos na clandestinidade. Foram 500.000 votos diretos para a constituição da diretoria da entidade. Porém, em 1980, o governo de Figueiredo, em represália, decretou que a antiga sede da UNE, o clube Germânia, fosse destruída (MEDINA, 1989, p.124).

A anistia também foi uma luta dessa década, que adquiriu visibilidade a partir de 1977 através de uma série de movimentos de entidades da sociedade civil, em que a participação de familiares dos guerrilheiros foi decisiva. “Em agosto de 1979 o Congresso aprovou (sabendo que o governo aceitaria) uma Lei de anistia que, como era típico na história brasileira, aplicava-se a todos os crimes políticos, do governo e da oposição. Os exilados, famosos e não tão famosos começavam a voltar para casa” (SKIDMORE, 1998, p.259). Anistiaram-se todos os crimes igualmente, seja de perseguidos políticos ou de torturadores do período do regime militar.

O último presidente militar, João Baptista Figueiredo, além da transição, também herdou toda a crise econômica das dívidas que o governo militar contraiu para o Brasil. Tal situação ficou tão insustentável que emergiram maiores mobilizações populares, como vimos

acima, como a intensificação das greves dos trabalhadores. Tal organização popular corrente no Brasil possibilitou posteriormente a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT – e da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Com toda essa movimentação, a sociedade civil se fortaleceu e gerou outro movimento, o das Diretas Já, para as eleições diretas para presidente, com o objetivo de que todo cidadão pudesse votar. Grande pressão popular, centenas de milhares de pessoas nas ruas, que culminou na emenda Dante Oliveira, pró-diretas. Quando se votou a emenda no Congresso, conseguiu-se a maioria da adesão dos parlamentares votantes, vencendo por 298 a 65, porém para a desilusão de muitos ela foi rejeitada, pois não atingiu o quorum exigido para a alteração da Constituição. Esse dia foi conhecido como a “Madrugada da vergonha nacional”. Dessa forma em 1985 houve eleições indiretas para presidente, em que venceu o candidato do agora PMDB, Tancredo Neves contra o candidato Paulo Maluf; assim os militares deixavam oficialmente o poder.

Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência, morreu antes de sua posse. Assumiu o seu vice, José Sarney, encontrando um instável momento econômico no país. Codato (2005) denomina esse período de *transição, sob tutela militar, para o regime liberal-democrático*. Podemos citar como uma das realizações desse período, a convocação de um processo constituinte em 1986, que preparou a “Nova” Constituição do país, promulgada em 1988.

E os movimentos de esquerda, como se adaptaram à redemocratização do país? No caso do movimento sindical, houve as decorrências das grandes mobilizações do fim da década de 1970, com a criação de um grande bloco crítico, que foi a CUT e que influenciou a formação do PT. No movimento estudantil encontramos outro quadro. Em 1985, a UNE, com uma direção majoritariamente composta pelo PCdoB estreita seus laços com o presidente José Sarney. Contudo Ribeiro (1998) critica que o movimento estudantil, representado pela UNE,

já não tinha mais a autonomia que tinha no passado e se atrelou aos interesses do governo, que não tinha nada de esquerda.

O ano de 1986 marca a consolidação de uma política conciliadora, aparelhista e exclusivista de gestão da UNE, com o apoio irrestrito ao governo Sarney. A diretoria da UNE faz um pacto com as elites dominantes, transformando questões, que antes eram discutidas entre os estudantes, em problemas a serem resolvidos entre entidade e governo, sem consulta nenhuma às bases (RIBEIRO, 1998, p.88).

Por outro lado surgiu um novo e grande movimento de massas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que é um dos movimentos rurais mais expressivos pela Reforma Agrária e pelo fim do latifúndio da América Latina.

No campo dos partidos, o PCB e o PCdoB chegaram enfraquecidos, dando espaço ao PT, que era o partido de esquerda que mais crescia e que aglutinou grandes segmentos da esquerda e muitos ex-participantes da luta armada. A cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida nos conta sobre a pluralidade de movimentos sociais que participavam do PT:

El PT se formó a partir de la convergencia de líderes sindicales de la gran industria y del sector público, intelectuales que hicieron oposición al autoritarismo, parlamentarios de la izquierda del MDB, activistas conectados a la Iglesia Católica, ex-militantes de los grupos de oposición armada, trotskistas de distintas matices. Reclutó sus cuadros y militantes en el movimiento sindical de la ciudad y del campo, en el sindicalismo del sector público, en los movimientos sociales que se multiplicaron en las periferias urbanas, en las organizaciones de base de la iglesia, en las entidades estudiantiles (ALMEIDA, 2007, p.5).

Sua base social também era composta por “(...) operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros, e do setor de serviços, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino” (MARTINEZ, 2007, p.246). A criação do PT, toda sua complexidade, poderia ser um capítulo a parte, mas aqui nos limitamos a citar a afirmação de Almeida (2007), a qual defende que o PT nunca foi um partido revolucionário, sempre foi reformista.

O PT nunca foi um partido marxista, por mais que marxistas compusessem parte dos quadros políticos do partido. Tampouco Lula se identificava ou se identifica com o marxismo. Não que consideremos que seja importante ser marxista, mas tal questão implica numa descontinuidade ideológica do PT com os partidos e organizações de esquerda da década de 1960 que se afirmavam marxistas, leninistas, trotskistas, maoístas, etc. Citamos dois trechos de uma entrevista de Lula a J. Castañeda em 06/06/1991 em Cidade de México, D.F, em que a liderança política assume uma posição mais próxima de uma “social-democracia” do que de um socialismo, em que vislumbra a social-democracia europeia como uma boa solução às vicissitudes sociais no Brasil:

É difícil dizer se nossa política municipal é de direita ou de esquerda. O PT segue uma política administrativa dentro do marco de referência que está permitido (LULA citado por CASTAÑEDA, 1995, p.180)

Se você alimenta a milhões de brasileiros famintos, a comida é a revolução. Se você dá dentistas aos meninos sem dentes, um par de sapatos a meninos descalços, essa é a verdadeira revolução. Carecer dessas coisas é um dos males do capitalismo, mas também é uma das coisas importantes na vida, porque não se necessita de um verdadeiro socialismo para poder comer, para ter trabalho. O capitalismo pode chegar muito longe: basta com que o capitalista tenha a decência de reduzir sua margem de ganância, de aumentar a participação dos trabalhadores. Em outras palavras, que simplesmente distribua: essa é a minha tese e me acusaram de ser comunista por afirmar isso. Se o capitalismo garante a possibilidade de todo ser humano de ter um nível de vida como o povo sueco, ou o dinamarquês, ou os belgas, então eu sou pró-capitalista. Eu quero que alguém garanta que a riqueza do mundo se distribua de um modo adequado (LULA citado por CASTAÑEDA, 1995, p.183).

Talvez o que ocorreu em relação ao PT foi mais uma grande expectativa de intelectuais de esquerda sobre o partido, atribuindo a ele características revolucionárias e transformadoras, do que o PT realmente assumir esses traços em seu projeto eleitoral. Um encontro emblemático que expressa nosso pensamento foi a entrevista que o militante e psicanalista Félix Guattari realizou com Lula no início da década de 1980 (GUATTARI, 1982), em que estava totalmente empolgado com sua liderança, atribuindo a Lula e ao PT características de uma máquina de guerra, mas logo depois em 1985, Guattari, em carta à sua

amiga e professora da PUC-SP, Suely Rolnik, já demonstrava sua desilusão com o PT, abordando seu processo de institucionalização (GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Podemos afirmar que com a redemocratização do país, todos os movimentos de esquerda optaram pela via pacífica como estratégia política, pela via institucional, através da Instituição-Partido, para se chegar ao poder do Estado. E foi nesse espírito que o PT lançou Lula como candidato a presidente nas eleições de 1989, eleições em que concorreram figuras históricas da política nacional, como Leonel Brizola, do PDT – Partido Democrático Trabalhista, Ulysses Guimarães, antiga liderança do PMDB, entre outros, e candidatos praticamente desconhecidos da opinião pública, como Fernando Collor de Mello, do PRN – Partido da Reconstrução Nacional, o “Caçador de Marajás”. Em muitas pesquisas eleitorais, Lula foi líder nas intenções de votos, contudo em maciça campanha da Mídia a favor do desconhecido e jovem Fernando Collor e o terror despertado na sociedade em relação às vicissitudes que o “comunismo” poderia trazer; Lula²⁵ foi derrotado. Collor vence e imprime uma abertura do mercado seguindo a cartilha neoliberal, mas logo sofreu um processo de impeachment, articulado pelo Congresso e apoiado por grandes manifestações do movimento estudantil, que foram adjetivados pela mídia como o movimento dos “caras-pintadas”. Com sua deposição, assume o vice-presidente Itamar Franco. Os governos de Collor, Itamar Franco e o posterior de Fernando Henrique Cardoso são categorizados por Codato (2005) como o período da *consolidação do regime liberal-democrático*, período no qual talvez possamos incluir o Governo Lula²⁶.

No cenário internacional houve o colapso do projeto comunista. A União Soviética entrou em crise e buscou a abertura com a Perestroika de Gorbachov, em 1989 houve a queda

²⁵ A mídia estimulou a paranóia da população em relação à possível implantação de um governo comunista, caso Lula fosse eleito. Um engodo, pois Lula é um político que nunca se auto-denominou como comunista.

²⁶ Devido ao acontecimento recente do Governo Lula, de um governo de esquerda num horizonte neoliberal, não sabemos se podemos caracterizar a gestão do PT como continuidade das práticas neoliberais das gestões anteriores ou se é o início de um novo período, com ares de uma “social-democracia latinoamericana”. Alguns autores preferem pensar que o atual governo é continuísta do anterior, como Boito Jr. (2003), o qual desenvolve em artigo o desenvolvimento das práticas neoliberais no programa do governo Lula, práticas que são diretamente herdeiras do governo FHC.

do muro de Berlim e a violenta repressão do Governo chinês aos estudantes na Praça da Paz Celestial em Pequim (MARTINEZ, 2007); em 1990, houve a derrota eleitoral sandinista, do presidente e candidato Daniel Ortega para Violeta Chamorro (CASTAÑEDA, 1995); e em 1991, houve a dissolução da União Soviética e o fim da Internacional Comunista. Tais acontecimentos abalaram a crença no projeto comunista como modelo para a transformação social e para muitos representava o triunfo do neoliberalismo. O PCB não passou incólume a essas mudanças e em seu Congresso de 1991 decidiu pela renovação, adotando uma nova concepção político-ideológica e mudando seu nome para Partido Popular Socialista – PPS. Seria o fim do projeto comunista?

Nas eleições de 1994, Lula começou na frente nas pesquisas de opinião. O PMDB se dividiu e deu origem a outro partido, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, um partido de centro-esquerda que seguia em sua plataforma política o modelo social-democrata europeu. O PSDB lançou como candidato o sociólogo Fernando Henrique Cardoso – FHC, ex-professor da USP, intelectual respeitado, que teceu importantes reflexões sobre a dependência econômica latino-americana, e propôs ao PT uma aliança, em que Lula deveria ser o vice da chapa. O PT não aceitou e novamente perdeu as eleições (SKIDMORE, 1998). Nas eleições de 1998, Lula perdeu no primeiro turno para FHC, que concorria a sua reeleição. Para o PSDB vencer o PT nas eleições de 1994, partiu para outros campos, conseguindo o apoio do Partido da Frente Liberal – PFL, partido dirigido por muitos egressos da ARENA, o partido da ditadura, ocasionando uma forte aliança que dura até hoje e que fez o PSDB dar uma guinada à direita. Quem diria que ex-militantes do MDB e da ARENA trabalhariam juntos após a redemocratização... Dessa forma, FHC também seguiu a cartilha neoliberal, com um amplo processo de privatizações de setores estratégicos do país, como telefonia, extração de minérios, energia, transporte, estradas, etc., estreitando laços com os Estados Unidos e tentando acelerar a entrada do Brasil na ALCA – Área de Livre Comércio das Américas,

mesmo depois de ver o México e a Argentina quebrarem nesse processo, ou seja, para o PSDB, um partido inicialmente de centro-esquerda, se manter no poder, teve que contar com a aliança com o PFL e assumir práticas políticas de direita.

5. Neoliberalismo e o PT no poder

No governo de práticas neoliberais de FHC, o PT e os movimentos sociais se posicionaram no pólo oposto, fazendo uma série de críticas, mas na via pacífica. Então as críticas eram feitas do ponto de vista político e ideológico, em que parte do objetivo dos movimentos sociais era “conscientizar” a população para multiplicar seus quadros e exercer pressão sobre o governo. Vale ressaltar que nesse período se multiplicaram os movimentos sociais, não sendo apenas os tradicionais, mas também havendo movimentos sociais de gênero, como das mulheres, de raça, como o negro, de orientação sexual, como o Movimento GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros²⁷, os ecológicos, etc. Na melhor tradição maio de 68, já não havia mais movimentos sociais apenas preocupados em tomar o poder do Estado, mas também movimentos que buscavam a afirmação de suas singularidades e a sua expressão; não só mudar o mundo a partir da tomada do poder do Estado, mas mudar o mundo em suas práticas cotidianas e através da afirmação de seus desejos.

Nas eleições de 2002, cansado das sucessivas derrotas eleitorais, o PT decidiu mudar de estratégia para aceder ao poder do Estado, organizando uma chapa com Lula como candidato a presidência e José Alencar, do Partido Liberal – PL, tradicional partido de direita, como candidato a vice-presidente. A idéia foi estabelecer uma aliança com o empresariado para conseguir angariar mais votos. As mudanças nos posicionamentos políticos do PT já

²⁷ Não há um consenso sobre a sigla desse movimento, que sempre muda, ao incluir uma outra orientação sexual ou identidade sexual, noções que não são sinônimos, ou então às vezes com a colocação do L – lésbicas – na frente, pois há a denúncia de que os gays homens reproduzem a falocracia social dentro do movimento.

tinham provocado cisões dentro do partido na década de 1990, gerando a criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU e o PCO – Partido da Causa Operária, divisões que não acarretaram grandes perdas numéricas ao PT, sendo, por exemplo, o segundo, um partido minúsculo com eficácia social praticamente nula.

A estratégia foi bem sucedida e Lula venceu as eleições. A esquerda vê seu sonho realizado quando Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto e se nutriu de esperanças de mudança. Uma série de deputados do PT também foi eleita, inclusive ex-guerrilheiros. José Dirceu, ex-liderança estudantil e ex-militante da ALN e do MOLIPO – Movimento de Libertação Popular – é nomeado Ministro da Casa Civil e representantes de uma série de movimentos sociais são nomeados para uma série de cargos, como ministros, secretários, coordenadores, assessores, etc. A sociedade esperava a transformação e a mudança social, nutria a esperança do potencial transformador atribuído ao PT e das reivindicações de mudanças que tais movimentos sociais portavam.

Contudo, não foi o que aconteceu, não se acompanhou esse potencial transformador no Governo, na estrutura do Estado e tampouco nas práticas políticas nos anos que se sucederam. Lula parece manter a mesma política econômica de seu antecessor, FHC, prosseguindo com o modelo neoliberal e mantêm grande parte de seus apoios políticos (BOITO JR, 2003). A Reforma Agrária que o MST e o PT defendiam não foi realizada, havendo os mesmos índices de distribuição de terras do governo FHC. A abertura dos arquivos da ditadura também não foi realizada, contrariando vários movimentos e inclusive a plataforma política do PT. A Reforma Sindical que estava sendo organizada era a atualização da estrutura sindical getulista, em que havia a captura dos sindicatos autônomos e a busca de conciliação entre empresariado

e trabalhadores²⁸. A união civil entre pessoas do mesmo sexo sequer foi colocada em votação. Ou seja, nem se tentou implementar muitas das mudanças pregadas em campanha eleitoral.

Então, em seis anos de gestão do governo do país não só não se viu a transformação nas práticas políticas, como se acompanhou a reprodução de muitas práticas criticadas da direita, como práticas de corrupção, desvio de verbas (caixa-dois), quebra de sigilo, utilização do serviço de inteligência nacional em benefício do Partido, etc. A mídia explorou minuciosamente cada um desses acontecimentos para gerar um desgaste à imagem do Governo e tradicionais lideranças do PT que estavam no poder caíram; como o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, envolvido na crise do mensalão, em que há a acusação de que se compraram votos de parlamentares; o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pela quebra de sigilo bancário de seu jardineiro; o ex-presidente do PT, José Genoíno, suspeito por estar envolvido na crise do mensalão e pelo fato do assessor do seu irmão, também político do PT, ser preso com mais de U\$ 100.000,00 não declarados à Receita Federal; entre outros. Tais práticas foram de tremendo desgaste ao Partido, pois em toda sua história o PT alinhava seus discursos e suas candidaturas com o exercício da ética; a realidade mostrava outra face da moeda. Tais posicionamentos suscitaram outra cisão ao PT, que gerou o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – para o qual migraram importantes quadros da esquerda do PT.

Também vale ressaltar que o que se chama de esquerda política não atua conjuntamente no Governo. Partidos de esquerda como PPS, PSB e PV são oposição ao PT e em muitas votações se aliam ao PSDB e ao DEM – Democratas -, antigo PFL, ou seja, partidos que têm uma ideologia de esquerda, para não dizer socialista, hoje em dia se aliam à

²⁸ Devido ao número de críticas que os documentos sobre a Reforma Sindical recebeu no primeiro mandato, 2003-2006, o processo foi paralisado e provavelmente não entrará na pauta de votação até o fim do segundo mandato de Lula, 2007-2010.

Algumas análises tendem a colocar Lula como sucessor de Getúlio Vargas, em que suas práticas se aproximariam mais do populismo do que de práticas de um partido de esquerda.

direita política²⁹. Os partidos da extrema esquerda, como PSOL e PSTU criticam as práticas do Governo³⁰, como há uma série de pequenos partidos de direita que estão alinhados às práticas políticas do PT. Ou seja, as ideologias e bandeiras políticas não são determinantes para se fazer as alianças políticas; outros interesses entram em jogo e adquirem primazia...

De uma forma geral, o quadro que esboçamos nesse capítulo com alguns fatos históricos é o pano de fundo da transição das práticas políticas dos movimentos de esquerda; em que até a década de 1970 assumiam práticas mais radicais, como a luta via conflito armado, e desde a redemocratização do Brasil, em que todos os movimentos de esquerda optaram pela via institucional para a chegada ao poder e consecutiva transformação social. O ponto em que paramos é a chegada da esquerda ao poder num horizonte neoliberal e os impasses na realização da transformação social sempre almejada e perseguida (ou esperada).

Dessa forma, buscamos, através dos discursos sobre o trânsito das práticas políticas de nossos entrevistados, de pessoas que acreditaram e experimentaram a estratégia de tomada de poder pela luta armada, conhecer o que a construção de suas memórias pode nos dizer sobre o imaginário da transformação social em tempos neoliberais.

²⁹ Hoje entendemos o PSDB como partido de direita devido às suas práticas políticas, pois se olharmos os documentos de fundação do partido, encontraríamos princípios de centro-esquerda, da social-democracia.

³⁰ Nas eleições de 2006, a candidata do PSOL, Heloísa Helena, era uma das maiores críticas ao Governo Lula e ao PT. Na época, militantes do PT criticaram a posição assumida por Heloísa Helena, por haver “capitalizado” suas críticas para a direita, pois com suas críticas deslocou votos de Lula para o candidato do PSDB-PFL, Geraldo Alckmin.

CAPÍTULO 2 – ESTADO E NEOLIBERALISMO: APARELHO DE VIOLÊNCIA E HIPERMÁQUINA DE CAPTURA

No atual momento histórico, os grupos políticos que mantêm ideologias de esquerda no Brasil não assumem mais a estratégia da luta armada para se chegar ao poder do Estado. Por maiores que sejam as divergências e os posicionamentos políticos entre eles, a luta via institucional, via pacífica, legalizada, seguindo os preceitos do “Estado democrático”, é algo comum a todos. O militarismo não é mais a via privilegiada, deve-se fazer o trabalho com as “massas”, angariar apoio da população, e aceder ao poder através do voto do cidadão. Largam-se as armas pela negociação, o “diálogo” adquire predominância ante o conflito armado. Mas por que, depois de um século XX eminentemente marcado pela tensão estratégica entre via armada e via institucional chegamos num momento em que a via institucional é totalmente hegemônica? Que contexto político atingiu-se para que as insurreições armadas pelos grupos de esquerda fossem abandonadas? Será que o processo civilizatório adquiriu primazia frente à barbárie³¹? Será que os poucos grupos armados existentes no mundo estão fadados ao desaparecimento, como as FARC – Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – e o ETA – Euskadi Ta Askatasuna – País Vasco e Liberdade, que poderão ter destino semelhante ao IRA – Irish Republican Army – Exército Republicano Irlandês? Ou então, voltando ao Brasil, por que agora que a “esquerda” conseguiu aceder ao poder do Estado, via institucional, não efetivou as transformações historicamente defendidas? E que Instituição, Estado, é esta, que tanto se lutou por ela?

³¹ Logicamente não acreditamos nessa questão, apenas a colocamos por problematização retórica. Seguimos as colocações de Foucault (1999) de que a política é a continuação da guerra por outros meios, invertendo assim o enunciado do General Clausewitz, de que a guerra seria a continuação da política por outros meios. De qualquer forma as duas proposições enunciam que tanto a política como a guerra são campos operacionalizados através de relações de força.

Não temos a ambição de responder todas essas perguntas, nossa proposta nesse capítulo restringe-se a refletir sobre o lugar do Estado no campo social, a relação desta Instituição com os sujeitos, visto que o Estado é um dos principais “atores institucionais” de nossa pesquisa, como se fosse o “rei” do jogo do xadrez, em que sua tomada foi e é o maior objetivo dos mais diferentes grupos políticos. Mas o Estado não só é o rei do jogo, como também é aquele que enuncia suas regras; estrutura a ser capturada e estrutura capturante. Então para tentar compreender essa Instituição e seu funcionamento, dentre os infinitos estudos e ensaios das Ciências Humanas sobre o Estado, pretendemos abordar algumas facetas dessa Instituição em quatro tópicos. Primeiro, abordaremos algumas questões introdutórias de autores da Filosofia Política clássica e do pensamento de Cornelius Castoriadis, para situar a relação que pensamos entre Estado e política. Segundo, desenvolveremos a idéia do Estado no que chamamos de Aparelho de violência, a partir de uma leitura orientada pela teoria psicanalítica freudiana. Terceiro, desenvolveremos a idéia de Deleuze e Guattari do funcionamento do Estado enquanto um Aparelho de Captura, que codifica, modula os fluxos sociais e cria uma imagem de pensamento instituída, uma forma de pensar. E finalmente, discutiremos a formação social complexa que se derivou da conjugação entre o Estado democrático e o neoliberalismo, a qual acreditamos que tornou-se o mais sofisticado aparelho de captura do *socius*, pois através de um discurso com ares de “liberdade e igualdade” reterritorializa as condutas dos sujeitos e coletivos de forma tão coercitiva e rígida quanto um antigo Estado Imperial, tornando-se assim o que chamamos de uma Hipermáquina de Captura. Toda a reflexão desenvolvida nesse capítulo nos servirá como pano de fundo teórico para refletirmos sobre o funcionamento do Estado, para pensarmos como essa estrutura influi nos modos de subjetivação dos sujeitos e coletivos.

1. Estado e política: questões introdutórias

A atitude natural, o senso comum, nos faz pensar o Estado como uma instituição natural, fundamental e sempre existente para a regulação das relações políticas, jurídicas, econômicas e sociais. Conforme outras instituições sociais, a sua existência se naturaliza, autonomiza-se (CASTORIADIS, 1982) e torna-se um pressuposto comum e inquestionável. Contudo, sabe-se que algumas sociedades não têm Estado, são contra o Estado, ou que dependendo da sociedade e de determinado momento histórico constituiu-se diferentes tipos de Estado, ou seja, a Instituição-Estado nada mais é que uma criação, uma invenção, uma construção social inventada por coletivos humanos, uma formação social intermediária que tem como objetivo prover leis, regras, proibições e normas de conduta para que determinado grupo social possa coexistir. Mas, mesmo sendo uma construção social-histórica, a hipótese da existência de um Estado acompanha os registros mais antigos da sociedade, em alguns casos, como se sempre tivesse existido um *Urstaat*, um Estado originário, como se sempre *estivesse aí*.

Entre os diversos pensadores clássicos que discutem a constituição do Estado, podemos citar T. Hobbes (1974) e J. J. Rousseau (1980) por se situarem em campos opostos. Hobbes (1974), em sua obra de referência, o *Leviatã*, afirma que o Estado foi instituído quando um coletivo de homens pretendeu através de um pacto criar um poder comum que o protegesse da invasão de estrangeiros e dos próprios conflitos internos, sendo o marco da transição de um estado de natureza para um estado civil (VIRNO, 2006). Foi necessária a centralização do poder a um soberano, ou a uma assembléia de homens, para que gerisse a vida do coletivo, servindo assim como instância reguladora, podendo prover segurança e o estabelecimento da paz. Este pensador atribui a necessidade do estabelecimento desse pacto, que centralizou o poder, devido a natureza competitiva e rival dos homens, visão a qual Freud

(1930) irá aderir nos seus escritos sociais. Além do *Estado por instituição*, em que há uma negociação contratada pelo coletivo, Hobbes (1974) distingue o *Estado por aquisição*, quando o poder soberano não foi depositado em algum indivíduo pela livre escolha dos homens, mas sim quando este é tomado pela força. Estado por aquisição e Estado por instituição, as duas faces da mesma moeda, em que pela força direta ou pela negociação³², o embate é sobre a tomada e gestão do Aparelho estatal. Não obstante, a criação de um Aparelho Estatal traz um paradoxo enunciado por Hobbes, pois com a instituição do corpo político, os coletivos são obrigados a obedecer a ordem constituída antes de saber o que é, estando envoltos num conjunto de enunciados a priori, capturados nessa trama social pressuposta e já constituída.

Já Rousseau (1980), em seu Contrato Social, parte de ponto distinto de Hobbes, ao invés de defender uma natureza “má” ao homem, afirma que o homem em estado de natureza é “bom”, estando de fundo presente a idéia do “bom selvagem”, e que o contrato social entre os indivíduos não se estabelece devido à defesa frente a um risco de subjugação, externa ou interna, e sim devido a um processo de associação entre os iguais, uma associação que visa a potencialização das ações desses sujeitos no coletivo. Nesse pacto social o que se objetiva é o bem comum, numa conjugação entre vontade geral do coletivo e liberdade individual, em que os participantes têm direitos e deveres e devem submeter-se, ao mesmo tempo, ao coletivo, à soberania popular, e à sua liberdade. Consideramos que o grande desafio do contrato social de Rousseau reside nessa conjugação entre vontade geral do coletivo e liberdades individuais. Grosso modo, para Hobbes, a lei e o Estado têm uma origem *negativa*, no sentido de ser restritiva e coercitiva, e para Rousseau³³, *positiva*, no sentido de possibilitar realizações. É

³² Compreendemos que na negociação, pela via institucional, também há o estabelecimento de relações de força, de relações de poder. Por isso que aqui diferenciamos ao falar em relações de força direta, que se refere à tomada de poder por vias não institucionais, tema que desenvolvemos no segundo tópico do Capítulo 3, chamado de guerra e política.

³³ Inclusive, o pensamento de Rousseau influenciou muitos projetos utópicos de anarquistas e comunistas nos séculos XIX e XX.

claro que não podemos reduzir tais concepções dessa maneira, mas é uma forma de antagonizar um pensamento a outro, que se posicionam em pólos opostos e que são referências para o desenvolvimento do pensamento político posterior, cuja dicotomia permanece até hoje em dia; se viver num coletivo, regulado por um Estado e leis é algo opressivo ou positivo. Preferimos não nos posicionar nessa dicotomia³⁴, mas sim transitar *entre* essas duas tradições de pensamento, que significa abrir um campo de tensão em que a vivência em coletivo pode se distribuir a uma multiplicidade de possibilidades, em que a dicotomia positivo/negativo deixa de ser instrumental e elucidativa.

Então, toda essa discussão sobre a constituição de um contrato social nos leva a pensar sobre a irrupção da política num coletivo. A emergência da política, conforme o filósofo Cornelius Castoriadis (1992), é indissociável de um projeto de autonomia: “a criação pelos gregos da filosofia e da política é a primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual. Se quisermos ser livres devemos fazer nosso nomos. Se quisermos ser livres, ninguém deve poder dizer-nos o que devemos pensar” (p. 138). Dessa forma, a constituição de um nomos implica no advento da polis, sendo a polis a coletividade humana que tende a se autogovernar e a se auto-instituir. Processo de auto-instituição, que Castoriadis afirma ser correlato à filosofia, pois surge num espaço coletivo e como um projeto coletivo, instaura-se como discurso controlado e dirigido a e por todos, sendo uma atividade coletiva e nunca de um só. “Para que la filosofía nazca y, más generalmente, para que haya emergencia del proyecto de autonomía social e individual, es preciso romper con la clausura de la institución” (2002, p.97).

Entendemos assim que o projeto de uma autonomia e constituição da polis só pôde ser realizado com o rompimento da clausura do instituído, com a emergência de laços de sociabilidade e a crítica do que já estava aí, ou seja, é um processo de abertura e auto-

³⁴ Por mais que às vezes, por uma vivência empírica, pessoal, pensemos que viver regulado por leis é extremamente negativo e restritivo.

instituição. Dessa forma, compreendemos que para Castoriadis, a criação da política se fundamentou no exercício da ação, no exercício do poder e da potência, que visou o questionamento do instituído e o desenvolvimento do projeto da autonomia social, num processo de auto-instituição e autogoverno; o engenho da política foi a experimentação da autonomia em contraposição à heteronomia instituída.

Mas com a constituição do contrato social e da polis, partimos para definição mais ampla da política. Conforme Bobbio (1991), esta palavra, política, etimologicamente deriva:

(...) do adjetivo originado de pólis (politikos), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisões do Estado, e sobre as várias formas de Governo (...) (p.954).

A política então pode ser entendida como a prática social da polis, de gestão coletiva da polis, um espaço de discussão coletiva em que há um autogoverno e uma gestão do viver em coletivo, gerando seu próprio nomos, em que há a questão de se reunir com outros, num espaço de discussão e construção, no qual se decidem encaminhamentos para uma gestão comum do espaço e do território; entendemos então a política³⁵ como a prática fundante e de gestão do Estado. E nessa prática de autogoverno foi criado o sistema político da democracia, que é o governo do demos, do povo, com a idéia de uma gestão do coletivo pelo coletivo.

³⁵ A palavra polícia também tem sua origem etimológica muito próxima de política, vem do grego *politeia*, convertido em *politia* no latim, que adota o sentido de administração, governo da cidade e forma de governo. Posteriormente assumiu um sentido particular, “passando a representar a ação do governo, enquanto exerce sua missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações e malefícios” (Plano de Segurança Pública para o Governo do Estado de São Paulo, dezembro de 2002). Não é à toa que a polícia, em sua função de policiamento, está intimamente ligada ao Estado. Foucault (1990) afirma que o Estado tem uma função totalmente policial, sendo o policiamento um modo de gestão de Estado, de política e não só a instituição concreta policial, ou seja, a função policial é um modo de governo próprio ao Estado. Convergente à visão de Foucault, Paul Virilio (1996) também defende que a função política do Estado é de policiamento, vistoria, controle das fronteiras e da população. Dessa forma entendemos que a função de sobrecodificação do Estado é uma função policial que não só está restrita ao aparelho militar, mas a todos os seus braços; todos os seus braços têm uma função policial, mesmo que em tese esse aspecto policialesco não fique explícito, como por exemplo, nas áreas de saúde, educação, assistência social, etc.

Sim, compartilhamos dessa luminosa acepção de política como geradora de um nomos, mas se olharmos ao mundo a nosso redor, sentimos que algo não passou bem, alguma coisa deu errado, que nossa política e nossas instituições de hoje em dia pouco se aproximam da autonomia e mais da heteronomia. O que falhou nesse processo? Por que o Estado, instituição cristalizada “representativa” do contrato social, provê mais heteronomia que autonomia?

Uma linha que podemos seguir para pensar o fracasso do projeto da política enquanto autonomia social se refere ao fenômeno da autonomização das instituições, como reflete Castoriadis (1982). A estrutura da Instituição-Estado, suas leis, regras e normas, se autonomizam, se reproduzem e o sujeito por desconhecer suas significações, se aliena nesse processo, subjugando-se ao que está dado, reproduzindo os aspectos instituídos do mundo como se fossem naturais e legitimando assim a heteronomia instituída. “Esta heteronomia es incorporada en las instituciones heterónomas de la sociedad, y en primer lugar en la estructura psicosocial del individuo mismo, para quien la idea de un cuestionamiento de la Ley es una idea inconcebible” (CASTORIADIS, 2006, p.91). Então, esse processo heterônomo termina por ser produtor de sujeitos heterônomos que legitimam a assimetria de poderes instituída, criando um ciclo vicioso entre estrutura psíquica do sujeito heterônomo que fortalece a estrutura social heterônoma, e vice-versa, o que dá conformidade à sociedade heterônoma e verticalizada que tão bem conhecemos e de sujeitos que naturalizam o instituído e não questionam o estado de coisas. O Estado se institui e se autonomiza, tornando-se um mecanismo singular e um Aparelho distinto do conjunto social e tal estrutura é tomada como natural pelos sujeitos, que a legitima e a perpetua.

E também somamos a essa problemática a questão da atribuição do poder do Estado a um corpo soberano. Muitas vezes o soberano se fixa no poder e ao invés de pensar numa soberania popular, na gestão popular da sociedade, passa a imprimir seus desejos individuais e

de grupos, explorando a sociedade de acordo com seus interesses e gerando assim mais assimetria e heteronomia, perpetrando guerras externas para ampliar seus domínios, ou guerras internas para mantê-los; ou seja, a política deixa de ser uma prática de um grande coletivo e termina por ser uma prática de poucos, de seus soberanos que mandam e desmandam conforme seus interesses, em que poucos decidem sobre a vida e o destino de muitos, mantendo a delimitação de suas fronteiras à custa de muito sangue e guerras³⁶. O autogoverno deixa de ser coletivo e fica restrito às mãos de uma minoria social.

Esse exercício de poder e dominação de grupos sobre outros, por outro lado, também gera práticas de resistência, como diria o pensador Michel Foucault. Então, na História, vemos o registro de muitos movimentos que lutam contra a dominação, contra a prática exploradora de determinados grupos em poder do Aparelho de Estado. Contudo pensamos que essas práticas de resistência, que poderíamos pensar como re-existência, ou insistência, conforme o jovem filósofo argentino Federico Fumiatto (2005), ou melhor, uma insistência da existência, não são um ato de reação à dominação e sim uma afirmação do desejo, da existência, ou seja, não necessariamente são gerados pela dominação, mas se expressam pelo solapamento do desejo que a dominação lhe inflige. É como se a dominação fosse um movimento de canalização da sociedade, se entendemos que a sociedade se comporta com um fluido, ou como um gás, como Deleuze (2007) diria, e que às vezes tal canalização acaba por ruir, por fissurar-se, ou inchar-se, ao tentar conter um fluxo ou uma pressão muito intensa. E consideramos que é a partir dessa tensão que se desenrolam os conflitos de movimentos sociais contra o Estado, em que tal estrutura, a partir da teorização da psicanálise, acaba por adquirir no imaginário social uma acepção terrível, assumindo o aspecto de um Aparelho de Violência, como desenvolveremos no próximo tópico.

³⁶ Podemos dizer que na história da humanidade sempre houve e há guerras. Foucault (1999) cita em suas aulas diversos conflitos no território europeu que sempre lhe deu uma conformidade fluida, em que suas fronteiras estão em constante mutação. Não precisamos pensar a Europa antiga, é só vermos a quantidade de guerras que tivemos nas últimas décadas, os conflitos nacionalistas, separatistas e “imperialistas”, em que vemos que tal sanha por dominação de territórios continua e irá muito longe.

Dessa forma, em nossa pesquisa entendemos por prática política uma ação social que visa atuar na configuração de forças sociais instituídas, seja através de uma prática que se refere à micropolítica (GUATTARI, 1992), a uma microfísica do poder, como também ao exercício de poder no macropolítico, no Estado e nos grandes conjuntos sociais. Consideramos que a prática política não está restrita à participação nas organizações políticas instituídas, mas sim difusa em distintos campos da vida, em que aparece o exercício das relações de poder na expressão e no gerenciamento da vida de um coletivo. Ao radicalizar esta idéia, muitas práticas se tornam práticas políticas, pois são portadores de poder. Não só as práticas instituintes, portadores de novidade e criadoras de realidade, mas também as práticas instituídas, reprodutoras de determinada Ordem Social. Para nós, falar em prática política é querer criar um determinado regime de visibilidade, um ângulo de visualização, sobre como atuam as relações de poder nas relações sociais e de como produzem e reproduzem realidades.

2. Estado e psicanálise: Estado da Horda como Aparelho de Violência

Neste tópico buscamos atravessar a fronteira e trazer de um outro lado, não do pensamento político, mas de um campo que se originou no *setting* clínico, alguns aportes que podem contribuir para compreendermos o imaginário social do Estado pelo que chamamos de Aparelho de Violência. Por mais que digamos que traremos contribuições de um campo de saberes que surgiu e que foi desenvolvido num *setting* clínico psicoterapêutico, a psicanálise rompeu seus limites instituídos e se preocupou também com análises sociais e políticas, por mais que tais reflexões e investigações tenham obtido menor visibilidade que os estudos e técnicas ligados aos fenômenos intrapsíquicos e intersubjetivos na clínica.

Contudo, trabalhar a política com as contribuições da psicanálise nos exige um labor: articular os conhecimentos das ciências sociais com os conhecimentos do campo psicanalítico de uma forma em que não caiamos num reducionismo psicológico do social e nem num sociologismo do psíquico. Ou seja, trata-se de sair dos lugares comuns e habituais de investigação, de um lado do cientista político acostumado com sua metodologia investigativa e do outro, do psicanalista acostumado com seu consultório e seu divã. Então, desse duplo deslocamento somos impelidos a pensar um *outro* espaço de investigação, diferenciado dos dois campos já constituídos, um espaço entre dois, que faça uma articulação entre o social-político e o psíquico, que poderíamos arriscar em chamar de uma Psicologia Social Psicanalítica³⁷, que ainda é um campo poroso, cheio de lacunas e de caminhos a serem construídos, onde muitos dos atalhos podem nos levar a lugares equivocados e reducionistas.

Então para efetuar tal discussão, partiremos de uma breve revisão bibliográfica sobre alguns autores que articularam o campo psicanalítico às discussões sociais e políticas, discutiremos o mito fundador da horda primeva e terminaremos com a discussão do Estado enquanto um Aparelho de Violência.

2.1. Uma breve revisão bibliográfica sobre psicanálise e sociedade

Neste tópico faremos um sobrevôo em alguns autores de referência no campo de investigações e reflexões entre psicanálise e sociedade, para podermos mapear alguns dos aspectos que foram trabalhados abordando essa problemática. Nosso propósito é mais o de mapear e apresentar alguns trabalhos de referência que foram realizados, do que utilizar diretamente na tese tais reflexões.

³⁷ Sendo esse o maior esforço das investigações do nosso Laboratório, o LAPSO – Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social – do Instituto de Psicologia da USP. Mas em nossa tese não nos ateremos e nem seremos fiéis aqui ao que chamamos de Psicologia Social Psicanalítica.

Começamos pelo fundador. Em toda sua obra, Sigmund Freud, o fundador da psicanálise, estabeleceu uma série de reflexões sobre a sociedade, como a “Moral Sexual Civilizada” (1908), “Totem e Tabu” (1912/3), “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1921), “O Futuro de uma Ilusão” (1927), “O Mal estar na civilização” (1930), “Moisés e o Monoteísmo” (1939), os textos sobre a guerra, “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915) e “Por que guerra?” (1932), texto-resposta às indagações do físico A. Einstein, a parceria duvidosa com o embaixador Bullit na análise do presidente norte-americano Woodrow Wilson (FREUD & BULLIT, 1984), etc. Toda essa produção estava baseada no projeto de uma “psicanálise aplicada”, em que os conhecimentos produzidos na clínica psicanalítica poderiam ser “aplicados” para a análise do campo social. No círculo fundador da psicanálise também temos estudos sobre psicanálise e sociedade, como os de Alfred Adler (1939), com seus aportes sobre a inferioridade social, e os de Otto Rank³⁸ (1981), sobre o mito do nascimento do Herói. Outro pensador digno de referência é W. Reich que se debruçou sobre a relação psique-sociedade com seus estudos sobre a psicologia de massas do fascismo (REICH, 1988), a função do orgasmo (REICH, 1978), etc. Reich pode ser considerado como o precursor nos estudos entre psicanálise e política, instaurando uma modalidade de Psicologia Política, que ele chama de Psicologia das massas, em que pôde ir além das análises marxistas e fazer afirmações polêmicas de que as massas desejaram a “dominação” fascista, afirmação que lhe rendeu a expulsão do Partido Comunista. Outra cisão se configurou, quando Reich criticou o tratamento, que avaliou como castrador, que Freud dava ao desejo, crítica que o levou a se desfiliar da sociedade psicanalítica e partir para suas pesquisas sobre o orgone, considerada por ele como a energia vital do desejo.

Nos mais de cem anos que se passaram, muitos estudos, pesquisas e reflexões relacionadas à psicanálise e sociedade foram realizadas. Temos muitos outros autores que

³⁸ O. RANK. Der Mythos von der Geburt des Helden, 1909 (citado por Freud, 1939/1975).

adquiriram relevância e que se propuseram a fazer tal articulação, como Erich Fromm (1974 & 1977), Erik H. Erikson (1975, 1993a & 1993b), Theodor W. Adorno (1965), Max Horkheimer & Theodor W. Adorno (1986), Herbert Marcuse (1968), René Lourau (2004), Deleuze & Guattari (1976), León Rozitchner (2003), Maria Inês Fernandes (2005), Nicole-Édith Thévenin (2008), dentre muitos outros que fizeram leituras da sociedade a partir da psicanálise. Mesmo com essa profícua produção, ainda notamos resistências às contribuições da psicanálise ao campo social e às contribuições do clínico ao social. Essas resistências existentes não são por acaso, pois existem muitos psicanalistas que tendem a reduzir o fenômeno social à problemática edípica, ou até a psicopatologizar alguns movimentos sociais, caindo assim num grande reducionismo psicológico e numa redução e negação dos determinantes sociais e políticos. Acompanhamos tal crítica, pois entendemos que não se pode analisar um agenciamento social transpondo diretamente o que surge de um agenciamento clínico, individual, do sofá-divã. Mas também entendemos que o mau uso da psicanálise feito por alguns psicanalistas não pode ser referência para uma negação generalizada das contribuições da psicanálise ao campo social.

Os pensadores da Escola de Frankfurt tiveram um lugar importante no que se refere à articulação entre psicanálise e ciências sociais. Eles passaram a utilizar a psicanálise quando notaram que a crítica marxista à ideologia não bastava para compreender fenômenos como a alienação, a servidão voluntária e a adesão a discursos irracionais; deveria haver algum substrato inconsciente que pudesse elucidar tais aspectos. Deveria-se apreender também aquilo que estava nas “entrelinhas”, aquilo que estava inconsciente no homem e nos coletivos. Para tanto, eles entrelaçaram as reflexões psicanalíticas com o marxismo e a filosofia hegeliana para o estudo crítico da sociedade e dessa forma, apropriaram-se dos “estudos sociais” de Freud. A Adorno (1965) também cabe o mérito de ter coordenado uma das investigações de grande referência na Psicologia Social e Política; as pesquisas sobre a

Personalidade Autoritária nos Estados Unidos. No período pós-segunda guerra o Governo norte-americano estava preocupado com o surgimento de outras lideranças nacionais autoritárias e fascistas como Hitler e que poderiam abalar sua hegemonia mundial, então, enquanto política de Estado, patrocinou essa grande pesquisa. Adorno organizou um grupo de investigadores e coordenou a pesquisa em dois momentos; o primeiro momento, clínico, no qual dispôs de um grupo de psicanalistas que fez uma série de entrevistas psicanalíticas com muitos participantes e o segundo, quando elaborou as escalas e uma tipologia, a partir das entrevistas clínicas realizadas. Para tal investigação a psicanálise foi instrumento indispensável e esta pesquisa também se configura como um dos trabalhos fundadores da Psicologia Política.

Outro (ex)frankfurtiano de referência é Erich Fromm (1974) que estudou a articulação entre psicanálise e marxismo em diversas obras publicadas no país. Nos Estados Unidos, Fromm se aproximou da Psicologia Humanista e da chamada Psicologia do Ego, em que problemáticas como liberdade, amor, esperança, etc., povoaram seus escritos. Devido a tal aproximação à Psicologia do Ego sustentou pesada querela (FROMM, 1977) com H. Marcuse (1968), o qual em *Eros e Civilização* criticou o revisionismo da obra freudiana exercido pelos psicólogos do Ego.

Um anglo-saxão importante que produziu uma série de biografias psicanalíticas é Erik H. Erikson. Este, anteriormente músico, acedeu à psicanálise por via de Anna Freud, com quem começou seus estudos. Discutiu a relação entre psicanálise e história (1975) em que criticou a “parceria” entre Bullit e Freud (1984), abriu espaços para suas produções sobre biografia de personagens ilustres, como Gandhi (ERIKSON, 1993a) e Martin Luther King (ERIKSON, 1993b) e elaborou, entre outros, o conceito de crise de identidade.

Um dos principais pensadores franceses para os estudos entre psicanálise e sociedade foi Jacques Lacan, que realizou suas análises a partir da matriz de pensamento estruturalista,

muito em voga na França da época. Na década de 1960, de acordo com Rosa (2004), o marxista L. Althusser acolheu Lacan na Escola Normal Superior quando este cindiu com D. Lagache e saiu da Sociedade de Psicanálise Francesa. É desse período que Lacan articulou o conceito de *mais de gozar* com a mais valia marxiana e sugeriu que o conceito de sintoma foi criado por K. Marx. Posteriormente Lacan elaborou um quinto discurso, que é o discurso do capitalista. Tal articulação entre psicanálise, estruturalismo e marxismo influenciou correntes da psicoterapia institucional e da análise institucional, como a obra *Psicanálise e Transversalidade* de F. Guattari (2004). Contudo, devido aos acontecimentos de maio de 68, em que Lacan adotou uma postura reacionária, e a crítica de que o estruturalismo instaura a falta no desejo, autores franceses da análise institucional, como Guattari, e filósofos, como G. Deleuze, afastaram-se do lacanismo e elaboraram outro tratamento para o freudo-marxismo, que resultou na chamada Esquizoanálise, batizada na polêmica obra *O Anti-Édipo* (DELEUZE & GUATTARI, 1976), publicada em 1972 e considerada como a maior expressão intelectual dos movimentos de maio de 68 da cidade de Paris.

Outra corrente teórica importante nos estudos entre psicanálise e sociedade é a dos estudiosos de psicanálise de grupos. Na Inglaterra temos os grupoanalistas, ou a conhecida Groupanalysis, que são os herdeiros dos conhecimentos de S.H. Foulkes (1967) e W.R. Bion (1975), na França temos a Escola Francesa instaurada por D. Anzieu (1993) e R. Kaës (1997) e na Argentina, a chamada Psicologia Social encabeçada pelos psicanalistas E. Pichon-Rivière (1986) e J. Bleger (1980). Recentemente na Argentina, a partir dessas diferentes correntes, foi criada a psicanálise das configurações vinculares, em que Janine Puget é importante referência e que abrange estudos sobre psicanálise de grupos, de casal, família, de instituições e inclusive de fatos políticos, como a Violência de Estado na ditadura argentina (PUGET & KAËS, 1991) e as relações da memória vincular com o trauma social (PUGET, 2000).

Também temos uma série de pensadores, não psicanalistas, que utilizaram a psicanálise para refletir sobre a sociedade, tais como: Castoriadis (1982, 1992), os já citados Horkheimer & Adorno (1986) e Marcuse (1968), Rustin (2000), Girard (1990), Enriquez (1990), Enriquez & Haroche (2002), Bauman (1999), Agamben (2002), etc. As obras destes pensadores são ricas para a compreensão de diversas modalidades de fenômenos sociais, todavia acreditamos que, exceto pelo sociólogo clínico Eugene Enriquez e pelos filósofos Cornelius Castoriadis e Giorgio Agamben, não fazem uma discussão mais detida acerca da forma-Estado. Nosso desafio nos próximos dois tópicos então é fazer a discussão sobre a constituição e as implicações do Estado para os sujeitos e coletivos, a partir destes teóricos da psicanálise, em que se conforma enquanto um Aparelho de Violência no imaginário social.

2.2. Do mito da horda primitiva à organização coletiva

Em 1912/3, Freud (1913) escreve o que considerou um de seus melhores trabalhos desde a interpretação dos sonhos (ENRIQUEZ, 1990, p.28), em meio aos conflitos com C.G. Jung, no que se referia à sucessão do movimento psicanalítico internacional. Nele, após pesquisa minuciosa sobre uma série de estudos antropológicos, discute os fundamentos da civilização, a passagem de um estado de natureza à civilização e a constituição das interdições sociais.

O fundador da psicanálise, a partir da descrição de coletivos de primatas feita por C. Darwin, descreve um agrupamento de humanos inicial, a que chama de horda primeva. Neste agrupamento, havia um líder, um “pai” dominador, poderoso, que subjugava seus filhos, os “irmãos” da horda e que tinha o domínio de todas as mulheres do bando. Na horda havia uma assimetria de poder pressuposta pelo seu membro mais forte, o “pai primevo”, em que sua palavra e seus desejos eram a Lei e a Ordem. Os irmãos da horda sofriam interdições sexuais

e tinham um poder demasiado inferior em relação ao “Pai” dentro do bando. A eles havia apenas o “direito” de subordinação ao “pai primevo” violento e onipotente, e os conflitos resultantes dessas interdições com ele implicavam em suas expulsões da horda ou em assassinatos. O “pai primevo”, mesmo admirado e portador de lugar invejado, tornava-se temido e odiado. Conforme Agamben (2002), esse era o momento da vida nua, da exceção originária, na qual todos eram matáveis e ao “Pai” cabia o poder sobre a vida e a morte, numa *vitae necisque potestas*. Freud (1913) conjectura que depois de sucessivas expulsões houve um retorno dos irmãos expulsos à horda. Estes formaram um laço, constituindo-se como um grupo, combateram o “pai primevo” e como tinham superioridade numérica, conseguiram derrotá-lo e matá-lo. O “Pai”, temido e odiado, foi assassinado pelos irmãos insurgentes da horda, feito que só foi alcançado pela composição de forças entre eles.

Após o assassinato, os irmãos se reuniram e devoraram o “pai primevo”, no que Freud chama de *refeição totêmica*. Nela, houve uma partilha da carne do “Pai” feita pelos irmãos e que ao devorá-lo assumiram uma parte de sua força, assim se identificando com ele. Nesse processo de identificação com o “pai primevo” odiado, retornou a afeição recalcada por muito tempo e houve um sentimento de culpa pelo assassinato; surgiu assim um sentimento de ambivalência ao pai abominado, o que levou a um desejo de reparação. Enriquez (1990) afirma que é no momento da refeição totêmica que os irmãos se reconhecem como iguais e que para a composição deste grupo teve que haver constituição mútua de sentimentos pelo Outro. Nessa ocasião, perceberam que esse ato violento não deveria ser repetido, porque poderia implicar na reprodução da Violência originária, no assassinato de qualquer um dos irmãos que quisesse ocupar o lugar do “Pai” e que pretendesse subjugar os outros, podendo levar a um extermínio do agrupamento. Como “reparação” e lembrança desse ato, que jamais deveria ser repetido, erigiu-se um totem que representava o Pai assassinado, tornando-se seu substituto, muitas vezes na forma de um animal, que acaba se tornando sagrado para o

coletivo. O “Pai” se tornou a *vítima sacrificial* (GIRARD, 1990) que proveria a ligação ao conjunto. Outra ação que representou a não reprodução do regime de poder anterior foi a renúncia às mulheres, na qual nenhum membro se arrogaria a deter todas elas como o antigo “pai primevo”, pois assim poderia fomentar novos conflitos e a dissolução do grupo. Constituiu-se assim a interdição sobre as mulheres do mesmo clã, o conhecido *tabu do incesto*. Dessa forma, os membros do clã deveriam procurar parceiras sexuais em outros clãs. Então, em uma só tacada, Freud (1913) concluiu que houve ao mesmo tempo a constituição do totemismo e da exogamia. Também vemos que houve uma grande transformação na organização política, pois na horda primeva havia um modelo político patriarcal, calcado nos desejos do “Pai” e com seu assassinato, houve uma repartição deste poder entre os irmãos e a criação de interditos e leis comuns, de um próprio *nomos* criado coletivamente e que mantinha a co-existência do coletivo; o advento de outra forma de gestão da vida em relação ao modelo político anterior. Ou seja, é a transição de um modelo patriarcal, rigidamente hierarquizado, para um “modelo fraternal”, uma gestão de “irmãos, “horizontalizada”, em que se instaurou práticas instituintes e se criou o próprio *nomos* num exercício de autonomia coletiva.

Hipotetizamos que não foi de imediato que o grupo chegou a esse nível de elaboração, pois especulamos que o assassinato do “Pai” não foi condição suficiente para ocasionar essa mudança estrutural do regime de poder patriarcal instituído para a fratria instituinte. Conjecturamos que muitos “irmãos mais velhos” tomaram o lugar do “Pai” assassinado e reproduziram o mesmo modelo patriarcal, sendo posteriormente também assassinados pelos irmãos da horda, ou seja, reproduzindo-se a matabilidade já existente inúmeras vezes. Dessa forma, para evitar a repetição do modelo patriarcal, foi preciso dois momentos de superação; o primeiro, que foi o assassinato do “pai primevo” que trouxe emancipação ao conjunto e o segundo, que foi a constituição de um *pacto denegativo* (KAËS, 2005) entre os irmãos, que implicou numa renúncia mútua ao poder, à agressividade e à sexualidade desenfreada. Cada

membro teve que renunciar ao seu desejo de possuir a mãe e as irmãs e do ideal de ocupar o lugar do pai assassinado. Tal pacto foi consolidado no momento do banquete totêmico, em que foram simbolizadas a criação e a incorporação de um novo conjunto de leis. Dessa forma todo esse ritual dramatizado constituiu um *contrato narcísico* para o coletivo, no sentido de uma distribuição dos lugares sociais e na criação de mecanismos psicossociais que diminuiriam a incidências de conflitos e rupturas, atribuindo assim posições e papéis aos elementos no grupo. Kaës (2005) afirma que para a constituição do laço social houve alianças inconscientes que implicaram em recalques e denegações no espaço partilhado da intersubjetividade e que asseguraram o viver em conjunto.

Para manter o conjunto e a violência “controlada” foram necessários dispositivos de rememoração da violência fundadora, o ritual da refeição totêmica, para que ela não fosse esquecida e novamente reproduzida, e de instituições sociais que mantivessem os interditos iniciais: a proibição do incesto e a de matar o animal sagrado e o irmão. Em relação ao ritual, Freud afirma: “A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião” (1913, p.170). Devido a essas colocações de Freud, Enriquez (1990) afirma que “(...) as primeiras instituições sociais foram as que serviram para reprimir, organizar e canalizar a sexualidade; as outras instituições (econômicas e políticas) se construíram posteriormente; por não apresentarem o mesmo grau de urgência, se fundaram sobre esse primeiro alicerce” (p.36).

Não encontramos na obra de Freud reflexões sobre a “evolução”, ou involução, do grupo de irmãos primitivos e a criação do totem e dos primeiros interditos para a constituição do Estado. A Freud lhe contenta criar esse mito fundador da horda primeva e transferir tal funcionamento aos grupos humanos e instituições. O pensamento sobre a política e o Estado não são centrais em sua obra e em raros momentos a palavra Estado aparece em seus textos

sociais. O texto de 1915, “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, foi um dos que ele mais discutiu a questão do Estado; entretanto, ao longo de sua obra, o fundador da psicanálise prefere discutir as vicissitudes da cultura (1908, 1927, 1930) ao invés dos efeitos do Estado nos sujeitos. Em 1921, em “Psicologia das Massas e análise do Eu”, Freud discute duas instituições importantíssimas na sociedade, a Igreja e o Exército, refletindo sobre a centralidade do lugar do líder, embora, novamente, deixe de lado o Estado. De qualquer forma, nesses trabalhos, ele nos ensina processos importantes para lançarmos luz sobre a relação sujeito, coletivos e Estado, mesmo que continue “aplicando” como modelo prototípico o funcionamento da horda primeva e a constituição das interdições sociais.

A “evolução” da organização da horda à posterior constituição do Estado e dos seus mecanismos também não encontramos na obra “Da Horda ao Estado” de Enriquez (1990); ele faz a discussão sobre a horda primitiva, mas quando discute o Estado, discute o Estado moderno ocidental, já constituído, reproduzindo o mesmo modelo de Freud, contentando-se em projetar o modelo da horda nas instituições sociais. Entendemos que a “evolução” do agrupamento primitivo ao Estado não seja algo natural, pois não só existem sociedades sem Estado, como existem sociedades contra o Estado, tal como Pierre Clastres (1988) discute. Observamos então que há um hiato na obra psicanalítica, que faz um grande salto do momento em que se constitui a fratria para o momento da civilização moderna ocidental com seus Estados constituídos, sem trabalhar os processos de institucionalização do Estado nos diferentes momentos históricos e diferentes territorialidades. Realmente, a psicanálise às vezes é a-histórica. A obra de Deleuze e Guattari (1976) tenta suprir essa lacuna ao discutir uma História Universal, assunto que abordaremos no tópico 3.2 deste capítulo.

Notamos que a visão psicanalítica da formação do Estado e das relações políticas no social está profundamente referenciada num modelo familiarista, em que se toma a série familiar como modelo determinante às outras séries sociais. Então, na psicanálise, o modelo

familiar sobrecodifica os outros processos sociais, em que se associa a figura de um chefe à figura do pai, ou de um subordinado à figura do filho; ou seja, há a formatação do funcionamento dos conjuntos sociais ao funcionamento do conjunto familiar, há a redução do agenciamento social ao retrato da família, conforme criticam Deleuze e Guattari ao longo de sua obra, ou mesmo o sociopsicanalista Gérard Mendel (1971), que enuncia que a sociedade não é uma família. A análise do Presidente Wilson (FREUD & BULLIT, 1984) é um ótimo exemplo dessa redução de um agenciamento social para o familiar, pois peca por essas insistentes reduções de processos políticos a relações familiares, em que se analisa a subordinação política do presidente americano aos líderes inglês e francês da mesma forma que este se subordinava passivamente a seu pai dentro do espaço familiar; nesta obra as relações políticas são sobrecodificadas pelas relações familiares. Dessa forma entendemos que a psicanálise utiliza o agenciamento familiar, e conseqüentemente o agenciamento edípico, como o diagrama princeps das relações sociais; o funcionamento da série familiar opera como a máquina abstrata dos outros agenciamentos sociais, da mesma forma, por exemplo, que M. Foucault concebeu o dispositivo do panóptico como máquina abstrata das instituições disciplinares.

Bom, nesse momento, depois de algumas críticas à redução psicanalítica, ao privilegiar a série familiar como determinante às outras séries sociais, o leitor deve estar com dúvidas do por que se usa a psicanálise em nosso ensaio. Como diria o ditado comum “Não vamos jogar o bebê com a água do banho”, ou seja, mesmo com essa redução³⁹ consideramos que a idéia do Estado enquanto sujeito da violência é contributiva, como veremos a seguir, em que discutiremos o ápice da crítica psicanalítica ao Estado, em que há a revivescência do Pai Primevo na figura do Estado.

³⁹ Estas constantes reduções são constantemente denunciadas por Deleuze e Guattari, por exemplo, no caso do menino Richard, a crítica é que Mrs. Klein em todos os momentos tende a quebrar as maquinações e o humor do menino em relação à guerra, à geopolítica e à arquitetura, reduzindo tudo às relações de Richard com seus pais (DELEUZE & GUATTARI, 1976 & 1977b).

2.3. O Estado é o Estado da Horda: O Aparelho de Violência

Bauman (1999), em sua obra “Modernidade e Ambivalência”, afirma que o grande projeto da Idade Moderna é dar ordem às coisas, numa tentativa de suprimir o caos, a ambivalência e a indeterminação numa existência supostamente ordenada, planejada e geométrica. Na modernidade procura-se uma fundação às coisas e ao conhecimento, numa tentativa de constituir base sólida, fixa e enraizada. Dessa forma, nesse processo de produção e atribuição de sentidos às coisas, normatiza-se e se reduz a multiplicidade dos fenômenos em dicotomias, muito freqüentemente na separação entre o normal, que é o padrão, o ordenado, o esperado e o identificado, e o patológico, que é o desvio, o caótico, o inesperado e o ambivalente.

Nesse projeto iluminista de ordenação, de iluminar as trevas, de jogar luz sobre aquilo que está obscuro, que a psicanálise também compactua, com a célebre frase “onde há id que haja ego”, o Estado adquire função primordial. O Estado define os limites de seu território e a identidade da nação. Suas leis definem o que é certo e o que é errado, o que é moral e imoral, que condutas devem ser aceitas e quais devem ser reprovadas. E nesse processo de dicotomização há a divisão de poderes, entre quem tem poder e quem não tem, quem domina e quem é dominado, quem pode se expressar e quem não pode. Na consolidação das instituições sociais e do Estado há o processo que Castoriadis (1982) chama de autonomização das instituições na sociedade, que em seus processos de reprodução adquirem um caráter de naturalidade para os sujeitos, como se essas divisões sociais sempre existissem e sempre estivessem aí. O Estado, as instituições e as divisões de poder tornam se naturais para os sujeitos e coletivos, que se alienam de suas significações originárias.

A questão do Estado se complexifica quando a ele não competem apenas as atribuições de produção e delimitação de fronteiras, pois com a vida nua, *zoé*, adentrando em sua esfera, o Estado passa a gerir diretamente a vida da população e a política converte-se em biopolítica, em que suas práticas têm como fim o próprio corpo dos sujeitos, a doutrinação de seus costumes e a domesticação de seus desejos. Nesse processo de domesticação dos corpos é imposto ao sujeito, o que Freud chama de renúncia instintual por uma série de interditos sociais. Estes interditos são expressos pelas Leis e normas, são mantidos pelas instituições sociais e reproduzidos pelos sujeitos: “El orden es una suerte de compulsión a la repetición que decide, mediante una norma establecida de una vez por todas, cuándo, donde y como debe hacerse una cosa, de modo de evitar indecisiones y dudas en todos los casos similares entre sí” (FREUD, 1930, p.229).

S. Freud (1915) faz duras críticas ao Estado. Ao discutir a guerra apresenta reflexão crucial sobre esta instituição. Ele afirma que, na civilização, os sujeitos devem compartilhar de rigorosa conduta moral, na qual lhe são impostos uma grande dose de autodomínio e uma renúncia à satisfação instintual. O Estado traz uma série de restrições ao sujeito, totaliza suas condutas e monopoliza para si todo o poder e a violência:

(...) o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo. (...) O Estado exige o grau máximo de obediência e de sacrifício de seus cidadãos; ao mesmo tempo, porém, trata-os como crianças, mediante um excesso de sigilo e uma censura quanto a notícias e expressões de opinião, que deixa os espíritos daqueles, cujos intelectos ele assim suprime, sem defesa contra toda mudança desfavorável dos eventos e todo boato sinistro. Exime-se das garantias e tratados que o vinculavam a outros Estados, e confessa desavergonhadamente sua própria rapacidade e sede de poder, que o cidadão tem então de sancionar em nome do patriotismo (FREUD, 1915, p.289).

A violência é monopolizada pelo Estado e é transformada em violência legal. Dessa forma podemos entender que o Estado não representa o povo como discurso propagado; domina-o. Ele não se preocupa com a satisfação dos sujeitos que “representa”, mas sim com a

obediência deles na tarefa de “ordenação social”. No “mal estar da civilização”, Freud (1930) compactua com as teses hobbesianas sobre o Leviatã, em relação à necessidade de um Estado para que se assegure uma ordenação social, contudo afirma que os sujeitos não adquirem a contrapartida pelas renúncias instintuais sofridas, recebendo apenas uma pequena porção de segurança para a sobrevivência, ou seja, o Estado não é uma instituição que se presta a trazer a felicidade almejada para o coletivo. Freud (1915) prossegue com sua crítica à civilização:

A sociedade civilizada, que exige boa conduta e não se preocupa com a base instintual dessa conduta, conquistou assim a obediência de muitas pessoas que, para tanto, deixam de seguir suas próprias naturezas. Estimulada por esse êxito, a sociedade se permitiu o engano de tornar maximamente rigoroso o padrão moral, e assim forçou os seus membros a um alheamento ainda maior de sua disposição instintual. Conseqüentemente, eles estão sujeitos a uma incessante supressão do instinto, e a tensão resultante disso se trai nos mais notáveis fenômenos de reação e compensação. No domínio da sexualidade, onde é mais difícil realizar essa supressão, o resultado se manifesta nos fenômenos reativos das desordens neuróticas.

Mas, e a concepção de que o Estado representa os anseios do povo através da democracia? A partir da visão psicanalítica entende-se que o Estado se apresenta como grande aparelho interditor das satisfações pulsionais dos sujeitos, não dando vazão a seus desejos e sim ao desejo de seus governantes, ou seja, podemos considerar um engodo a idéia de que o Estado é a representação de uma política democrática; aproxima-se mais de um instrumento que serve para a dominação de um pequeno grupo sobre outros. Enriquez (1990) vai ainda mais longe, quando afirma que o funcionamento do Estado moderno remete ao funcionamento anterior da horda primeva, na qual o “pai primevo” tem sua encarnação mais poderosa e violenta no Estado, em que monopoliza tudo e é produtor de exclusões:

O Estado (herdeiro da onipotência do pai primevo), como bem salientou Kaufmann⁴⁰ toma tudo a si sem nada dar; o Estado é a instituição que permite à pulsão de morte se desenvolver completamente; finalmente, o Estado (enquanto supressor da sociedade primitiva, sociedade guerreira) não protege contra a guerra de todos contra todos, como acreditava Hobbes, mas exatamente o contrário, apesar da aparência indulgente que ele assume em

⁴⁰ P. Kaufmann. *L'inconscient du politique*, P.U.F., 1979.

tempos de paz. Ao se anunciar como o sustentáculo da sociedade pacífica, o Estado se institui como único corpo do desejo e da expressão da verdade. A conseqüência de tal afirmativa é bem conhecida: ser o único, colocando-se no lugar da verdade, só pode conduzir a humanidade a seu fim. Como já havíamos dito em outro trabalho: ‘O crescimento do Estado, e sua cristalização, é a generalização da castração e da morte⁴¹’ (ENRIQUEZ, 1990, p.143)

E nessa generalização da castração e da intensificação das energias de desligamento, da pulsão de morte, a biopolítica de Estado converte-se no que Agamben (2002) chama de *tanatopolítica*, na política da morte, da castração. O Estado então se converteu no Estado da horda (ENRIQUEZ, 1990). A fratria autônoma instituinte e horizontalizada se desfez e a gestão política converteu-se novamente em heteronomia instituída. O Estado atualiza todo o poder destrutivo do “pai primevo”, totaliza e gerencia nossas vidas, conseqüentemente tendo poderes sobre a vida e morte. Enriquez (1990) afirma: “O Estado assume a violência do chefe da horda assim como a dos irmãos conjurados. Ele a confiscou para seu próprio benefício. Entretanto, na maior parte do tempo a violência tomará corpo sob a máscara das instituições, que servem à regulação social. Ela assumirá o nome de lei, de norma ou de regulamento. Sua sutileza e moderação não impedirão de marcar os espíritos, de penetrar nas consciências, de guiar as ações, na falta de castigos mais severos” (p.359).

Contudo, por mais que seja opressora a relação com o Estado, é esta instituição (além da Igreja) que provê o mínimo de segurança existente e atribui significado à existência, sendo referência às ações dos sujeitos e coletivos, cumprindo o papel do que Kaës (1997) chama de *apoio psíquico*. Podemos pensar, na psicanálise, que para o sujeito, ao Estado é deslocada a figura do “Pai”, dando continência ao desamparo vivido e provendo segurança para a existência, havendo assim o estabelecimento e atribuições de lugares na sociedade, o que Kaës (1997) chama de *contrato narcísico*. E, sem dúvida, há uma ilusão social estruturante, de que o Estado tenta prover um melhor viver a todos.

⁴¹ E. Enriquez. Du crime au groupe, du groupe a l’Etat.

Podemos pensar também, a partir dos enunciados teóricos de Freud (1921), que muitas vezes o gestor do Estado é colocado no lugar do *ideal de Eu* do sujeito. E, ao colocar um gestor externo, ou o Pai, no ideal de eu, coloca-se um objeto externo numa instância psíquica, o que implica na internalização da castração e da Lei, na internalização das interdições externas sociais numa instância interdutora interna, ou seja, implica na constituição de um *super-ego* que constantemente atualizaria o sujeito de sua castração e dos limites vividos, corroborando com a renúncia instintual e a conservação das instituições sociais. Ou seja, aqui temos uma ligação com a idéia de Castoriadis que a heteronomia externa fortalece a heteronomia do sujeito. O psicanalista Paulo Endo (2005), a partir de reflexões de Marta Cardoso⁴², atribui à formação do super-ego um maior caráter de incorporação do que de identificação, como se o objeto externo internalizado fosse um *incorporat* e residisse na psique como um estrangeiro ao ego. O Pai, as leis e o Estado da Horda poderiam ser assim constituintes e correlatos externos do super-ego, sendo esse estrangeiro incorporado e dominador. Dessa forma, tanto instâncias internas como externas contribuem para o sofrimento e para a reprodução do Estado e de seus mecanismos que tendem para a massificação, a repetição, a homogeneização e a destruição. Enriquez (1990) descreve:

A partir deste momento, a luta é sem fronteira: a guerra total exprime seu poder e sua lei. O Estado não é mais o receptáculo de uma parte da vontade dos cidadãos, ele nada mais é que a forma moderna e sofisticada da horda, que ridiculariza suas próprias leis, instituindo o arbitrário e a injustiça como modo normal de governo, tomando tudo e nada dando, embriagado de uma força multiplicadora pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia. Não devemos nos surpreender, o Estado encontrou seu fundamento na metabolização da violência física em violência simbólica (p.360).

E nessa violência generalizada vivida frente a soberania do Estado, o Homo Sacer torna-se figura emblemática (AGAMBEN, 2002). Pois este justamente é o homem matável impunemente e insacrificável, que se localiza fora das jurisdições legal e divina, sem amparo

⁴² M.R. Cardoso. Superego. São Paulo: Escuta, 2002.

na justiça dos homens e nem na justiça dos deuses, sendo depositário das violências sociais de quaisquer espécies, sujeito “indefeso” frente a esse Aparelho de Violência.

Dessa forma, com as colocações de que o Estado é o Estado da Horda e de que é portador de toda sua violência, é que sustentamos que o Estado ocupa o lugar de um Aparelho de Violência no imaginário social, um aparelho que deve ser temido, obedecido e se possível, dominado, sob o risco da expulsão e do assassinato, da mesma forma que o mito do “pai primevo” na horda primeva. O Estado como Estado da Horda simboliza a repetição da violência e do(s) assassinato(s), se tornando temido e sendo visto pelo seu lado mais coercitivo, mais negativo e destrutivo; como diria Freud (1930) o Estado retira o que é mais sagrado para os sujeitos, sua sexualidade e agressividade, para monopolizá-las, e como completa Enriquez (1990), tal Instituição tampouco segue a tese hobbesiana de proteção dos coletivos da Guerra de todos contra todos, ela somente captura, escraviza e violenta a todos em seu imaginário. No período do regime militar brasileiro, o Estado não funcionava apenas como um aparelho de violência simbólico, mas, sobretudo, físico, em que operou uma série de torturas e assassinatos. Mas queremos ressaltar que tal funcionamento violentíssimo do Estado no imaginário social acarretou inúmeras seqüelas em ex-militantes, em que, por exemplo, o dominicano Frei Tito e o ex-guerrilheiro da VPR, Massafumi Yoshinaga, “agenciaram” tal violência em seu “aparelho psíquico” e passaram a delirar constantemente a perseguição da Violência de Estado, encarnada na figura do delegado Sergio Paranhos Fleury, um dos mais cruéis torturadores do regime militar. Mesmo livres da prisão e longe do seu algoz, cometeram suicídio para livrar-se dos seus sofrimentos⁴³ (FREI BETTO, 1982 & LUNGARETTI, 2004).

⁴³ Entramos em contato em 2008 com um parente de Massafumi Yoshinaga com o interesse de acessar seus escritos pré-suicídio, pois queríamos escrever um tópico na tese sobre sua trajetória, algo como “Massafumi Yoshinaga, o suicidado da guerrilha”. Contudo, como não conseguimos alicerçar metodologicamente tal tema aos objetivos da tese, deixamos tal questão para pesquisa futura.

Entretanto, consideramos que vislumbrar o Estado como um Aparelho de violência temível no imaginário social também pode aumentar o desejo de conquistá-lo e dominá-lo; então, quanto maior a percepção da magnitude de sua potência violenta, que agencia a força do pai primevo e dos irmãos insurgentes (ENRIQUEZ, 1990), maior é o desejo de sua dominação, de sua tomada; que imaginariamente tomar o poder do Estado torna-se correlato à idéia de assumir a potência necessária para resolver, ou não, as vicissitudes sociais vividas; tomar o poder do Estado é incorporar esse poder. Deste modo para tentar “neutralizar” tal aparelho de violência, o Estado no imaginário social é algo que para ser destruído, tem que ser conquistado, pois é dramatizado como um terrível inimigo, monstro a ser domado, então nos projetos de revolução sempre há o projeto da erradicação desse “mal”, do Estado, na tentativa de tomar e incorporar esse poder.

E por justamente ser imaginariamente concebido como um Aparelho da Violência, quando as revoluções⁴⁴ foram bem sucedidas, ao invés da tentativa de constituição da idílica sociedade comunal, ao invés de ser dominado e destroçado-abandonado, esse Aparelho de Violência e terror foi colocado para funcionar intensamente pelos revolucionários, repetindo a violência, havendo uma avalanche de assassinatos dos inimigos políticos, seja na Revolução Francesa, na Revolução Russa, Chinesa, Cubana, etc. Atribuímos tal acontecimento não pelo suposto “caráter assassino” dos revolucionários, mas sim por um agenciamento entre Aparelho de Violência e máquina revolucionária, que para a efetivação do projeto de consolidação da Nova Ordem, as relações de guerra atingem seu esplendor; a máquina de guerra agencia-se ao Aparelho de Violência e dá vazão aos seus traços mais abolicionistas.

Consideramos que a maior contribuição da psicanálise em relação à apreensão do imaginário social do Estado é o de criar um regime de enunciados que vislumbra tal Instituição enquanto um Aparelho de Violência, física ou simbólica; imaginário que se

⁴⁴ Não só as revoluções de esquerda, mas também pela tomada de poder de outros grupos políticos.

perpetua nos sonhos e decorrências das revoluções sociais e que devido a ele se justificará o assassinato de milhares de opositores para a criação da nova ordem social. Esse é um imaginário encarnado tão intensamente ao Estado, que tal aparelho atinge seu cume de funcionamento direto, e não mais simbólico, nos momentos de tomada de poder e transição de uma ordem social à outra. É como se esse imaginário do Estado enquanto Aparelho de Violência pudesse justificar o exercício da violência direta e crua sobre os outros quando se toma seu poder, ou quando se luta para tomar tal poder, em que o desejo está prioritariamente dirigido à incorporação do poder do Aparelho de Violência⁴⁵.

3. Da História Universal ao Estado como Aparelho de captura

Como se constituiu o Estado? Podemos nos satisfazer com o decalque realizado pela psicanálise, do Estado sobre a configuração familiar? Por mais que concordemos que possa haver processos convergentes, consideramos que tal operação é uma redução, pois é colocar a série familiar como determinante às outras séries sociais, como se a política e o Estado pudessem ser explicados apenas pelo agenciamento da configuração familiar. Contudo, como exposto no tópico anterior, beneficiamo-nos da idéia que desenvolvemos desde os aportes da psicanálise, do imaginário social do Estado enquanto Aparelho de Violência e do desejo dos grupos opositores por sua incorporação, mas descartamos os movimentos de reduzir os agenciamentos políticos ao agenciamento familiar, de tomar a série familiar como diagrama dos processos sociais. Nesse tópico, adicionaremos a concepção de Deleuze & Guattari (1976) do Estado enquanto Aparelho de Captura, sobrecodificadora dos fluxos sociais e das semióticas primitivas e formadora de uma imagem de pensamento. Pretendemos trabalhar

⁴⁵ E quem sabe, num desejo de incorporação do Aparelho de Violência correlato à “incorporação concreta” do corpo do pai primevo, despedaçado e devorado pelos irmãos insurgentes.

esse movimento de captura do Estado sobre os fluxos sociais para iluminarmos a principal faceta do funcionamento dessa Instituição. Antes de chegar à idéia do Aparelho de Captura, abordaremos como os autores entendem o *socius* e o que chamam de História Universal, pois cremos que é repertório base para chegarmos ao entendimento desse conceito. A nosso ver, a História Universal redigida por eles, claramente inspirada pela “Genealogia da Moral” de F.W. Nietzsche (1987), é uma espécie de genealogia do Estado.

3.1. Fluxos, linhas e *socius*

Para Deleuze e Guattari (1976) a sociedade e a existência são formadas por fluxos; fluxos de diversas procedências, fluxos de circulação humana, fluxos financeiros, fluxos corporais, etc., formando assim um complexo emaranhado de fluxos que se assemelham a figura vegetal do rizoma, numa trama quase caótica. Esse Caos agrega uma infinidade heterogênea de aspectos, de coisas, de processos, de subjetividades, de estratos, de fluxos, enfim a sociedade é um emaranhado complexo formado por *multiplicidades*, por fluxos de diversas materialidades e graus de organização que se propagam, que jorram e que fogem; a sociedade se comportaria difusamente como um gás (DELEUZE, 2007). E a função do *socius* é justamente o contrário, é impedir que esses fluxos fujam e se dispersem, então sua função é de inscrever e codificar tais fluxos ainda indeterminados e lhes prover significações, reduzindo o movimento e constituindo estratos determinados. Dessa forma, dentre este Caos temos ilhas e continentes de significações, processos determinados e significados; o Cosmos comum em que se apóia a experiência inteligível, ilhas de significação em meio ao Caos, construtos dos sujeitos e coletivos que têm por fim explicitar e discriminar a experiência de viver, de estar-no-mundo, tal como mitos, instituições, ideologias e religiões, formações sociais e identitárias que dão conta de criar explicações, concepções e significações do mundo

e da existência. Caos e Cosmos estão interconectados numa relação direta; num modelo da Botânica poderíamos figurar essa relação como a relação entre rizoma e árvore, do que é caótico e do que é organizado, ou para Baremlitt (2003), os planos da produção e o do registro-controle. Nessa relação entre Caos e Cosmos forma-se o que Guattari (1992) chama de Caosmos, ou melhor, para expressar essa relação indissociável e que se retroalimenta; Caosmose. Esta Caosmose pode ser pensada na propagação das séries de linhas e fluxos no corpo social. Os sujeitos e a sociedade são formados por estas linhas, pelos pontos de parada delas, as quais se atravessam e formam uma intrincada trama, tão intrincada que nesse entrelaçamento de linhas há nós, discontinuidades, segmentaridades e até blocos. Deleuze e Guattari preferem falar em linhas a pontos, para poder figurar o movimento, a duração, a propagação, o processo, visto que o ponto adquire mais a conotação de algo parado, estanque, fixo, em repouso e estático. Tais linhas têm naturezas diferenciadas, em que Deleuze e Guattari (1996) distinguem três tipos imanentes uma às outras: as linhas segmentárias, as linhas flexíveis e as linhas de fuga.

Nem toda linha seria um fluxo, o primeiro tipo, a segmentária, seria a de segmentaridade dura, mais estratificada, mais rígida, determinada, correspondente mais a uma linha que forma um estrato do que um fluxo louco, mais ao ser do que ao devir; é denominada de linha molar. Ela constitui e é base dos estratos e das instituições. Que linhas poderiam ser pensadas como de segmentaridade dura? Podemos pensar que não seriam apenas leis, instituições e rituais institucionais, mas também poderia ser a do hábito cotidiano, do sujeito que repete sua rotina todos os dias indefinidamente, em práticas instituídas; uma figura emblemática é a do homem na caixa, que sempre segue os mesmos trajetos na clausura de seus hábitos. Além da rotina comum do dia-a-dia também podemos pensar a linha de segmentaridade dura como aquela que estrutura o caminho institucional comum da vida do sujeito, que nasce numa família, depois é depositado numa creche, quando cresce vai à escola,

ao atingir a maioria presta serviço militar, depois arruma um emprego, casa-se, tem filhos, aposenta-se, é despejado num asilo para idosos e depois morre, sempre em instituições e seguindo o padrão institucional. O segundo tipo, a linha de segmentaridade flexível, é mais fluido, é aquela que comporta uma certa maleabilidade, podendo fazer curvas, ocasionar *dobras*, fissuras, desvios e trajetos diferenciados, atualizar o virtual e devires; é chamada de linha molecular. Ela comporta uma maleabilidade que as linhas de segmentaridade dura não permitiam. Tais desvios podem ocasionar experiências outras frente à rigidez da segmentaridade dura, do molecular frente ao molar⁴⁶. Deleuze (1998) distinguiria um terceiro tipo, com uma configuração mais estranha, uma linha que não teria uma segmentaridade, não tendo um princípio de estruturação interna, sendo um fluxo louco, disruptor dos estratos e possibilitador de rupturas e aberturas para o novo e para a indeterminação; a linha de fuga. Esta linha seria pensada mais no sentido de vetores, campos de força e intensidades do que de medidas, pois não teria nem forma e nem estruturação interna, exprimindo assim os *acontecimentos*, por trazer algo novo, diferente e singular, que abre para outras realidades e novos campos; de certa forma é a irrupção do caos, é abertura para o Outro indeterminado, para o incerto. Nela há uma produção de uma “novidade”, ou o que Deleuze chamaria, uma produção de uma anomalia. Por anomalia o filósofo entende as expressões da multiplicidade, a emergência do novo e da diferença. A remissão a essa categoria de anomalia é para distinguir do costumeiro uso da dicotomia normal e patológico e para expressar mais a diferença, mais aos desvios do que aos padrões. É para pensar além do padrão expresso pela curva normal, é abordar o que se posiciona nas bordas dessa curva, o que está no limite e no limiar, o que diverge. As linhas de fuga são importantes para pensar os fenômenos sociais,

⁴⁶ Guattari (1987, 1988), por ter estudado Química, utilizou a terminologia de molar e molecular para distinguir os conjuntos maiores e mais rígidos daqueles que seriam menores e teriam uma movimentação e uma agitação maior. Convergente com tal visão, o matemático R. Thom afirma que a noção de ordem é morfológica e em última análise é geométrica, relativa ou não absoluta, de modo que “(...) em um sistema molecular, a desordem perfeita, absoluta na escala da molécula, pode, em escala macroscópica, ser considerada uma ordem perfeita, porque então todos os seus pontos têm as mesmas propriedades observáveis” (apud PESSIS-PARTERNAK, 1992, p.16).

pois são elas que portam o que é novidade, o que é revolucionário e o que é mudança, seja numa pequena instituição ou no Aparelho de Estado. Estas três linhas seriam responsáveis pelos movimentos de velocidade e lentidão, de ebulição e precipitação e tanto os sujeitos e o social são formados pela sedimentação desses processos. São linhas que se interconectam e uma não é exterior a outra. Contudo, o *socius* busca a codificação dessas linhas.

3.2. Uma História Universal?

Na História Universal proposta por Deleuze e Guattari (1976) os movimentos de codificação e descodificação adquirem papel predominante, pois por um lado o *socius* codifica, mas por outro o Capitalismo aparece como o *negativo* da sociedade, como elemento desterritorializador das linhas que o *socius* territorializa. Tal história se refere antes às contingências do que à necessidade, aos cortes, rupturas e limites do que a continuidade e ela é formada por três momentos principais, representados pela tríade selvagens-bárbaros-civilizados. Os selvagens ligados ao primeiro momento, da máquina territorial primitiva, os bárbaros à formação imperial despótica e nós, civilizados, ligados à formação capitalista integrada.

O momento inicial de nossa História Universal é o da Máquina Territorial Primitiva, que é o das tribos, dos agricultores, dos pastores e dos caçadores nômades, dos coletivos sem Estado. A unidade primitiva do desejo e da produção é a terra, é o corpo pleno que codifica os fluxos sociais. A terra adquire sua centralidade e sacralidade para os coletivos humanos ali existentes e tudo é feito em referência a ela; deve-se codificar os fluxos e corpos tendo por alusão a terra. Deleuze e Guattari (1976) afirmam que a primazia desse momento, tal como a tarefa do *socius*, é o da inscrição no corpo, marcá-lo, codificá-lo, “(...) marcar os corpos que são da terra (...) tatuar, excitar, incisar, recortar, escarificar, mutilar, cercar, iniciar” (1976,

p.183), inscrever os fluxos que transbordam. Daí a importância dos rituais tribais, que celebram a natureza, a mãe-Terra (Pacha-mama), a ligação da tribo à terra, a comunhão corpo-Terra, nos quais os membros da tribo passam por uma série de iniciações. Nesses rituais de iniciação são comuns as operações de inscrição gráfica na carne de seus membros, que é um processo social que visa a territorializar o corpo, a simbolizá-lo.

Deleuze e Guattari (1976) fazem assim a crítica da concepção troquista da Antropologia Estruturalista, em que se entendia que a tarefa principal das tribos seria a circulação e troca entre membros de diferentes tribos (troca de mulheres e mercadorias). Pois, marcar o corpo, talhar os órgãos, é função primeira, é uma forma da constituição de um registro, da constituição de símbolos, de uma memória social; é a crueldade de inscrever marcas na própria carne e no próprio corpo dos seus homens para prover uma memória ao coletivo.

A máquina primitiva apenas subdivide homens e tribos e não o território, a terra continua como corpo indivisível. Vive-se num regime estratificado de rituais, tradições, mitos e de filiações parentais e alianças horizontais que declinam da constituição de um Aparelho de Estado. Por mais que não se viva sempre em harmonia, procura-se viver seguindo os fluxos da natureza e conjurar o Aparelho de Estado e o dinheiro, que são aspectos que desterritorializariam seus códigos estratificados.

E o que se busca conjurar na máquina territorial primitiva é o que causa sua morte e destruição. A morte que vem de fora, num corte, numa ruptura. Nietzsche descreve:

Eles chegam como o destino, sem causa, sem razão, sem respeito, sem pretexto, eles estão aí com a rapidez do relâmpago, muito terríveis, muito repentinos, muito outros para ser até mesmo um objeto de ódio (...) uma horda qualquer de louros animais de presa, uma raça de conquistadores e de senhores com sua organização guerreira somada à força de organizar, deixa sem escrúpulos, cair suas formidáveis garras sobre uma população talvez infinitamente superior em número, mas ainda inorgânica (citado por DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.242/3).

Trata-se de uma horda de guerreiros que busca conquistar territórios e escravos, destruindo tribos e fundando assim o Estado. Foucault (1999) afirma que o bárbaro se contrapõe ao selvagem por se posicionar exteriormente a uma civilização, por ser de fora, além muros, sendo sempre aquele que invade as fronteiras de um coletivo, “penetrando, incendiando e destruindo uma civilização (...) é essencialmente um vetor de algo muito diferente da troca: é o vetor de dominação. O bárbaro, diferentemente do selvagem, se apodera, se apropria; pratica não a ocupação primitiva do solo, mas a rapina” (p.233/4).

Esse é o segundo momento da História Universal, da Formação imperial despótica, em que bárbaros e guerreiros dominam povos e se fixam em impérios. Para erigi-los, a conquista e a captura de tribos são fundamentais para se angariar mão de obra-escrava, destruindo-se assim o antigo regime de códigos da máquina territorial primitiva. Já não há mais a comunhão com a terra como referência, os antigos selvagens são capturados pelo Império e se tornam peças dessa nova máquina social. O corpo pleno, o corpo de referência não é mais a terra e sim o corpo do déspota, que se põe numa ligação direta com Deus e passa a sobrecodificar os códigos do antigo sistema.

Na formação imperial despótica temos a figura do soberano como central dessa formação; o déspota é a figura central de poder. Há um príncipe, um monarca, um soberano, com poder transcendente, numa relação de exterioridade com seu principado e que tem poder total sobre seus domínios; sua palavra é Lei. O soberano detém assim o poder sobre a vida e a morte, o de matar e deixar viver, um *vitae necisque potestas* (poder sobre a vida). Agamben (2002) conjectura que há certa configuração familiar no poder do soberano, como se seu território fosse uma ampliação da família, como se a família fosse o modelo de governo. Note-se que a palavra déspota em latim é *despotes*, que significa pai de família, a figura jurídica *vitae necisque potestas* é a figura que dava direito ao pai sobre a vida do filho e *oikonomia*, é a lei da casa (oikos = casa e nomos = lei), a gestão da casa, que assim derivou a

palavra economia⁴⁷. A figura do soberano pode se aproximar então à do pai, de um pai que deu a vida, mas que também tem o direito de suprimi-la. Tal figura também está ligada à gestão da casa, ao poder soberano e a configuração de um território, constituído historicamente a partir de inúmeras guerras. Então há uma imensa importância da questão do território, seja na sua delimitação, como na extração de matéria-prima.

As relações de poder nessa nova formação passam a ser transcendentais, o déspota e o Estado procedem por captura, descodificando os fluxos sociais primitivos e instaurando novos códigos a partir de sua territorialidade imperial; uma sobrecodificação dos fluxos. Para o coletivo dominado resta se submeter a esse novo e terrorífico *socius*. Foucault (1979) afirma que desde a Idade Média no Ocidente, o arcabouço jurídico foi constituído em torno da figura do Rei, visto que é o soberano quem encomendou a produção do Direito Romano. Dessa forma, as Leis são diretamente a expressão e a normatização do poder real, servindo-lhe de justificação e de instrumento de exercício do poder. É todo um sistema jurídico edificado que trata da dominação e da sujeição da população, fato que reforçou o poder real; assim o Direito foi constituído enquanto uma teoria da soberania. O Estado então deixa de fazer alianças horizontais para proceder por dominação vertical; Wittfogel (1966) afirma que na China há mais de dois mil anos atrás as aldeias passaram a escolher seus chefes, que, no entanto, acabavam por ter ligação com o governo central e por ser incorporadas pelo Império.

Os estudos de Wittfogel (1966) sobre o despotismo oriental são um exemplo que nos mostra como o Estado detinha um poder centralizado sobre o seu coletivo, em que o controle era tão grande que o Estado chegava a ser mais forte que a sociedade. Além da grande vigilância, o governo procedia por extremo terror e violência ao bel prazer do déspota. Wittfogel (1966) nos conta:

⁴⁷ O filósofo italiano Giorgio Agamben (2002) trabalha essas questões e consideramos que dá prosseguimento na obra de Foucault, no que se refere às questões do Estado, da soberania e da biopolítica.

En las grandes tribus hidráulicas el jefe puede tratar de apoyar su autocracia incipiente mediante el empleo de terror espectacular. Un jefe chagga, por ejemplo, puede cometer toda clase de crueldades contra sus súbditos. Se dice que Ndeserno arrancó los corazones de los cuerpos de las víctimas mientras estaban aún vivas y que los asó para sus hijos. Un jefezuelo que llegaba a estos extremos era contemplado con gran terror, pero, según Gutmann, “estas crueldades contra los individuos no dañaban su prestigio”. Por el contrario, el temor que inspiraban cimentaba la estabilidad del régimen (p.171).

Diferentemente do sistema feudal europeu, na China houve uma grande centralização pelo imperador, que lutava contra a fragmentação do Império. Na luta contra a iniciativa privada e as apropriações indevidas de funcionários do tesouro do Estado, o imperador contava com uma série de fiscais, espiões e informantes. Casos de roubo ou de não pagamento de impostos eram castigados cruelmente. “Bajo las condiciones hidráulicas el estado restringió el desarrollo de la propiedad privada mediante procedimientos fiscales, judiciales, legales y políticos” (WITTFOGEL, 1966, p.102).

Tal controle do Império chinês sobre a iniciativa privada era tão forte, que foi a resposta para a questão de Etienne Balazs (1964), retomada por Deleuze e Guattari (1976) sobre o surgimento do capitalismo: “Por que o capitalismo não nasceu na China no século XIII, quando todas as condições científicas e técnicas pareciam, no entanto, dadas?” (p.249) Por que surgiu apenas muito tempo depois no Ocidente? Balazs cita alguns fatores, como o grande controle do Estado sobre os produtores, por exemplo, sobre a extração dos minérios. Além do Estado cobrar altos impostos, como 30% do produzido (BALAZS, 1964, p.45), controlava a produção com severas leis, severa fiscalização e proibia a abertura das minas quando havia o que considerava um excedente de produção. Agia com a extração dos minérios da mesma forma com o comércio de outros produtos, como o sal, com as mesmas altas taxas e controle da mercantilização, coibindo assim a expansão da iniciativa privada. Havia a luta, tal como na máquina territorial primitiva, contra os fluxos descodificados. O Estado procurava sobrecodificar tudo para não deixar escapar os fluxos.

Contudo, no Ocidente, os grandes impérios fragmentaram-se territorialmente, havendo assim um momento intermediário entre a Formação despótica imperial e o surgimento do capitalismo: a Formação Feudal Medieval. Devido a importância desse período intermediário, julgamos necessário discutir o processo de feudalização e inseri-lo nessa história universal⁴⁸.

Norbert Elias (1993) descreve como no período Medieval, especificamente na Europa, coexistiam forças centrípetas e centrífugas na gestão do território. No primeiro momento, das forças centrípetas, o rei conquistador, enquanto expandia seu território, dispunha de grande prestígio militar e político. E como portava um extenso território e não tinha como controlá-lo sozinho, distribuía suas terras para parentes e conhecidos que passavam a governá-las. Como não dispunha de dinheiro ou de produtos como pagamento, as terras se tornavam o pagamento. Num segundo momento, quando não havia mais conquista de novas terras, o rei passava a apenas ter uma atitude de conservação delas, perdendo assim seu prestígio com os governantes locais, que passavam a clamar por independência em suas propriedades; havia assim predominância das forças centrífugas. Os imperadores tentaram criar mecanismos para impedir essa descentralização, destituindo os antigos governantes e até nomeando bispos para essa função, contudo a tendência geral foi a da perda de controle sobre os territórios delegados aos outros governantes, fragmentando-se assim seu Império. As forças centrípetas de centralização do território só retornavam quando havia a iminência de um perigo externo, tal como uma invasão de um inimigo, que fazia com que os governantes territoriais necessitassem do rei para defender o território. Ou então, quando o rei estava em combate expandindo os limites das fronteiras, tal integração também era retomada. No entanto, na ausência desses acontecimentos, Elias (1993) notou que ocorreu uma grande descentralização em relação a um poder central. Extrema descentralização e fragmentação do poder do rei que fortaleceu os poderes locais. “A gradual descentralização de governo e território, a

⁴⁸ Deleuze e Guattari (1976) deixam de fora uma discussão mais detida sobre a feudalização de sua história universal. Por isso que recorreremos à discussão de N. Elias (1993) sobre o processo de fragmentação da feudalização aos processos de centralização do Estado.

transferência da terra, do controle do suserano conquistador para o da casta guerreira como um todo, nada mais é do que o processo conhecido como feudalização” (ELIAS, 1993, p.36). Não só o rei não conseguiu impedir a independência daquele a quem cedeu terras, como este também não conseguiu impedir a autonomia de outro senhor menor que cuidou de porção menor de suas terras e assim sucessivamente. Houve o que Elias (1993) denominou de um fenômeno universal e chamou de *individualização em relação à unidade tribal*, que foi o advento da propriedade privada. Dessa forma, podemos entender que houve um processo de desterritorialização da unidade imperial, em que os fluxos da propriedade territorial “correram para os lados”.

Nesse período:

(...) as funções políticas e militares ainda não haviam se diferenciado das econômicas, como ocorreu gradualmente na sociedade moderna. A ação militar e as ambições políticas e econômicas eram, na maior parte, idênticas; o desejo ardente de aumentar a riqueza sob a forma de terras equivalia à mesma coisa que ampliar a soberania territorial e aumentar o poder militar. O homem mais rico numa área determinada, isto é, o que possui mais terras, era portanto o militarmente mais poderoso, com o maior número de servidores e, a um só tempo, comandante de exército e governante (ELIAS, 1993, p.46).

Foucault (1999) traz uma visão distinta da de Elias e não atribui o início da feudalização devido à fragmentação de um território centralizado para o uso de seus delegados e sim devido à constituição libertária dos guerreiros, que ao conquistar um território, não queriam se subjugar a um soberano, no sentido romano, e queriam ter o poder de gerir seu próprio pedaço de terra; ou seja, o território não era um todo que foi dividido e sim que cada guerreiro já havia constituído de antemão seu território autônomo, não havendo nenhuma razão para que se submetessem à vontade de um soberano. Bom, mesmo com essa distinção no que se refere a uma “origem” do feudalismo, o que nos interessa é que ambas as visões focalizam esse modelo de forças centrífugas atuando pela fragmentação territorial. Dessa forma, em cada porção de terras de determinado governante havia um sistema singular

de leis e normas. Por exemplo, nos séculos IX e X, quando se atingiu o cume da fragmentação de um poder central:

Cada pequena fazenda tinha governo próprio, era um ‘Estado’ em si mesmo, tendo à frente seu pequeno cavaleiro como senhor independente. A paisagem social era composta de um caos de unidades governamentais e econômicas. Todas eram essencialmente autárquicas, com pouca dependência entre si, exceção feita a uns poucos enclaves – mercados estrangeiros, por exemplo, ou mosteiros e abadias – que, às vezes mantinham ligações ou elos além do nível local. No estrato governante secular, a integração através de conflito agressivo ou defensivo era a forma predominante (ELIAS, 1993, p.84).

Elias (1993) afirma que a moeda da época era a terra, então havia uma grande sede pela conquista dela. Contudo, com sua escassez, devido ao aumento demográfico, e quando os filhos de um senhor feudal não tinham o que herdar, acabavam por tornar-se mercenários, chefes de bando de assaltantes e cruzados ou por prestar serviços a príncipes, oferecendo suas espadas para conseguir conquistar novas terras ou remuneração em dinheiro⁴⁹. Foi dessa maneira que a classe guerreira, os nobres, acabou se fixando ao Império e constituindo as bases do Aparelho Militar do reino.

A fixação de uma classe guerreira dependente do Império e a transição da economia de troca para a economia monetária foram fatores fundamentais para a consolidação do Estado, pois foi tal aparelho que operou uma centralização e obteve um monopólio sobre a gestão das finanças, tributação do reino e da rede de relações que se constituiu nele. A instauração do dinheiro serviu para desterritorializar as relações instituídas feudais, o que fez emergir com força a figura do burguês, que lucrava com sua produção privada. Com a ampliação e diversificação do aparelho de Estado, especializaram-se funções diferenciadas referentes à gestão dos recursos existentes nele, em que todas as decisões já não ficavam mais nas mãos do rei, sendo delegadas a outros membros da família real, ou seja, constituindo-se assim uma

⁴⁹ “O dinheiro era, na verdade, uma encarnação do tecido social, um símbolo da teia de atos de troca e cadeias humanas, através das quais a mercadoria passava em seu caminho do estado natural para o consumo. O dinheiro só se tornou necessário quando cadeias longas de troca se formaram na sociedade, isto é, em certo nível de densidade demográfica e alto nível de interdependência e diferenciação social” (ELIAS, 1993, p.50).

maior interdependência entre as pessoas, pois quanto maior eram as posses do reino, maior o número de pessoas necessárias para geri-las; pessoas dependentes do rei, as quais este também se tornava dependente. Elias (1993) nos ensina que:

(...) o poder inicialmente adquirido através da acumulação de oportunidades em lutas privadas tende, a partir de um ponto assinalado pelo tamanho ótimo das posses, a escorregar das mãos dos governantes monopolistas para as mãos dos dependentes como um todo, ou, para começar, para grupos de dependentes, tais como a administração monopolista. O monopólio privadamente possuído por um único indivíduo ou família cai sob o controle de um estrado social mais amplo e se transforma, como órgão central do Estado, em monopólio público (p.101).

Para Elias (1993) o Estado ressurgiu quando conseguiu centralizar os antigos feudos e volta a ser a autoridade central, tendo o monopólio sobre o uso da força, o aparelho militar, e da administração territorial e financeira, obtendo assim o controle militar e fiscal. Dessa forma, controlava-se o porte de armas militares pelo indivíduo, pois tal utilização tornava-se monopólio do Estado e de seu aparelho militar, assim a classe guerreira perdeu sua autonomia e viu-se irremediavelmente atrelada ao aparelho estatal. Então, os conflitos pela terra ou pelo monopólio de determinado bem passaram a ser decididos por embates econômicos e políticos centralizados, não sendo mais decididos como usualmente eram; pelo meio da força individual.

Com a introdução do dinheiro, a burguesia foi ganhando espaço diante da nobreza, pois acumulava recursos com sua produção e passava a exercer cargos especializados no Estado. Ao rei coube mediar o conflito de poderes entre uma nobreza parasitária e a classe burguesa emergente, pois mediando a “queda de braço” poderia se manter no poder.

Contudo os burgueses começaram a acumular mais recursos que a nobreza e venceram essa disputa; a Revolução Francesa é um acontecimento que expressa essa vitória, o fim do sistema feudal e a passagem para uma Formação Capitalista incipiente, em que houve a tomada de poder pela burguesia e intensa atividade de produção industrial. O Capitalismo

chegava para o terror das outras formações sociais, aquilo que foi conjurado pela máquina territorial primitiva e pela formação imperial despótica; os fluxos sociais desterritorializados. Recapitulemos; a máquina territorial primitiva consistia em codificar os fluxos sobre o corpo pleno da terra, a máquina imperial consistia em sobrecodificar os fluxos sobre o corpo pleno do déspota e do Urstaat e na máquina moderna capitalista há um outro processo, o de descodificar os fluxos sobre o corpo pleno do capital dinheiro. Ou seja, o capitalismo procede por uma operação inversa ao socius; enquanto as outras formações sociais tinham primazia pela codificação, o Capitalismo opera pela descodificação dos fluxos territorializados, por isso que pode ser dito que é o negativo da sociedade.

Deleuze e Guattari (1976) nos ensinam que o advento do Capitalismo foi possível por uma tripla conjunção: devido à descodificação da propriedade territorial, à descodificação dos fluxos monetários e à descodificação dos fluxos de trabalhadores, ou dizendo de outra forma, com o advento da propriedade privada, do dinheiro como moeda de troca e da mão de obra livre remunerada e não mais escrava. Esses fluxos desterritorializados se encontraram e fizeram ruir os antigos códigos estratificados, a tradição feudal, em que os novos imperativos eram obter propriedade privada e produzir e acumular bens a partir da moeda.

Esse caráter de desterritorialização dos códigos instituídos é um fator do Capitalismo que lhe dá ares “progressistas” frente aos antigos regimes de dominação e servidão social. E concordamos nesse ponto que historicamente o advento do capitalismo pode ser considerado um “avanço” no que se referiu à desterritorialização das relações instituídas feudais. Contudo Deleuze e Guattari (1976) afirmam que o capitalismo opera um duplo movimento concomitante, não só de descodificação, mas também de axiomatização dos fluxos descodificados, ao mesmo tempo em que os fluxos são desterritorializados eles já são axiomatizados num padrão, numa fórmula, numa matriz, que é o axioma do Capital, que funciona na atualização de toda a lógica privada, de produção e competitiva capitalista, ou

seja, libera-se por um lado, mas já se captura pelo outro. Mas não se captura por (sobre)codificação e sim pela axiomatização; o Capitalismo se torna uma axiomática. Deleuze afirma: “La axiomática sigue el proceso de descodificación y sustituye los códigos deshechos por una combinatoria, es decir captura por un extremo lo que pierde por outro” (1972, p.6). Por isso podemos concordar com autores ditos pós-modernos como Bauman (1999), Lyotard (1989) e Maffesoli (2001) sobre esse caráter fluido, líquido, mutante, da sociedade atualmente. A sociedade parece estar em extrema mutação, em que se valoriza a novidade e a diferença, em que muda constantemente seus códigos, mas não são fluxos que estão livres, pois se observarmos atentamente, perceberemos que toda essa fluidez segue um padrão, segue uma matriz, segue um axioma, que é o axioma do Capital. Para Deleuze e Guattari (1976) o Capitalismo então pode ser visto como uma “máquina demente”, que procede por desterritorialização constante e que não tem limite externo, mas apenas um limite interno, que é o seu axioma. Então, é aí no seu limite interno que a desterritorialização dos fluxos encontra seu bloqueio, ficando capturados e modulados pela axiomática do Capital.

E o próprio Capitalismo se transformou também, em que não importa apenas o fluxo líquido de moedas, mas também os fluxos “virtuais” de investimentos, fluxos de rentabilidade, fluxos de financiamento, etc., tornando-se algo praticamente abstrato. Nessa nova formação social, o Estado não é apagado, mas adquire outra configuração, já não tem mais a centralidade nos caprichos do seu déspota, por exemplo, delirantes e anárquicos de um Heliogábalo (ARTAUD, 1972), e sim se acopla ao Capital, tornando-se o Estado capitalista o regulador dos fluxos descodificados e axiomatizados, numa conjunção Urstaat e Capital. Por tal razão discordamos do historiador argentino Ignácio Lewcowicz (2004) que em seu livro, “Pensar sin Estado”, desenvolve uma série de teses sobre o desaparecimento do Estado e a primazia das relações capitalistas; pois por mais que o mercado tenha se desenvolvido formando uma rede mundial, o que Deleuze e Guattari (1976) chamam de Capitalismo

Mundial Integrado⁵⁰, e o Capitalismo tenha se disseminado em todas as áreas e também como forma de pensamento, devido a sua axiomatização, tais fatores não contribuíram para o esvaziamento do Estado, mas sim por outra configuração dele, em que continua como Aparelho de Captura somada a “nova” atribuição de regular a axiomatização dos fluxos descodificados. “Os Estados modernos da terceira era restauraram bem o império mais absoluto, nova ‘megamáquina’, seja qual for a novidade ou a atualidade da forma tomada imanente, realizando uma axiomática que funciona por servidão maquínica tanto quanto por sujeição social. O capitalismo acordou o *Urstaat*, e lhe dá novas forças” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.160). Por isso que Deleuze afirma que: “El capitalismo nunca ha sido liberal, siempre ha sido capitalismo de estado” (1971, p.5). Retomaremos essa discussão no tópico 4 desse capítulo.

Para finalizar este tópico, Deleuze e Guattari (1976) defendem que do ponto de vista da axiomática capitalista há apenas uma classe com tendência universalista: a burguesia (p.322), pois todos os trabalhadores, independentemente de suas ideologias, desde o operário de chão de fábrica ao rico empresário, estão trabalhando em prol do capitalismo, mesmo existindo diferenças materiais e financeiras entre estes dois segmentos:

(...) o campo de imanência burguês, tal como ele é definido pela conjunção dos fluxos descodificados, a negação de toda transcendência ou limite exterior, a efusão da antiprodução na própria produção, instaura uma escravidão incomparável, uma sujeição sem precedentes: não há mais nem mesmo senhor, apenas agora escravos comandam os escravos, não há mais necessidade de carregar o animal do exterior, ele mesmo se carrega. Não que o homem seja jamais o escravo da máquina técnica; mas escravo da máquina social, o burguês dá o exemplo, ele absorve a mais-valia para fins que, no seu conjunto, não têm nada a ver com seu gozo: mais escravo que o último dos escravos, primeiro servente da máquina esfomeada, animal de reprodução de capital, interiorização da dívida infinita. Eu também, eu sou escravo, estas são as palavras novas do senhor (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.323).

⁵⁰ Também traduzido para o português como Capitalismo Planetário Integrado.

Então, em nossa História Universal vemos que há três processos distintos na tríade selvagens-bárbaros-civilizados: inscrição, sobrecodificação e axiomatização. O ponto em que estamos é de uma conjunção entre Estado e Capital, ou melhor, entre Estado democrático e neoliberalismo, o que gera o que chamamos de uma Hipermáquina de Captura (tópico 4), e o funcionamento princeps do social se dá pela axiomática do Capital.

3.3. O Estado enquanto Aparelho de Captura e a máquina de guerra

Desde o início, o Estado sempre manteve uma relação com um fora, com algo que lhe é externo e que sempre tenta codificar, interiorizar, conquistar e capturar, como os coletivos que ficam à margem, as tribos nômades, os movimentos de êxodo, os movimentos sociais, etc. O Estado, que pode ser entendido como a Instituição maior de uma sociedade, formada por uma segmentaridade dura, muito rígida, molarizada, estratificada, não só está ligado à questão da gestão política do território, das pessoas e da sociedade, como tem como maior função a sobrecodificação dos fluxos sociais e das semióticas primitivas, reterritorializando as condutas e práticas, procurando codificar os fluxos sociais em estratos, freando o movimento, tendo essa função de captura do desejo, criando identidades fixas e estáticas, reduzindo a multiplicidade a uma lógica binária; para Deleuze e Guattari (1997) o Estado é o Aparelho de Captura, que concretiza o movimento de codificação do *socius*. O Estado é um Aparelho de Captura que produz uma subjetividade padronizada, numa lógica identitária única, do um sobre os outros, a partir de uma prática “policialesca”, pois tem uma função normatizadora, organizadora, delimitadora, normalizadora e sobrecodificadora. O Estado procede por uma sobrecodificação das semióticas, constituindo uma grande padronização nas formas de ser, de agir e principalmente nas formas de pensar do sujeito. Uma organização na forma de pensar e que está ligada a um juízo moral entre o que é certo e o que é errado, o que é normal e o que é

patológico. E por que captura? É porque a sobrecodificação é uma codificação de uma série sobre outra, em que a série normatizada dos padrões do Estado adquire primazia sobre as outras séries, por exemplo, sobre as séries de condutas singulares de um sujeito e de um coletivo. Queiramos ou não, todos somos sujeitos de Estado, civilizados, já estamos capturados a esses padrões sociais, valorativos e de pensamento desde o início: Deleuze e Guattari (1997) afirmam que o Estado é o Aparelho de Captura que consolida a nossa *imagem de pensamento*, que é reproduzida pelo sujeito como a única e correta forma de pensar, agir e existir. Procede pela captura por diferentes frentes, além da constituição de uma imagem de pensamento, de uma *doxa*, economicamente, a partir do domínio sobre a renda, o lucro e o imposto e politicamente pelo domínio da força, em que o Estado:

(...) emprega policiais e carcereiros de preferência a guerreiros, não tem armas e delas não necessita, age por captura mágica imediata, ‘agarra’ e ‘liga’, impedindo qualquer combate. Ou então o Estado adquire um exército, mas que pressupõe uma integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.12).

A palavra Estado, etimologicamente, denota a questão do repouso. Estado = estático = parado = o que está em repouso. Tal aparelho está muito mais atrelado ao bloqueio de movimentos do que a mudanças efetivas e transformações, tendo uma função de fixação e conservação. “O Estado é exatamente o que a palavra sugere: um bastião contra a mudança, contra o fluxo do fazer, a encarnação da identidade” (HOLLOWAY, 2003, p.115). “O Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação e conservação de órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar. Portanto, são necessárias instituições especiais para que um chefe possa tornar-se homem de Estado, porém requer-se não menos mecanismos coletivos difusos para impedir que isso ocorra” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.19). Devido a essa posição conservadora da estrutura do Estado, Deleuze (1994) adiciona mais um ponto, afirmando também que não há Estado de esquerda, pois mesmo que um partido de esquerda ou revolucionário esteja no poder, não temos um Estado de esquerda,

e sim apenas uma Instituição permeável a algumas questões de esquerda. Não há Estado de esquerda devido a sua característica *estratificadora*, conservadora, sobrecodificadora e bloqueadora, temos apenas um Estado sensível a algumas demandas da esquerda; por exemplo, atualmente, na Bolívia não vemos um Estado revolucionário e sim uma gestão ligada aos movimentos populares, por mais que seja um partido socialista no poder (MÁS – Movimiento Al Socialismo⁵¹).

Tal crítica ao funcionamento do Estado é tamanha, que o cientista político John Holloway chega a defender a idéia de que um dos erros de estratégia dos revolucionários de esquerda foi pretender tomar o poder do Estado, pois ao tomar tal poder acabaram por reproduzir a dominação existente de forma até mais intensa que outrora, já que reproduziram a dominação e opressão contida na forma-Estado: “(...) uma vez que a lógica do poder se converte na lógica do processo revolucionário, uma vez que o negativo da rejeição se converte no positivo da construção do poder. (...) Não se pode construir uma sociedade de relações de não-poder por meio da conquista do poder. Uma vez que se adota a lógica do poder, a luta contra ele já está perdida” (HOLLOWAY, 2003, p.32). Este autor elabora uma proposta que não é chegar a uma transformação social com fins a autonomia a partir da ocupação do Estado, para ele não se pode mudar o mundo a partir da ocupação desse aparelho, mas sim, na constituição de relações que prescindam dessa forma de poder heterônoma pressuposta, em direção a relações autônomas que se situem à margem desse Estado e das formas usuais de poder e dominação⁵². Em nosso vocabulário, seria transformar o mundo sem querer utilizar o Aparelho de Violência. Mas como se configuram relações exteriores ao Estado?

⁵¹ Movimento ao socialismo. A Sigla MÁS também tem o sentido de MAIS, no que se refere a MAIS condições materiais de vida às classes populares, MAIS direitos respeitados a eles, etc..

⁵² Em seu livro “Mudar o mundo sem tomar o poder”, Holloway (2003) desenvolve essas teses. Nas suas apresentações no Fórum Social Mundial de 2005, ocorrido em Porto Alegre/RS, em que estávamos presentes como espectador, foi alvo de inúmeras críticas de militantes de partidos de esquerda, seja do Brasil à Coréia do Sul.

Deleuze e Guattari (1997) nos ensinam que o Estado é formado por dois pólos de captura; do déspota-imperador-tirano e do legislador, como um governo de duas cabeças. No entanto, aparece um terceiro elemento que foge, que segue outra lógica, que não está sobrecodificado; o guerreiro, uma figura exterior ao Estado, portadora de uma exterioridade radical. Essa figura, por ser de fora e constituir uma ameaça, contribuiu à consolidação do Estado, ao fomentar uma aliança mais íntima entre legislador e déspota, pois é uma figura a ser combatida, é vista como um inimigo, um estrangeiro, um bárbaro. A figura do guerreiro é uma das que atualiza o conceito da máquina de guerra, que é uma máquina que tem uma genealogia totalmente exterior e diversa ao Aparelho de Captura, não sendo um micro-estado, e sim outra maquinação formada por outras linhas, muito mais maleáveis, fluidas, mas podendo ser rígidas também. Nos “Mil Platôs”, Deleuze e Guattari (1997) pretendem mostrar o quanto a máquina de guerra apresenta uma exterioridade frente ao Aparelho de Captura, em que tal exterioridade é expressa em diversos âmbitos, como por exemplo, na mitologia (DUMÉZIL, 1971), nos jogos, na epistemologia, na noologia (ciência do pensamento) e na etnologia (CLASTRES, 1988).

Na mitologia temos a referência de que os deuses relacionados aos guerreiros, às máquinas de guerra, são totalmente distintos dos deuses ligados ao Estado. Dumézil (1971) cita o exemplo de Indra, deus dos guerreiros, que se distingue dos deuses déspotas, Mitra e Varuna. Indra possuía uma autonomia frente à legislação desses dois deuses, a autonomia dos guerreiros frente ao déspota, condição que enuncia liberdade, mas também perigos, pois “(...) la autonomía de que se enorgullecen los guerreros, que los poetas reconocen enfáticamente a los dioses combatientes cuando los invocan, está preñada de tentaciones para quien la posee, es inquietante asimismo para el orden social o para el orden cósmico” (DUMÉZIL, 1971, p.84). Dessa forma tal autonomia constituiu pecados de uma série de deuses guerreiros em distintas mitologias por transgredirem as leis instituídas: Indra na mitologia hindu, Heracles

na mitologia grega e Starkadr na mitologia escandinava. Devido a tais pecados esses deuses guerreiros foram punidos pelos deuses “imperadores”.

O guerreiro, tal como o nômade, passa a transitar num terreno mais fluido, mais cercado por indeterminações e de abertura, assim tem que estar pronto a qualquer momento para as surpresas, as batalhas, as traições, e, sobretudo viver na lógica da Força. “Las revueltas de los generales y los golpes de Estado militares, las matanzas y los saqueos de la soldadesca y de sus jefes son cosas más viejas que la historia. Y he aquí por qué Indra, como bien dice Sten Rodhe, es ‘the sinner among the gods’” (DUMÉZIL, 1971, p.131). “Y sobre todo el guerrero, por el hecho de colocarse al margen o por encima del código, se arroga el derecho de salvar, el derecho de quebrar entre otros mecanismos normales el de la justicia rigurosa, en una palabra, el derecho de introducir en el determinismo de las relaciones humanas el milagro que es la humanidad” (DUMÉZIL, 1971, p.132).

Nos jogos, Deleuze e Guattari (1997) se referem ao xadrez como um jogo de Estado, pois nele há movimentos estratificados, um espaço estriado-sedimentado-cristalizado, em que as peças já têm seus movimentos pressupostos, traçam suas movimentações de formas fixas e se remetem à hierarquia estatal. Contrapõem o xadrez ao Go, que tem a exterioridade frente ao Estado, por ser um jogo que se funda num grande espaço liso, um grande emaranhado de 19 por 19 casas, peças pretas e brancas, no qual há uma extrema maleabilidade e variabilidade de jogadas, frente à dureza e a reprodução de jogadas do xadrez. Há uma grande flexibilidade do Go frente ao espaço estriado, hierarquizado e burocratizado do xadrez.

Na epistemologia, Deleuze e Guattari (1997) fazem a discussão entre Ciências maiores e Ciências menores. Ciências menores são saberes locais, saberes exteriores à Ciência régia do Estado. Deleuze e Guattari (1997) citam o que o matemático Edmund Husserl, o fundador da Fenomenologia, chamou de formas vagas, numa espécie de proto-geometria. Seriam anexatas, mas rigorosas e não seriam discrimináveis pela Ciência régia, sendo que é uma

forma existente que deve ser levada em consideração na Ciência (p.33). É um exemplo de apreensão de algo que está fora da Ciência régia, mas está nas Ciências menores. As Ciências menores não compreendem apenas saberes locais, mas também o que chamam de literaturas menores, como por exemplo, a obra de Kafka, apreendida no livro “Kafka: Por uma literatura menor” (DELEUZE & GUATTARI, 1977a). Menor não no sentido do que tem menos valor, ou de ser pior, mas sim no sentido de saberes e estilos ligados a singularidades de minorias, de devires. A Ciência Régia de Estado é a Ciência teorematizada, a que cria teoremas, cria padrões, normalizações, que dão referências e respostas ao agir e fazer. Já a ciência da máquina de guerra seria a ciência problemática, com o intuito de problematizar questões, problematizar novas demandas, problematizar acontecimentos, ao invés de ter respostas e padrões fixos como uma receita para tudo. No campo da política podemos dizer que essa problematização refere-se ao mais puro de uma experimentação, de um desafio. Ou seja, há a distinção entre uma ciência teorematizada e uma ciência problemática.

Na noologia, a Ciência do pensamento, Deleuze e Guattari (1997) resgatam a crítica efetuada por Deleuze (2006) em “Diferença e Repetição” sobre a estratificação de uma imagem de pensamento, que é a imagem de pensamento do senso comum, que molda os processos de pensamento a partir de uma *doxa*. Nesse caso, tal imagem de pensamento está modulada pela sobrecodificação do Estado e pelo axioma do Capital. A forma de pensamento do Estado é a forma da hierarquia, da árvore, da família, da propriedade, uma forma pressuposta que é um modo de pensar e agir que é transmitido e ensinado pelas instituições sociais, seja a escola, o trabalho, a família, etc. A hierarquia é internalizada pelo sujeito, o qual a vê como algo natural, tanto como a necessidade de existência de um chefe, de um líder, ou mesmo de um Estado. Tais existências tornam-se naturais ao sujeito, banalizadas, tomadas como pressupostas, sem o exercício de uma suspeição. Entretanto, Deleuze e Guattari (1997) defendem que o pensar não tem forma e para isso citam o teatrólogo Antonin Artaud, que diz

que o pensar é caótico, é o desmoronamento, o desarranjo, como se para pensar tivéssemos que desarranjar o que está formado, o pensar sem imagem. A idéia de fluxo é expressiva desse exercício de desarranjo, seja o fluxo financeiro, o fluxo de água, fluxos orgânicos, como o fluxo menstrual, fluxos que passam, que se movimentam e que carecem de princípio de estruturação interna. O pensamento é muito mais um desmoronamento, um desarranjo, uma propagação de fluxos, do que imagens já instituídas e formadas. Contudo tal exterioridade do pensamento está capturada pelo Aparelho de Estado, sendo o Estado “(...) parte do firmamento fixo do caráter do ser” (HOLLOWAY, 2003, p.140).

Na etnologia Deleuze e Guattari (1997) discutem a existência do Estado a partir da experiência de algumas sociedades tribais. Existe a possibilidade de uma sociedade sem Estado? A dupla responde que não apenas há sociedades sem Estado, como há sociedades contra o Estado citando a obra de Pierre Clastres (1988), um antropólogo político que trabalhou essa questão em sua importante obra “A sociedade contra o Estado”. Seu livro se inicia abordando uma grande pesquisa de outro antropólogo sobre um número infindável de tribos indígenas, de muitos países diferentes, numa pesquisa em que muito dinheiro foi investido. E qual é o modo de apreensão nessa pesquisa no estudo dessas tribos? É o modo de uma teoria evolutiva, no sentido de que essas tribos não tinham Estado porque estavam numa organização insuficiente, até que ela pudesse evoluir e quando atingisse um grau de organização satisfatório formaria um Estado. Esta é uma apreensão de senso comum em que se afirma que não havia Estado porque as tribos eram “simplórias” e porque havia mecanismos muito simples de organização social. Contudo Clastres critica tais conclusões evolutivas, defendendo que as tribos que investigou, muitas na América e algumas nômades, não só não haviam constituído para si um Estado, não apenas eram sociedades sem Estado, como eram sociedades contra o Estado. Portanto, o fato de que estas sociedades não tinham Estado não era por condição de “primitividade”, mas sim porque negavam, recusavam e

conjuravam uma organização política na forma-Estado. E entendemos que esse movimento de negação, de rechaço, para uma sociedade se organizar contra o Estado deve haver uma elaboração de refinados mecanismos de controle social para evitar a organização de tal formação social. Já havia uma antecipação de que possa existir uma forma-Estado, que essas tribos conjuraram, evitaram, negaram. Clastres (1988) descreve a existência de líderes nessas tribos, mas um líder que ao invés de ter um poder assimétrico sobre os outros, como costumeiramente observamos em nossa sociedade com Estado, esse líder, o cacique, tem uma função muito mais cerimonial-ritual. O antropólogo percebeu que o papel do líder dessas tribos, em períodos de paz, era muito oneroso: o líder nos rituais devia sempre falar à tribo, cumprindo função cerimonial e simbólica, falava por minutos seguidos, todos escutavam e partilhavam do ritual, mas não havia mandos diretos, imperativos diretos do líder sobre os outros. E a relação chegava até a ser o inverso, em que os índios pediam presentes e utensílios a ele, como um arco-e-flecha, um vaso, ou outro objeto. Além de um líder indígena não ter mais poder de mando que o outro, tinha que trabalhar para todos os outros; perdia tempo caçando ou preparando algum utensílio para seu coletivo; era o componente que mais trabalhava para poder cumprir com as demandas de sua tribo. E fazia isso para manter o prestígio com seu coletivo, tentando ao máximo cumprir as expectativas do seu grupo. O ser líder implicava num prestígio social, contudo não havia aquela representação de que o “chefe” é aquele que trabalha menos e apenas mandava nos seus subjugados. Era totalmente o inverso. O único privilégio que ele tinha era o de poder desposar mais de uma mulher.

Mas quem garante que todos os líderes mantinham tal horizontalidade? Clastres (1988) descreve que o líder que passasse a querer dominar os outros, costumeiramente era deposto e que mesmo a guerra era um momento de conjuração de um Estado. Quando havia problemas entre tribos e quando houvesse uma configuração que poderia fundar um Estado ou um Império, desencadeava-se uma guerra, em que nesse momento o líder teria poder de

mando, mas logo findado o conflito, voltavam à organização aos seus moldes habituais e destituíam do líder o poder conferido a ele nesse período de guerra. E caso o líder quisesse manter o período de batalhas e o resto da tribo percebesse que não era mais necessário, destituíam-no também e findavam com o conflito. Clastres (1988) cita um caso de um líder que queria manter uma guerra permanente com outras tribos, em que queria manter o poder de mando; rapidamente foi deposto. Essas tribos investigadas compreendiam no que resultaria a formação do Aparelho de Captura e se posicionaram contra a fundação de tal instância. Ou seja, muito longe de demonstrar uma simplicidade-primitividade ingênua, eles já tinham noção do que seria essa assimetria de poder, a fundação de um Estado centralizado e preferiam conjurá-lo. Com essa pequena descrição podemos perceber os mecanismos refinados adotados por essas tribos, que diferem muito da horda primeva freudiana e que mostra a sofisticação adotada para manter uma horizontalidade política e para evitar a dominação de uns sobre os outros.

A problemática da dominação é uma das questões fundamentais que Clastres (1982) carrega de La Boétie (1982), do por que da servidão voluntária dos homens. Por que o homem serve a outros e na ausência de para quem servir ele reclama? Por que o homem não consegue gozar de uma autonomia? Por que o homem não consegue gozar sua liberdade? Tanto que Clastres (1988) estudou essas tribos para pensar na necessidade de um Estado. Será que é necessário um Estado? Mas já que temos um Estado consolidado será que poderíamos prescindir da forma-Estado?

A questão da organização política dos indígenas é tão interessante que podemos comparar a história dos indígenas no Brasil e na América “Andina”⁵³. No Brasil, a escravidão de indígenas por nossos colonizadores-invasores portugueses não chegou a ter êxito, pois houve muitas rebeliões, muitos suicídios, muitas lutas, tanto que a mão de obra escrava

⁵³ Chamamos de América Andina os países da América do Sul atravessados pela Cordilheira dos Andes.

traficada da África passou a ser a mais utilizada, passando-se a trazer escravos africanos, visto que a mão de obra indígena “não pôde” ser escravizada; postura que resultou no quase total extermínio dos índios do solo brasileiro. Consideramos que esse fato tem uma relação muito íntima com que Clastres (1988) fala da conjuração do Estado e da assunção de uma autonomia. Mas se olharmos a América Andina, por que o indígena ali foi largamente escravizado? Por que praticamente não houve a utilização de mão de obra escrava da África? Tratava-se dos mesmos indígenas? Não, tratava-se de regimes políticos distintos, em que os indígenas da América Andina se organizavam através de uma forma imperial muito forte, semelhante ao despotismo oriental (WITTFOGEL, 1966), havia Estados e cultura escravocrata; tribos derrotadas eram escravizadas pelos seus conquistadores. O Império Inca é uma ilustração clara desse aspecto, de um império que tinha uma riqueza cultural e científica, mas que também escravizava os componentes das tribos derrotadas. Inclusive em Cuzco, cidade peruana, há estátuas enormes de Pachacutec, imperador inca conquistador de vários povos e que ampliou muito o império. Quando os espanhóis chegaram à América encontraram uma cisão dentro do império inca, em que irmãos herdeiros do império estavam guerreando entre si pelo seu domínio, estando assim enfraquecidos e mais vulneráveis à dominação externa. Ou seja, como já tinham como prática comum conquistar as outras tribos e escravizar seus componentes, como já tinham esse agenciamento político, quando foram derrotados pelos espanhóis, o processo de escravização foi mais “natural” do que a escravização das tribos indígenas no Brasil. De certa forma, a escravização dos índios foi tão eficaz que não houve o fluxo de tráfico intenso de mão de obra escrava de outros países para a América Andina Espanhola. Consideramos que tal distinção se deu, pois os indígenas que se recusaram a ser escravizados partilhavam de uma lógica de pensamento contra o Estado, contra a dominação, constituindo-se como uma máquina de guerra exterior ao Estado, enquanto grande parte dos indígenas da América Andina não só já possuíam Estados, como grandes impérios

escravocratas. Então nessa questão da formação de um Estado há um processo de formação subjetiva, de uma imagem de pensamento, de uma forma de pensar, que já está atrelada ao Aparelho de Captura e acaba por reproduzir essa mesma lógica, essa mesma ordem, em que heteronomia social está diretamente ligada à heteronomia psíquica.

A máquina de guerra tem uma exterioridade frente à captura, à conservação e à sobrecodificação do Aparelho de Estado, estando ligada muito mais à conformação de algo mutante, algo que no seu prosseguir se transforma e se metamorfoseia, tendo a questão do movimento e deslocamento como traços emblemáticos, ao invés da fixação e gravitação do Estado, que tende à precipitação, cristalização e fixação dos processos, respondendo mais a uma lógica de um devir do que a lógica do ser. Figuração expressiva da máquina de guerra, ao invés de ser um aparelho, uma árvore e uma família, é muito mais o bando, a malta e o rizoma, o que fica à margem do Estado, exterior e à deriva de suas fronteiras.

Entretanto, a exterioridade da máquina de guerra frente ao Aparelho de Captura dificilmente é mantida; a História tratou de demonstrar a derrota dos coletivos nômades frente ao Estado, da fixação da máquina de guerra às políticas sedentarizadas do Aparelho de Captura (BOYER, 2004). A máquina de guerra, por mais que tenha uma função de desterritorialização do instituído, “(...) não tem por si mesma a guerra por objeto, mas passa a tê-la, necessariamente, quando se deixa apropriar pelo aparelho de Estado” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.230). Essa transformação ocorre, pois quando capturada, muda de natureza e é integrada como braço militarista do Estado, servindo a seus fins de captura e sobrecodificação via exercício da força. No entanto, mesmo incorporada ao Aparelho de captura, revela toda a tensão existente entre a função civil e a função militar, pois o “Estado por si só não tem máquina de guerra, esta será apropriada por ele exclusivamente sob a forma de instituição militar, e nunca deixará de lhe criar problemas. Onde a desconfiança dos Estados face à sua instituição militar, dado que esta procede de uma máquina de guerra

extrínseca” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.16). Essa tensão entre máquina de guerra internalizada e Aparelho de Estado é vista freqüentemente na tensão entre um Governo Civil com seu aparato militar, que muitas vezes se revolta, transgride e opera um golpe pela tomada do poder; nesses momentos de ruptura o que adquire primazia é a força. E a força é tão decisiva nesses períodos de conflitos, que faz com que Paul Virilio (1996) defenda a idéia de que “(...) no final das contas, as pretensas revoluções do Ocidente nunca foram feitas pelo povo e sim, pela instituição militar” (p.113). Com a captura da máquina de guerra pelo Estado, esta adota a guerra como fim, contudo como objetivo político de um Estado com fins de dominação político-econômica, ou seja, a assunção da guerra é devido primeiramente à subordinação a uma questão de gestão política. Com essa reflexão, Deleuze e Guattari (1997) seguem a inversão foucaultiana do enunciado de General Clausewitz (1979), de que a guerra é o prolongamento da política, entendendo que na realidade é a política que se torna continuação da guerra, só que por outros meios e formas que vão além do uso imediato da força física e que se atualizam nos embates políticos entre Estados, discussão que retomaremos no primeiro tópico do próximo capítulo.

4. Estado democrático e neoliberalismo: a Hiper máquina de captura

Neste capítulo, pretendemos discorrer sobre algumas facetas e funcionamento do Estado na sociedade, da relação do Estado com seus sujeitos, em que assume uma posição de soberania e de captura frente aos coletivos. Iniciamos discutindo a partir da psicanálise a conformação que o Estado toma no imaginário social como um Aparelho de Violência. No regime de enunciados psicanalíticos o Estado monopoliza e revitaliza toda a violência fundadora do socius, gerando dominação, obediência e medo devido ao terror simbólico

propagado. Aqui podemos adicionar a essa concepção do Estado enquanto Aparelho de Violência, as reflexões de Foucault sobre o fundamento primeiro das relações de guerra sobre as relações de poder (FOUCAULT, 1999) e a indissociabilidade entre violência e razão de Estado⁵⁴: “Pode-se até dizer que a violência de Estado nada mais é que, de certa forma, a manifestação irruptiva da sua própria razão” (FOUCAULT, 2008a, p.353).

Em seguida, desenvolvemos a idéia de Deleuze e Guattari sobre o Estado enquanto Aparelho de Captura. Este aparelho não só captura pelo confisco do desejo e propagação do terror, como também por uma constituição de um determinado tipo de subjetividade, por uma constituição de uma imagem de pensamento, de uma forma de pensar, pela transmissão de uma *doxa* comum. Este aparelho que funciona por uma sobrecodificação e axiomatização dos fluxos sociais fabrica determinados tipos de sujeitos, heterônomos em sua maior parte.

Neste tópico, queremos desenvolver mais dois aspectos que intensificam a captura do sujeito pelo Estado: o desenvolvimento do capitalismo, via neoliberalismo, e a legitimação do discurso da democracia; aspectos vinculados ao Estado que geram maior conformidade social e submissão à estrutura política heterônoma instituída.

4.1. Estado, (neo)liberalismo e mecanismos de poder

Como citamos no tópico 3.2 o capitalismo se conecta ao Estado, “despertando” o Urstaat, que hoje em dia não tem mais como função apenas a sobrecodificação dos fluxos sociais, mas também a função de regulação da axiomática dos fluxos descodificados do capital. O Estado enquanto regulador do mercado modula os fluxos financeiros, estipula taxas, como a de juros, media a negociação entre Estados-nações e empresas, adota medidas e políticas para conter déficits financeiros e cambiais; ou seja, de forma alguma há um

⁵⁴ As relações entre guerra e política aprofundaremos mais no primeiro tópico do Capítulo 3.

esvaziamento da função do Estado frente a política-econômica de mercado, como propagado no discurso liberal. Mas de certa forma, as ações do Estado se “invisibilizam”, pois saem do primeiro plano, em que as relações econômicas assumem esse lugar. A Economia acede ao primeiro plano, o neoliberalismo cria os imperativos de produzir e acumular capital.

A axiomática do capital desterritorializa as relações sociais de tal forma que já não se importa rituais sociais, projetos políticos, ideologias políticas, ou que grupo que gere o Estado; o que importa à população primeiramente é poder gerir sua vida com o acúmulo de capital, com seu trabalho que visa a obtenção desse intermediário; o dinheiro. A sacralidade se desloca da santidade para o financeiro. Por isso, podemos dizer com Castoriadis que houve o triunfo do imaginário capitalista liberal: “De una manera concisa podemos afirmar que asistimos a la dominación integral del imaginario capitalista: centralización de la economía, expansión indefinida y pretendidamente racional de la producción, del consumo y de las diversiones más o menos planificados y manipulados” (1994, p.106).

E nesse bloco Estado e capital, as relações sociais se despolitizam, deixa-se o Estado, seus governantes e a política no segundo plano, o que urge é a obtenção de emprego e dinheiro; há um “esquecimento” da política frente à urgência do acúmulo do capital financeiro, meta primeira e última de todos os sujeitos capitalistas. Mas com o neoliberalismo o Estado não some, assume outro lugar, outra função e, de certa forma, descentraliza-se e ramifica-se.

Para falar desse movimento de “descentralização” e “ramificação” do poder do Estado, que não vem apenas com o triunfo do imaginário capitalista, vamos abordar a discussão do filósofo Michel Foucault sobre a constituição dos mecanismos disciplinares e de controle, maquinaria que “regionalizou” o Estado, desterritorializou-o de sua forma “monolítica e centrada” para uma forma múltipla, descentralizada, regionalizada, difusa e presente no espaço cotidiano dos sujeitos. Foucault aponta que desde o início do Estado Liberal houve a

aparição de outra tecnologia de poder que desterritorializou a soberania, em que se constituíram outros dispositivos de poder, mais regionalizados e difusos, do que centralizados, uma série de aparatos disciplinares, de técnicas e instrumentos que se apóiam:

(...) mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos (...) É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente ele se apóia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (1979, p.187/8).

Este é o chamado poder disciplinar, uma das invenções da sociedade burguesa e que foi fundamental para a constituição do capitalismo industrial. Ele se aplica na vigilância e domesticação dos corpos, no confinamento num espaço, quando a vida se torna alvo da política, configurando-se assim uma biopolítica. É nesse momento que nascem as prisões, os asilos e os manicômios; em suma, aparelhos de confinamento do corpo em espaços totais em que se pode vigiar diretamente as condutas. Foucault (1984), a partir de Jeremy Bentham, pensa no dispositivo do Panóptico como a máquina abstrata hegemônica, como diagrama das relações de poder dessa época. O que seria o panóptico? Seria uma formação arquitetônica em forma de anéis que de um ponto central um observador poderia observar todas as outras pessoas sem que pudesse ser observado. A idéia do panóptico é a de ter uma vigilância total sobre os corpos confinados em instituições totais, então o controle seria feito em Instituições fechadas, especializadas, as quais desenvolverão um conjunto de saberes norteadores⁵⁵ da biopolítica. Posteriormente, com a sofisticação das técnicas de gestão governamental, de controle, tivemos o que o pensador Maurizio Lazzarato afirma, uma sofisticação da

⁵⁵ E muitas vezes esses saberes desenvolvidos, que farão parte dos repertórios da Medicina, Psiquiatria, Psicologia, etc., poderão entrar em conflito com o próprio Estado. Por exemplo, Foucault (1982) trabalha essa tensão entre Estado e mecanismos disciplinares em sua obra “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão”, por tratar-se de um caso de um sujeito que matou sua família e que se tornou disputa entre Direito e Medicina, entre se deveria ser preso ou ser internado no manicômio, se era um criminoso ou se era um louco, ou seja, que instância tinha poder sobre Pierre Rivière? A base jurídica do Estado ou o mecanismo disciplinar Medicina? Dessa forma gerou-se um conflito de poder entre saber de Estado e de mecanismo disciplinar, em que Foucault trabalhou esse caso como analisador dessa tensão.

biopolítica para uma noo-política, de um poder sobre a vida para um poder sobre o pensamento, o cérebro e a memória. Lazzarato (2006) se apóia nas reflexões de Deleuze (1992) sobre uma sociedade de controle, em que o controle já não é feito a partir das táticas de confinamento e vigilância dos corpos, mas sim no campo aberto, por uma modulação dos comportamentos, em que se moldam os comportamentos, os desejos e os pensamentos dos coletivos.

La noo-política (el conjunto de las técnicas de control) se ejerce sobre el cerebro, implicando en principio la atención, para controlar la memoria y su potencia virtual. La modulación de la memoria sería entonces la función más importante de la noo-política. Si las disciplinas moldeaban los cuerpos constituyendo hábitos principalmente en la memoria corporal, las sociedades de control modulan los cerebros y constituyen hábitos principalmente en la memoria espiritual (LAZZARATO, 2006, p.100).

Podemos afirmar que essa noo-política é efetuada pelo Aparelho de Captura, que cria, transmite e atualiza formas de pensar, conjugada à axiomática do capital. É como se fossem duas engrenagens distintas que se acoplam e amplificam sua força de captura, como se a “imagem” de pensamento difundida pelo Aparelho de Captura fosse a matriz do capitalismo com seus imperativos: produção, livre competitividade e acúmulo de capital. É como se o Aparelho de Captura não mais difundisse uma “imagem” de pensamento, conforme Deleuze e Guattari (1997) sustentariam; aqui conjecturamos que o Aparelho de Captura mais difunde um “funcionamento” de pensamento, que é o da axiomática do Capital, plasmada em seus imperativos.

Os efeitos desse processo é que o “funcionamento” de pensamento propagado pelo Aparelho de Captura segue a Gramática neoliberal. O neoliberalismo, com sua axiomática, torna-se assim a forma “correta” de pensar, sendo o imperativo da noo-política. E o que inferimos de todo esse processo é que os sujeitos terminam por pensar de maneira neoliberal todas as esferas da vida, afastando assim suas preocupações da política, gerando assim coletivos despolitizados e sedentos por dinheiro. A Política, dessa forma, deixa de ser o

exercício de autogoverno de um coletivo e também se torna um negócio que segue a axiomática neoliberal, torna-se objeto dos tecnocratas da política, da minoria de representantes que ganha sua vida e recursos com esse “emprego”. É como se não houvesse mais por que lutar, ou regras do jogo a criar; o funcionamento das coisas já está dado; a axiomática neoliberal, a qual devemos reproduzi-la.

4.2. A legitimação do Estado democrático: a peça derradeira para a Hipermáquina de Captura

Discutir política no cotidiano sempre é algo complicado, que gera controvérsias e polêmicas, mas sempre há um ponto consensual, praticamente nunca questionado, que é a questão da democracia. A imensa maioria dos interlocutores de uma discussão política legitima a democracia e a constituição de um Estado democrático, por exemplo, em relação à ditadura. Neste tópico não queremos discutir a democracia em si, se é ou não uma boa forma de governo, mas sim discutir o processo de legitimação atribuído à democracia (ÍÑIGUEZ & VÁZQUEZ, 1995), algo que fortalece o Estado enquanto Aparelho de Captura.

Íñiguez e Vázquez (1995) afirmam que a democracia possui um prestígio semântico de legitimidade, em que democracia e legitimidade são praticamente sinônimas no uso cotidiano. Em pesquisa realizada com estudantes da Universitat Autònoma de Barcelona, constatam que os pesquisados legitimam o sistema democrático em seus variados aspectos, como: o discurso da soberania popular, a liberdade de expressão, a questão dos representantes como defensores do povo, os princípios de participação, sufrágio, eleição, votos e partidos, etc. Por mais que no discurso dos pesquisados a democracia apareça com uma definição polissêmica e reificada, ela é detentora de alta valorização e legitimidade social.

Dessa forma, os resultados da pesquisa mostram que há uma legitimação do sistema político existente, por mais que seja questionável o quanto a democracia que vivemos possibilita, por exemplo, uma “soberania popular”. Há toda uma crítica feita por autores clássicos, como R. Michels e C. Castoriadis, que questionam essa visão, afirmando que a democracia representativa que vivemos é uma “farsa”, pois os parlamentares e os representantes de partidos estão muito mais atrelados a interesses dos grupos dominantes do que com os interesses do povo em si, em que, por exemplo: “Los partidos contemporáneos son fundamentalmente aparatos burocráticos, dominados por camarillas autocooptadas (...)” (CASTORIADIS, 2001, p.157).

Contudo, legitima-se o governo e o Estado por se organizarem pelo sistema democrático, por mais que suas práticas em si não correspondam a um governo do povo. O discurso da democracia tem muita força, pois acredita-se que é o meio mais justo de governo e se legitima os representantes pois foram eleitos por vontade da maioria do povo. A crença na democracia se reifica e se torna inquestionável. Por exemplo, Michels (1982) afirma que um chefe fica na direção de um partido socialista por muito mais tempo que um ministro na monarquia, porque foi escolhido pela massa, foi votado, eleito, colocado por ela, fato que dá maior “confiança” do povo sobre ele e legitima a sua posição.

Todavia, somos partidários das críticas feitas ao sistema político democrático, em que se resgatássemos a significação da democracia, não temos na prática uma gestão ligada à vontade geral da população, um governo realmente democrático. Na “democracia” que vivemos resta à população apenas a tímida participação via eleitoral, na escolha de seus “representantes”. É um sistema muito mais heterônomo do que autônomo.

Então consideramos que esse discurso legitimador da democracia adquire um efeito perverso, pois legitima como democrático algo que talvez não seja tão democrático. Justifica um Estado heterônomo como uma estrutura que representa os desejos da maioria, mas que

está a serviço dos interesses de uma minoria, ou seja, é uma autocracia disfarçada de democracia e é um discurso com ares de igualdade que encobre a dominação. Enfim, o discurso da democracia legitima um sistema de poder heterônomo e por legitimá-lo, intensifica ainda mais a captura da população pelo Aparelho de Estado.

Dessa forma, chegamos ao ponto em que podemos afirmar que a conjunção de todos esses aspectos trabalhados nesse capítulo conforma o Estado enquanto algo muito mais aterrador que o Leviatã, ou que ao Estado da Horda, o Estado é o que podemos chamar de uma *Hipermáquina de Captura*. Tal Hipermáquina é formada pela conjunção entre Aparelho de Violência, Aparelho de Captura e propagação de funcionamento de pensamento por axiomática do Capital, somada à capa de disfarce via discurso da primazia do econômico frente ao político e do discurso de legitimação irrefletida da democracia. A conexão desses cinco aspectos resulta nesse bloco invencível da Hipermáquina de Captura. E devido à potência dessa Hipermáquina é que ela sempre foi alvo e meta das organizações políticas, que a todo custo, via armada ou via institucional, lutaram para tomá-la e incorporar sua potência. A posse dessa Hipermáquina atualiza os sonhos de poder e transformação social dos seus dirigentes.

A Hipermáquina de captura, por mais potente que seja, continua atravessada pelos fluxos econômicos. A conexão à essa rede econômica, que elimina distâncias espaciais, forma, com a globalização das economias dos Estados-nações e interconexão entre um mercado mundial, o que alguns autores chamam de Capitalismo Mundial Integrado – CMI (DELEUZE & GUATTARI, 1976, NEGRI & GUATTARI, 1999). A globalização é a efetivação mais clara da axiomática do capital, pois homogeneíza o funcionamento dos Estados-nações a partir desse “funcionamento de pensamento⁵⁶”. Há uma desterritorialização de seus códigos sociais em detrimento do neoliberalismo como noo-política. O CMI foi o

⁵⁶ Essa noção de funcionamento de pensamento será fundamental para a análise de nossas entrevistas.

conceito prototípico de outro que gerou frisson e muita discussão no mundo da esquerda desse milênio; o conceito de Império (HARDT & NEGRI, 2005). Grosso modo, tal conceito discorre sobre uma nova forma de poder que não se localiza num Estado-nação e que consiste numa nova forma de soberania, trans-nacional, descentrada e desterritorializada; um Capitalismo transnacional, sendo a forma paradigmática do biopoder. Não há mais a dominação de um país sobre o outro, que configuraria as tradicionais relações de imperialismo, mas sim a constituição de uma rede mundial difusa e descentrada; o Império.

Es un aparato descentrado y desterritorializador de dominio que progresivamente incorpora la totalidad del terreno global dentro de sus fronteras abiertas y en permanente expansión. El imperio maneja identidades híbridas, jerarquías flexibles e intercambios plurales a través de redes de mando adaptables. Los colores nacionales distintivos del mapa imperialista del mundo se han fusionado y mezclado en el arco iris del imperio global (HARDT & NEGRI, 2005, p.14/5).

CAPÍTULO 3 – A GUERRILHA CONTRA O ESTADO MILITAR: GUERRA E POLÍTICA

No capítulo passado discutimos a concepção do Estado enquanto uma Hipermáquina de Captura no imaginário social, como um aparelho transmissor difuso, propagador de um *funcionamento de pensamento*, que corresponde à axiomática do capital. Em nossa visão de Estado, a partir de Foucault, há uma governamentalidade difusa e regionalizada e que contrasta com a concepção tradicional de uma entidade totalizada, o Leviatã, de onde o poder emanaria de um único ponto. Contudo, a nosso ver, nos movimentos da esquerda armada no Brasil ainda se tinha a concepção de um Estado monolítico e centralizado que deveria ser conquistado e destruído, visão que estava generalizada, tendo em vista o controle dos militares sobre a estrutura do Estado, que tornava parte das rédeas da dominação de uns sobre outros mais visíveis.

Dessa forma, nesse conflito pelo controle do Estado, em que os militares operaram o Golpe de Estado em 1964, e a esquerda se armou em organizações guerrilheiras a partir de 1965-6, acompanhamos a transição de um predomínio de uma política até então pautada no debate institucional, tendo os partidos como seus veículos de discussão, para o “debate” via armada, em que as palavras deram lugar às armas e à luta direta. Então, levantamos algumas questões iniciais: Por que surgiu a luta armada no Brasil? Por que os movimentos de esquerda deixaram o suposto “diálogo pacífico”, a via institucional, e partiram para o conflito armado? Por que trocaram o debate político institucional pela guerrilha? Por que trocaram a vida legal por uma vida clandestina? A guerra é a continuação da política por outros meios, conforme sustenta o General Clausewitz? Ou é a política que é a continuação da guerra por outros meios, como inverte a fórmula foucaultiana?

Com o intuito de respondermos essas questões, neste capítulo discutiremos alguns referenciais políticos e acontecimentos da guerrilha para refletir sobre a emergência e o funcionamento da luta armada e da Instituição-Guerrilha. Primeiro, citaremos alguns estudos da guerrilha no Brasil que foram consultados em nossa pesquisa; segundo, realizaremos uma discussão teórica a partir da relação entre política e guerra, mostrando a indissociabilidade entre política e relações de força, desde as reflexões do filósofo Michel Foucault; terceiro, traçaremos um panorama geral dos movimentos guerrilheiros na América Latina, tentando compreender os diferentes perfis que a guerrilha adotou nesse território ao longo das décadas; quarto, abordaremos o referencial fundante da esquerda, o projeto marxista-leninista, e o funcionamento das *formas expressivas* adotadas pelas organizações de esquerda armada no Brasil, a saber: a Instituição-Partido e a Instituição-Guerrilha foquista e maoísta; quinto, discutiremos alguns acontecimentos da guerrilha no Brasil e a constituição de um agenciamento singular: a Instituição-Guerrilha Urbana, teorizada pelo líder revolucionário Carlos Marighella e; sexto, finalizaremos discutindo a Instituição-Guerrilha como um misto de máquina de guerra com traços prototípicos da burocracia de Estado comunista, ou seja, a forma-guerrilha como uma máquina mista, com traços instituintes, mas ao mesmo tempo reprodutora de práticas instituídas de Estado.

1. Um sobrevôo sobre a literatura consultada sobre a guerrilha no Brasil

Desde o fim da década de setenta, com a abertura política, começou a ser publicada uma série de livros sobre os acontecimentos da guerrilha armada de esquerda no período da ditadura militar no país, sendo textos acadêmicos, históricos, autobiográficos, romanceados, etc. (MARTINS FILHO, 2003). Como um grande montante de publicações refere-se a livros

sobre a trajetória na guerrilha armada, sejam memorialísticos ou jornalísticos, tivemos certa dificuldade de encontrá-los, pois em muitos casos tratam-se de edições de livros esgotados e que não têm versão digitalizada na internet. Também tivemos dificuldade em acessar o montante de teses de doutorado e dissertações de mestrado realizadas sobre o tema em universidades de distintas localidades do país e que também em alguns casos não estão disponibilizadas na internet⁵⁷.

Dado ao elevado número de publicações sobre a guerrilha armada e a ditadura no Brasil, decidimos consultar primeiramente os “clássicos” sobre o tema, visto que nos foi inviável poder acessar todas as obras, então temos clareza de que não citaremos toda a produção sobre a luta armada no Brasil⁵⁸. Uma revisão bibliográfica geral sobre a luta armada no Brasil é feita pelo historiador M. Ridenti (2001), que cita livros, teses e alguns artigos publicados sobre o tema no Brasil, em que há um maior número de trabalhos relacionados à história e à memória. No entanto, como se trata de um artigo do ano de 2001, obviamente não compreende o montante de publicações e teses posteriores.

As primeiras publicações sobre a luta armada no Brasil foram o romance “Em câmera lenta” do ex-militante da Ala Vermelha Renato, Tapajós (1977), que criou um texto de ficção sobre experiências vividas na luta armada e o famoso livro “O que é isso companheiro?” do atual deputado federal do Partido Verde Fernando Gabeira (1979), cuja obra retrata alguns episódios de sua militância no MR-8 e o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. O livro de Gabeira atingiu grande visibilidade, sendo adaptado para o cinema em 1997 e, por mais que tenha sido criticado por ex-guerrilheiros, abriu espaço para outras obras memorialísticas, sejam biográficas ou autobiográficas, como os escritos: do também

⁵⁷ Aqui fazemos votos para que todos os pesquisadores possam disponibilizar suas teses e dissertações na internet para que assim possam propagar e transmitir suas pesquisas e facilitar a vida de outros pesquisadores.

⁵⁸ Só para citar um exemplo, a produção acadêmica sobre a história da ditadura militar, abrangendo suas diversas facetas, como sua incidência na arte, cultura, imprensa, economia e movimentos sociais totaliza o número de 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado entre os anos de 1971 e 2000, segundo levantamento do Grupo de Estudos sobre a ditadura militar da UFRJ (FICO, 2004, p.40/1)

político do PV, Alfredo Sirkis (1980), do ex-militante do PCBR, Álvaro Caldas (1981/2004), do ex-militante da VPR e atual liderança religiosa do Santo Daime, Alex Polari (1982), do dominicano Frei Betto (1982), cuja obra *Batismo de Sangue*⁵⁹ também foi adaptada ao cinema, das viagens à luta armada do ex-militante da ALN, Carlos Eugênio Paz (1996, 1997), do ex-militante da MNR, Flávio Tavares (1999), do ex-militante da VPR, Celso Lungaretti (2004), entre muitos outros. Das biografias acedemos aos trabalhos que exaltam o lado heróico do Capitão Lamarca (JOSÉ & MIRANDA, 1980) e de Carlos Marighella (JOSÉ, 1997) e ao da professora da UnB, Maria Francisca Pinheiro Coelho (2007), que escreveu sobre a história do ex-guerrilheiro do Araguaia e deputado federal do PT, José Genoíno.

Categorizamos um segundo tipo de publicações sobre o tema, como histórico-jurídico, que apreende a história da luta armada, transversalizada pela questão jurídica, seja através da análise de processos judiciais, ou de discussões sobre indenizações do Estado. Nessa série citamos a importante obra publicada em 1985, *Brasil Nunca Mais* (2007), o livro de Nilmário Miranda & Carlos Tibúrcio (1999), que cita quase todos os assassinados políticos da ditadura, o livro organizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007), que entendemos como uma “atualização” do livro de Miranda e Tibúrcio (1999), e o livro de Maciel (2006) que trabalha os processos sobre o Capitão Lamarca e a VPR.

O terceiro tipo de publicações são as políticas, que se referem a documentos e discussões políticas das organizações de luta armada. Podemos citar os livros de Carlos Marighella (1969 & 1995), o livro de Reis Filho e Sá (1985), que reúne alguns documentos importantes das organizações da guerrilha brasileira e os documentos que estão compilados na internet e que não foram publicados em livro, como por exemplo, no site do Centro de

⁵⁹ Cujas versão do assassinato de Carlos Marighella é contestada pelo historiador Jacob Gorender (1998), mas depois reforçada pelo jornalista Emiliano José (1997), que corrobora com a visão de Frei Betto ao levar em consideração as evidências dos laudos criminalísticos.

Documentación de los Movimientos Armados (www.cedema.org), que disponibiliza documentos de organizações da luta armada da América Latina.

O quarto tipo de publicações são as históricas. Quisemos diferenciar em dois tipos, as histórico-jornalísticas e as histórico-analíticas, no entanto é um pouco difícil categorizar o tema nesses dois tipos de publicações, pois um trabalho sobre a ditadura militar de um jornalista, como Élio Gaspari, pode ser mais rigoroso que uma série de teses de doutorado, por isso preferimos englobar apenas num grande grupo, em que temos a maior parte da produção sobre o tema. Para nossa pesquisa os livros de Gorender (1998), Reis Filho (1990 & 2000) e Ridenti (1993) foram nossas principais referências, sendo obras que discutem o contexto geral da luta armada no Brasil. Também trabalhamos com o texto de Martins Filho (2003) sobre os conflitos das memórias, de Moraes (1989), Saint-Pierre (2000), Rollemberg (2001), Nercesian (2006) e Sales (2007), que também discutem o tema em geral. Há uma série de trabalhos sobre a Guerrilha do Araguaia, em que podemos citar os livros de Portela (2004), Pomar (1980) e Campos Filho (2003) e as dissertações de mestrado de Felipe (1993) e Nascimento (2000). Sobre as organizações, citamos o livro de Pomar (2006), acerca do massacre da Lapa, em que a repressão assassinou dirigentes do PCdoB, o artigo de Sales (2007a), sobre a transição do PCdoB da luta armada à redemocratização do país, as teses de doutorado de Chagas (2006) sobre a VPR e de Silva (2006) sobre a Ala Vermelha e as dissertações de mestrado de Rodrigues (2002) sobre a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil no período do Golpe de estado e de Vechia (2005) sobre o PCBR. Do “lado” da repressão temos os livros de Percival de Souza sobre o cruel torturador delegado Sérgio Paranhos Fleury (SOUZA, 2000) e sobre o traidor mais conhecido da guerrilha armada, o “Cabo Anselmo” (SOUZA, 1999), que com suas delações provocou a prisão e morte de muitos guerrilheiros, inclusive de sua amante, que estava grávida de seu filho; o livro de Carvalho (2004), que entrevista o Coronel Lício, um dos comandantes da repressão à

Guerrilha do Araguaia, os trabalhos de Magalhães (1997) sobre os informantes do DOPS, de Elias (2004) sobre o DEOPS, de Bauer (2007) sobre o DOPS do Rio Grande do Sul e o livro de Taís Morais (2008), “Sem vestígios”, em que tem acesso ao diário de um ex-agente da ditadura. Nele, ela supõe que o ex-ministro Zé Dirceu foi o agente duplo que provocou a morte de inúmeros militantes da ALN, mas depois do frisson causado por sua suposição, a autora retifica tal afirmação (MORAIS, 2008a), corrigindo que essa acusação não estava presente no diário do agente da ditadura, como havia escrito, mas sim no discurso de militares como Coronel Lício⁶⁰. Há também uma série de publicações sobre as mulheres na guerrilha, como o livro de Judith Patarra (1993) sobre Iara Iavelberg, psicóloga e professora assistente da USP, de Carvalho (1998), de Lima (2000), de Wolff (2007), etc. Há outros temas relacionados à guerrilha como o livro de Freire, Almada e Ponce (1997) sobre a experiência no presídio Tiradentes, a dissertação de Faria (2005) sobre a relação entre bandidos e militantes de esquerda presos, o de Kushnir (2007) sobre o “desbunde” dos guerrilheiros, os de Coimbra (2001) e de Freire (2007) sobre tortura, a coletânea de textos organizada por Teles (2000), sobre os mortos e desaparecidos políticos, etc.

Poderíamos estipular um quinto grupo de publicações, que se refere aos estudos “psicológicos” sobre os efeitos da violência de Estado na ditadura militar. No Brasil, ainda temos poucas publicações, e que se debruçam sobre os efeitos da tortura, como o livro de Alfredo Naffah Neto (1985), os trabalhos de Maria Auxiliadora Arantes (1994, 2008) e o organizado por Cristina Rauter, Eduardo Passos e Regina Benevides (2002). Em todos os textos consultados não encontramos uma análise sobre os discursos do trânsito da luta armada ao estado neoliberal, por mais que na maioria deles haja uma auto-análise, relatos e reflexão dos ex-guerrilheiros e dos autores sobre o processo de transição política do país. Podemos afirmar que encontramos mais avaliações políticas e sociais-históricas, do que uma análise

⁶⁰ O qual também acusa o ex-guerrilheiro José Genoíno por supostas atividades de delação da Guerrilha do Araguaia.

dos discursos dos atores sociais envolvidos no processo da luta armada contra a ditadura, que é o objetivo de nossa presente pesquisa.

Vale ressaltar que a maior parte da bibliografia utilizada para redigir nossa tese refere-se a de escritores e teóricos de “esquerda”, hegemônicos na temática, com exceção do Projeto Orvil (1987), documento preparado pelas Forças Armadas brasileiras, o livro “Rompendo o Silêncio”, do Coronel Brilhante Ustra (2003), comandante do DOI-CODI de setembro de 1970 a janeiro de 1974 e conhecido-acusado como um dos principais agentes de tortura do Estado, e o livro “Guerrilla Urbana” de R. Moss (1973) que demonstra maior preocupação em “controlar” e “coibir” a guerrilha urbana do que compreender o movimento social em si. Recorremos a estes livros para investigar outros focos sobre a história, mas não utilizamos substancialmente suas informações.

2. Guerra e Política

As reflexões sobre as relações entre guerra e política são tão antigas quanto a história da humanidade e foram empreendidas tendo em vista a conquista, o controle e a perpetuação da dominação sobre determinado território e povo. Alguns autores clássicos de referência sobre essa questão e que constantemente são citados: o General chinês Sun Tzu (séc. VI AC), que escreveu a “Arte da Guerra”, Nicolau Machiavel (1990), autor da obra “O Príncipe”, o General Carl Von Clausewitz (1979), que escreveu “Da Guerra”, etc.

O senso comum nos impele a entender que a política é a superação da guerra, é a superação do estado de natureza, ou como Hobbes (1974) afirmaria, é a superação da guerra de todos contra todos. Mas um rápido olhar ao mundo empírico nos mostra, que mesmo com o estabelecimento do Estado, “civilizado”, em diferentes nações, e com um sem número de

leis, as guerras continuam, seja entre os Estados, ou dentro desses próprios Estados. O contrato social não supera o estado de guerras e o conflito direto entre uns e outros. Foucault, atento a tais relações de guerra no espaço político-social e objetivando estudar a política e as manifestações do poder, termina por inverter o aforismo de Clausewitz, afirmando que não é a guerra que é a continuação da política, e sim que a política que é a continuação da guerra por outros meios:

(...) isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. E a inversão dessa proposição significaria outra coisa também, a saber: no interior dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc. -, tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado como as continuações da guerra (...) a decisão final só pode vir da guerra (...) (FOUCAULT, 1999, p.23).

Dessa forma Foucault entende que a política e a guerra têm uma íntima relação, em que não são instâncias separadas e que uma atualiza a lógica da outra, ou seja; as relações políticas funcionam através da lógica de forças presentes na guerra. Assim, a política institucional “civilizada” não atua por relações pacíficas, mas por relações de força, que atualizam a violência das relações de guerra no meio institucional; tomamos então a questão analítica de Foucault da “guerra como princípio eventual de análise das relações de poder” (FOUCAULT, 1999, p.27), e da sua importância como elemento decisório dos embates políticos.

Então Foucault (1999) formula uma generalização: da guerra envolver “(...) inteiramente a história, em vez de ser simplesmente sua desordenação e sua interrupção” (p.189). Ao estabelecer tal continuidade entre guerra e política, Foucault tenta desmistificar a idéia hobbesiana de que o Estado protege a sociedade da guerra de todos contra todos, guerra esta que permanece mesmo dentro da política institucional, em que mesmo atrás dos discursos pacifistas, as relações de guerra se atualizam na política e no Estado. “De qualquer forma,

portanto, mesmo depois da constituição do Estado, a guerra ameaça, a guerra está presente” (FOUCAULT, 1999, p.103).

A análise que o cientista político italiano Giuliano Procacci (1977) faz sobre a militarização do partido soviético corrobora com as afirmações de Foucault sobre guerra e política. Ele sustenta que o linguajar militar, por grande influência do “comunismo de guerra” de Trotski, invadiu as esferas política e econômica do partido, havendo então um partido militarizado: “El partido es una <<sección>>, sus dirigentes constituyen un <<estado mayor>>, las organizaciones de masa son sus <<reservas>>, el reclutamiento actúa por <<levas>>, la agitación en las masas por <<campañas>>; el partido lucha en el <<frente económico>>, en el <<cultural>>, se orienta en la <<línea general>> y tiene su <<táctica>> y su <<estrategia>>” (PROCACCI, 1977, p.51/2).

Com tal entendimento, de que a guerra está presente no Estado e de que a lei é um dos instrumentos de dominação dos grupos que controlam a máquina estatal, Foucault dá outro lugar à revolta e à transgressão, não mais ocupando o lugar de ruptura com a lógica de funcionamento do Estado, mas seguindo essa mesma lógica:

O povo, de certo modo, denunciou sem cessar o caráter de pilhagem da propriedade, de extorsão das leis e de dominação do governo. E ele o mostrou pura e simplesmente porque não parou de se revoltar – e a revolta nada mais é, para os *Diggers*, que essa outra face da guerra, cuja face permanente é a lei, o poder e o governo. Lei, poder e governo significam a guerra, a guerra de uns contra os outros. Portanto a revolta não vai ser a ruptura de um sistema pacífico de leis por uma causa qualquer. A revolta vai ser o reverso de uma guerra que o governo não pára de travar. O governo é a guerra de uns contra os outros; a revolta vai significar a guerra dos outros contra uns (FOUCAULT, 1999, p.129).

Portanto, para Foucault o Estado mantém uma relação de guerra, um poder de uns sobre outros, e a revolta contra o Estado será o contra-poder dos outros sobre uns. Ou seja, as leis não representam a paz, elas não têm a suposta neutralidade e transcendência que parecem ter e estão a serviço dos grupos que dominam o aparelho de Estado. Então movimentos que

parecem ser de rupturas, como revoltas armadas, expressam a mesma lógica de guerra presente no Estado, sendo que pelo outro lado da moeda.

Dessa forma, a partir dos enunciados foucaultianos, entende-se que a luta armada não é uma ruptura radical com a luta política tradicional, pois esse conflito, essa modalidade de relação de força, já está presente no campo de luta política institucional. Podemos dizer então que nos dois espaços, do debate via institucional e da via da luta armada, temos um mesmo tipo de funcionamento baseado em relações de força, de guerra, mas com uso de estratégias e armas distintas, no primeiro espaço à base de negociações e no embate verbal e no segundo também à base de negociações e alianças, mas, sobretudo no embate físico. No embate político institucional também há ocorrências de conflitos físicos, armados, o ódio e a vontade de aniquilar o outro, mas que são contidos por mecanismos reguladores institucionais; pelos aparelhos de segurança e de controle. Na luta armada a guerra já é explícita e declarada.

Portanto, entendemos que a tentativa de tomada de poder através da luta armada, ou os Golpes de Estado, como defende Foucault (2008a), e já citado no capítulo anterior, é a própria manifestação da razão de Estado. Ou seja, a luta armada política não é algo que responde por outro funcionamento em relação à razão de Estado, ela atualiza as mesmas relações de força e de violência presentes nesse aparelho, contudo parte de estratégia diversa, sai da “hipocrisia verbal” e do “cinismo político” dos conflitos no espaço institucional e efetua as relações diretas de guerra e força no campo aberto da batalha. Atualiza-se a lógica do guerreiro contra a lógica do “civilizado”, mas de guerreiros representantes de “impérios” e tribos distintos, de “povos” distintos, que lutam para fincar suas bandeiras no cume da montanha, a luta que era entre componentes do “Império Capitalista”, outros do “Império Socialista” e outros de “tribos nômades”, agrupamentos independentes que não tinham nenhuma filiação exterior a esses dois grandes “Impérios”.

A História brasileira está recheada de conflitos diretos e de guerras entre raças e povos, como citamos rapidamente no capítulo 1. Os movimentos sociais estão em luta contra os grupos detentores do poder, o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – luta contra o latifúndio, havendo conflitos inclusive com o uso de armas de fogo, prática que só não está mais disseminada devido aos mecanismos de contenção estatal, que impedem a eclosão da guerra de todos contra todos. Não só a história brasileira, como a história da humanidade está recheada de embates políticos que se resolvem nas relações de força direta e guerra, não é a toa que “o país da democracia”, Estados Unidos da América do Norte, em nome da liberdade e contra o terror, mantém relações de guerra e dominação contra países como Iraque, por exemplo, para manter relações de dominação geopolítica, bélica e de suas jazidas petrolíferas. A violência na política não é apenas recurso daqueles que são denominados pela Grande Mídia como terroristas, como grupos fundamentalistas árabes, ou as FARC, o ETA, etc., também é ação institucionalizada dos Estados-nação que mantêm suas práticas de guerra, mas que encobrem a violência exercida com o cinismo de discursos que lutam contra o terror e a favor da liberdade e da democracia. Não nos surpreende que os discursos defendidos pelo ex-presidente norte-americano G. Bush nas suas campanhas bélicas contra Afeganistão e Iraque sejam muito semelhantes aos discursos dos presidentes militares no Brasil quando mantinham a repressão e a guerra contra os grupos armados de esquerda. Em todo o derramamento de sangue, assassinatos e torturas, seja em Guantánamo ou nos porões do DOPS, em nome da “luta contra o terror” e em defesa da “democracia” e da “liberdade”, o insurgente sempre é colocado pelo detentor do poder estatal como o “terrorista”, o “inimigo”, aquele que combate a lei “democraticamente constituída”. E tal cinismo político é propagado pelos mecanismos de controle social que modulam o funcionamento e as imagens do pensamento da maioria da população, a qual acredita nesses discursos devido à eficácia da Hipermáquina de Captura.

Conforme desenvolvemos no capítulo 1, no século XX no Brasil houve uma série de acontecimentos armados no cenário político. A Coluna Prestes, a Revolução Constitucionalista de 1932, a tomada de poder de Getúlio Vargas e sua deposição, a insurreição comunista chamada pejorativamente de Intentona Comunista em 1935, o Golpe de Estado de 1964, a guerrilha contra o Estado durante o período do regime militar, toda a tensão entre militares e civis em uma série de gestões do Governo, etc.; isto posto, será que a luta armada nos conflitos políticos no Brasil constitui-se como exceção? Então, a partir das considerações expostas acima, consideramos que a luta armada guerrilheira no embate político não é uma exceção à lógica de Estado, pois ela atualiza a razão de Estado e corresponde apenas a outra estratégia de tomada de poder, a outra expressão, além da via Instituição-Partido. O que defendemos é que há um *diagrama* comum ao embate político, seja na luta armada, ou na via institucional, que corresponde por relações de guerra e força, em que se objetiva dominar e vencer o outro. As principais diferenças que se configuram entre o embate político via luta armada e via institucional referem-se à constituição de distintas estratégias e de distintas *formas expressivas*, no caso da luta armada, ela se estabelece na forma de Organização de guerrilha, na *forma-guerrilha*, na *Instituição-Guerrilha*, e na via institucional na forma de partido político, na *forma-partido*, na *Instituição-Partido*, ou seja, cada um desses agenciamentos porta estratégias de lutas diferentes, mas que atualizam a mesma “razão de Estado”. Portanto, por um lado defendemos que há uma continuidade entre a Instituição-Partido e a Instituição-Guerrilha, por portarem a mesma razão de Estado na lógica das relações de força e de guerra, mas por outro lado há uma ruptura, uma descontinuidade em suas formas expressivas e em suas formas estratégicas de lutas.

Voltando para o cenário brasileiro, quais foram então as razões para os grupos de esquerda largarem a estratégia da luta política via institucional, tão apregoada pelo líder do PCB, Luís Carlos Prestes, que estava otimista com a parceria firmada com os populistas no

pré-golpe de 1964, para adotar outra estratégia de luta e constituir-se em outro tipo de instituição? Quais foram as condições de possibilidade para o surgimento da guerrilha armada no Brasil? Antes de trabalhar essas questões faremos um rápido sobrevôo sobre os movimentos de guerrilha armada na América Latina, com o fim de ampliar a reflexão sobre o fenômeno da Instituição-Guerrilha.

3. Movimentos guerrilheiros na América Latina

Vengo cantando esta zamba con redoble libertario,
mataron al guerrillero Che comandante Guevara.
Selvas, pampas y montañas, patria o muerte su destino.

Que los derechos humanos los violan en tantas partes,
en América Latina domingo, lunes y martes.
Nos imponen militares para sojuzgar los pueblos,
dictadores, asesinos, gorilas y generales.

Explotan al campesino al minero y al obrero,
cuanto dolor su destino, hambre miseria y dolor.
Bolívar le dió el camino y Guevara lo siguió:
liberar a nuestro pueblo del dominio explotador.

A Cuba le dió la gloria de la nación liberada.
Bolivia también le llora su vida sacrificada.
San Ernesto de La Higuera le llaman los campesinos,
selvas, pampas y montañas, patria o muerte su destino.

Víctor Jara (Zamba del “Che”)

A guerra de guerrilhas é uma estratégia de luta utilizada por grupos minoritários desde os primórdios dos conflitos na humanidade e consiste numa prática errática, irregular, móvel, com o intuito de desorganizar e atacar um inimigo belicamente mais poderoso. Por mais que remonte a uma estratégia em que encontramos seus traços nos mais antigos conflitos, o termo guerrilha começou a ser utilizado no início do século XIX na Espanha (MARTÍNEZ, 1995), mais precisamente na Catalunha, quando militantes organizaram resistência armada contra a

invasão francesa⁶¹. Como se trata de uma estratégia de luta em que há uma desigualdade nas relações de forças, muitas vezes o grupo guerrilheiro, sendo um agrupamento composto de forças civis em luta contra um Exército oficial, tem que dispor de outras armas de luta que suplantem seu déficit bélico, tendo que desenvolver táticas de combate psicológicas e baseadas nos fatores da surpresa e da imprevisibilidade. Para também compensar a inferioridade bélica e de número de combatentes perante a um Exército maior, seus teóricos sustentam ser imprescindível o íntimo conhecimento do território e o apoio da população local (CHE GUEVARA, 1960), fatores que, por exemplo, tornaram exitosas a Revolução Cubana a partir de Sierra Maestra e a guerra de guerrilhas no Vietnã contra a invasão norte-americana.

Na América Latina⁶², mesmo com heterogeneidade existente entre seus países, encontramos diversos processos correlatos, como a proximidade temporal de seus movimentos de independência no século XIX, o tardio período de industrialização e a existência e força dos regimes populistas, como dos presidentes: Vargas no Brasil, Perón na Argentina, Cárdenas no México, José Maria Velasco Ibarra no Equador, Haya de la Torre com o APRA no Peru, etc. (CASTAÑEDA, 1995, p.50) No caso da guerra de guerrilhas também encontramos coincidências temporais, sendo uma estratégia de luta muito utilizada pelos movimentos independentistas no século XIX, e, no século XX por movimentos pela libertação contra regimes considerados opressores e ditatoriais, ou seja, foi instrumento para grupos minoritários lutarem pela libertação, mas que ainda não tinham em sua maioria um viés comunista, viés que foi assumido por grande parte dos movimentos após a Revolução Cubana. O historiador venezuelano Manuel Caballero (1987) afirma que na leitura dos movimentos guerrilheiros da América Latina, houve uma condensação entre os termos luta armada, guerra de guerrilhas e comunismo, condensação não adequada, pois tomando a

⁶¹ A Catalunha é uma região que fica entre Espanha e França, ficando maior parte no território espanhol e uma menor no território francês.

⁶² Sabemos da dificuldade de abordar a experiência da luta armada num território tão amplo e heterogêneo como a América Latina, por isso, nessas poucas páginas almejamos apenas criar um pano de fundo continental para a experiência brasileira, sem nos preocupar em realizar análise aprofundada.

história como referência, nem toda luta armada foi uma guerra de guerrilhas⁶³ e tampouco houve essa coincidência entre luta armada/guerrilha e comunismo, pois na América Latina nem sempre os conflitos armados foram fomentados pelos comunistas e muitas vezes os partidos comunistas se opuseram explicitamente contra tais práticas. Não só em nosso continente, como na Rússia, a luta armada não era estratégia preferida pelos partidos comunistas; por exemplo, o líder V. I. Lenin (1906) criticou segmentos do Partido Comunista que, mesmo em momento revolucionário na Rússia, desqualificavam ocorrências de luta armada e chegavam a categorizá-la como ações de “vagabundos e degradados” (p.6).

Caballero (1987) vai ainda mais longe em sua proposição, afirmando que até a década de 1960 o recurso a guerra de guerrilhas não foi de marxistas, com exceção de dois acontecimentos que inclusive considera merecer ressalvas, e sim de não marxistas e até de anti-marxistas. Os acontecimentos “marxistas” foram a Insurreição em El Salvador em 1932 e a “Intentona Comunista” de Prestes em 1935, em que considera a primeira como ação do recém criado Partido Comunista do país, sem nenhuma participação da Internacional Comunista e por influência direta da militância com Sandino e, a segunda, mais como um pronunciamento “prestista” que comunista: “Más que llevar a Prestes y a su gente a la insurrección, los comunistas se dejaron arrastrar por Prestes a la aventura” (CABALLERO, 1987, p.123). Os acontecimentos guerrilheiros não marxistas que cita foram: a Coluna Prestes ocorrida no Brasil na década de 1920; o movimento de Sandino na Nicarágua, que foi uma guerra de guerrilhas clássica, apenas apoiada pelos comunistas; a Revolução Boliviana de 1952 levada pelo Movimiento Nacional Revolucionario – MNR – um movimento nacionalista, anti-imperialista, pela reforma agrária e anti-comunista e; inclusive a revolução de maior expressão na segunda metade do século XX, a Revolução Cubana. “Pero en América Latina no será ningún comunista, sino un revolucionario nacional-democrático y en sus

⁶³ Por exemplo, no Brasil a Revolução Constitucionalista de 1932 foi uma luta armada, mas não foi uma guerrilha e tampouco comunista; e a Coluna Prestes foi uma luta armada e uma guerrilha, mas que também não foi comunista.

comienzos ligeramente teñido de anticomunismo, quien pondrá esa traducción en el *roman* paladino de una praxis victoriosa, para utilizar la jerga de los marxistas gramscianos: Fidel Castro Ruz” (CABALLERO, 1987, p.117).

Fidel Castro não provinha do proletariado, era o que os comunistas chamavam de pequeno burguês e provinha do Partido Ortodoxo, cujo fundador era declaradamente anticomunista. Suspeitava dos comunistas, pois estes participaram como ministros do primeiro Governo do ditador Fulgencio Batista. Sua ação política para a tomada de poder lançou mão da luta armada: no fracassado assalto ao Quartel de Moncada em julho de 1953, no ataque suicida de sua tropa em dezembro de 1956 (Granma), em que de oitenta e dois combatentes restaram apenas doze, e na exitosa guerra de guerrilhas que tomou o poder cubano em janeiro de 1959. Em sua organização, Movimento 26 de Julho, tinha comunistas consigo, egressos do Partido, ou membros com inspiração nas concepções comunistas, como Raúl Castro e Che Guevara, este mais influenciado pelo trotskismo do que pelo stalinismo, mas não era reconhecido como um movimento comunista, por mais que os comunistas se aliassem a eles depois⁶⁴. Podemos então categorizar os acontecimentos de luta armada até a Revolução Cubana, como o primeiro momento dos movimentos guerrilheiros na América Latina, caracterizando-o como o *período dos movimentos de libertação contra um poder central opressor*⁶⁵. Consideramos que esse primeiro período, que vai além da ideologia comunista, tem como característica fundamental a enorme pobreza e a estrondosa concentração de renda e contradições sociais nos países latino-americanos. Um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Carlos Fonseca, chegou a afirmar que a origem dos movimentos armados na América Latina se deu mais por “vergonha” das

⁶⁴ “El Partido Socialista Popular (PC) criticó el asalto al Moncada y la lucha guerrillera, el sabotaje y la quema de caña como obra de gánsters, pequeños burgueses y anticomunistas, pero en agosto de 1958 se unió al Frente Cívico antidictatorial” (PEREYRA, 1997, p.50).

⁶⁵ Tomamos a liberdade de nomear os distintos períodos de acordo com nosso entendimento do fenômeno.

situações político-sociais desses países, do que propriamente por uma “consciência” (citado por MARTÍ, 2006, p.15).

O segundo momento, que podemos caracterizar como o *período dos movimentos guerrilheiros foquistas-comunistas*⁶⁶, é o que se inicia quando Fidel Castro declarou a Revolução Cubana como marxista-leninista, de 1961 em diante, fato que influenciou uma série de movimentos na América Latina, e termina nos momentos em que as guerrilhas armadas têm suas derrotas no fim dessa década.

(...) después de Playa Girón y la declaración de Fidel Castro de que su revolución era marxista-leninista, el comunismo latinoamericano se hizo apasionadamente fidelista: la expresión «castro-comunismo», acuñada entre otros por Betancourt, parecía responder a una realidad ya desde entonces inamovible. Y por supuesto, comenzó entre los comunistas latinoamericanos a hacer su camino la idea de que la lucha armada no era solamente «una» vía entre otras, teóricamente aceptable, sino *la vía* para llegar al poder. (CABALLERO, 1987, p.124)

Cuba iniciou então uma luta pelo comunismo, em que estreitou relações com a URSS, também decorrente do embargo econômico dos EUA, e tentou exportar seu modelo revolucionário para outros países da América Latina. De certa forma, esse castro-comunismo com ênfase na luta-armada pode ser considerado como uma vertente de um novo comunismo latino-americano, que vai além do comunismo partidário institucionalizado da Internacional Comunista. Em face disso, o comunismo latino-americano enfrentava algumas tensões: da iniciativa da luta armada vir exteriormente ao comunismo, via castrismo-guevarismo; da luta pela hegemonia do movimento comunista internacional, URSS x China; e de poucos PCs oficiais aceitarem explicitamente a luta armada como via privilegiada ao poder: apenas os partidos comunistas de Venezuela, Guatemala e Colômbia, sendo que este último já apoiava a luta armada antes da revolução cubana, devido a existência anterior das guerrilhas rurais em seu território (CABALLERO, 1987).

⁶⁶ Utilizamos este nome por entender que houve uma predominância marxista-leninista como referência ideológica para estes movimentos, por mais que nem todas as organizações guerrilheiras se assumissem como comunistas.

Então o que decorre nesse período é a experimentação da luta armada castrista-guevarista em uma série de países da América Latina. A fórmula foquista cubana foi uma prática instituinte e singular nas lutas revolucionárias latino-americanas, que singularizou o pensamento e as práticas da esquerda em relação à hegemonia instituída da Internacional Comunista e de suas franquias em cada país (os PCs). A tática de guerra foquista adicionada das colocações políticas marxistas-leninistas, e também castristas-guevaristas, seria a grande estratégia para a libertação dos povos da América Latina, em que se saía dos ares burocráticos do Partido e se partia para o clima inóspito das selvas, das serras e dos campos. Caballero (1987) nos descreve o cenário:

Con la anuencia pues, si no con el apoyo entusiasta de los comunistas, la lucha armada conoció en los años 60 su momento culminante y también su fracaso estrepitoso. En 1962, el PC de Venezuela y el MIR se lanzan a la insurrección empleando tres formas de lucha: el terrorismo urbano (pero nunca el «terrorismo ciego» tipo palestino); la guerra de guerrillas, y el «pustch» cívico-militar. Por lo menos la primera y la última habían sido condenadas previamente por los comunistas casi como la abominación de la desolación. (p.126)

Nesse período, praticamente ao “mesmo tempo”, sucederam-se uma série de ditaduras em países da América Latina, multiplicando-se assim organizações de guerrilhas para combatê-las. Então, na década de 1960 emergiu uma série de focos guerrilheiros influenciados pelo foquismo cubano, começando pelas guerrilhas venezuelanas e da República Dominicana. Castañeda (1995) cita alguns focos criados nessa década, sendo que os dois primeiros citados abaixo remontavam a movimentos que anteriormente haviam sido derrotados:

El Frente Sandinista en Nicaragua, creado en 1961 por Carlos Fonseca Amador, proclamó su lealtad a la guerra de guerrillas de Augusto César Sandino contra los marines norteamericanos en los años veinte; el MR-13 en Guatemala, fundado en 1962 por jóvenes oficiales del ejército, fue leal a la memoria del régimen de Arbenz, derrocado en 1954. Se crearon focos en Argentina, en Colombia (siguiendo el ejemplo de Camilo Torres, el sacerdote guerrillero aristócrata), en Perú (el APRA rebelde de Luis de la Puente y el MIR, la rebelión campesina de Hugo Blanco) y en la región boliviana de

Ñancahuazú, donde el Che Guevara viviría sus últimos días en 1967 (CASTAÑEDA, 1995, p.91).

Nessa década também surgiram grupos guerrilheiros como o MLN – Tupamaros no Uruguai, que elaborou teoricamente a possibilidade da realização da guerrilha urbana (PEREYRA, 1997, p.91), como o MIR⁶⁷ no Chile, a ALN, VPR, MR-8, entre outros, no Brasil. Um acontecimento histórico emblemático do fim desse período de euforia com o modelo foquista-guevarista foi a própria morte de um dos idealizadores desse método; o assassinato do Comandante Ernesto “Che” Guevara na Bolívia. Che Guevara pretendia levar a revolução à América Latina, fomentado uma Revolução continental e querendo multiplicar experiências similares às que ocorreram no Vietnã, onde houve a guerrilha vietnamita vitoriosa contra o imperialismo norte-americano e a partir desse fato Guevara pronunciou a famosa frase: “Crear dos, tres... muchos Vietnam!”. Che Guevara impacta e surpreende a todos pelo seu desprendimento e pela sua coragem em ter largado a posição confortável de elite que ocupava na estrutura estatal cubana, para voltar à luta direta em condições precárias da guerrilha na selva. Seguramente sua atuação contradiz a tese do cientista político R. Michels (1982), no que se refere ao fenômeno de aburguesamento das minorias dirigentes. Che Guevara foi para Bolívia organizar um foco guerrilheiro, devido à negociação firmada com o secretário geral do PC boliviano, Mario Monje, quando este visitou Havana em 1966 (MOSS, 1973, p.196). Contudo, quando Guevara chegou à Bolívia para organizar o foco guerrilheiro, perdeu o apoio de Mario Monje, o qual exigiu a direção político-militar da guerrilha (DEBRAY, 1974), sem ter nenhuma experiência de combate (PEREYRA, 1997, p.136). Dessa forma, abandonado pelo PC boliviano e sem conseguir apoio de outros movimentos sociais do país, seu foco guerrilheiro ficou isolado da sociedade e em um pouco mais de um ano foi desmantelado pelas forças armadas do país, em que “o Che” foi capturado

⁶⁷ Julián Bastías Rebolledo (1995) faz um interessante estudo de Psicologia Social sobre o MIR chileno, em que investiga as representações sociais de seus ex-participantes sobre a organização política.

e fuzilado. Tal acontecimento também foi associado com o esgotamento da fórmula do foquismo (MOSS, 1973), por mais que alguns países, como o Brasil, tenham importado esse modelo, mesmo após a derrota de Guevara. O exemplo da “traição” do PC boliviano à guerrilha de Che Guevara na Bolívia nos mostra como o convívio entre essas duas formas expressivas de luta, a Instituição-Partido e a Instituição-Guerrilha, não era natural e recíproco. O PC boliviano preferiu capitular do acordo com Cuba e seguir a via institucional, deixando assim vulnerável e sem apoio um dos maiores líderes revolucionários da América Latina.

Um acontecimento intermediário entre o segundo e o terceiro momentos foi a vitória via institucional, por eleições, do candidato de esquerda Salvador Allende, para a presidência do Chile em 1970; fato inédito na América Latina. Sua vitória foi combustível para o posicionamento dos Partidos Comunistas, que defendiam a via institucional e o trabalho com as massas. Contudo, Allende sofreu pressões de segmentos da elite civil e dos militares, não quis que a população se armasse contra a “direita política”, o que acarretou sua queda no Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, quando o General Augusto Pinochet operou um Golpe de Estado e tomou o poder, arrefecendo todo o sonho vivido e instaurando um regime coercitivo e de terror. As elites sociais latino-americanas não só combateram as guerrilhas armadas, como também um governo legitimamente eleito pela via institucional, pelas regras desse mesmo Estado. O número de prisões com o Golpe foi tamanho que as forças opressivas tiveram que utilizar o Estádio Nacional como prisão, lugar em que foram executados muitos militantes e simpatizantes da esquerda, como o cantor Víctor Jara.

O terceiro momento da luta armada na América Latina, o *período dos movimentos guerrilheiros de massas*, ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, quando as guerrilhas irromperam na América Central, como em Guatemala, Nicarágua, El Salvador; no Caribe, como em Jamaica e Granada e na América do Sul, em Colômbia e Peru. Foram movimentos que repensaram a tática foquista cubana e tiveram maior apoio da população e maiores

alianças com setores representativos da sociedade civil, em comparação aos movimentos da década anterior, dando maior ênfase ao aspecto político sobre o aspecto militar. Castañeda (1995) cita o modelo salvadoreño, que soube conjugar luta armada e luta pacífica, luta no campo e na cidade, ações armadas e trabalho de massas, unidade com os cubanos e os comunistas, alianças com outras forças como a Igreja (p.117) e constituição de um exército revolucionário. Nos termos dos guerrilheiros, o movimento salvadoreño conseguiu conjugar eficazmente militarismo e massismo. No entanto, o FMLN – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional – não chegou ao poder, devido a grande tensão social existente, o investimento de cerca de seis bilhões de dólares dos EUA para combater a guerrilha (CASTAÑEDA, 1995, p.119) e a negociação final para uma via pacífica. Diferente foi o caso da Nicarágua, onde a Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN – tomou o poder⁶⁸, vinte anos após a Revolução Cubana, em 1979, conjugando características organizativas semelhante ao que ocorreu em El Salvador. O sandinista Tomás Borge⁶⁹ explica a relação entre política e guerrilha no FSLN: “Es que el Frente Sandinista no aparece como una organización guerrillera nada más, sino como una organización política que utiliza el instrumento guerrillero como una de sus formas de lucha. Por eso la guerrilla es derrotada y el Frente Sandinista sigue existiendo” (citado por PEREYRA, 1997, p.150). Nessa citação fica claro como a luta armada não adquire a primazia na luta e sim fica contingente ao fator político. O sandinista Humberto Ortega também atribui a essa conexão entre trabalho político e estratégia militar o êxito da Revolução Sandinista:

Se logró conjugar esos tres factores: huelga, sublevación y ofensiva militar, y antes que eso se logró la unidad del sandinismo, sin lo cual habría sido difícil sostener esos tres factores conjugados y coordinados... Sin esos elementos, sin la unidad monolítica del sandinismo, sin una estrategia insurreccional apoyada en las masas, sin la debida coordinación entre los frentes guerrilleros

⁶⁸ Para conhecer melhor o contexto em que se desenrolou a guerrilha na Nicarágua, sugerimos o ótimo livro autobiográfico de Omar Cabezas Lacayo (1982) “La montaña es algo más que una inmensa estepa verde”, em que relata sua entrada na FSLN, o difícil treinamento na montanha e como constituiu sua “identidade guerrilheira sandinista”.

⁶⁹ Tomás Borge. Historia político-militar del FLSN. Revista Encuentro. Uca, n.15. Managua, 1979.

y los frentes militares de las ciudades, sin una comunicación inalámbrica eficaz para coordinar todos los frentes, sin una radio para orientar al movimiento de masas, sin recursos técnico-militares de contundencia, sin una retaguardia sólida para introducir estos recursos, para preparar a los hombres, para entrenarlos, sin actividad de preparación previa, de triunfos y reveses como se dio en Nicaragua a partir de octubre, en donde las masas fueron sometidas a la más bárbara represión, pero a la vez a la más grande escuela de aprendizaje, sin una política de alianzas hábil, inteligente y madura, tanto a nivel nacional como internacional, no habría habido triunfo revolucionario (HARNECKER⁷⁰ citado por PEREYRA, 1997, p.159).

A conjugação entre movimentos guerrilheiros e trabalhos de massa foi a tônica desse momento, ocorrendo também na Guatemala. O fim desse período é marcado pela derrota eleitoral dos sandinistas em 1990, quando estes resolveram abrir o processo eleitoral e não se fixaram autoritariamente ao poder do Estado.

Na América do Sul, Castañeda (1995) cita o M-19 na Colômbia e o PC-Sendero Luminoso⁷¹ no Peru como representantes desse terceiro momento. Ambos movimentos não chegaram ao poder, singularizaram-se em relação ao castrismo cubano⁷² e posteriormente Sendero Luminoso e o M-19 foram acusados de se envolverem com o narcotráfico⁷³ para financiar suas ações e existência. Eduardo Pizarro, especialista colombiano sobre movimentos guerrilheiros, define a singularidade desses movimentos desse período:

⁷⁰ Marta Haernecker. *Pueblos em armas*. Editorial Nueva Nicaragua. Manágua, 1985.

⁷¹ León Guzmán (1995) faz interessante estudo sobre a construção da figura de liderança do comandante do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán. O líder guerrilheiro peruano apresentava o inverso das características dos líderes guerrilheiros tradicionais, preferindo para sua figura o desenvolvimento teórico e intelectual à luta direta das armas, por mais que Sendero Luminoso tenha sido uma organização pautada em violentas ações armadas.

⁷² Um episódio notável foi a aparição do M-19 na Colômbia, em 1974, quando resgatam de um museu a espada do libertador latino-americano Simon Bolívar e dizem “Bolívar, tu espada vuelve a la lucha... la lucha de Bolívar continúa, Bolívar no ha muerto. Su espada rompe las telarañas del museo y se lanza a los combates de presente. Pasa a nuestras manos. A las manos del pueblo en armas. Y apunta ahora contra los explotadores del pueblo. Contra los amos nacionales y extranjeros” (ANRUP, p.1).

⁷³ O Comandante Tomás do Sendero Luminoso justifica a relação entre sua organização e o narcotráfico: “El cultivo de la coca responde a las necesidades económicas de la inmensa mayoría de los campesinos del Alto Huallaga, que encuentran en ese cultivo un medio de subsistencia. Nosotros no estamos en contra del cultivo de la coca porque significaría estar en contra del campesinato. ¿Quién transforma la coca? ¿Quién consume la coca? Si podemos evitar el consumo de coca en nuestro país, para nosotros el problema está resuelto. Los imperialistas enloquecen, pero nosotros no tenemos razón alguna para ayudarlos en su lucha porque ellos son nuestros enemigos” (citado por CASTAÑEDA, 1995, p.144).

1. Los “grupos de la segunda generación⁷⁴” han buscado consolidar su presencia en núcleos de la población (sindicatos, barrios, veredas) con mayor eficacia y amplitud que sus antecesores.
2. Frente a las tácticas tradicionales de la guerrilla de los sesenta, fundadas en la tesis del foco guerrillero, estos nuevos grupos insurgentes se fundan en la perspectiva de la guerra prolongada y la conformación de frentes populares de masas (tales como el Frente Sandinista o el Frente Farabundo Martí), que desbordan la concepción de vanguardia leninista.
3. A la amplitud de su influencia interna se añaden redes de relaciones “diplomáticas” que se extienden en el contexto internacional.
4. Un amplia gama de actores internacionales les brindan su apoyo en distintos planos (propagandístico, financiero, político, logístico): partidos, iglesias, sindicatos.
5. Estos movimientos han vivido un proceso progresivo de “latinoamericanización”, simultáneamente con una visión crítica de los polos de poder comunista (Moscú, Pekín) y ligan su estrategia más al conflicto centroamericano y caribeño que a las disputas en el bloque socialista.
6. Igualmente, presentan una ruptura con el marxismo hirsuto y con un “internacionalismo” que los hace simples peones de un ajedrez global que los desborda, para asumirse como parte de una historia nacional: Bolívar, los símbolos patrios, las tradiciones culturales no son concebidas como “símbolos burgueses” sino como patrimonio de la revolución (PIZZARRO⁷⁵ citado por CASTAÑEDA, 1995, p.135/6).

Pizarro afirma que uma das principais características desse período é o rompimento da lógica de subjugar os movimentos à hegemonia do Bloco Comunista internacional assumindo um perfil mais “autóctone”, assumindo mais a cultura latino-americana. Dessa forma, há uma autonomia em relação aos dogmas marxistas e uma assunção da identidade coletiva territorial, obviamente, uma identidade coletiva mestiça, resultante da mescla entre colonizadores europeus e indígenas. Consideramos que o principal aspecto do êxito de tais mobilizações foi superar a polarização tão corrente nos movimentos guerrilheiros, a dicotomização entre militarismo e massismo, não só os integrando como estratégias de luta, como também podendo efetuar alianças com amplos segmentos da sociedade civil, o que tirou o movimento da guerrilha da clausura tão característica da década de 1960, e por isso que denominamos esse período de movimentos guerrilheiros de massa. Tanto o Sendero

⁷⁴ Aqui, a categorização de segunda geração, correspondente ao traçado por Castañeda (1995), refere-se ao nosso terceiro momento. O que fizemos de diferente em relação à classificação de Castañeda foi adicionar um primeiro período, pré-Revolução Cubana, quando os movimentos de guerrilha estavam mais distantes do marxismo, um quarto período, o neoliberal, e os nomeamos.

⁷⁵ Eduardo Pizarro LeonGómez, “La guerrilla y el proceso de paz”, en Gustavo Gallón Giraldo, (comp.), Entre movimientos y caudillos: 50 años de bipartidismo, izquierda y alternativas populares en Colombia, CINEP-Cerec Bogotá, 1989, p.252.

Luminoso como o M-19 tentaram o caminho da paz com seus respectivos governos, o que foi logrado no caso do M-19, em que seus militantes deixaram as armas e foram o “partido” mais votado para assumir a Assembléia Constituinte na Colômbia, seguindo posteriormente a via institucional, mas não obtendo o mesmo êxito eleitoral. Vale ressaltar que importantes líderes do M-19 foram friamente assassinados quando já haviam deixado as armas e estavam no processo de promoção da paz, como por exemplo, o líder Carlos Pizarro, que foi assassinado a tiros por um sicário, assassino profissional, dentro de um avião, quando viajava em campanha presidencial em 1990.

O arrefecimento das lutas armadas, o fim das ditaduras e a redemocratização dos países, o fim da Guerra fria e a globalização do neoliberalismo reinante fizeram com que os movimentos de esquerda reavaliassem suas práticas e muitos optassem pela via institucional, em tentar aceder ao poder do Estado a partir do caminho eleitoral, adotando assim uma postura não mais revolucionária e sim mais reformista, com a cor da social democracia européia. Chegamos ao quarto momento, *o período da esquerda no horizonte neoliberal*, em que a via institucional volta a ser a estratégia preferida da esquerda e surgem movimentos sociais da base muito fortes e importantes, como por exemplo, o MST e o movimento dos trabalhadores no Brasil. Nesse período muitos ex-guerrilheiros entraram em partidos políticos e seguiram a via eleitoral, sendo candidatos a cargos no governo, em que alguns inclusive foram eleitos presidentes, como por exemplo, o sandinista Daniel Ortega na Nicarágua, ou concorrerão à presidência, como a futura candidata do PT para as eleições de 2010 do Brasil, Dilma Roussef, ex-guerrilheira do COLINA e da VAR-Palmares. Em síntese, o cenário atual da esquerda política latino-americana é seguir a via institucional para tentar chegar ao poder, e na medida em que acedem ao Governo, imprimem uma gestão com princípios de esquerda, mas com práticas neoliberais, no entanto com variações no estilo de governo.

Atualmente restam poucos movimentos guerrilheiros na América Latina, como as FARC e o ELN na Colômbia, associadas pela grande mídia ao narcotráfico e aos conflitos na Colômbia, e o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN – movimento armado pacifista surgido na década de 1990 no México. Não trataremos desses movimentos em nossa pesquisa, visto que se tratam de acontecimentos muito distintos aos que ocorreram no Brasil nesse quarto período. Grosso modo, o cenário latino-americano da luta armada passou inicialmente por lutas pela libertação no primeiro momento, pela guerra de guerrilhas foquistas no segundo, pelas guerrilhas de massa no terceiro e finalmente, pelo abandono às armas e predomínio da luta atual pela via institucional e via movimentos sociais no horizonte neoliberal.

4. A esquerda e concepções da guerrilha no Brasil dos anos 60

Uma grande questão histórica para a esquerda política foi a tomada do poder. Como obter o poder? Como controlar o Aparelho de Estado? Para chegar à transformação social e resolver o problema da dominação, da contradição de classes sociais e da assimetria de poderes a estratégia das esquerdas sempre foi a tentativa de tomar o poder do Estado, condição *sine qua non* para poder transformar o mundo. Tomar o poder do Estado: essa foi e é a principal questão para os grupos políticos que seguem a via eleitoral, como para aqueles que preferiram seguir um caminho além do institucional: a luta armada. Para a luta pela transformação social a esquerda brasileira reatualizou o mesmo debate clássico das esquerdas: Reforma ou Revolução?

O PCB em sua história apresentou essa tensão entre Reforma e Revolução. Conforme já citado no primeiro capítulo, o PCB foi o principal aglutinador da esquerda brasileira na

primeira metade do século XX, tendo em sua prática política uma tensão entre a atuação via institucional e a atuação via armada, que culminou na chamada “Intentona Comunista” em 1935. Depois do relatório Krushev, em que se denunciou as atrocidades do regime de Stalin no XX Congresso do PCUS, o PCB aderiu ao reformismo soviético, polarizando sua ação política na via pacifista. Tal reforma gerou uma primeira divisão dentro do Partido, que culminou na criação do PCdoB, que se manteve stalinista e posteriormente mais ligado ao modelo da China, do que da URSS.

Dessa forma, entendemos que os acontecimentos importantes, no nível da esquerda mundial, que influenciaram o surgimento da guerrilha no Brasil, além do golpe militar de 1964, foram: a reforma feita na estratégia política do PCUS, que resultou na revisão da estratégia política do PCB e que gerou a cisão que resultou na criação do PCdoB; a Revolução Cultural Chinesa e, o terceiro, que teve sua efetuação na América Latina, foi a exitosa Revolução Cubana em 1959, que também serviu de referência direta às práticas políticas dos movimentos guerrilheiros no Brasil. Ou seja, por um lado, o revisionismo do PCUS, e conseqüente revisionismo do PCB, levou a atuação da esquerda preferencialmente pela via institucional. Já o PCdoB tornava-se partidário das concepções maoístas da guerra popular prolongada e as emergentes organizações da esquerda tornavam-se partidárias das estratégias armadas castro-guevaristas que levaram à Revolução Cubana, na estratégia conhecida como foquismo. Então com o apaziguamento da posição do PCB, que galgava com otimismo o fortalecimento da aliança com os populistas, surgiam posições mais radicais, que rompiam com a via institucional do “Partidão” e clamavam pelo enfrentamento direto para chegar à Revolução. A esquerda brasileira novamente trazia em seu bojo o conflito de estratégias, entre a via pacífica e a via armada, mas uma tensão não localizada apenas dentro de um partido, mas sim em variadas organizações que apareciam no cenário político nacional.

Contudo, mesmo com as discussões em relação à luta armada, no Brasil ela aparece concretamente pós-Golpe de 1964, excetuando-se a organização de guerrilhas rurais das Ligas Camponesas, que enviaram militantes para fazer treinamento de guerrilha em Cuba em 1963, antes do golpe de estado (ROLLEMBERG, 2001), mas que não chegou a resultar em movimentos armados operantes. A POLOP já havia previsto um possível golpe dos militares, mas não havia se organizado militarmente para evitá-lo (PROJETO ORVIL, 1987, p.129).

Já o PCB estava satisfeito com a aliança com Jango e centrava suas atenções em sua legalização e possível crescimento de influência posterior, em que naquele momento se acreditava que se aproximava da etapa da reforma nacionalista-democrática, antes da socialista. Com a efetivação do Golpe e a não resistência dos comunistas, dos populistas e tampouco de Brizola, o PCB foi um dos maiores alvos de crítica devido a derrota sofrida pelos militantes de esquerda, o que impulsionou os coletivos a repensarem e questionarem as estratégias políticas assumidas.

Antes de prosseguir com a discussão da divisão de estratégias políticas, julgamos ser necessário apresentar o referencial teórico-político que era base comum aos movimentos da esquerda brasileira e que se ramificou em diferentes caminhos: o projeto marxista-leninista. Em seguida discutiremos as duas táticas e formas expressivas adotadas pela esquerda no Brasil, a via institucional, em que abordaremos a institucionalização dos movimentos de esquerda em partidos, na Instituição-Partido, e a via armada, concretizada na Instituição-Guerrilha, em que citaremos a guerrilha foquista, rural e urbana.

4.1. A referência fundante: o projeto marxista-leninista

Se a influência vitoriosa da Revolução Cubana para os movimentos de esquerda na América Latina foi tamanha, a influência da Revolução Russa se não foi maior, ao menos foi

a referência revolucionária “originária”. Tal revolução foi alicerçada pelas colocações teóricas e políticas de pensadores como K. Marx e F. Engels, mas efetivada pela liderança política e teórica de V. I. Lenin. Neste tópico citaremos algumas idéias e concepções que influenciaram a esquerda armada brasileira, a partir dos escritos de Lenin sobre “O Estado e a Revolução”.

Lenin (1983), o líder da Revolução Russa, defende a tomada de poder do Estado para transformá-lo. Para ele, a esquerda deve tomar o poder do Estado e transformar as estruturas instituídas burguesas, constituindo um momento transitório chamado de ditadura do proletariado, para posteriormente se chegar ao momento em que não haveria mais Estado e se viveria num modelo comunal nas instituições. O fim é pela destruição do Aparelho de Estado, pois os teóricos marxistas adotam uma visão bastante negativa dessa instituição, entendendo-a como uma máquina de repressão a serviço das classes dominantes, em que a classe operária é dominada e dela é extraída a mais valia. Engels (1989) atribui o nascimento do Estado à necessidade de conter os antagonismos de classe, em que esta instituição nasceu do conflito das classes sociais, ao mesmo tempo em que é instrumento de dominação da classe mais poderosa; Engels (1989) o entende como o produto de um antagonismo irreduzível entre as classes⁷⁶.

Dessa forma, as teses marxistas-leninistas versam pela tomada de poder de Estado, pois só assim o proletariado poderia se ver livre da dominação e exploração da burguesia, portanto, valoriza-se a importância da constituição de um Exército Revolucionário. Então, tal

⁷⁶ Althusser (1985), a partir de uma sistematização dos escritos marxistas sobre o Estado, nos coloca mais elementos para pensar essa instituição. Primeiramente distingue o poder de Estado do Aparelho de Estado, ressaltando que é o poder de Estado que está em jogo na luta de classes, enquanto o aparelho de Estado é a maquinaria que o sustenta. O pensador distingue dois tipos de Aparelhos de Estado; o primeiro, o Aparelho Repressivo, que corresponde aos mecanismos que funcionam através da violência, como o Governo, as forças armadas, a polícia, o tribunal, a prisão, etc. e, os Aparelhos Ideológicos do Estado, que são uma série de instituições distintas e especializadas que carregam e transmitem a ideologia adotada pelo Estado, pela classe dominante, tais como a Igreja, a família, o sistema político, os diferentes sindicatos, a escola (que Althusser considera como o Aparelho Ideológico de Estado número 1), etc. Então os aparelhos de Estado funcionam pelo uso da violência (o aparelho repressivo) e através da ideologia (os aparelhos ideológicos).

conquista se dá pela via do uso da força e da violência, para a posterior transformação e destruição do Estado. Engels nos descreve o projeto comunista:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante da sociedade inteira, então se torna supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia de produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam – não haverá nada mais a reprimir, e um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, o último ato do próprio Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais vai se tornando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é “abolido”: morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem “Estado livre do povo”, tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para outro (ENGELS⁷⁷ citado por LENIN, 1983, p.20/1).

Primeiramente, o proletariado, como maioria organizada, deve tomar o poder de Estado, assumindo-o. No entanto, não o destrói de imediato, pois estruturas burguesas e capitalistas ainda assim permanecem depois da Revolução. Então, o proletariado assume o poder de Estado, tornando-se a classe dominante, e utiliza seu aparelho repressivo para “(...) arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado (...)” (MARX & ENGELS⁷⁸ citado por LENIN, 1983, p.30); esse momento sendo conhecido como a ditadura revolucionária do proletariado, o período

⁷⁷ F. Engels, Anti-Dühring.

⁷⁸ K. Marx & F. Engels. O Manifesto comunista.

intermediário da transição do capitalismo ao comunismo. Depois de combatida a burguesia, a classe operária deve quebrar e abandonar a máquina de Estado, que deixaria de ser necessária, pois não haveria mais contradição de classes sociais.

Com essa transformação do Estado, Engels também propõe uma mudança do termo, não falaria mais em Estado, mas sim em Comuna⁷⁹, pois a propriedade seria de todos, seria comum a todos, comunal. Engels também defende um programa de auto-administração: “Administração autônoma completa na província, no distrito, na comuna, com funcionários eleitos por sufrágio universal. Supressão de todas as autoridades locais e provinciais nomeadas pelo governo” (citado por LENIN, 1983, p.91).

A abordagem adotada por Lenin é totalmente revolucionária, sem espaço para reformismos ou negociação entre as classes sociais, então, em sua obra, Lenin⁸⁰ (1983) critica o que considera ser um revisionismo das teorias marxistas realizado por líderes políticos que qualifica de social-democratas, como Kautsky, Bernstein e Plekhânov. Lenin os considera oportunistas e reformistas, pois abandonam a visão da “destruição” do Estado e seguem uma luta política via conquista eleitoral e conciliação das classes. Lenin defende: “Nosso objetivo final é a supressão do Estado, isto é, de toda violência organizada e sistemática, de toda coação sobre os homens em geral” (1983, p.101). Ou seja, para ele o advento do comunismo destruiria o Estado e a coação de um sobre outro, por mais que defendesse a organização armada das massas. Em 1920, Bukharin, teórico bolchevista e seguidor de Lênin, idealizou um quadro idílico da sociedade comunista em gestação, em que não haveria mais dominação, nem trabalho forçado, os indivíduos se conformariam espontaneamente às diretrizes dos departamentos de trabalho e “(...) então não terão mais que dirigir os outros: terão apenas que conduzir as locomotivas, as ferramentas, as máquinas (...)” (citado por LEBRUN, 1984,

⁷⁹ Carta de Engels a Bebel de 18-28 de março de 1875 (citada por LENIN, 1983, p.81)

⁸⁰ Outras referências importantes sobre a visão marxista do Estado podem ser encontradas em Gramsci (1980) e Poulantzas (1969).

p.107). Esse pensamento da futura sociedade comunista é emblemático, pois se idealiza uma comunidade em que não haveria dominação de uns sobre os outros.

O objetivo escrito de Lenin era pelo fim do Estado, pela destruição do Estado e pela constituição da sociedade comunal, contudo o que acompanhamos na história foi uma rigidificação da estrutura burocrática do Estado soviético, que não só não o destruiu, como também o fortaleceu, permanecendo uma outra aristocracia no poder; a esquerda burocrática. A Revolução se estancou, perdeu sua novidade instituinte e de transformação e se burocratizou em um Estado mais controlador e totalitário que o de outrora. Conjeturamos que na etapa intermediária da ditadura do proletariado, estabelece-se um certo agenciamento entre governante e hipermáquina de captura que atualiza toda a potência dos Estados imperiais-despóticos, em que o gestor se conecta a esse poder, incorpora-se ao poder do Estado e o seu desejo se fixa ao estrato institucional, simbiose governante-Estado, perpetuando-se nesse lugar, em que se representa e é representado como peça fundamental para a efetivação da “Revolução”, como podemos ver com o que sucedeu na China, Cuba, ex-União Soviética, Coréia do Norte, etc. Essa eternização no poder remonta o mais antigo funcionamento imperial, em que mesmo a transferência do poder deixa de ser dada por via eleitoral, por escolha da população dentro do regime, chegando a ser realizada até por questões co-sanguíneas, como por exemplo, a transferência de poder de Fidel Castro para seu irmão Raul Castro em Cuba, ou a sucessão na Coréia do Norte, que se deu de pai para filho, de Kim Il Sung a Kim Jong Il. O que será que deu errado na concretização do projeto marxista-leninista? Por que os dirigentes das revoluções comunistas se fixaram na etapa da ditadura do proletariado e não chegaram ao objetivo pretendido? Por que não conseguiram transformar o Estado na Comuna? De qualquer forma, mesmo com a estratificação no período da ditadura do proletariado, esse foi o modelo de referência seguido pelos movimentos de esquerda e guerrilheiros de todo o mundo

3.2. A Instituição-Partido e a via institucional: O caminho eleitoral

Contudo, mesmo com as críticas de Lenin e dos partidários da Revolução em relação ao reformismo no cenário geopolítico, muitos grupos de esquerda nos fins do século XIX e no século XX lançaram-se à via eleitoral na tentativa de obtenção do poder do Estado, organizando-se na forma de partidos, privilegiando a Instituição-Partido, submetendo-se às regras do Estado e tendo que jogar assim o jogo dos capitalistas, flexibilizando suas práticas entre ideais revolucionários e estrutura estatal-capitalista. Dessa forma tais grupos constituíram partidos e passaram a escolher a alternativa eleitoral como estratégia para a constituição de uma outra sociedade, ao invés da estratégia da revolução armada. O sociólogo Adam Przeworski (1991) esclarece que no início os socialistas europeus participaram da via eleitoral com escrúpulos, visando utilizá-la apenas em nível de propaganda e evitando fazer alianças com outros partidos, ou seja, era apenas uma estratégia adotada para propagar suas plataformas políticas. Tinham consciência de que entravam na lógica do Estado, na lógica das classes dominantes, então utilizavam justificativas de que a luta pela via eleitoral era mais uma luta de propagação, de transmissão do discurso das lutas de esquerda, dos trabalhadores e dos operários, do que na crença de tomar o poder do Estado em si.

No entanto, Przeworski (1991) afirma que essa crítica foi deixada de lado e que seguir a via eleitoral como estratégia de ação política terminou por ser uma contradição da esquerda, pois ao constituírem partidos, burocratizaram o movimento social, institucionalizaram o movimento, ao mesmo tempo em que puderam dar maior organicidade a ele. A consolidação da Instituição-Partido para concorrer as eleições e tomar o poder do Estado fez o movimento de esquerda ficar mais ligado a questões estruturais e burocráticas do que de sua base política, distanciando-o do movimento e acercando-o da institucionalização, e foi uma escolha que não

tornou os esquerdistas imunes aos efeitos do Estado burguês, pois aderir a via eleitoral foi aderir à lógica desse mesmo Estado e aderir à lógica do Estado foi aceitar as regras dos grupos dominantes. Foi como se jogar o jogo com as regras dos capitalistas resultasse numa internalização da lógica e reprodução dessas regras pelos movimentos de esquerda, resultando no abandono de táticas insurrecionais frente ao que a Lei e o Estado pregam, ou seja, a priorização da via eleitoral pelos partidos comunistas significou um compromisso de classes entre comunistas e Estado burguês.

Nesse processo de constituição e institucionalização de partidos, podemos adicionar as reflexões do cientista político Robert Michels (1982) que sustenta que ocorre um aburguesamento das minorias dirigentes do movimento social. Por que ele chama a direção do movimento de minorias dirigentes? Porque afirma ser uma minoria a representante de uma maioria representada, é uma minoria que ocupa a direção e que desenvolve funções específicas, em que geralmente há uma divisão de poderes muito marcada. Então essa minoria representante acaba por ter outras atribuições frente a maioria, por exemplo muitos representantes passam a não trabalhar mais no seu fazer na fábrica, como os diretores de sindicatos, que passam a ser remunerados por seus cargos diretivos, então essas lideranças deixam o seu labor e começam a ganhar sustento para a vida com um movimento de gerenciamento de suas entidades, “profissionalizando-se” assim como gestores e militantes profissionais. E nos processos de negociação política, a minoria dirigente passa a ter uma “vida de burguês”, como por exemplo, jantar num restaurante de luxo com o empresário ou com o prefeito, o que vai alternando seus costumes e hábitos, sofrendo um “aburguesamento” dos seus valores. Então aí há uma mudança de condutas, que Michels (1982) denomina de aburguesamento das minorias dirigentes, em que a liderança se acomoda nesses lugares de destaque e ao “luxo” vivido, instituindo-se nesses lugares de poder. Nesse aburguesamento acaba por haver uma oligarquização do movimento, em que essas lideranças ocupam e se

perpetuam na direção do movimento, formando uma espécie de oligarquia, distanciando-se e diferenciando-se da maioria dirigida, tal como a estória contada na “Revolução dos bichos” de George Orwell (1975), em que os porcos tomam o poder e pouco a pouco passam a ter mais regalias e a escravizar os outros animais. Dessa forma é como se o movimento se dividisse em duas classes, dos dirigentes dominantes e dos dirigidos dominados; como se houvesse uma reprodução da estrutura de classes dentro do próprio movimento. Michels (1982) defende que o movimento acaba sendo assim traído pelos seus próprios líderes, que se aburguesam e internalizam para si a lógica pequeno-burguesa, internalizando a lógica de conduta das classes dominantes. Michels (1982) enuncia que o processo de segmentarização e oligarquização das minorias dirigentes é uma lei social e mesmo que houvesse uma Revolução Comunista (este livro foi publicado em 1914), esta revolução não alteraria o estado de coisas, pois o aburguesamento, as segmentações e divisões permaneceriam no movimento. Será que podemos afirmar que houve um aburguesamento da direção do PCB, que tomou posição conciliadora com os populistas que estavam no governo, afastando-se assim das principais lutas sociais?

Mas de qualquer forma, com aburguesamento ou não dos dirigentes, parte significativa da esquerda acreditava na vitória eleitoral, pois Marx e Engels⁸¹ (citados por PRZEWORSKI, 1991) consideravam o socialismo como movimento da “imensa maioria”. E, de fato, na Europa no início do século XX o voto nos socialistas aumentou consideravelmente. Contudo, não conseguiram abarcar a totalidade de votos do proletariado, em que em muitos países, um terço dele ainda votava em partidos burgueses e na Bélgica, 50% do operariado não votava nos socialistas⁸². Então, mesmo os operários sendo a maioria numérica de uma nação, parcela

⁸¹ K. Marx, & F. Engels. *The Communist Manifesto*. Ed. Harold Laski. New York, Pantheon Books, 1967, p.147.

⁸² K. Hill. *Belgium: Political Change in a Segmented Society*. In: Rose, R., ed. *Electoral Behavior: A Comparative Handbook*. New York, Free Press, 1974, p.83 (citado por Przeworski, 1991).

significativa deles não votava na esquerda⁸³. Por causa disso muitos partidos de esquerda mudaram de discurso para angariar mais votos e começaram a fazer alianças com outros setores e outros partidos. Perceberam que sair do discurso do trabalhador para ir para o discurso social poderia dar mais votos, o que acabou por descaracterizar alguns partidos de trabalhadores na Europa. Dessa forma alguns partidos passaram a fazer alianças com os próprios capitalistas que criticavam, constituindo um compromisso de classes e se acoplando ao regime político-econômico criticado, tal como o PCB se acoplou aos populistas no período pré-golpe.

Quando os trabalhadores adotam estratégias que conduzem a um compromisso, o Estado faz o que parece ser necessário para reproduzir o capitalismo porque essa é a escolha dos trabalhadores, bem como a dos capitalistas. A organização do Estado como uma instituição e as políticas empreendidas por essa instituição constituem uma expressão de um compromisso de classes específico (PRZEWORSKI, 1991, p.239/40).

Compreendemos assim que se chega num ponto da disputa de poder do Estado que não importa mais aos movimentos a ideologia e as posições políticas defendidas e sim as alianças e os processos de conservação pela manutenção do poder no Aparelho de Estado.

Tanto Michels (1982) como Przeworski (1991) afirmam como esses movimentos em seus processos de institucionalização acabaram perdendo seu potencial revolucionário nas suas práticas; sofreram uma captura pela lógica do Estado. Przeworski (1991) entende que a tarefa pela conquista do poder político se sobrepôs a de transformar a sociedade, inclusive esvaziando outras frentes de lutas políticas que não o partido:

Em retrospecto, a decisão crucial foi a busca do poder político. Em 1864, ao criticar todos os que procuravam erigir uma sociedade socialista por meios autônomos e independentes das instituições existentes, Marx afirmou que aquele projeto era impraticável sem a prévia conquista do poder político. Por essa razão é que definiu como “o grande dever” da classe operária a luta pelo poder. Os reformistas, especificamente Bernstein, acabaram por interpretar essa tarefa como resumindo-se na competição pelo controle das instituições

⁸³ Um fenômeno curioso que se repete em muitos países é que muitas pessoas pobres continuam a votar e justificam seu apoio a políticos das “elites” e não aos que estão mais comprometidos com políticas e práticas aos mais pobres.

governamentais existentes, ao passo que os revolucionários, notavelmente Lenin, pretenderam conquistar o poder a fim de destruir essas instituições. Em ambos os casos, porém, a luta pelo socialismo tornou-se politizada; transformou-se em luta pelo poder político (...) As pessoas não podiam lutar pelo socialismo na vida pessoal, diariamente; não estariam lutando por ele ao transformar as relações no seio da família, no grupo de trabalho ou no bairro. A prática socialista requeria um repositório único, o dos partidos políticos, porque estes eram as instituições que relacionavam tudo ao 'grande dever da classe operária' (p.280).

Przeworski (1991) é crítico em relação aos movimentos de institucionalização da esquerda em partidos, na forma-partido, afirmando que suas práticas políticas se ativeram às suas dogmatizadas práticas, mais preocupadas com a tomada de poder, do que com a prática de transformação social. Ao refletir sobre o futuro movimento das esquerdas conclui que ele não deve privilegiar apenas a via eleitoral e deve se atrelar a outros movimentos sociais, capilarizar-se, pois deve renovar suas pautas, seus discursos e suas práticas:

O socialismo talvez possa tornar-se possível, mas somente se o movimento pelo socialismo recuperar a abrangência global que caracterizou diversas de suas correntes alheias aos dogmas das Internacionais, apenas sob a condição de que esse movimento deixe de condicionar o projeto socialista à contínua melhora das condições da classe operária. Pode tornar-se possível quando o socialismo novamente se tornar um movimento social, e não exclusivamente econômico, quando aprender com o movimento feminista, quando reassimilar os problemas culturais (p.289).

Talvez possamos refletir junto a Przeworski que ocorreu processo similar ao PCB, em que se preocupou mais em manter sua institucionalização e seus espaços de poder instituído do que se arriscar e tomar postura mais crítica diante ao regime populista, adotando assim a via pacífica e conciliadora com a burguesia populista, um compromisso de classes com o poder, e não organizando uma resistência frente ao Golpe militar de 1964. Assim, entendemos que a adoção da forma-partido, da Instituição-Partido, gera uma institucionalização do movimento social que tende a burocratizar e estancar o fluxo transformador do movimento instituinte transformando-o em estrutura instituída, numa estrutura que reproduz a mesma lógica do agenciamento do Estado, em que muitas vezes, mesmo que o partido tenha

concepções políticas revolucionárias pode terminar por adotar práticas conservadoras, em conformidade com a lógica burocrática vigente e experienciada no cotidiano partidário.

Podemos pensar que o processo de institucionalização que o PCB sofreu foi o mesmo que o próprio PT passou atualmente, em que conseguir se eleger e alcançar a vitória tornou-se mais importante que efetivar os pontos que constroem sua plataforma política. Por exemplo, podemos citar a organização das finanças do município de São Paulo realizada pela ex-prefeita Luíza Erundina (PT), que foi alvo de crítica mordaz de Lula:

Essa mulher (a prefeita de São Paulo pelo PT, Luiza Erundina de Souza) só me fode; agora lhe ocorre decidir que vai colocar as finanças da prefeitura em ordem e vai suspender todas as obras públicas. Essa mulher é pior que o antigo governador (membro do PMDB) Franco Montoro, que disse que era contrário às grandes obras, mas nem sequer fez pequenas obras. Contudo, ele teve todo um período de quatro anos para se recuperar; para mim só me restam os cinco meses de campanha que restam⁸⁴ (NEUMANNE⁸⁵ citado por CASTAÑEDA, 1995, p.179).

Dessa forma contata-se que as duras críticas de Lula feitas à sua companheira de partido referem-se a uma questão eleitoreira, em que organizar as finanças do município seria secundário em relação à realização de obras públicas, pois fazer obras traria maior visibilidade às gestões do PT nos municípios para a opinião pública, o que poderia contribuir com a campanha eleitoral de Lula para a presidência do país no ano de 1989, resultando assim num maior ganho de votos. Tal fala demonstra que mais importa aceder ao poder do aparelho estatal do que organizar a gestão, tal como Erundina estava fazendo. A crítica de Lula chegou a tal ponto, em que compara a ex-prefeita a um político de um partido adversário, afirmando que ela chega a ser pior que ele.

⁸⁴ Costumamos manter as citações na língua de origem, mas como se trata de uma fala em português de Lula, resolvemos retraduzir do espanhol para o português.

⁸⁵ José Neumann. *Atrás do Palanque: Bastidores da eleição 1989*. São Paulo: Edições Siciliano, 1989, p.78.

4.3. A Instituição-Guerrilha e a via armada: foquismo e maoísmo

Nos dois tópicos anteriores citamos a visão marxista-leninista de tomada de poder pela revolução, referencial “obrigatório” da esquerda, e a institucionalização dos movimentos sociais de esquerda na forma de partidos, na Instituição-Partido, que levou a uma burocratização de suas práticas políticas e um compromisso de classes com o Estado burguês. Por mais que Przeworski (1991) defenda que o movimento partidário afastou a esquerda dos movimentos sociais, na esquerda brasileira havia a idéia da associação entre a prática política institucional partidária com os movimentos de trabalho com as “massas”, o que levou sua denominação como movimentos massistas. O massismo foi a definição das práticas dos grupos que priorizavam o trabalho direto com a população, num trabalho de politização, ou o que eles chamavam de conscientização⁸⁶, sendo um trabalho maior de mobilização popular do que de luta armada. O termo massismo é o utilizado como contraposição ao termo militarista, daqueles que preferiam a luta armada em relação ao trabalho direto com a população. Então, nos debates da esquerda armada nas décadas de sessenta e setenta, veremos que o debate das práticas políticas se dará pela oposição entre massismo e militarismo.

O militarismo para a esquerda brasileira sempre foi uma estratégia que estava latente e podia aparecer com maior intensidade, seja no acontecimento da chamada Intentona Comunista ou nos projetos de tomada de poder. Tal visão retornou com mais força devido a Revolução Cubana, que apresentou uma fórmula de transformação social para a América Latina, a partir da guerra de guerrilhas, que levou ao êxito a retirada do ditador Fulgencio Batista e a tomada de poder por Fidel Castro e seus companheiros.

⁸⁶ Não gostamos desse termo, “conscientização”, pois ele dá a impressão de que a população não teria consciência política e só a adquiriria depois do trabalho da esquerda com elas.

Com a derrota da esquerda brasileira pelo Golpe Militar de 1964, muitos militantes passaram a rechaçar a estratégia pacífica, via institucional⁸⁷, do PCB e as táticas massistas, buscando uma forma de atuação política mais contundente, direta e que mostrasse uma eficácia política imediata. Muitos militantes preferiram deixar a via institucional, deixar a Instituição-Partido e partir para outra prática, para a luta armada, organizando-se sob a forma da Instituição-Guerrilha. A Instituição-Partido já não respondia aos anseios revolucionários e a postura tímida do PCB não mostrava possibilidade de efetivar a almejada transformação social, então se sentia a necessidade de buscar outras referências e práticas para a luta contra a ditadura militar. O foquismo castro-guevarista foi uma nova tática que ocupou esse lugar para a “vanguarda política”, pois foi uma alternativa instituinte frente às práticas instituídas do PCB, um dispositivo de luta que teve êxito e que poderia ser atualizado no Brasil na luta contra os militares, tornando-se assim uma das principais referenciais para a luta armada brasileira e para a Instituição-Guerrilha.

Aqui citaremos duas obras importantes que abordam essa tática de luta e que foram leitura indispensável ao guerrilheiro brasileiro: a “Guerra de Guerrilhas” do Comandante Che Guevara (1960) e o “Revolução na Revolução?” do então jovem filósofo francês Régis Debray (1967), aluno de L. Althusser que acompanhou parte da experiência da consolidação da Revolução Cubana.

Para Che Guevara (1960) o êxito da Revolução Cubana nos traz três aportes para pensar os movimentos revolucionários na América Latina: “(1) Las fuerzas populares pueden ganar una guerra contra el ejército. (2) No siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución; el foco insurreccional puede crearlas. (3) En la América subdesarrollada el terreno de la lucha armada debe ser fundamentalmente el campo” (p.3).

⁸⁷ Que nem chegava a ser uma luta via institucional, pois o partido estava na ilegalidade.

O Comandante Guevara defende o uso do foco guerrilheiro como método para se alcançar a Revolução. Tal método consiste em criar focos de luta guerrilheira, com um limitado número de componentes e que podem assumir um caráter móvel e de deslocamento. Tal foco deve se organizar como uma Coluna Guerrilheira em deslocamento, sendo base do Exército Guerrilheiro e quando for mais organizado, adquirirá as características de um Exército Regular, que pode combater e vencer o Exército do Estado. Ou seja, o projeto é de que os focos guerrilheiros possam gerar tal agitação para que possa se multiplicar em outros focos, obtendo assim apoio da população, até que possa constituir um grande Exército que tenha uma composição de forças superior às Forças Armadas oficiais do Estado. Talvez tenha sido a partir desse modelo dos focos guerrilheiros que o psicanalista e militante francês Félix Guattari tenha pensado na noção de Revolução Molecular (GUATTARI⁸⁸, 1987), que consistiria da mesma forma, em que haveria agitações moleculares localizadas, que poderiam fomentar agitações em outras moléculas, e que se porventura fosse tamanha, poderia até alterar as estruturas molares. Bom, é claro que a noção de Revolução Molecular é de uma máquina abstrata que se refere a transformações em inúmeros âmbitos, que pode ser aproximada à concepção inicial do foquismo, mas que não é a mesma coisa, pois o foquismo já tem um caminho bem dirigido, sendo os focos guerrilheiros a etapa primária para a constituição do Exército Guerrilheiro que levaria à transformação popular, ou seja, as agitações moleculares já estão dirigidas à transformação molar, nesse caso a Revolução, a tomada do poder do Estado.

Os focos guerrilheiros não tinham a hierarquização das Forças Armadas do Estado, sendo suprimidas as figuras do sargento e do cabo, por representarem a tirania, centrando-se assim na figura do comandante e dos soldados, em que havia uma distribuição igualitária dos recursos a todos e o comandante assumia um papel protagonista na estratégia militar e

⁸⁸ Fazemos essa aproximação por mais que não tenhamos encontrado nenhuma referência de Guattari a Che Guevara.

política. As colunas guerrilheiras também tinham que apresentar uma grande plasticidade, em que deviam mostrar respostas criativas frente às adversidades: “Otra característica fundamental del soldado guerrillero es su flexibilidad para adaptarse a todas las circunstancias y convertir en favorables todos los accidentes de la acción. Frente a la rigidez de los métodos clásicos de guerrear, el guerrillero inventa su propia táctica en cada momento de la lucha y sorprende constantemente al enemigo. En primer lugar, solamente hay posiciones elásticas (...)” (GUEVARA, 1960, p.10).

O fator militar também não estava subjugado ao fator político, então não haveria um partido que daria ordens à guerrilha, e sim a prática política nasceria das ações da luta armada. Che Guevara privilegia as ações armadas em relação às discussões teóricas, inclusive menosprezando o papel do intelectual; a teoria nasceria da prática. Para Gorender (1998) a primazia do fator militar sobre o político para os cubanos consistia na “(...) crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário” (1998, p.89). Para diminuir a importância da Instituição-Partido, Che Guevara ressalta constantemente sobre a importância da organicidade dos focos guerrilheiros no seio da população, para fortalecer o movimento para conseguir galgar o projeto de Revolução, ou seja, os focos nunca podem ser tomados independentemente e sempre devem estar ligados com a população.

Es importante destacar que la lucha guerrillera es una lucha de masas, es una lucha de pueblo: la guerrilla, como núcleo armado, es la vanguardia combatiente del mismo, su gran fuerza radica en la masa de la población. No debe considerarse a la guerrilla numéricamente inferior al ejército contra el cual combate, aunque sea inferior su potencia de fuego. Por esto es preciso acudir a la guerra de guerrillas cuando se tiene junto a sí un núcleo mayoritario y para defenderse de la opresión un número infinitamente menor de armas (1960, p.4).

Tal inter-relação com as massas é de suma importância no foquismo guevarista, pois ele entende que a vanguarda armada não pode estar separada dos coletivos populares, tendo que ganhar a simpatia e estar alinhada a ela. Che Guevara entende o foco guerrilheiro eminentemente como um movimento rural e o guerrilheiro acima de tudo como um “revolucionário agrário” (GUEVARA, 1960, p.5), tanto que estipula limites para a guerrilha urbana.

Es fundamental precisar que nunca puede surgir por sí misma una guerrilla suburbana. Tendrá nacimiento después de que se creen ciertas condiciones necesarias para que pueda subsistir, y esto mismo indica que la guerrilla suburbana estará directamente a las órdenes de jefes situados en otra zona. Por tanto, la función de esta guerrilla no será llevar a cabo acciones independientes, sino de acuerdo con planes estratégicos preconcebidos, de modo tal que su función sea la de secundar la acción de los grupos mayores situados en otra (GUEVARA, 1960, p.19).

Dessa forma, Guevara entende que uma guerrilha apenas urbana se desenvolveria num terreno extremamente desfavorável e que deveria ser contingente à Guerrilha Rural, pois a “cidade é o túmulo do guerrilheiro”. Contudo, mesmo sendo obra importante para as organizações armadas no Brasil, essa recomendação não foi seguida pelos militantes brasileiros, que decidiram ousar e colocar à prova tal consigna; na maioria dos casos se desenvolveu o modelo da guerrilha urbana sem amparo algum na guerrilha rural.

Então, o foquismo guevarista passou a ser um modelo para a luta dos militantes da esquerda pela Revolução, em que Cuba apoiou os movimentos insurrecionais na América Latina. O próprio Che Guevara saiu do poder e dos privilégios do Governo Cubano para tentar eclodir a Revolução em outros países, militando na África e sendo assassinado posteriormente ao lutar na Bolívia no fatídico dia de oito de outubro de 1967.

Nas palavras do historiador Jean Rodrigues Sales (2007); “Em resumo, o revolucionário brasileiro assumia as principais teses propostas pelo foquismo: a não necessidade de um partido para guiar a guerrilha, o campo como cenário ideal para seu desencadeamento e a crença de que um pequeno núcleo de guerrilheiros poderia dar início à

luta, aglutinar forças e chegar ao poder” (p. 64). Abrindo parênteses, Gorender em seu livro critica o foquismo cubano, afirmando que por mais que Cuba e Che Guevara tenham exportado esse modelo de luta, e que Fidel Castro diga: “Começamos do zero, do nada, de um punhado de homens” (citado por GORENDER, 1998, p.90), “o pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda (...) desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento” (GORENDER, 1998, p.90), ou seja, a crítica do historiador brasileiro sugere que o movimento idealizador e exportador do foquismo nunca foi um foco, pois já tinha aprovação, reconhecimento e apoio da população; já era um movimento de massas.

Outra referência importante para os movimentos guerrilheiros brasileiros foi o maoísmo, estratégia de luta armada desenvolvida pelo líder revolucionário chinês Mao Tsé-tung. “Assim como Lenin é o teórico da revolução e Che Guevara a imagem do amor revolucionário, Mao Tsé-tung pode ser considerado o formulador da guerra revolucionária dentro da corrente de pensamento marxista” (SAINT-PIERRE, 200-, p. 164). O historiador Jacob Gorender (1998) afirma que o maoísmo converge com o foquismo na idéia de que a guerrilha rural e o campesinato são o motor da revolução, mas diverge no quesito de que na guerra popular prolongada maoísta, o partido deve ter predominância frente ao fator militarista e a revolução seria feita em duas etapas, não sendo assim imediatamente socialista.

Mao Tsé-tung foi o maior teórico da luta armada como fator revolucionário e para ele “(...) a tarefa central e a forma mais alta de toda revolução é a tomada do poder através da força armada, isto é, a solução do problema por meio da guerra” (citado por SAINT-PIERRE, 200-, p.164). Saint-Pierre afirma que para Mao a única solução para se atingir a independência e a igualdade do povo chinês era a via armada como ação revolucionária, visto que as classes dominantes chinesas estavam tão consolidadas, que para atingir a

transformação social teria que haver o derramamento de sangue no exercício da política. As armas se tornavam o instrumento privilegiado para realizar tal luta (200-, p.164/5).

Para Mao a ação política deve ser tratada como uma unidade com a ação militar e na Guerra Popular Prolongada⁸⁹ deve haver a “soldadura entre exército e povo”, pois compreende que as “massas” são a fonte mais rica para o Exército Popular (SAINT-PIERRE, 200-, p.165-7). A partir da leitura de Saint-Pierre (200-) compreendemos que a estratégia de luta de Mao consiste no trabalho de integração de elementos distintos, como da guerra com a política, do soldado com o povo, do Exército ter características de uma coluna guerrilheira, etc., “(...) da mesma forma que tentará se equilibrar entre as posições "aventureiras" e "conservadoras" que procuravam influir nas decisões, formulará táticas visando integrar movimentos opostos: "ofensiva-defensiva", "linhas interiores-linhas exteriores", "concentração-dispersão", "centralização-descentralização", "exército regular-guerrilhas", "aniquilamento-desgaste”” (SAINT-PIERRE, 200-, p.175).

Organizações brasileiras partidárias do maoísmo prioritariamente foram os partidos, que entendiam a primazia do político sobre o fator armado. Dentre estes podemos citar o PCdoB, a Ala Vermelha, o PCR, etc. A AP também era entusiasta do maoísmo, fator que provavelmente contribuiu para sua união com o PCdoB. A guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB, poderia ser entendida como uma tentativa maoísta de constituir a luta popular no campo, mas o historiador Jacob Gorender assume posição diversa: “Paradoxal foi que a guerrilha do Araguaia, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja, nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc.” (1998, p.240).

⁸⁹ “A GPP é uma guerra politicamente ofensiva (como toda guerra revolucionária), estrategicamente defensiva (pela desproporção de forças), mas taticamente ofensiva, pois deve-se ganhar tempo desgastando o inimigo, conservar as próprias forças e preparar o contra-ataque para, no momento oportuno, passar à ofensiva que aniquile o inimigo” (SAINT-PIERRE, 200-, p.173).

Dessa forma, nesse tópico buscamos citar algumas concepções gerais das referências centrais do foquismo e do maoísmo para a Instituição-Guerrilha no Brasil em que a luta armada configurava-se como dispositivo instituinte e potente para fomentar a revolução e a transformação social não levadas pela Instituição-Partido, em muitos casos visto como prolongamento do Estado. Uma leitura atual sobre o foquismo e o maoísmo nos dá a impressão de que não havia muitas diferenças substantivas nas práticas, mas essas diferenças conceptuais serviram para dividir movimentos e organizações guerrilheiras no Brasil.

5. A Instituição-Guerrilha Urbana e o sonho da revolução rural no país

Após o Golpe de Estado militar, as organizações políticas tradicionais existentes, como o PCB e a POLOP, foram perdendo seus quadros políticos, que estavam insatisfeitos com a fórmula de atuação adotada até então. O PCB foi tomado como o principal bode expiatório (REIS FILHO, 1990), pela ausência de resistência organizada ao golpe dos militares e de 1964 a 1968 perdeu metade dos seus integrantes remanescentes, que decidiram partir para a luta armada ou que foram expulsos pela direção, sob a acusação de atividades fracionistas. O jornalista Emiliano José (1997) afirma que antes do VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967, foram expulsos do PCB militantes históricos como Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, etc. (p.222), que após suas expulsões criaram outras organizações. Mantendo a linha pacifista, o PCB ficou quase uma década fora da cena política, não sofrendo muito os efeitos da repressão até 1974, quando voltou a ser alvo da violência do Estado (RIDENTI, 1993, p.28). A crítica à atuação via institucional do PCB, somada à repressão do Estado com seus atos institucionais, que cassou muitos direitos

políticos e perseguiu as organizações de esquerda, fizeram com que os militantes resistentes radicalizassem sua participação, e começassem a pegar em armas pela luta pela revolução.

Conjecturamos que a decisão de pegar em armas derivava de alguns aspectos: o fracasso da via institucional trabalhada pelo PCB, que resultou no esvaziamento da Instituição-Partido, a crença de que a luta armada teria maior eficácia política e de que se organizar em grupos armados seria uma forma de se defender da violência do Estado militar, visto que o Estado operava com alta dose de opressão às organizações resistentes. Então consideramos que a via armada não foi apenas uma estratégia escolhida devido a questões táticas de luta política e influência dos movimentos internacionais, mas também como forma de defesa e resistência em relação à violência desmedida do Estado. Iremos desenvolver mais essa hipótese na análise das entrevistas no capítulo 6, pois alguns entrevistados afirmaram que eram pessoas visadas pela polícia política devido a suas participações anteriores nos movimento de base, como por exemplo, no movimento estudantil, e que impulsionados também pelas perseguições que sofriam, resolveram radicalizar a luta política.

As emergentes organizações guerrilheiras tinham muitas coisas em comum, nasceram do mesmo contexto social político da luta contra a ditadura militar, pegaram em armas por uma luta pela libertação nacional com uma ideologia, em geral, marxista-leninista, tinham uma ação que ia muito além da via institucional do PCB, estruturaram-se sob a forma da Instituição-Guerrilha, mas algumas diferenças de concepção da luta política terminaram por dividi-las em organizações independentes. Nesse tópico citaremos algumas divergências traçadas por Ridenti (1993), que se referem à concepção do caráter da revolução, à forma organizativa do coletivo e a ênfase na prática, militarista ou massista. Também citaremos a guerrilha urbana formulada por Marighella, que foi uma transformação da guerrilha foquista castro-guevarista ao contexto das grandes cidades brasileiras, citaremos as organizações que tinham ênfase mais foquistas e aquelas mais maoístas e a composição de seus membros.

Uma das avaliações da esquerda foi a crítica ao “erro” do PCB aliar-se aos populistas na busca da efetivação da primeira etapa da revolução, ficando assim a reboque do governo Jango e da burguesia, ao invés de conduzir e dar a linha política. Dessa forma, algumas organizações armadas passaram a criticar a concepção da revolução em duas etapas e a defender a revolução socialista imediata, devido ao entendimento de que a burguesia já governava o Brasil e que isso não estava diminuindo a contradição entre as classes sociais. Ridenti (1993) afirma que organizações “descendentes” da POLOP como VPR, VAR-Palmares, POC, PRT e MR-8 defendiam a visão da revolução por uma só etapa, enquanto as “descendentes” do PCB, como a ALN, PCBR, PCdoB, PCR, ALA, continuavam a defender o modelo da revolução por duas etapas, com a diferença de que na primeira etapa não haveria aliança com a burguesia, e sim com a população, o que levaria a constituir um “Governo Popular Revolucionário” após consecução do primeiro momento.

Com o ímpeto de seguir a luta armada, as organizações de guerrilha do Brasil, em sua maioria, optaram pela tática foquista castro-guevarista, como expusemos no tópico passado, que foi um modelo “importado” de Cuba para lutar contra o regime militar. O primeiro a ter apoio de Cuba depois do Golpe de 1964⁹⁰ foi o ex-governador Leonel Brizola, exilado no Uruguai, que tinha contato direto com Fidel Castro, e inclusive supostamente recebeu dinheiro de Cuba e organizou uma série de movimentos de luta armada com base no foquismo, constituindo a não efetivada Frente Popular de Libertação – FPL, a rapidamente desmantelada Forças Armadas da Libertação Nacional – FALN –, a primeira ação guerrilheira depois do golpe de 1964, encabeçada pelo ex-oficial Jefferson Cardim em 1965, e o Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR (ORVIL, 1987), organizado eminentemente por militares que foram cassados após o Golpe Militar e que tentaram organizar o foco guerrilheiro na Serra do Caparaó no estado de Minas Gerais. O foquismo no Brasil também

⁹⁰ Lembramos que as Ligas Camponesas enviaram militantes para treinar em Cuba antes do Golpe de 1964, conforme citamos no tópico 3.1. do primeiro capítulo.

teve uma primazia do militar frente ao político, em que as ações armadas obtinham maior importância que as ideologias políticas, por exemplo, houve o caso de militantes do MNR que participaram do foco de Caparaó afirmar que não tinham filiação ideológica ao comunismo, mas que mesmo assim eram considerados comunistas (FREDERICO, 2006). A “Guerrilha do Caparaó” é considerada como o primeiro foco guerrilheiro no Brasil, mas contrariando as considerações de Che Guevara estava totalmente isolada da população. Dessa forma, o resultado foi de que não angariaram apoio da comunidade do entorno, sofreram com os recursos escassos e a hostilidade da mata e foram facilmente desbaratados pelos órgãos de repressão do Estado, em que todos seus participantes foram encarcerados, sendo um assassinado na prisão. Depois do fracasso de Caparaó, Brizola se afastou do foquismo e se desentendeu com os cubanos, sendo questionado depois sobre o destino do dinheiro.

Nos anos de 1966 e 1967, Cuba organizou encontros da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS – em que seu objetivo era organizar a luta dos países latino-americanos contra o imperialismo norte-americano. Em 1967 “(...) contou com a presença de mais de setecentos delegados representando movimentos revolucionários de 22 países latino-americanos” (JOSÉ, 1997, p.220), inclusive de delegados brasileiros. Contrariando as normativas do PCB, o então dirigente Carlos Marighella participou da conferência, ficou seis meses ali e voltou de Cuba convencido da tarefa revolucionária da luta armada. Gorender (1998) atribui à sua estância em Cuba, como o processo catalisador de sua certeza pela luta armada e tornou-se assim o novo homem de confiança do Brasil para Fidel Castro, após os desentendimentos de Fidel com Brizola. De volta ao país, Marighella decidiu sair do PCB, que considerou como inoperante e preso em sua estrutura burocrática, criando o Agrupamento Comunista, que depois recebeu a denominação de Ação Libertadora Nacional – ALN. Marighella retornou ao país muito crítico à estrutura partidária e “(...) ao combater a estrutura burocrática e inerte dos partidos comunistas tradicionais da América Latina,

subordinados à orientação soviética, negou a necessidade de qualquer organização partidária” (JOSÉ, 1997, p.222).

Carlos Marighella é considerado por muitos como a principal figura revolucionária desse período e como o principal comandante da guerrilha armada no Brasil, devido à sua liderança política, à sua produção teórica e à sua rica formação política e conhecimentos militares, sendo militante antigo do PCB e ex-militar. Para Gorender: “(...) de 1965 até quase as vésperas de sua morte, no final de 1969, Marighella conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária exuberante” (1998, p.103). Devido a sua importância, ao sair do PCB, arrastou consigo muitos militantes importantes do Partido e participantes de algumas Dissidências.

A ALN foi uma das principais organizações da luta armada no Brasil, com referência na tática foquista, adaptada ao contexto urbano brasileiro. No primeiro semestre de 1969 Marighella escreveu o Manual do Guerrilheiro Urbano, que foi importante material de referência da luta armada brasileira e mundial⁹¹, sendo texto tão aludido como os de Guevara (1960) e Debray (1967). Podemos dizer que a guerrilha urbana surgiu como uma tática de luta instituinte, sendo uma radicalização da guerra de guerrilhas de Che Guevara e transmutada à situação urbana a partir de sua compreensão do contexto brasileiro. O líder da ALN operou tais mudanças, pois criticou o foquismo devido às malfadadas experiências da Guerrilha do Caparaó e da Guerrilha de Ñancahuazú, onde Che Guevara perdeu a vida. A primeira diferença que encontramos refere-se a aplicação territorial, em que o manual de Marighella centra-se em táticas de luta na cidade, enquanto o de Che Guevara na área rural. Marighella defendia que, sem a atuação na área urbana e o apoio da cidade, a vitória da guerrilha rural

⁹¹ O mini-manual de Marighella foi importante obra de referência aos movimentos de luta armada mundial, referenciando o documento “Poemas sobre as rosas” do Sekigun (Exército Vermelho – Japão), sendo publicado em inglês pela organização armada norte-americana New World Liberation em 1974 e tendo influenciado uma série de grupos revolucionários como as Brigate Rosse – BR (Brigadas Vermelhas -Itália), a Rote Armeefraktion – RAF (Fração Armada Vermelha – Alemanha), grupos independentistas como o IRA, etc. (SOMMIER, 2009).

seria impossível (MORAES, 1989, p.10). A segunda é que o comandante da ALN prioriza as colunas guerrilheiras móveis, inspirado pela experiência dos cangaceiros no Brasil (GORENDER, 1998), em relação ao foco guerrilheiro. Na terceira, Marighella já toma como pressuposto a simpatia da população pela guerrilha⁹², devido à opressão exercida pelo Estado e pelas classes dominantes, enquanto Che Guevara repete constantemente a necessidade de ganhar o apoio dela. A quarta refere-se ao incremento da violência, em que Marighella afirma que o terrorismo é arma do guerrilheiro, enquanto Che Guevara diferencia o terrorismo da sabotagem, alertando dos possíveis prejuízos que o movimento pode ter com a população devido a práticas terroristas. “Marighella foi o líder revolucionário dos anos 60 que mais explícita e reiteradamente pregou o terrorismo de esquerda” (GORENDER, 1998, p.106), inclusive defendendo a violência extrema.

Marighella entende o guerrilheiro como: “(...) um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras” (1969, p.4). Para ele, o guerrilheiro é aquele que se opõe ao governo instituído e ao imperialismo norte-americano, infringindo “(...) dano sistemático às autoridades e aos homens que dominam e exercem o poder. O trabalho principal do guerrilheiro urbano é de distrair, cansar e desmoralizar os militares, a ditadura militar e as forças repressivas, como também atacar e destruir as riquezas dos norte-americanos, os gerentes estrangeiros, e a alta classe brasileira” (idem).

Como forma de atuação, defende um movimento mais difuso, nômade, anárquico e não verticalizado como os partidos de esquerda tradicionais. Em seu manual não chega a citar

⁹² Como por exemplo, a afirmação: “Os militares e a polícia são odiados pelas injustiças e violência que tem cometido contra a população, e isto facilita a obtenção de informação prejudicial às atividades de agentes do inimigo” (MARIGHELLA, 1969, p.24). A nosso ver, tal pressuposto de Marighella estava equivocado e consolidou o isolamento das organizações de guerrilha em relação à população, pois tomava como pressuposto a simpatia da população à luta guerrilheira.

a constituição de um Exército Revolucionário, o que nos parece que de certa forma institucionalizava o modelo foquista como a forma de atuação da guerrilha urbana e não como forma intermediária: “As guerrilhas urbanas, pelo contrário, não são um exército senão um pequeno grupo armado, fragmentado intencionalmente. Não possuem veículos nem bases fixas. Suas linhas de fornecimentos são precárias e insuficientes, e não têm bases estabelecidas exceto no sentido rudimentar de uma fábrica de armas com uma casa” (MARIGHELLA, 1969, p.15).

Em seu discurso notamos a forte ênfase militarista e pragmática, por exemplo, um dos tópicos chama-se “O Tiro: A Razão para a Existência do Guerrilheiro Urbano” (MARIGHELLA, 1969) e exalta os homens das ações armadas em contraposição aos políticos e intelectuais institucionalizados:

Este é o núcleo central, não de burocratas e oportunistas escondidos na estrutura organizacional, não de conferenciantes vazios, de escritores de resoluções que permanecem no papel, senão de homens que lutam. Os homens que desde o princípio tem a determinação e tem estado prontos para qualquer coisa, que pessoalmente participam nas ações revolucionárias, que não tem dúvidas e nem enganam (MARIGHELLA, 2003, p.59).

Em seu discurso associa a revolução à ação armada, criticando o teorismo excessivo e a burocracia partidária, que compreende como paralisantes e imobilizadores. Então sua organização não teria a hierarquia e burocracia partidária e sim “(...) uma organização clandestina, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis (...)” (JOSÉ, 1997, p.224). O comandante guerrilheiro estipulava três princípios para a organização: “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, não se pede licença para praticar atos revolucionários e só existe um compromisso – com a revolução” (idem). Dessa forma, Gorender (1998) aproxima a organização da ALN com o anarquismo, visto que não havia uma direção centralizadora, hierarquia rígida, como nos

partidos, e os grupos tinham liberdade de ação. Gorender então categoriza a ação da ALN como um anarcomilitarismo (1998, p.107).

Não só a ALN foi contra a estruturação de um partido nessa etapa da luta armada, como se somava a essa concepção a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, o MNR, o COLINA, etc. Dos defensores da necessidade da existência de um partido para guiar a guerrilha e a ação revolucionária podemos citar os que se organizavam sob a forma de partidos, como o PCBR, a ALA, o PRT, o POC, etc. (RIDENTI, 1993). Ridenti (1993) afirma que tal concepção sobre a forma da organização revolucionária terminou por dividir alguns grupos próximos, que tiveram o mesmo lugar de origem, como a ALN e o PCBR.

Outra divisão em relação à ênfase do caráter da luta política foi o embate entre militarismo e massismo. Todas as organizações armadas tinham consciência de que o caráter militar, como o caráter de trabalho com as “massas”, eram fatores importantes para se chegar à revolução. No entanto, no percurso dos grupos guerrilheiros chegava-se a momentos de inflexão em que se debatia qual deveria ser a ênfase da atuação da organização, em que em alguns grupos, como por exemplo, a primeira VPR, surgiu um racha entre o ex-sargento Onofre Pinto, representante da ala militarista, e o intelectual João Quartim de Moraes, representante da ala massista. Na VPR, a ala militarista era a que tinha mais poder e Quartim de Moraes terminou por ser afastado da organização⁹³. Nos livros de Gorender (1998) e Ridenti (1993) estão citados variados relatos de ex-guerrilheiros que mostram que os militaristas tinham realmente mais poder dentro da organização, o que pode corroborar com a afirmação foucaultiana de que a solução final vem da guerra. A VPR também foi protagonista de um outro racha devido a esse mesmo tema; em 1969, quando se tornara VAR-Palmares,

⁹³ As divisões em relação aos conflitos entre militarismo e massismo foram frequentes nos movimentos guerrilheiros na América Latina, podendo ser decididos inclusive à bala. Citamos o que ocorreu no Exército de Libertação Nacional da Colômbia: “En 1968 se produjo una grave crisis en el ELN, surgiendo dos tendencias: una más militarista (...) y otra denominada proletaria (...); varios miembros de esta última fueron fusilados por la misma organización. Un dirigente del ELN explica así esos hechos: ‘Sí, hubo un estilo militar, vertical, y según ese estilo, lo de los fusilamientos se impuso como método para resolver las diferencias. Eso causó un impacto tremendo entre nosotros mismos, fue un hecho grave y nos dejó una marca histórica... En 1973 se dieron los últimos fusilamientos’” (PEREYRA, 1997, p.65).

fusão da primeira VPR com o COLINA, esse ponto gerou descontentamento novamente, em que uma ala significativa da VAR-Palmares criticava a outra que dava primazia às ações massistas. Com a vitória da ala massista no Congresso da VAR-Palmares, Lamarca e outros militantes, de ênfase militarista, decidem sair da VAR e criar novamente a VPR. Ridenti (1993) afirma que as organizações com ênfase militarista foram maioria, tais como a “ALN, COLINA, FLN, FLNe, MAR, MCR, MNR, MOLIPO, MR-26, MRT, M3G, RAN, REDE & VPR” e as massistas a “ALA, MR-8, PCBR, POC, PRT & VAR” (p.57).

O foquismo guevarista teve uma reatualização no espaço urbano da cidade, sendo inspiração para a guerrilha urbana, que se tornou o tipo mais difundido de luta armada adotado no país. A maior parte das organizações de guerrilha adotou tal tática de luta, como a já citada ALN, a VPR, a VAR-Palmares, o MR-8, o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT, a Resistência Democrática – REDE, etc., e tiveram inserção praticamente nula na área rural. Como decorrência desse fato, houve o isolamento das organizações em relação à população, em que os guerrilheiros se fixavam no papel de uma vanguarda que não tinha quem os seguisse. Consideramos que o pensamento de vanguarda dos guerrilheiros acabou sendo excludente, afastou a população e subestimou a consciência política dos trabalhadores e camponeses.

Já a guerrilha rural maoísta teve menor influência que o modelo cubano, limitando-se à guerrilha do Araguaia do PCdoB – Partido Comunista do Brasil – e a aspirações do PCR e da ALA-Vermelha. O maoísmo foi o referencial de luta adotado pelo PCdoB que consistia na tentativa de eclosão da Guerra Popular Rural. A direção do PCdoB não olhava com bons olhos a guerrilha urbana e desde 1966 começou a implantar uma guerrilha rural na região do Araguaia, entre os estados de Pará, Tocantins e Mato Grosso, organizando cerca de setenta militantes nessa área. Diferente da Guerrilha do Caparaó os militantes do PCdoB conseguiram firmar bons laços com a comunidade local. No entanto, as forças repressivas organizaram três

campanhas de ataque à guerrilha, entre 1972 e 1974, em que a terceira dizimou todos os guerrilheiros (POMAR, 1980 & PORTELA, 2004). Também houve tentativas de organização de guerrilha rural pela VPR no Vale do Ribeira/SP, que foi cercada por cerca de 2.000 (GORENDER, 1998) a 20.000 (JOSÉ, 1980) soldados, no acontecimento em que o capitão Carlos Lamarca e alguns poucos guerrilheiros impressionantemente conseguem furar esse cerco em quarenta dias e fugir da repressão (JOSÉ, 1980); e o início de tentativa do MR-8 no sertão nordestino, onde foram assassinados Lamarca, seu companheiro Zequinha, José Campos Barreto, e outros guerrilheiros do MR-8.

Em relação à composição dos integrantes da luta armada, citaremos os dados que constam do projeto Brasil Nunca Mais (2007) e que foram sistematizados por Ridenti (1993), dos guerrilheiros que foram processados pelo Estado. Não se tem como mensurar o número exato de participantes da guerrilha, pois não há registro de todos eles, então nestas publicações se tomou os dados dos processados como amostra dos guerrilheiros.

Em relação à classe social, a maior parte dos militantes correspondia a pessoas da classe média, sendo 51,6% das camadas médias intelectualizadas, 29,4% das camadas de transição e 19% das camadas de base (RIDENTI, 1993, p.70). Em relação ao nível de escolaridade, notamos que a maior parte teve acesso à escolarização, em que 58,7% têm o ensino superior completo ou incompleto e apenas 6,4% são analfabetos ou têm o primário incompleto (RIDENTI, 1993, p.122). Em relação à faixa etária temos uma maior parte de jovens, em que 51,8% têm até 25 anos, 34,1% entre 26 e 35 anos e 14,1% acima de 36 anos (RIDENTI, 1993, p.123). Em relação ao gênero, a maioria esmagadora é de homens, correspondendo a 81,7%, enquanto as mulheres apenas 18,3% (RIDENTI, 1993, p.204/5). As mulheres participantes tinham alto nível de escolarização em que 74,7% cursavam ou haviam terminado o nível superior, 17% tinham ocupação de trabalhadora média e apenas 8,3% trabalho doméstico (RIDENTI, 1993, p.205/6). Em relação à naturalidade, 1832 proviam de

capitais e 3572 do interior, sendo que o número se invertia quando se referia ao local de residência, sendo 4077 residentes na capital e 1849 no interior (RIDENTI, 1993, p.240/1). Esses dados nos dizem que o movimento da luta armada eminentemente era composto por homens, jovens, da classe média, com alto nível de escolarização, sendo pessoas que residiam em capitais, por mais que a maioria tivesse nascido em cidades do interior, ou seja, podemos afirmar que era um movimento de elites sociais.

Com o aumento da repressão e da violência exercidas pelo Aparelho de Estado, entre os anos de 1969 e 1973, praticamente todas as organizações armadas de guerrilha urbana foram sobrepujadas, em que depois desse período as principais lideranças das organizações armadas já estavam presas, ou exiladas, ou assassinadas. A guerrilha rural do Araguaia foi totalmente desmantelada em 1975, dando assim o último suspiro da luta armada, que até então não foi mais utilizada como estratégia política para os grupos de esquerda do Brasil. Com o fim das organizações guerrilheiras, a repressão continuou a agir, prendendo e assassinando dirigentes do pacote PCB, dirigentes do PCdoB no fatídico massacre da Lapa (POMAR, 2006) e civis como o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho.

6. A Guerrilha como máquina de guerra

Aqui, neste último tópico desse capítulo pretendemos desenvolver algumas idéias que aproximam as organizações de guerrilha armada ao que Deleuze e Guattari (1997) entendem pelo conceito de máquina de guerra, conceito trabalhado em nosso capítulo dois. Contudo, ao mesmo tempo em que consideramos que a Instituição-Guerrilha adquire um potencial transformador, ao encarnar o imaginário da transformação social, ela se estratifica em linhas rígidas, em conformidade com o agenciamento da Instituição-Guerrilha, ou então adquire

linhas próximas da Instituição-Partido, podendo tornar-se um protótipo de Estado comunista, ou então, um mini-Estado, regida por outro nomos em relação ao Estado “oficial”.

Por mais que as organizações da esquerda armada tenham reproduzido o militarismo utilizado pela ditadura, compreendemos que a Instituição-Guerrilha foi o dispositivo que materializou e foi veículo do imaginário da transformação social, sendo porta-voz e ator protagonista da mudança, da transformação nas lutas pela libertação do país contra a ditadura militar. Ao portar o projeto da transformação social, aproximou-se do projeto da autonomia, que é instituinte frente à heteronomia social instituída. O guerrilheiro tornou-se assim o elemento intermediário entre o imaginário da transformação social e a dura realidade da ditadura militar; suas ações se ligaram a símbolos e devires que se conectaram e tentaram construir outra realidade, numa Utopia Ativa, ou seja, o imaginário da transformação foi o que moveu a guerrilha à sua luta, foi o que fez entrar em ebulição o desejo do guerrilheiro contra os bloqueios do Estado de exceção, o que impulsionou seu movimento e o que o fez viver as vicissitudes de uma vida clandestina contra o Estado militar. A guerrilha, que nasceu em contraposição ao Estado instituído, portou o movimento, a mudança, o contrário da conformidade estática e paralisante do Estado, ou seja, a partir de Deleuze (1994) dizemos que a guerrilha, por carregar o imaginário de transformação social, portou um devir-revolucionário, muito mais do que o futuro da revolução em si.

Em relação à conformação da Instituição-Guerrilha, tal como a máquina de guerra, constituiu-se a partir de linhas exteriores ao Estado, organizando-se fora da Instituição-Partido e não almejando disputar a luta via institucional e sim aceder ao poder do Estado pelo conflito direto, em que se buscou desterritorializar a lógica rígida da Hipermáquina de captura, com o fim de instituir outro nomos que fosse além das linhas estratificadas: trouxe à tona um processo instituinte. Seja a experiência exitosa cubana, ou a constituição da ALN, o que acompanhamos foram organizações que se estruturaram fora dos partidos comunistas e fora

do Estado e que trouxeram outra lógica de atuação política, instituinte, frente a burocratização e o sedentarismo instituídos desses dois espaços.

Podemos afirmar assim que a guerrilha instaurou um plano de imanência de atuação direta com menos mediações que o partido, enquanto este se refere a uma estrutura transcendental, em que qualquer ação é mediada pela sua burocracia interna. A guerrilha, tal como a lógica do guerreiro, operou por alianças horizontais e se fundamentou na ação, no conflito, enquanto o partido procede por capturas verticais, se fundamentando no discurso, no debate de idéias e negociações. A prática da guerrilha, da ALN, por exemplo, fundou-se em colunas móveis, elásticas, num deslocamento nômade, enquanto o partido tem uma estrutura fixa, com um aparelho sedentarizado. A guerrilha preocupava-se em fazer a aliança direta com a população, necessitando do seu apoio, enquanto o partido está preocupado apenas em estender sua influência sobre as “massas⁹⁴”, mantendo apenas uma relação por delegação e representação. A guerrilha constantemente tinha que reinventar suas ações, estando ligada à experimentação, ao indecível e à indeterminação, enquanto o partido já tem fixos seus papéis de condutas e se atém à reprodução de suas funções. A Instituição-guerrilha tinha suas eleições todos os dias, em que qualquer ação sua era questão de vida e morte, enquanto a Instituição-Partido apenas se depara com eleições programadas e com datas fixas. Além das linhas rígidas, a guerrilha estava agenciada por linhas flexíveis e linhas de fugas, enquanto os partidos se estruturam basicamente em linhas de segmentaridade rígida, o que estratifica suas condutas. A guerrilha se ocupava com os confins da natureza, a serra, a selva, as estepes, escondia-se no espaço urbano, na clandestinidade, enquanto o partido ocupa o espaço público da cidade, do palanque, do plenário. Conformava-se mais como um fluxo do que um estrato, mais numa lógica dinâmica do que estática, mais numa lógica de um devir do que de um ser.

⁹⁴ É claro que havia muitas organizações guerrilheiras com o pensamento de vanguarda que apenas desejavam que as massas as seguissem, reproduzindo assim um funcionamento “transcendental” de partido e também havia aquelas que tinha um alto grau de hierarquização e burocracia interna.

Indra, o Deus Guerreiro, e não Mitra e Varuna, o rei e o legislador, como diria G. Dumézil (1971).

Consideramos que quando os movimentos de esquerda decidem seguir a via institucional, quando se organizam na forma da Instituição-Partido, são incorporados à lógica das linhas de segmentaridade rígida do Estado, sofrendo uma captura em seu funcionamento e tendo que seguir um caminho já estriado. O partido então reproduz e atualiza a própria lógica de Estado, compartilhando da mesma burocracia, que aproxima “terrivelmente” a direita da esquerda política com todos os fenômenos já bem descritos por R. Michels (1982). Devido a tal fato que não nos surpreendemos com o rechaço dos Partidos Comunistas às experiências de luta armada, seja a reprovação no Brasil do PCB às organizações guerrilheiras revolucionárias ou o abandono do Partido Comunista Boliviano à empreitada guerrilheira de Che Guevara; o rechaço é feito a esse “corpo estranho”, a esse tipo de luta que não é legalizada, que é estranha às práticas habituais e pode gerar mudanças sociais que podem desagradar até mesmo um partido de esquerda. Seguindo tal linha de raciocínio, entendemos melhor o compromisso de classes feito pelo PCB com a burguesia nacional, travestida de populista, da mesma forma que as atuais alianças no cenário político brasileiro, entre PT e PMDB na situação e PSDB e DEM na oposição, são compreensivas, pois atualizam a mesma razão de Estado de disputa e desejo pelo poder, mesmo que sejam alianças entre partidos ideologicamente de esquerda (PT) e centro esquerda (PSDB) com partidos ideologicamente de centro-direita (PMDB) e direita (DEM).

Dessa forma, como compartilham de muitas linhas comuns, entendemos que os partidos possam configurar-se como mini-Estados, como partes do Estado, reproduzindo a mesma lógica da Instituição maior. E é a partir dessa interpretação que conseguimos pensar que a prática de justicamento de Elza Fernandes pelo PCB justifica-se, depois da derrota da “Intentona Comunista” de 1935, em que se organizou um tribunal paralelo à justiça do Estado

para decidir sobre a vida ou a morte da pequena Elza, tomando-a como bode-expiatório do processo (GORENDER, 1998, PROJETO ORVIL, 1987). O PCB reproduzia a prática do Estado totalitário soviético, estava conformado pelas mesmas linhas, e da mesma forma que Stalin decidiu por fuzilar Bukharin (e muitos outros), alegando ser ele um traidor, Luis Carlos Prestes mandou assassinar Elza Fernandes, por supostamente ser ela a delatora dos planos do PCB, ou seja, o Partido estava estruturado tal como um Estado totalitário e pôde atualizar a violência contida nessa formação social.

As organizações de guerrilha, a Instituição-Guerrilha, também podem estar capturadas, atrelar-se, por essa lógica de partido comunista, à Instituição-Partido, reproduzindo assim traços do Estado autoritário, tornando-se assim uma mescla entre máquina de guerra e aparelho de captura, entre Instituição-Guerrilha e Instituição-Partido. Em muitos casos a guerrilha atualizou a burocracia partidária, numa divisão rígida dos lugares de poder, o pensamento de uma vanguarda revolucionária, em que conduziria as massas à revolução, e reproduziu a existência e a violência transcendental do Estado, organizando tribunais e julgando a vida e a morte de companheiros, chegando a alguns casos a justicá-los (executá-los). Podemos citar que no MIR-chileno houve um processo de “captura do pensamento”, em que seus militantes não conseguiam criticar as práticas vigentes dentro da organização (BASTÍAS, 1995), pois a ideologia propagada era a imagem de pensamento transmitida pela direção do MIR aos seus militantes. Em relação às execuções internas, podemos citar a ALN, por exemplo, em que houve três casos de justicamento de seus integrantes (GORENDER, 1998), provavelmente devido a um sentimento persecutório em relação aos próprios membros, assassinando os suspeitos de traição. Nesses casos as organizações se atribuíam o poder de decidir sobre a vida e a morte de seus próprios militantes.

Consideramos que a reprodução de um Estado dentro dos movimentos guerrilheiros é algo muito fácil de ocorrer, quando o desejo deixa de ser revolucionário e se fixa nos estratos,

quando há a inversão do poder do desejo para o desejo de poder (DELEUZE & GUATTARI, 1976), ou quando há um grande sentimento de persecutoriedade, em que se fixa às rígidas normas de conduta como tentativa de proteção. No caso não queremos dizer que a Instituição-Guerrilha seja um negativo da Instituição-Estado e da Instituição-Partido, não é uma imagem invertida, mas pode se configurar como um espelho turvo da Instituição-Partido, em que reflete semelhantemente muitas ações e práticas dessa instituição, ou seja, às vezes mais afirmação da mesma lógica instituída, da mesma forma de organização, do que afirmação da diferença, da novidade e do instituinte. Então em muitos casos, pode haver um movimento das linhas “nômades” da Instituição-Guerrilha se fixarem tão intensamente como as linhas “sedentarizadas” da Instituição-Partido, ou então mesmo no movimento de transição de alguns ex-participantes da guerrilha armada quando passarem a compor a Instituição-Partido após o momento da redemocratização do Brasil.

Aqui desejamos citar brevemente a trajetória do Comandante Che Guevara, pois a entendemos como a expressão de uma máquina de guerra nômade. Antes de sua militância política, tratou-se de um argentino que viajou de moto pela América Latina e permitiu se afetar pelas contradições sociais existentes, pelo sofrimento do povo latino-americano, espoliado por gerações, indo trabalhar numa colônia de leprosos, aquilo que na superfície era radicalmente alteridade. Depois de retornar à Argentina e concluir seus estudos de Medicina, deslocou-se pela Guatemala, México e compôs o ataque suicida de Granma, sendo parte do grupo de Fidel Castro, contra as tropas do ditador Fulgencio Batista. Lutou por anos pela Revolução de uma nação que a princípio não era a sua, Cuba, e com sua vitória, tratou de tentar exportar esse modelo revolucionário a outros países latino-americanos. Não se acomodou com o alto cargo que ocupou em Cuba e decidiu deixar as regalias de alto dirigente de uma nação para fomentar o processo revolucionário em outros recantos do mundo; ele deixou o poder e singrou por localidades estranhas:

Sus andanzas por Tanzânia y el Congo dirigiendo la lucha de un pueblo ‘con otro idioma en una tierra desconocida’ (como él mismo lo describió en sus notas sobre la guerra revolucionaria en el Congo) ponen de relieve lo absurdo de la situación: un médico argentino blanco tratando de convencer a los rebeldes en Kisoma que atravesaran el Lago Tanganica para acudir a una reunión, empresa que aterrorizaba a los supuestos adeptos del héroe de Santa Clara⁹⁵ (citado por CASTAÑEDA, 1995, p.96).

Depois desse acontecimento nômade na África volta para Cuba, fica um curto período ali (DEBRAY, 1974) e decide instalar um foco guerrilheiro em outro povo que não é o seu por nação, mas sim por ser América Latina, um povo que é uma das maiores vítimas da exploração ibérica latino-americana; o povo boliviano. Talvez pelas limitações do modelo foquista, ou pelo abandono do PC boliviano, ou pela falta de aliança com outros segmentos sociais, ou pelo aumento da repressão do Estado, a guerrilha boliviana foi desmantelada e o Che assassinado. Guevara fica então como a grande expressão do movimento guerrilheiro como uma máquina de guerra contra o Estado, e associamos suas conjecturações sobre “el hombre nuevo” com a figura do homem nômade, àquele que não se fixa, aquele que seu desejo não investe o estrato, não investe e não se fixa ao poder, e se mantém na potência de seu movimento, de seu fluxo e de seu devir, como coluna móvel contra as estratificações e as capturas do poder e dos estratos.

O deslocamento territorial, ou o nomadismo, é fator que merece atenção para as escolhas políticas dos líderes guerrilheiros. Não só Che Guevara se sensibilizou com a tragédia latino-americana em sua jornada nos “Diários da Motocicleta”, como também Carlos Marighella teve certeza pela luta armada quando viajou a Cuba, quando pôde deixar mais de trinta anos de militância no PCB, na Instituição-Partido, e ser criador de outro agenciamento, com outra organização, atuação e concepção, a Instituição-Guerrilha Urbana. Carlos Lamarca, o capitão da Guerrilha, também teve em suas viagens o seu momento de sensibilização política contra a exploração do Estado capitalista. Ao estar em campanha militar no Canal de

⁹⁵ Tania Pagoni. “Che en el África”. Liberazione, Roma. 21 de agosto 1992.

Suez sensibilizou-se com a exploração social e decidiu posicionar-se ao lado das minorias oprimidas e não mais ao lado dos opressores. Podemos hipotetizar que o deslocamento territorial, o trânsito entre territórios e culturas, a viagem, constitui-se como processo transicional, intermediário, que pode gerar um processo de afetação aos sujeitos, em que eles se desterritorializam dos estratos instituídos prévios; Guevara como estudante de medicina, Marighella como dirigente do PCB e Lamarca como capitão do Exército, e acedem a outro plano de afecção e reflexão, em que podem reavaliar e auto-analisar suas escolhas e processos políticos, escolhendo em tornarem-se líderes revolucionários e combatentes de organizações de esquerda armadas.

É claro que o deslocamento territorial não é regra geral para a formação de um guerrilheiro revolucionário, mas é patente que tais deslocamentos, também se configuraram como deslocamentos subjetivos, em que tais atores redefiniram suas práticas e concepções políticas. E para nós este deslocamento subjetivo, que foi catalisado pelo deslocamento territorial, é o que constitui a experiência nômade, de ingresso num fluxo dinâmico, que pode alterar subjetividades, desejos e realidades.

Para finalizar, podemos pensar que Carlos Marighella, ao publicar o manual do guerrilheiro urbano, em 1969, no ano de sua morte, num período pós AI-5 e de extrema repressão, também tinha as características de uma máquina de guerra, mas já de uma *máquina de guerra suicida*, de linhas abolicionistas (DELEUZE & GUATTARI, 1996), que pregava o terrorismo e a violência extrema como última saída, pois era uma máquina de guerra que estava acossada pelo Estado e que adotou a cartada da abolição total como tarefa final. Marighella, um pouco antes de ser assassinado, inclusive chegou a declarar guerra aos EUA numa emissão radiofônica (PAZ, 1996). Podemos citar outras ocorrências de constituição de uma *máquina de guerra suicida* em outros movimentos armados revolucionários, como no caso do movimento autônomo francês e do Rengo Sekigun (Exército Vermelho Unificado –

Japão). No caso francês, Sommier cita um trecho do trabalho de Sébastien Schifres⁹⁶: “Mas allá de la situación estrictamente italiana, lo que se desmorona es el modelo político de los autónomos. Pueden observarse tres tipos de actitudes: la radicalización en la lucha armada y el gran bandolerismo, el repliegue estratégico y la deriva toxicómana” (citado por SOMMIER, 2009, p.51). O caso japonês, mesmo sendo uma cultura muito distinta da brasileira, atualiza o funcionamento da mesma *máquina de guerra suicida*, chocando pelo abolicionismo praticamente total efetuado:

Antes de cometer en diciembre su primer asesinato político contra la mujer de un policía, el grupo liquidó a dos de sus militantes, que querían dejarlo, según un modo de funcionamiento sectario que ya prefiguraba los acontecimientos del invierno de 1971-1972. En efecto, durante ese invierno se retira a las montañas e instituye una purga interna para medir el grado de fidelidad a la causa, mediante la tortura y las sesiones de autocrítica: 14 de los 24 militantes presentes pierden su vida en circunstancias particularmente penosas. Cuando la policía asalta el chalet Asama el 28 de febrero y descubre el macabro espectáculo, la opinión pública se horroriza (SOMMIER, 2009, p. 90).

Dessa forma, pensar a guerrilha como máquina de guerra é trazer à tona tanto seus aspectos instituintes, de novidade e de desterritorialização, como também seu potencial de abolição total, que pode chegar a conformar as linhas de uma máquina de guerra suicida.

⁹⁶ S. Schifres. La mouvance autonome en France de 1976 à 1984, tesina de maestría, Universidad Paris X, p.15, 2004.

CAPÍTULO 4 – MEMÓRIA, AGENCIAMENTO E DISCURSO: PRODUÇÃO E MULTIPLICIDADE

No primeiro capítulo de nosso texto fizemos uma passagem sobre fatos históricos importantes na trajetória dos movimentos de esquerda contra o Estado no século XX no Brasil, ressaltando a organização do PCB, dos trabalhadores, dos estudantes, da esquerda militar na primeira metade do século, as décadas de 1960 e 1970, em que houve adesão de alguns grupos organizados para a luta armada contra a ditadura militar, e depois, o período de redemocratização do país, com a emergência dos “novos movimentos sociais” e a estratificação do modelo neoliberal no país, em que acompanhamos a primazia da atuação política via institucional, através da Instituição-Partido e dos tradicionais mecanismos de deliberação estatais. Já no segundo capítulo rompemos a sucessão social-histórica e nos detivemos numa discussão mais conceitual sobre a forma-Estado, que a partir das reflexões do filósofo Gilles Deleuze e algumas da psicanálise, compreendemos o Estado como uma Hipermáquina de Captura. No capítulo 3, retomamos o acontecimento da luta armada, discriminando o fenômeno da Instituição-Guerrilha, em contraposição à Instituição-Partido, discutindo sua manifestação na América Latina, no Brasil e algumas de suas características. Com tais estratos, construídos a partir de pesquisa teórica sobre a literatura, consideramos que erigimos nosso pano de fundo, nosso contexto, nossa base teórica para nossa investigação, o que agora nos possibilita prosseguir e apresentar o que os atores políticos de nossa pesquisa expressam.

Para tentar responder às nossas perguntas de pesquisa realizamos entrevistas com ex-guerrilheiros que aderiram à luta armada no período da ditadura militar brasileira. Nosso objetivo nas entrevistas foi conhecer seus discursos sobre o trânsito de suas práticas políticas

do período da luta armada ao período neoliberal, para pensar a atualidade e o imaginário da transformação social, pois queremos investigar como que o passado é construído pela memória e tratados no presente. Queremos conhecer como essa memória construída é produtiva, criadora, reprodutora, e de como se porta como uma máquina performativa; produtora de discursos, de realidades e de modos de subjetivação. Adotamos uma compreensão da memória que opera com uma função de construção de presente e de futuro, e não apenas de passado.

Deste modo este capítulo tem como função desenvolver teoricamente três dimensões que entendemos como fundamentais para a apreensão das nossas entrevistas e da análise: a memória, o agenciamento e o discurso. Discutiremos esses três aspectos ao longo do capítulo, apresentando algumas considerações a partir de algumas linhas teóricas e estabelecendo algumas ligações.

Entendemos que essas três dimensões são importantes, pois consideramos que os discursos sobre o trânsito são a formação lingüística expressiva dos distintos agenciamentos políticos, concretizando-os em regimes de enunciados, e se expressam através da construção da memória; na seleção das recordações e na atualização em suas formas expressivas. A forma adotada se dá a partir do vértice do presente, em que as recordações do passado “descem” e conformam o presente e o futuro, tal como o modelo do cone invertido bergsoniano, que desenvolveremos no tópico 2.2. desse capítulo. Veremos que, tal como a memória, o discurso é portador de performatividade, em que cria realidades e produz efeitos sociais.

Dessa forma, no primeiro tópico, discutimos a memória enquanto produção de presente, enquanto ação social e o conflito entre as diferentes memórias, que conectadas ao imaginário social, produzem outras realidades; no segundo, a partir de uma abordagem filosófica, discutimos a memória dos nossos atores sociais enquanto multiplicidade, como

coexistência de múltiplos planos temporais e a constituição de um campo transcendental (o agenciamento); no terceiro, abordamos o caráter intersubjetivo e coletivo da memória, citando o aporte psicanalítico e, finalmente, no quarto, discutimos o discurso, que funciona tal como a memória, como ação social.

1. A memória como produção: conflito das memórias e imaginário social

Em nossa pesquisa a questão da memória assume posição central, pois procedemos pela coleta de discursos de ex-participantes da guerrilha armada que (re)construíram suas memórias, seus passados, nos relatos cedidos a nós. Mas, o que entendemos por memória? Qual nossa concepção de memória relacionada ao tempo? Ou melhor, o que a construção da memória dos nossos entrevistados nos diz sobre o imaginário da transformação social? A memória é um processo fundamental para nossa pesquisa para podermos refletir sobre os discursos de transição da luta armada ao Estado neoliberal, pois o ex-guerrilheiro entrevistado já não está mais na guerrilha, já não é mais o guerrilheiro da luta armada, ocupa outro lugar social, tem outra atuação política, é um Outro, mas que carrega junto ao seu Eu sua história de vida e suas lutas políticas. E no processo do trabalho da memória, na reconstrução do passado, vemos emergir um acontecimento que não fica apenas restrito ao passado propriamente dito, mas que constrói tanto o presente, como o futuro.

Neste tópico iremos desenvolver esta idéia a partir de reflexões de alguns historiadores e psicólogos sociais que convergem nesse raciocínio para pensar na produção do presente e do futuro e no conflito de memórias existente no nosso tema de pesquisa. Dessa forma, a partir dessa concepção queremos defender que a memória não é algo que fica restrito aos museus, que fica arquivado, estático, em depósitos e que apenas diz respeito ao passado, ela tem uma

dinamicidade, um movimento de construção e re-atualização, como se fosse um filme interativo que sempre (re)constrói suas cenas e sentidos, ao invés de um filme terminado ou uma foto tirada. Para o psicólogo social espanhol Félix Vázquez (2001), longe de a memória ter apenas uma função de arquivo e de recuperação de um passado, ela tem uma ação social de produzir discursos e realidades, de prover continuidade social a um conjunto social, de prover concepções sobre a sociedade e é um processo do presente que reconstrói o passado para a geração de futuro(s), entre outros fatores. Para ele, a memória e o esquecimento sociais, que correspondem ao mesmo processo⁹⁷, “responden primordialmente más a intereses del presente que del propio pasado” (VÁZQUEZ, 2001, p.29). Em sua concepção, que podemos afirmar ser herdeira de concepções da Psicologia Social sócio-construcionista e do pragmatismo⁹⁸, entende que a memória é uma reconstrução desde o presente que se atualiza através da linguagem e das práticas sociais; enfim, o autor apreende a memória como uma ação social, que vai muito além da mera representação e da recuperação e que é produtora concreta de relações e realidades.

Visão tão acertada de Vázquez, que notamos na atualidade, e que está trabalhado na literatura, esse processo dinâmico de construção da memória, que resulta num intenso conflito de memórias, no intento de convertê-las em história⁹⁹. No nosso tema de pesquisa, que abarca o período da ditadura militar brasileira, esse conflito aparece fortemente, onde ocorrem vários câmbios no processo. Inicialmente tínhamos a “antiga” História oficial, em que os guerrilheiros eram chamados de terroristas e as Forças Armadas os defensores da pátria. Os participantes da esquerda armada eram colocados no lado do negativo e os militares do lado

⁹⁷ Colocação posta originalmente por S. Freud.

⁹⁸ Poderíamos citar entre diversas referências: K. Gergen (1973) e T. Ibáñez (2006) na Psicologia Social, K.L. Wittgenstein e R. Rorty no pragmatismo, a tradição inglesa da Análise de Discurso, etc.

⁹⁹ Para maiores discussões entre memória e história, citamos o rico texto de Enzo Traverso (2000) que estabelece continuidades e fronteiras entre estes dois campos. Dentre as diversas distinções entre memória e história na literatura, trabalhadas por Traverso, citamos uma: “La memoria perpetúa el pasado en el presente, mientras que la Historia fija el pasado en un orden temporal cerrado, cumplido, organizado según procedimientos racionales, en las antípodas de la sensibilidad subjetiva de lo vivido. La memoria atraviesa las épocas, mientras que la historia las separa” (2000, p.27).

positivo; avenidas e estradas recebiam o nome de oficiais militares da ditadura¹⁰⁰, enquanto muitos assassinados e desaparecidos políticos da esquerda amargavam o esquecimento, enterrados como indigentes, como por exemplo, nas ossadas encontradas na vala de Perus/SP. Ou mesmo nas disciplinas de História do Brasil, no Ensino Básico, os presidentes militares da época da ditadura não são retratados como regentes de um período marcado por infrações às leis, torturas, assassinatos e graves crimes contra os direitos humanos, e sim, apenas como presidentes “neutros” que operaram o mítico “Milagre Econômico” brasileiro. Ou seja, registra-se, conserva-se e transmite-se uma história oficial “mutilada”, uma história “velada”, uma história criada, que é uma história de Estado, uma história comprometida com o poder e que visou beneficiar os grupos dominantes que o ocupa e ocupou; a história dos vencedores. Este uso da história pelos vencedores está em conformidade com as afirmações de Elizabeth Jelin (2002), que diz que se trata de atores sociais que lutam pelo poder e que buscam legitimar suas posições vinculando a ações “heróicas” do passado, “(...) donde ‘buenos’ y ‘malos’ están claramente identificados” (p.41).

Contudo, na esteira do mesmo movimento expresso pelo historiador Andreas Huyssen, de que novos discursos sobre a memória surgiram “(...) como consecuencia de la descolonización y de los nuevos movimientos sociales que buscaban historiografías alternativas y revisionistas¹⁰¹” (2002, p.14), com a abertura política brasileira nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu intensa publicação de memórias e de análises do período da ditadura militar por ex-guerrilheiros, seja na forma de romances, de biografias, autobiografias ou livros acadêmicos; a história dos derrotados, dos vencidos, a história das “minorias”, a história do “subterrâneo” veio a tona e adquiriu grande capilaridade na sociedade, que resultou em inúmeras adaptações ao cinema e em mini-séries televisivas nas décadas de 1990 e 2000,

¹⁰⁰ Por exemplo, Rodovia Castelo Branco em São Paulo, Avenida Marechal Fúza de Castro, no bairro do Butantã, ao lado do campus da Cidade Universitária da USP, etc.

¹⁰¹ Huyssen (2002) também afirma que muitos discursos sobre a memória surgiram na Europa para discutir temas como o Holocausto.

paradoxalmente muitas capitaneada pela Rede Globo, emissora que era aliada do regime militar. Então tivemos o que Reis Filho (1990) chama de um deslocamento de sentido, em que os participantes da luta armada passam a ter outra representação na sociedade, e os militares também, em que há uma troca das posições; os militares passam ao lado negativo e os guerrilheiros ao lado positivo, os militares se tornam os vilões e os jovens guerrilheiros os “heróis idealistas”, os heróis dos “Anos Rebeldes¹⁰²”. Che Guevara também não ocupa mais o lugar de “terrorista”, de mandante de fuzilamentos, mas de revolucionário libertário e sonhador, do amor revolucionário, referência de milhões de jovens do mundo todo, que compram suas camisetas, consomem boinas do modelo que usava, tatuam sua face em seus corpos; Che Guevara se tornou uma “marca” globalizada. Nessa troca dos papéis, será que poderíamos dizer que os meios de comunicação adquiriram um maior senso crítico, ou é a necessidade de uma sociedade de criar seus heróis e mártires?

Conscientes desse “deslocamento de sentido”, os oficiais militares da época da ditadura também passaram à ofensiva e resolveram escrever seus livros, suas memórias, a sua versão dos fatos, como o ex-comandante do DOI-CODI-SP, Coronel Brillante Ustra com os seus livros “Rompendo o Silêncio” (2003) e a “Verdade Sufocada” (2006), ou a colocação recente on-line do documento “Projeto Orvil”, documento de quase mil páginas elaborado pelos militares no ano de 1985/6 sobre a tentativa de tomada de poder da esquerda durante o período pré e da ditadura militar, mas que na época não foi publicado para evitar revanchismos, pelas palavras do General Leônidas Gonçalves, Ministro do Exército no Governo Sarney e conhecido por ser o responsável pela sua posse após a morte de Tancredo Neves. Vale citar também, no que se refere ao número de publicações sobre o período da ditadura, os militares levam uma “goleada” dos grupos de oposição; nas palavras do jornalista Elio Gaspari: “Pode-se estimar que entre 1979 e 2000, para cada dez livros de memórias e

¹⁰² Nome de uma mini-série do início da década de 1990 da Rede Globo, que representava romanticamente o idealismo e os momentos de insurgência juvenil e a repressão do Estado durante o regime da ditadura militar.

biografias de oposicionistas, publicou-se apenas um relacionado com as lembranças ou a vida dos hierarcas da velha ordem” (2002, p.37). Decerto a literatura produzida pelos militares¹⁰³, além de ser menos numerosa, não tem muita propagação na sociedade brasileira, principalmente na Universidade, mas existe e está na luta no conflito de memórias, querendo firmar um “lugar ao sol” na sua versão dos fatos e na construção da História. Podemos entender então, que a memória é interessada e implicada, em que “La producció de discursos i versions sobre el passat no és ni arbitrària ni casual, sinó que s’inscriu en l’entramat de relaciones que produeixen, reprodueixen i alteren la societat” (ROVIRA & VÁZQUEZ, 2004, p.6).

João Roberto Martins Filho (2003) tem um artigo muito interessante que faz uma revisão dessa “guerra da memória” abordando algumas produções escritas de militantes de esquerda e militares. Para Martins Filho uma visão hegemônica emergente e freqüente dos textos dos militares das três forças se baseia no argumento de que “(...) anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer” (p.3), em que os militares depois de promulgada a anistia às vítimas e aos agentes da violência de Estado da ditadura militar, preferem colocar uma “pedra” sobre o passado e construir o futuro. Talvez uma tática de esquecimento, frente aos abusos contra o Estado democrático e os direitos humanos cometidos no passado, ou obedecer cegamente o que a anistia quer traçar em relação aos crimes de guerra. Talvez seja essa uma das razões para que os militares tenham “retardado” o registro e transmissão de suas memórias em relação aos militantes de esquerda, em que em suas publicações assumem uma posição mais reativa aos acontecimentos dos últimos anos, como o rechaço à anistia e a promoção do Capitão Carlos Lamarca, considerado pelos militares como grande traidor das Forças Armadas, visto que desertou para ir à guerrilha armada, e a assunção da responsabilidade do Estado em relação aos crimes cometidos contra os mortos e

¹⁰³ Outra mídia de opiniões de militares que enaltece o regime militar é o site do grupo “Terrorismo Nunca Mais” – TERNUMA, www.ternuma.com.br, que qualifica as ações dos grupos guerrilheiros como ações terroristas e tende a trazer uma outra versão da história da ditadura militar brasileira.

desaparecidos políticos, após o decreto da Lei 9.140/95. Atualmente um editorial do Jornal Folha de São Paulo (17/02/2009) entrou nessa guerra de memórias denominando a ditadura militar brasileira de “ditabranda”, querendo diminuir a intensidade da violência do regime militar brasileiro ao comparar com outras ditaduras latino-americanas, que assassinaram mais pessoas, ou seja, como houve mais assassinatos em outras ditaduras na América Latina, a Folha de São Paulo se sentiu no direito de entender e transmitir a idéia da ditadura brasileira como “branda”.

Deste modo, entendemos que a “História Oficial” de hoje em dia não é a história oficial de outrora, a que os militares consolidaram. Esta mudança de perspectiva também deriva-se do fato de que temos muitos ex-guerrilheiros no poder do Estado, assim, a história dos “derrotados” se institui e toma determinância nesse cenário; será que a história oficial de hoje em dia é a história da versão dos guerrilheiros? Hoje já temos ruas, praças e avenidas com nomes de ex-guerrilheiros, não em grande número, mas já existem. A Instituição-Universidade, mecanismo disciplinar e de controle da governamentalidade, também é um local da “minoría guerrilheira”, em que muitos ex-guerrilheiros são professores, orientam teses e dissertações sobre o tema, construindo e criando um novo regime de verdades e fatos históricos. Fato que não surpreende, pois os movimentos guerrilheiros eram compostos em grande parte de intelectuais ligados à Universidade (RIDENTI, 1993).

De qualquer forma, citamos esse conflito das memórias para mostrar como nosso cenário é de embate, guerra e não há um consenso sobre os fatos, portanto, corroboramos com a afirmação de Vázquez (2001), de que a construção da memória interessa tão mais ao presente e ao futuro do que ao passado; o passado se atualiza e se constrói com sua potência no presente e como processo fundamental para a geração do futuro. Retomamos então, para Vázquez, a função da memória:

La realidad social es procesual: no se puede concebir como un resultado. El presente es un proceso en continua construcción y el pasado también. Entre ambos *pivota* la memoria que dota de continuidad la realidad social. Mediante la memoria se construyen y resignifican los acontecimientos. Sin embargo, la realidad social no se detiene en la construcción del pasado y del presente: se proyecta en el futuro. La memoria, como vínculo que provee de continuidad, permite la proyección en el futuro (2001, p.25).

Então, o que nos chama a atenção nessa abordagem é o fato de a construção da memória produzir tanto o presente quanto o passado. E o trabalho da memória indubitavelmente constrói acontecimentos e realidades sociais, concepções do mundo e de fatos, que são base e suporte para a geração de novos significados, novos sentidos e novas ações no mundo que de forma alguma é estanque e sim é dotada de uma dinâmica e de um movimento de auto-transformação, ou o que Castoriadis (1982) diria, auto-alteração e auto-instituição, ou seja, a memória é uma máquina performativa de produção de sentidos e realidades.

Comprendemos assim que na construção da memória, o que também veremos no próximo tópico, o passado não é apresentado como determinante para construir o atual posicionamento, mas sim o inverso, o presente é que constrói e seleciona as formações do passado, o passado é invocado como justificativa para o atual posicionamento, ou seja, há uma modulação, uma plasticidade do passado, que é atualizado para referendar as escolhas e posicionamentos políticos do presente. A argentina Beatriz Sarlo explica esclarecidamente essa questão:

Los relatos testimoniales son “discurso” en este sentido porque tienen como condición un narrador implicado en los hechos, que no persigue una verdad exterior al momento en que ella se enuncia. Es inevitable la marca del presente sobre el acto de narrar el pasado, precisamente porque, en el discurso, el presente tiene una hegemonía reconocida como inevitable y los tiempos verbales del pasado no quedan libres de una “experiencia fenomenológica” del tiempo presente de la enunciación. “El presente dirige el pasado como un director de orquesta a sus músicos”, escribió Italo Svevo. Y, como observaba Halbwachs, el pasado se distorsiona para introducirle coherencia (2005, p.64/5).

La memoria, como se ha dicho, ‘coloniza’ el pasado y lo organiza sobre la base de las concepciones y emociones del presente (2005, p.92).

Outra contribuição singular de Vázquez ao estudo da memória, que a dota ainda mais de pragmatismo e produção, é quando liga a noção de imaginário social ao funcionamento da memória. Para o psicólogo social espanhol a construção da memória não se realiza apenas a partir do que foi, mas também a partir do que pode ser, do que se anseia, ao levar em conta também o que se pretende do futuro, o que se imagina para o futuro (VÁZQUEZ, 2001, p.151), ou então, o que Deleuze e Guattari diriam, de devires. Assim, o imaginário social conjuga-se à memória dando-lhe um caráter instituinte e criador, provendo um espaço de abertura e indeterminação, em que a memória é produtora de possibilidades, produtora do futuro e de realidades ao portar a potência instituinte da imaginação. Então, o imaginário social é instância produtora de realidades, de devires, ao ligar-se ao dispositivo da memória.

Conforme Vázquez, podemos pensar em dois outros elementos produtores de realidades que se conectam ao imaginário social, a utopia e a ideologia, e que conseqüentemente também produzem memória. A Utopia produz movimentos e possibilidades, pois fomenta “(...) una tensión permanente entre lo que es y lo que puede ser (o lo que pudo haber sido y todavía no es)” (VÁZQUEZ, 2001, p.155). “Imaginar es el no-lugar y mantener abierto el campo de lo posible (...) la utopía es aquello que impide que el horizonte de expectativa se funda con el campo de experiencia. Es lo que mantiene la distancia entre la esperanza y la tradición” (RICOEUR¹⁰⁴ citado por VÁZQUEZ, 2001, p.155); a utopia, assim, é um horizonte virtual que é perseguido, que não é irreal, pois conforma mundos e conduz a ação social. Dessa forma, podemos pensar que a ação pela luta armada dos guerrilheiros estava intimamente comprometida com o imaginário da transformação social, numa utopia ativa de construir outra realidade, a partir, em grande parte, do projeto marxista-leninista-guevarista, que buscava mudar a realidade opressora, para uma sociedade igualitária em que idealmente não houvesse opressão de uns sobre outros.

¹⁰⁴ Paul Ricoeur. Do texto à acção. Ensaios de Hermenêutica II. Porto: Rés Editora, 1986.

A ideologia também se conecta com o imaginário social, “(...) en cuanto las ideologías forman parte de lo que se recuerda y olvida socialmente, también constituyen formas de memoria social” (VÁZQUEZ, 2001, p.157). Contudo, como compreendemos a ideologia¹⁰⁵ enquanto um sistema de valores e crenças instituídos, consideramos que a ideologia tende a “capturar”, a sobrecodificar, o fluxo da memória a partir de seus códigos e axiomas, ou seja, a ideologia tem uma função de selecionar e moldar o imaginário social, a memória, as interpretações e as recordações. Aqui, adicionamos a idéia de que não só a ideologia conforma-se como um aparelho de captura da memória, como também o funcionamento de pensamento propagado pelo Estado, que conforma “versões oficiais” da história e da memória, e a axiomática do Capital, que funciona como máquina atributiva de valoração na seleção da construção das recordações.

Dessa forma, consideramos que na reconstrução da memória de nossos atores sociais há uma íntima relação com o imaginário da transformação social, reconstruindo uma ação do que foi, do que passou, em conjunção ao que se desejava que fosse e do que o hoje é atualmente. Portanto, em seus discursos, ao menos temos uma tripla dimensão: a recordação passada vivida, a projeção e o desejo de um futuro (a utopia perseguida) e a conformação do presente, ambas dimensões que se interpenetram e que se constroem mutuamente, não sendo indissociáveis entre si. Entendemos que a luta dos guerrilheiros carregava o imaginário da transformação social, sendo instituinte e perseguindo uma utopia, transformando assim a realidade através de seus devires-revolucionários. O imaginário conecta um “sonho”, uma “imaginação”, um “desejo”, à “realidade concreta”, e não temos como saber de antemão qual será o resultado dessa conexão, da ação da memória e do imaginário social no coletivo e no mundo. O imaginário, com seu potencial instituinte, traz o caráter da experimentação, da

¹⁰⁵ Michael Billig (1990) também aborda a função da ideologia como produtora da memória, visto que, para ele, os processos que permitem a “memorização” fazem parte dos processos ideológicos. Não utilizaremos diretamente sua visão, pois nos restringiremos na visão do funcionamento da ideologia como aparelho de captura ligado ao funcionamento de pensamento transmitido pelo Estado.

criação, da novidade, sendo praticamente impossível realizar *previsão* do futuro. Por isso que não estranhemos que grande parte das discussões da guerrilha se referissem às estratégias da luta armada e às revolucionárias, ao invés de se ater ao mundo que se construiria, ao tipo de gestão da sociedade que se efetuará, pois a luta contra a ação repressiva da ditadura era a tarefa prática e concreta com que se defrontava, havendo apenas a utopia da sociedade comunista, ou seja, mais a existência de um devir-revolucionário do que a preocupação com o futuro da revolução. A memória conectada ao imaginário social é a propagação de um fluxo instituinte que porta mais um movimento informe, do que algo formatado e instituído; é mais fissurar o muro e extravasar uma linha de fuga, do que chegar com um bloco formatado pronto; o excesso de algo efervescente e em ebulição, do que a estrutura pronta e instituída; o magma frente ao estrato, o rizoma frente à árvore. Dessa forma, nesse tópico quisemos desenvolver como a memória interessa tanto ao presente quanto ao passado, tendo seu caráter produtor e instituinte, e que nela não coexiste apenas o que passou, mas o que se imagina (imaginário), o que se imagina que pode ser (a utopia), o que se imagina e se crê que é (ideologia) e logicamente o que se devém.

2. A memória como multiplicidade: as três sínteses do tempo em Deleuze

Após tratar sobre o caráter produtor da memória, que não se limita apenas ao passado, mas que também produz presente e futuro, queremos aqui discutir outra faceta da memória, que se refere ao seu caráter múltiplo, difuso, caótico, no qual não se restringe somente a uma versão única e linear sobre os fatos; muito pelo contrário, a memória se ramifica e se desdobra de uma maneira magmática, a partir de uma interconexão de múltiplos planos temporais, que inclusive podem se chocar e se contradizer um com o outro.

Ao se falar em memória associa-se diretamente a questão do tempo, de um sujeito num presente rememorar coisas de um passado e prever algo de um futuro, mas geralmente numa concepção de temporalidade linear, dividida em passado, presente e futuro, em que os três termos são segmentares e descontínuos; o que é passado é diverso do que é presente, que é diverso do que é futuro. Essa imagem do tempo é a imagem do senso comum, da *doxa*, que supõe tal linearidade e estaticidade entre as três partes, como se fossem três patamares distintos. Tal imagem de tempo, que defende o modelo da linearidade, supõe a sucessão de eventos como decorrência temporal, em que segue sob a forma de uma flecha irreversível. É a forma comum de pensar o tempo e que é transmitida na escola, é o tempo sob a égide de Cronos. Cronos, o titã que devora seus filhos, o tempo contado exteriormente e que marca corpos, rotinas e hábitos das pessoas. Cronometra-se o período de sono, a jornada de trabalho, o período das refeições, a duração da aula, as férias, a partida de futebol, ou seja, demarca-se exteriormente a vida dos sujeitos e coletivos. É o tempo marcado nos relógios, nos despertadores, aquele que faz Tic-Tac e ao qual estamos acostumados e somos dominados desde sempre.

Contudo, Deleuze instaura um abalo sísmico nessa concepção retilínea do senso comum proferindo que o tempo não é linear e que avança por “(...) saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidades, depois desfia-se e volta atrás para enrolar-se em espiral” (GUALANDI, 2003, p.71) e, “(...) ao invés de uma linha de tempo, temos um emaranhado do tempo; em vez de fluxo de tempo, veremos surgir uma massa de tempo; em lugar de rio do tempo, um labirinto do tempo. Ou ainda, não mais um círculo do tempo, porém um turbilhão, já não uma ordem do tempo, mas variação infinita, nem mesmo uma forma de tempo, mas um tempo informal, plástico” (PELBART, 2004, p.XXI). Tal

propagação caótica¹⁰⁶ percebemos nos relatos dos nossos atores sociais, em que seus discursos rompem a suposta linearidade do tempo, transitando entre diferentes planos temporais, em movimentos descontínuos, em que a sucessão do tempo cronológico perde a determinância e aborda atos do presente para enunciar aspectos do passado, ou vice-versa. Deleuze (1999) afirma que esse movimento difuso, anti-linear, rizomático, se dá devido a existência de outra modalidade de temporalidade, chamada por Bergson de *duração*, que faz com que o tempo fuja da linearidade e da circularidade e avance por outras trajetórias. A duração se aproxima do tempo subjetivo, ao invés do “tempo objetivo” (Cronos – cronológico). É o tempo das vivências, das intensidades, dos devires, é o tempo que, para Deleuze (2003), não está sob a égide de *Cronos* e sim de *Aion*. Ao trabalhar com essa outra modalidade de tempo, a partir da duração bergsoniana e de *Aion*, Deleuze abre espaço para pensar a memória como um dispositivo que opera entre uma multiplicidade de planos temporais coexistentes.

E para dramatizar essa concepção da memória enquanto uma multiplicidade, podemos citar a estruturação do livro de Carlos Eugênio Paz (1996), em que suas lembranças se dispõem multifacetadamente, como um cristal do tempo (DELEUZE, 1990), tanto que o autor pensou em chamar seu livro de “Esquizofrenia”, idéia demovida por seus amigos (ROLLEMBERG, 2001b). Também citamos uma passagem do livro autobiográfico do sandinista Omar Cabezas, que quando guerrilheiro e na clandestinidade, passa diante de sua antiga casa, na qual residia antes de ir à montanha fazer seu treinamento de guerrilha rural e nos conta o conflito vivido de temporalidades:

Mi casa no tenía idea de lo que era la guerra, ni de lo que pasaba en Nicaragua en ese momento, ¿me explico? Se me dio un choque entre el presente y el pasado. Yo no estaba claro en cuál de los dos estaba; es decir, si en mi espacio finito yo estaba poseyendo mi tiempo pasado, o mi tiempo presente, o si estaban metidos los dos dentro de mí; o si yo era de uno de ellos porque yo no podía ser del presente y del pasado al mismo tiempo. Si era pasado yo estaba

¹⁰⁶ O leitor já deve ter percebido que não damos uma conotação negativa ao termo caos, o que queremos traçar com esse termo é como o processo se ramifica, complexifica-se, multiplica-se, em linhas descontínuas e móveis, num movimento muito mais dinâmico e fluido, do que estático e pontual.

frente a la casa, y si era presente y estaba frente a la casa no podía ser, porque no vivía ahí, yo venía del otro lado, de vivir otra cosa. Entonces se me encolochó, se me hizo un remolino de espacio y de tiempo en la cabeza, que yo no lograba descifrar y lo que sentía era mi absurdo, porque no podían pegarse los dos tiempos así (CABEZAS, 1982, p.229).

Nesse fragmento, o sandinista relata a confusão que sentiu ao ver sua antiga casa na condição presente de guerrilheiro, pois nesse momento se atualizava ao mesmo tempo duas dimensões temporais distintas e conflitantes: a do passado e a do presente, a do jovem líder estudantil e a do homem guerrilheiro clandestino procurado pela polícia; duas identidades sociais muito diferentes. Contudo, são duas identidades, referidas a dois planos temporais diversos que ele carregava em si, indicando assim que ele não era dotado de apenas uma linearidade identitária, e sim composto de distintas facetas que se referem a diferentes planos temporais que carregava, que eram vivenciadas no sentimento do “absurdo” da coexistência de dois “Eus” totalmente distintos e díspares no mesmo “Eu”. A partir desse exemplo, quisemos exemplificar como os sujeitos, e nossos atores sociais, carregam uma multiplicidade de caracteres e planos de temporalidade que estão em conexão e que se atualizam pela sua construção da memória: ele é sua atual ocupação social, mas também é o guerrilheiro dos anos 1960, o preso político ou exilado dos anos 1970, o filho e o pai, o político na vida institucionalizada, etc. Enfim, carrega-se em si uma multiplicidade, uma trama de planos e dobras que configuram sua história de vida e que é acessada e construída através da memória. Entendemos assim que sua memória é o dispositivo privilegiado para compor sua história e sua identidade enquanto multiplicidade, que vai muito além de um fio identitário único e sim, forma um emaranhado complexo, caótico, magmático, ou em termos deleuzeanos; rizomático.

O pensamento filosófico de Deleuze é nosso plano de referência para entendermos esse processo de coexistência da multiplicidade na memória. Dessa forma, nesse segundo tópico queremos abordar as reflexões deleuzeanas sobre a memória como multiplicidade, reflexão que tira o tempo de sua linearidade e que supõe a coexistência de múltiplos planos

temporais na construção da memória. Nosso objetivo é mostrar o caráter múltiplo da memória, o que lhe dá sua grande plasticidade e variabilidade em sua construção e faz com que a reconstrução mnemônica de cada ator seja muito diferente das outras. De certa forma queremos embasar filosoficamente nossa posição acerca da memória como produção, que deriva de uma interconexão de uma multiplicidade de planos temporais. Então citaremos algumas passagens da obra de Deleuze¹⁰⁷ em relação à memória e ao tempo, que podem parecer longas, mas que consideramos passos fundamentais para que possamos apresentar essa concepção filosófica da qual partilhamos e partimos como plano de referência para o nosso trabalho. E tal discussão não se restringirá apenas à memória, pois na medida em que discutimos a questão da constituição de um campo transcendental como agenciamento, povoado por multiplicidades e dotado de grande plasticidade, consideramos que é a partir dessa linha que faremos a relação entre agenciamento, memória, discurso e uma inter e trans-subjetividade, que vai além da relação entre consciências, abrangendo também a inter-relação entre sujeitos e aspectos do mundo. Esta discussão estará desenvolvida nos tópicos 2.1. e 4. do presente capítulo.

Dessa forma para desenvolvermos esta discussão acerca da memória enquanto multiplicidade, entendemos que é fundamental abordar as três sínteses do tempo discriminadas por Deleuze (2006): o hábito, a memória e a repetição enquanto eterno retorno. Essas três sínteses do tempo elaboradas pelo filósofo têm referências respectivamente nas obras de D. Hume, H. Bergson e F. W. Nietzsche e dão um caráter muito mais fluido e múltiplo à memória ao invés dos tradicionais modelos lineares e unidimensionais.

¹⁰⁷ Compreendemos que a obra filosófica de Gilles Deleuze passa por três fases. A primeira, enquanto “historiador” da Filosofia, que vai de “Empirismo e Subjetividade” a “Espinosa e o problema da expressão”. O segundo, quando abdica a si o lugar de autor, de filósofo, que compreende os trabalhos desde “Diferença e Repetição” a 1972, antes de publicar com Guattari. A terceira fase vai de 1972 ao fim da sua carreira, quando inicia o trabalho com Guattari e parte com sua filosofia da multiplicidade ao campo da crítica social e das artes. É claro que essa divisão deve ser melhor trabalhada e se refere mais a temas do que a datas, por exemplo, “Espinosa e o problema da expressão” é um texto publicado como tese complementar, conjuntamente a “Diferença e repetição”. Neste tópico nos fixaremos nas duas primeiras fases de Deleuze.

Consideramos fazer mais justiça ao funcionamento da memória, entendê-la como fluxos, como movimentos, ao invés apenas de estratos e de algo estático.

2.1. A primeira síntese do tempo: o hábito e o campo transcendental

A necessidade de citar a primeira síntese do tempo em Deleuze, além da importância de encadeamento do seu pensamento filosófico, reside no imperativo de marcar qual sua visão da relação entre o sujeito e o mundo, entre sujeito e objetos, visão da qual compartilhamos e que derivaremos nossas análises acerca das escolhas, ações e imaginário dos ex-guerrilheiros. Aqui nesse tópico queremos ir além do debate entre um internalismo versus externalismo, o que é atualizado pelo debate realismo versus relativismo (IBÁÑEZ, 1996), para a constituição de um Empirismo Transcendental, em que sujeito e campo formam uma inter-relação, um agenciamento, em que os fluxos de afecções do mundo sobre esse sujeito constituem sua subjetividade, a qual o fará acionar também diante a esse mundo, constituindo outros acontecimentos e agenciamentos. Ou seja, em nossa pesquisa, pensamos que a subjetividade do guerrilheiro é formada pelas afecções do mundo sobre ele, em que o cenário político será determinante para a constituição de sua subjetividade e à eleição de suas ações, escolhas e práticas políticas. Neste tópico culminaremos na discussão de um campo transcendental, que consideramos ser o conceito prototípico do conceito de agenciamento que Deleuze desenvolveu mais detidamente com seu companheiro Guattari.

Deleuze (2001), crítico da Filosofia Transcendental, em sua tese de mestrado¹⁰⁸ procede por uma análise do empirismo, a partir das reflexões sobre a natureza humana do filósofo britânico David Hume. Em sua tese, fazendo uma operação para sair do internalismo, inverte a questão tradicional da Filosofia Moderna, não mais perguntando como o sujeito

¹⁰⁸ Orientada pelo hegeliano Jean Hyppolite.

constitui o dado, mas sim como o sujeito é constituído pelo dado, de como o dado constitui sua consciência. Para o filósofo o dado pode ser entendido como o “(...) fluxo do sensível, uma coleção de impressões e de imagens, um conjunto de percepções, (...) o movimento, a mudança, sem identidade nem lei” (DELEUZE, 2001, p.95), em que tal coleção de aspectos constitui a imaginação. Essa questão também pode ser pensada então de outra forma; “Como a imaginação devém uma faculdade?” Então, o autor afirma que o conhecimento proveria do dado e não da experiência do cogito; o conhecimento proveria assim a partir das afecções no espírito no campo e não pelo espírito em si. Contudo, Deleuze (2001), para não cair num empirismo radical, nem num relativismo, reconhece que há condições necessárias para a constituição do dado, por isso busca traçar uma modalidade de um Empirismo Superior, de um empirismo ligado a condições a priori da experiência. Num empirismo em que o sujeito não é nem senhor, nem objeto passivo do campo experiencial, mas sim em que é produzido pelas condições a priori e pelas afecções “(...) que atuam em princípios de associação e que produzem uma disposição que chamamos de hábito” (SAFATLE, 2007a, p.11). Então, nesse movimento de articulação entre o empirismo e a subjetividade, Deleuze resgata as postulações de D. Hume sobre o hábito, ressaltando como o hábito é formador do sujeito, tendo a função de agente e o sujeito paciente. No hábito opera-se uma força de contração do presente, uma ligação entre as imagens captadas, que é uma apreensão pré-reflexiva do dado, sendo assim um dispositivo subjetivo de síntese do tempo; o hábito é considerado essencialmente contração do dado e está ligado ao presente. Portanto, o hábito é um modo de afecção que aparece como regra geral de associação no interior da imaginação, como disposição que opera uma contração, uma espécie de síntese, sobre o dado.

V. Safatle (2007a), em sua leitura de Deleuze, afirma que “(...) o hábito, enquanto princípio de repetição, é uma forma de síntese do tempo, já que ele é o modo de projeção de um futuro a partir de modos de síntese do passado e do presente ou antes, maneira de

organizar o tempo” (p.10). No hábito, nessa modalidade de repetição, há a formação de um Eu, não sendo o Eu responsável pela reprodução do hábito, pois a repetição de atos e operações do hábito não é operacionalizada pelas faculdades do entendimento e “(...) o hábito não tem necessidade da memória” (DELEUZE, 2001, p.106). O hábito então aparece como a primeira síntese do tempo (mas uma síntese passiva) e como elemento constituinte do Eu, em que o hábito não aparece como algo exercido por um sujeito, mas sim como algo que em sua repetição permite a produção desse Eu. O filósofo brasileiro Bento Prado Jr. (2000), convergindo com essa leitura, afirma que se constitui o sujeito porque o hábito aparece como “princípio ativo que fixa e desdobra as sínteses passivas da associação” (p.44). Deleuze entende a tamanha importância do hábito na constituição do ser que diz: “Somos hábitos, nada más que hábitos, el hábito de decir yo... Acaso no haya habido una respuesta más sorprendente para el problema del yo” (2007, p.330). Gualandi (2003) afirma que “um hábito é uma disposição de expectativa com relação a alguma coisa que se repete. Um hábito é um presente vivo que contrai do passado e antecipa o futuro” (p.71). Ou seja, passado e futuro estão contidos nesse presente vivo do hábito, formador do sujeito e da experiência.

Então, nessa modalidade de Empirismo Transcendental, Deleuze desloca da interioridade da consciência a primazia sobre as ações para o que chama de campo transcendental, formado pela relação entre campo e consciência, em um agenciamento em inter-relação, sendo que não é a consciência que atribui sentido aos objetos e sim são os objetos que afetam essa consciência e a formam no fluxo contraente do hábito. Por isso Deleuze prefere falar em uma Psicologia das afecções ao invés de uma Psicologia do Espírito, dando predominância naquilo do agenciamento com o mundo que afeta o sujeito, ao invés da primazia das operações do cogito sobre o mundo; percebemos então uma inversão em relação à experiência do cogito cartesiano. Consideramos esta operação deleuzeana semelhante à operação do filósofo Edmund Husserl (1983) quando tenta sair do cogito, do modo de

apreensão noética (noesys) para o modo de apreensão noemática (noema), criando posteriormente o conceito de *Lebenswelt* (mundo da vida), conceito aproveitado por uma série de seguidores, como Alfred Schutz, M. Heidegger, J. P. Sartre, entre outros.

A crítica que se faz a Husserl é que, mesmo com a invenção de um campo noemático e do *Lebenswelt*, o filósofo continuou a dar primazia às ações da consciência frente ao mundo, continuou “preso” à consciência. Consideramos que Deleuze sai do consciencialismo ao atribuir primazia às ações e relações no campo experiencial, em que o campo transcendental não se reduz à consciência, nem a um Eu, nem à identidade. E tampouco esse rechaço a um “Eu” guiando a experiência de um campo transcendental, faz com que Deleuze se polarize no pólo oposto, na constituição de um fundo informe, de uma conformação caótica e totalmente indeterminada, assim, não adere a uma posição relativista radical. O filósofo vai além da “(...) alternativa de um sem fundo indiferenciado e das singularidades aprisionadas” (DELEUZE, 2003, p.109), em que a partir de Nietzsche diz que este campo é “(...) um mundo de singularidades impessoais e pré-individuais, mundo que ele chama agora de dionisíaco ou de vontade de potência, energia livre e não ligada (...) Máquina dionisíaca de produzir o sentido e em que o não-senso e o sentido não estão mais numa oposição simples, mas co-presentes um ao outro em um novo discurso” (DELEUZE, 2003, p.110). Nesse campo, o discurso que surge é impessoal e anônimo, em que o sentido não surge como predicado, nem como propriedade, mas sim como acontecimento (*idem*), ou seja, o campo transcendental “não é”, ele funciona, ele maquina, mais verbo no infinitivo do que adjetivo, ele é o agenciamento entre sujeito e mundo, em que o sujeito “deixa de ser sujeito”, pois é atravessado e povoado pelos infinitos fluxos e múltiplos planos temporais que o tornam portador de uma multiplicidade experiencial. O sujeito nessa primeira síntese torna-se assim agenciamento, maquinação e articulação com o mundo, produção do hábito, enfim, acontecimento. Entendemos assim que

as multiplicidades povoam o campo transcendental, discussão que realizaremos no próximo tópico.

2.2. A segunda síntese do tempo: a memória enquanto multiplicidade

Não estamos totalmente seguros que haja uma continuidade direta entre a primeira e a segunda síntese do tempo, no entanto inferimos que na primeira síntese do tempo, na formação de um campo transcendental pela força do hábito, há a operação de formação de uma dobra (DELEUZE, 1991) no fluxo do sensível, dobras no fluxo do hábito, que constitui um movimento de invaginação no campo, que resulta no início de coexistência de planos temporais distintos, não só o fluxo do hábito, mas também o fluxo do que foi, e que de certa forma adquiriu certo grau de estratificação e ou circulação dentro deste campo; presente e passado começam a coexistir de outra forma, começa a haver memória. Dessa forma, na segunda síntese do tempo apresenta-se uma diferença em relação à anterior, não é mais o passado e o futuro que aparecem como dimensões do presente, mas é o presente e o futuro que aparecem contidos no passado, na memória-tempo. Nesse tópico então desenvolveremos como a memória congrega uma multiplicidade de planos e dobras, como ela pivoteia esse processo múltiplo e multidimensional e que é atualizado por nossos entrevistados.

Deleuze (1999) discute essa questão, a partir de seus estudos sobre o filósofo Henri Bergson, focalizando o conceito central da *duração*, que em seu desdobramento porta a concepção da memória enquanto multiplicidade. Para Bergson (1999) o tempo é duração, e nele não há mais uma relação de linearidade, nem de sucessão; passado e presente coexistem, são contemporâneos, havendo aí um paradoxo de contemporaneidade entre os dois momentos heterogêneos e de naturezas diferentes. O passado não segue o presente e o presente não precisa se efetuar para que se constitua um passado, pois ambos se atualizam ao mesmo

tempo. A duração se define pela coexistência, virtual, de tempos heterogêneos, ao invés da sucessão de eventos, ou seja, há a coexistência de múltiplos planos temporais distintos. Tanto que para Bergson (1999) a lembrança não é posterior à percepção, ela constitui-se ao mesmo tempo em que a percepção.

Bergson afirma que a duração é multiplicidade, pois ela divide-se, não pára de se dividir, e ao se dividir, muda de natureza. A duração pode ser entendida então como o fluxo da diferença, o movimento da diferenciação, o que se difere de si, a alteração, “(...) é a diferença de natureza em si e para si; e o espaço, ou a matéria, é a diferença de grau fora de si e para nós. Entre as duas direções, portanto, há todos os graus da diferença ou, se se prefere, toda a *natureza da diferença*” (DELEUZE, 1999, p.74). Dessa forma, o tempo, o ser, é multiplicidade. Bergson se referencia no conceito de multiplicidade do físico-matemático B. Riemann, que distingue dois tipos de multiplicidades: as multiplicidades discretas e as multiplicidades contínuas. O primeiro tipo é exterior, é delimitado, quantitativo, enquanto o segundo é interno, infinito, qualitativo, sendo o mais próximo ao conceito de duração. A partir dessa compreensão de Riemann, Bergson postula que no fluxo da duração “(...) o presente que dura se divide a cada instante em duas direções, uma orientada e dilatada em direção ao passado, a outra contraída, contraindo-se em direção ao futuro” (DELEUZE, 1999, p.39), em que o fluxo segue caminhos divergentes ao mesmo tempo e não apenas um único sentido como representado na flecha do tempo; como se houvesse uma cesura no tempo que implicasse tais ramificações. “É preciso que o tempo se cinda ao mesmo tempo em que se afirma e se desenrola: ele se cinde em dois jatos dissimétricos, um fazendo passar todo o presente, e o outro conservando todo o passado” (DELEUZE, 1990, p.102). O filósofo considera que a duração também é memória, é vida, então a memória comporta-se da mesma forma que a duração. Portanto, Bergson entende “(...) a memória sob estas duas formas: por recobrir com uma capa de lembranças um fundo de percepção imediata; e por contrair

também uma multiplicidade de momentos” (citado por DELEUZE, 1999, p.39), em que o presente é o que há de mais contraído do passado.

Para ilustrar essa concepção de temporalidade, Bergson (1999) elaborou o modelo do cone da memória. O modelo é de um cone invertido, de base AB, em que o vértice (S) tangencia o plano do presente. Na área do cone está o passado (em que há múltiplos planos de passado, por exemplo, AB, A'B', A''B'' e assim sucessivamente) e no vértice os perceptos ligados ao presente. No modelo há um movimento do passado para o presente, da lembrança à percepção, como se as lembranças se precipitassem no presente, sendo o presente um grau de contração da memória. As lembranças são virtuais e coexistem com o presente atual, havendo um movimento do virtual ao atual. Deleuze (1999), para falar dessa coexistência, afirma que “(...) a lembrança coexiste com aquilo de que ela é lembrança, coexiste com a percepção correspondente; o presente é tão somente o grau mais contraído da memória, é um passado imediato” (p.119). Nesse sentido, o presente se diferencia por natureza ao passado, no que Deleuze conclui que o presente abre espaço a um futuro iminente, no sentido da produção da novidade e da diferença.

Da mesma forma que o hábito como síntese passiva do tempo, esta segunda síntese, ativa, produz a subjetividade; assim, Safatle (2007b) afirma que “a duração é um campo pré-subjetivo que será subjetivado através desta outra forma de síntese do tempo que é a memória” (p.9). A memória então é multiplicidade contínua, com diferentes graus de contração e distensão, multiplicidade de lembranças e perceptos coexistentes, passado(s) e presente coexistem e produzem-se simultaneamente: “um, que é o presente e que não pára de passar; o outro, que é passado e que não pára de ser, mas pelo qual todos os presentes passam” (DELEUZE, 1999, p.45). Bergson adiciona mais uma idéia, da necessidade de um passado puro, de uma memória ontológica, necessária para que o presente passe. Essa memória ontológica, representada pelo cone, está no plano do virtual, em que virtual e atual

coexistem. “O virtual é a lembrança pura, e a lembrança pura é a diferença” (DELEUZE, 1999, p.113). Dessa forma, compreendemos que a memória, enquanto duração, é movimento, é alteração, é simultaneidade de fluxos, é atualização da diferença, é multiplicidade contínua que não pára de se dividir, dobrar-se e atualizar-se, é coexistência virtual de todos os graus no mesmo tempo, virtualidade coexistindo com o atual, ou seja, é o ser do devir, a temporalidade de Aion.

Consideramos que a memória é parte fundamental do campo transcendental e do agenciamento, pois é o que o povoa, é a coleção de fluxos dos planos temporais, do fluxo do sensível e do hábito e dos distintos estratos constituídos; a memória constitui e estrutura a experiência de nossos atores sociais, dando às suas histórias sua conectividade e dinamicidade. E nessa coexistência de diferentes planos temporais não podemos afirmar que um tenha determinância sobre o outro, como por exemplo, a série do passado tendo sempre predomínio sobre a série do presente¹⁰⁹ ou vice-versa. No livro “Proust e os signos”, Deleuze coloca uma parte muito elucidativa em que inverte as duas séries do passado e presente, retirando a determinação do passado, fazendo o oposto de como é costumeiramente encontrado na psicanálise: “amando sua mãe, já repete o amor de Swann por Odette” (citado por PELBART, 2004, p.128). Com essa passagem o filósofo pretende ilustrar o rompimento da temporalidade enquanto sucessão linear de instantes e entendê-la como coexistência de uma multiplicidade de séries heterogêneas que se articulam entre si e que têm uma maleabilidade em relação à série determinante; não é o amor de Swann por Odette que atualiza o amor sentido por sua mãe, não é o presente que se torna contingente ao passado, mas sim o passado que se torna contingente ao presente.

Para tornar mais clara a visão deleuzeana da memória enquanto multiplicidade, podemos citar a operação correlata que realiza sobre o Estruturalismo. Como sabemos, o

¹⁰⁹ Ao que Tomás Ibáñez se refere como “ilusão determinista” (Citado por VÁZQUEZ, 2001).

Estruturalismo foi um importante movimento intelectual na segunda metade do século XX na França, originada pela questão da primazia da linguagem, numa abordagem lingüística saussuriana, na leitura e na análise dos processos sociais e psicológicos, em que se tinha como destaques: Lévi-Strauss na Antropologia, L. Althusser no marxismo, R. Jakobson na Lingüística, J. Lacan na psicanálise, etc. Uma obra emblemática do Estruturalismo francês é “As palavras e as coisas” de Michel Foucault, autor que, posteriormente, no desenvolvimento de sua obra, foi categorizado como pós-estruturalista. Para Deleuze (1981), esta matriz de pensamento tem, a partir de Saussure, a idéia das relações se estruturarem como um sistema, uma estrutura, em que o sentido é necessariamente e unicamente de posição na estrutura, ou seja, topológico. “Es el lugar que se ocupa y la relación con otros lugares lo que determina el valor y el sentido simbólico del elemento que lo ocupa, independientemente de quien o qué lo ocupa, el quién o el qué se subordina al dónde y en relación con qué”, se trata pois da primazia do topológico e do relacional dentro da estrutura. O verdadeiro sujeito é a estrutura e não as pessoas, os elementos, que a compõe. A idéia é de que se alguém fala, é a estrutura que o faz e não os sujeitos. Contudo, o golpe de mestre de Deleuze, sua estratégia para fazer a crítica ao Estruturalismo tradicional, foi criar outra concepção de Estruturalismo, saindo da totalização de uma estrutura fechada com traços positivistas para começar a trabalhar com uma outra concepção, como uma espécie de Estruturalismo aberto, um Estruturalismo que acolheria as multiplicidades, adiantando assim a idéia de um Pós-Estruturalismo. Então, no seu “Pós-Estruturalismo” há uma conjunção entre a idéia de estrutura, do Estruturalismo, com a idéia de multiplicidade. Tal concepção de multiplicidade, trabalhada a partir da idéia de multiplicidades contínuas de Bergson, abre espaço para se trabalhar a relação do atual com o virtual, em que as operações de sentido sempre estão relacionadas a relações de não sentido, múltiplas, que não respondem por uma lógica da negatividade e sim por uma lógica de uma positividade múltipla, diversa e heterogênea. Deste modo, Deleuze coloca, que dentro da

estrutura, há uma multiplicidade de relações entre as distintas posições, sendo assim uma multiplicidade de coexistência virtual, como se houvesse uma multiplicidade de combinações possíveis entre as diferentes posições e os distintos elementos que as ocupam, gerando então uma infinidade de possibilidades de sentidos e não sentidos e que, a nosso ver, tal como a operação do hábito e do presente na memória, não se constitui como uma operação sintética, de síntese, e sim numa coexistência de contração com distensão, ou então de sínteses que comportam múltiplas disjunções. Deleuze também tira das estruturas parte da primazia de ação, doando parte desse papel aos elementos, ou seja, aos sujeitos¹¹⁰, numa visão correlata ao que pensa sobre a relação do sujeito com o campo transcendental. Dessa forma, nessa outra modalidade de Estruturalismo, o Pós-Estruturalismo, sempre haverá um excesso de produção de sentido, relativo ao excesso de combinações entre os diferentes pontos e linhas da estrutura.

Portanto, para Deleuze há um excesso na estrutura, pois a estrutura encarna a multiplicidade, ou melhor, a estrutura, devido a coexistência virtual de múltiplos elementos e relações, é uma multiplicidade. Posteriormente, ao desenvolver esta reflexão, Deleuze e Guattari (1995a) afirmam que este excesso rompe o enquadre lingüístico e acede a outros registros semióticos, podendo ser corporais, virtuais, maquínicos, a-significantes, etc. Dessa forma, propõe outros conceitos, como por exemplo, o de rizoma em contraposição à estrutura “organizada” de uma árvore, de espaço liso diante a idéia de um espaço estriado-estratificado-delimitado, de caosmos em relação ao cosmos e de um corpo sem órgãos diante ao mundo-sociedade-corpo cheio, organizado e instituído em que vivemos; conceitos que encarnam a questão da multiplicidade e que vão mais além da idéia comum de estrutura, ou melhor, que pensa a estrutura como uma multiplicidade e que opera uma torção na antiga concepção do Estruturalismo, trazendo assim alguns traços de um Pós-Estruturalismo.

¹¹⁰ É o que poderíamos dizer, sem juízos de valor, da possível diferença que poderia haver no Governo de Cuba tendo um Fidel Castro ou um Che Guevara no poder, em que o elemento pode ser determinante para a mudança que resulta das maquinações da estrutura.

Então, o que buscamos ao trazer a operação que Deleuze efetua sobre a estrutura enquanto multiplicidade é correlata à sua concepção da memória como multiplicidade, enquanto coexistência virtual de múltiplos planos e dobras temporais, que dependendo das distintas combinações, gera diferentes tipos de recordações e realidades. Outra decorrência dessa idéia, que diz respeito à psicanálise, é que não podemos mais operar apenas com o modelo tripartite da primeira tópica freudiana, a qual postula um aparelho psíquico dividido em consciente, pré-consciente e inconsciente, e sim pensar a materialidade psíquica como um contínuo formado entre campo experiencial e sujeito, em que há a coexistência virtual de múltiplos planos de temporalidade e experienciais, alguns mais estratificados, mais instituídos e organizados e outros mais informes, mais fluidos, desorganizados e indiscriminados, então preferimos pensar na maquinaria do psiquismo como uma multiplicidade de coexistência virtual em que há uma multiplicidade de estratos-objetos que variam segundo um gradiente distinto de simbolização e expressão, ao invés de um aparelho dividido em três instâncias; preferimos pensar então numa dispersão de multiplicidades. Assim, não devemos des-cobrir o inconsciente e sim produzi-lo, multiplicá-lo, em que ele não é o negativo do consciente e sim a manifestação de materialidades distintas que se configuram como positivities, diferenças afirmativas e não negativas de algo constituído¹¹¹.

Portanto, é a partir dessa concepção da memória enquanto multiplicidade que pensamos o funcionamento mnemônico de nossos entrevistados, que transitam, deslocam-se, atravessam, transversalizam, distintos planos e dobras de temporalidade, coexistentes, que conformam a memória muito mais como um espaço de abertura e construção, do que algo já feito, determinado, realizado e fechado: a memória é algo a se construir através da múltipla

¹¹¹ Este tema da crítica da negatividade na história da Filosofia e na psicanálise e a potência da afirmação e da diferença estão muito bem desenvolvidos na obra “Diferença e Repetição” (DELEUZE, 2006). Vale ressaltar que Deleuze utiliza a aceção de negatividade diferentemente do psicanalista René Kaës, como se fosse a antítese de uma afirmação, ou o que é falta, o que está transcendente; a sua crítica à negatividade vai na mesma linha da sua crítica à dialética hegeliana. Já Kaës trata por negatividade os processos negados, recalçados, forcluídos e recusados pela consciência.

conexão entre os planos distintos e não é algo terminado que apenas deve ser acessado. A memória “canaliza” o fluxo de recordações de determinada forma, em que sua posição de enunciação (e conseqüentemente seus afetos) seleciona e molda a coleção de recordações, em que o presente funciona como filtro, molde, lente, “junta do escoadouro” que fará singular a construção da memória. Por exemplo, a autobiografia de Omar Cabezas (1982) é escrita desde o olhar do revolucionário vencedor e seguramente, se fosse escrita durante o período da dureza da guerrilha na montanha, seria um relato bem distinto, apresentando, talvez, mais dúvidas e receios do que as certezas e a convicção na causa sandinista.

2.3. A terceira síntese do tempo: a repetição no eterno retorno

Até então vimos como a primeira síntese, o hábito, é a fundação do tempo, e a memória, a segunda síntese, é o que faz o presente passar, o que faz a ligação múltipla entre os instantes, o que instaura o passado e o articula ao presente, ou seja, a memória como fundamento do tempo: “A síntese passiva do hábito constituía o tempo como contração dos instantes sob a condição do presente, mas a síntese ativa da memória o constitui como encaixe dos próprios presentes” (DELEUZE, 2006, p.125). Contudo, como podemos pensar filosoficamente o que a Psicologia Social pensa da memória enquanto geradora de futuro? (VÁZQUEZ, 2001) Então, a Deleuze ainda restava esta questão: como essa memória se liberta da repetição dos seus múltiplos passados e presente? Como se instaura a brecha para o futuro a partir dessas duas sínteses do tempo? Com essa problemática, Deleuze (2006) elabora uma terceira síntese; a repetição no eterno retorno. Nas suas sínteses do tempo tudo é repetição, no caso do hábito, repetição de instantes e elementos associados e no caso da memória, repetição de um todo de planos de temporalidades virtuais coexistentes. E na terceira síntese há a repetição do futuro como eterno retorno. Mas o que isso quer dizer?

Para Deleuze (2006) a noção de repetição escapa do seu uso corrente pelo senso comum e não designa a reprodução do mesmo, a reincidência do semelhante e da identidade, ele traça uma injunção entre repetição e diferença, sendo que o que repete sempre é a diferença, a emergência de uma novidade, uma diferença que é a afirmação da positividade e não da negatividade; sendo a repetição uma transgressão do que está aí. “A repetição é uma condição de ação antes de ser um conceito de reflexão” (DELEUZE, 2006, p.138), é uma condição de ação que agencia muito menos o mesmo do que a diferença. Nesse contexto, Deleuze (2006) denuncia o mau tratamento dado à diferença na história da filosofia, em que ela sempre é colocada em oposição a um termo, como contradição e negatividade, pois se tratou a diferença sempre subordinada ao idêntico, numa concepção redutora e dicotômica em que havia o primado do semelhante e da boa cópia¹¹². Então Deleuze (2006) entende que o que repete não é a cópia, o idêntico, o mesmo, e sim o novo, o positivo, a diferença, ou no que o filósofo resgatou na figura platônica do *simulacro*. Platão distinguia um plano das boas cópias (das imagens-ídolos) frente a um plano dos simulacros, que “são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essencial” (DELEUZE, 2003, p.262), atribuindo uma predominância do primeiro plano sobre o segundo, do idêntico frente ao que aparece como de-formação, diferença. Contudo, Deleuze (2003) trata de distinguir o simulacro de uma cópia degradada e o entende como “(...) uma potência positiva que nega tanto o original, como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (p.267), compreendendo-o como positividade afirmada da diferença, como anomalia, como dispositivo que atualiza a multiplicidade e a novidade através da repetição; ou seja, o simulacro aparece como disposição diferencial produzida pela operação da repetição e é o dispositivo que torna possível a articulação entre diferença e repetição.

¹¹² Tal como a guerrilha que é tratada como o “negativo” do Estado, a subversão e a transgressão como o “negativo” da Ordem, a diferença foi assim etiquetada como movimentos terroristas.

Todavia, não bastava apenas o conceito de simulacro, condição necessária, mas não suficiente. Para trabalhar a terceira síntese do tempo, Deleuze (2006) articulou-se com a noção do Eterno Retorno do personagem Zaratustra de Friedrich Wilhelm Nietzsche como dispositivo para a produção do novo. “Só produzimos uma coisa de novo com a condição de repetir uma vez do modo que constitui o passado e outra vez no presente da metamorfose. E o que é produzido, o absolutamente novo, é, por sua vez, apenas repetição, a terceira repetição, desta vez por excesso, a repetição do futuro como eterno retorno” (DELEUZE, 2006, p.138). Por mais que o eterno retorno possa afetar o passado e o presente, ele concerne diretamente ao futuro, a um transbordamento produzido pelo futuro:

o eterno retorno só afeta o novo, isto é, o que é produzido sob a condição da insuficiência e por intermédio da metamorfose. Mas ele não faz retornar nem a condição nem o agente; ao contrário, ele os expulsa, os renega com toda a sua força centrífuga. Ele constitui a autonomia do produto, a independência da obra. Ele é a repetição por excesso, que nada deixa subsistir da insuficiência nem do devir igual. Ele é o novo, é toda a novidade (idem).

Deleuze (1976 & 2006) faz uma leitura peculiar da noção de eterno retorno de Nietzsche, muito distinta de diversos comentadores do filósofo alemão. O eterno retorno, compreendido tal como o dispositivo da repetição, nunca é o retorno do mesmo, da igualdade ou do semelhante. Para Deleuze (1976), que opera uma criativa torção conceitual, o eterno retorno é o eterno retorno da diferença, daquilo que é novidade, produção do novo e do simulacro, repetição da diferença, repetição diferencial e retorno do incondicionado; “(...) trata-se de fazer, pelo eterno retorno, entrar no ser o que nele não pode entrar sem mudar de natureza” (p.58). Apenas retorna o que tem força, o que foi capaz de passar pela prova seletiva do tempo. As formas fracas, pequenas, as forças reativas, o negativo, não retornam, não superam a prova seletiva. O eterno retorno é a produção do absolutamente diferente, rompendo com o modelo circular, por isso que Zaratustra se irrita com seus animais que entendem o eterno retorno como círculo (DELEUZE, 1976). Há uma distensão do círculo nesse modelo de temporalidade, que também não é retomado pela linha, mas sim uma

conjunção círculo e linha, que se traduz num círculo linearizado e descentrado, semelhante ao modelo espiralado de tempo, ou então até num modelo ramificado tal como um rizoma (PELBART, 2000).

O eterno retorno é eterna afirmação do ser, eterna afirmação da positividade, que por natureza, diverge. É a efetivação da multiplicidade e dos devires, por isso que Deleuze (1976) afirma que “o eterno retorno produz o devir-ativo” (p.58). E os devires são puras positivities, de acordo com Deleuze (1976): “o devir, o múltiplo, o acaso não contém nenhuma negação; a diferença é a afirmação pura; retomar é o ser da diferença excluindo todo o negativo” (p.158). “O pensamento do eterno retorno elimina do querer tudo o que cai fora do eterno retorno, faz do querer uma criação, efetua a equação querer = criar” (DELEUZE, 1976, p.56), ou seja, nessa síntese do tempo, há uma ligação com o que Nietzsche chama de vontade de potência. “Mas a memória da qual se trata aqui não é a memória dos traços. Essa memória original não é mais função do passado, mas função do futuro. Não é memória da sensibilidade, mas da vontade. Não é memória dos traços, mas das palavras” (NIETZSCHE, 1987, citado por DELEUZE, 1976, p.111).

Para Deleuze (1976) esta memória é:

faculdade de prometer, engajamento do futuro, lembrança do próprio futuro. Lembrar-se da promessa feita não é lembrar-se de que foi feita em tal momento passado, mas de que se deve mantê-la em tal momento futuro. Eis aí precisamente o objetivo seletivo da cultura: formar um homem capaz de prometer, portanto dispor do futuro, um homem livre e poderoso. Só um homem assim é ativo; ele aciona suas reações, nele tudo é ativo ou acionado. A faculdade de prometer é o efeito da cultura como atividade do homem sobre o homem; o homem que pode prometer é o produto da cultura como atividade genérica (p.111).

Dessa forma, a terceira síntese do tempo abre uma brecha, uma rachadura, uma fissura para o futuro, em que se escapa da subjugação das outras duas sínteses do tempo, o hábito e a memória-tempo, e instaura uma abertura para a indeterminação, o acaso e o acontecimento. O eterno retorno é a potência de afirmar, do novo, do descentramento, da divergência, do caos e

do futuro; ou seja, é a afirmação de um futuro incondicionado a se produzir e a se criar. Leitura convergente, por mais que tenha sido feita por outros caminhos teóricos¹¹³, é feita por Bosi (2003) que afirma: “O passado reconstruído não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar. A memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora do futuro” (p.66). Podemos entender então que a repetição do eterno retorno é a produção de uma memória ligada ao novo, à diferença e à criação.

Retomando a discussão do tópico 1 desse capítulo consideramos então que o imaginário social conectado à memória conforma a memória do futuro, a memória como produtora de futuro, ou seja, a memória como eterno retorno e enquanto repetição. Tomando as palavras de Deleuze expostas na citação anterior, tal memória instituinte pode ser considerada como a memória da vontade, uma memória do querer, uma memória do criar, uma memória da potência, uma memória da potência da afirmação do imaginário, ou seja, uma memória da vontade de potência.

Então, neste tópico apresentamos brevemente as três sínteses do tempo propostas pelo filósofo Gilles Deleuze ao longo de sua obra e que discute a tripla natureza do tempo. Retomamos: a primeira síntese, de um presente fundador do tempo, expresso pelo hábito; a segunda, de uma coexistência de múltiplos planos temporais, expresso pela memória e; finalmente a terceira síntese, a de um futuro inovador, expresso pela repetição no eterno retorno, que não é nem fundação e nem fundamento, e sim criação de acontecimento e de novidade e, de acordo com Gualandi (2003), uma espécie de desmoronamento do tempo, “(...) pois toda criação pressupõe uma libertação e uma reconvocação do Ser pré-individual” (p.72). Então das três sínteses do tempo temos vários elementos para apreender a memória, como:

¹¹³ Ecléa Bosi (1994 & 2003) referencia-se principalmente à “Matéria e Memória” de H. Bergson para discutir a temporalidade e a memória, distinguindo dois tipos: a memória-hábito e a memória-sonho. Podemos afirmar que estes dois tipos apresentam semelhanças, respectivamente, às duas primeiras sínteses do tempo propostas por Deleuze, contudo ficando a terceira síntese deleuzeana, a geração de um futuro, não muito discutida e contida na memória-sonho.

pensar a experiência do sujeito num campo experiencial formado originariamente pelo hábito e a memória enquanto multiplicidade e como geradora de futuro.

3. Memória e intersubjetividade

Nos tópicos anteriores discutimos a memória numa perspectiva filosófica a partir das reflexões e elaborações do filósofo G. Deleuze e a memória enquanto dispositivo construtor do presente e do futuro, ou seja, a memória enquanto multiplicidade e como pragmática, o que tira da memória apenas seu caráter evocativo e representativo. Neste, buscamos trazer outro caráter importante da memória, de como ela nasce num fundo de coletividade, de como ela é produzida trans-intersubjetivamente, construída a partir de consensos e pactos e nunca é produção somente individual, ela constitui-se a partir de um campo coletivo comum. Dessa forma, entendemos que a memória construída dos nossos entrevistados parte de consensos e dissensos do que se passou durante o período do regime militar, numa experiência compartilhada, mas que tem sentidos e traços distintos para cada sujeito que a viveu. Notamos que seus discursos estão ancorados a partir de suas próprias experiências e a partir da leitura de muitas publicações e análises críticas sobre o tema.

Consideramos que o desenvolvimento da idéia de um campo transcendental que agencia “sujeito” e fluxo do sensível, como exposto no tópico 2.1 desse capítulo, já dê conta desse caráter intersubjetivo da memória, ao pensarmos que nesse campo transcendental além da relação entre sujeito-mundo também há relações entre sujeitos, num espaço compartilhado (um *mit-sein*), em que os outros agenciam-se ao Eu nesse fluxo do sensível. Mas como tal idéia está amplamente desenvolvida na Psicologia Social e na Sociologia pensamos ser importante citarmos algumas reflexões de destaque que podem contribuir em nosso estudo.

Nas Ciências Sociais, Maurice Halbwachs é um dos pensadores fundantes que se ateuve a essa problemática da coletividade da memória, desse compartilhamento da memória por um coletivo. Halbwachs (2004) compreende o fenômeno da memória enquanto fenômeno de natureza social e que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento em grupos, seja com o grupo familiar, o grupo de trabalho, o grupo de amigos, etc., ou seja, dos laços sociais que constitui no decorrer de sua vivência. O pensador afirma que os indivíduos não perdem o hábito de se lembrar como membros de um grupo e nunca estão isolados, por mais que possam estar sós fisicamente, pois sempre um percepto irá fazê-los associar com outra experiência social, uma outra subjetividade. Halbwachs entende que o indivíduo sempre pertence a uma coletividade e esta coletividade é referência para a constituição da memória do conjunto social; a memória é estruturada por ela. E é nessa articulação entre memória e sociedade que o autor cria o conceito de *memória coletiva*, que se distingue da História, pois a memória coletiva articula o que do passado mantém-se vivo no presente, a partir de diversas formas. A memória é assim constituída e transmitida através de diversas materialidades, seja por narrativas orais, livros, datas festivas, monumentos, filmes, produções artísticas, etc., o que lhe confere seu caráter e perfil social, coletivo. Tal conceito referenciou inúmeras pesquisas sobre memória na Psicologia Social e nas Ciências Sociais, como por exemplo, o trabalho desenvolvido pela psicóloga social Soraia Ansara (2005) sobre o conceito de memória política, que, grosso modo, é a conjunção dos conceitos de memória coletiva de Halbwachs e de consciência política do psicólogo político Salvador Sandoval (2001). Em relação às “memórias da ditadura” no Brasil temos uma polarização da memória coletiva, que se refere à produção de dois coletivos, como já afirmamos no primeiro tópico desse capítulo, dos militantes de esquerda e a dos militares que defendem o período da ditadura militar.

F. Vázquez também defende a natureza intersubjetiva da memória, ao afirmar que ela “(...) se construye en cada relación, pero cada relación es deudora de otras, simultáneas y

precedentes, así como de la historia y la cultura de una sociedad. *Hacer memoria* no es proceder siguiendo una secuencia lineal de acontecimientos en el tiempo. La memoria evoluciona mediante rodeos y desviaciones, construyendo para el momento el relato y su temporalidad” (2001, p.125). Deste modo, consideramos que a memória nasce de um determinado contexto de um coletivo, de um determinado agenciamento, cuja reconstrução é singular dependendo do contexto em que está inserido; “Per tant, cal entendre el contingut de les autobiografies i memòries no només com el fruit de l’ experiència personal en el passat, sinó com el fruit d’un determinat consens social sobre aquest passat” (ROVIRA & VÁZQUEZ, 2004, p.7).

A psicanálise também traz alguns aportes para pensar a memória e a intersubjetividade. Como não queremos nos alongar sobre a longa relação entre psicanálise e memória, que citamos como passagem em nota de rodapé¹¹⁴, desenvolveremos algumas

¹¹⁴ Na psicanálise a memória é um dos processos psíquicos mais importantes, abrangendo questões como a lembrança, a rememoração, a repressão, o esquecimento, etc. Contudo na literatura psicanalítica fala-se mais desses processos do que da memória em si. Encontramos também na psicanálise variados textos sobre lembranças traumáticas, relacionadas às guerras e à violência de Estado na época das ditaduras latino-americanas e do holocausto (PUGET & KAËS, 2006; RIQUELME, 1993; VIÑAR & VIÑAR, 1992; NAFFAH NETO, 1985; NESTROVSKI & SELIGMANN-SILVA, 2000). Abaixo iremos citar algumas considerações freudianas sobre a memória.

No início da obra de S. Freud, no Projeto de 1895, ele discute um modelo neurológico de funcionamento psíquico (e de armazenamento de lembranças), baseado na articulação entre diferentes tipos de neurônios, em que ϕ é o sistema de neurônios permeáveis, ψ é o sistema de neurônios impermeáveis (para-excitatórios), ω é o sistema de neurônios perceptuais. Tais neurônios formam o sistema perceptual e de retenção das experiências. Um ano após, na carta de número 52 a seu intercessor W. Fliess, Dr. Freud trabalha mais claramente a questão da memória, descrevendo o processo de tal maneira: “(...) Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias — a uma *retranscrição*. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações” (FREUD, 1896). Tal concepção de que o mecanismo psíquico é formado por estratificação e se desdobra em outras temporalidades, ou que não preexiste de maneira simples e sim múltipla pode ser aproximada a concepção bergsoniana da memória, em que na duração há a coexistência de múltiplas temporalidades diversas. Percebe-se a intenção de Freud em discutir a plasticidade no processo de estratificação psíquica, que pode gerar configurações diversas ao psiquismo.

Em 1899, em “As lembranças encobridoras”, Freud trabalha a questão de quando uma lembrança falsa encobre outra verdadeira, como no exemplo clássico de Emma (FREUD, 1895) que não consegue fazer compras e fundamenta seu medo na lembrança da angústia que sentiu aos doze anos, quando vendedores riram de seu vestido. Mas para ele, tal lembrança encobriu uma outra mais traumática, àquela que quando tinha oito anos e foi bolinada em seus genitais por um outro vendedor da padaria. Para o Dr. Freud, o afeto desprazeroso continua, mas a representação traumática é recalçada; há uma troca em que a lembrança mais traumática possa ser esquecida em prol de outra menos conflitiva. Contudo, as vivências traumáticas recalçadas coexistem no psiquismo como corpos estranhos à consciência. “A intensidade psíquica é deslocada da representação

considerações do psicanalista René Kaës (2006), que ao trabalhar as questões da psicanálise e intersubjetividade distingue três tipos de memória que se inter-relacionam: do sujeito em sua singularidade, da espécie (sua herança arcaica) e dos conjuntos trans-subjetivos que sustentam nossa identidade e nossos vínculos de pertencimento. Para cada uma dessas memórias existe uma distinção entre tempo psíquico e tempo histórico, que poderíamos traduzir como o tempo da duração e o tempo cronológico, em que “hay a veces conexión, contradicción e incompatibilidad” (p.174).

Este pensador nos ensina que o aparelho psíquico realiza um trabalho complexo da memória que se distingue em dois tipos: o de fazer ligação com uma experiência passada,

abandonada para outra, que assume a função da primeira” (GOLDFARB, 2004, p.76), em que o desejo e a evitação do desprazer acabam por modular as lembranças rememoradas.

Dessa forma o objetivo de Freud em suas análises era o de realizar um trabalho de rememoração em seus pacientes para descobrir os traumas recalçados. Utilizava assim um método arqueológico, de escavação, interpretação e elaboração dos estratos que encontrava, em que a “cura” estava substancialmente calcada num *trabalho da memória*, em que se contentava em tornar conscientes as resistências do paciente. O psicanalista brasileiro B. Tanis (1995) denomina de modelo anamnésico a visão de memória do período inicial da obra freudiana, em que admitia essa concepção reversível do tempo. O segundo período discriminado, e pelo qual simpatizamos mais, é o da teoria pulsional, repetição transferencial e do *après coup*, em que os desenvolvimentos na teoria psicanalítica trouxeram modificações à visão da memória, em que o tempo passa a ser visto como irreversível, pois o “caráter repetitivo e demoníaco da pulsão e a transformação da experiência em instâncias deixam poucas brechas para uma visão reversível do tempo e de recuperação de lembranças” (TANIS, 1995, p.166). De acordo com Tanis, torna-se necessário uma metabolização, uma reelaboração da experiência, pois não há chance de recuperar igualmente o que se foi.

Nesse cenário, a repetição adquire papel fundamental, abordada no clássico texto “Recordar, repetir e elaborar” de 1914, no qual Freud discute o fato do paciente não lembrar do que esqueceu ou do que reprimiu, “(...) mas expressa-o pela atuação ou atua-o (acts it out). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber o que está repetindo” (FREUD, 1914, p.196), ou seja, há uma repetição inconsciente de uma ação, que substitui o impulso à recordação. Freud questiona-se sobre a relação da repetição com a transferência e a resistência e responde que a transferência é um fragmento da repetição e que quanto maior a resistência, maior intensidade terá a atuação (repetição) em substituir a recordação. Para lidar com a repetição, Freud busca diminuir a atuação com o manejo transferencial, para transformá-la num motivo para a recordação. Ou seja, a partir da repetição transferencial é que se parte para um trabalho de construção, de simbolização do que repete, ao invés da evocação, num trabalho de constituição de uma memória. Nesse modelo, “o inconsciente conserva suas propriedades básicas de atemporalidade cronológica, mas ganha sua própria temporalidade expressa na repetição, que se liga de forma definitiva à questão da pulsão de morte” (GOLDFARB, 2004, p.86). O *après coup* também aparece como uma importante figura de temporalidade na literatura psicanalítica. Goldfarb (2004) nos ensina que o *après coup*, ou o *a posteriori*, refere-se a um acontecimento passado que se manifesta apenas depois, como um efeito retardado, ou quando o sujeito traz um evento do passado para o presente, rompendo assim a linearidade temporal. “A ação diferida não é mais uma questão do tempo como lapso, é um tempo de ressignificação, que aponta para uma construção. Não é entretanto todo e qualquer passado que pode ser presentificado, mas apenas aquele no momento do acontecimento não pôde ser integrado a uma cadeia significativa, que não pôde ser simbolizado” (GOLDFARB, 2004, p.91). Dessa forma há um embaralhamento das diferentes temporalidades, que quando atualizadas demandam um trabalho de elaboração, de construção e não apenas evocação, como no modelo anamnésico da memória.

desocultar¹¹⁵ aquilo que estava apagado ou reprimido; e também o de reprimir e esquecer aquilo que não pode ser suportado. Então o trabalho da memória não consiste apenas na função da recordação, mas também numa função de esquecimento.

El trabajo de la memoria: el aparato psíquico es esencialmente un aparato de transformación cuyos resultados son productos específicos agenciados por las economías propias al trabajo del sueño, al trabajo del duelo, al trabajo de la pulsión, al trabajo de la muerte. El trabajo complejo de la memoria es el de desocultar aquello borrado o reprimido. Es también el de reprimir y de mantener en el olvido y el silencio lo que no ha podido ser tolerado. Es también el de resignificar a partir del presente, poniendo en perspectiva el pasado. En el tratamiento, lo que el sujeto puede decir de su historia es aquella construcción cuyas pruebas son difíciles de reconocer y que opera en el après-coup (KAËS, 2006, p.175).

Em relação ao trabalho da repressão na intersubjetividade, Kaës (2006) traz a contribuição do importante conceito que criou, o pacto denegativo, que é a aliança inconsciente que participa do processo intersubjetivo com uma função recalcante, de geração de esquecimento e de memória. O pacto denegativo é a aliança intersubjetiva que expulsa, reprime, recalca, aquilo que é intolerável para ser suportado, aquilo que é intolerável para ser recordado pelo coletivo; trabalha assim para o esquecimento ou então desloca a lembrança para o que Freud chamava de lembranças encobridoras comuns. Os mitos, as ideologias e o passado “vitorioso” de um povo podem ser vistos como lembranças encobridoras comuns de um coletivo e que podem provir de um pacto denegativo.

No que se refere ao trabalho de ligação e recordação, podemos citar as postulações psicanalíticas de que muitos aspectos da vida do sujeito estão no âmbito do inconsciente, seja uma recordação reprimida e esquecida ou traços psíquicos não simbolizados. Então a clínica psicanalítica consiste na produção de enunciação pelo sujeito ou pelo coletivo, numa produção discursiva na forma de associação livre, em que ele tem que falar e associar tudo que lhe vem à cabeça, com a meta de des-cobrir as representações reprimidas, a visão clássica, ou de elaborar-criar representantes, prover figurações, para uma experiência ainda

¹¹⁵ Ao invés do verbo “desocultar”, trocaríamos por reconstruir, retomar.

irrepresentada, a visão “construcionista”, tendo com um de seus marcos o texto de Freud (1937), “Construções em análise”, no qual afirma que o trabalho do psicanalista não consistia apenas num trabalho de memorização, mas também deveria prover meios de figuração e figurabilidade, em que haveria um processo de construção simbólica no trabalho clínico. Neste momento Freud prefere falar em construção ao invés de interpretação, pois há um movimento construtivo, enunciativo, que vai além das tradicionais interpretações de um material passado. Isso significa trazer à tona, além de aspectos reprimidos, os conteúdos não representados, traços ou marcas indiscriminados e trabalhar sua entrada para o campo do simbólico. É a possibilidade de um espaço de abertura e indeterminação ao sujeito. Aqui se percebe então a distinção entre o irrepresentado, que corresponde à ordem do não inscrito no campo simbólico, para o de recalque, que corresponde à ordem do inscrito, mas suprimido disso que os psicanalistas chamam de consciente.

Para abordar os processos de recordação de grupos maiores e do conjunto social, Kaës (2006) traduz a noção de memória coletiva de Halbwachs (2004) para uma leitura a partir da gramática psicanalítica. Para ele, a memória coletiva é um continente metapsíquico compartilhado de um coletivo e que é um depósito dos valores atribuídos à experiência passada, o que reforça assim o vínculo comunal. Mas também é depositário do que é reprimido, do que não é aceito, por esse conjunto social. Então a memória coletiva restitui o que o coletivo deseja ou reprime, também funcionando como lembrança encobridora comum, pois oculta representações da experiência deslocando para outras construções mnemônicas. Deste modo, ao mesmo tempo em que a memória coletiva provê uma ligação com o passado, sustenta uma repressão do coletivo e gera lembranças encobridoras comuns. Outro aspecto que Kaës (2006) salienta é o da importância da memória coletiva na estruturação da memória individual, devido à questão da transmissão psíquica entre gerações, em que a memória coletiva garante a continuidade das recordações. Kaës (2006) cita a primeira recordação

reprimida transmitida, que é o do mitológico assassinato do Pai Primevo. Freud (1913) nos explica que o assassinato originário é rememorado através da constituição do totem que nos faz recordar esse primeiro ato de violência originária e que devemos evitar, o totem é uma das marcas coletivas que permite a transmissão desse ato fundador, da herança arcaica, transmitindo-se aspectos conscientes e inconscientes da experiência.

E, por fim, uma observação que traz à baila um argumento psicológico. Uma tradição que se baseasse unicamente na comunicação não poderia conduzir ao caráter compulsivo que se liga aos fenômenos religiosos. Ela seria escutada, julgada e talvez posta de lado, como qualquer outra informação oriunda do exterior; nunca atingiria o privilégio de ser liberada da coerção do pensamento lógico. Ela deve ter experimentado a sorte de ser reprimida, o estado de demorar-se no inconsciente, antes de ser capaz de apresentar efeitos tão poderosos quando de seu retorno, de colocar as massas sob seu fascínio, como vimos com espanto, e, até aqui, sem compreensão, no caso da tradição religiosa. E essa consideração pesa consideravelmente em favor de acreditarmos que as coisas realmente aconteceram da maneira por que tentamos retratá-las ou, pelo menos, de algum modo semelhante (FREUD, 1939, p.123).

A psicanalista argentina fundadora da Escola da psicanálise das configurações vinculares, Janine Puget (2000), adiciona mais um elemento a essas reflexões ao elaborar o conceito de memória vincular. A memória vincular é uma memória proveniente do laço social, de uma configuração vincular com outros, não sendo auto-engendrada e só se ativa em presença de outro ou outros. Puget (2000) sustenta que o vínculo possui uma capacidade evocativa, seja o vínculo com alguma pessoa, algum lugar, este provê um chamado singular para a evocação. Por isso que é interessante observar quando um grupo de velhos amigos se reúne e o fluxo evocativo de memórias de fatos passados e vividos coletivamente jorra em sua interdiscursividade. Um exemplo expressivo disso e que tem a ver com nosso tema de pesquisa é a conversa empreendida pelo grupo de guerrilheiros que arquitetou o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick no Brasil, realizado pelo MR-8 e pela ALN, retratado no filme *Hércules 56* (DA-RIN, 2006), que mostrava o entusiasmo ao rememorar coletivamente. Ou seja, a memória vincular se atualiza através do vínculo intersubjetivo.

A partir do que desenvolvemos do nosso modelo de memória enquanto multiplicidade e de um campo transcendental, necessitamos fazer alguns apontamentos sobre algumas considerações de Kaës para aparar algumas arestas entre nosso trabalho e suas reflexões. Primeiro, temos que desarticular a idéia de um aparelho psíquico “interno¹¹⁶” ao sujeito, para um aparelho que se desloque ao campo transcendental, em que se forme nesse campo a partir do agenciamento com o mundo e com os outros, sendo então um agenciamento psíquico entre sujeito e mundo, entre estrutura psíquica e conjunto social, em que o conjunto social faz parte desse psiquismo e esse psiquismo transborda de sua suposta “individualidade”, sendo formado por e indissociável desse coletivo. Em termos psicanalíticos, podemos dizer que o aparelho psíquico sempre seria inter-trans-subjetivo, não ficando mais enclausurado num internalismo¹¹⁷ e em termos esquizoanalíticos poderíamos pensar que o aparelho psíquico constituído, e de caráter mutante-plástico, seria a maquinaria do campo transcendental. Dessa forma expulsamos o inconsciente da cabeça e do corpo do sujeito para o campo transcendental, formado por multiplicidades, em que aspectos inconscientes povoam o campo na relação desse sujeito com outros e com o mundo. Então buscamos abandonar o modelo tradicional de inconsciente, que parece tratar-se de uma caixa negra, um buraco negro, um espaço em que as recordações conscientes são tragadas e em que nessa tópica havia uma compartimentalização entre inconsciente, pré-consciente e consciente. Como decorrência do nosso modelo consideramos que o sujeito não é clivado pelo inconsciente e sim que sua memória se articula como multiplicidades no campo transcendental, em que diferentes planos, diferentes dobras terão seu quantum de determinabilidade e indeterminabilidade.

¹¹⁶ Não que a concepção do aparelho psíquico se restrinja apenas ao que seria interno ao sujeito, ao que estaria envolto pelo envelope de sua pele, mas aqui queremos enfatizar o quanto o sujeito vai além das dobras da superfície de sua pele.

¹¹⁷ É claro que entendemos que existem experiências vividas de caráter individual, como o sonho, afecções, a imaginação, etc., mas a partir do nosso modelo das multiplicidades é inviável a manutenção do modelo do aparelho psíquico fechado numa individualidade e o sonho, o delírio, a imaginação, a afecção, etc., sempre são referidos ao campo social.

Dessa forma temos que manter o caráter múltiplo da memória, em que articula múltiplos planos temporais, como Freud (1896) já supôs, o que nos mantém na visão bergsoniana da memória enquanto multiplicidade, numa plasticidade que sempre pode conformar acontecimentos novos. Entendemos que esses múltiplos planos de temporalidade podem se estratificar constituindo linhas rígidas e determinadas, o que conforma a visão identitária de uma “memória verdadeira” que se diferencia de outras “menos verdadeiras”, como no caso das lembranças encobridoras ou de novas produções. Mas será que podemos falar que existe uma memória mais verdadeira que outras? Nesse processo de estratificação da memória podemos pensar que os aspectos recalcados são planos de recordações que tiveram a linha rompida com o campo, em que o “fio da meada” deve ser (re)construído, e os aspectos irrepresentados, indiferenciados e não inscritos transitam mais como fluxo que não fez a ligação, permanecendo como afecção indiscriminada e não simbolizada. Então, nesses dois casos, do ponto de vista de uma terapêutica, deve haver um processo de construção, de produção, que crie significações e sentidos para essas experiências e acontecimentos, ou seja, produção de memória e de esquecimento em que a figurabilidade pode ser vista como o processo de produção de mais linhas e fluxos mnemônicos.

Dessa forma, ao pensar a memória enquanto multiplicidade e produção de novidade não trabalhamos desde o modelo anamnésico da memória, pois lhe confere uma estaticidade, uma reversibilidade, como se houvesse apenas uma versão e a “ilusão determinista” da série passada sobre as séries futuras, como se o sujeito ficasse sempre capturado pelo seu agenciamento originário, ou então poderíamos dizer, em sua configuração vincular familiar fundante. Optamos sim por um modelo construcionista da memória, convergente à visão freudiana em construções em análise, à psicologia sócio-construcionista e aos aportes deleuzeanos.

Então consideramos que nossos entrevistados estão num campo social em que suas memórias são constituídas e se referem à memória coletiva, havendo processos de rechaços de recordações; de incessante e magmática constituição de acontecimentos e novidades. Ressaltamos que dentro desse contexto o entrevistado forma com seu entrevistador um agenciamento singular, a partir de sua intersubjetividade, constituindo um pacto biográfico, comoalaria Felipe Lejeune (citado por ROVIRA & VÁZQUEZ, 2004) em que consideramos que a entrevista cedida a nós termina por ser um relato diferenciado de uma entrevista cedida a um jornalista da grande mídia, ou de suas memórias escritas e publicadas num livro, adquirindo uma singularidade resultante do agenciamento entre ator social e pesquisador.

4. O Discurso como atualização da memória e “performance” do agenciamento

Nos três tópicos anteriores discutimos a memória como produção de realidades, como multiplicidade, tendo uma raiz coletiva e uma relação direta com o agenciamento, a partir da constituição de um campo transcendental. Neste, queremos articular a noção de discurso com a memória e com o agenciamento, em que entendemos o discurso como a formação expressiva lingüística, correlata ao agenciamento, que é resultante do trabalho da memória de nossos atores sociais, produzidos a partir da posição de enunciação dos nossos entrevistados, sendo a via de acesso privilegiada que temos a eles, ou seja, é a atualização da produção da memória, re-construída num espaço entre-dois, no agenciamento formado entre ator social e entrevistador. É através de seus discursos que temos contato com suas memórias, com o relato de suas práticas políticas e seu imaginário social. Contudo, o discurso não tem apenas o papel de intermediário para acedermos ao repertório de nossos entrevistados, entendemos, conforme Cabruja, Íñiguez y Vázquez (2000), que o discurso e a narração não são somente

representação da realidade, senão uma construção, uma produção, uma elaboração da própria realidade, e que é constituída por ela também, ou seja, entendemos o discurso, tal como a memória, como um dispositivo construtor da realidade e do campo experiencial do sujeito.

Então, apreendemos o discurso enquanto ação social, como produtor de realidades, tal como discutimos a memória enquanto ação social. Entendemos que os discursos dos nossos entrevistados produzem realidades, produzem facetas e regimes de verdade quando reconstroem suas memórias. Não só acompanhamos distinções no mundo construído pelos discursos dos militares e dos ex-guerrilheiros, como também encontramos na literatura diferenças nos discursos entre os próprios ex-participantes da guerrilha armada, ou seja, o fato deles terem lutado contra a ditadura militar não significa que haja uma homogeneidade em seus discursos e práticas; muito pelo contrário, como já pressupõe a múltipla divisão em dezenas de organizações armadas independentes.

Nossa discussão sobre a ação construtora do discurso toma como referência os aportes desenvolvidos pela Análise de Discurso espanhola, em que a função pragmática da linguagem e do discurso toma relevo além de sua função semântica. Então entendemos o discurso como “(...) un conjunto de prácticas lingüísticas que mantienen y promueven ciertas relaciones sociales. El análisis consiste en estudiar cómo estas prácticas actúan en el presente manteniendo y promoviendo estas relaciones: es sacar a la luz y el poder del lenguaje como una práctica constituyente y regulativa” (ÍÑIGUEZ & ANTAKI, 1994, p.63). Dessa forma, ao compreender o discurso como conjunto de práticas lingüísticas, entendemos que o discurso não se restringe a indivíduos, não sendo então a sua origem individual, e sim coletiva, constituindo-se a partir de determinada posição social-histórica, de determinada posição de enunciação, de determinados agenciamentos coletivos de enunciação.

É claro que temos que estabelecer algumas distinções dessa concepção com o que desenvolvemos acerca de um campo transcendental em Deleuze, pois a visão dessa escola de

pensamento se referencia num relativismo radical, em que ao combater o pensamento filosófico do Realismo, rechaça qualquer tipo de transcendentalismo: “Aceptar el relativismo supone rechazar todo principio (...) transcendental, todo principio absoluto ante el cual los seres humanos tengan que someterse, aceptar el relativismo es reconocer que cualquier principio al que podamos otorgar nuestra confianza, no tiene otro origen que nosotros mismos (...)” (IBÁÑEZ, 1996, p.78). Tal afirmação pode ser um pouco “perigosa”, pois por mais pragmática e construcionista que essa corrente almeje ser, quando T. Ibáñez afirma que os princípios têm origem em nós mesmos, pode retornar a primazia dos acontecimentos a um consciencialismo, à operação de um cogito (no caso, coletivo), o que justamente busca combater. Mas talvez a operação chave de aproximação de uma visão à outra é distorcer o que Ibáñez diz sobre “nosotros mismos”, e não entender mais como o ‘nós mesmos’, mas sim como agenciamento entre sujeito e mundo, que vai além das consciências, conformando um campo comum, um campo transcendental, um agenciamento povoado por multiplicidades. Dessa forma, compreendemos que podemos convergir em nossas leituras, retirando esse relativismo radical que pode cair no risco de um retorno ao consciencialismo e aceitar algumas condições a priori no estabelecimento de um campo transcendental, que nesse caso o termo transcendental em Deleuze (2003) não tem nada a ver com um *ideal*, com o idealismo, e sim com condições a priori para estabelecer tal agenciamento entre sujeitos e mundo¹¹⁸.

A operação filosófica da escola espanhola de Análise de discurso se referencia nas reflexões de T. Ibáñez, apoiado em Gottlob Frege, Bertrand Russel e Ludwig Wittgenstein para dotar uma visão pragmática ao discurso. Dessa forma, entendemos que nos enunciados de Ibáñez há a idéia de que o Giro Lingüístico é a ação de sair das profundidades da consciência e ir ao mundo externo, colocando em primazia a linguagem como organizadora-

¹¹⁸ Mesmo com a constituição de um campo transcendental, continuamos utilizando a noção de sujeito. Compreendemos que utilizar tal termo não é o mais correto, mas ficamos com dúvidas sobre por qual termo poderíamos substituir, como fez, por exemplo, M. Merleau-Ponty (1999) ao utilizar a noção de “carne”. Devido a tais dúvidas, mantemos o termo sujeito.

enunciadora-construtora do mundo e dos processos sociais. Entendemos que para esta escola o giro lingüístico foi operação que teve papel fundamental para ir além do realismo, ir além das dicotomias entre consciência e objeto, entre *res cogitans* y *res extensa*, entre essência e aparência, de sair da primazia do sujeito da consciência, do sujeito pensante, defendido por René Descartes, de sair de uma interioridade para a exterioridade, para o mundo, ou seja, não ficando mais preso ao cogito cartesiano, a uma primazia do internalismo e do mentalismo. A operação consiste na mudança de foco, não mais para dentro de nossa mente, e sim para fora, para os discursos, não mais para o que pensamos e sim para o que expressamos, ou seja, não é mais traçar uma Filosofia da consciência e sim uma Filosofia da linguagem. Então, esta operação põe em relevo a linguagem como articuladora entre sujeito e mundo e não mais o pensamento como este articulador, este intermediário. Considera-se a linguagem não como algo separado do pensamento e tampouco uma mera representação dos objetos e do mundo, a linguagem é condição do pensamento e produz realidades, produz mundos: “El lenguaje no nos dice cómo es el mundo, sino que también lo instituye; no se limita a reflejar las cosas del mundo, sino que también actúa sobre ellas, participando en su constitución” (IBÁÑEZ, 2006, p.39). Portanto, o ato enunciativo é produtor de realidades, pois não é só representativo, como é dotado de performatividade, como sustentaria Austin¹¹⁹ (1962). Essa operação foi uma importante ação-reflexão que serviu para trazer outra posição sobre o mundo e as coisas frente ao essencialismo realista. Dessa forma, não ficaremos na busca de verdades transcendentais sobre o mundo e sobre as coisas e nos fixaremos em como os processos sociais ocorrem, como nossos atores sociais discursam sobre o que passaram e sobre suas práticas políticas.

Os efeitos das operações do Giro Lingüístico e da reflexão sobre um campo transcendental, mesmo diferentes e realizadas de formas distintas, geram efeitos correlatos, como a mudança no foco, que antes era interiorizada, para o mundo exterior, para as ações no

¹¹⁹ A noção de performatividade é posteriormente resgatada por Judith Butler (1997) que desenvolve como o discurso sobre o gênero, por exemplo, é uma máquina performativa de produção de ações e subjetivações a partir de determinada posição de enunciação.

mundo, gerando assim uma aproximação das duas correntes ao Pragmatismo; por exemplo Deleuze e Guattari (1995a) chamam também sua obra de Pragmatismo Universal. No entanto, entendemos que a operação do Giro Lingüístico descentrou a primazia da consciência para as relações concretas, mediadas pela linguagem, mas não “assassinou” a consciência, manteve o consciencialismo, mas como negativo do que deve ser, o negativo das relações concretas. Ousamos considerar que faltou ao Giro Lingüístico justamente a operação que Deleuze começou a realizar, faltou ao giro lingüístico instaurar um campo experiencial, faltou realizar uma teorização sobre os agenciamentos, faltou fazer uma teorização sobre os dispositivos. Deste modo, a falta da constituição do funcionamento desse “campo”, desse agenciamento, nas correntes teóricas influenciadas diretamente pelo Giro Lingüístico, fez com que esse campo se reduzisse ao funcionamento da linguagem, assumindo assim uma primazia da linguagem na leitura das relações sociais, tornando-se a materialidade que adquire predominância nas análises, enquanto para Deleuze há também múltiplas outras materialidades em conexão, como por exemplo, a já citada materialidade psíquica, trabalhada devido a sua influência psicanalítica. Posteriormente, Deleuze e Guattari deixam de trabalhar com a noção de inconsciente, na obra *Mil Platôs*, publicada em 1980, quando preferem falar em multiplicidades, diferenciando-se assim da psicanálise. Contudo, ao falar de multiplicidades também ampliam o campo de materialidades trabalhadas, compreendendo que há uma multiplicidade de materialidades distintas e que estão misturadas-agenciadas, o que provavelmente influenciou o que a Teoria do Ator-Rede (ANT – Actor Network Theory) “fundada” por Bruno Latour (1993) vai defender alguns anos depois. Consideramos que é devido a esse posicionamento em defesa às multiplicidades que Deleuze (1994), em uma entrevista, quando perguntado sobre Wittgenstein, faz uma dura crítica:

Não quero falar disso. Para mim, é uma catástrofe filosófica. É uma regressão em massa de toda a filosofia. O caso Wittgenstein é muito triste. Eles criaram um sistema de terror, no qual, sob o pretexto de fazer alguma coisa nova, instauraram a pobreza em toda a sua grandeza. Não há palavras para descrever

este perigo. E é um perigo que volta. É grave, pois os wittgensteinianos são maus, eles quebram tudo! Se eles vencerem, haverá um assassinato da filosofia. São assassinos da filosofia (DELEUZE, 1994).

Não encontramos na obra deleuzeana mais referências sobre sua crítica a Wittgenstein.

Talvez não tenha se alongado sobre a questão-Wittgenstein, pois em algumas passagens de sua obra costuma afirmar que prefere falar sobre o que gosta, e não sobre o que não gosta. Todavia, sem nos fixar em seu estilo de produção, pensamos que esta crítica deve ser semelhante à crítica que faz ao Estruturalismo e à obra de J. Lacan, em que critica a redução do inconsciente às operações da linguagem, ou então, a redução de uma Filosofia das multiplicidades para uma Filosofia da linguagem: talvez Deleuze critique Wittgenstein por fazer uma suposta redução da Filosofia a uma Filosofia da Linguagem, pois em sua obra muitas de suas preocupações é trabalhar o não sentido com o sentido, o caos diante do cosmos, as multiplicidades frente às estruturas, os agenciamentos que vão além do texto, etc. Por isso que pensamos que podemos manter a discussão desenvolvida sobre o Estruturalismo por Deleuze (tópico 2.2. deste capítulo) quando falamos de linguagem e giro lingüístico, em que a visão sobre a linguagem e sobre o discurso não seria uma redução das multiplicidades para uma estrutura sintática e semântica codificada, senão que a linguagem e o discurso expressam estas multiplicidades e são as vias de acesso às multiplicidades; para nós o discurso é a expressão do funcionamento da maquinaria do campo transcendental do sujeito, é a expressão do funcionamento do diagrama do seu agenciamento político. Portanto, os discursos são o nosso foco principal de análise, pois entendemos que não trazem apenas dados relativos à sua estrutura significante-simbólica e sim que atualizam a multiplicidade de materialidades distintas que estão em coexistência virtual com a linguagem, que estão articuladas à configuração dos diferentes agenciamentos políticos encontrados (como veremos no capítulo 6).

O caráter pragmático da linguagem tem como referência a teoria dos atos de fala de John Austin (1962). Nela se desenvolve a idéia, que já citamos, de que a linguagem não tem apenas seu valor representativo de descrever as ações e o mundo, sendo somente um reflexo desse mundo, senão que realiza ações em seu ato de enunciação, sendo um ato social, assumindo propriedades realizativas, ou seja, na linguagem há um caráter performativo, de performatividade, que vai além do seu valor semântico, tendo assim seu valor pragmático. Íñiguez (2006) nos explica esta questão ao dizer que quando falamos não só expressamos um significado, senão que fazemos algo; atuamos (por exemplo, uma promessa). Então o ato de enunciação não é representação da realidade, e sim criação dessa mesma realidade, uma performatização dela, ou como diria o esquizodramatista Gregório Barenblitt (2004), este caráter pragmático não lhe faria representar a realidade e sim dramatizá-la, colocá-la em jogo, agenciá-la.

Deleuze e Guattari (1995b) também tomam Austin como uma referência importante para discutir as relações imanentes entre os enunciados e atos, em que o ilocutório, o que se realiza quando se fala, e o discurso indireto assumem papel central. Defendem a impossibilidade de pensar uma semântica, uma sintaxe, ou uma fonemática, como áreas científicas independentes da pragmática. A partir de Ducrot dizem que é o ilocutório que constitui pressupostos implícitos e não discursivos entre enunciado, outros enunciados e entre ações “exteriores” à linguagem: relação que gera o que eles chamam de palavras de ordem. Dessa forma todo enunciado tem um vínculo imanente com um ato, porém não é um vínculo de identidade, senão de redundância.

A palavra de ordem é, em si mesma, redundância do ato e do enunciado. Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE & GUATTARI, 1995b, p.12).

Deleuze e Guattari (1995b) questionam de que tipo de natureza é esta relação entre os pressupostos implícitos e os enunciados. Dessa maneira, conjecturam que há um agenciamento nas enunciações que forma uma espécie de máquina semiótica. Para falar dessa máquina, os autores fazem uma teorização sobre a natureza do agenciamento (para a dupla: máquina = agenciamento = dispositivo). Projetam que no eixo horizontal, o agenciamento comporta dois segmentos distintos, um relacionado ao conteúdo e o outro à expressão, um agenciamento maquínico corporal, que é relativo ao agenciamento de corpos, de ações, de paixões e do espaço e um agenciamento coletivo de enunciação, relativo aos processos de expressão e enunciação, que sempre são coletivos; o primeiro é relativo a um sistema pragmático de ações e paixões e o segundo é relativo a um sistema semiótico de regime de signos. No eixo vertical o agenciamento tem em uma parte lados territoriais, que o estabiliza, territorializa-o, fixa-o, e na outra, picos de desterritorialização, que o arrebatam, que o desterritorializa. Ou seja, o agenciamento, ou dispositivo, é uma máquina que realiza operações de disposições corporais e de produção de enunciados, em que tem uma polaridade que lhe provê uma constância, um enquadre e outra que lhe provê um potencial de fluidez, de escape, o agenciamento possui assim uma tetravalência: conteúdo e expressão e territorialidade e desterritorialização. Os enunciados seriam os resultantes dos processos de operação desta maquinaria concreta, o agenciamento, conectada à atualização de uma máquina abstrata, virtual, que responderia por uma lógica magmática, ou rizomática, em que não haveria estratificações e codificações. E é nesta máquina abstrata onde há a mistura de diferentes materialidades, que em seu processo de atualização e em seu ápice de segmentação se dividem em materialidades aparentemente separadas entre si; por isso que Deleuze e Guattari (1995b) falam da redundância entre enunciado e ato.

Um outro aspecto importante na Análise de discurso, citado por Íñiguez¹²⁰ (2006), refere-se às postulações de M. Foucault sobre as práticas discursivas, que consideramos estar em consonância com os efeitos que geram as teorias anteriores, de que um discurso não só é formado por uma cadeia significativa que tem uma função apenas semântica, senão que o discurso, tal como uma máquina, agencia relações de saber, poder, subjetivação e posições sociais-institucionais. Para este pensador o discurso é formado por símbolos e conjuntos de enunciados, porém sua ação vai além de sua estrutura sintática/semântica, em que em seu processo de enunciação o discurso cria-produz-legitima objetos sociais, lugares, subjetividades e realidades. Então, nas práticas discursivas se agenciam processos e relações de saber, relações de poder, posições sociais e modos de subjetivação (posições de enunciação), em que se produzem conhecimentos, se produzem relações de força e resistências, se produzem subjetividades e identidades e também se produzem o que se chama de regimes de verdade.

Consideramos que é a partir dessa teorização que Cabruja et al. (2000) trabalham a inter-relação entre narrativa e realidade, onde o discurso tem a função de construção de realidade nas relações intersubjetivas. Os autores ressaltam como as narrações têm efeitos pragmáticos; de coordenação de ações e contextos sociais, de geração de formações de poder e de controle e de como a narratividade está mais ligada à ação do que uma elaboração, enunciação, ou uma construção de um relato ou uma história. As narrativas, como ações sociais, produzem fatos objetivos e regimes de verdade. Dessa forma, a partir de nossa discussão teórica, compreendemos que os discursos dos atores sociais são dotados de performatividade, têm efeitos pragmáticos, em que produzem realidades e regimes de verdades, sendo o discurso a expressão enunciativa do agenciamento, o “texto” resultante da

¹²⁰ Íñiguez (2006) em seu modelo de Análise de Discurso também cita a Linguística Pragmática, em que tem destaque os estudos sobre a dêixis de Levinson (1983) e as implicaturas de Grice (1975) e a Etnometodologia de Garfinkel (1967), em que considera haver quatro conceitos chaves: competência, indexicalidade, reflexividade e accountability.

maquinação entre os diferentes elementos: posição de enunciação, lugar social, materialidade psíquica/construção da memória. Entretanto, a partir de nossa reflexão teórica não nos limitamos a afirmar que as narrativas constroem realidades, queremos abordar que tipo de realidade se constrói, ou seja, entendemos que os discursos são a expressão de distintos agenciamentos, a “concretização” de distintos agenciamentos políticos, o colocar em palavras as distintas maquinações do agenciamento (ou então, do campo transcendental), então na análise das entrevistas discutiremos que tipos de agenciamentos políticos encontramos nos discursos.

Dessa forma nesse capítulo buscamos discutir características da memória, do agenciamento e do discurso, entendendo que tais dimensões heterogêneas estão articuladas, agenciadas, e não são redutíveis uma às outras. Cada uma dessas dimensões possui “materialidade” distinta e maquinam, co-funcionam juntas. Não podemos dizer que há uma homologia entre esses processos, mas conforme a teorização feita sobre os agenciamentos (DELEUZE, 2007), consideramos que há uma forma de funcionamento comum, conforme determinado agenciamento. É como se estes processos heterogêneos maquinassem e estivessem agenciados da mesma forma; uma mesma maquinação de elementos heterogêneos, como por exemplo, peças distintas de um mesmo dispositivo mecânico-eletrônico. É como se os distintos agenciamentos transversalizassem os processos e atualizassem diferentes modalidades de funcionamento, como veremos no capítulo 6 com os agenciamentos políticos que chamaremos de Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica.

No próximo capítulo apresentaremos como analisamos as entrevistas de nossos atores políticos, em que as conduzimos através da técnica de análise dos emergentes de Pichon-Rivière (1986) e as analisamos através da análise de conteúdo (VÁZQUEZ, 1997).

CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Após trabalhar alguns fatos históricos do cenário político do país, dos conflitos da guerrilha contra a ditadura militar e apresentar nossas concepções de Estado, memória e discurso, que se referenciam principalmente na filosofia deleuzeana e na psicologia social construcionista, este presente capítulo visa a apresentar como foram realizadas as entrevistas e como trabalhamos os relatos dos ex-guerrilheiros.

Entrevistamos quatro ex-militantes da guerrilha armada do Brasil, com os quais discutimos suas histórias e práticas políticas, a partir de suas posições sociais atuais. Procuramos entrevistar ex-guerrilheiros que ocupassem diferentes lugares sociais, fazendo ou não parte do Estado, pois nosso intuito foi o de entrar em contato com discursos que se referissem a trajetórias diversas no trânsito das práticas políticas. Na análise dos discursos procuramos privilegiar a história política dos ex-guerrilheiros, mais do ponto de vista coletivo, do que do ponto de vista de suas histórias de vida individual, ou suas autobiografias, pois nos interessa mais a história relacionada à posição que o sujeito ocupa na estrutura social, do que a história pessoal enquanto sujeito individual.

É claro: sabemos que não há um limite, uma fronteira que divida quais traços da vida são políticos e quais são pessoais, pois, por exemplo, pode haver muitas motivações políticas que estão diretamente ligadas a aspirações pessoais. Contudo, como nosso interesse é sobre os discursos da história política, sobre o que concerne ao trânsito das práticas políticas, faremos a análise das entrevistas priorizando o político, trazendo as características pessoais como justificção, explicação, para a construção de determinado posicionamento político. Apreendemos nossos entrevistados enquanto posição discursiva para pensar o político, enquanto atores sociais que ocuparam lugares de destaque nos conflitos armados durante a

ditadura militar; então, buscamos investigar como que eles utilizam argumentativamente suas histórias pessoais para justificarem suas posições políticas, que discursos surgem de seus relatos, ou seja, ao invés de nos focarmos diretamente sobre suas histórias pessoais, nossa proposta é contingenciar a subjetividade ao político.

Em relação à história política, pensamo-la como um campo delimitado da história de vida de uma pessoa, que se refere a sua história relacionada às suas práticas e experiências políticas. O(s) campo(s) de história política de cada sujeito varia(m), pois a sua delimitação não se refere à participação em determinada instituição que tenha explicitamente objetivos políticos, como um partido, sindicato, movimento estudantil, etc., e sim a espaços e recordações que cada um considera significativos para suas práticas políticas, por exemplo: relações afetivas dentro de um casal, ou experiências religiosas, podem ser tão relevantes e potencializadoras para a história política de alguém quanto a participação em assembleias de um movimento social, ou seja, a história política de cada sujeito é singular e transcende os espaços políticos formais e convencionais, podendo transversalizar-se muito mais com que lhe é significativo existencialmente do que institucionalmente. Por esses fatores pensamos que as entrevistas sobre história política devem ser as mais abertas possíveis, para que os entrevistados possam construir-relatar suas histórias políticas a partir do que seja relevante para si e de que as associações de suas recordações partam mais deles do que das perguntas pré-definidas do investigador. Nosso interesse é que emergjam discursos e elementos novos que fujam das hipóteses e pressupostos do investigador.

Consideramos que a memória dos nossos entrevistados é uma memória interessada, que busca dar uma certa visão sobre os fatos vividos, pois sabem que uma tese, nossa pesquisa, é mais um instrumento que cria uma nova versão da história, outra história¹²¹, que fará parte e será munição nos conflitos da memória, na “Guerra das memórias”, em que

¹²¹ Por mais que nossa tese não seja de história.

buscamos nos situar no plano não de uma História oficial *versus* uma contra-história, mas sim na constituição de múltiplas histórias.

Então, nesse capítulo primeiramente apresentamos nosso procedimento realizado com as entrevistas, através do método não diretivo, conforme desenvolve o psicanalista José Bleger (1980); segundo, como realizamos a análise das entrevistas, realizada através de análise de conteúdo e terceiro, como tivemos acesso aos entrevistados.

1. Procedimento com as entrevistas

A partir de nossa concepção sobre história política e com a preocupação de escolher dispositivos de investigação apropriados aos objetivos da pesquisa e que possibilitem uma abertura, ao invés de um fechamento, optamos pelo dispositivo de entrevista não dirigida, conforme José Bleger (1980), para “coletar” os relatos de nossos atores sociais, com o intuito de conhecer seus discursos, a reconstrução de suas memórias e o trânsito de suas práticas políticas da guerrilha armada à democracia neoliberal.

Entendemos o dispositivo, conforme teorização no tópico 4 do capítulo anterior e das reflexões de Deleuze (1988, 1989) a partir de Michel Foucault, como um agenciamento, uma máquina, que tem como objetivo efetuar, agenciar, articular, dispor processos de diversas procedências e de diferentes naturezas, os quais podem ser elementos de séries tanto homogêneas, como heterogêneas. A partir das reflexões de Foucault, Deleuze afirma que o dispositivo agencia linhas de saber, de poder e de subjetivação, ou seja, nele ocorrem processos de produção, reprodução, consumo e troca de conhecimentos, processos ligados a relações de poder e processos de subjetivação, ou seja, o dispositivo é uma máquina de produção de subjetivação, atravessada por linhas de saber e poder. No mundo cotidiano temos

variados dispositivos, como por exemplo: a aula, que é um dispositivo de aprendizagem; o CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, que é um dispositivo terapêutico de saúde mental; o divã, que na Instituição psicanálise é o dispositivo princeps de intervenção, etc. Também há outros tipos de dispositivos, mais utilizados e não necessariamente atualizados, como por exemplo, o panóptico, que pode ser entendido como um dispositivo de vigilância (FOUCAULT, 1984), mas também como uma máquina abstrata que é o diagrama de funcionamento das Instituições sociais disciplinares. O dispositivo então pode ser entendido como uma máquina de produção de discursos e de ações-relações, em que se faz “falar” e se faz “ver”, produzindo enunciações, visibilidades distintas e acontecimentos.

Escolhemos o dispositivo de entrevistas não-dirigidas com o intuito de que o entrevistado pudesse associar sua experiência a partir do que lhe é significativo no momento e não do que é mais significativo a priori ao pesquisador. Priorizamos que o sujeito da pesquisa reconstruísse sua experiência a partir do enquadramento e da tarefa que lhe propusemos, ao invés de perguntas pontuais de um roteiro de entrevistas rígido e pré-definido. J. Bleger nos ensina que “(...) a entrevista aberta possibilita uma investigação mais ampla e profunda da personalidade do entrevistado, embora a entrevista fechada permita uma melhor comparação sistemática de dados, além de outras vantagens próprias de todo método padronizado” (1980, p.10/1). Nosso interesse foi de que o campo fosse configurado pelo entrevistado e os afetos e sentidos que atribui à sua experiência na sua participação política, configurando assim seu campo discursivo pela maneira que desejam, a partir de sua estrutura psicossocial particular, ou dito de outra maneira, “(...) que o campo da entrevista se configure, o máximo possível, pelas variáveis que dependem da personalidade do entrevistado” (BLEGER, 1980, p.10).

Em nosso procedimento de investigação é de fundamental importância a *tarefa* (PICHON-RIVIÈRE, 1986) proposta ao sujeito investigado, pois é ela que é a linha de partida para a cadeia associativa dos atores entrevistados. A cadeia associativa que se desenrola é o

processo em movimento, o processo em questão, que está apoiado sobre o enquadramento de nosso dispositivo investigativo. Dessa forma, as entrevistas versam em torno da tarefa que propusemos no início, que foi a de relatar *a experiência dentro do movimento social, como se deu a participação nas lutas assumidas e, como a partir de sua ocupação atual (compondo ou não o Estado) faz uma avaliação das lutas passadas e presentes*. Na tarefa proposta, solicitamos ao entrevistado que nos contasse sobre sua história política, para entrarmos em contato com seus discursos sobre suas práticas políticas.

Dessa forma, mesmo tendo optado pelo procedimento de entrevistas não-dirigidas, conforme sistematizado por Bleger (1980), propusemos três blocos de interesse para guiar nossa entrevista: a vida em família na época da infância e da adolescência, a militância na guerrilha armada e, como atualmente analisa o cenário político do país a partir da tomada de poder do Estado pelo PT.

E como base da investigação, delimitamos o que na psicanálise se chama de enquadramento. Bleger (1975) sustenta que para a constituição de um dispositivo clínico ou investigativo é de grande importância ter um enquadramento consistente. O psicanalista argentino nos ensina que o enquadramento é parte essencial do dispositivo, pois justamente é a base em que o processo se firma. O enquadramento, enquanto instituição, é a parte constante que possibilita o processo associativo acontecer, é o que dá sustentação à parte dinâmica. Faz parte do enquadramento o espaço físico em que o processo ocorrerá, as consignas, os agenciamentos discursivos e espaciais e o contrato que se faz com o entrevistado. Kaës (2005) distingue seis funções distintas do enquadramento: a função continente, que se refere ao receptáculo das partes indiferenciadas do sujeito; a função de limitação, que garante a distinção entre um Eu e um não Eu; a função transicional, a qual delimita fronteiras, como as continuidades e ligações; a função de apoio e suporte, a qual marca a sensação de segurança e de identidade; a função de contentor, que corresponde aos fenômenos de figuração; e

finalmente, a função simbolizante, que é marca de uma das principais condições do pensamento.

Para a condução das entrevistas, efetuamos tal como Pichon-Rivière (1986), a análise dos emergentes expressos nas falas dos entrevistados, em que ficamos atentos a materiais emergentes que não eram existentes e não estavam presentes nem no enquadramento e nem na tarefa. Os emergentes aparecem como quebras e desvios no discurso, sendo uma associação “nova” do entrevistado, que tem papel fundamental e revelador da relação do investigado com a tarefa. Para Pichon-Rivière (1986), a partir da análise dos emergentes temos acesso a alguns aspectos inconscientes do sujeito e podemos com nossas perguntas elaborar significações, sentidos e experiências para tais aspectos. Então, nos relatos tínhamos fragmentos que se referiam a temas *existentes*, por exemplo, que se referiam à tarefa ou a alguma questão do entrevistador e fragmentos em que surgiam temas *emergentes*, temas novos, frutos do processo associativo do entrevistado em relação à tarefa proposta. Podemos, então, entender o emergente enquanto uma associação nova no discurso do sujeito, que não se refere a um tema já existente. Na análise dos emergentes ficamos atentos ao que, no discurso, parece “fugir” da tarefa, o que vai além da linha, o que derrama, o que emerge enquanto diferença, a partir da concepção de diferença de Deleuze (2006). Prestamos atenção às falas e figurações que pareciam fugir da pauta política, por exemplo, às falas e valores pessoais em que se remetem a aspectos singulares da própria vida, às metáforas, metonímias e outras figuras de linguagem contidas nos discursos, aos desvios a outros assuntos, aos afetos exacerbados, etc. Consideramos que neste procedimento há o trabalho para distinguir o que é discurso pressuposto e estereotipado e o que aparece como associação discursiva nova, diferente e espontânea do sujeito. Dessa forma, trabalhar com os emergentes foi importante na condução da entrevista, pois deixamos o entrevistado associar-rememorar livremente sobre sua experiência e, apenas em suas pausas, fizemos alguma questão, como o assinalamento de um

emergente, a produção de mais sentidos para um tema, ou então uma questão sobre algo que possa ter ficado ambíguo ou em falta. Consideramos que ao operar dessa forma continuamos seguindo a configuração discursiva desenvolvida pelo entrevistado, sem que atravessássemos nosso discurso sobre o deles. Contudo, houve um momento ou outro, mediante a pausa do entrevistado, e a não percepção pelo entrevistador de algum emergente discursivo, em que optamos por fazer uma pergunta relacionada à sua história e que não emergiu naquele momento de seu discurso, para dar prosseguimento ao diálogo. Compreendemos que o discurso surgido na entrevista é resultante de uma produção da relação entre entrevistado e entrevistador, do agenciamento formado entre-dois.

Então, adotamos essa disposição: um enquadramento fixo em que contratamos espaço físico, tempo de duração, regras, etc., e propusemos a tarefa, cabendo aos sujeitos associar o discurso da maneira que lhes conviesse. Gravamos as entrevistas com um gravador de fitas cassete e um aparelho MP3.

2. Análise das entrevistas

Após a realização das entrevistas, passamos ao processo de transcrição do relato falado para o texto escrito. Efetuamos a transcrição logo após a realização da entrevista, momento em que mantínhamos vívidas as lembranças, entonações e aspectos não verbais de cada entrevistado. No texto escrito colocamos as pausas, as ênfases, os risos ocasionais, as disfluências discursivas e as perguntas do entrevistador. Enviamos tal texto transcrito aos entrevistados, que tiveram total liberdade para alterá-lo e corrigi-lo, sendo que efetuaram poucas modificações; a maioria ligada a incompreensões do transcritor frente ao discurso gravado. Vale ressaltar que o transcritor deu preferência à gravação das fitas-cassete, que

apresentaram melhor qualidade para a audição e ele¹²², por alguma inabilidade informática, teve problema com algumas gravações em MP3, em que um arquivo estranhamente se rompeu, tornando-se inaudível e, doutro, perdeu-se o registro.

Enviamos posteriormente a cada entrevistado a entrevista transcrita (ANEXO 2) e um termo de consentimento para que pudéssemos utilizá-las (ANEXO 1), o qual adaptamos o utilizado por Ribeiro (1998). Todos os entrevistados autorizaram o seu uso e publicação. Dessa forma, analisamos a entrevista a partir do texto transcrito e revisado.

Inicialmente, como na maior parte da literatura sobre ditadura militar e conflitos armados no Brasil, pensávamos utilizar os nomes reais dos nossos atores sociais na análise, visto que são “pessoas públicas” e que a partir de seus relatos é muito fácil identificá-los. Contudo, seguindo a tradição das pesquisas em Psicologia Social, preferimos nos referir a eles por pseudônimos, em nosso caso a partir de suas ocupações profissionais. Nosso intuito não foi o de salvaguardar suas identidades, visto que fazemos remissão aos seus nomes nos relatos na íntegra (ANEXO 2), muitas das informações já estão presentes nos livros que apresentam suas biografias e eles autorizaram o uso do material coletado. Com isso, quisemos enfatizar o deslocamento das histórias de vida pessoais dos entrevistados para focalizarmos uma história política a partir de suas posições sociais, para que o leitor, e nós próprios, focalizássemos mais os discursos sobre acontecimentos políticos, do que discursos sobre histórias de vidas individuais. Como afirmamos acima, sabemos que não é possível delimitar os limites entre o que é do plano político e o que é do plano pessoal, mas o interesse dessa pesquisa é debruçar-se prioritariamente sobre os discursos em relação às trajetórias políticas de transição de uma luta armada ao neoliberalismo e então, mais do que as histórias individuais de cada um, tentamos criar um regime de visibilidade sobre os agenciamentos políticos que justificam os discursos de transição, a partir da história política de cada sujeito, dentro da multiplicidade de

¹²² O autor da pesquisa realizou todas as entrevistas e as transcrições.

sua história pessoal. Portanto, nas análises das entrevistas, ao invés de seus nomes reais, citaremos os relatos de Fotógrafo, de Deputado, de Jornalista e de Economista.

As entrevistas tiveram uma duração entre uma hora e uma hora e quarenta e cinco minutos, de acordo com o fluxo discursivo de cada entrevistado. As de Deputado e de Economista correspondem ao primeiro caso e as de Fotógrafo e de Jornalista ao segundo. A transcrição textual da entrevista mais curta teve 515 linhas e a mais longa 803.

Após a transcrição, como tarefa de pré-análise, lemos as entrevistas diversas e sucessivas vezes para conhecermos intimamente e familiarizar-nos com o material, sempre com nossos objetivos de pesquisa em mente. Para a interpretação do material utilizamos a análise de conteúdo (VÁZQUEZ, 1997 & BARDIN, 1977). Conforme Vázquez (1997), buscamos fazer uma análise de conteúdo categorial desde uma perspectiva qualitativa, assim deixamos de lado questões quantitativas, como por exemplo, a frequência de aparecimento de determinado significante no decorrer do discurso. Como optamos pela dimensão qualitativa, é fundamental trabalharmos o contexto em que estamos inseridos, seja o contexto do texto, do material, e o contexto social da realização da entrevista (VÁZQUEZ, 1997, p.3).

Nessa análise de conteúdo categorial adotamos a modalidade temática, em que privilegiamos o trabalho de análise a partir dos diferentes temas emergentes. Para o início de análise começamos pelo trabalho de descodificação do texto, fragmentando-o em diversas partes e criando unidades de registro, que se referiam a pequenos segmentos com significação temática. O critério que utilizamos para criar as unidades de registro foi semântico (VÁZQUEZ, 1997, p.6).

Feita a fragmentação, relemos por repetidas vezes as unidades de registro emergentes. Das unidades de registro, derivamos temas que exprimissem cada unidade, iniciando-se assim um trabalho de codificação, em que codificamos as unidades de registro, realizando uma espécie de “catalogação”, por exemplo: as unidades de registro “PT”, “guerrilha”,

“movimento estudantil”, etc. Daí resultou um trabalho de grande complexidade, pois tínhamos uma enorme infinidade de unidades de registro, dotadas de variadas significações, em que podíamos fazer diferentes “recortes” para apreender os diferentes dados.

Após o exercício de codificação das unidades de registro, ainda dispersas, começamos a agrupá-las por analogia temática, a partir de critérios estabelecidos para tentar responder aos nossos objetivos de pesquisa (VÁZQUEZ, 1997, p.4) e a partir de nossa mirada sobre o funcionamento psicossocial, que se baseia na visão ontológica de um sujeito indissociável de seu campo transcendental. Então começamos a agrupar os segmentos de unidades de registro em relação ao campo formado entre sujeito e mundo, em relação ao agenciamento sujeito-campo experiencial, ao agenciamento fluxo do sensível-sujeito formado, em que o sujeito não pode ser pensado separado do seu “mundo exterior”, do seu contexto “exterior”, que no caso não é exterior, pois o forma e faz parte de si. O campo transcendental também pode ser formado entre sujeito e ao que pode parecer ser restrito a sua “internalidade”, como seu imaginário, a sua memória, mas também consideramos que nem o imaginário e nem a memória correspondem a caracteres apenas “internos”, e sim como trabalhamos nos tópicos 2.1. e 2.2. do capítulo 4, entendemos a memória e o imaginário como modalidades de contração do agenciamento sujeito-mundo. Então passamos a agrupar os temas tomando em consideração os distintos agenciamentos formados, por exemplo, os relatos sobre a vida na guerrilha, ou então os relatos na vida familiar, em que agrupamos as unidades de registro por proximidade temática, criando assim conjuntos de unidades de registro.

Com a constituição dos blocos de unidades de registro, passamos a interpretá-los e a pensar quais sentidos podiam resultar das enunciações presentes. A partir dos sentidos emergentes, passamos à ordenação dos blocos de unidades de registro, constituindo categorias gerais. Ao mesmo tempo em que constituímos as categorias, percebemos a conformação de três tipos de discursos diferentes e os nomeamos.

Uma das formas de constituição de categorias foi através do que Vázquez (1997) chama de direção valorativa. A direção valorativa corresponde a diferentes unidades de registro referidas a uma unidade de contexto. Por exemplo, uma unidade de contexto é a questão de alguns ex-guerrilheiros comporem o grupo que está no poder do Estado. Dos nossos relatos temos duas unidades de registros diferentes a essa unidade de contexto, os que avaliam como negativo as práticas da esquerda no Estado e os que avaliam como positivo. A partir da direção valorativa inferimos a modalidade de relacionamento de cada discurso com determinado tema.

No processo de categorizar as unidades de registro também foi indissociável o processo de indução, de conexão de diferentes extratos de discursos, nos quais “forçamos” ligações. Além do trabalho indutivo, realizamos um trabalho dedutivo, inferencial, a partir dos dados concretos. Também levamos em consideração a questão da congruência, que se refere à correspondência que deve haver entre os objetivos da pesquisa e as categorias construídas (VÁZQUEZ, 1997, p.9).

E a partir das categorias, realizamos um outro agrupamento, que foi a constituição de eixos. Resolvemos agrupar categorias comuns num só eixo, para que pudéssemos assim organizar as categorias como sub-itens dos tópicos. Citamos dois exemplos de eixos formados: os discursos da transição da luta armada ao estado neoliberal e os discursos sobre o imaginário da transformação social.

Dessa forma, na análise das entrevistas seguimos tal movimento: fragmentação em unidades de registro – catalogação – interpretação – ordenação – categorização. Vázquez (1997) ainda cita mais um aspecto importante para a categorização dos dados, que se refere à confiabilidade da análise. A idéia da confiabilidade consiste na adequação das categorias ao objetivo de investigação e de que o processo de transformação dos dados brutos para dados úteis possa ser entendido e realizado por um terceiro que vise a utilizar a mesma metodologia.

Na análise das entrevistas, também citamos muitos trechos longos das falas dos entrevistados, por entendermos que tais acontecimentos são analisadores (LOURAU, 2004) da situação, são auto-enunciativos na medida em que ocorrem, chegando até a dispensar interpretações ulteriores.

3. Como chegamos aos nossos entrevistados

Entrevistamos quatro ex-guerrilheiros¹²³: Fotógrafo (ex-participante da POLOP, VPR e VAR-Palmares), Deputado (ex-participante do PCdoB – Guerrilha do Araguaia), Jornalista (ex-participante da VPR, VAR-Palmares e VPR) e Economista (ex-participante da VPR, VAR-Palmares e VPR).

No início de abril de 2008, entrevistamos Fotógrafo e chegamos a ele em detrimento de nossa pesquisa de iniciação científica em 2001, quando investigamos o movimento estudantil e o conhecemos. Como fomos membro da diretoria do Centro Acadêmico Iara Iavelberg – CAII – dos estudantes de Psicologia da USP de 1997 a 2000, admirávamos a ex-aluna e professora assistente de Psicologia da USP, Iara Iavelberg, ex-guerrilheira que foi assassinada pela Operação Bandeirante – OBAN – em Salvador/BA no ano de 1971. Então na lista telefônica procuramos por seus familiares e encontramos Fotógrafo, que soubemos também ter sido guerrilheiro. Em 2001 o entrevistamos pela primeira vez e em 2008 solicitamos a ele outra entrevista, contudo, sobre a participação na guerrilha. Fotógrafo passou o contato de alguns ex-militantes da guerrilha armada, mas só recebemos resposta de Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de finanças da prefeitura de São José dos Campos (1993-1996)

¹²³ Também entrevistamos de junho a agosto de 2009 na cidade de Barcelona/Catalunha – Espanha, um ex-guerrilheiro colombiano das FARC, que militou na guerrilha de 1983 a 1996, quando foi preso. Ao sair da prisão, em 2006, deixou a luta armada e passou a trabalhar com promoção de cultura da paz. Por mais rica e interessante que tenha sido sua entrevista não a incluímos na tese por fugir do nosso tema de investigação.

e ex-militante do PT, que denunciou esquemas de corrupção e caixa-2 dentro do partido. Chegamos a marcar uma entrevista com Paulo de Tarso em sua cidade no segundo semestre de 2009, a qual desmarcamos devido à falta de tempo hábil para analisá-la e integrá-la na tese.

Entrevistamos em setembro de 2008, Deputado, atual deputado federal (PT), uma das principais lideranças de seu partido e um dos poucos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB nas décadas de 1960 e 1970 no sul de Pará e no norte de Mato Grosso e Tocantins¹²⁴, a qual foi desmantelada totalmente pelos militares em janeiro de 1975. O Deputado foi preso no início dos conflitos com os militares em abril de 1972. É uma entrevista emblemática, porque Deputado transitou do caminho político da guerrilha ao Estado, hoje mudando bastante suas posições políticas, dando total primazia à Instituição-Partido e à via institucional. Chegamos a ele após escrever um e-mail e recebermos pronta resposta à nossa mensagem. Realizamos a entrevista em seu escritório.

Nesse mesmo período entrevistamos Jornalista, que se afastou de seus companheiros após ter sido acusado de delatar a área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira e rechaçar a guerrilha em rede televisiva. Chegamos a ele pela comunidade “VPR” da rede virtual de relacionamentos da internet orkut. Escrevemos um primeiro e-mail em 2006 e trocamos outras mensagens posteriormente.

Nesse mesmo mês entrevistamos Economista, professor de Economia de uma das mais importantes universidades do país. Nossa escolha por Economista se deu pelo fato dele ser conhecido por ter escrito as “teses do Jamil”, escrito teórico-político que fundamentava a importância da luta armada para a revolução; foram teses importantes para a VPR e para a teorização do militarismo para a guerrilha urbana como um todo. Por intermédio de correios eletrônicos fizemos contato com ele em 2007, conseguindo marcar a entrevista para um ano depois. Tivemos certa dificuldade em conseguir seu “sim” para a realização da entrevista.

¹²⁴ Na época da Guerrilha do Araguaia o Estado de Tocantins ainda não existia.

Nosso e-mail que antecedeu sua confirmação expressava o nosso desejo em entrevistar o autor das “teses do Jamil”, citação que pensamos ter influído para sua aceitação de falar conosco, o que conjecturaremos numa passagem da análise das entrevistas (Capítulo 6).

Contatamos também por repetidos e-mails: Fernando Gabeira, deputado federal (PV); Rui Falcão, deputado estadual (PT-SP); José Américo, vereador (PT-SP), Ottoni Fernandes Júnior, assessor do Ministro da Comunicação Franklin Martins; e Alex Polari, um dos “líderes” da comunidade “Céu do Mapiá” do Santo Daime. Nenhum deles respondeu nossas mensagens. Chegamos a pedir entrevista pessoalmente a uma ex-guerrilheira do MOLIPO, que preferiu não cedê-la devido ao sofrimento que tais recordações portam.

Vale ressaltar que tivemos a impressão de que todos nossos entrevistados são dotados de grande inteligência e articulação retórica.

**CAPÍTULO 6 – DA MILITOCRACIA À DEMOCRACIA – OS DISCURSOS DO
TRÂNSITO: A ESTRATOPOLÍTICA, A TECNOPOLÍTICA E A
NOMADOPOLÍTICA**

Nesse capítulo buscamos analisar o que surgiu nas entrevistas com os ex-guerrilheiros, sublinhando os discursos emergentes sobre o trânsito da luta armada à democracia atual e o imaginário de transformação social. Então focaremos mais os discursos que justificam o trânsito do que suas histórias de vida individuais; no entanto, para situar o leitor, colocamos numa tabela a trajetória espaço-temporal-política dos nossos atores sociais, para prover uma visualização resumida dos trajetos dos ex-guerrilheiros expressos nas entrevistas:

	Fotógrafo	Deputado	Jornalista	Economista
Família	Judia Classe média	Campe sina Baixa-renda	Operária Baixa-renda	Polonesa Classe média
Primórdios de “conscientização”	Contato com filhos de operários	Pobreza na roça, ambição de emancipação	Leitura: Monteiro Lobato, Sartre, Etc.	Sensibilidade à injustiça social
Adolescência	“Alienado” Futebol	Estudos, Igreja, JAC/JEC	Livros, paixão, amigos, estudos	Nordeste e trabalho no jornal
Começo da participação política	Movimento estudantil USP	Movimento estudantil UFC/UNE	Movimento estudantil secundarista	Educação Popular e Europa
Luta armada	Guerrilha urbana	Guerrilha rural	Guerrilha urbana	Guerrilha urbana
Pós-luta armada “Reinício” da vida na legalidade	Exílio Militância no PT	Prisão Militância no PT	Prisão Afastamento da esquerda	Prisão e exílio Pós-graduação e trabalhos no exterior
Posicionamento político atual	Pessimista com a esquerda e afastamento do PT	Deputado federal e liderança do PT	Escritor e tem um blog político	Professor e simpatizante do PT

Tabela 1: Resumo das trajetórias políticas de vida dos atores sociais.

Nas entrevistas, tal como consignado em nossos objetivos, encontramos discursos aludidos a dois momentos históricos principais: o momento da ditadura militar e o momento da democracia, referindo-se principalmente ao trânsito de um regime ao outro. Consideramos que esses dois momentos configuram-se como dois regimes políticos distintos, em que a ditadura se singularizava pelo predomínio de um Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004), em que o poder executivo centralizava o poder, e a democracia expressa a possibilidade do exercício político aos cidadãos interessados. Nas falas, considera-se que na ditadura não havia mais liberdade política, o que reforça o que vimos na literatura, em que imediatamente no pós-golpe inúmeras lideranças de movimentos sociais foram aprisionadas, torturadas e algumas assassinadas. Dessa forma, compreendemos que os militares no poder, após a efetivação do Golpe do Estado e o decreto de seus atos institucionais, que violavam e mutilavam a Constituição brasileira, acabaram com o regime democrático e instauraram um outro regime, baseado na força e na repressão, muito mais em relações de opressão e violência do que em relações democráticas e de diálogo. Consideramos que os militares deixaram a democracia, o “governo do povo”, em suspenso e por mais que sua retórica fosse de defesa à democracia em relação ao suposto “perigo comunista”, criaram um agenciamento autocrático que se fundava numa *warcrcacy*, numa *militocracia*, ou seja, ao invés do exercício da democracia, no Estado de Exceção se operou uma *militocracia*, baseada em relações de guerra, de força e em armas.

No entanto, a *militocracia* do Estado militar se disfarçou com “roupagem” democrática. Na maior parte do período militar manteve-se o modelo tripartite de poder, dividido em Executivo, Legislativo e Judiciário, eleições estaduais, um sistema bipartidário, com um partido da situação e outro da oposição, etc. E é sobre tal “roupagem democrática” que os defensores do regime militar se ancoram até hoje em dia, afirmando que as Forças

Armadas estavam preocupadas com a soberania nacional, frente a supostos ataques comunistas patrocinados pela União Soviética, China ou Cuba.

Contudo, essa forma de atuação política, militocrática, não ficou restrita aos contingentes militares no poder do Estado. O Estado enquanto transmissor de determinada imagem do pensamento (DELEUZE & GUATTARI, 1997), ou como preferimos dizer no capítulo 2, o Estado enquanto difusor de determinado *funcionamento* de pensamento, transmitiu essa mesma lógica de funcionamento aos grupos opositores ao Estado militar, que também largaram o agenciamento democrático exercido, visto que não era mais possível, aderindo à militocracia. Vale ressaltar que a transmissão desse funcionamento de pensamento não é realizada através do que Althusser (1985) teoriza sobre a função da ideologia transmitida pelos aparelhos de Estado, pois não é apenas a difusão de uma ideologia hegemônica, conjunto de idéias, mas principalmente conjunto de práticas, exercícios de práticas, mecanismos de ação e atuação, pois o pensar não só se dá através de imagens e símbolos, mas também de ações e afecções, o “pensar sem imagens” como Antonin Artaud sustentava (DELEUZE, 2006). A esquerda não aderiu ao discurso ideológico do Estado militar, mas reproduziu a mesma militocracia reinante como agenciamento político predominante, reproduziu práticas que respondiam às mesmas relações de guerra. Muitos grupos de esquerda aderiram ao modo de funcionamento político militocrático, constituindo a Instituição-Guerrilha, com o fim de restabelecer a democracia e acabar com a ditadura, então utilizou um determinado agenciamento político para atingir outro; funcionou a partir da militocracia para tentar restaurar a democracia¹²⁵.

¹²⁵ Esse é um ponto polêmico, pois como a guerrilha buscava fazer a revolução socialista, caso tomasse o poder do Estado, supunha-se que passaria pelo momento intermediário da ditadura do proletariado, mas o que se almejava como horizonte, como etapa final, era a constituição de uma sociedade comunal, de uma sociedade igualitária, radicalmente democrática. Então se as guerrilhas de esquerda chegassem ao poder e se implantassem o projeto marxista-leninista no Brasil havia o objetivo de constituir uma etapa intermediária, ditatorial, e a final, democrática. E não há como saber se a suposta guerrilha vitoriosa conseguiria abrir mão do governo da ditadura do proletariado para aceder à sociedade comunal.

Então, o que queremos marcar é que nos discursos coletados encontramos dois agenciamentos políticos principais que não tínhamos inferido a partir da revisão bibliográfica realizada e que agora chamamos de *militocracia*, correspondente ao período da ditadura militar e da luta armada, em que predominavam as relações de guerra e força direta, e a *democracia*, correspondente ao período atual em que predominam as relações de diálogo via institucional e negociações.

Nesse ponto, perguntamos: como nossos atores sociais constroem discursivamente o trânsito de suas práticas políticas? Como podemos pensar o trânsito de uma *militocracia* a uma *democracia*? Encontramos nas entrevistas que a consolidação da *democracia pós-regime militar* foi o principal elemento discursivo de justificação do trânsito das práticas políticas de nossos atores sociais do período da luta armada aos dias atuais de neoliberalismo, da consolidação de uma *democracia* que se contrapôs à ditadura e à luta armada. Mas não queremos abordar apenas a abertura política e a redemocratização do país como fatores que fizeram nossos atores a mudar de práticas, a sair de uma *militocracia* a uma *democracia*, queremos discutir a relação que eles estabelecem com a *democracia*, o agenciamento que formam entre suas configurações psíquicas e as estruturas político-sociais do país, em que a partir de seus relatos construímos três tipos de discursos, três tipos de agenciamentos políticos que justificam o trânsito à *democracia*: a *Estratopolítica*, a *Tecnopolítica* e a *Nomadopolítica*.

Dessa forma, nosso objetivo nesse capítulo é discutir esses agenciamentos políticos que a nosso ver referenciam suas práticas políticas na transição de uma luta armada à *democracia* vigente a partir da temporalidade atual. Então no primeiro tópico discutiremos a luta armada como *militocracia*; no segundo, os discursos de trânsito à *democracia*; no terceiro o discurso *estratopolítico*; no quarto, o discurso *tecnopolítico* e no quinto, o discurso *nomadopolítico*. Falamos em discursos, mas nesse caso o termo agenciamento também pode ser utilizado como sinônimo. Cabe reforçar que colocamos em termos de agenciamentos,

então supomos que a maquinaria experiencial do sujeito, seu campo transcendental, está conformada de acordo com sua articulação a esses discursos¹²⁶, tal como discutimos no quarto tópico do capítulo 4. Então, nesse capítulo, ao discutirmos os distintos agenciamentos, pensaremos como eles reconstroem o trânsito da luta armada à situação política atual e como atualizam um imaginário da transformação social¹²⁷.

1. A Luta armada como Militocracia

O Golpe de Estado de 1964 colocou em suspenso a “jovem” democracia brasileira instaurando um outro modo de gestão da sociedade, pautada mais em relações de guerra do que em relações de diálogo e negociação entre os diferentes grupos sociais. Conforme a discussão teórica em nossa tese, e principalmente no segundo tópico do capítulo 3, não estabelecemos uma divisão nas relações entre guerra e política, defendemos, conforme Foucault (1999), que as relações sociais atualizam as relações de força da guerra. Podemos pensar que no caso da democracia as relações de força e de guerra estão presentes, mas estão de certa forma encobertas, contidas, quase “paralisadas”, enquanto na militocracia as relações de guerra e força são explícitas, diretas. Podemos pensar que militocracia e democracia estão na mesma reta, sendo que na primeira há a polarização nas relações de força e na segunda há a polarização nas relações de negociação e diálogo, lembrando que as relações de guerra e política estão presentes nos dois pólos. E nessa linha entre os dois pólos podemos pensar que

¹²⁶ O discurso tem uma materialidade distinta do psiquismo do sujeito e de suas práticas políticas. Não queremos operar uma redução dizendo que há um núcleo comum, coerente, que estrutura e homogeneíze esses diferentes processos de distintas materialidades. O que sustentamos é que essas distintas materialidades estão articuladas por um mesmo agenciamento, a maquinaria que faz a ligação entre os elementos heterogêneos que co-funcionam juntos.

¹²⁷ Nossa proposta inicial era também analisar como os atores sociais reconstruíam seus espaços “transicionais” de politização, em que pretendíamos abordar aspectos de sua vida familiar e na participação política pré-luta armada. Contudo, no decorrer da escrita da tese vimos que essa questão tornou-se secundária, podendo ser tema para novas pesquisas.

há uma dispersão de práticas políticas derivadas dessa conjunção guerra-política, em que algumas ficam mais próximas do pólo militarocrático e outras do pólo democrático. A democracia tende a “paralisar” a militarocracia, por mais que nunca consiga totalmente; a possibilidade de ocorrer um golpe militar e um levante armado sempre está aí, como o recente golpe de Estado ocorrido no dia 28 de junho de 2009 no país de Honduras. Podemos figurar a linha Guerra-Política como no simples gráfico abaixo, onde quanto mais as práticas políticas se aproximam do pólo militarocrático, aumentam as relações de guerra e diminuem as relações político-institucionais “pacíficas” e quanto mais se aproximam do pólo democrático, diminuem as relações de guerra e aumentam as negociações político-institucionais.

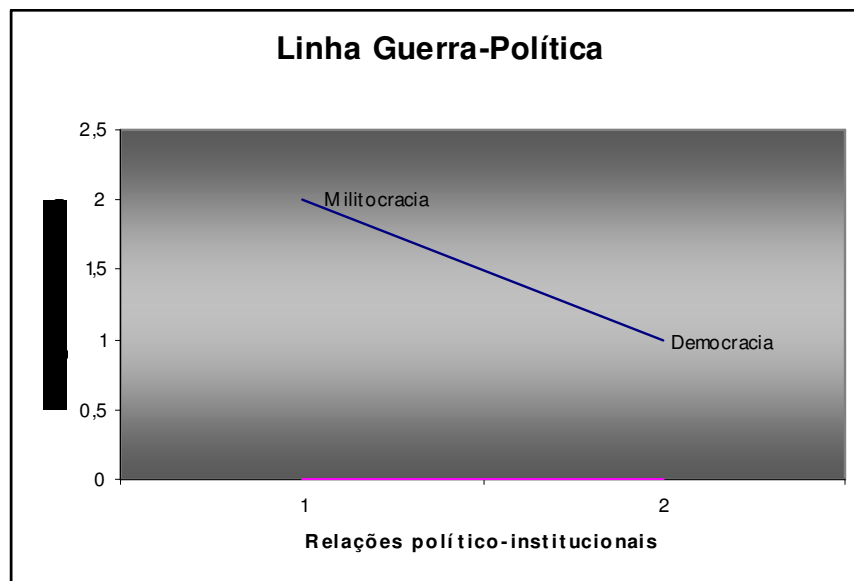


Figura 1: Linha Guerra-Política.

Entendemos que a aproximação das práticas políticas de determinado regime a cada pólo não elimina o funcionamento do outro, apenas o diminui. Então o estabelecimento de uma militarocracia no Brasil tirou o predomínio da democracia como regime político, em que as armas se tornavam a moeda do poder, em relação às palavras e as mobilizações populares. As

armas, as relações de guerra, nesse momento apresentavam maior eficácia política¹²⁸, então não só os militares se organizaram dessa forma para tomar e manter o poder do Estado, como também muitas organizações de esquerda deixaram as práticas políticas “pacíficas” e partiram para a via armada, seguindo esta mesma lógica militocrática, deslocando-se do pólo da democracia ao pólo da militocracia.

Abaixo, para exemplificar esse processo da transição à lógica armada, da militocracia, citaremos trechos de falas de nossos entrevistados que justificam a mudança de uma prática política democrática à prática militocrática devido às ações opressivas do Estado militar. Jornalista, em sua fala, nos exemplifica o câmbio das práticas políticas quando atuava no movimento estudantil secundarista, em que a luta armada adquiria maior eficácia política em seu imaginário:

(...) mas naquele instante o pessoal da Zona Leste queria mesmo era se integrar com o pessoal da pesada, que estava assaltando banco, ia para a guerrilha; não queríamos mais universitários, não gostávamos dos universitários, nos desprezavam e era mútuo. Eles viam a gente como tarefeiro e a gente via eles como bundas-mole, queria contato mesmo com o pessoal da pesada, que já estava em assalto de banco, já estava acontecendo, tudo isso já estava rolando na imprensa, a gente estava sabendo. Então na hora que a Dissidência resolveu nos admitir, nós ficamos fora. (JORNALISTA, 228-234¹²⁹).

A divisão no seu discurso fica muito clara, em que associa aos universitários a figura de pessoas “frouxas”, “bundas-mole”, a uma ação ineficaz, provavelmente muito pautada em discursos verbais, o “velho” modelo democrático-partidário, e a ação dos guerrilheiros como algo que “acontece”, o “pessoal da pesada”, o “novo” modelo militocrático, a moeda de poder que estava em jogo. Por isso seu grupo decidiu não se agregar à Dissidência Universitária de São Paulo e tentou aliar-se a um grupo que tivesse uma ação política considerada mais eficaz, mais contundente. Todavia, tal escolha não só foi motivada por um desejo de potência na luta

¹²⁸ Devido a esse imaginário da luta armada como portadora de uma maior eficácia política é que muitos guerrilheiros, como nosso entrevistado das FARC, a entendiam como uma modalidade de “luta superior”.

¹²⁹ Os números em questão referem-se às linhas da entrevista que a citação se refere.

revolucionária, mas também pelas próprias contingências sociais, em que continuar participando em movimento de massa, democrático, no caso o movimento estudantil, tornava-se perigoso; pegar em armas também poderia significar poder se defender do Estado militar:

Então, nós oito, conforme o movimento de massa que se tornava cada vez mais perigoso, impossível, reprimido, CCC fazendo provocações, tiroteio na Maria Antônia, conforme foram acontecendo todas essas coisas, ocupação militar de Osasco, na Greve, conforme a coisa radicalizava a gente foi vendo que, a gente sentia que aquilo ia estourar, que não ia ter mesmo mais chance de continuar no esquema de movimento de massa. A gente começou a procurar, lá para outubro de 68, a gente já estava fazendo contato com as organizações, o pessoal vinha expor suas linhas, então veio o companheiro da ALN, do POC - Partido Operário Comunista - um desdobramento da POLOP, veio PCBR, veio Espinosa da VPR (JORNALISTA, 257-265).

Nota-se na fala de Jornalista que a opção pela luta armada resultava da vontade de continuar na militância política, mas fazer militância no modelo de movimento de massas, democrático, já não se sustentava, pois tais movimentos estavam sendo massacrados pela repressão, seja o grupo paramilitar CCC – Comando de Caça aos Comunistas – que assassinou um estudante secundarista no conflito da Rua Maria Antônia, entre militantes de direita da Universidade Presbiteriana Mackenzie e militantes estudantis de esquerda da USP, ou a ocupação do Exército na greve de Osasco em 1968. Os movimentos democráticos estavam sendo trucidados pela militocracia do Estado militar, estando assim muito vulneráveis. Então uma saída possível para a esquerda foi aderir a essa mesma lógica para poder enfrentá-la e se proteger. Deputado também relata o processo repressivo corrente, principalmente depois do AI-5, em que pessoas que tiveram participação em movimentos de massa também eram bastante perseguidas:

Quando veio o Ato Institucional número 5, que foi um emparedamento daquela geração toda, quer dizer, a vanguarda do Movimento Estudantil, ou ela era presa, ou ia para a clandestinidade, ou para o exílio. Porque mesmo que as pessoas fossem cuidar de suas vidas, eram presas e torturadas. Então foi um conjunto de fatores, consciência, opção, emparedamento com o AI-5 e uma consciência de que o caminho era fazer a resistência armada, ou da forma da guerrilha urbana, como alguns companheiros fizeram, ou na forma da guerrilha rural, que foi a opção do PCdoB, no caso da Guerrilha do Araguaia.

(DEPUTADO, 206-213).

Mas eu era visado já, eu fiquei um ano e meio nessa, na cidade, depois do Ato Institucional número 5. E aí o cerco era muito grande à UNE, ao Movimento Estudantil... Já era muito difícil, as reuniões eram clandestinas, era difícil entrar na Universidade, porque a Universidade era ocupada, quer dizer, os comícios cada vez mais com segurança armada. As pichações também. Aí numa situação daquelas, eu me coloquei à discussão do PCdoB para ir para a preparação da guerrilha, foi isso, aí fui, em junho de 70 para ao Araguaia. (DEPUTADO, 224-230).

Na fala do Deputado aparece como a ditadura militar fechava as portas para os (ex) participantes do movimento estudantil, que tinham como destino a prisão, o exílio, ou a militância clandestina, visto que mesmo as pessoas que abandonavam a militância política chegavam a ser perseguidas, presas e torturadas pela repressão do Estado, afinal, como citamos no primeiro capítulo, houve 20.000 torturados por motivos políticos nesse período da ditadura militar (GORENDER, 1998, p.269). Então de certa forma, o trânsito de uma democracia à militocracia se tornava algo “compulsório” para o militante que queria continuar sua atuação política com “algum tipo de segurança”, sem sair do país, ou tentando se defender em caso de prisão, ou seja, entendemos que o fenômeno do surgimento das organizações armadas de esquerda foi uma criação direta do recrudescimento da violência do Estado de exceção; de certa forma a intensa repressão do Estado produziu a guerrilha. Fotógrafo e Economista nos contam processos similares sobre a adesão à militocracia:

Não que a luta armada tenha sido um erro. Eu acho que havia todas as condições para começar a luta armada. Não havia nada de democracia, não havia mais formas de vida democrática no país. Aquilo que existia era fachada, havia uma ditadura que reprimia tudo e a maneira para lutar contra a ditadura, uma das formas, era fazer a luta armada contra a ditadura. Que não pode esquecer, além da luta contra a ditadura, a gente queria implantar o socialismo, a gente tinha uma visão de revolução. Para fazer a revolução no Brasil, nossa primeira coisa era combater a ditadura. Então, acho que foi primário porque nós abandonamos o trabalho político (FOTÓGRAFO, 260-267).

Teve outro capítulo, a luta armada se justificava, aparecia frente à tomada de poder armado, ilegal, de um grupo aqui das elites brasileiras. Não acho que as pessoas são naturalmente guerrilheiras ou coisa do gênero. Há momentos em que a indignação ultrapassa um pouco o pescoço e a gente diz ‘Chega’ (ECONOMISTA, 179-182).

Então nesses trechos temos outros exemplos de como a adesão ao agenciamento político militar se justificava por uma reação da esquerda contra a ditadura militar devido ao “fim da democracia”. Fotógrafo relata que como não se podia mais ter práticas democráticas nesse período da ditadura, como o regime militar oprimia tudo, a opção adotada foi a luta armada, foi pegar em armas para lutar pelo sonho revolucionário. Foi o trânsito da democracia à militocracia, visto que a segunda sobrepujou a primeira, foi aderir à mesma lógica política do Estado militar. E sua auto-crítica, de considerar “primária” a luta armada, refere-se ao fato de terem abandonado o trabalho político, ou seja, a adesão de sua organização à militocracia fez com que abandonasse também o trabalho característico da democracia, o trabalho político de mobilização popular; acontecimento que fortalece a idéia da militocracia ser um agenciamento político distinto da democracia, em que fortalecendo as características de um regime, enfraquece as práticas do outro e vice-versa. Economista alega que a adesão à militocracia se justificava pelo fato de ter havido uma tomada de poder via armas, anterior e ilegalmente perpetrada pelas elites sociais, em que as pessoas não são “naturalmente guerrilheiras”, ou seja, que o fato de se tornarem guerrilheiras se deu em contingência ao golpe de estado militar, portanto, para ele, a ditadura militar produziu as organizações de guerrilha.

Entendemos que para a esquerda organizada aderir à luta armada, transitar da democracia à militocracia, foi uma prática instituinte, mas que por um lado já estava instituída pela violência do Estado militar. Foi como se houvesse um período de latência de três-quatro anos para as organizações da esquerda saírem do agenciamento democrático para entrar no agenciamento militocrático. Lembramos que o Golpe de Estado foi em 1964 e as organizações de guerrilha se armaram principalmente em 1967 e 1968, havendo algumas ações isoladas armadas antes disso, como por exemplo, a mobilização fomentada por Leonel Brizola do outro lado da fronteira do país, Uruguai, as ações do coronel Jefferson Cardim no

Rio Grande do Sul em 1965, ou o atentado a bomba no aeroporto de Guararapes em 1966. Então foram necessários três-quatro anos para que a esquerda pudesse transitar de uma prática política fundada na democracia para uma prática política fundada na ditadura, todo esse período para que pudesse reconfigurar seus esquemas de ação política (o que logicamente está ligado às suas reconfigurações psíquicas). Alguns autores como Sales (2007) e Rollemberg (2001a) citam que houve apenas um caso na década de 1960 pré-golpe em que a esquerda aderiu à lógica ditatorial, enviando alguns militantes para fazer treinamento de guerrilha em Cuba, que foi o caso já citado das Ligas Camponesas. Contudo a área de treinamento foi rapidamente deflagrada e desmontada pelo Governo, não obtendo assim continuidade, nem ligação com os outros movimentos de esquerda; assim a guerrilha foi um projeto que levou quase meia década para ser posta novamente em prática por grupos de esquerda no país.

Dessa forma, depois que as organizações de esquerda e seus militantes optaram pela ditadura houve uma institucionalização, uma estratificação desse agenciamento, uma estratificação do viver ditatorial. Não foi por acaso que as organizações armadas intensificaram seu caráter militarista e diminuíram seu caráter “político”. Economista nos conta um trecho de sua experiência que aborda a estratificação desse viver: “E se no começo a gente nasce como luta armada, com o tempo você anda armado pela própria repressão. Porque você tem que sobreviver como pessoa, você está identificado, você está pronto para matar quem vem te prender, ou se não há outra alternativa se matar para não ser preso e não ser forçado a delatar as outras pessoas sob tortura. A tortura na época, você sabe, era generalizada.” (ECONOMISTA, 331-335). Então tal fala demonstra a lógica ditatorial, a lógica de guerra explícita em que vivia o militante, na lógica do matar ou morrer, a qual está de acordo com a idéia de que as guerrilhas de esquerda no Brasil foram, em parte significativa, criadas pela repressão e violência do Estado militar, que instaurou a ditadura como agenciamento político soberano. Outro exemplo da lógica ditatorial aderida, e que

atualmente Fotógrafo considera como algo equivocado, refere-se aos tribunais internos das organizações de guerrilha para decidir sobre os justicamentos, a execução de militantes da guerrilha acusados de traição:

Tinha coisas militares. Vou te dar um exemplo. Na história da esquerda brasileira houve muito julgamento de militantes, que se referia a suspeitas de traição. A maioria foi erro, a maioria foram erros. Não tem jeito, você trabalhando na clandestinidade, está na guerra. Eu participei de um julgamento de um militante, que foi da Polop e da VPR, e ele foi absolvido. Empatou (FOTÓGRAFO, 555-559).

(...) eu participei desse julgamento e hoje eu vejo o absurdo, por mais que você esteja dentro de uma situação específica, você julgar uma pessoa, é inacreditável. Saiu um livro de um cara do grupo do Marighella que foi justicado, foi um erro (FOTÓGRAFO, 572-575).

A prática de realizar tribunais de justicamento, que no momento da militocracia poderia “até se justificar” por ser um período de guerra, hoje em dia, no agenciamento democrático, é considerado inaceitável e equivocado. Consideramos que essa diferença de visão se dá devido aos distintos agenciamentos vividos, militocracia e democracia, que estabelecem diferentes contingências e lógicas para as práticas políticas, pois hoje Fotógrafo reprova tal ação do tribunal, pois vemos o passado através de nosso presente, realiza-se a leitura da militocracia a partir da democracia atual. De qualquer forma, constata-se que naquele momento passado sua concepção era outra, tanto que participou e votou sobre a vida e morte de seu antigo companheiro.

Então, colocar a questão da luta armada na discussão entre os dois agenciamentos, democracia e militocracia, enfraquece o início de nossa discussão do tópico 5 do capítulo 3, “A Guerrilha como máquina de guerra”, pois ao pensarmos as organizações armadas de esquerda no processo de adesão ao funcionamento instituído pelo Estado militar, na adaptação ao estrato militocrático, retira-se das organizações da guerrilha parte do caráter instituinte e criativo que lhes atribuímos anteriormente, em que ao invés da estratégia armada aparecer como inovação, aparece como reprodução e atualização de uma lógica de funcionamento instaurada pelo Estado militar. Contudo, mesmo com essa ressalva auto-dirigida a nós

próprios, consideramos que apesar das organizações guerrilheiras terem se conformado a essa lógica instituída pelos militares que operaram o golpe de Estado, ainda mantiveram parte do seu caráter instituinte, principalmente através da atualização de um imaginário de transformação social e de características nômades que portavam; por isso mantemos aquele tópico na presente tese.

2. Os discursos do trânsito à democracia: a Estratopolítica, a Tecnopolítica e a Nomadopolítica

Tal como nossa discussão no capítulo 4, entendemos que os discursos expressos estão intimamente ligados aos agenciamentos políticos dos atores sociais, sendo os discursos uma forma de performatização dos agenciamentos políticos.

Conforme já citamos no início do capítulo, o advento da abertura política e o processo de redemocratização do país apareceram como determinantes nos discursos de nossos atores sociais para que mudassem suas práticas políticas do agenciamento militarocrático ao agenciamento democrático. Três entrevistados, Deputado, Fotógrafo e Jornalista, também citam a derrota que a guerrilha sofreu na luta fratricida que manchou o solo brasileiro, mas consideramos que o advento da democracia teve maior importância em suas falas, seja pela frequência de aparição em seus discursos, ou pelo papel estruturante que a democracia apresenta nos relatos de suas práticas e reflexões políticas.

Não houve nenhuma fala que exaltasse o retorno a uma militarocracia nos dias de hoje, na realidade houve mais falas críticas à luta armada, como veremos no decorrer desse capítulo. A adesão à luta armada, à militarocracia, apareceu mais como contingência, em resposta às relações de guerra impostas pelo Estado militar no período da ditadura.

Então entendemos que todos os discursos do trânsito das práticas políticas estruturaram-se predominantemente no advento da democracia; o agenciamento democrático como justificção de suas escolhas políticas. Contudo, compreendemos que “democracia” é um termo polissêmico, é uma palavra-valise, como Deleuze diria (2003), um significante em que se cabe muitas significções. E mais, não só o agenciamento democrático pode ter diferentes características, diferentes usos e significções dependendo do sujeito, como dentro do próprio discurso de um só sujeito, o agenciamento democrático pode comportar diferentes traços. Dessa forma, a partir dos discursos de nossos atores sociais “cartografamos” três tipos de discursos-práticas políticas dentro do que eles entendem como agenciamento democrático, a saber: a Estratopolítica, a Tecnopolítica e a Nomadopolítica. Então tivemos a liberdade de nomear essas três práticas políticas, que também chamamos de agenciamento, ou mesmo de discursos. Consideramos que esses três discursos são os agenciamentos, as formas de maquinação do pensar, do agir e do expressar político que encontramos em nossas entrevistas, sendo constituintes da configuração psíquica do sujeito e de suas ações políticas, conforme nosso entendimento acerca do campo transcendental formado entre sujeito e mundo (DELEUZE, 2003) e do agenciamento conformar a articulação entre elementos heterogêneos, sendo assim um co-funcionamento. Dessa forma não são discursos que se reduzem a indivíduos, são impessoais, transversalizam os sujeitos, visto que são gerados através de distintas posições sócio-históricas, de distintas posições de enunciação. Esses três agenciamentos são como esquemas de operação e estão presentes nas falas de todos nossos entrevistados, sendo que pode haver uma inclinação de um ou outro para um determinado tipo, a partir de como se concebe a prática política democrática, ou seja, cada ator social não possui somente um desses agenciamentos em seu discurso, podendo estar até mesmo os três presentes em seu relato, na forma em que estruturam o seu pensar e fazer político. Percebemos que ao invés de uma relação de exclusividade de um tipo de discurso para cada

ator, existe uma tendência maior de frequência de determinado agenciamento político para cada um, por exemplo, Economista estrutura sua experiência predominantemente a partir do discurso tecnopolítico, mas também há trechos de sua fala em que estrutura através dos outros dois agenciamentos. Enfim, tais discursos estão entrelaçados e justificam o trânsito de uma prática política baseada numa militocracia à democracia atual. Nos tópicos 3, 4 e 5 desse capítulo trabalharemos a leitura que se faz da transição da militocracia à democracia a partir desses três discursos.

Vale ressaltar que a partir das entrevistas construímos a existência desses três agenciamentos dentro da justificação democrática e isso não quer dizer que não haja mais discursos ou agenciamentos distintos que se referem às práticas políticas, pois foi a partir dos relatos de nossos atores sociais, de suas posições de enunciação e temporais, de nossas referências teóricas e de nossa análise de conteúdo categorial temática que foi possível a emergência-elaboração dessas três categorias, que pensamos que não devem limitar o fenômeno do trânsito das práticas políticas e sim criar mais regimes de visibilidade sobre o fenômeno.

3. A Estratopolítica

Identificamos nas entrevistas, principalmente na fala de Deputado, um tipo de agenciamento político que tem como primazia os processos de institucionalização, em que a estrutura política ocupa papel central, como por exemplo, na constante referência à organização de uma associação, do papel de um partido, do lugar central do Estado, etc., que de certa forma é o funcionamento majoritário dos movimentos políticos no século XX; chamamos esse agenciamento de Estratopolítica.

Estratopolítica = estrato + política = exercício da polis + estrato, ou seja, é um exercício político que se baseia em estratos, em estruturas, em lugares e posições que se ocupa dentro da estrutura, numa prática que valoriza mais o instituído e o estrato, do que o instituinte, o fluxo e o movimento, mais os resultados do que o processo, respondendo mais a uma lógica do ser e do estado de coisas, do que pela lógica do devir. Caracterizamos a Estratopolítica como a política que valoriza a Instituição, a que valoriza a tomada e ocupação de posições, é aquela que as correntes majoritárias da esquerda historicamente estão implicadas, que é na constituição de um partido revolucionário, ou reformista, de uma pequena direção de vanguarda que vai operar a revolução, ou a vitória eleitoral, para tomar e ocupar o poder do Estado.

O relato do Deputado¹³⁰ é um ótimo exemplo para figurar a Estratopolítica, consideramos que sua fala é estruturada principalmente a partir desse agenciamento, em que todo o deslocamento citado em sua história política está atravessado de uma leitura a partir do que F. Guattari (1987) chama de dimensão molar, em que ele se desloca por diferentes estratos: a Família, a Escola, a Igreja, a Universidade, o Centro Acadêmico, O DCE da UFC, a UNE, o PCdoB, a Guerrilha do Araguaia, a Prisão, o PT e cargos no Estado. Tomamos como exemplo o lugar central que dá aos estratos em seu deslocamento na sua trajetória na militância estudantil:

Aí eu fui, eu fui, eu fui escolhido para ser o presidente do Centro Acadêmico numa eleição direta. E fui eleito. Aí já foi rápido, no ano seguinte eu já estava no DCE, no ano seguinte eu já estava liderando as passeatas, as mobilizações de Fortaleza. No período de 68, já estava participando dos encontros da UNE aqui em São Paulo, que o DCE no Ceará se equiparava à UEE, porque não tinha, só tinha uma Universidade. Aí eu já estava numa militância engajada muito rapidamente. Foi um ano no Centro Acadêmico, um ano no DCE e depois já na militância estudantil na UNE, foi uma coisa relativamente rápida. Numa época em que as coisas aconteciam com muita intensidade.

¹³⁰ Dos nossos entrevistados Deputado é o único que transitou da guerrilha ao poder do Estado. Falamos poder do Estado em aspecto amplo, pois ele não assume cargo executivo, e sim cargo legislativo, mas é conhecido como um dos principais quadros políticos e de articulação do PT. Uma informação adicional é que sua imagem na opinião pública ficou muito desgastada depois das denúncias das supostas irregularidades do PT no governo. Em sua fala há um elevado número de respostas auto-referentes em que frisa seus feitos e realizações, modalidade de resposta que foi muito mais intensa em sua fala do que dos outros entrevistados.

(DEPUTADO, 142-150).

Percebemos nesse trecho que a Estratopolítica desenvolve-se num *campo estriado* (DELEUZE & GUATTARI, 1997), num campo em que se desloca pelos estratos, numa estratégia de tomada de posições tal como o jogo do xadrez, no exemplo foi a progressão de Centro Acadêmico, associação local, para DCE – Diretório Central de Estudantes, que Deputado compara a uma associação estadual e finalmente para a UNE, que é a associação nacional. Algo que nos chama a atenção no relato de Deputado é o uso repetidas vezes do participípio para falar que foi “escolhido” para ser candidato a presidente do Centro Acadêmico, e não que se candidatou, como se fosse um agente passivo do coletivo, ou então essa forma de utilização retórica pode ter como objetivo prover maior legitimidade a sua candidatura e escolha, porque diz que foi escolhido por um “grupo” ao invés de falar que escolheu, talvez por uma maior vontade individual, candidatar-se.

Nesse tipo de agenciamento, os estratos, a dimensão molar, sempre são apresentados em sua positividade, como também o quanto o elemento que ocupou esses estratos atuou intensamente, o melhor possível, dentro da posição social ocupada.

Movimento Estudantil, ‘pá!’ Fui até a UNE. Ditadura, fui para a clandestinidade, não fui para o exílio, não fui para a casa. Luta armada ‘Vamos lá!’. Prisão, ‘Pá!’. Tudo eu fiz com dedicação cem por cento e tudo eu paguei o preço com juros, correção monetária, mais a inflação acumulada, no bom sentido. E eu não me arrependo de nada e nem tenho consciência pesada, nem nada, me sinto feliz com essa minha história de luta que eu fiz (DEPUTADO, 560-564).

Talvez seja pelo fato da Instituição-Partido buscar na luta partidária institucional ganhar posições e eleger seus quadros políticos, que Deputado ao longo de seu relato sempre enalteça suas realizações, trazendo à tona sua positividade, de uma forma quase personalista, ou então para fazer seu “marketing pessoal”. Deste modo, aqui hipotetizamos que na Estratopolítica há o desejo de ocupar os lugares com o concomitante movimento de exaltação das próprias características ao ocupar esse lugar, e também o inverso, fazendo com que essa

posição social seja a expressão de suas características (por exemplo, não é apenas o “Lula presidente” e sim o “Presidente Lula”), constituindo-se uma fusão, uma incorporação, uma simbiose (BLEGER, 1975), uma colagem imaginária (KAËS, 1997), entre lugar social e sujeito, entre lugar na estrutura e elemento, o que pode culminar numa espécie de “culto à personalidade” ao elemento que ocupa posição destacada na estrutura, algo que os movimentos de esquerda revolucionários sempre tentaram evitar em discurso, mas que nunca conseguiram. As características da posição estrutural passam a ser incorporadas como parte de si do elemento que a ocupa, numa evidente fixação e fusão ao estrato.

E como há o investimento e reconhecimento dos estratos, conseqüentemente é um agenciamento hierarquizado, que funciona através das relações de domínio e submissão dependentes da posição social que se ocupa na estrutura, dependentes do estrato que se ocupa, em que o “partido”, o conjunto, tem predomínio sobre os elementos. E é assim que entendemos a afirmação já citada de Deputado sobre como se deu o processo de sua ida à Guerrilha do Araguaia, quando diz “(...) eu me coloquei à discussão do PCdoB para ir para a preparação da guerrilha (...)” (DEPUTADO, 228-229), ou seja, ele atribuiu à Instituição-Partido a discussão e a decisão se deveria ou não compor o grupo de guerrilheiros que treinaria na região do Araguaia, aderindo assim posteriormente à luta armada. Portanto, entendemos que a Estratopolítica é um agenciamento hierarquizado, que preza as posições sociais, que funciona numa lógica vertical e que tende a movimentos de totalização a partir de um órgão central, a partir de toda a Instituição, como se os elementos “invadissem” e tomassem a estrutura, fundindo-se a ela e operando através da legitimação do seu funcionamento. Também há que ressaltar que nessa vinculação ao estrato o sujeito não goza apenas de seus privilégios, mas também de uma “servidão” a essa estrutura; é beneficiado, mas é submisso a ela, tal como o personagem literário de Fausto de Goethe. Fausto pode ser visto como figura emblemática da Estratopolítica.

3.1. Transição da militocracia à democracia

Depois de nossa definição inicial do agenciamento estratopolítico, neste tópico buscamos analisar como este discurso aborda a transição da militocracia à democracia. Abordaremos alguns aspectos referentes de como esse discurso discorre sobre a luta armada e posteriormente como aborda a transição ao Estado democrático neoliberal.

Da mesma forma que afirmamos que a Estratopolítica tende a abordar positivamente os estratos transitados, consideramos que este agenciamento também busca trazer a positividade do estrato da experiência vivida na luta armada, no período da militocracia. Ao menos foram as considerações que encontramos no relato de Deputado, que atribui ao momento da luta armada como uma etapa de vida “rica” e isenta de críticas. Citamos alguns trechos:

E foi, nesse sentido aí, a gente tinha uma vida coletiva com os guerrilheiros, muito intensa, muito solidária, porque era um projeto de luta coletiva, não era de um indivíduo sozinho. Então foi uma experiência, nesse ponto de vista, muito rica, muito forte, que mexeu muito com a vida da gente (DEPUTADO, 257-260).

Até porque por uma necessidade, você sabe que na guerrilha rural você não sobrevive e nem se prepara sozinho, a tua vida depende do outro e vice-versa. Então você cria uma comunidade de ideais, de sonhos, muito forte, porque sua vida está na mão do outro e vice-versa. Então era uma vida muito solidária, muito, vamos dizer assim, muito humana, porque a gente era tudo igual, o que um tinha o outro tinha, o que um fazia o outro fazia, não tinha diferença entre homem e mulher, tudo era igual, tudo! Então era uma relação muito forte e depois se desdobrou nos enfrentamentos, nas torturas, nas mortes. Foi um processo muito violento, muito profundo, porque as relações não eram relações formais, eram relações humanas, de vidas, de ideais, de compromissos, de uma geração que trazia uma bagagem, vamos dizer assim, de muitos valores nesse sentido (DEPUTADO, 273-282).

Mas é isso, quer dizer, todo mundo que vivia lá, viveu intensamente, a gente não fez nada pela metade, tudo foi feito com toda a intensidade, se fazia cem por cento correndo todos os riscos. Todos os riscos se corriam, até o da morte,

então é uma geração que não tinha medo do risco, gostava do risco, gostava de viver perigosamente (DEPUTADO, 348-351).

E todo mundo vivia bem, no meu destacamento todo mundo vivia tranqüilo, gostava da vida lá. Que a gente tratava lá com aquele sonho, com aquela idéia de fazer a Revolução a partir do Araguaia; era um sonho generoso e heróico (DEPUTADO, 372-375).

Dessa forma entendemos que o discurso estratopolítico tende a trazer a positividade das vivências nos estratos, antes dos percalços, visto que os relatos de Deputado em grande parte enaltecem o “sonho heróico” e as “relações de vida” desenvolvidas pelo coletivo de guerrilheiros na região do Araguaia. Há toda uma construção de figuras míticas e heróicas, que tinham “valores humanos e solidários”, uma “vivência coletiva e igualitária”, que gostavam de viver sob o “risco” e lutavam a partir de um “sonho generoso e heróico” de realizar a Revolução contra a ditadura. Deputado traz em seu relato aspectos que heroizam o coletivo de guerrilheiros que viveu, e morreu violentamente, ali na tentativa de construção do sonho da revolução brasileira; sua memória, agenciada de forma estratopolítica, opera um movimento de selecionar o que houve de positividade nessa experiência; sendo poucas as suas referências aos eventos de sofrimento da Guerrilha do Araguaia. Em seu relato, diferente dos outros entrevistados, não apresenta nenhum tipo de autocrítica sobre as práticas políticas assumidas na luta armada e apenas critica o agenciamento militarocrático quando o compara com o atual agenciamento democrático:

A guerra é isso, na guerra você tenta eliminar o outro. A guerra e a ditadura eliminam a política. A democracia restabelece a política, aqui há confronto e negociação, você não elimina o outro, você ganha do outro. É uma outra situação. E eu acho que a conquista da democracia foi fantástica, acho que com todos os defeitos, a melhor experiência da humanidade é a democracia. Não existe outra melhor que a democracia (DEPUTADO, 540-544).

Então o que se nota nesse trecho é como o estrato atual é mais positivo que o estrato anterior, o qual adquire o sinal contrário, tornando-se assim negativo em relação ao positivo; um estrato é trocado e desvalorizado pelo outro. A crítica à militarocracia apenas vem quando é

usada para enaltecer a democracia. O estrato da instituição democrática é considerado uma “nova” forma de atuação, uma “nova” forma organizativa, que favorece a democracia e a política, ao invés da ação militarizada, que favorece as relações de guerra e de violência. Percebemos também como nessa concepção não há a possibilidade de mediação, em que a guerra está separada da política, em que guerra e política são termos inconciliáveis e contraditórios, dois aspectos descontínuos (rígidos?), numa concepção que vai em direção contrária à nossa teorização, visto que defendemos, conforme Foucault (1999), que as relações políticas atualizam as relações de guerra.

A transição da militarização à democracia no agenciamento estratopolítico é justificada pela positividade do estabelecimento das instituições democráticas no país, dos partidos, resultantes da abertura política e retorno dos movimentos sociais no fim da década de 1970:

(...) A História te coloca escolhas, são escolhas políticas que você faz. Na medida em que a guerrilha foi derrotada e a gente tinha que se reorganizar para trabalhar, para fazer política, aí fazer política legal, que também o país saiu da ditadura, nós não vivíamos mais na ditadura, deixar isso claro. Quer dizer, em 64 havia uma ditadura, em 68 teve a ditadura dentro da ditadura. Quando nós saímos da cadeia, você estava num processo de abertura, depois teve a campanha das Diretas, dos partidos, é uma Guerra com outras armas, com outros instrumentos e outros cenários. É como você caminhar no fio da navalha, você mudar a ordem por dentro da ordem é caminhar no fio da navalha. Você tem que mudar, mas por dentro da ordem. A nossa visão era quebrar a ordem para mudar, como a gente foi derrotado, a nossa escolha foi mudar a ordem por dentro dela (DEPUTADO, 481-490).

Deputado justifica a transição das práticas políticas da luta armada à via institucional por dois fatores principais; a mudança no cenário político do país, em que houve o processo do fim da ditadura e a derrota sofrida pelos movimentos guerrilheiros. Então, devido a essas contingências sociais, para poder fazer política deveria fazer “política legal”, isto é, a política via institucional, ou seja, houve uma grande mudança do contexto político-social, que implicou na adoção de outras estratégias e táticas de se fazer política, “outras armas”, que no caso foi deixar o estrato militarizado e seguir o estrato democrático, a partir do trabalho institucional-partidário. Note-se que nesse fragmento ele utiliza a figuração da guerra, da via

institucional ser uma “guerra com outras armas”, ou seja, aqui Deputado mantém a dimensão do conflito como relação de guerra que há na atuação política institucional “pacífica”, mas posteriormente, como no outro trecho acima citado (DEPUTADO, 540-544), ele opera uma divisão entre guerra e política. Dessa forma, entendemos que no discurso estratopolítico há a compreensão da existência do conflito, das relações de luta, mas relações de embate que utilizam armas e ferramentas características do estrato que se está ocupando. Então, na medida em que Deputado afirma o objetivo de “mudar a ordem por dentro dela”, assume uma visão “reformista¹³¹”, que reconhece a existência da estrutura e do estrato e a partir dessa estrutura organizada tenta transformá-la. Então a Estratopolítica no estrato estatal tenta assim mudar a ordem por dentro da ordem, mudar as condições sociais a partir das estruturas sociais instituídas e organizadas e não mais através da ação direta e violenta do fuzil.

Na militocracia, Deputado considera que se objetivava “quebrar” o Estado, a ordem instituída, para transformá-lo; todavia, agora na democracia, tem que se compactuar dos estratos pré-definidos e tentar alguma transformação a partir de suas formas instituídas, no que a transformação se torna algo processual. E considera que essa atuação de transformar a partir do estrato estatal é um trabalho complexo e arriscado “como caminhar no fio da navalha”. Essa figuração de “caminhar no fio da navalha” utilizada pelo Deputado é expressiva por si só, pois conota a necessidade de manter um equilíbrio e uma caminhada sem desvios (talvez seja seguir o “ideal de esquerda”) para que não cometa algum passo equivocado e se mutile pela ação da queda conjugada ao fio da navalha (talvez seja o efeito capturante do Estado). Então, a partir desse fragmento entendemos que Deputado justifica sua escolha política tendo em vista a consolidação do estrato institucional via Estado democrático, ao qual aderiu e realiza sua militância reproduzindo as normas do estrato.

¹³¹ Podemos aqui fazer uma aproximação entre reformismo político e Estratopolítica de esquerda.

Seguir uma atuação estratopolítica para um militante de esquerda implica na conjugação do imaginário de mudança com o estrato em que se transita. Por isso Deputado percebe diferenças nos resultados políticos entre o que idealizava antes, no período da luta armada, do que foi feito ao seguir a via institucional, as “regras do jogo”. Mas mesmo não tendo operado a transformação social que idealizava no passado, exalta a positividade do papel transformador que a esquerda, representada pelo PT, cumpre atualmente no Brasil:

E aí é fio da navalha também, fazer partido, disputar eleição, certas regras do jogo, enfim, todo o processo que a gente viveu, que eu avalio que foi um processo vitorioso, eu acho que hoje a esquerda brasileira está realizando seu projeto, de ter um país mais justo, democrático, mais soberano e melhorando a vida do povo. Não era o que a gente idealizava, mas também nós estamos mudando o país. Eu acho que esse processo que a gente viveu foi um processo muito rico, porque é um processo histórico, porque o ser humano faz a História em determinadas condições. Tem a vontade e a consciência, mas tem as determinações da História e das escolhas (DEPUTADO, 490-498).

Em sua fala Deputado justifica sua atuação Estratopolítica como sendo uma escolha que foi acertada, que foi bem sucedida, que trouxe mudanças e bons resultados ao desenvolvimento de um país mais “justo e democrático”, que não foi a realização da revolução desejada do passado, mas sim a realização de uma transformação social que se opera no Brasil no presente e que deixará boas marcas para o futuro, ou seja, trouxe à tona a positividade de suas ações a partir dos estratos que transita. Deputado, como parte diretamente implicada com as práticas do Governo Lula, não faz nenhuma crítica ao governo, pois ele forma esse Governo, faz parte dessa mesma Instituição, desse mesmo estrato.

Então nesse trânsito de práticas políticas, Deputado entende que se abandona a busca por uma ruptura com o Estado, para uma visão processualista da mudança social (DEPUTADO, 527) em que se deve ocupar o Estado e transformar a sociedade a partir dele, deve-se tentar transformar a sociedade a partir dos estratos constituídos. Nesse discurso justifica-se que na democracia há um processo de negociação que coloca na mesma mesa de negociação posições díspares e conflitantes, em que não precisam mais decidir o embate

através do conflito direto e sim através do diálogo. Mas Deputado faz questão de salientar que há uma mudança de estratégia política, sem haver a mudança dos princípios políticos, então: “Eu costumo dizer que a gente mudou sem mudar de lado. Muda sem mudar de lado. Os lados dos ideais, das causas, os sonhos, são os mesmos, você não mudou de lado, agora, você muda porque as circunstâncias históricas e as escolhas mudaram, nesse sentido” (DEPUTADO, 527-530).

3.2. O imaginário de transformação social

Neste tópico, buscamos discutir o imaginário de transformação social presente na Estratopolítica, sobre o que emergiu nos discursos dos entrevistados em relação ao agenciamento estratopolítico como estratégia para a transformação social. Podemos dizer que a transformação social foi algo que sempre se ansiou e se lutou no país, desde os conflitos coloniais contra a invasão ibérica até os dias de hoje. A transformação social que se lutou desde a criação desse continente, América Latina, foi contra a opressão exercida pelos grupos dominantes.

Mas o que é transformação? Entendemos que trans-formar é mudar a forma, é ir além da forma instituída, consolidada, é mudar de um estado a outro, é romper o estrato, é fazer propagar o fluxo, é dar maleabilidade à linha de segmentaridade rígida, ou como Deleuze e Guattari (1976) falariam, é desarranjar a máquina, em que para “isso” funcionar, teria que se desarranjar. A transformação é uma maquinação em que se investe determinado quantum de energia para que um estado de coisas se transmute em outra coisa. Então a transformação social é o investimento de energia na busca da transformação da sociedade em seus diversos âmbitos e no caso dos militantes da guerrilha, o que se buscava transformar era a conjuntura política de opressão instituída pelo Golpe militar de 1964. Eles carregaram o imaginário da

transformação social frente às estruturas opressivas do Estado, em que esse imaginário agiu como magma, efervescendo, borbulhando, ebulindo, em que o ato de imaginar a transformação excedeu, transbordou a própria imaginação produzindo ação social; uma ação social de pegar em armas, de aderir à militocracia, para conseguir levar suas lutas políticas.

Uma fala bastante expressiva sobre o imaginário da transformação social estratopolítico é a do Deputado, que afirma que a transformação está se dando com a esquerda no Estado e nos conta emocionadamente que a vitória do Lula foi a realização do sonho da geração da luta armada das décadas de 60 e 70:

Eu até faço uma imagem; quando eu estava preso e incomunicável em Brasília, a gente brincava muito, entre os presos nos intervalos de sofrimento, ‘Pô, quando é que a gente vai sair daqui? Vamos imaginar que no ano 2000 a gente sai daqui’. Isso era 70, 72. Quando o Lula subiu a rampa era uma imagem daquele sonho que a gente imaginava, mas era outra coisa também, não era bem aquela Revolução, da ruptura, do confronto, era uma outra maneira de fazer a Revolução, que a Revolução, você tem que ter um entendimento processual e de conteúdo, não é!? A Revolução de 68, de 70, era muito o momento, o confronto, nós tivemos que ir para uma luta de idéias, uma luta de disputa, uma luta mais complexa, mais difícil até. E eu acho que está valendo à pena esse processo, está valendo a pena. Eu sou otimista com o processo que a gente está construindo no Brasil, acho que tudo isso que a gente viveu valeu a pena e eu não me arrependo de nada, porque o Brasil está melhor e a nossa geração, que somos sobreviventes de uma geração, ela se somou com uma geração nova, que também está cumprindo seu papel, que não viveu o que a gente viveu (DEPUTADO, 500-513).

Entendemos nessa modalidade de discurso que o imaginário de transformação social se fixa ao Estado, fixa-se à vitória eleitoral de Lula, quando ele se torna a pessoa mais importante do poder executivo do país. No entanto, Deputado busca conectar o imaginário da transformação social da geração da luta armada, do passado, à ocupação das instituições do presente, mas numa outra modalidade de “revolução”, não numa ruptura, não através das armas e subjugação do inimigo e sim através da via institucional, que tornou a transformação social processual e não imediata. O imaginário da revolução das décadas de sessenta e setenta se encarna na estrutura estatal da atualidade.

Então no discurso estratopolítico temos um governo com valores de esquerda, a Instituição-Estado com os princípios de esquerda, numa conjunção entre estrutura política existente e valores políticos defendidos. Dessa forma, nessa conjunção entre estrutura institucional política e valores de esquerda, não há mais transformação imediata e sim uma transformação processual, que vai se construindo. Quando perguntado sobre as críticas que o PT recebe dos partidos de extrema-esquerda, devido à aliança com setores do empresariado e a manutenção de políticas neoliberais, Deputado retoma seu discurso da lógica de um Governo de esquerda que realiza uma transformação processual e que deve ser implicado:

Eu acho que é uma crítica, uma crítica estéril, com todo respeito, estéril do ponto de vista político. Ela é uma crítica impotente, porque nas condições políticas do Brasil, nós estamos fazendo um governo com os valores de esquerda e estamos mudando o Brasil. Eu acho que a gente não pode fazer uma crítica nem de saudosista e nem uma crítica, vamos dizer assim, como espectador. Seria muito fácil eu me refugiar na minha vida fazendo uma crítica sem me comprometer. Mas eu tenho que, quando eu faço campanha, quando eu vou para a periferia, quando eu vou para as cidades, quando eu converso com as pessoas, quando eu vou num debate no sindicato, quando eu defendo uma proposta no parlamento, eu estou fazendo luta política, nas condições de hoje. Então eu respeito essas críticas, mas não concordo com elas, porque o critério, primeiro, o critério para ser de esquerda é você lutar pela igualdade social, nós estamos lutando, processualmente. Segundo, você não pode ser espectador, você tem que ser militante de um processo de transformação, eu acho que o Governo Lula está mudando o Brasil. Nós não podemos ser espectador dele, nós temos que participar, você pode fazer crítica, você pode fazer observações, mas esse é o processo que está em curso, então eu discordo da crítica da outra esquerda, respeito, mas discordo (DEPUTADO, 579-593).

O agenciamento estratopolítico “naturaliza” os estratos existentes, legitimando-os como ponto de partida da prática política. Então em relação às críticas que o PT recebe da “outra esquerda”, Deputado contra-ataca afirmando que ela deve se engajar, deve participar, deve militar, para o processo de transformação, então não deve ficar apenas num papel de espectador, ou seja, atribui aos grupos que criticam o papel de meros observadores. O que nos parece é que sua noção de participação é tributária da concepção de participar da luta política

no mesmo estrato em que está, no Estado, pois estar fora desse estrato, atuar de outra maneira, é não participar, é sustentar uma “crítica estéril e impotente”.

Quando perguntado sobre o processo de negociação com alguns setores da direita que são “continuidade” da ditadura, mantém a mesma posição em defesa do estrato institucional democrático; a democracia continua como justificativa, mas no caso, uma democracia estratopolítica: “Na democracia você convive com o outro lado, que você tem que conviver. Você pode sentar na mesma mesa, desde que você saiba qual é a cadeira e o lado que você senta, você não pode mudar de papel e eu nunca mudei de papel. Eu posso conversar e negociar com qualquer cara de direita, mas eu sei qual é meu lado e a cadeira” (DEPUTADO, 571-575). Portanto, Deputado faz questão de afirmar que mesmo com a mudança do lugar do campo de batalha, da Instituição-Guerrilha para a Instituição-Estado, mantém os mesmos princípios políticos de outrora que aspiram o imaginário da transformação social:

(...) eu faço tudo em nome de causas e sonhos, eu não tenho nada, eu não tenho nenhuma busca de interesse, nem de riqueza, nem de, eu não tenho renda, eu não tenho riqueza, eu não me formei, entendeu. Quer dizer, a política para mim ela está fundamentada em sonhos e causas, está certo!? Eu continuo primeiro um lutador de sonhos. Segundo, as coisas mudaram, as circunstâncias e as escolhas políticas mudaram, então eu mantenho uma espécie, um cordão umbilical que não se quebra e nem se corta. E você vai num processo de nova construção mantendo o cordão umbilical dos anos 60 e da guerrilha. Eu me vejo assim. Até porque isso a gente guarda e leva com a gente para onde a gente vai. Porque quando se vive uma coisa intensamente ela não sai de dentro de você, essas coisas estão muito vivas e presentes e por quê? Porque eu fiz cem por cento, eu não deixei de fazer, eu não fiz nada pela metade (DEPUTADO, 550-560).

A partir desse segmento podemos pensar então que se mantém o imaginário de transformação social, contudo um imaginário que deve ser encarnado no estrato, na Instituição-Estado, uma instituição que consideramos no nosso capítulo teórico (Capítulo 2), como uma máquina que promove mais a conservação do que a mudança, mais a reprodução dos estratos instituídos, do que a produção de fluxos instituintes (HOLLOWAY, 2003,

FOUCAULT, 1999, 2008a, 2008b, DELEUZE & GUATTARI, 1997). Mas será que essa conexão traz resultados para as demandas históricas da esquerda e da sociedade?

Ainda não temos resposta para tal questão, visto que a experiência da esquerda no Estado no Brasil, e na América Latina, é bastante recente. Em sua fala, Deputado se escora na palavra “processo” repetidas vezes na entrevista para falar sobre a mudança que a esquerda pode prover a partir da maquinaria estatal.

O Governo Lula hoje tem uma aceitação muito grande, mas no primeiro ano fomos muito criticados, mas assim também se a gente tivesse feito uma Revolução. Você não atende materialmente todas as esperanças, todas as expectativas da noite para o dia, você tem que ter noção de processo, eu acho que essa noção de processo que faz a gente avançar, por isso que eu me sinto realizado, eu não me sinto frustrado, eu me sinto realizado com esses sonhos que marcou minha história de 42 anos, eu tenho 42 anos de militância política (DEPUTADO, 643-649).

Dessa forma a noção de processo, desse porvir da transformação, torna-se palavra-chave para pensar a esquerda no poder do Estado. Pensar e colocar a questão em termos de processo é a predominância da reforma na clássica discussão de esquerda entre reforma e revolução. Não só Deputado utiliza a palavra processo, como também utiliza imagens que já citamos de “gerir o Estado sem quebrar” (DEPUTADO, 633-634) e mudar a ordem por dentro da ordem (DEPUTADO, 490), mantendo a idéia de uma transformação social processual, em que a reforma deve ser feita processualmente no diálogo e na negociação peculiares à democracia. Mesmo que Deputado repita que mantém os valores e princípios políticos de outrora, entendemos que estes valores acabem por ser “aplainados” pelas regras e normativas da Instituição-Estado e por sua burocracia. Citamos um último trecho de sua entrevista, em que nos parece emblemático como a luta política pela transformação social acabe contingente e “achatada” pelos mecanismos da maquinaria estatal, em que o político não seria reduzido aos processos estatais, mas sim totalizado por esta hipermáquina:

(...) defendo que o processo de transformação se dê pela via democrática, disputando eleição, pressionando, com derrotas e vitórias. Eu tenho um

compromisso militante com os mesmo valores que me orientaram no Movimento Estudantil e no Araguaia, os valores de uma sociedade sem exploração, sem discriminação. Para mim é tão radical estar numa plenária como eu estava ontem do LGTB, como eu estava numa plenária do MST, como eu estava numa greve, eu acho que a luta política ela é, a liberdade do ser humano tem que ser ampla e completa, não é departamentalizada (DEPUTADO, 686-693).

Então, no agenciamento estratopolítico o imaginário da transformação social torna-se contingente aos estratos instituídos, ou seja, dirigir o Estado para transformar a sociedade torna-se o grande objetivo, em que a prática política transformadora deve ser realizada a partir desses estratos. Nessa modalidade discursiva notamos uma “institucionalização” das práticas políticas em que ela deve ser exercida e é mediada a partir dos estratos, a partir do investimento desejante nas instituições, havendo assim uma captura do desejo pelo estrato.

Em síntese, compreendemos que na Estratopolítica há uma atuação pelas posições na estrutura, pelas posições institucionais, pelas posições no Estado, ou seja, há uma atuação que prioriza o estrato e entendemos que o investimento do desejo é no estrato; investe-se nas estruturas, deseja-se as estruturas. Então o que importa é quem está no Partido e no Estado, quem tem algum cargo político importante, como presidente, governador, prefeito, deputado, etc., pois mover-se por estratos é ocupar um espaço e fixar-se nele, é como se os estratos fossem degraus na hierarquia institucional. E nesse processo há o predomínio de movimentos de fixação, territorialização e sedentarização. É o famoso discurso dos grupos de esquerda de “ocupar os lugares” institucionais. Então, ao considerarmos que é um agenciamento feito a partir dos estratos e da ocupação das instituições, entendemos que a lógica da representatividade, do um representando os outros, é a que impera nesse agenciamento, portanto, a democracia representativa é expressão da Estratopolítica, pois o interesse se funda sobre quais elementos ocuparão os distintos lugares da estrutura, em quais elementos poderão “representar” e decidir a vida dos outros.

Dessa forma também podemos considerar a Estratopolítica como o mecanismo de funcionamento dos Estados Imperiais, que citamos na História Universal do capítulo 2, por fixar suas atuações a partir das posições ocupadas pelos elementos, e por sobrecodificar os processos sociais a partir do corpo do déspota, do imperador, como o que ocorreu com Stálin, Mao Tsé-tung, Fidel Castro, etc., os atuais presidentes latino-americanos, seja de esquerda ou direita, que tentam um processo quase perpétuo de reeleições por via democrática, e quem sabe, o que atualmente ocorre com o próprio presidente do Brasil, Lula.

4. A Tecnopolítica

Nas entrevistas encontramos um outro tipo de agenciamento que não corresponde mais ao movimento de fixação nos estratos, não corresponde mais a primazia de ocupar determinados lugares institucionais, determinadas posições na estrutura. Nesse outro agenciamento, ao invés da função estratégica de ocupar lugares sociais para realizar práticas políticas, focaliza-se mais no desenvolvimento de saberes, no desenvolvimento de técnicas, que fomentem uma governabilidade mais eficaz do social, enfim, há todo um desenvolvimento de uma *tecnologia da política*, de uma tecnologia de governabilidade, que conforma uma outra lógica de processos políticos frente às práticas estratopolíticas, que chamamos aqui de *Tecnopolítica*. O discurso tecnopolítico é um agenciamento político importante que apareceu como justificção ao trânsito da uma prática política militocrática para a democrática e aparece em toda fala de Economista e também em alguns trechos da fala de Fotógrafo.

Consideramos que tal emergência só foi possível mediante o triunfo do neoliberalismo como sistema político-econômico, o que consolidou a primazia de uma axiomática do capital

como funcionamento do social, a qual gera uma maior maleabilidade das posições, das estruturas, em que as instituições tiveram que se adaptar e se modular por tal axiomática, tornando-se assim as fronteiras estatais mais fluidas. Conforme citamos no tópico 3.2 do capítulo 2, a axiomática do capital opera por um duplo movimento: de descodificação dos fluxos sociais anteriormente codificados, e de axiomatização desses fluxos conforme a lógica do capital (DELEUZE & GUATTARI, 1976). Portanto, tal funcionamento torna as estruturas mais móveis, tira a determinância dos estratos, mas não chega a desterritorializá-los totalmente, pois a axiomática do capital ainda é dependente do estrato estatal, não rompendo os limites institucionais, mas sim maleabilizando-os. Entretanto, não só aparelho estatal é importante para gerar governabilidade, mas principalmente os dispositivos de saber que instrumentalizam e referenciam os governantes a tomar suas decisões políticas e a lidar com os fluxos do capitalismo.

Tal reflexão que realizamos é tributária das postulações de Michel Foucault¹³² (1979, 2008b) sobre uma lógica da governamentalidade, a qual desloca o foco da questão de quem ocupa ou não o estrato do Estado, para a questão de como os conhecimentos desenvolvidos e aplicados por técnicos e pensadores sociais geram governabilidade. E como a questão hoje em dia de qualquer governo refere-se prioritariamente à gestão dos fluxos financeiros, à maquinação sobre o axioma do capital, compreende-se que o desenvolvimento de uma tecnologia de gestão do governo e dos fluxos econômicos, uma Tecropolítica, ganhe força mediante uma Estratopolítica.

Deste modo, entendemos a Tecropolítica como o agenciamento político calcado nos conhecimentos e dispositivos elaborados pelas Instituições sociais para a melhor gestão da economia, do governo, enfim, da sociedade. Dessa forma não há mais a primazia de

¹³² Enquanto redigimos esta análise procuramos em ferramentas de busca virtual o termo tecropolítica. Encontramos uma série de artigos relacionados à virtualidade, cibernética e política e outros à tecnocracia como governabilidade. Como não dispúnhamos de tempo hábil para analisá-los, preferimos desenvolver a noção de Tecropolítica a partir dos enunciados teóricos de Foucault, Deleuze & Guattari e da entrevista de Economista e parte da entrevista do Fotógrafo.

determinadas formas de poder e de instituições sociais tradicionais, mas sim no conhecimento desenvolvido pelas instituições e pelos coletivos sociais que possa prover uma gestão da vida mais eficaz, independente das ideologias políticas que determinado governo possa adotar. Então ela é desenvolvida a partir da racionalização dos processos sociais, da gestão social e, principalmente, da gestão dos fluxos financeiros, axiomatizados pelo Capital. O que importa não é mais uma prática política guiada por determinados repertórios ideológicos, e sim por uma política “pragmática” que resulte no desenvolvimento das melhores ferramentas que constituam o conjunto da tecnologia social e que são operadas pelos tecnólogos sociais, pelos tecnólogos da política, pelos tecnopolíticos. Então uma decisão política não será apenas guiada por valores e questões éticas e de plataforma política, mas principalmente pelos índices de eficácia social que a tecnologia da política tenha mensurado, medido e previsto. Portanto, mais que a opinião de assessores, ideólogos, ou de figuras políticas tradicionais, o que toma maior relevo é o resultado de determinada medida estatística, a avaliação do impacto social de determinada política pública, o resultado de determinado *survey*, enfim, a Tecnopolítica se funda em todo um cabedal de conhecimentos e dispositivos técnicos que criam fórmulas e axiomas para que as ações da gestão social possam ser mais eficazes. Não só anátomo-política e biopolítica (FOUCAULT, 2006), nem só noo-política (LAZZARATO, 2006), mas, sobretudo, em tempos de neoliberalismo, a Tecnopolítica escora-se fundamentalmente numa ecônomo-política, na gestão dos fluxos financeiros e sociais, ou seja, ao invés de seguir uma lógica do verbo “ser”, característica da Estratopolítica, na Tecnopolítica temos a primazia do verbo “saber”.

A seguir desenvolveremos alguns exemplos de discursos tecnopolíticos encontrados em nossas entrevistas. A reconstrução da memória pelo Economista, seu discurso do trânsito, foi majoritariamente estruturada a partir do agenciamento tecnopolítico, em que a Instituição Economia lhe dá os instrumentos “apropriados” para entender o mundo e a sociedade, sendo a

disciplina em que ele investiu suas energias para construir sua atuação no social. Depois de descrever o terrível quadro de contradições sociais e concentração de renda no Brasil, afirma: “É claro, hoje vejo isso com esse tipo de análise, porque a Economia te dá esse nível de compreensão” (ECONOMISTA, 233-234), ou seja, sua análise social deriva-se antes dos conhecimentos que a Economia lhe proporcionou, ao invés de uma análise político-ideológica. Da mesma forma ele se refere ao seu processo de politização, que também é tributário do acúmulo de saberes, mais do que de formações políticas “clássicas”: “Tem visões, digamos, para você empreender determinadas atividades políticas em que você, claro, usa um conhecimento da Ciência, da pesquisa social, de mecanismos econômicos etc., até entender como funcionam os processos” (ECONOMISTA, 242-245).

No trecho abaixo vemos que seu discurso tecnopolítico é tão intenso, que para ele chega a superar a discussão clássica de um capitalismo *versus* comunismo: “Uma coisa é eu estudar Economia, outra coisa é a rentabilização na Europa, com o sistema da social-democracia e entender que dá perfeitamente para ter um lugar ao Sol para cada um. E que não é questão de capitalismo ou de comunismo, mas uma questão de decência humana e de uma organização adequada dos processos” (ECONOMISTA, 102-105).

Então nesse trecho de sua fala fica explícito que uma “organização adequada dos processos” pode dar conta dos problemas relacionados às contradições sociais, em que considera a social-democracia européia como um regime com eficácia social e que tal discussão suplante o embate ideológico entre capitalismo e comunismo, o debate político que marcou o século XIX, todo o século XX e que parece pouco marcar o século XXI. Para ele a questão social pode ser resolvida com mecanismos mais organizados de gestão, adicionado a uma moral de “decência humana” e “dignidade”, termos também muito recorrentes em sua fala. Podemos considerar então que o discurso do Economista somado aos seus valores pessoais funda-se numa Tecnopolítica Social, ou melhor, numa “Tecnopolítica Solidária”.

O discurso tecnopolítico também aparece na fala do Fotógrafo, como por exemplo, quando este critica o PT no poder do Estado, em muitos dos seus quadros políticos carecem de formação tecnopolítica para poder gerir a máquina estatal e social, formação que considera imprescindível para o fazer político atual: “(...) o PT não teria quadros para completar tudo, não tem gente nem preparada; tem gente com pouca formação para o cargo onde foi colocada” (FOTÓGRAFO, 672-674).

Para o discurso tecnopolítico é fundamental que os políticos tenham uma boa formação técnica para poder gerir a maquinaria estatal, pressuposto que ele considera ser difícil de ser encontrado no PT da atualidade. A moeda da Tecnopolítica é a competência desenvolvida nos saberes de cada campo. Mas tomando o relato de Fotógrafo como um todo, diferente de Economista, além de abordar a necessidade de formação técnica, também aborda a importância da formação política.

4.1. Transição da militocracia à democracia

A Tecnopolítica aborda de forma distinta da Estratopolítica o trânsito da militocracia à democracia; ao invés de enaltecer a positividade dos momentos vividos, dos estratos ocupados, aborda como tais experiências contribuíram para a aquisição de saberes e compreensão do social. Como já afirmamos no tópico passado, a sua lógica de funcionamento e justificação dos fatos pauta-se muito mais no “saber” do que no “ser”.

Então, a adesão à militocracia no discurso tecnopolítico se justifica no acúmulo de saber de uma situação socialmente injusta, de uma situação de opressão e desigualdade que deveria ser modificada. O relato de Economista se escora muito mais em análises a partir de conhecimentos da Economia e de sua percepção e valores, do que em teorizações de “gurus políticos”. Economista descreve assim o quadro de desigualdade e injustiça social do Brasil:

O choque que foi, digamos, relativamente à Europa é muito grande. Um país com desigualdades tão dramáticas, com uma classe dirigente extremamente arrogante e profundamente desvinculada dos interesses da nação como um todo; ligada às atividades agro-exportadoras e a interesses internacionais, mas com pouquíssima compreensão das necessidades do desenvolvimento no seu conjunto (...) o choque da imensa pobreza frente a uma riqueza foi grosseiro. É, inclusive, [uma classe dirigente] que tenta se impor, se escancarar de maneira ostensiva. Isso gera choques que não precisam de nenhuma leitura de Marx, nem de Che Guevara, nem nada do gênero, simplesmente são coisas que pegam pela imoralidade que representam, imoralidade que continua rigorosamente intacta hoje nas lojas como Daslu, nas distâncias entre Alphaville e Alfavela, como se chama os bairros na região. Interessa a prosperidade inababesca e deixar dezenas de milhões de pessoas passando fome. Isso não é decência política para lado nenhum, não é questão de ideologias, é de um mínimo de decência humana, que para mim era a raiz da minha atitude (ECONOMISTA, 29-42).

De acordo com o fragmento de sua fala, o que motivou suas práticas políticas foi a compreensão da enorme contradição entre os grupos sociais no Brasil que chocava os seus valores e princípios. E nota-se que nessa modalidade de discurso, tecnopolítico, a compreensão dos fatores toma determinância frente às ideologias, como quando ele se refere que é um “choque” sentido que prescindir de qualquer leitura de Marx ou Guevara, os “gurus” da esquerda, ou seja, o discurso tecnopolítico funda-se nos saberes e busca situar-se além das ideologias.

Haja vista que é um discurso que procura descolar-se das ideologias, encontramos vários trechos na fala de Economista que operam dessa forma, num rechaço às ideologias, num rechaço às etiquetas e estereótipos, seja relacionados à sua ação política ou de outros atores sociais, em que sempre objetiva colocar a compreensão do social e os valores éticos como fundamentos da ação política:

Quer dizer, esse duplo movimento, minha tomada de consciência, os estudos de um lado; e do outro, a formação da ditadura e a ruptura de toda uma visão antiga e meio fossilizada de um comunismo, partido leninista e todas essas coisas que a gente não sentia como nenhuma alternativa realmente... A gente era contra o sistema, mas na época qualquer pessoa que fosse contra o sistema significava que era, que tinha que ir para Moscou. Enfim, querer modernizar a situação do seu país significava que você era contra o país. Então, ‘Ame-o ou deixe-o’, ou seja, aceite a situação imposta pelos grupos mais privilegiados ou então você está destituído da brasilidade de certa maneira (ECONOMISTA, 121-129).

Era muito fácil na época jogar qualquer interesse por um pouco mais de decência social como sendo comunismo. Então, de certa maneira, as mesmas pessoas que geraram tragédias familiares, de comunidades, de grande parte da população, podiam encher a boca dizendo ‘Estamos fazendo isso em nome da defesa da democracia’. A própria ditadura em defesa da democracia. É preciso ter uma cara razoavelmente sórdida para defender esse tipo de posicionamento (ECONOMISTA, 64-69).

Em sua fala, Economista atribui aos grupos dominantes um movimento de criar estereótipos em relação aos que lutavam por “decência social” e que eram “contra o sistema”, como sendo comunistas. Então, para ele, os grupos que implantaram a ditadura no Brasil queriam justificar a tomada de poder do Estado em “defesa da democracia”, colocando os opositores a essa atitude como sendo comunistas. Entretanto Economista diz que, já no passado, fazia a crítica da visão comunista-leninista que considerava “fossilizada” e que não era uma alternativa eficaz contra o sistema. Então, nesse discurso analisa-se como qualquer grupo de opositores ao regime ditatorial era colocado, homogeneizado, sob a etiqueta do comunismo e colocado como um inimigo da nação, um inimigo do país, no marcante lema do Estado pós-AI-5; “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”.

O discurso tecnopolítico frisa seu distanciamento com relação às ideologias e para justificar essa separação, analisa a função e gênese desse movimento de “etiquetagem” perpetrado pelos grupos dominantes para depreciar qualquer movimento social, em que a mídia ocupa papel estratégico:

No Brasil, a convivência dos grandes grupos da mídia, dos que estão aí, os Marinheiros, os Mesquitas etc., que se demonizou qualquer iniciativa de justiça social, sempre atribuindo desígnios ideológicos, misteriosos. No conjunto não era nada disso, a maior parte das pessoas que conheci, mesmo no processo da luta armada, era gente que simplesmente estava indignada com os processos. Muitos iriam a ler Marx e outros depois, tentando entender... Gerava uma admiração por Fidel Castro, Che Guevara etc., porque ali tinham mudado o sistema. É natural, você busca pontos de referência, quando os pontos de referência que te servem são essencialmente, extremamente, limitados ou simplesmente negativos. Esse é um país que ainda recentemente tinha uma presidência do Congresso, que era gente que; pega Inocêncio, Antonio Carlos Magalhães, pega Paulo Maluf no governo de São Paulo. Estamos falando de um nível de pessoas que são abaixo da decência elementar de qualquer pessoa modesta trabalhadora decente que há nesse país (ECONOMISTA, 205-216).

Nesse fragmento Economista explica que a “etiquetagem” dos movimentos contra a ditadura como sendo comunistas correspondia a uma tática de “demonização” feita pelo regime militar contra seus opositores. E volta a redarguir que a vinculação ao comunismo não foi um a priori dos movimentos, em muitos casos veio depois, na busca de referências políticas e ideológicas melhores do que as que estavam no Estado, seja o Estado militar das décadas de 1960 e 1970 ou o Estado democrático da atualidade, no qual há um montante de políticos envolvidos em uma série de casos de corrupção (no caso, os citados são os políticos de “direita”). Então a adesão às idéias de Marx, de Fidel Castro e de Che Guevara vinha mais pelo desejo de transformar o estado de coisas do que o compartilhamento anterior à ideologia comunista. Na sua crítica aos movimentos de etiquetagem recorre a outros casos históricos de luta contra a opressão como exemplos dessa ação de “demonização”, como por exemplo, a utilização da etiqueta de terrorista:

A batalha na Inglaterra para obter a abolição do tráfico de escravos, basicamente em 1850, foi uma imensa guerra, pessoas de muita coragem. E foram vistos como subversivos, enfim, bandidos, os que faziam a ilegalidade de proteger negros e coisas do gênero. Se você olha o movimento de libertação das colônias, uma pessoa com a postura e dignidade de um Nelson Mandela estava em todos os jornais: ‘Terrorista’. Terrorista. A perseguição a pessoas como Gandhi e como os ingleses usavam, digamos, os que acareavam a independência da Índia, toda essa gente era vista como bandidos, terroristas. As mulheres que batalharam no início dos direitos pela mulher, é só pegar jornais antigos, dessas grandes famílias que agora estão aí com a mídia, como se ridicularizava as feministas, como se elas quisessem ser homens ou coisa do gênero, as humilhavam. Foi humilhante. Ridicularizá-las era mais fácil, digamos, podia massacrar as mulheres se as ridicularizasse. O voto, uma série de direitos da mulher, hoje, fazem parte de todo um movimento de gente. Em todos esses movimentos, houve sempre tentativas de transformar, digamos, amarrar esses movimentos com uma etiqueta que fosse negativa para a população, que é a imagem que se fazia da fanática feminista e coisas do gênero (ECONOMISTA, 254-268).

Então, todas essas coisas não são passado. Elas estão aí. A sociedade decente está para ser construída. A pecha de comunista, de feminista fanática, de terrorista, enfim, vai continuar. A Guerra do Iraque se justificou pela existência de armas de destruição em massa, que é uma ficção científica, que é uma visão completamente mentida e deslavada (ECONOMISTA, 283-287).

Dessa forma, nesse discurso tenta-se descolar dos estereótipos pejorativos dado aos movimentos sociais, descola-se a ação libertadora de Mandela e de Gandhi do terrorismo, descola-se a ação igualitária da feminista do fanatismo, e finalmente descola-se a atuação dos guerrilheiros, ao menos a sua, do comunismo, ou seja, a ação tecnopolítica funda-se em saberes sobre o social e a política, e não sobre ideologias e estereótipos constituídos.

A Tecnopolítica não exalta a ação da luta armada, muito pelo contrário, assume olhar bastante crítico a algumas atuações, como a crítica a uma visão ingênua e a uma precariedade de repertório teórico para interpretar os acontecimentos sociais:

Nós tínhamos um denominador comum de ser contra essa ditadura, mas as pessoas vinham de origem extremamente diferente. A gente, por exemplo, o gigantesco êxodo rural, a expulsão da população do campo que se deu, foi pouco estudado durante o regime militar, que formou essas periferias explosivas aqui, no Rio e em toda a parte. Expulsar a gente do campo sem que pudessem lutar na cidade, essa era uma base para um processo de conscientização do regime muito forte. O pessoal lia livro do Karl Marx e dizia 'Não, isso aqui é lumpen-proletariado'. Na época, que se chamava marginalização econômica, hoje se chama de exclusão. E essas classes excluídas são uma base muito forte, digamos, para se mobilizar contra o regime. Na realidade, havia pouca cultura política de base, pouca maturidade no conjunto do movimento... Tinha muita indignação, muito idealismo (ECONOMISTA, 397-406).

A visão ingênua nossa, porque a gente subestimava o poder político do processo. Era assim, a gente se armando, achando que era um movimento capaz de enfrentar o regime. Acho que era muito ingênuo, mas precisa ver que, na época, você tinha lutas armadas espalhadas por todo o planeta; mesmo os movimentos de libertação na África, as lutas no Vietnã, os Black Panthers nos Estados Unidos, havia uma indignação ao conjunto de sistemas que estavam aí, muito forte (ECONOMISTA, 322-327).

E depois que você perdeu, se eu tivesse lido a experiência da resistência francesa na guerra, na segunda guerra mundial com os nazistas, pelo que eu li depois no exílio, se eu tivesse lido antes, a gente teria evitado muitas mortes. Fizemos muitos erros que a história realmente já tinha cometido e nós não sabíamos... Se a esquerda brasileira era ingênua teoricamente, era mesmo... Não tem solução para nada na situação atual, a esquerda mundial é outro problema (FOTÓGRAFO, 351-356).

Nesse discurso há uma autocrítica da própria atuação como sendo idealista, com pouca base teórico-política e ingênua, sendo uma atuação que subestimou o poder político da ditadura e conseqüentemente superestimou o próprio poder. Critica a falta de uma maior

teorização dos processos e uma fixação aos “dogmas” marxianos, que no caso relatado por Economista impossibilitou uma melhor leitura dos movimentos de migração da população rural, etiquetando-os equivocadamente de “lumpen-proletariado”, o que decorreu para a sua não arregimentação às fileiras das organizações de guerrilha contra a ditadura, diminuindo assim sua potência de ação. Por outro lado, ao mesmo tempo em que afirma ter sido uma atuação com uma visão ingênua, justifica-a devido a influências de movimentos minoritários exitosos no mundo, como a resistência dos vietnamitas contra os norte-americanos ou os movimentos de libertação na África, que atuaram como referência positiva para tentar a transformação do quadro negativo do Brasil. Já Fotógrafo afirma que não só a esquerda era ingênua naquela época e que carecia de formação teórica, como hoje em dia não tem soluções para os problemas atuais.

A Tecnopolítica por fundar-se no saber, posiciona-se contra a violência direta por entender que ela justifica e multiplica mais violência. Economista diz:

O problema da violência basicamente é o seguinte: você tem violência, esse negócio da direita religiosa árabe hoje. E violência só multiplica violência. Ela é usada para justificar toda a violência norte-americana, é barbada para eles. O Fundamentalista ou contra-fundamentalista são tipos de violência que só multiplicam a violência. É a violência que resolve, dizem. Todo o combate devido ao apartheid na África do Sul não foi feito com tiro. Foi a base para se constituir uma sociedade mais decente porque o apartheid era indecente (ECONOMISTA, 368-373).

E por adotar tal posição em relação à violência, também relê de outra forma suas próprias ações. A sua memória, tecnopolítica, atualiza os fatos de seu passado com uma justificação tecnopolítica, um pouco distinto das interpretações de historiadores como Jacob Gorender (1998) e João Quartim de Moraes (1988) sobre as teses que Economista escreveu durante o período da luta armada intitulada “A Vanguarda Armada e as massas na primeira

fase da revolução¹³³”, mais conhecida como as “Teses do Jamil”, visto que utilizava na época o codinome de Jamil Rodrigues. Gorender (1998) atribui que Economista em suas teses “(...) estava especialmente apto a dar forma textual ao militarismo extremado, isento de conciliações ecléticas” (p.149), enquanto Moraes também atribui forte caráter militarista a Jamil, que chegou a desprezar a ação de luta das massas: “Um dos apologistas deste ponto de vista¹³⁴, que um ano mais tarde far-se-ia conhecer pelo cognome de Jamil, sustentava ardorosamente, com o apoio de Onofre Pinto — o chefe da VPR até 1969 — que os métodos da luta política de massas, inclusive a imprensa clandestina, eram velharias superadas da “esquerda tradicional¹³⁵” (MORAES, 1989, p.10). Jornalista (429-443), quando cita o racha da VAR-Palmares e o conseqüente surgimento da “nova VPR”, em que teve papel de protagonista, também refere-se ao caráter militarista das teses do Jamil, que justificaram teoricamente a divisão da VAR. Entretanto, quando perguntamos a Economista sobre o caráter militarista das Teses do Jamil, ele não ressaltou tal caráter, muito pelo contrário, abordou mais um caráter preventivo, de defesa:

O que me preocupava na época era, um tipo de confusão que sugeria que a gente armasse o movimento estudantil. O movimento estudantil, a sua legitimidade, o grande número na rua desarmado era como uma grande bandeira do povo contra as armas. Você pôr revólver na mão de gente do movimento estudantil é uma baba para os militares. E não é nem um desafio militar, absolutamente ridículo. Daí a idéia de que as armas fossem utilizadas de maneira extremamente seletivas, desde alimentada em termos financeiros, até como defender diversas ações de propaganda política e coisas do gênero. Mas, enquanto não houvesse um espaço territorialmente limitado, defendido, você dizer armar as massas para fazer guerra popular é uma piada, tinha que ter um senso do ridículo porque não pega. As armas, as poucas armas que a gente tinha não representavam uma ameaça ao país. Representaria uma ameaça para o movimento de massas ao ser utilizado irresponsavelmente (ECONOMISTA, 382-393).

¹³³ Este texto esta presente na coletânea de documentos políticos da esquerda armada que Reis Filho e Sá (1985) organizaram. Vale ressaltar que é um texto estruturado de forma tecnopolítica, quem sabe, uma Tecnopolítica militar.

¹³⁴ Nota do Autor: Moraes se refere ao ponto de vista militarista.

¹³⁵ O historiador e professor da UNICAMP João Quartim de Moraes foi militante da VPR e protagonizou um dos principais conflitos internos da VPR, quando houve o embate entre o caráter militarista da Organização, polarizado pelo ex-sargento Onofre Pinto, e o caráter massista, polarizado por ele. Quartim de Moraes perdeu o embate e se afastou-foi afastado da Organização.

Esse documento circulou bastante no Brasil para justificar que quando você quer sobreviver de maneira clandestina, não é sair nas ruas e se envolver em confusão mobilizando um monte de gente. Mas se proteger em células, como foi organizado na Argélia, como foi organizado na África do Sul, porque grande parte da contestação armada não pode ficar dando sopa, não adianta rezar, o mundo não vai te proteger. E principalmente num regime que não tinha nenhum problema de pegar o familiar de alguém e ir torturando até descobrir alguém que pudesse dar um contato. Muitíssima gente foi torturada simplesmente para verificar se sabia de alguma coisa (ECONOMISTA, 407-414).

Consideramos que tal releitura é resultante de uma ressignificação que sua memória, agenciada de forma tecnopolítica, faz sobre os fatos passados, focalizando mais o que diz respeito ao seu agenciamento tecnopolítico atual, à sua posição social atual; em que a mirada presente molda, reconstrói e modula o passado, com o intuito de justificar a ação militarista não pelo ataque, mas sim pela defesa. Então Economista constrói o fato passado moldando-o de acordo com sua posição enunciativa do presente, denotando assim a plasticidade e a multiplicidade de perspectivas da memória, conforme nossas reflexões apoiadas em Deleuze e desenvolvidas no capítulo 4. O seu agenciamento tecnopolítico, a sua maquinação tecnopolítica com o mundo, que molda assim seu campo transcendental e suas ações, constrói outros passados, outras realidades, que são distintos das interpretações que os outros lhe atribuem e possivelmente da que ele atribuiria a quarenta anos atrás. E como compreendemos o caráter performativo, pragmático, dessas construções, a memória não produz só passado, mas também presente e futuro, a partir das distintas atualizações devido aos distintos agenciamentos, às distintas posições de enunciação, enfim, a memória é criação.

A Tecnopolítica não exalta indiferenciadamente a experiência da luta armada, muito pelo contrário, critica-a em muitos pontos, contudo também enaltece o que a luta armada tinha de organização nas ações: “Você tem que ver que esse negócio de luta armada não é cinema americano, ou seja, não é que você anda por aí dando tiros. Eu participei dois anos, dezesseis horas por dia dessa luta armada, andava armado e para felicidade minha nunca dei um tiro. A gente era muito bem organizado, fazia ações bem montadas. Raríssimas ocasiões houve casos

de violência a outras pessoas...” (ECONOMISTA, 327-331). Selecionar e falar sobre as ações bem montadas¹³⁶ é querer expressar o saber que se tinha em suas organizações; expressar o saber tecnopolítico da luta armada. Nesse discurso, também se justifica a adesão à luta armada pela legitimação social que tinha dentro da intelectualidade brasileira politizada:

Então não há essa ‘sair na luta armada’. É um processo. Quando você olha que nós tínhamos mais de dez mil pessoas presas em determinado momento, na época, por razões políticas, dez mil pessoas que estão colocando a vida na mesa para mudar as coisas no país; isso é muito. É uma parte da população, legitimamente, que tenta se proteger. Era muita gente. Sobre tudo toda a intelectualidade que tinha consciência do que estava ocorrendo, com as entidades políticas do Brasil. Muitas mulheres na guerrilha. Não é fácil saber o que era ser presa como mulher (ECONOMISTA, 336-342).

Economista depois de ser preso e ser um dos libertados no caso do seqüestro do embaixador alemão resolveu se afastar do movimento dos exilados por considerá-los grupos fechados em si (ECONOMISTA, 361) e investiu em sua formação acadêmica e técnica, cursando mestrado e doutorado na Polônia e trabalhando com Economia e docência em diferentes países, ou seja, investindo mais em sua carreira tecnopolítica. Tanto que sua participação no PT, depois quando retornou ao Brasil com a redemocratização do país, não foi diretamente em assuntos de coordenação política, mas em assuntos técnicos, a partir de sua formação tecnopolítica, visto que participou da comissão de políticas internacionais do partido (ECONOMISTA, 515) e posteriormente realizou uma série de avaliações de políticas públicas, como citaremos no próximo tópico.

Então a Tecnopolítica vê a sua participação na política mais pela função técnica, do que pela função política, mais em contribuições pela via do saber e tecnológica, do que na participação e na militância orgânica do cotidiano do estrato partidário, por exemplo, Economista resolveu participar de uma comissão em que seus conhecimentos técnicos seriam diretamente contributivos. Da mesma forma o Fotógrafo, na sua participação no PT, após o exílio, também se referiu à sua militância no partido, eminentemente através do seu repertório

¹³⁶ Pois a VPR também realizou ações bastante equivocadas, tal como Fotógrafo (405-411) afirma.

tecnopolítico como comunicador social (jornalista-fotógrafo), que depois igualmente motivou seu desligamento:

Fiz duas campanhas para o Zé Dirceu, três campanhas para o Rui Falcão; trabalhava em campanhas. Aí quando me enchi o saco das campanhas também: ‘Não me peçam mais para fazer discussão de campanha, marketing político’. Porque eles botam um bando de gente para discutir marketing político, para fazer campanha de deputado, que é a coisa mais elementar que tem. Para que ficar discutindo com um bando que não tem idéia nenhuma?! Vou ficar lá duas, três horas. Não é para assumir o que proponho, mas para mim é mais fácil eu fazer uma lista daquilo que eu proponho, daquilo que eu acho e está tudo pronto. ‘E discutam sem minha presença’. Porque eu ficar discutindo coisas com pessoas que não entendem... Eu não vou ficar discutindo economês com um economista, coisas que não entendo de economia, eu não vou ficar discutindo. Tomar decisão política na área de economia, se eu não entendo? Eu não vou ficar enchendo o saco (FOTÓGRAFO, 734-745).

Nesse fragmento de sua fala, Fotógrafo aborda claramente sua função técnica na militância do PT, em que sua atuação política era a de trabalhar em campanhas eleitorais, fazendo marketing político, visto que era fotógrafo-jornalista e tinha conhecimentos de comunicação social. Fotógrafo relata anteriormente que quando retornou do exílio também se ligou ao PT via núcleos profissionais, de jornalismo, e começou a se aborrecer quando teve que participar dos núcleos regionais (FOTÓGRAFO, 717-719), da mesma forma que se “encheu” ao ter que discutir as tarefas de marketing político com quem não entendia nada de marketing, com quem não tinha o repertório de conhecimento técnico para fazer tal discussão. Da mesma forma, disse que também não discutiria Economia com um economista, por não ter conhecimentos suficientes dessa disciplina; não se meteria em campo de conhecimento que não fosse de seu domínio. Então percebemos nesse discurso, tecnopolítico, que há a primazia do conhecimento técnico em relação ao fazer político, em que é um conhecimento que não precisa passar por um debate político para ser efetivado, pois ele já se legitima em si, em sua disciplina de saber. Então a prática política na militocracia é rememorada a partir dos seus traços que têm a ver com uma atuação que esteja mediada pelo saber e não pela Instituição. Um saber que é decisivo na continuidade ou não da participação política, em que a

participação deixa de ser guiada pela fixação aos estratos, e sim através da (des)composição a partir da conjunção dos saberes. Na transição à democracia, nos dois casos investigados relativos ao agenciamento tecnopolítico, houve um certo afastamento da política institucional, em que Economista preferiu investir em sua carreira acadêmica e Fotógrafo se aborreceu por ter que debater com pessoas com pouca formação.

4.2. O imaginário de transformação social

O imaginário da transformação social na Tecnopólitica é uma decorrência direta do seu funcionamento e dos seus traços, fundando-se num acúmulo de conhecimento técnico sobre o social, que torna mais eficaz a governabilidade e a gestão da política e da sociedade. Então mais do que ideologias e utopias, a Tecnopólitica busca trazer números, resultados e indicadores para mensurar, prever e planejar a transformação social.

Economista em seu relato nos conta que realizou avaliações de projetos do Governo Lula afirmando que tais práticas do Governo estão mudando o país, mudando a crônica contradição social existente, contudo de forma ainda aquém do esperado: “Curiosamente só hoje com o Governo Lula essa coisa está começando a se transformar, de maneira extremamente tímida e muito parcial” (ECONOMISTA, 113-114). Contudo, ao continuar seu discurso, enaltece vários resultados do Governo petista, diferentemente do caráter tímido que atribuiu nesse trecho anterior:

O Lula só é tratado com esse grau de desrespeito pela grande mídia aqui, no resto do mundo é imensamente respeitado, tanto na direita, como na esquerda, como o maior estadista que apareceu aqui nos últimos anos. Ele organiza uma convergência que é o Bolsa Família que atinge quarenta e oito milhões de pessoas, o aumento em cerca de trinta por cento da capacidade de compra do salário mínimo, atinge cerca de vinte e cinco milhões de pessoas. O salário mínimo é o indexador das aposentadorias, então a tragédia que eram os velhinhos miseráveis, é uma mudança profunda. Para o andar de baixo, um pouquinho de dinheiro a mais é uma imensa diferença. Quando você tem pouco dinheiro, um pouquinho é muito significativo. Você tem o Pronaf que

atinge cerca de três milhões de famílias, uma multidão de pessoas, que saiu de dois e meio bilhões de reais para doze e meio bilhões de reais. Você tem o movimento de território de cidadania, são onze pontos três bilhões para novecentos e cinquenta e oito municípios, agora vai dobrar em 2009. Você tem o Prouni que está colocando um mundo de gente da área pobre que nunca teria acesso à Universidade, está colocando na Universidade. Você tem as cotas, tão criticadas... Eu vi uma entrevista na televisão com um jovem negro e a moça pergunta assim, um pouco irônica: 'Você entrou, mas como é que você se sente, porque não é bem pela sua capacidade que você entrou'. E o rapazinho tranquilamente respondeu para a moça: 'No dia que vocês tiverem para nós as mesmas escolas que têm os ricos, vocês podem tirar as cotas'. Você vai juntando esses diversos elementos, nós tivemos o aumento na primeira gestão do Lula de oito pontos sete milhões de empregos, três em cada cinco empregos formais. Tudo isso aí - como faço profissionalmente e como fazia nas Nações Unidas avaliação de políticas públicas - já apresentava no início de 2007, já estavam lá os resultados. Depois eles vieram na PNAD do ano passado, vieram no mês passado as pesquisas do IPEA e da GV, saiu agora PNAD 2007 em setembro, esses dados mostram toda essa progressão radical do pessoal do andar de baixo (ECONOMISTA, 433-457).

Então a avaliação tecnopolítica da esquerda no poder do Estado não obedece aos parâmetros de fidelidade ideológica aos dogmas teóricos da esquerda e sim aos resultados obtidos, ou seja, preza-se não uma política ideológica e sim uma política de resultados, uma política pragmática. E para Economista os resultados aparecem na medida em que o governo diminuiu as terríveis disparidades entre os distintos grupos sociais do Brasil. Economista cita de cabeça dados sobre as políticas do Governo Lula que ele próprio realizou como avaliador de políticas públicas e ressalta que tais políticas funcionam e que têm eficácia social:

Eu analisei cento e quarenta e nove principais projetos de inclusão social do Governo, e funciona. Não funciona pela genialidade do Lula, mas pela sua base política, porque ele puxou, não a velha guarda política, mas puxou gente de movimentos sociais que entende tudo de organização política-social. E puderam manter esse processo. A política funciona e como funciona! Estão aí os resultados, GV, IPEA, PNAD, etc. Isso me dá imensa esperança. E o curioso é que não foi como a direita sempre pensou, os privilegiados, que qualquer política para pobres seria contra eles; eles também estão melhorando e está melhorando mais rápido a base. E mais, se você olha os programas de Governo da América Latina, estão todos centrados em torno da Economia (ECONOMISTA, 460-468).

Dessa forma, ao citar tais dados resultantes de avaliações de políticas públicas, Economista entende que o Governo Lula está promovendo um processo de transformação social no país; no início da entrevista disse que era um processo mais tímido, mas no fim se

exaltou com os números e afirmou grande otimismo com os processos de transformação fomentados pelas políticas do Governo de esquerda.

Além das práticas de Governo com bons resultados, a Tecnopolítica também imagina a transformação social através do acúmulo de conhecimento que a população em geral adquire com a difusão dos conhecimentos desenvolvidos nas diferentes disciplinas do saber, seja por meio da internet, ou outras mídias, como a imprensa alternativa:

O que tem agora de relativamente novo é que cada vez mais a gente entende como se dão os processos, porque há a internet, uma série de imprensa alternativa, com um nível muito mais amplo de formação das pessoas. Um livro, por exemplo, que se chama 'Confissões de um assassino econômico', pessimamente traduzido tipo 007, é um livro sério do John Perkins, e mostra como se negociam hoje contratos internacionais. É mais ou menos do mesmo nível de fraude de todo o sistema da crise financeira atual (citou nomes de corporações); são sistemas fraudulentos de cabo a rabo. A gente como economista tem suficiente conhecimento para entender, mas não suficiente força para transformar. Então a gente forma [pessoas] e explica. Só que hoje você tem milhares de pessoas no mundo que estão gerando consciência à população. Meu último livro é o Democracia Econômica, e a idéia que não basta democracia política, é a Economia que tem que se democratizar. Qual será a visão disso? É gente que quer sonhar demais. Mas muita gente está começando a ver uma necessidade desses movimentos, como o Fórum Social Mundial, etc. Acho que uma questão histórica, no sentido de mais democracia, de mais liberdade, de menos desigualdade, de menos destruição do planeta, são posições muito mais amplas do que antigamente se definia como esquerda; e claramente contrárias ao quisto de resistência da direita que continua a dilapidar o planeta, concentrar renda e manter esse sistema de poder que desagrega a democracia. Os desafios estão na mesa, não são coisa do passado (ECONOMISTA, 288-305).

E você sabe que tem mais, quando a gente põe trinta e quarenta anos atrás, o pobre era muito o matuto, 'Sim senhor', achava que a vida era assim mesmo, aceitava qualquer coisa. Hoje a coisa está mudando. O massacre que houve na imprensa e na televisão contra o Lula na véspera da reeleição, ninguém deu bola. Ou seja, há um descolamento, entendeu-se que isso é bobagem. Na base da sociedade você tem gente que não vê TV de maneira besta só, mas interpreta as coisas, jovens que já passaram na escola. Você tem gente que sabe que pode se viver de outra maneira, gente que sabe e que tem consciência de seus direitos, então essa coisa está amadurecendo.

Não se pode manter para toda vida, esse tipo de Casa Grande Senzala modernizada que nós somos. Eu vejo esses caras do Morumbi, essas coisas e digo para meus amigos que o símbolo do deserto mental é a dondoca que faz compra na Daslu e acabou de ler Caras. Você tem o zero ponto zero de intelecto de compreensão da vida, de compreensão do sentido das coisas. Os desafios estão aí, mas acho que hoje, pela primeira vez, as coisas estão caminhando. Estou com a esperança dessa eleição municipal, é muito importante... É muito importante os níveis locais, de poder. O sistema globalizado está em crise evidente, em parte, porque nós temos uma parte da

economia que se globalizou, mas não temos governo global. É uma zona, uma bagunça. A crise financeira planetária é bastante evidente e do outro lado você tem um conjunto de transformações como aquecimento global, destruição da vida nos mares, contaminação das águas, esterilização dos solos, redução da biodiversidade, desmatamento generalizado, que fragiliza o mundo, contribui para a mudança climática.

Você tem um conjunto de processos, o esgotamento dos antibióticos, com a geração de vírus resistentes. Mas tem uma sociedade que hoje está buscando alternativas, não é só crescer. O desafio é civilizatório. E hoje felizmente, tem uma quantidade de gente que está consciente disso, não só na esquerda. Os tigres não têm nada de direita, o trabalho deles sobre o sistema financeiro são demolidores. Você pega um David Cottan, não sei se você viu um filme ‘A Corporação’, um filme importante, um documentário feito sobre um livro científico, David Cottan é um cara da USA. A Hazel Henderson, que organiza mundialmente o mercado ético, é uma boa britânica indignada, o Nicholas Stern que faz o relatório econômico do aquecimento global no planeta, um documento demolidor, é economista chefe do Banco Mundial. O Peter Drucker, o guru do management. O Peter Senge, um dos grandes nomes do management planetário, autor de ‘A quinta disciplina’, e o último livro dele, ‘a Revolução Necessária’. Ver essa gente falando da revolução, quando nós falamos da revolução (ECONOMISTA, 469-500).

As transformações estão aparecendo (...) Há uma perda geral de governança e uma busca de resgate dessas rédeas, digamos, do processo... Se você deixar para o mercado, sai tão mais barato e dá tanto dinheiro extrair petróleo, que vai extrair petróleo. O mercado não vai fazer energia eólica. Dessa maneira, a sociedade está se dando conta da dimensão do desafio (ECONOMISTA, 505-511).

Dessa forma, o imaginário de transformação social via Tecnopolítica se dá, além das práticas de governo serem referenciadas pelas disciplinas do saber, a partir da constituição de uma população mais esclarecida, com maior acesso aos conhecimentos e dos mecanismos sociais e de uma maior apropriação desse processo de “governança” e gestão da vida. A revolução social vai além da ideologia de esquerda e se dá pela sensibilização e compreensão do coletivo social sobre as vicissitudes vividas, em que não só a esquerda se mobiliza, mas também pessoas que diretamente estão envolvidas com o mercado financeiro e outras organizações. E claro, a moeda em jogo na Tecnopolítica é o saber, o acúmulo do saber, por isso o desprezo de Economista sobre a mulher rica que faz compras numa loja de roupas cara e emblemática do consumismo, que lê uma revista despolitizada e recheada de informações da vida pessoal das “socialites” e não tem compreensão sobre os percalços sociais; vive um “deserto mental”.

Portanto, compreendemos que na Tecnopolítica há uma especialização do saber e fazer técnicos que estão acima do político e muitas vezes podem até dispensar a discussão política, em que esse repertório de conhecimentos e técnicas constrói regimes de verdade que vão além do debate político, não precisando de uma apreciação coletiva para ser aprovado ou não; o que importa é o discurso do especialista, os seus regimes de verdade; seja do especialista em comunicação social que faz as campanhas políticas, ou do economista que faz um projeto de Economia para algum governo, ou seja, na Tecnopolítica há o primado do fator técnico sobre o fator político. Será que a Tecnopolítica é o agenciamento político que marcará o século XXI, em detrimento dos “antigos” embates ideológicos políticos? Será que chegamos à morte do embate capitalismo *versus* comunismo? Será que chegamos ao período do fim das ideologias na gestão da maquinaria estatal? Será que chegamos ao período em que o “rei” não deve mais ser o filósofo, como Platão (1989) sustentava, mas sim o tecnopolítico? Bom, como não temos respostas a essas perguntas, vamos abordar o terceiro agenciamento que emergiu das entrevistas.

5. A Nomadopolítica

Além do discurso estratopolítico e do tecnopolítico encontramos outro agenciamento político que não se adequa a estes dois, numa modalidade de funcionamento que não objetiva se fixar em posições sociais, nos estratos institucionais e nem no desenvolvimento de uma tecnologia política; deparamo-nos com um agenciamento fugidio, fluido, inconstante, que consideramos semelhante aos movimentos de deslocamento dos nômades e por isso optamos por denominar esse terceiro tipo de Nomadopolítica.

Nesse agenciamento, na construção do passado e da transição, há uma força de composição entre sujeito e organização armada, sem uma aparente determinância do elemento ou da estrutura e sem uma exaltação ou crítica a priori à experiência da luta armada; há uma reconstrução da história como etapa vivida e transmite-se a experiência a partir de seus percursos e afetos, sem atribuir primazia aos estratos, conforme a Estratopolítica, ou aos saberes, conforme a Tecnopolítica. É como se houvesse um olhar de fora, um olhar a partir de um certo lugar de estrangeiridade, de uma aliança com um distanciamento, em que se conta a trajetória dos fluxos e dos estratos numa descrição minuciosa de algumas vivências da luta armada.

O deslocamento nos movimentos é antes explicado por práticas, em prol de mudanças nas ações políticas do que pelo investimento nos estratos; desloca-se antes por ações do que por instituições havendo assim os relatos sobre os movimentos de (re)territorialização e desterritorialização. A luta política é motivada por práticas e idéias para tentar concretizar projetos e não prioritariamente para ocupar lugares de poder. Fotógrafo ao contar o percurso da constituição da VPR, com a conseqüente divisão da POLOP, relata que as teses de Régis Debray sobre a luta armada foram de grande importância, muito mais do que disputas internas pelo poder: “Então nós, baseados nessa tese, rachamos e automaticamente o grupo da Polop rachou e juntou com militares cassados em 1964, o Movimento Nacionalista Revolucionário, o MNR. Então juntos, os dissidentes da Polop com o MNR, nós fundamos a VPR. E foi quando a luta armada pegou em nossa organização” (FOTÓGRAFO, 218-221). Compreendemos que o deslocamento citado nesse pequeno fragmento, baseado em ações e práticas instituintes, é muito distinto do deslocamento citado na Estratopolítica, em que os estratos ocupam toda a centralidade; aqui se funda o estrato para possibilitar as ações e não as ações para tomar o estrato. Então consideramos que na Nomadopolítica os deslocamentos se

dão em decorrência de movimentos, ações e de idéias, e não pela priorização de tomada de posições na estrutura.

Entendemos também que nesse agenciamento há movimentos de deslocamento e de fuga das grandes organizações e dos movimentos totalizados, em que os estratos não são continentes do desejo. Jornalista nos traz um exemplo de um movimento de desfiliação ao grande estrato comunista, o Império Soviético, quando nos conta a elaboração de uma das plataformas políticas da VPR:

(...) mas de original mesmo só tinha a política internacional, eu tinha já muitas leituras assim anti-stalinistas, então fiz uma proposta lá colocando União Soviética e Estados Unidos como duas potências com interesses próprios e distintos da Revolução Brasileira; ninguém da esquerda tinha ido tão longe (JORNALISTA, 335-338). O primeiro programa da esquerda que rompeu totalmente com a União Soviética como país revolucionário, considerando-a apenas uma burocracia egoísta (JORNALISTA, 343-345).

Tal movimento de desfiliação pode ser encarado como um movimento de descolamento do grande “significante”, União Soviética, codificador das práticas políticas da esquerda internacional, o aparelho de captura das esquerdas, para a assunção de um projeto próprio, calcado nas características do imaginário de transformação social referidas à realidade singular do contexto brasileiro. Esse movimento de fuga do discurso nomadopolítico também é encontrado na fala de Fotógrafo, que de certa forma “positiva” as relações de desfiliação e cisão ao nos contar a divisão da POLOP: “Aí a gente começou a discutir isso e a organização rachou, porque toda esquerda que se preze racha; nós rachamos” (FOTÓGRAFO, 211-212). Mais outro exemplo de desfiliação é a lembrança de Jornalista sobre o fato de ter sido um dos protagonistas do rompimento da VAR-Palmares, o qual considerou um dos fatos mais marcantes de sua participação política na luta armada. “Olha, sei lá, acho que o mais importante de tudo foi ter participado da cisão” (JORNALISTA, 385).

Dessa forma, chamamos de Nomadopolítica o agenciamento político feito a partir dos movimentos, dos deslocamentos, das linhas de fuga, das bordas, dotado de uma agitação e

movimentação relativa ao que Guattari (1987) chama de dimensão molecular. Por se calcar no movimento, entendemos que está mais próximo dos fluxos do que dos estratos, da lógica do devir do que da lógica do ser ou do saber, do que é instituinte do que é instituído, da desterritorialização do que da (re)territorialização, da lógica dos nômades do que da lógica dos sedentários, enfim, das linhas de fuga ao invés das linhas de segmentaridade rígida; uma política nomádica. A Nomadopolítica está comprometida com o movimento e com a utopia ativa e não com os pontos de parada e o topos (topoi) de poder; se colocássemos em termos da Análise Institucional (BAREMBLITT, 2002a), a partir de exemplos de figuras históricas cubanas, estaria muito mais próximo de um efeito-Che Guevara do que de um efeito-Fidel Castro¹³⁷.

A questão nomadopolítica corresponde aos movimentos de desterritorialização, de fazer os fluxos fluir, tal como Deleuze e Guattari (1977a) desenvolvem: “Como diz Kafka, o problema não é o da liberdade, mas o de uma saída. A questão do pai não é como tornar-se livre em relação a ele (questão edipiana), mas como encontrar um caminho justamente onde ele não encontrou” (p.16), ou seja, a problemática da liberdade refere-se a uma lógica dos estratos, libertar-se dos estratos opressores, enquanto inventar uma saída refere-se a um registro de desterritorialização, de devir outra coisa, como o “herói” kafkiano Gregor Samsa, que se reinventa como um inseto, metamorfoseia-se em barata num devir-animal. Na Nomadopolítica o “herói revolucionário” não é mais representado pela figura clássica do Fausto de Goethe, símbolo da classe operária (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p. 79), que faz um pacto com o demônio, com Mefisto, causando o mal para objetivar o bem, figura emblemática estratopolítica do político pactuando com o Leviatã, mas sim de um herói impessoal e anônimo como Gregor Samsa que se metamorfoseia, que se transmuta, que foge.

E seguimos Deleuze, que defende que a fuga não é passiva e nem é uma fuga da vida:

¹³⁷ É claro que não estamos hierarquizando a importância de um sobre o outro. Para o estabelecimento da Revolução Cubana foi fundamental a figura de poder estratificada do líder Fidel Castro, como para o sonho do “amor revolucionário”, os frequentes deslocamentos de Che Guevara.

pero huir no significa, ni muchísimo menos, renunciar a la acción, no hay nada más activo que una huida (...) Huir es hacer huir, no necesariamente a los demás, hacer huir un sistema como se agujerea un tubo. George Jackson escribe desde la cárcel: ‘Es posible que me fugue, pero mientras dure mi huida, buscaré un arma’ (...) Huir es trazar una línea, líneas, toda una cartografía (DELEUZE, 2004, p.45) (...) huir es producir lo real, crear vida, encontrar un arma (DELEUZE, 2004, p.58).

Então a Nomadopolítica pode ser encarada como a “contraparte” da Estratopolítica, como uma prática política “minoritária”, de minorias, pois se refere mais ao âmbito das agitações, do molecular, do movimento das multas e das multidões, do que a fixação em posições na estrutura instituída de poder, que é o movimento majoritário. Enquanto a Estratopolítica forma os estratos, as canalizações e opera uma força centrípeta, a Nomadopolítica faz fluir e fugir os fluxos que passam nesses canais, entre esses estratos, numa força centrífuga, em que dependendo da intensidade e pressão, pode fazer ruir e fissurar a estrutura instituída, como a criação de uma dissidência dentro da Organização. Portanto, na Nomadopolítica temos movimentos de desterritorialização, de desfiliação, de busca de autonomia e independência, o que pode implicar no movimento que Dumézil (1971) chama de “traição” do guerreiro.

Para a Nomadopolítica o estrato não é o fim, é apenas o espaço onde se desloca, onde se faz correr, mas não onde se fixa. Por isso a crítica de Kafka, que considerou ser a Revolução Russa mais a produção de um novo segmento, ao invés de transformação e renovação (DELEUZE & GUATTARI, 1977a, p.86), mais a formação de uma nova burocracia dirigente, ao invés da criação de novos regimes de enunciados políticos. Talvez a incidência do discurso nomadopolítico nas entrevistas realizadas seja menor que a dos outros discursos, mas não é por isso que é menos importante, ou que pode ser desprezada; como afirmamos acima é um discurso minoritário.

5.1. Transição da militocracia à democracia

Nesse tópico buscamos discutir como a Nomadopolítica constrói a transição de uma militocracia à democracia. Como é um agenciamento que tem como característica o movimento, o deslocamento, as descontinuidades e a ruptura, a construção do trânsito é relatada em muito por uma relação entre um dentro e um fora, de alianças e desfiliações, não havendo uma adesão imediata e irrefletida. Há uma descrição dos momentos vividos como uma composição de forças realizada entre sujeito e movimento social, contudo com um certo olhar desde o fora, em que se fica atento aos movimentos de captura, cuja mercê se pode estar; então nesse processo de uma militocracia à democracia há uma relação variável entre composição e ruptura. Notamos tal processo no relato de Jornalista quando nos conta sobre sua adesão à VPR dentre uma série de organizações da esquerda armada, um processo refletido, em que se buscava potência nessa composição:

E aí, basicamente PCBR nos pareceu um pessoal valoroso, mas sem nada em São Paulo, nossa impressão que era um Partido Nordestino apenas. A ALN nos fascinou (...) só que ele queria que a gente partisse para uma ação, para mostrar o valor, que era que o Marighella queria naquele momento, que o pessoal mostrasse o valor na (JORNALISTA, 268-272). Então a gente discordou desse negócio da ALN, de 'se vira sozinho!'. O POC pareceu um partido universitário, que, mais uma bela posição teórica, mas pouca chance de colocar em prática. E sobrou a VPR, que parecia a mais equilibrada, tinha os teóricos de origem POLOP, tinha o pessoal da Greve de Osasco, que estava em alta na nossa admiração, e tinha os militares, os remanescentes dos 'grupos dos 11' brizolistas, então juntava tudo: bons teóricos, bons quadros de movimento operário e militares experientes, que sabiam desenvolver luta armada, então foi o que nos fascinou (JORNALISTA, 285-291).

Houve a adesão à VPR pela compreensão de ela ter em sua composição uma série de segmentos sociais na organização, diferente do POC, que parecia ser uma organização universitária, ou o PCBR, que parecia ser um partido restrito a uma região do país. Houve o interesse pela ALN, mas tal organização tinha como pré-requisito a realização de alguma ação armada, algo que o grupo de Jornalista ainda não estava preparado para realizar; ou seja, há

um olhar desde fora para a realização das escolhas, em que se escolhe aliar-se ao coletivo em que se agenciem as composições de forças mais potentes, sem estar atrelado a algum critério pré-definido, por exemplo, no ponto de vista ideológico.

Deste modo, nessa modalidade de discurso já há uma certa suspeição sobre a instituição que se ingressa, seja a compreensão de um processo de codificação-estratificação ao entrar, como no relato de Fotógrafo (“doutrinação”), ou uma certa ironia de Jornalista ao utilizar algumas palavras pejorativas (como “beabá” e “apostilazinhas”):

Aí me chamaram, eu fiz meu primeiro curso de marxismo-leninismo, eu nunca ouvi falar de comunismo, socialismo, foi assim, foi nos cursos elementares de doutrinação. Depois do primeiro cursinho já comecei a participar e participar numa organização de origem trotskista, tendência trotskista (FOTÓGRAFO, 133-136).

Mas aí acabou o ano e a Maria falou que iam fazer um grupo para estudar marxismo, para se aprofundar, tudo, e convidou: eu, o Eremias e mais algumas pessoas que ela conhecia. E por aí entramos nessa, fomos, aprendi lá o beabá do marxismo, apostilazinhas confeccionadas por universitários, o Manifesto do Partido Comunista de 1848, etc. Em 68 quando recomeçou a aula, a gente já estava organizado como uma base secundarista (JORNALISTA, 207-211).

Então nesses relatos percebemos que há um certo movimento de distanciamento em relação às organizações que se ingressa. Não parece haver grande idealização sobre elas e percebe-se a compreensão sobre os movimentos de captura, “doutrinação”, ou a referência ao processo de um modo um pouco pejorativo, como “apostilazinhas confeccionadas por universitários”, considerando que Jornalista no seu relato fala do seu desprezo nutrido a eles.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se buscava potência e eficácia nas alianças, mantêm-se ainda um certo quantum de autonomia frente à organização, um certo distanciamento, o que possibilita a realização de algumas críticas, por exemplo, no que se refere a uma avaliação das ações equivocadas realizadas:

Nós não tínhamos a menor dúvida que estávamos fazendo a coisa certa. Principalmente quando fazíamos ações armadas erradas, como uma bomba no Estado de São Paulo, o Estadão, ou uma bomba na porta do consulado

americano. Ainda não era essa fase, o Estadão tinha problema com a censura, e nós colocamos bomba no Estadão. Não sei o que é que houve. O problema que houve com a Aeronáutica, nem me lembro mais. Um problema sério com a Aeronáutica, colocou uma bomba no 14 bis, naquele aviãozinho lá da praça 14 Bis (FOTÓGRAFO, 405-411).

O fato de considerar naquele momento como corretas ações armadas consideradas erradas hoje no presente, pode se derivar do fato de que havia uma grande comunhão com os ideais revolucionários, devido às dificuldades da tarefa da luta armada, que muitas vezes fazia com que o guerrilheiro tivesse que crer no que estava realizando fosse sempre o correto, em que encobria as ações erradas com a crença de que se estivesse sempre fazendo o certo. Contudo, o posterior distanciamento da luta armada possibilita a realização de algumas críticas, o que traz essa distinção de interpretações do fato passado no presente, em que antes se pactuava intensamente e depois se tem um olhar mais distanciado e crítico. Outra crítica feita no presente refere-se à hierarquia centralizada dentro da organização: “(...) tinha uma direção, tem uma direção nacional e as direções estaduais e era hierarquizado. Independente de erros ou acertos era hierarquizado. Era um centralismo democrático. Decidiu, obedece, você está numa luta armada, a revolução. Os erros ou acertos, isso ninguém questionava, hoje eu questiono o centralismo democrático. E nem questionávamos” (FOTÓGRAFO, 546-550). Constata-se assim que há câmbios nas rerepresentações dos acontecimentos, que são vividos diferentemente no agenciamento militarizado, em que havia uma certa colagem à lógica organizativa, hierarquizada, e hoje no agenciamento democrático pode-se avaliar a experiência com maior distanciamento.

No discurso nomadopolítico também há críticas à lógica Estratopolítica, por exemplo, nas críticas de Jornalista ao lugar estratopolítico que o Capitão Carlos Lamarca ocupava na organização:

O Lamarca não deveria estar naquela ação, era muito importante para nós para expor-se dessa maneira, mas ele fez questão, ele disse que era muito recruta novo estreando de uma vez só, gente inexperiente, então ele queria zelar pelos comandados, como bom milicão protetor que era. Continuava com

mentalidade de oficial que comanda a tropa e corre os riscos junto com ela (JORNALISTA, 364-368).

O que aconteceu nesse congresso¹³⁸ é que a ala mais massista, mais à direita, venceu de ponta a ponta, com pouquíssima resistência dos militaristas e do Lamarca. Em termos de posição programática, os militaristas levaram uma goleada. Aí quando chegou na hora de decidir quem ficaria no Comando, Lamarca viu que o papel reservado a ele era de uma rainha da Inglaterra; ele seria o grande nome, o chamariz para efeito externo, mas não deteria o poder real, ele ia perder o poder real e ia ficar lá como azeitona da empada alheia. Aí ele resolveu romper, ele reuniu o pessoal que o apoiava, aí ele chega para mim, para o Moisés, que tínhamos sido tratados que nem ovelhas negras durante duas semanas, e disse: ‘Olha, só agora eu percebi que vocês é que estavam certos, estava cego, estava acreditando no que os outros disseram sobre vocês...’ Puta que pariu. Eu tinha só dezoito anos, mas já tocou na minha cabeça aquele sininho de ‘hipocrisia!’, deu para perceber claramente que o fator decisivo para o Lamarca tinha sido o de que não receberia o poder que ele queria ter. E o Lamarca era um militar, para ele posições, linha, era tudo perfumaria; o importante é a pessoa que comanda. Então ele achava que, independentemente da linha que fosse aprovada, se ele pudesse ser o principal executante, ele moldaria tudo a seus desejos. Quando ele viu que ele não ia ter esse poder, foi a hora em que decidiu romper (JORNALISTA, 481-497).

Então, nesses dois fragmentos, agrupamos duas críticas de Jornalista ao comandante Lamarca, em que se refere pejorativamente à sua lógica de funcionamento de oficial de Exército nas ações da organização, ao utilizar o adjetivo de “milicão” e em que critica seu oportunismo, sua fixação em querer comandar, em querer centralizar o poder, quando o considera com uma ação “hipócrita” no momento do rompimento para o ressurgimento da VPR.

No discurso Nomadopolítico, encontramos relatos bastante detalhados sobre a trajetória do processo da luta armada, em que Fotógrafo e Jornalista nos contam sobre a derrota que no momento passado não percebiam e sobre como foram cercados pelos mecanismos repressivos e de captura do Estado militar:

A gente não tinha noção, a gente não tinha noção que o fator surpresa da guerrilha, que era a nosso favor, o fator surpresa, a gente não tinha noção que isso uma hora ia acabar, que ia deixar de ser surpresa. E estava na cara, porque começamos a fazer ação armada e era tal padrão. Depois de alguns meses de várias ações, de assaltos a bancos, os bancos começaram a se precaver com coisas, já não era mais tão fácil. No início era de uma facilidade

¹³⁸ Jornalista cita o congresso da VAR-Palmares, que resultou em sua divisão e no ressurgimento da nova VPR.

inacreditável você entrar no banco e assaltar um banco, ainda mais entrando armado. Não havia proteção nenhuma. Quando começou a ficar difícil: ‘É mesmo, temos que nos preparar melhor’. Preparar-se melhor para os assaltos. E aí é uma coisa de assalto a lojas de armas, assalto a quartel militar, o que dá certo uma vez, no máximo duas, mas com o Exército brasileiro, com a CIA orientando... A facilidade foi no início. E nós não tínhamos noção. Cometemos erros enormes de segurança (FOTÓGRAFO, 341-351).

Nenhum lugar mais poderia ir, nenhum lugar do Brasil. Tinha essa dificuldade, um cara como Lamarca, ou outros mais procurados, não podiam circular por aí. Nem os vizinhos poderiam saber que eles estavam ali. Então tinha casa, que o cara que montava para ter uma vida legal, e tinha gente ali que a vizinhança não sabia, então era uma puta dificuldade. Se você tivesse morado lá a vida toda, podia falar ‘Tem um parente meu, perdeu o emprego, vai tentar a vida aqui’, mas você não tinha essa possibilidade. A gente foi pego mesmo numa arapuca, a gente se meteu numa que não tinha saída. Fazia parte, estava no final, com as quedas, tortura, a polícia sabia logo que o cara que era preso, que ele tinha encontros, que tinha ponto, se ele faltasse num encontro, dois encontros, que era para desmontar tudo que ele sabia. A tortura era selvagem nas primeiras horas que o cara entregava o próximo ponto. E tinha coisas que a polícia detectava pessoas e não prendia. Ficava vigiando, vigiando, para pegar vários contatos. Do ponto de vista militar fomos dizimados (FOTÓGRAFO, 499-511).

A gente tentou, e aí estava assim acreditando realmente em deslanchar a luta no campo, rapidamente, seria uma guerrilha propagandista, que serviria só para manter a chama da luta, teria muita mobilidade, atacaria e fugiria, não tentaria crescer como um Exército popular, mas seria um fator de desmoralização do Exército da ditadura, de propaganda, de provar que o regime militar não era invencível. Mais ou menos isso, a gente estava naquelas de que tinha que chegar naquele negócio das frentes, de unir todos os grupos remanescentes, para fazer as ações, sem já aquela mentalidade de pequeno comerciante que existia em 68 (de todo mundo querendo conquistar a ‘clientela’ para si). Então, eu estava achando isso, que era uma última cartada, que se tornássemos nossas células tão eficientes como as dos tupamaros e se conseguíssemos lançar a coluna estratégica móvel no campo, ainda haveria uma chance de virar o jogo, que estava evidentemente já desfavorável a nós, isso saltava aos olhos (JORNALISTA, 541-552).

Em 1970, como comandante da Inteligência, sabendo muito mais coisa que os militantes comuns, tudo, pressentia, mas não queria admitir, que a luta armada estava nos estertores. O que há é aquela coisa de você ter apostado sua vida toda nesse negócio, então não quer abrir mão tão facilmente. A minha visão, um pouco antes de ser preso, era que a gente está jogando uma última cartada. Que a gente estava tentando criar a Organização perfeita para resistir às investidas da repressão (JORNALISTA, 532-537).

Portanto, há uma descrição crítica do processo, da derrota, em que diferente do discurso estratopolítico não se enaltece apenas o vivido, ou diferente ao discurso tecnopolítico, não se seleciona apenas as vivências a partir do juízo do saber; há uma seleção

dos aspectos críticos e positivos, com uma descrição mais vívida e detalhada da experiência e dos afetos que atravessaram.

Consideramos que a memória nomadopolítica é a do trânsito pelos estratos, trânsito que implica também em uma série de rupturas, ruptura com as antigas práticas e a afirmação de uma prática autônoma, em muitas vezes, uma prática desde o lado de fora. E as trajetórias de Jornalista e Fotógrafo em relação à luta armada também foram de rupturas, em que o primeiro se considerou abandonado e usado como bode expiatório pelos seus ex-companheiros na prisão (JORNALISTA, 579-590) e o segundo decidiu partir para o exílio, afastando-se pouco a pouco do movimento dos exilados. Então desde esse acontecimento, Jornalista se afastou dos movimentos organizados de esquerda, retornando recentemente à mídia, impulsionado pela publicação de seu livro. Já Fotógrafo militou no PT quando retornou do exílio e desfilou-se a partir de uma justificativa tecnopolítica, como já colocamos no tópico 4.2. desse capítulo. Não se manteve as filiações aos movimentos e grupos políticos da transição da militocracia à democracia; a Nomadopolítica atua mais por rupturas, cisões e deslocamentos.

Esse discurso, enquanto inimigo dos estratos, tece críticas à estratificação de alguns militantes de esquerda na estrutura institucional, que se acomodaram aos seus cargos políticos. As críticas aumentam quando essa estratificação está acompanhada de denúncias de casos de corrupção na atualidade, conduta a qual Fotógrafo já percebia sinais no período da guerrilha, quando alguns militantes não arrumavam emprego para constituir uma fachada legal e se acomodavam com o salário da Organização (FOTÓGRAFO, 446-447). Para ele, este fato “(...) explica muito bem o que acontece hoje no Aparelho do Estado” (FOTÓGRAFO, 443-444), pois “(...) eu senti e vi que tinha muitos companheiros, principalmente de origem humilde, que para eles terem caído na clandestinidade ou não, sendo militantes profissionais, eles tinham uma garantia ao problema do desemprego. O cara

era militante profissional, tinha o emprego garantido, estava protegido pela revolução” (FOTÓGRAFO, 444-448). Mas por outro lado, também adiciona a informação de que a acomodação não foi apenas por má fé e sim como havia muita perseguição dos equipamentos da repressão, muitos tinham que se esconder e não podiam se arriscar para sair para trabalhar (FOTÓGRAFO, 493). Contudo, afirma que houve uma minoria de ex-guerrilheiros no exílio que manteve esse padrão de acomodação, descobriu ajuda internacional e bolsas de estudo para exilados políticos e passou a viver disso:

Mas como estava te falando, aí vêm essas coisas e é um absurdo, tem pessoas que descobriram essa ajuda internacional de partidos e entidades, que é a origem dessas ONGs picaretas. Até hoje tem gente que recebe ajuda internacional, que ele montou um esquema quando era exilado, e são picaretas, picaretassos! Caras que são conhecidos, militantes conhecidos. Quer dizer, não dá para perdoar. Eu não perdôo, eu falo, discuti e falo que é picareta e os caras não estão nem aí (FOTÓGRAFO, 629-634).

Então essa “descoberta” da ajuda internacional para pessoas foi revertida num esquema para arrecadar fundos ao partido, seguindo uma lógica estratopolítica: “Isso leva para o pessoal que está no poder, está no Estado, criar ONGs, para ajudar a ONG, mas para ir para seu partido. Mas esse dinheiro que sai do governo, vai para uma ONG e que vai para um partido, é nosso, é do povo. É para criar hospital para atender a dengue no Rio” (FOTÓGRAFO, 634-637). Então o discurso nomadopolítico reprova tal prática do grupo que está no poder do Estado de desviar recursos públicos para o partido através da criação de ONGs, que têm como único fim arrecadar dinheiro para o partido: “Nós temos esse problema e é sério. Esse problema é sério porque o PT, as denúncias de corrupção do PT começaram quando a Erundina ganhou a prefeitura aqui. E toda prefeitura que o PT ganhou foi feito desvio de dinheiro para dentro do PT. E nesse caminho tem muito dinheiro que não chegou” (FOTÓGRAFO, 648-651). Fotógrafo continua a crítica contra a estratificação de militantes na estrutura institucional:

Não, não é comodismo, é uma sem-vergonhice (...) Mas as pessoas que são colocadas, aquilo lá, estão como os militantes de origem da luta armada. Está lá porque tinha uma garantia, ele defende isso com unhas e dentes. Ele acha que vai ser eterno esse emprego dele como representante do PT em qualquer lugar, em prefeitura, em repartição, em ministério, ele defende com unhas e dentes isso. Não basta defender politicamente uma coisa que não dá. O Lula vai para uma entrevista e fala que o que o PT fez foi caixa 2, coisa que todo mundo faz. E não acontece nada. Pessoas sérias que tinha, saíram: Frei Betto, Oded Grajew, pessoas desse nível saíram fora. Alguns outros foram para o PSOL, que está com umas alianças complicadas por aí, ou não quer fazer alianças com ninguém, não sei o que vai dar (FOTÓGRAFO, 672-682).

Deste modo compreendemos que o discurso nomadopolítico realiza uma leitura da transição da militocracia à democracia a partir dos fluxos, dos movimentos, das cisões, dos afastamentos, das descontinuidades e críticas, em que não se compartilha com determinadas práticas políticas estratificadas, realizando assim duras críticas e preferindo manter-se mais distante ao que ocorre no estrato. De certa forma o discurso nomadopolítico é inimigo do estrato, inimigo da fixação nos estratos.

5.2. O imaginário de transformação social

Se o agenciamento nomadopolítico já não visualiza a transformação social a partir das estruturas instituídas, concebe tal transformação muito mais distante depois das atuais práticas do PT no governo, que considera estar num movimento muito maior de conservação, de manutenção do status quo, do que de transformação. Então antes de citarmos o que a Nomadopolítica imagina como transformação social, citaremos as inúmeras críticas feitas em relação ao giro à direita do PT, presentes nos relatos de Jornalista e de Fotógrafo, em que o primeiro tece críticas mais no ponto de vista econômico e político-institucional e o segundo no ponto de vista ético, em relação às práticas de corrupção do partido.

O discurso nomadopolítico é contra a idéia de que esteja ocorrendo uma transformação social, uma revolução processual, que o PT estaria ocasionando no Brasil, tal como crê o discurso estratopolítico de esquerda. Quando perguntado sobre isso, Jornalista afirma que a

esquerda no poder imprime a mesma lógica neoliberal: “Outro princípio é de que, num governo, o principal é política econômica. A nossa é neoliberal, é totalmente inserida no Capitalismo globalizado, então, para mim, o Governo Lula é um governo burguês na essência e com algumas tinturas esquerdistas nas perfumarias” (JORNALISTA, 715-718). Dessa forma, a esquerda no poder do Estado, nesse discurso, não está trazendo nenhum aspecto novo na gestão econômica que traga alguma transformação social. E ainda afirma-se: “Eu acho que eles apenas estão tornando, camuflando, a dominação burguesa. Os bancos nunca lucraram tanto, nunca anunciaram tantos recordes de faturamento, já existe vários artigos aí, vários estudos que comprovam que nunca os bancos foram tão beneficiados, a coisa mais emblemática e mais sórdida do Capitalismo pós-industrial, parasitismo do setor bancário, o Capital financeiro é o grande beneficiário do Governo Lula” (JORNALISTA, 735-739). Continua-se a crítica contra o governo ao comentar-se um dos principais projetos sociais do PT no poder, o Bolsa-Família:

Então acho que não existe nem de longe esse tal de espírito revolucionário, das massas, existe apenas aquela, um paternalismo estatal, estilo PRI mexicano, as pessoas pobres penduradas aí no bolsa família, é um negócio triste. Não tem nada, quer dizer, o social, a proposta do socialismo é emancipar as massas, mas as massas nunca estiveram tão submissas como agora, não apitam nada, servem para encher urna na eleição e para fazer manifestaçõezinhas de apoio, de endosso. O que está aí não passa de uma modernização assim do getulismo, no fundo é uma forma de dominação das massas, muito semelhante a Getúlio, como uma atualização, digamos. Mas essa capacidade de, essa anomia da população brasileira, essa necessidade de líderes messiânicos e de nada fazer, cruzar os braços enquanto delega decisão aos líderes, é bem, também, uma volta ao esquema de Getúlio, o pai dos pobres. Em minha opinião, Getúlio deu mais aos trabalhadores do que o que Lula está dando (JORNALISTA, 740-750).

Desse modo, não se vislumbra um processo transformador, nem processual, que a esquerda no poder estaria traçando, muito pelo contrário, critica-se que há um processo de criação de sujeição e de submissão através do auxílio financeiro proporcionado pelo Bolsa-Família. Então nesse discurso, essa ajuda financeira às famílias pobres serve mais para dar votos à esquerda no governo, do que proporcionar um movimento de “emancipação das

massas”, conforme linguagem utilizada, ou seja, mais estratificação dos poderes constituídos do que promoção de mudança social. Jornalista radicaliza ainda mais tal crítica atribuindo a Lula características mais de um político populista, do que de um político de esquerda, correlacionando-o com o presidente populista Getúlio Vargas, inclusive dizendo que Vargas fez mais para os pobres do que o próprio Lula, ou seja, entende-se que o Bolsa-Família é uma medida que gera mais submissão, mais paralisia social, do que transformação social.

Fotógrafo, seguindo o mesmo discurso, também sustenta posição similar em relação ao programa Bolsa-Família, entendendo que não gera um processo de transformação e tem um fim direto eleitoreiro: “Quando eu falo que esses programas do PT são esmolos, e não vai resolver, não tira a pessoa da pobreza, não educa, não faz nada, e o que falam para mim? ‘É que para você R\$50,00 por mês é o que você gasta no boteco num fim de semana’. E numa eleição hoje o Lula é reeleito no primeiro turno, não é?” (FOTÓGRAFO, 663-666).

Outro alvo de crítica do discurso nomadopolítico é o uso dos aparelhos de repressão e de inteligência do Estado que o governo utiliza para fins próprios, ferindo assim direitos constitucionais e constituindo o que considera ser um Estado policial. Jornalista relata o caso da investigação sobre um banqueiro:

(...) eu nunca vou achar que ABIN, Polícia Federal, possam servir a Revolução, para mim isso é repressão. ABIN e Polícia Federal são repressão, então eu não sou a favor de banqueiros como Daniel Dantas, mas também não sou a favor da repressão. Não tenho partido nenhum a tomar, só não quero que esses caras detonem direitos constitucionais. Acho que a gente tem que manter o máximo de liberdade, máximo de respiradouro e não favorecer a caminhada para o Estado policial. Eu acredito que o Estado policial vai acabar sendo sempre de direita, mesmo que quem dê a partida seja o pessoal de esquerda. Então, desde sempre eu sou assim, por princípio (JORNALISTA, 708-715).

Essa crítica ataca as práticas de arbítrios do governo, que ao ocupar a Hiper máquina de captura procura utilizá-la em benefício próprio, inclusive adotando práticas anti-constitucionais, num discurso contra o uso dos estratos estatais em benefício próprio e abusivo de quem ocupa a direção do Estado. Outra crítica contra a estratificação dos

elementos na estrutura estatal é a que se conhece como crítica ao personalismo, da crítica ao que a esquerda historicamente chama de culto à personalidade, mas que praticamente recaiu nisso em infinitas vezes, seja ao culto à personalidade de Lenin, Stalin, Mao Tsé-tung, Fidel Castro, etc., ou de novas lideranças institucionais, carismáticas. Jornalista sustenta que há um processo personalista ocorrendo, em que alguns atores políticos querem se colocar nesse lugar, travestindo interesses pessoais com a máscara da esquerda política: “É, para mim eles abandonaram o projeto político partindo para o projeto pessoal, só que por força de serem pessoas brilhantes, apresentam projeto pessoal como projeto político, mas na verdade eu não diria que essas pessoas hoje são revolucionárias. Acho que apenas tem uma retórica revolucionária a suas ambições pessoais” (JORNALISTA, 756-759). Deste modo, nessa crítica aos sujeitos políticos que querem se fixar em lugares de poder, denuncia-se que há um uso das ideologias de esquerda, um uso dos ideais “revolucionários” como retórica eleitoreira, ou seja, sustenta-se que nas práticas da Estratopolítica há um uso das ideologias com fins eleitorais pessoais e de justificação para o advento e a manutenção de lugares de poder dentro da estrutura instituída. Então a crítica à Estratopolítica se dá por ela se implicar muito mais com as posições na estrutura, na tomada e na manutenção do poder, do que na transformação social, em que se valoriza apenas os resultados e abandona-se assim as antigas ideologias defendidas:

Se colocam como homens providenciais, acreditam que haverá avanços se eles estiverem, é um pouco o que falei do Lamarca, pessoas que acreditam que as coisas irão bem se eles estiverem à frente delas, então muitas dessas pessoas, por exemplo, a coisa mais marcante que eu sempre lembro é que a gente fazia uma distinção muito clara entre a dialética marxista (segundo a qual fins e meios estão em permanente interação, um modificando o outro) e o utilitarismo dos jesuítas (segundo quem os fins justificam os meios). Tem muita gente aí que está usando os meios mais sórdidos e torpes, achando que o fim desculpa, o fim vai absolvê-los do uso de meios inescrupulosos. Para mim esse pessoal deixou de ser marxista, já não raciocina mais como marxista (JORNALISTA, 763-771).

A crítica Nomadopolítica à Estratopolítica ataca o suposto utilitarismo realizado pelos atores políticos da esquerda que estão atualmente no poder do Estado. Fotógrafo, estarecido, cita a contradição das práticas da esquerda, que acaba por reproduzir as práticas que considera mais torpes e corruptas da direita:

Então, você teve uma concepção de vida, o tempo todo, e na hora em que você chega ao governo, mesmo por eleições, você fica com o comportamento igual ao que todo mundo sempre teve, ou pior, porque é você que está fazendo, você está contrariando tudo que você falou a vida toda e ainda tenta justificar, falar que é uma coisa normal (FOTÓGRAFO, 637-641).

(...) o PT fazer mensalão, o outro lá vasculhar as contas do jardineiro. Pô, isso é política de direita, é a política mais... Uma militância política dita revolucionária, socialista, dita de todos, e agora, na prática, estão fazendo a coisa mais escrota que se faz, se fez, sempre no Brasil, igualzinho, não tem o que tirar nem por e assumem. Eu me pergunto, para os caras, como que você milita num partido que o Lula fala que quem tem mais de 50 anos e é de esquerda tem algum problema? O problema é ele que nunca foi de esquerda, usou a esquerda, assim como a esquerda usou ele, para atingir o poder (FOTÓGRAFO, 641-648).

Todos os erros que a esquerda cometeu, 1935, 1964, nossa luta armada, todos eles causaram coisas ruins para a esquerda. São derrotas e tem essas conseqüências. Agora, o que o pessoal está fazendo hoje, está desacreditando a esquerda, está sendo pior e vai demorar muito mais tempo para alguém levar a esquerda a sério. Não tem uma proposta. (FOTÓGRAFO, 652-655).

Então a Nomadopolítica critica a “trapaça” da prática estratopolítica da esquerda, que sequer manteve a fixação no seu estrato ideológico de esquerda, não se manteve ética no poder do Estado e passou a reproduzir tudo o que o antigo discurso da esquerda criticava na direita:

Na minha vida, é a maior decepção. É a maior decepção que eu tive na minha vida política, desde a criação do PT. E eu fui do PT por dez anos, militante, sindicalista e cutista. É a maior decepção. Eu não acredito que pessoas que acompanhei, que conheço tão bem, podem ter esse comportamento, comprar votos e usar o mensalão para votar no governo. Se aliaram com as coisas mais escrotas que tem na política brasileira. E o governo do PT, quem defende o PT é a escória do PMDB, que defende o governo. E o país, que tem o povo despolitizado. E se eu falo isso que estou falando para você nos lugares que eu freqüento, eu apanho. Apanho! As pessoas caem em cima de mim (FOTÓGRAFO, 655-663).

Além da reprodução das mesmas práticas criticadas da direita, Fotógrafo acusa que há todo um “aparelhamento” do PT, em que no Estado são contratados militantes do PT, amigos e inclusive “funcionários-fantasma”, posições em que tais pessoas se fixam no estrato, aferram-se e se apegam ao cargo que ocupam como se fosse um emprego eterno:

E vive disso. E por que vive disso? Porque está tudo aparelhado. É uma coisa de louco. Tem pessoas que conheço que são empregados-fantasma, funcionários-fantasma. O cara está registrado no gabinete de um deputado, aquele ali e agora nem mais militante ele é, nem mais trabalha para o partido. Faz umas coisinhas lá para o deputado por fora, tem um salário de 8-10 mil reais, sei lá quanto que é o salário, e dá uma parte para o deputado... Pô, não dá. É uma tristeza. Mas por outro lado, cheio de gente do PT que é muito honesta, mas que dá para virar não dá para virar. Acabou. E depois de tudo que aconteceu, o mesmo grupo dirigente fica mandando no PT, são os mesmos, não mudou. A única coisa que tem é que Palocci, Zé Dirceu foram caindo... Mas eles continuam mandando dentro do PT (FOTÓGRAFO, 697-706).

Consideramos que tal crítica Nomadopolítica dirige-se de uma forma geral ao funcionamento estratopolítico, em que muitos políticos, seja da direita ou da esquerda política, operam nesse agenciamento, fixando-se nos seus lugares institucionais e, em muitos casos, realizando atos ilegais para conseguir se manter no poder e seu “salário” para sobreviver. E é em nome dos estratos, que políticos cometeram atos de corrupção.

Então o discurso nomadopolítico ataca os estratos, critica a lógica da Estratopolítica, a qual para manter seu fim principal, para fixar-se nos estratos e manter os lugares de poder institucional, chega até a utilizar práticas de corrupção. Então o PT que tinha um determinado discurso antes de assumir o poder do Estado, para se manter no estrato estatal acaba entrando num esquema de negociação com os setores conservadores do Estado e acaba por alterar seu discurso e práticas políticas. O trecho abaixo, as últimas frases da entrevista do Fotógrafo, de certa forma resume os atos de corrupção e a defesa a políticos corruptos de outros partidos que fazem parte da base aliada do PT. A sua visão sintética sobre como vê a tomada do poder por pessoas que tinham longa história de esquerda se assemelha à história do livro “A

Revolução dos Bichos” de George Orwell (1975), em que todo mundo no poder se torna igual, mas igual num mau sentido...

Eu ainda não acredito no que acontece. O escândalo do dossiê, cair na arapuca, cair na armadilha que o Serra montou, comprar um dossiê de dois bandidos que estavam com processo, CPI, um dossiê do Serra e os caras vão lá e são pegos em flagra, é muita burrice, é muita burrice. Um cara, um ministro como Palocci, vai quebrar o sigilo bancário de um jardineiro! Olha que coisa, que falcatura, esse negócio do mensalão, e o pior que é tudo verdade, estou fora. Limpam a barra do Renan Calheiros, limpam a barra do Maluf aqui em São Paulo, a Dona Marta limpou a barra do Maluf. Essa semana só, o Lula falou bem do Severino, do Renan e não sei quem mais. Virou a história, todo mundo é igual... (FOTÓGRAFO, 751-758).

Dessa forma, compreendemos que para a Nomadopolítica a possibilidade da efetuação de uma transformação social a partir do Estado, através da Estratopolítica, é muito remota, principalmente devido aos problemas em relação à utilização de práticas políticas não transformadoras, como a manutenção de uma política-econômica neoliberal, a utilização de projetos sociais para fins eleitorais, a constituição de um Estado policial, a sobreposição de projetos pessoais em relação aos projetos político-coletivos, a reprodução das mesmas práticas da direita e a criação de intrincada trama de corrupção em que o dinheiro público é desviado para fins do partido e fins pessoais.

Dessa forma, esses discursos corroboram com as construções teóricas de Michels (1982), Przeworski (1991) e Deleuze e Guattari (1997) em que há uma captura dos princípios políticos de esquerda frente à lógica do Estado, no caso a captura das práticas políticas por um agenciamento Estratopolítico que se sobrepõe às questões de ordem ética.

Mas então, qual seria o modelo de transformação social da Nomadopolítica?

Talvez a Nomadopolítica não tenha fórmulas prontas, mas tem algumas direções gerais e abertas como:

Acho importante poder contribuir para a reconstrução da esquerda, mas uma esquerda ética, de mãos limpas e com posições compatíveis com os desafios de nossa época, do século XXI. Sabe, não é nem ficar endossando seqüestrador serial das FARC, coisas atrasadas, e nem também esse negócio

de você achar que conquistando o Governo, conquistando o poder, conquistando o poder faz a Revolução de cima para baixo; eu descreio de tudo isso. Acho que você tem que trilhar outros caminhos. Caminhos em que a esquerda tenha compromisso com os Direitos Humanos, a esquerda não pode de maneira nenhuma hoje, no mundo moderno, se separar de Direitos Humanos, como vêm fazendo, justificando desrespeito a habeas corpus, desrespeito de asilo político, grampeamento de telefones, etc. Eu vou brigar até o fim contra essas coisas. Sei lá, acho que hoje eu me defino, sou mais um libertário, estou mais próximo, digamos assim, do anarquismo, do neanarquismo de 68, Marcuse, tal, do que do stalinismo requentado de muita gente e dessa bobagem de querer fazer a Revolução a partir de Brasília (JORNALISTA, 718-730).

Então a Nomadopolítica não pensa a transformação social a partir da tomada do poder do Estado, a partir de relações autocráticas e estratopolíticas, para Jornalista deve-se manter uma relação com a ética, os direitos humanos e as questões libertárias. Deste modo, a Nomadopolítica refere-se muito menos a uma democracia representativa, já que combate os estratos, do que a uma democracia plural, direta.

(...) então a gente tem que tentar gerar uma nova esquerda com uma visão diferente (...) que você não pode mais fetichizar o poder, acreditar que o poder resolve tudo, você tem que atuar de uma forma consensual dentro da massa, você tem que partir para Revolução horizontal e não de cima para baixo, você tem que respeitar os direitos humanos, respeitar a pluralidade de pensamentos dentro do bloco revolucionário (...) tem de admitir as várias posições existentes no campo revolucionário, discutir e respeitar as pessoas e isso é o caminho. A gente tem que recomeçar daí e não nessa coisa monolítica, nesse negócio como agora ocorre (...) (JORNALISTA, 780-788).

Não se sabe a eficácia da Nomadopolítica, não se pode prever seu impacto social, pois ela está difusa e se realiza no âmbito da abertura política, da experimentação e da criação. Muitas vezes seu fim pode se realizar em sua expressão, na enunciação do desejo transformador, dos seus devires minoritários, os quais não estão comprometidos a priori com uma tomada do poder, por isso pensamos que a Nomadopolítica se aproxima das reflexões sobre uma micropolítica e uma Revolução molecular para Félix Guattari (1987) e das reflexões de “Mudar o mundo sem tomar o poder” de John Holloway (2003). Consideramos que o discurso nomadopolítico responde pelo poder do imaginário e não pelo imaginário do poder, pelo poder do desejo e não pelo desejo do poder, por exemplo, aqueles que consideram

que o maio de 68 francês foi um fracasso por não tomar o poder, ou por constituir-se como uma “ilusão grupal” (ANZIEU, 1991), não entenderam nada de devires, de imaginário e nem de Nomadopolítica. O mesmo podemos falar sobre a luta armada brasileira, em relação àqueles que a criticam e a diminuem pela justificativa de que os guerrilheiros queriam tomar o poder e implantar uma ditadura do proletariado; estes só conseguem analisar a questão em termos de um suposto futuro da revolução, na lógica dos estratos, do estado de coisas, sem conseguir enxergar os devires que os movimentos carregavam, sem conseguir entender o imaginário da transformação social que efervescia nesses acontecimentos, que em muitos casos recusava qualquer estrato e se realizava no seu transbordar. Ao focalizar a luta armada através do agenciamento nomadopolítico, cremos que o que se passava com a guerrilha corresponda mais a um “devir-revolucionário” do que a um “futuro da revolução”, tanto a um devir transformador, um imaginário de transformação social, quanto a um projeto concreto da constituição de uma revolução que culminaria numa ditadura do proletariado, ou mesmo na sociedade comunal. A Nomadopolítica combate os estratos, tal como dissemos anteriormente, quando Antonin Artaud (1947) vocifera contra o organismo, ao defender a constituição de seu “corpo sem órgãos”.

Devido a esse caráter mais difuso e de experimentação, compreendemos que a Nomadopolítica acolhe com maior entusiasmo a diferença, o múltiplo, enfim, as multiplicidades, sendo arredo aos blocos monolíticos e totalitários de poder. A Nomadopolítica é o movimento por excelência, o que está no meio, o que se desloca num espaço entre-dois, obtendo assim um efeito mais dionisíaco que apolíneo, mais *hybris* que *dike*. Dessa forma, consideramos que a Nomadopolítica está comprometida muito menos com as forças da ordem, organizadas e que reproduzem as estruturas conhecidas e instituídas, do que com as forças demoníacas, caóticas e de criação.

Para finalizar, ressaltamos que esses agenciamentos não operam independentemente e estão em inter-relação e conexão, em que, muitas vezes uma conduta Nomadopolítica pode se fixar numa conduta Estratopolítica, como por exemplo, guerreiros nômades que invadem um reino e se fixam como os novos governantes desse território de uma forma tradicionalmente imperial, ou próximo do nosso caso, ex-membros de organizações guerrilheiras que ao tomar o poder formam um governo totalmente estratificado, ou o inverso, um agenciamento estratopolítico pode dar espaço ao agenciamento nomadopolítico, como por exemplo, numa anarquia coroada, dos delírios e caprichos de Heliogábalos no topo do Império Romano. No que se refere à Estratopolítica e à Nomadopolítica, compreendemos que ambas ocupam posições contrárias numa reta, em que cada uma situa-se num pólo, numa das duas pontas de uma mesma reta comum, em que quanto mais estratopolítico for um agenciamento, menos nomadopolítico ele será e vice-versa; Estratopolítica e Nomadopolítica constituem-se como que negativos um do outro. Já a Tecnopolítica segue por outro registro, desterritorializado em relação aos estratos tradicionais de poder, mas territorializado em relação aos saberes que o referendam, então pode haver saberes tecnopolíticos mesclados aos outros dois agenciamentos políticos, como constantemente aparecem nas entrevistas.

Dessa forma, nesse capítulo tentamos definir os três discursos que apareceram nas falas dos entrevistados que justificam o trânsito da militocracia a uma democracia, como os discursos abordam a transição das práticas políticas nesses dois períodos e o imaginário da transformação social.

CONCLUSÃO

1. A guerrilha rerepresentada

Corroborando com nossa discussão teórica sobre a memória e a temporalidade (Capítulo 4), as práticas políticas do momento da guerrilha, o passado, são rerepresentadas a partir dos posicionamentos políticos atuais, ou seja, as lembranças são selecionadas e expressas a partir da lente intencional do presente. Deste modo, considera-se que o passado não foi reconstruído da mesma forma que ocorreu originariamente, não há uma fidelidade incondicional; plasmou-se em novas configurações a partir dos diferentes discursos enunciados, obtendo assim uma plasticidade. O passado assume então a função de justificativa das escolhas do presente, o passado fica a reboque do presente e não o contrário; do presente ser resultante direto do passado. Então, compreendemos que a reconstrução do passado foi contingente às posições de enunciação atuais dos atores sociais, aos seus posicionamentos discursivos. Dessa forma, as vivências de uma guerrilha armada também foram reconstruídas a partir do quadro do presente, em que constatamos que a reflexão e a crítica sobre a política atual adquiriram maior intensidade e importância nos relatos de nossos entrevistados do que seus passados de luta armada.

A partir das entrevistas encontramos três agenciamentos que modularam os discursos. Deste modo, a guerrilha foi rerepresentada de três formas: como uma das etapas (estrato) da vida de desafios e sonhos até o processo de redemocratização do país e o PT chegar ao poder do Estado; como uma ação política racional e refletida que prezava uma gestão política mais justa e; a partir de uma reflexão sobre seus erros e acertos, de suas alianças e rupturas, em que os relatos pareceram estar mais conectados às afecções. Grosso modo, podemos afirmar que

os trabalhos da memória reconstruíram a guerrilha e o passado a partir de um ponto de vista das instituições, de um ponto de vista de um saber e de um ponto de vista das afecções; em que essas três facetas aparecem misturadas nos relatos de cada ator social. Todos os discursos associaram o surgimento das guerrilhas armadas de esquerda com o Golpe de 1964, perpetrado pelos militares.

2. Os discursos da transição

A partir das entrevistas constatamos que as práticas políticas adotadas pelos nossos atores sociais são diretamente contingentes aos acontecimentos político-sociais, seja no processo de adesão a uma militocracia, que se deu após o Golpe de Estado de 64, em que a militocracia da esquerda foi resultante da militocracia do Estado militar, ou no processo de abandono da luta armada e do retorno da militância política pela via institucional, que ocorreu com a derrota das guerrilhas armadas e principalmente pelo processo de redemocratização pelo qual passou o país.

Consideramos que o retorno à democracia foi a característica mais expressiva que marcou a transição das práticas políticas nos dois momentos investigados e que surgiu nos diferentes relatos; o advento da democracia justifica o trânsito das práticas políticas assumidas pelos atores sociais. Entretanto, por mais que o discurso da democracia transversalize os diferentes relatos, ele assume acepções distintas nas falas dos atores, pois como já citamos nos capítulos 2 e 6, o termo “democracia” é polissêmico e pode ter múltiplas significações. Deste modo, a partir das análises das entrevistas e de nossa revisão teórica e bibliográfica, que privilegia as discussões sobre o agenciamento (DELEUZE & GUATTARI, 1995b), de um campo transcendental, impessoal e povoado por singularidades e acontecimentos (DELEUZE,

2003) e do aspecto performativo, pragmático, da memória (VÁZQUEZ, 2001), elaboramos três discursos distintos que apreendem e referem-se ao regime democrático, três modalidades distintas de se relacionar com a democracia, com o fazer político e que expressam a transição das práticas políticas, a saber: a Estratopolítica, a Tecnopolítica e a Nomadopolítica.

Supomos que estes discursos não são substâncias, mas sim formas de funcionamento, de maquinação, de operação, em que diferentes aspectos co-funcionam de acordo com tais agenciamentos, havendo uma co-articulação funcional entre esquemas de pensamento, investimento desejante, práticas políticas, configuração psíquica, etc., de acordo com determinado agenciamento. Ressaltamos que não queremos reduzir instâncias distintas a uma mesma substância, mas sim articular numa mesma modalidade de funcionamento elementos heterogêneos, como se tais agenciamentos fossem configurações, distintas e móveis, do campo transcendental; ou seja, queremos postular um modelo de articulação de materialidades heterogêneas que co-funcionam juntas e não reduzir a heterogeneidade de materialidades a uma substância homogênea.

Então, propomos a existência de um agenciamento democrático a partir de uma abordagem Estratopolítica, em que há um investimento desejante nos estratos, em que as estruturas e as instituições, conseqüentemente o Estado, assumem posição central e fundamental para as práticas políticas do sujeito. Nesse agenciamento há um desejo de fixação na, e incorporação da, estrutura institucional para a realização de ações políticas, havendo uma espécie de simbiose com a instituição (BLEGER, 1975), ou o que Kaës (1997) chamaria de “colagem imaginária”, visto que os estratos são parte formadora do campo transcendental, em que as posições ocupadas são imprescindíveis para o fazer político.

Sugerimos a existência de um segundo agenciamento democrático através da abordagem Tecnopolítica, em que não há mais um investimento nos estratos, mas sim uma fixação nos saberes técnicos desenvolvidos para a gestão da política e da vida. Na

Tecnopolítica, a tecnologia da política assume a primazia sobre a gestão da sociedade e da vida, em relação aos tradicionais mecanismos de deliberação política.

Propomos a existência de um terceiro tipo de agenciamento democrático a partir da abordagem Nomadopolítica, que se funda antes nos movimentos, nos fluxos, numa lógica magmática-rizomática, do que nos estratos institucionais, ou numa tecnologia política. A Nomadopolítica procede por deslocamentos, pelas bordas, pelos movimentos moleculares e das multidões, sendo mais próximo de um *devir*, do que de um *ser*, ou de um *saber*.

Tendo em vista que os discursos do trânsito referem-se a mecanismos de operação, de funcionamento, eles não são redutíveis às ideologias. Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica não podem ser reduzidos às ideologias do comunismo, da social-democracia e da anarquia, respectivamente. Por mais que em teoria possam apresentar elementos correlatos, um não pode ser associado diretamente ao outro, pois, por exemplo, um social democrata pode funcionar de uma forma stratopolítica, agarrando-se e dando primazia às posições institucionais conquistadas; um comunista pode operar de forma nomadopolítica, não se submetendo à ortodoxia e hierarquia do partido; um anarquista de forma tecnopolítica, em que suas ações se dão por um acúmulo de saber, e não por seguir determinada ideologia de seu coletivo, etc. Da mesma forma que W. Reich (1988) discorria sobre a coexistência dos investimentos revolucionário e conservador, seja na burguesia ou no proletariado, consideramos que esses três agenciamentos coexistem independentes do regime político e da ideologia, por exemplo, encontramos os funcionamentos desses agenciamentos tanto na esquerda, como na direita política. Deste modo, podemos compreender o fenômeno, não raro, da existência de políticos de partidos de direita que assumem práticas mais transformadoras e menos estratificadas do que alguns políticos da esquerda. Compreendemos que pensar na modalidade de regimes comunista, social-democrata e anarquista põe em relevo mais as ideologias e os conjuntos de idéias, enquanto pensar nos agenciamentos que propusemos;

Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica, coloca a questão de análise mais nas práticas concretas, assumindo uma perspectiva pragmatista.

Então, em nossa linha de raciocínio, tiramos das ideologias políticas o papel de protagonismo que usualmente assumem nas análises sociais. As ideologias podem até se conectar-colar aos agenciamentos, mas mesmo assim assumem importância secundária, pois muitas vezes a prática política de um gestor pode ser completamente distinta de sua plataforma política e ideológica. Consideramos assim, que o que assume determinância para as práticas políticas é o tipo de agenciamento maquinado e não o sistema de idéias políticas, o qual constantemente é transgredido por quem o defende. As ideologias são conjuntos de idéias que servem como referência política, mas que não têm eficácia quando não estão conectadas a um agenciamento que concretize suas idéias. O filósofo M. Foucault traz um ótimo exemplo disso, quando afirma que o socialismo não tem uma razão governamental, uma governamentalidade autônoma, que concretize seus ideais, dessa forma, historicamente se conectou a um modo de gestão, a uma lógica de governo, liberal¹³⁹ (2008b, p.125). E o que toma determinância nessa conexão; o conjunto de ideais ou as práticas assumidas? Nessa conexão, a nosso ver, as práticas liberais de gestão e normatizadoras do Estado assumem maior determinância e eficácia do que as ideologias defendidas; as práticas produzem maiores efeitos que os ideais. Por isso que preferimos colocar a questão em termos de agenciamentos, práticas e posições de enunciação, pois entendemos que trabalhar a partir do funcionamento dos esquemas de ação, de pensamento e investimento desejante pode ser mais elucidativo do que trabalhar sobre os distintos regimes de enunciados. É como se trabalhássemos mais com uma lógica do “verbo”, do que do “substantivo”, mais uma “dinâmica”, do que uma “estática”.

¹³⁹ M. Foucault afirma que não há uma governamentalidade socialista “oculta” em seus enunciados, sendo preciso então, criá-la (2008b, p.126). Não nos aprofundamos nessa questão, mas consideramos que as práticas do trabalho em cooperativas e da Economia Solidária (SINGER, 2000) são um caminho interessante para a construção dessa outra governamentalidade, nesse caso, alternativa ao liberalismo.

2.1. O Estado é Estratopolítico

De forma geral, podemos pensar, a partir da entrevista de Deputado e das reflexões sobre a Hipermáquina de Captura (Capítulo 2), que a prática política de Estado e de partidos, seja da direita ou da esquerda, funciona de modo estratopolítico, com o investimento no estrato e práticas de conservação, ou seja, com o desejo de tomar e controlar o poder do Estado. Podemos dizer que foi um agenciamento característico de muitas organizações de guerrilha, visto que muitos coletivos ainda se estruturavam sob a forma de partido e tinham como objetivo a tomada do poder do Estado; a conquista do estrato estatal.

Então nesse funcionamento de investimento nos estratos, há um movimento em direção às estruturas, num desejo de fixação e perpetuação nos lugares institucionais. Dessa forma, ocorre uma inversão, num processo de burocratização (MICHELS, 1982, BLEGER, 1980), em que os meios se tornam os fins, por exemplo; determinado grupo político estará mais preocupado em manter-se no poder do Estado do que realizar as práticas políticas de sua plataforma, então estará mais implicado nos meios para continuar na instituição, do que utilizar a instituição para ocasionar transformações sociais na sociedade. A instituição deixa de ser a ferramenta de gestão e se torna o objetivo final, ou seja, continuar na estrutura torna-se mais importante do que o que se pode fazer nela.

Dessa forma, esse desejo de perpetuação na Instituição, no Estado, pode gerar os fenômenos mais contraditórios, como por exemplo; ter uma plataforma política horizontalizada, mas práticas e hierarquia totalmente verticalizada; defender a democracia, mas ter práticas autocráticas, ou seja, gerando uma contradição entre ideologia e práticas exercidas. Outro exemplo foi a recente defesa do PT ao senador José Sarney, acusado de praticar um sem número de atos de improbidade administrativa. Em nome de sua aliança com

o PMDB, Presidente Lula e o PT, arranhando suas imagens com a opinião pública, salvaram da cassação o presidente do Senado. Esse foi um caso explícito de como o PT, numa estratégia para garantir sua manutenção no poder, não se preocupou com os seus antigos discursos sobre ética no governo, defendendo um político que cometeu atos de infração; nesse caso, o desejo pela manutenção da governabilidade do país abandonou a ética.

Portanto, a partir do investimento nos estratos, consideramos que a conduta estratopolítica pode ser uma das explicações para a manutenção do mesmo e de práticas conservadoras no Governo, mesmo quando o grupo dominante é de esquerda e tem um projeto revolucionário. Esse poderia ser um dos caminhos para pensar por que tantas revoluções se fixaram no momento da ditadura do proletariado, criando regimes políticos, em muitos casos, mais autoritários que os de outrora, com extrema centralização do poder, hierarquias rígidas, culto à personalidade dos líderes, sobrecodificação das condutas, etc. Então, em muitos casos o ex-guerrilheiro não sofre uma captura à lógica estratopolítica, mas sim, adere a ela, ou já está agenciado dessa forma.

Logicamente, como há o acoplamento ao Estado, nesse agenciamento todos os projetos de transformação social são imaginados a partir dessa instituição, numa transformação de “cima para baixo”, numa prática reformista, “processual” como foi salientado por Deputado, em que se defende “mudar a ordem dentro da ordem”. Será que mudar a ordem dentro da ordem é possível? Ou melhor, será que uma prática estratopolítica tem potência para fomentar transformações sociais, seja na sociedade ou no Estado?

2.2. O futuro é a Tecropolítica?

Com o fim do bloco comunista no desfecho do século XX e o triunfo do capitalismo, consideramos que houve uma desterritorialização em relação às ideologias no fazer político.

Então, mais que a execução de projetos ideológicos, o que entrou na agenda dos governos, acompanhando os fluxos do Capital, foi a sofisticação dos mecanismos de gestão e de governo. Dessa forma, para qualquer governo o que se torna mais importante é o desenvolvimento de saberes técnicos para uma gestão da vida e da sociedade, que capitalize mais saberes e traga mais resultados. É um desenvolvimento de saberes sobre a política, que prescindia das ideologias, pois a Tecnopolítica busca ser anti-ideológica, ou então, no máximo, porta a ideologia do saber técnico, do saber do especialista. Como já citamos antes, a Tecnopolítica funda-se no *saber* e não no *ser*. Não nos surpreendemos com o surgimento do agenciamento tecnopolítico nos relatos dos ex-guerrilheiros, pois grande parte dos militantes tinha alto grau de formação acadêmica (RIDENTI, 1993), o qual obviamente foi utilizado para analisar os conflitos contra a ditadura.

Atualmente, na política institucional, consideramos que já há uma primazia da Tecnopolítica, com alguns traços de Estratopolítica. Reflexões e discursos, como de Economista, a cada dia ganham mais espaço no cenário político. Conseqüentemente, o imaginário da transformação social da Tecnopolítica se encarna no projeto de criar saberes e mecanismos, dispositivos tecnopolíticos, mais eficazes de administração da vida e dos coletivos, e numa melhor formação da população. E consideramos que essa é a tendência no perfil dos planos de governo, e que, na maioria dos casos, a população tende a valorizar mais o político que tenha um perfil de bom gestor, bom administrador¹⁴⁰, do que um político que tenha sólida formação histórico-político-ideológica.

¹⁴⁰ É claro que temos uma série de exceções a essa afirmação, como por exemplo, nas eleições presidenciais de 2006, em que o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, assumiu o discurso de gestor competente para tentar superar o carisma de Lula. Contudo, a popularidade de Lula é tão grande, que suplantou facilmente o discurso tecnopolítico de seu adversário pouco carismático. A fixação do eleitorado a determinadas figuras políticas é tão grande, que cremos que mesmo numa futura radicalização do agenciamento tecnopolítico no governo, ainda persistirão lideranças com funcionamento estratopolítico.

2.3. A Nomadopolítica como Utopia Ativa

A Nomadopolítica é o agenciamento que é crítico aos estratos, crítico à sobrecodificação do Estado, ao mesmo tempo em que foge da axiomática do capital. Devido a esses movimentos entendemos que a Nomadopolítica é uma política menor (DELEUZE & GUATTARI, 1977a, 1997), feita fora dos espaços institucionais, fugindo do movimento axiomatizador do Capital, seguindo o projeto da autonomia (CASTORIADIS, 2002) e os movimentos da multidão (HARDT & NEGRI, 2006).

Consideramos que esse era um agenciamento bastante presente nas organizações da luta armada na década de sessenta e setenta, em que não se lutou apenas contra a repressão da ditadura militar, mas também contra a organização estratificada do PCB, havendo dissidências, criando outros modos de ação, como por exemplo, o anarcomilitarismo da ALN (GORENDER, 1998). O ex-militante “Clemente” afirma que a estrutura de poder proposta e praticada por Marighella era radicalmente horizontal, diferente da liderança de Câmara Ferreira, “o Velho”, que era mais centralizada, mais próxima dos moldes de Partido Comunista (PAZ, 1996).

Este agenciamento que operava e “transbordava” os movimentos políticos, também é atualizado hoje, mas com outros regimes de expressão e de visibilidade. Por mais que pareça utópico, invisível, imperceptível, atualiza-se nos movimentos da multidão, das maltas (CANETTI, 2005), no movimento de indígenas amazônicos contra a estruturação de um Estado (CLASTRES, 1988), na luta armada pacífica zapatista que prescinde da conquista do Estado e defende uma transformação molecular da sociedade (PEREYRA, 1997), etc.; posição zapatista que fundamentou as reflexões de Holloway (2003) de crítica à Estratopolítica, de mudar o mundo sem tomar o poder. Entendemos que para John Holloway a tentativa de tomar o poder do Estado obedece a uma lógica estratopolítica, na qual defende

que a luta nesses termos já está perdida, pois já reproduz a mesma lógica de dominação do Estado que deve ser combatida.

No cotidiano encontra-se esse agenciamento em alguns movimentos artísticos, em alguns coletivos de casas Okupa¹⁴¹, algumas associações culturais alternativas, em alguns segmentos do movimento estudantil, em alguns movimentos de rebelião, de insurgência, de ruptura com o instituído, etc. Consideramos que a Nomadopolítica é a possibilidade de assumir práticas instituintes, de tentar reinventar o cotidiano a partir do imaginário social e de devires; é atualizar o potencial desterritorializador de uma máquina de guerra. Portanto, a transformação social pode ser feita em qualquer momento, nas pequenas e grandes práticas, nos âmbitos molecular e molar, e não há uma fórmula pressuposta sobre. Não sabemos se a Nomadopolítica um dia agitará tanto os estratos que resultará em grandes transformações molares, não temos como prever o futuro. Como já citamos uma série de vezes a frase de Deleuze (1994) nesse ensaio: é mais uma irrupção de um devir revolucionário do que a preocupação com o futuro da revolução, ou seja, é mais a propagação magmática de fluxos, do que a estratificação de uma estrutura. Consideramos que a Nomadopolítica conforma uma Utopia Ativa, no sentido de imaginar um não lugar e tentar construí-lo.

¹⁴¹ Casas abandonadas e que são ocupadas por jovens, que passam a desenvolver atividades culturais, oficinas de diversas espécies, etc., em que muitas se organizam a partir da auto-gestão.

Referências Bibliográficas:

- ADLER, A. (1939) *Ciência da Natureza humana*. São Paulo: Nacional: 1939.
- ADORNO, T.W. et. all. (1965) *La Personalidad Autoritaria*. Buenos Aires: Proyección.
- ADUSP – Associação dos Docentes da USP- (2004) *O Controle ideológico na USP: 1964 – 1978*. São Paulo: ADUSP.
- AGAMBEN, G. (2002) *Homo Sacer: O poder soberano a e vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- AGAMBEN, G. (2004) *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo.
- ALMEIDA, M.H.T. (2007) *La izquierda en el centro. La experiencia del gobierno Lula en Brasil*. Perez, P. (org.) *La izquierda en America Latina*: Fundación Pablo Iglesias.
- ALTHUSSER, L. (1985) *Aparelhos Ideológicos de Estado: Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª. edição.
- ANRUP, R. (s.d.). *La palabra y la espada: lucha armada y discursos de poder en Colombia*. *ANALES*, 2. Disponível em http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/3214/1/anales_2_anrup_1.pdf>. Acesso em 06/05/2009.
- ANSARA, S. (2005) *Memória Política da ditadura militar e repressão no Brasil: Uma abordagem psicopolítica*. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ANTUNES, R. (1992) *A Rebeldia do Trabalho: O Confronto Operário no ABC paulista – as greves de 1978/80*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2ª. ed.
- ANZIEU, D. (1993) *O grupo e o inconsciente (o imaginário grupal)*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- ARANTES, M.A.A.C. (1994) *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta.
- ARANTES, M.A.A.C. (2008). *Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois*. . *Psicol. clin.* [online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 75-87. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a06v20n2.pdf>>. Acesso em 16/08/2009.
- ARTAUD, A. (1947) *Para acabar com o juízo de Deus*. Emissão radiofônica. Disponível em <<http://escolanomade.org/images/stories/biblioteca/downloads/artaud-para-acabar-com-o-julgamento-de-deus.pdf>>. Acesso em 07/07/2009.
- ARTAUD, A. (1972) *Heliogabalo o el anarquista coronado*. Madrid: Fundamentos.
- AUSTIN, J. (1962) *Cómo hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós, 1988.

BALAZS, E. (1964) Chinese civilization and bureaucracy: Variations on a theme. New Haven and London: Yale University Press.

BARDIN, L. (1977) Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BAREMBLITT, G. (2002) Compêndio de Análise Institucional e outras práticas: Teoria e prática. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

BAREMBLITT, G.F. (2002b) Diez proposiciones descartables acerca del esquizodrama. (mimeog.)

BAREMBLITT, G. (2003) Introdução à Esquizoanálise. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

BAREMBLITT, G. (2004) Psicoanálisis y esquizoanálisis (un ensayo de comparación crítica). Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo.

BASTÍAS, J. (1995) A propósito del MIR chileno. Un intento de Psicología partidaria – Representaciones sociales y subsistemas ideológicos, como factores de inhibición en la crítica de los militantes. Em: D'adamo, O., Beaudoux, V.G. & Montero, M. (comps) Psicología de la acción política. Buenos Aires: Paidós.

BASTOS, R.C.R. & ROCHA, M.E.G.T. (2004) Os militares e a ordem constitucional republicana: de 1898 a 1964. Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v. 1, n. 1, p. 31-53, jul./dez. 2004. Disponível em <http://www.mestrado.uniceub.br/revistamestrado/pdf/Artigo%20Romeu%20Costa%20e%20Maria%20Elizabeth.pdf>. Acesso em 10/03/2009.

BAUER, C.S. (2007). O departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): terrorismo de estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31. Disponível em http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_5_PDFs/Caroline%20Silveira%20Bauer%20-%20PDF%5B1%5D.pdf. Acesso em 16/07/2009.

BAUMAN, Z. (1999) Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BERGSON, H. (1999) Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, 2a ed..

BILLIG, M. (1990) Memoria colectiva, ideología y la familia real británica. Em: Middleton, D. & Edwards, D. (comps.) Memoria compartida: La naturaleza social del recuerdo y del olvido. Barcelona: Paidós.

BION, W.R. (1975) Experiências com grupos: Os fundamentos da psicoterapia de grupo. Rio de Janeiro: Imago, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo.

BLEGER, J. (1975) Simbiosis y Ambigüedad. Buenos Aires: Paidós.

BLEGER, J. (1980) Temas de Psicologia: entrevistas e grupos. São Paulo: Martins Fontes.

- BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs) (1991) Dicionário de Política. Brasília: UnB.
- BOITO JR, A. (2003) A hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica Marxista*, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.
- BOSI, E. (1994) *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição.
- BOSI, E. (2003) *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BOYER, A. (2004) *Imagen del pensamiento, aparato de captura y maquina de guerra: esbozo de una imagen anti-evolutiva de la historia*. In: LINS, D. & PELBART, P.P. *Nietzsche e Deleuze – Bárbaros e Civilizados*. São Paulo: Annablume.
- BRASIL - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007) *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* - - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf>. Acesso em 13/05/09.
- BRASIL NUNCA MAIS (2007). Petrópolis, RJ: Vozes, 35ª ed..
- BUTLER, J. (1997) *Mecanismos psíquicos del poder*. Madrid: Paidós.
- CABALLERO, M. (1987) *Una falsa frontera entre la reforma y la revolución. La lucha armada en Latinoamérica. Nueva sociedad, 89. mayo-junio, 1987*. Disponível em <<http://www.cedema.org/uploads/ManuelCaballero.pdf>>. Acesso em 04/05/2009.
- CABEZAS, O. (1982) *La montaña es algo más que una inmensa estepa verde*. La Habana, Cuba: Casa de las Américas.
- CABRUJA, T., ÍÑIGUEZ, L., VÁZQUEZ, F. (2000) *Cómo construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad*. *Anàlisi*, 25 (pp. 61-94).
- CALDAS, A. (1981) *Tirando o Capuz*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 4ª. ed.
- CAMPOS FILHO, R.P. (2003) *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiânia.
- CANETTI, E. (2005) *Masa y poder: Obra Completa I*. Barcelona: Debols!llo.
- CARVALHO, L.M. (1998) *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo.
- CARVALHO, L.M. (2004) *O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva.

- CASTAÑEDA, J.G. (1995) La utopía desarmada – Intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina. Barcelona: Ariel.
- CASTORIADIS, C. (1982) A instituição imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- CASTORIADIS, C. (1992) O mundo fragmentado: As Encruzilhadas do Labirinto/3. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- CASTORIADIS, C. (1994) Una sociedad a la deriva: Conversación con Cornelius Castoriadis. Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura. n 17, otoño, 1994.
- CASTORIADIS, C. (2001) Figuras de lo pensable – Las Encrucijadas del Laberinto VI. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- CASTORIADIS, C. (2002) Orígenes, sentido y alcance del proyecto filosófico. Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura. n 54, diciembre/2002.
- CASTORIADIS, C. (2006) Uma sociedade a la deriva – Entrevistas y debates (1974-1997). Buenos Aires: Katz Editores.
- CHAGAS, F.A.G. (2006) Ação e Revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968. Cadernos de Pesquisa do CDHIS – n- 35 – ano 19 – p.91-100. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/500/470>>. Acesso em 29/03/09.
- CHE GUEVARA (1960) La guerra de guerrillas. Edición electrónica: Granma Internacional / Biblioteca de Textos Marxistas, 2000. Disponível em <<http://www.alternativabolivariana.org/pdf/che.pdf>>. Acesso em 08/04/2009.
- CLASTRES, P. (1982) Liberdade, mau encontro, inominável. In: LA BOÉTIE, E. Discurso da servidão voluntária. São Paulo, Brasiliense.
- CLASTRES, P. (1988) A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CLASTRES, P. (1995) Crônica dos Índios Guayaki: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai. Rio de Janeiro: Ed.34.
- CLAUSEWITZ, C.V. (1979) Da guerra. São Paulo; Brasília: Martins Fontes Editora Ltda; Editora Universidade de Brasília.
- CODATO, A.N. (2005) Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista Sociologia Política, Nov 2005, no.25, p.83-106.
- COELHO, M.F.P. (2007) José Genoíno: Escolhas Políticas. São Paulo: Centauro.
- COIMBRA, C.M.B. (2001) Tortura ontem e hoje: Resgatando uma certa história. Psicol. estud. vol.6 no.2 Maringá July/Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14/08/2009.

- CUNHA, M.C. de. (1992) História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras- Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.
- DA-RIN, S. (2006) Hércules 56. Longa metragem. Brasil.
- DEBRAY, R. (1974) La Guérilla du Che. Paris: Seuil.
- DEBRAY, R. (1967) ¿Revolución en la Revolución? Lima: Ediciones de cultura general.
- DELEUZE, G. (1971) Aulas Anti Oedipe et Mille Plateaux, aula de 14/12/1971. Disponível em <www.webdeleuze.com>. Acesso em 05/03/2008.
- DELEUZE, G. (1972) Aulas Anti Oedipe et Mille Plateaux, aula de 22/02/1972. Disponível em <www.webdeleuze.com>. Acesso em 05/03/2008.
- DELEUZE, G. (1976) Nietzsche e a filosofia. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural.
- DELEUZE, G. (1979) Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- DELEUZE, G. (1981) Em que se pode reconhecer o estruturalismo? . In: CHÂTELET, F. (Org.). *História da filosofia: idéias, doutrinas – Volume 8: O século XX*. Tradução de Hilton Japiassú. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- DELEUZE, G. (1988) Foucault. São Paulo: Brasiliense.
- DELEUZE, G. (1989) Qu'est-ce qu'un dispositif? Em: Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988. Paris, Seuil.
- DELEUZE, G. (1990) A Imagem-Tempo: Cinema II. São Paulo: Brasiliense.
- DELEUZE, G. (1991) A dobra: Leibniz e o barroco. Campinas: Papirus.
- DELEUZE, G. (1992) Conversações. São Paulo: 34.
- DELEUZE, G. (1994) O Abecedário de Deleuze. (Vídeo)
- DELEUZE, G. (1999) O bergsonismo. São Paulo: Ed. 34.
- DELEUZE, G. (2001) Empirismo e Subjetividade: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Ed. 34.
- DELEUZE, G. (2003) Lógica do Sentido. São Paulo: Perspectiva.
- DELEUZE, G. (2006) Diferença e Repetição. São Paulo: Brasiliense.
- DELEUZE, G. (2007) Dos Regímenes de locos – Textos y entrevistas (1975-1995). Valencia: Pré-Textos.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1976) O Anti-Édipo. Rio de Janeiro: Imago.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1977a) Kafka: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1977b) Psychanalyse et politique. Alençon: Bibliothèque des mots perdus.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. (1995a) Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 1. São Paulo, 34.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. (1995b) Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 2. São Paulo, 34.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. (1996) Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 3. São Paulo, 34.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. (1997) Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 5. São Paulo, 34.

DELEUZE, G. & PARNET, C. (1998) Diálogos. São Paulo: Escuta.

DUMÉZIL, G. (1971) El Destino del Guerrero: Aspectos míticos de la función guerrera entre los indoeuropeos. México, DF: Siglo Veintiuno Editores.

DUSSEL, E. (1994) Historia de la Filosofía latinoamericana y Filosofía de la Liberación. Bogotá: Editorial Nueva America.

ELIAS, N. (1993) O Processo Civilizador: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

ELIAS, B.H.B.V. (2004) DEOPS: A violência documentada. Impulso, Piracicaba 15(37), 113-120. Disponível em <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp37art09.pdf>>. Acesso em 08/04/2009.

ENDO, P.C. (2005) A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta.

ENGELS, F. (1989) Barbárie e civilização. Em: Fernandes, F. (org.) K. Marx, F. Engels. São Paulo: Ática, 3ª. edição.

ENRIQUEZ, E. (1990) Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Zahar.

ENRIQUEZ, E & HAROCHE, C. (2002) La face obscure des démocraties modernes. Paris: Éditions érès.

ERIKSON, E.H. (1975) Life history and the historical movement. New York, Norton.

ERIKSON, E.H. (1993a) Gandhi's truth: on the origins of militant nonviolence. New York, Norton.

ERIKSON, E.H. (1993b) *Young man luther: a study in psychoanalysis and history*. New York, Norton.

FARIA, C. (2005) *Revolucionários, bandidos e marginais: Presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação de mestrado, PPGH- UFF. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2005_MACHADO_Catia_Conceicao_Faria-S.pdf>. Acesso em 29/03/09.

FELIPE, G. (1993) *A Guerrilha do Araguaia (1966-1975)*. Tese de D.E.A. Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine – I.H.E.A.L. Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III).

FERNANDES, M.I.A. (1989) *De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo*. São Paulo. Tese (Doutorado).

FERNANDES, M.I.A. (1994a) *Psicanálise e Psicologia Social na trajetória da construção de uma técnica: O Grupo Operativo*. Boletim da Psicologia. São Paulo, vol. XLIV, p.81-87.

FERNANDES, M.I.A. (1994b) *A subjetividade à luz de uma teoria de grupos*. Psicologia USP, v.5,n.1/2, p.285-96.

FERNANDES, M.I.A. (1996a) *Ruptura ou Repetição: Uma experiência em um grupo de formação*. Los vínculos em la América Latina. Buenos Aires, vol. 5, p.168-172.

FERNANDES, M.I.A. (1996b) *A população diante da implantação de programas políticos: Efeitos da violência*. In L. Camino & P.R. Menandro, *A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metapsicológicas*, (Coletâneas da ANPEPP, vol. 1 no. 13, p. 70-75). Rio de Janeiro.

FERNANDES, M.I.A. (1999a) *Narcisismo expandido e interioridade confiscada*. In M.I.A. Fernandes, I.R. Scarcelli & E.S. Costa (Orgs.), *Fim de Século: Ainda manicômios?*, (p. 39-46). São Paulo, EDUSP.

FERNANDES, M.I.A., VIEIRA, M.C.T. & VICENTIN, M.C.G. (Orgs.) (1999b) *Tecendo a Rede: trajetória da saúde mental em São Paulo 1989-1996*. São Paulo, Cabral.

FERNANDES, M.I.A. (2001) *Abandono das Instituições: Construção de Políticas Públicas e Universidade*. Psicologia USP, v.12, n.2, p.11-28.

FERNANDES, M.I.A. (2003) *Mestiçagem e ideologia: Algumas reflexões sobre a negatividade na construção dos laços sociais*. São Paulo, 2003. Tese (Livre-Docência), Instituto de Psicologia da USP.

FERNANDES, M.I.A. (2005) *Negatividade e vínculo: A mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FICO, C. (2004) *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, vol.24, n. 47. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em 14/08/2009.

- FOLHA DE SAO PAULO. Editorial – Limites à Chávez. 17 de fevereiro de 2009.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Ação de Anselmo é pré 64, diz policial. 31 de agosto de 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u617198.shtml>>. Acesso em 31/08/2009.
- FOUCAULT, M. (1979) Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1982) Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1984) Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, M. (1990) Tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós – I.C.E. - U.A.B.
- FOUCAULT, M. (1999) Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2006) A História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 17ª edição.
- FOUCAULT, M. (2008a) Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2008b) Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- FOULKES, S.H. & ANTHONY, E.J. (1967) Psicoterapia de Grupo. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular.
- FREDERICO, F. (2006) Caparaó. Longa metragem.
- FREI BETTO (1982) Batismo de sangue. São Paulo: Círculo do Livro.
- FREIRE, A., ALMADA, I. & PONCE, J. A. de G. (Orgs.) (1997) Tiradentes: um presídio da ditadura (memória de presos políticos). São Paulo, Scipione
- FREIRE, C.P. (2007) As marcas da tortura engendrada pela ditadura militar brasileira. Dissertação de mestrado, programa de pós graduação da escola de Serviço social da UFRJ. Disponível em: < http://www.ess.ufrj.br/dissertacoes_2007/camila-pimentel.pdf>. Acesso em 13/08/2009.
- FREUD, S. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1895) Projeto para uma Psicologia Científica. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1899) As lembranças encobridoras. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1908) Moral Sexual Civilizada. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1913) Totem e Tabu. Em: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1914) Recordar, repetir e elaborar. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1915) Reflexões para os tempos de guerra e morte. Em: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1921) Psicologia de Grupo e análise de Ego. Em: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII, p. 87-179. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1927) O Futuro de uma ilusão. Em: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1930) O Mal estar na civilização. Em: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1930) El mal estar em la cultura. En: Obras Completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1994.

FREUD, S. (1937) Construções em análise. Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII, p. 289- 304 (1937-1939). Rio de Janeiro: Imago, 1975.

FREUD, S. (1939) Moisés e Monoteísmo. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

FREUD, S. & BULLIT, W.C. (1984) Thomas Woodrow Wilson: Um estudo psicológico. Rio de Janeiro: Graal.

FROMM, E. (1971) A Crise da Psicanálise: Ensaio sobre Freud, Marx e Psicologia Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FROMM, E. (1974) Psicanálise da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar editores.

FUMIATTO, F. (2005) Filosofía Balbuceante – de la resistencia a la insistencia. Buenos Aires.

FURTADO, J.P. (2001) “Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, nº42, 2001. p.343-363. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a05v2142.pdf>>.

Acesso em 09/03/2009.

GABEIRA, F. (1979) O que é isso companheiro? Rio de Janeiro: Codecri.

GARFINKEL, H (1967) Studies in Ethnometodology. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

GASPARI, E. (2002) A ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras.

GERGEN, K. J. (1973) La Psicología social como historia. Anthropos, 177, 1998, 39-49.

GIRARD, R. (1990) A violência e o sagrado. São Paulo: Paz e Terra.

GOHN, M.G. (1997) Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola.

GOLDFARB, D.C. (2004) Do tempo da memória ao esquecimento da história: um estudo psicanalítico das demências. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

GORENDER, J. (1998) Combate nas Trevas. São Paulo: Ática. 5º Edição, revista, ampliada e atualizada.

GRAMSCI, A. (1980) Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRICE, H.P. (1975) Lógica y conversación. En L.M.Valdés (ed.) La búsqueda del significado. Madrid: Tecnos y Universidad de Murcia, 1991.

GUALANDI, A. (2003) Deleuze. São Paulo: Estação Liberdade.

GUATTARI, F. (1982) Félix Guattari entrevista Lula. São Paulo: Brasiliense.

GUATTARI, F. (1987) A Revolução Molecular. São Paulo: Brasiliense.

GUATTARI, F. (1988) O Inconsciente maquínico: ensaios de Esquizo-análise. Campinas: Papyrus.

GUATTARI, F. (1992) Caosmose. São Paulo: Ed.34.

GUATTARI, F. (2004) Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional. Aparecida, SP: Idéias e Letras.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1986) Micropolítica: Cartografias do Desejo. Rio de Janeiro: Vozes.

GUIRADO, M. (1986) Psicologia Institucional. São Paulo: E.P.U.

- GUZMÁN, L. (1995) Construcción del liderazgo y mito político: Abimael Guzmán, un revolucionario burócrata. Em: D'adamo, O., Beaudoux, V.G. & Montero, M. (comps) Psicología de la acción política. Buenos Aires: Paidós.
- HALBWACHS, M. (2004) A memória coletiva. São Paulo: Centauro.
- HARDT, M. & NEGRI, A. (2005) Imperio. Barcelona: Paidós, Surcos.
- HARDT, M. & NEGRI, A. (2006) Multitud: Guerra y democracia em la era del Imperio. Barcelona: Debolsillo.
- HOBBS, T. (1974) Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Editora Abril, coleção Os Pensadores.
- HOLLOWAY, J. (2003) Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo.
- HORKHEIMER, M & ADORNO, T.W. (1986) Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar.
- HUR, D.U. (2002) Reflexões sobre o Movimento Estudantil (ME): Uma análise a partir de 1960 e sobre a constituição do COREP-SP - Conselho Regional de Estudantes de Psicologia. São Paulo, 210 p. Relatório de Iniciação Científica. Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo.
- HUR, D.U. (2003) Reflexões sobre o Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP-SP) e o Movimento Estudantil (ME): Uma análise a partir de 1960. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Política. São Paulo, vol. 3, fascículo 5, p. 159-176.
- HUR, D.U. (2005a) Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/>. Acesso em 24/06/2009.
- HUR, D.U. (2005b) Psicanálise, grupalidade e cultura: Desafios na contemporaneidade. In: Terzis, A. (org). Psicanálise, grupalidade e Cultura. Campinas, SP: Magister Baron.
- HUR, D.U. (2006) Histórias da Psicologia no Brasil: as entidades profissionais (CRP e Sindicato). Revista Psicologia Brasil, edição 32, junho/julho de 2006.
- HUR, D.U. (2007) A Psicologia e suas entidades de classe: histórias sobre sua fundação e algumas práticas no Estado de São Paulo nos anos 70. Psicologia Política 13 (1), 2007. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=17&layout=html&mode=preview>. Acesso em 24/06/2009.
- HUR, D.U., OLIVEIRA, I.C. & KODA, M.Y. (2008) Sofrimento Psíquico em uma Instituição Pública: Entre o cuidado e a violência. Vínculo, n. 05 – vol.1, pp.76-86.
- HUSSERL, E. (1983) Meditações Cartesianas: introdução à Fenomenologia. Porto: Rés.

HUYSSSEN, A. (2002) En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización. México: FCE.

IBÁÑEZ, T. (1996). ¿Cómo ser relativista y no morir en el intento? En T. Ibáñez. *Fluctuaciones conceptuales en torno a la postmodernidad y la psicología* (pp.75-88). Caracas: Universidad Central.

IBÁÑEZ, T. (2006) El Giro Lingüístico. En: L. Íñiguez. (editor) *Análisis del Discurso: Manual para las ciencias sociales- Nueva edición revisada y ampliada* (pp. 23-46). Barcelona: Editorial UOC.

ÍÑIGUEZ, L. (2006) El lenguaje em las ciencias sociales: fundamentos, conceptos y modelos. En: L. Íñiguez. (editor) *Análisis del Discurso: Manual para las ciencias sociales- Nueva edición revisada y ampliada* (pp. 47-88). Barcelona: Editorial UOC.

ÍÑIGUEZ, L. & ANTAKI, C. (1994) El análisis del discurso en Psicología Social. *Boletín de Psicología*, n.44.

ÍÑIGUEZ, L. & VÁZQUEZ, F. (1995) Legitimidad del sistema democrático. Análisis de un Discurso Autorreferencial. Em: D´adamo, O., Beaudoux, V.G. & Montero, M. (comps) *Psicología de la acción política*. Buenos Aires: Paidós.

JAQUES, E. (1969) Os sistemas sociais como defesa contra a ansiedade persecutória e depressiva. *Temas de psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

JELIN, E. (2002) Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI.

JORNAL DA CIÊNCIA. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2009. Ano XXIII n. 650.

JOSÉ, E. & MIRANDA, O. (1980) *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global Editora.

JOSÉ, E. (1997) *Carlos Marighella – O inimigo número 1 da ditadura militar*. São Paulo: Sol e chuva.

KAËS, R. (org.) (1991) *A Instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

KAËS, R. (1997) *O Grupo e o Sujeito do Grupo: Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

KAËS, R. (2005) *Espaços Psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e Negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

KUSHNIR, B. (2007) Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Disponível em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Beatriz%20Kushnir.pdf>. Acesso em 14/04/09.

- LA BOÉTIE, E. (1982) Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense.
- LATOUR, B. (1993) Nunca hemos sido modernos: Ensayo de antropología simétrica. Editorial Debate: Madrid.
- LAZZARATO, M. (2006) Políticas del acontecimiento. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones.
- LEBRUN, G. (1984) O que é poder. São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, coleção Primeiros passos.
- LENIN, V.I. (1906) La guerra de guerrillas. Em: Proletari, núm. 5, 30 de septiembre de 1906. Fuente: Biblioteca de Textos Marxistas. Preparado para el MIA: Juan R. Fajardo, abril de 2000. Disponível em <http://www.scribd.com/document_downloads/8686304?extension=pdf&secret_password=>>. Acesso em 04/04/2009.
- LENIN, V.I. (1983) O Estado e a Revolução. São Paulo: Hucitec.
- LEVINSON, S. (1983) Pragmática. Barcelona: Teide, 1989.
- LEWCOWICZ, I. (2004) Pensar sin Estado: La subjetividad en la era de la fluidez. Buenos Aires: Paidós.
- LIMA, R.R. (2000) Mulher Brasileira e Guerrilheira. Diálogos, DHI/UEM, v. 4, n. 4:203-217, Disponível em <<http://www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=224&article=80&mode=pdf>>. Acesso em 13/08/2009.
- LIRA, E & PIPER, I. (org.) (1997) Subjetividad y política: Diálogos en América Latina. Santiago, Chile: Instituto Latinoamericano de salud mental y derechos humanos.
- LOURAU, R. (2004) René Lourau: Analista Institucional em tempo integral. Sonia Altoé (org). São Paulo: HUCITEC.
- LUNGARETTI, C. (2004) Náufrago da Utopia. São Paulo: Geração Editorial.
- LYOTARD, J.F. (1989) A condição pós-moderna. Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, J.R. & MAESTRI, M. (2004) Belo Monte: Uma história da guerra de canudos. São Paulo: Expressão Popular.
- MACIEL, W.A. (2006) O Capitão Lamarca e a VPR: repressão Judicial no Brasil. São Paulo: Alameda.
- MAFFESOLI, M. (2001) Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record.
- MAGALHAES, M.D.B. (1997). A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista brasileira de História [online]. 1997, vol.17, n.34,

pp. 203-220. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 16/08/2009.

MAQUIAVEL, N. (1990) O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MARCUSE, H. (1968) Eros e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar.

MARIGHELLA, C. (1969) Manual do Guerrilheiro Urbano. Digitalizado em 2003. Disponível em <http://www.4shared.com/get/18572425/a30e7775/Marighella_Carlos_-_Manual_de_Guerrilha.html>. Acesso em 29/03/2009.

MARIGHELA, C. (1995) Por que resisti à prisão: Morto em defesa da liberdade. São Paulo: Brasiliense; Salvador: Ed.UFBA, OLODUM.

MARTÍ, S. & FIGUEROA, C. (Eds.) (2006) La izquierda revolucionaria en Centroamérica: de la lucha armada a la participación electoral. Madrid: Catarata.

MARTÍ, S. (2006) Nacimiento y mutación de la izquierda revolucionaria centroamericana. Em: Martí, S. & Figueroa, C. (Eds.) (2006) La izquierda revolucionaria en Centroamérica: de la lucha armada a la participación electoral. Madrid: Catarata.

MARTÍNEZ, E. (1995) La guerrilla y la guerra de la independencia. Militar. Revista de Cultura Militar, n. 7. Servicio de publicaciones. UCM, Madrid.

MARTINEZ, P. (2007) O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. Em: Ridenti, M. & Reis, D.A. (orgs) História do Marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após os anos 1960. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

MARTINS FILHO, J.R. (2003) A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003.

MEDINA, C. (org.) (1989) 1968-1988: os passos da rebeldia. São Paulo: CJE/ECA/USP.

MELUCCI, A. (2001) A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas. São Paulo: Vozes.

MENDEL, G. (1971) La rebelión contra el padre. Barcelona: Península.

MENDES JR., A. (1982) Movimento Estudantil no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

MERLEAU-PONTY, M. (1999) Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes.

MICHELS, R. (1982) Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Ed. UNB.

MIRANDA, N. & TIBÚRCIO, C (1999) Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo.

- MORAES, J.Q. (1989) A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. Tempo Social, Vol.1 número 2, 2º semestre de 1989. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol01n2/a%20mobilizacao.pdf>. Acesso em 29/03/2009.
- MORAES, J.Q. de (2005) A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular.
- MORAIS, T. (2008) Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar. São Paulo: Geração Editorial.
- MORAIS, T. (2008ª) Nota de repúdio. Texto de blog pessoal do dia 04 de dezembro de 2008. Disponível em <http://taismorais.blogspot.com/2008_12_01_archive.html>. Acesso em 07/08/2009.
- MOSS, R. (1973) La Guerrilla Urbana. Madrid: Nacional.
- MOTT, L. R.B. (1989) Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí. Revista de Antropologia, vol. 30/31/32, FFLCH, USP, p.55-78.
- NAFFAH NETO, A. (1985) Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror. São Paulo: Hucitec.
- NASCIMENTO, D.M. (2000) A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia. Dissertação de mestrado, UFPA. Disponível em <http://www.obed.ufpa.br/pdfs/dissertacao_guerrilha_do_araguaia.pdf>. Acesso em 10/03/2009.
- NEGRI, A. & GUATTARI, F. (1999) Las verdades nómadas & General Intellect, poder constituyente, comunismo. Madrid: Akal.
- NERCESIAN, I. (2006) Organizaciones armadas y dictadura institucional en Brasil en la década del sesenta. FERMENTUM Mérida - Venezuela - ISSN 0798-3069 - AÑO 16 - Nº 46 - MAYO - AGOSTO - 2006 - 446-460.
- NESTROVISKI, A. & SELIGMANN-SILVA, M. (orgs) (2000) Catástrofe e representação: ensaios. São Paulo: Escuta.
- NIETZSCHE, F.W. (1987) Genealogia da Moral. São Paulo: Brasiliense.
- ORWELL, G. (1975) Revolução dos Bichos. São Paulo: Edibolso.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. História do PCB (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO). Disponível em <<http://www.pcb.org.br/historia.pdf>>. Acesso em 10/03/2009.
- PATARRA, J.L. (1993) Iara: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 4ª ed.

- PAVLOVSKY, E. (2006) Resistir Cholo: Cultura y política en el capitalismo. Buenos Aires: Topia Editorial.
- PAZ, C.E. (1996) Viagem à luta armada: Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PAZ, C.E. (1997) Nas trilhas da ALN: Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand.
- PELBART, P.P. (2004) O tempo não reconciliado: Imagens de tempo em Deleuze. São Paulo: Perspectiva.
- PEREYRA, D. (1997) Del Moncada a Chiapas: Historia de la lucha armada en América Latina. Madrid: Los libros de la catarata, 3º edición.
- PESSIS-PASTERNAK, G. (1992) Do caos à Inteligência Artificial. São Paulo: UNESP.
- PESSOTTI, I. (1998) Notas para uma História da Psicologia no Brasil. Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: Edicon.
- PICHON-RIVIÈRE, E. (1986) O Processo Grupal. São Paulo, Martins Fontes.
- Plano de Segurança Pública para o Governo do Estado de São Paulo, dezembro de 2002.
- PLATÃO. (1989) A República/ livro vii. São Paulo: Ática.
- POLARI, A. (1982) Em busca do tesouro. Rio de Janeiro: Codecri.
- POMAR, P.E.R. (2006) Massacre na Lapa: Como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB, São Paulo, 1976. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- POMAR, W. (1980) Araguaia, o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates.
- PORTELA, F. (2004) Guerra de guerrilhas no Brasil. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- POULANTZAS, N. (1969) Poder político y clases sociales el el estado capitalista. México, DF: Siglo veintiuno editores.
- PRADO JR., B. (2000) Hume, Freud, Skinner: Em torno de um parágrafo de G. Deleuze. In: Alguns ensaios: filosofia, literatura, psicanálise. São Paulo: Paz e Terra, 2ª. ed..
- PRESTES, A.L. (2005) 70 anos de Aliança Nacional Libertadora (ANL). Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 101-120, junho 2005.
- PROCACCI, G. (1977) El partido en la URSS (1917-1945). Barcelona: Laia.
- PROJETO ORVIL (1987) Disponível em http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em 29/03/2009.

- PRZEWORSKI, A. (1991) Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras.
- PUGET, J. (2000) Traumatismo social: Memoria social y sentimiento de pertenencia. Em Psicoanálisis APdeBA - Vol. XXII - Nº 2 – 2000, p.455-482.
- PUGET, J. & KAËS, R. (1991) Violencia de estado y psicoanálisis. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. Asamblea Permanente por los Derechos Humanos.
- PUGET, J. & KAËS, R. (2006) Violencia de Estado y Psicoanálisis. Buenos Aires: Lumen.
- RANK, O. (1981) Mito del nacimiento del heroe. Barcelona: Paidós.
- RAUTER, C., PASSOS, E. & BENEVIDES, R. (2002) Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Te cora.
- REICH, W. (1978) Função do Orgasmo. São Paulo: Brasiliense.
- REICH, W. (1988) Psicologia de massas do fascismo. São Paulo: Martins Fontes.
- REIS, J. J. (1995) Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, Dezembro/Fevereiro 95/96. Disponível em < <http://www.usp.br/revistausp/28/02-jreis.pdf> >. Acesso em 07/03/2009.
- REIS FILHO, D.A. (1990) A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- REIS FILHO, D.A. (2000) Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- REIS FILHO, D.A. & SÁ, J.F. (Org.) (1985/2006) Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2ª. Ed.
- RIBEIRO, M.A. (1998) ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia)- História e Memória de um Movimento. São Paulo. Dissertação (mestrado) Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.
- RIDENTI, M. (1993) O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP.
- RIDENTI, M. (2001) As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cad. AEL*, v.8, n.14/15, 2001.
- RIDENTI, M. & REIS, D.A. (org) (2007) História do Marxismo no Brasil. Volume 6: Partidos e Movimentos após os anos 1960. Campinas, SP: Ed. UNICAMP.
- RIQUELME, H. (org) (1993) Era de névoas: Direitos Humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. São Paulo: EDUC.

- RODRIGUES, F. L. (2002) *Voices do mar: a trajetória da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (1962-1964)*. Dissertação de mestrado, FFLCH – USP.
- RODRIGUES, H.B.C. (2007) *Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional*. Em: Ana Maria Jacó-Vilela; Arthur Arruda Leal Ferreira; Francisco Portugal. (Org.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, p. 515-563.
- ROLLEMBERG, D. (2001a) *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad. ISBN 85-7478-032-4. Disponível em <http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf>. Acesso em 08/03/2009.
- ROLLEMBERG, D. (2001b) *A ALN e Cuba: Apoio e Conflito*. Cad. AEL, v.8, n.14/15, 2001.
- ROSA, M.D. (2004) *A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica*. Revista Mal Estar e Subjetividade, Vol. IV, n. 2. Fortaleza.
- ROUSSEAU, J. J. (1980) *Contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix.
- ROVIRA, M, i VÁZQUEZ, F. (2004) *Les autobiografies i memòries de la Transició com a política de la memòria*. Em: Marta Rovira i Félix Vázquez (coord.) *Polítiques de la memòria: la transició a Catalunya*. Barcelona: Pòrtic.
- ROZITCHNER, L. (2003) *Freud y el problema del poder*. Buenos Aires: Losada.
- RUSTIN, M. (2000) *A boa sociedade e o mundo interno: psicanálise, política e cultura*. Rio de Janeiro: Imago.
- SADER, E. (1988) *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAFATLE, V.P. (2007a) *Aula sobre o livro “Empirismo e Subjetividade” de Gilles Deleuze do dia 29/08/07, na disciplina Teoria das Ciências Humanas III do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (mimeog)*.
- SAFATLE, V.P. (2007b) *Aula sobre o livro “O bergsonismo” de Gilles Deleuze do dia 12/09/07, na disciplina Teoria das Ciências Humanas III do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (mimeog)*.
- SAIDÓN, O. (2003) *Clínica y sociedad*. Buenos Aires: Topia Editorial.
- SAINT-PIERRE, H.L. (2000) *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: UNESP.
- SAINT-PIERRE, H.L. (s.d.). *Considerações sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tsé-tung*. *Crítica marxista*. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Saint_Pierre.pdf>. Acesso em 05/05/2009.

- SALES, J.R. (2007) A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SALES, J.R. (2007a) Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). . História [online]. 2007, vol.26, n.2, pp. 340-365. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a17v26n2.pdf>>. Acesso em 16/08/2009.
- SANDOVAL, S.A.M. (2001) The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. Revista de Psicologia Política, vol.1, 2001.
- SANTANA, M.A. (1999) Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1999, v. 14, n. 41, pp. 103-120. ISSN 0102-6909. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754.pdf>>. Acesso em 08/03/2009.
- SARLO, B. (2005) Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI.
- SEGATTO e SANTOS (2007) A valorização da política na trajetória pecebista: Dos anos 1950 a 1991. Em: Ridenti, M. & Reis, D.A. (orgs) História do Marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após os anos 1960. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- SILVA, T.A.D. (2006) Ala Vermelha: Revolução, Autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1969-1974). Tese de doutorado. FFLCH. USP.
- SINGER, P.A. & SOUZA, A.R. (orgs) (2000) Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- SIRKIS, A. (1980) Os carbonários: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global.
- SKIDMORE, T. E. (1998) Uma História do Brasil. São Paulo: Paz e Terra.
- SOMMIER, I. (2009) La violencia revolucionaria. Buenos Aires: Nueva Visión.
- SOUZA, P. (1999) Eu, Cabo Anselmo. São Paulo: Globo.
- SOUZA, P. (2000) Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Rio de Janeiro: Globo.
- SUN-TZU (sec. VI AC) A arte da Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- TANIS, B. (1995) Memória e Temporalidade: Sobre o infantil em psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- TAPAJÓS, R. (1977) Em câmera lenta. São Paulo: Alfa-omega.
- TAVARES, F. (1999) Memórias do esquecimento. São Paulo: Globo.

TELES, J. (Org.) (2000) Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP.

THÉVENIN, N.E. (2008) *Le Prince et l'hypocrite: Etique, politique et pulsion de mort*. Paris: Éditions Syllepse.

TRAVERSO, E. (2000) *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons.

USTRA, C.A. (2003) *Rompendo o silêncio*. Versão digital. Disponível em http://www.averdadesufocada.com/images/rompendo_o_silencio/rompendosilencio.pdf. Acesso em 22/03/2009.

USTRA, C.A. (2006) *A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser.

VÁZQUEZ, F. (1997) *El dispositiu d'anàlisi de dades: l'Anàlisi de contingut temàtic/categorial (Investigació i Coneixement Psicosocial)*. Mimeografado.

VÁZQUEZ, F. (2001) *La memoria como acción social. Relaciones, significados e imaginario*. Barcelona: Paidós.

VECHIA, R.S.D. (2005) *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Porto Alegre. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5801/000520802.pdf?sequence=1> Acesso em 10/03/2009.

VIÑAR, M. & VIÑAR, M. (1992) *Exílio e Tortura*. São Paulo: Escuta.

VIRILIO, P. (1996) *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade.

VIRNO, P. (2006) *Ambivalencia de la multitud: entre la innovación y la negatividad*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones.

VITA, A. (1989) *Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ática.

WELMOWICKI, J. (2004) *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Editora Sundermann.

WITTFOGEL, K.A. (1966) *Despotismo Oriental: Estudio Comparativo del Poder Totalitário*. Madrid: Ediciones Guadarrama.

WOLFF, C.S. (2007). *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Revista brasileira de História [online]. 2007, vol.27, n.54, pp. 19-38. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-01882007000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 16/08/2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO

CARTA DE CESSÃO

Eu, _____ ,
 RG _____ , declaro para os devidos fins
 que concedo o direito de utilização de minha entrevista
 cedida a Domenico Uhng Hur, RG 26.179.623-9 e CPF
 269437908-70, no dia __ de _____ de
 200_ em São Paulo, para fins de sua pesquisa de pós-
 graduação e posteriores publicações, salvaguardando a
 limitação abaixo citada:

- Reservo-me o direito de indicar as partes da entrevista
 que não desejo que sejam utilizadas.

Sem mais no momento subscrevo-me,

_____, _____, de _____ de 2008

ANEXO 2 – ENTREVISTAS

1 **“Fotógrafo” (Samuel Iavelberg)**

2 (ex-participante da POLOP, VPR e VAR-Palmares)

3 Entrevista realizada no dia 03/04/2008 em sua residência

4

5 *Como já contei, é minha pesquisa de doutorado em Psicologia Social. Vou pedir para falar*
 6 *sobre sua história política. As histórias me interessam, mas não é o principal, mas sim sua*
 7 *experiência de vida na luta armada mesmo. A entrevista é aberta, mas separei em três blocos*
 8 *principais; no primeiro, vou pedir para você falar de sua infância e adolescência até começar*
 9 *a participar do movimento estudantil e da guerrilha; no segundo bloco, sobre a participação*
 10 *na guerrilha, sobre as coisas que você acha relevante e; no terceiro bloco, como você vê o*
 11 *cenário político atual, como vê o Estado e o quanto que mudaram suas concepções antigas.*

12

13 Da minha infância para minha adolescência, né?

14

15 *Pode falar à vontade.*

16

17 Bom, eu nasci num bairro operário, que é o Ipiranga. Meu pai tinha um pequeno
 18 comércio, uma loja de roupa, a gente morava atrás da loja. E pelo fato de morar lá num bairro
 19 operário, a gente teve contato com a vida dos operários, crianças, com os filhos de operários.
 20 Mais tarde quando tive uma consciência política, a ter uma participação, para nós foi mais
 21 fácil, entre aspas, decidir de que lado em que a gente ficava. Quando a gente era criança a
 22 gente teve um contato direto com a vida dos operários, como eles viviam, como
 23 trabalhavam... Porque perto da loja do meu pai tinha um conjunto de... era um prédio de
 24 apartamentos, uma indústria de tecelagem Jaffé, era uma família que dominava
 25 economicamente o bairro. Quando a gente era criança, a gente brincava e ia para a casa deles,
 26 a gente teve um contato bem próximo ao mundo operário; mesmo minha família sendo de
 27 classe média baixa, mas já havia uma diferença. E como nós éramos judeus, a gente vivia num
 28 gueto de judeus, a gente morava ao lado de vários comerciantes judeus. Então nossa infância
 29 foi essa; adolescência...

30

31 *Então na infância era um gueto de microempresários...*

32

33 Não, eram lojistas, não tinham a menor noção do que seria depois uma micro-empresa,
 34 eram lojistas. Meu pai saía todo dia de manhã, ia para o Brás, comprava mercadoria e voltava
 35 carregado com aquilo que ia vender no dia na loja. Depois acumulando um pouco o capital,
 36 ele conseguia ir duas vezes por semana, uma vez, para abastecer a loja. No começo era todo
 37 dia. Eu tenho essa imagem gravada do meu pai saindo de casa muito cedo e voltando, às vezes
 38 até de tarde, com pacotões e pacotões, e minha mãe pondo na loja para vender. Os outros
 39 também, os outros lojistas, que trabalhavam com loja de móveis, loja de sapatos. Mas aí em
 40 dois, três, quatro anos, tinha umas quinze famílias judaicas e era nosso mundinho, nosso
 41 guetinho, eu estudei em escola israelita, no primário. Então foi isso. Depois na adolescência,
 42 no ginásio, colegial, eu fui alienado, nas escolas que estudei não tinha movimento
 43 secundarista, não queria saber de nada. Pior que eu era jogador de futebol, queria ser jogador
 44 profissional de futebol, eu era totalmente alienado, só me salvei quando eu entrei na faculdade
 45 de Física, que era na Faculdade de Filosofia aqui da Maria Antônia, porque fui procurar a
 46 Atlético, fui lá para jogar futebol e para minha sorte a Atlético, o centro esportivo, era dentro
 47 do Grêmio da Maria Antônia, a partir daí eu entrei em contato...

48

49 *Antes de prosseguir sobre a faculdade queria que me falasse um aspecto da infância, esses*
 50 *lojistas não tinham empregados, os seus pais não tinham empregados?*

51

52 Não. Tinha empregada doméstica dentro de casa. A minha mãe e a maioria das
53 mulheres ficavam nas lojas trabalhando. As casas eram construídas de tal maneira, que na
54 loja, tinha uma sala, uma cozinha e minha mãe fazia o almoço e ficava fazendo pingue-
55 pongue da cozinha para a loja, ou eu ou minha irmã, alguém tomava conta, se chegava alguém
56 chamava ela, e costumava ter sempre uma empregada doméstica que cuidava da casa. Na loja
57 dos meus pais, nunca teve um empregado na loja, nunca. Havia lojas de outros judeus que
58 eram maiores, que tinham empregados, mas dos meus pais não, só a empregada doméstica.

59

60 *E você tinha amigos filhos de operários?*

61

62 É, tinha amigos, assim, não era uma amizade para uma série de atividades, para todas
63 as atividades. Era amizade de brincadeiras de rua, jogávamos futebol, nós morávamos perto
64 do museu do Ipiranga e íamos nadar escondidos lá na fonte luminosa do museu; mas na hora
65 de ir ao cinema, de sair, aí era com os judeus; essa separação havia.

66

67 *Mesmo depois para namoradas, assim, essa mesma separação havia?*

68

69 Bom, havia uma separação enquanto eu morava lá. Mas para namorar, na minha
70 adolescência... Eu não tinha namorada, apesar de que eu freqüentava um clube judeu, a
71 Hebraica, eu não tinha namorada judia, eu nunca namorei com uma judia. Por coincidência,
72 mas aí foi uma coincidência política, no meu primeiro casamento, eu casei com uma militante
73 que conheci na faculdade, que ela era judia. Mas aí, era uma família que era toda misturada,
74 mas nós fizemos casamento judeu naquela época, que era 66, 67... Mas já militávamos na
75 VPR. Foi coincidência... Inclusive tivemos problemas com os rabinos.

76

77 *Dentro da família na sua infância e adolescência, como eram as relações de poder? No
78 sentido... Era uma família tradicional, na qual seu pai tinha autoridade ou...*

79

80 Não, era o inverso, quem comandava a casa era minha mãe. Minha mãe controlava os
81 estudos, minha mãe controlava tudo. Minha mãe, ela controlava tudo. Era uma mãe judia em
82 dobro. Além destas coisas de comida, ela controlava nossas vidas, toda, aliás, foi ela que
83 acabou com minha carreira futebolística. No dia em que precisava tirar uma carteira de
84 identidade para me inscrever, porque eu tinha feito uma “peneira” e tinha passado no
85 Corinthians, ela pegou minha chuteira, picou e falou: ‘Não, você vai ser jogador de futebol de
86 salão na Hebraica e olhe lá e, vai fazer uma faculdade’. Foi ela que acabou. E ela foi assim o
87 tempo todo e meu pai era mais maneiro.

88

89 *Nesse caso dela te proibir a carreira de futebol, como você ficou, concordou?*

90

91 Eu concordei, eu não tinha, com 15-16 anos, eu não tinha como não concordar, não
92 aceitar. Não tinha o que discutir. Não tinha essa prática em casa de contestar pai, eu não tinha.
93 Só começou mais tarde. Minha mãe era mais controladora, meu pai era mais tranqüilo. Na
94 hora de apanhar, que nós apanhávamos, era minha mãe que batia.

95

96 *E vocês não contestavam o poder materno?*

97

98 Não, a gente fugia...

99

100 (interrupção para o café)

101
102 Da minha mãe, a gente fugia do poder dela.

103
104 *Mas sempre respeitando, sempre obedecendo.*

105
106 É. Sempre obedecendo. Não me lembro de ter levado alguma vez uma surra do meu
107 pai, me lembro muito bem da minha mãe, sempre fui péssimo aluno. Só estudei uma vez na
108 vida, que foi para o vestibular, eu era mau aluno, era bem displicente...

109
110 *Na sala de aula ficava conversando...*

111
112 Não, eu era expulso, eu era terrível, como moleque eu era terrível, era suspenso. No
113 bairro... Eu era do fundão, como dizem, eu era do fundão.

114
115 *Aí você disse que se “salvou” depois.*

116
117 Eu me salvei depois, porque eu era um alienado, imagina. Um cara que não tinha
118 contato nenhum com política, vivia num mundo... apesar de que muitos daqueles senhores
119 judeus eram comunistas, depois eu soube. Pertenciam ao braço judaico do Partido Comunista
120 que se chamava Casa do Povo, que era no Bom Retiro e que existe até hoje. Então tinha
121 vários judeus comunistas, que eram os pequenos comerciantes, mas isso nem me passava na
122 cabeça. Na faculdade, eu entrei no vestibular em 64, e logo tem o golpe. E foi aquela agitação
123 na Maria Antônia, aí comecei a ver assembléia, o que nunca tinha ouvido falar na minha vida.
124 Os livros que eu tinha lido naquela época eram de literatura brasileira, literatura portuguesa,
125 do colegial. Aí caiu a ficha, comecei a participar de assembléia. Aí, comecei a participar, me
126 manifestar, já fui doutrinado, já fiz cursinho político...

127
128 *Mas quando você decidiu participar do Movimento Estudantil?*

129
130 Olha, foi meio rápido, viu. Era tudo muito rápido. Havia um golpe, que criou uma
131 ditadura, aí para participar, já havia uma luta que tinha que enfrentar a ditadura. Aí logo em
132 seguida que comecei a participar e fazer pergunta, eu cheguei a falar em assembléia: ‘Mas por
133 quê?’ Aí me chamaram, eu fiz meu primeiro curso de marxismo-leninismo, eu nunca ouvi
134 falar de comunismo, socialismo, foi assim, foi nos cursos elementares de doutrinação. Depois
135 do primeiro cursinho já comecei a participar e participar numa organização de origem
136 trotskista, tendência trotskista. Nós éramos propagandistas da luta armada, já éramos contra a
137 posição política do Partido Comunista Brasileiro na época. Foi assim, me interessei logo e me
138 engajei. Na faculdade estudei muito pouco, fiquei três anos matriculado na faculdade, fiz
139 cadeiras do primeiro, do segundo e do terceiro, mas nunca terminei todas as cadeiras de
140 nenhum desses anos. Comecei a trabalhar logo, o grêmio tinha um cursinho, que se chamava
141 Cursinho do Grêmio, que virou o Colégio Equipe. Então fui trabalhar lá, minha vida era
142 cursinho, assembléia, movimento estudantil e um pouquinho de aula. Aí comecei a militar
143 mesmo.

144
145 *E nessa época sua mãe já não controlava mais...*

146
147 Não, já não controlava, já perdeu o controle. No início eles até ficavam orgulhosos que
148 os filhos eram socialistas...

149
150 *Eles eram socialistas também?*

151

152 Não eram, mas você explicando, eles entendiam, mas nunca foram políticos. Mas vi
153 que ficaram satisfeitos que tínhamos feito uma opção pelos pobres. Ela nunca, minha mãe
154 nunca falou nada sobre minha militância, nem a favor, nem contra, mas quando ela descobriu
155 que eu estava na luta armada ela... A tortura e o poder para minha mãe; foi meio violento...

156 Eu fui trabalhar, estava no primeiro ano de faculdade, a mesada que meu pai me dava
157 não dava, não segurava a barra. Aí arrumei um emprego. E quando falei para meu pai quanto
158 seria o salário, quanto eu precisava e quanto era a mesada, ele falou 'Pode trabalhar', porque
159 ele não tinha como dar a mesada que eu precisava. O lazer dos meus pais durante anos era ir
160 até o antigo centro e pegar cinema, eu ficava sozinho em casa. E depois quando se tornaram
161 sócios do Clube Hebraica, eles ficavam o fim de semana inteirinho lá. Minha mãe nadava. O
162 título era caro, é caro até hoje, mas eles conseguiram dinheiro, que foi a primeira família de
163 judeus lá de onde morávamos que entrou na Hebraica. E meus pais eram mais jovens que o
164 resto dos judeus lá do bairro e eles eram assim mais abertos, tinham uma série de
165 preocupações, uma certa visão mais ampla que dos vizinhos. Então foi um sacrifício. Minha
166 mãe sempre foi nadadora, nadava antes no Tietê, fazia travessia em São Paulo. Então, ela
167 queria que a gente tivesse vida esportiva e social, mas ela queria que fosse no meio judeu.

168

169 *Tem mais alguma coisa que se lembre de sua infância e adolescência que tenha a ver com sua*
170 *história política?*

171

172 Tem depois, eu fiquei jogando futebol lá e todo mundo que jogava futebol comigo, eu
173 fui rever muito tempo depois quando voltei do exílio. As mais diversas reações; desde aquele
174 que me pedia para conversar, para contar, ou outros que fingiam que não me conheciam. Nada
175 de especial, realmente eu fui a ovelha desgarrada do meio em que vivi. Eles não tiveram
176 participação política.

177

178 *Clube Hebraica, é uma elite de São Paulo que está lá.*

179

180 Eu não sei se hoje é elite, que eu não frequento mais. Na época que eu frequentava era.
181 Porque a maioria dos sócios, os primeiros sócios eram judeus que eram do Clube Paulistano.
182 Então era uma turminha do Paulistano e do Clube Pinheiros, que eram clubes de elite e que
183 criaram um clube de judeus. Na época era, tanto é que nós éramos os pobres do clube.

184

185 *Mas você sentia de certa forma uma espécie de contradição de classes sociais?*

186

187 Não. Eu sentia porque os meninos da turminha tinham mais poder aquisitivo; a
188 mesada, semanada, era o triplo do que eu ganhava. Tipo de roupa que a gente vestia. Mas isso
189 também para mim não era problema, me integrei muito bem lá no clube, sem problema.

190

191 *Então, pegando agora o bloco da participação política, a partir do Movimento Estudantil.*
192 *Como foi o processo do Movimento Estudantil para a entrada na luta armada?*

193

194 O processo do movimento estudantil iniciou junto com a militância política, aquilo
195 que a gente chamava a massa do movimento estudantil, que era desorganizada, que não tinha
196 organização, que não pertencia a partido, era uma massa desorganizada e que participava sim
197 como massa. Fiquei nessa situação muito pouco tempo, só no início. No primeiro ou segundo
198 cursinho que eu fiz tive professores muito bons, eram dois irmãos; o Eder e o Emir Sader. O
199 Emir é professor até hoje na USP, o Eder morreu porque pegou AIDS, porque era hemofílico.
200 Esses cursos foram eles que me deram. Então logo virei militante, em pouco tempo comecei a

201 militar. E a militância era numa organização que se dizia revolucionária, marxista, leninista,
 202 com tendências trotskistas, porque era contra o reformismo do Partidão. A gente começou a
 203 militar nessa organização. Eu fiquei dois anos militando nessa organização dentro do
 204 movimento estudantil. A organização tinha inserção na Universidade, mas tinha muito pouco
 205 operário, camponês. Os operários que tinham pelo Brasil circulavam. Então, quando em 66
 206 para 67, que surgiu o livro do Debray, que foi o ponto quando estourou a tendência de
 207 guerrilhas, com a criação da OLAS na Cuba com o Marighella, a nossa organização...

208

209 (interrupção devido a chamada telefônica)

210

211 Aí a gente começou a discutir isso e a organização rachou, porque toda esquerda que se preze
 212 racha; nós rachamos. Então, era uma visão bem primária, que a gente achava que a nossa
 213 organização falava de luta armada e que jamais iria fazer. E bem, baseado no livro do
 214 Debray... Não sei se você leu, o livro do Debray, a base do livro dele era assim, a cidade
 215 aburguesa o revolucionário, era no campo que se faz a revolução, tem que haver uma coluna
 216 guerrilheira, que vai ser o embrião do exército revolucionário e o negócio é sair da cidade. Na
 217 cidade é para pegar armas e dinheiro para a revolução. Era bem primário, mas era isso, no
 218 fundo era isso. Então nós, baseados nessa tese, rachamos e automaticamente o grupo da Polop
 219 rachou e juntou com militares cassados em 1964, o Movimento Nacionalista Revolucionário,
 220 o MNR. Então juntos, os dissidentes da Polop com o MNR, nós fundamos a VPR. E foi
 221 quando a luta armada pegou em nossa organização. É claro que tinha o Marighella dentro do
 222 Partido e várias entidades no Brasil que formaram essas dissidências da luta armada. Na nossa
 223 organização, aqui em São Paulo, tinha uma parte do Partido Comunista, que se chamava
 224 Dissidência Universitária, que uma parte foi para o Marighella, mas outra parte se juntou a
 225 uma dissidência da POLOP de Minas, que depois foi juntada e que criou a VAR-Palmares.
 226 Então o começo foi esse, a trajetória foi meio rápida.

227

228 *Mas qual era o debate? Uma parte era favorável a luta armada e a outra?*

229

230 A adesão a luta armada foi uma maneira de que nós éramos acusados pela outra parte,
 231 em que víamos a revolução sob o ponto de vista militar, apesar de que a gente tinha ligação
 232 com o movimento universitário, o movimento operário, mas era uma visão bem primária do
 233 que poderia ser feito. A gente atuava nesses movimentos para tirar quadro, a gente não
 234 pensava em fazer o movimento operário. Aderiu à VPR um grupo grande de Osasco; eles
 235 entraram todos para a VPR, a maioria, pouquíssimos ficaram fazendo aquele trabalho de
 236 massas. Era essa a diferença, os que ficaram na POLOP jamais fariam parte da luta armada,
 237 que depois virou POC. Eu não sei se o POC chegou a fazer alguma ação armada, eles não
 238 criticavam, mas eles achavam que o prioritário ainda era criar um partido para fazer um
 239 trabalho de massa, o trabalho que sempre fez.

240

241 *Então nesse racha da POLOP havia uma ala militarista que achou que teria que fazer ações*
 242 *armadas. No caso, as ações armadas eram primeiras em relação às outras frentes de ação.*

243

244 Não, as ações armadas tinham dois objetivos principais. Um, arrecadar dinheiro para a
 245 Revolução e dois, armas para a Revolução. O terceiro objetivo era fazer ações armadas com
 246 fins políticos contra a ditadura, como colocar bomba nas entidades. Fazer atos violentos de
 247 luta armada contra alvos da ditadura; o exército. Mas esse terceiro aí era sempre... Tínhamos
 248 que ter motivos específicos para fazer ações armadas que considerássemos políticos. Só
 249 depois quando começou a cair, teve os seqüestros, que eram para soltar presos. Basicamente
 250 era isso, dinheiro e armas para a Revolução e para começar a criar bases no campo. Você sabe

251 que esse período aí durou pouco, uns dois-três anos fomos dizimados, porque as organizações
252 foram dizimadas.

253

254 *Você considerou como primário a tendência militarista.*

255

256 Hoje.

257

258 *Por que hoje você a considera assim?*

259

260 Porque, primeiro, fomos derrotados por isso. Não que a luta armada tenha sido um
261 erro. Eu acho que havia todas as condições para começar a luta armada. Não havia nada de
262 democracia, não havia mais formas de vida democrática no país. Aquilo que existia era
263 fachada, havia uma ditadura que reprimia tudo e a maneira para lutar contra a ditadura, uma
264 das formas, era fazer a luta armada contra a ditadura. Que não pode esquecer, além da luta
265 contra a ditadura, a gente queria implantar o socialismo, a gente tinha uma visão de revolução.
266 Para fazer a revolução no Brasil, nossa primeira coisa era combater a ditadura. Então, acho
267 que foi primário porque nós abandonamos o trabalho político. A gente só foi perceber muito
268 depois, porque quando começaram as quedas e quando a coisa começou a ficar clandestina e
269 cassada, nós não tínhamos apoio nenhum da população, nós não tínhamos criado base; tem
270 muita gente no Brasil que foi presa e que foi denunciada pela população. Nós realmente
271 abandonamos o trabalho político. Há outros estilos e tradição aqui em São Paulo, da classe
272 média, que continuou e muita gente ajudou, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro. O
273 PCB era clandestino e tinha uma tradição desde 64, antes, eles tinham vida de partido, mas
274 depois do golpe de 64 foi reprimido, mataram muita gente, mas depois, eles só foram atrás do
275 PCB quando não havia mais manifestação que fazia luta armada, aí eles caíram em cima,
276 inclusive para justificar o quadro de repressão. Mas eles tinham um trabalho político de anos,
277 anos e anos.

278

279 *Mas na época o PCB foi considerado ineficaz pelas dissidências.*

280

281 Diluiu muito o poder dele, tanto é que muito tempo depois, na hora em que vem
282 nascendo aquele movimento sindical no ABC, foi fora do Partido Comunista; o PCB não
283 influenciou na formação do movimento, no ABC. Lá em Osasco, aqueles caras que aderiram à
284 VPR, foi sem o Partido Comunista, foi a base que se organizou com uma demanda
285 específica...

286

287 *Mas eram reivindicações acerca das condições de trabalho ou com um viés mais político?*

288

289 Não, era salarial, reivindicação salarial, condições de trabalho. E deve ter tido contato
290 com o PCB e optaram por não ficar com eles, pelo menos a maioria, não sei se alguém ficou
291 lá com o PCB. Eles só foram se organizar como organização política, esse grupo que
292 dominava o movimento lá, o sindicato, só quando foi para a VPR.

293

294 *E como que era o cotidiano na VPR? Depois desse racha, vocês se juntaram com os*
295 *militares...*

296

297 Havia uma organização política que tinha dois setores; o setor político era o
298 movimento operário e o movimento estudantil. Tinha o setor militar, que era das ações e tinha
299 um setor de inteligência, que era para coordenar tudo, mais ou menos isso. Mas mesmo nos
300 setores considerados políticos, do movimento estudantil, do operário, todo mundo já recebia

301 instrução militar. Já fazia treino de tiro. Então, na nossa militância variava... Por exemplo, eu,
 302 no meu caso, eu era muito conhecido no movimento estudantil, eu era conhecido por causa de
 303 agitação, passeata, essas coisas. Eu sumi do movimento estudantil, assim como muitos de
 304 várias organizações, caras que eram marcados como de esquerda, militantes. Nós sumimos do
 305 movimento estudantil. Falei para meu pai e minha mãe que eu tinha abandonado a política,
 306 que não fazia mais política. Por isso, chegou a hora que casei com uma companheira; a gente
 307 casou. Nosso objetivo maior era ter vida legal. Aí saí do cursinho do Grêmio, que virou
 308 Equipe, e montei um supletivo, que se chamava madureza na época. Montei lá no Ipiranga, na
 309 casa em que morei, então montei um cursinho supletivo no Ipiranga para os trabalhadores;
 310 tinha duas salas de aula e continuava minha militância na VPR. Então nós tínhamos nossa
 311 vida normal, fazíamos as ações, mas depois teve uma hora que começaram as quedas e aí
 312 impossível. Com as quedas, por questões de segurança virei clandestino, tive que ir embora de
 313 São Paulo...

314

315 *E no início da VPR em qual setor você estava?*

316

317 Eu comecei no movimento estudantil, mas logo passei para o setor que fazia ações. Saí
 318 do setor de movimento estudantil, não tinha atividade nenhuma; no começo eu ainda fazia
 319 coisas sem aparecer, mas depois fui para o movimento das ações.

320

321 *E hoje você considera que era primária a saída militarista. Mas e na época, como você se*
 322 *sentia...*

323

324 Não! Na época a gente tinha certeza absoluta que... Nós tínhamos na VPR uma
 325 discussão muito grande, nós viramos VAR-Palmares. Então, a VPR de São Paulo com o
 326 pessoal de Minas e do Rio Grande do Sul que era o COLINA, fundamos a VAR-Palmares. E
 327 aí, quando éramos VAR-Palmares, que existia no Norte-Nordeste, começou uma discussão
 328 muito grande que só estávamos fazendo ação armada e um pequeno grupo, que tinha uma
 329 visão política que considerava correta, entrou em discussão, a tal ponto que rachou de novo. A
 330 VAR-Palmares depois teve uma discussão política, uma visão crítica das quedas, do que
 331 estava acontecendo, separou do grupo que só queria fazer ações mesmo e que voltou a fundar
 332 a nova VPR. Eu fiquei na VAR-Palmares e todo mundo de origem militar foi para a nova
 333 VPR. Mas a gente já percebia, que só continuar com as ações armadas, começávamos a notar
 334 que havia muito problema, que começava a dar errado, havia muita queda e a gente começava
 335 a sentir no ar que a gente não tinha respaldo. Mas a gente não via isso tão bem como a gente
 336 vê hoje.

337

338 *Por exemplo, no começo da luta armada, havia a crença que aconteceria a revolução, mas*
 339 *mesmo considerando o tamanho do aparato repressivo, das forças armadas?*

340

341 A gente não tinha noção, a gente não tinha noção que o fator surpresa da guerrilha, que
 342 era a nosso favor, o fator surpresa, a gente não tinha noção que isso uma hora ia acabar, que ia
 343 deixar de ser surpresa. E estava na cara, porque começamos a fazer ação armada e era tal
 344 padrão. Depois de alguns meses de várias ações, de assaltos a bancos, os bancos começarem a
 345 se precaver com coisas, já não era mais tão fácil. No início era de uma facilidade inacreditável
 346 você entrar no banco e assaltar um banco, ainda mais entrando armado. Não havia proteção
 347 nenhuma. Quando começou a ficar difícil: 'É mesmo, temos que nos preparar melhor'.
 348 Preparar-se melhor para os assaltos. E aí é uma coisa de assalto a lojas de armas, assalto a
 349 quartel militar, o que dá certo uma vez, no máximo duas, mas com o Exército brasileiro, com
 350 a CIA orientando... A facilidade foi no início. E nós não tínhamos noção. Cometemos erros

351 enormes de segurança. E depois que você perdeu, se eu tivesse lido a experiência da
 352 resistência francesa na guerra, na segunda guerra mundial com os nazistas, pelo que eu li
 353 depois no exílio, se eu tivesse lido antes, a gente teria evitado muitas mortes. Fizemos muitos
 354 erros que a história realmente já tinha cometido e nós não sabíamos... Se a esquerda brasileira
 355 era ingênua teoricamente, era mesmo... Não tem solução para nada na situação atual, a
 356 esquerda mundial é outro problema.

357

358 *No que se refere à teoria, de certa forma as organizações armadas negavam a teoria...*

359

360 Tem isso. A nossa briga, da luta política, que acabou rachando, era meio que isso, o
 361 pessoal de origem militar e algumas pessoas de origem universitária ou não, chegaram a um
 362 ponto e: 'Não, a gente não vai voltar a ser o que era antes. Um partido comunista, ficar
 363 discutindo, discutindo e discutindo e não fazer a revolução. A revolução está aí para ser feita,
 364 os bancos estão aí para pegar dinheiro, as armas estão aí. E nós tínhamos que ter dinheiro e
 365 armas para levar gente para o campo, treinar a guerrilha e começar um foco'. Não estava
 366 errado, mas estava faltando muita coisa, estava deixando de lado tanta coisa, que levou a
 367 derrota, levou a derrota. Nós não tínhamos condição de avaliar o poder do exército, a gente
 368 sabia um pouco, mas a tal ponto como chegou, como foi, a intervenção americana aqui dentro,
 369 a CIA, interrogatório, policial brasileiro indo treinar nos Estados Unidos e voltar. E aqui
 370 enviaram homens, porque numa das primeiras ações armadas da VPR, que foi que mataram
 371 um americano que era militar, Chandler, morreu aqui no Pacaembu. A VPR considerava ele
 372 um torturador, um instrutor de tortura aqui no Brasil, ele foi justificado. Na verdade essa ação
 373 política foi feita, pois a VPR tinha mandado ao exterior um emissário, que entrou em contato
 374 com Cuba e quis falar que existia a VPR, que era uma nova organização, que o Lamarca
 375 pertencia a essa organização e pediu o apoio de Cuba. Imagina, o cara chega, ninguém sabe
 376 quem ele é, e acabou chegando a Cuba. E a prova que foi dada: 'Nós vamos matar um agente
 377 da CIA' e avisar antes para ele poder ter acesso a esse acordo. Esse cubano que era o contato
 378 dele, da embaixada, era um agente duplo. Vê como as coisas são. Ele era agente duplo, ele
 379 passou as informações, as informações chegaram a Cuba, depois ele fugiu para os Estados
 380 Unidos. Nós tínhamos uma visão política, fizemos o justicamento do americano para abrir
 381 portas para nós em Cuba para gente poder mandar gente para treinamento. E foi assim, a
 382 família do Lamarca foi para Cuba, foi com essa intermediação que a família do Lamarca foi
 383 para Cuba. Não sei se foi bem assim, ou se foi através do Marighella, não tenho muita
 384 certeza...

385

386 *E como era a sensação de estar numa ação armada, do ponto de vista que vocês sabiam que*
 387 *era contra a lei, como era a sensação...*

388

389 Contra a lei não, nós estávamos para lutar, brigar, contra o Estado mesmo, era isso, a
 390 gente estava lá para isso. O que tinha desde o início, você percebia, notava, as pessoas que
 391 poderiam, que teriam condições de participar de ação armada, de pessoas que não teriam
 392 condição. Isso era meio transparente, ninguém é de ferro, todo mundo tem seus pontos fortes
 393 e fracos. Aí ia participar de ações armadas, pessoas que eles, os mais experientes, percebiam
 394 que tinha condição. No começo, todo mundo ia sem problema. Depois que começou a dar
 395 problema, mesmo os que participavam de ações armadas começaram a demonstrar que não
 396 tinham aquela condição, muita gente parou de fazer ação armada, muita gente parou de militar
 397 na organização, abandonou a militância, porque simplesmente não tinha condições. E quando
 398 começaram as quedas, muita gente foi para o exílio, fugiu, se desligou de tudo. Então quando
 399 começou mesmo para valer houve um tipo de depuração, natural. Agora, no comecinho não

400 tinha, não vi, poucos casos, tanto na VPR, que alguém que tenha amarelado na hora da ação,
401 que alguém tenha entrado em prantos...

402

403 *Que era muito claro para vocês, que estavam fazendo a coisa certa.*

404

405 É. Era muito claro. Nós não tínhamos a menor dúvida que estávamos fazendo a coisa
406 certa. Principalmente quando fazíamos ações armadas erradas, como uma bomba no Estado
407 de São Paulo, o Estadão, ou uma bomba na porta do consulado americano. Ainda não era essa
408 fase, o Estadão tinha problema com a censura, e nós colocamos bomba no Estadão. Não sei o
409 que é que houve. O problema que houve com a Aeronáutica, nem me lembro mais. Um
410 problema sério com a Aeronáutica, colocou uma bomba no 14 bis, naquele aviãozinho lá da
411 praça 14 Bis. Nem li. Como hoje, nem vejo mais, porque na rua você vê uma pichação
412 política, mesmo eu que sou interessado não sei o que aquela sigla significa. Nosso caso era
413 pior, só se entendia ‘Abaixo a ditadura’, isso se compreendia, mas a maioria do povo não
414 estava nem aí. O povo não estava, não sentia as conseqüências das liberdades democráticas. A
415 ditadura foi instaurada aqui para atacar o comunismo, para livrar o Brasil católico do
416 comunismo e da corrupção... Mas o povo não compreendeu que os militares também eram
417 corruptos.

418

419 *Mas para quantificar numa ação armada, o medo de ser preso...*

420

421 No começo eu acho que não tinha isso. Acho que começou a ter medo de ser preso, de
422 morrer, de ser torturado, depois que a repressão começou mesmo, quando o pessoal começou
423 a cair muito. Nós temos um caso na VAR-Palmares que um pessoal de ação tinha um trato de
424 cometer o suicídio. Tinha caso que tinha segredo e não podia ser preso. Teve um casal que
425 caiu e ele cometeu suicídio e ela não, foi presa, torturada, está aí até hoje, excelente
426 companheira. Foi torturada e não falou o que sabia, foi solta num dos seqüestros. Então tem
427 isso, não existe ser humano que não tenha medo de morrer, o cara pode bater no peito e falar:
428 ‘Eu não tinha medo de morrer’. Todo mundo tinha medo de morrer, era uma ação armada,
429 você ia armado, estava lá para sair vivo. Tinha pessoas que mantinham essa calma. E houve
430 uma depuração, mas a depuração maior foi por prisões e tortura. Totalmente despreparados
431 para a repressão que veio...

432

433 *Mas antes das quedas, qual era a sensação de compor a organização, era de satisfação, ou*
434 *então de pesar pela vida clandestina?*

435

436 Não, no início nós tínhamos um objetivo maior, que era a implantação do socialismo.
437 Naquela época havia uma guerra fria e nós éramos comunistas, socialistas, que a maioria não
438 tinha passado pelo Partido Comunista Brasileiro. Então havia o objetivo: ‘Quero fazer a
439 revolução socialista no Brasil’. Para fazer a revolução socialista no Brasil, os caminhos legais
440 que haviam estavam fechando e tinha que fazer a luta armada contra a ditadura. Nós tínhamos
441 esse objetivo. A maioria tinha vida legal. Quando a maioria começou a não ter mais vida
442 legal, começou a dar reflexo na militância. Que você como militante clandestino tinha que ter
443 uma estrutura toda. Você tinha que ter condições. Eu vivenciei vários casos e hoje explica
444 muito bem o que acontece hoje no Aparelho do Estado. Por exemplo, eu, eu senti e vi que
445 tinha muitos companheiros, principalmente de origem humilde, que para eles terem caído na
446 clandestinidade ou não, sendo militantes profissionais, eles tinham uma garantia ao problema
447 do desemprego. O cara era militante profissional, tinha o emprego garantido, estava protegido
448 pela revolução. Quando fui embora de São Paulo, fui morar no Rio. Chegando lá, o pessoal
449 que me recebeu disse: ‘Com essa cara de gringo, pequeno-burguês, loirinho, você vai ter que

450 ficar morando na Zona Sul, você vai montar um esquema clandestino seu'. Eu estava casado.
 451 'E vai morar na Zona Sul. Você só vai nas lojas quando marcar encontro e ficar na Zona Sul,
 452 se não você vai ser detectado na hora.' Foi diverso de vários companheiros, que pelos seus
 453 aspectos físicos, características de onde vinham, a origem humilde do Norte e Nordeste, seja
 454 lá onde for, mesmo de São Paulo, 'Você não pode vir morar na Zona Sul, não pode morar em
 455 Copacabana'. Aí começou a dar problema. Tinha muita gente que morava na Zona Norte, mas
 456 como era clandestino, não tinha nenhuma concessão social, não tinha contato, nunca tinha
 457 morado lá; os caras ficavam passeando, mas queriam passear na Zona Sul. E eles destoavam,
 458 é incrível. Mesmo no Rio de Janeiro, que tinha favela em tudo que é Zona Sul, o cara põe um
 459 shorts, naquela época era shorts e não bermuda, e um chinelo, era a essa imagem. Mas os
 460 caras andavam como se vestiam em São Paulo. E por exemplo, houve uma determinação que
 461 nós tínhamos que 'legalizar' nossos documentos e tínhamos que criar uma atividade
 462 profissional, para ter uma fachada legal. Eu fui procurar dar aula de Física e matemática num
 463 cursinho para montar fachada legal. E tinha pessoas que não tinham condições. Havia a
 464 orientação para os caras virarem vendedores ambulantes, virar pipoqueiros, vender frutas,
 465 arrumar emprego em bar; era uma dificuldade. Na prática, ninguém arrumava emprego, ficava
 466 com salário da organização, ficava... E quando começou a clandestinidade, cada vez tinha
 467 menos reuniões, pois não havia condições. Eu no Rio, eu fui muito a reunião em praia, mas
 468 onde eu morava não podia voltar queimado de Sol. Nós íamos para a praia, eu não era carioca,
 469 eu tinha que ficar embaixo do guarda-sol para ficar branquinho. E voltar para o lugar onde
 470 morava, não de shorts, tinha que voltar de novo com a roupa que eu saí. Ah, tinha esse tipo de
 471 coisa, a coisa foi complicando. Não podia sair de shorts, porque a princípio eu ia trabalhar,
 472 onde eu morava, eu falava: 'Eu tenho um emprego, isso e aquilo', montei uma história minha,
 473 vim de São Paulo para fazer determinada coisa. Era ter uma vida nova e por outro lado eu não
 474 podia fazer muitas amizades. Eu tinha que me integrar sim, fazer amizades. Eu morava na
 475 Zona Sul, em quarto alugado de família, pensão, essas coisas. Mas tinha na zona norte, que
 476 tinha que alugar uma casinha, o cara tinha que fazer amizade, a coisa mais normal era fazer
 477 amizade com o vizinho. Você tem que fazer amizade e convidar o vizinho para tomar pinga
 478 na sua casa. Não tem jeito, tomar cerveja. E isso aí, quando começou a ficar muito grave a
 479 coisa, muita gente foi denunciada, começaram a dar informações de como o subversivo, os
 480 terroristas, vive. Quanta gente foi alugar apartamento, quarto, em pensões, em casas e foi
 481 preso.

482

483 *Era o próprio vizinho que denunciava?*

484

485 Não, era a polícia que sabia. Pega um cara, pega dois, o cara está morando numa vaga
 486 em apartamento de uma família de classe média decadente, que precisava alugar uma vaga
 487 num quarto, que eu cheguei a morar assim. O cara via os anúncios; chegavam lá e
 488 perguntavam ao dono, 'Quem que alugou?'

489

490 *Mas você considera que muitas pessoas ficaram no comodismo com o salário da*
 491 *organização...*

492

493 Começaram a acomodar. Também a organização não tinha alternativa, era um beco
 494 sem saída, era um beco sem saída. O mais procurado, por exemplo, um cara que não militei
 495 com ele, e ele me contou. Esse cara que hoje está no Ministério da Comunicação, que é o
 496 Ottoni. O Ottoni estudava Física, é jornalista, trabalhei com ele aqui... O cara tem dois metros
 497 de altura e óculos fundo de garrafa, esse cara não podia ir a lugar nenhum, qualquer lugar que
 498 passasse a informação para a polícia, o cara tem dois metros de altura e óculos fundo de
 499 garrafa, como ele poderia andar na rua? Nenhum lugar mais poderia ir, nenhum lugar do

500 Brasil. Tinha essa dificuldade, um cara como Lamarca, ou outros mais procurados, não
 501 podiam circular por aí. Nem os vizinhos poderiam saber que eles estavam ali. Então tinha
 502 casa, que o cara que montava para ter uma vida legal, e tinha gente ali que a vizinhança não
 503 sabia, então era uma puta dificuldade. Se você tivesse morado lá a vida toda, podia falar ‘Tem
 504 um parente meu, perdeu o emprego, vai tentar a vida aqui’, mas você não tinha essa
 505 possibilidade. A gente foi pego mesmo numa arapuca, a gente se meteu numa que não tinha
 506 saída. Fazia parte, estava no final, com as quedas, tortura, a polícia sabia logo que o cara que
 507 era preso, que ele tinha encontros, que tinha ponto, se ele faltasse num encontro, dois
 508 encontros, que era para desmontar tudo que ele sabia. A tortura era selvagem nas primeiras
 509 horas que o cara entregava o próximo ponto. E tinha coisas que a polícia detectava pessoas e
 510 não prendia. Ficava vigiando, vigiando, para pegar vários contatos. Do ponto de vista militar
 511 fomos dizimados.

512

513 *E quando foi que você decidiu abandonar a VAR-Palmares?*

514

515 Eu resolvi, eu estava no Rio na clandestinidade e depois de um tempo de morar no Rio
 516 minha mulher resolveu ir embora do Brasil. Um tempo depois resolvi sair, não estava dando
 517 mais, não estava vendo perspectivas e eu não tinha mais condições de continuar militando.

518

519 *E a organização não impôs bloqueio?*

520

521 Não. A minha mulher saiu por conta própria, mas eu não, eu saí com passaporte, saí
 522 por Recife, ainda fui fazer tarefa para a Organização, tarefa de fazer contato em Fortaleza,
 523 fazer contato com o responsável de toda a região lá; levar um relatório para o cara, da direção
 524 nacional. O cara já tinha sido preso. Eu fui a dois encontros e ele não abriu o ponto. Aí de lá
 525 fui para Recife e saí por Recife com documentos falsos.

526

527 *E a organização, então não opôs nenhum bloqueio...*

528

529 No meu caso não, no meu caso não. Tinha pessoas que a organização, da maneira que
 530 saía; houve vários problemas, houve vários problemas. No meu caso a organização ajudou.

531

532 *Mas você atribui esse fato ao quê, a sua conduta?*

533

534 Ao tipo de militância que eu tinha, a justificativa que eu dei e saí com a perspectiva de
 535 continuar militando no exterior. Não tinha mais condições de viver clandestino; saudades de
 536 minha mulher... Mas não cheguei ao ponto de falar que nós estávamos sendo dizimados, eu
 537 não percebia que nós estávamos sendo dizimados e já estávamos.

538

539 *Conscientemente você não percebia?*

540

541 Não, não percebia. Eu nunca verbalizei as más condições, de que nós perdemos essa
 542 guerra, nunca. Eu só fui perceber a visão que tenho hoje, o que era, fora do Brasil.

543

544 *Como que era a hierarquia dentro da organização? Era muito rígida, hierarquizada?*

545

546 Não, tinha uma direção, tem uma direção nacional e as direções estaduais e era
 547 hierarquizado. Independente de erros ou acertos era hierarquizado. Era um centralismo
 548 democrático. Decidiu, obedece, você está numa luta armada, a revolução. Os erros ou acertos,

549 isso ninguém questionava, hoje eu questiono o centralismo democrático. E nem
550 questionávamos.

551

552 *É que minha questão é que se de certa forma a organização reproduzia a estrutura militar.*
553 *Por exemplo...*

554

555 Em alguns aspectos reproduzia uma hierarquia... Tinha coisas militares. Vou te dar um
556 exemplo. Na história da esquerda brasileira houve muito julgamento de militantes, que se
557 referia a suspeitas de traição. A maioria foi erro, a maioria foram erros. Não tem jeito, você
558 trabalhando na clandestinidade, está na guerra. Eu participei de um julgamento de um
559 militante, que foi da Polop e da VPR, e ele foi absolvido. Empatou. É um caso típico do erro
560 que acontece. Um cara de classe média, de São Paulo, mulher, filhos, caiu na clandestinidade.
561 A mulher não sabia o que ele fazia. 90% dos militantes de origem não universitária, as
562 esposas não eram militantes, não entendiam nada, estavam atrás do marido. Quantas mulheres
563 foram presas, torturadas, desgraçou a vida delas, sem saber o que estava acontecendo. O cara
564 não discutia nada para sua esposa; política era coisa de homem. Olha que coisa, por isso eu
565 falo, se a gente tivesse chegado ao poder... Terrível... Bom, essa pessoa caiu na
566 clandestinidade e em uma semana nós montamos um esquema de tirar a família e os filhos,
567 mandar para a Europa e de lá ia para Cuba. Esse cara deu tamanho prejuízo para a
568 organização, porque chegou no lugar que precisava ir e a mulher não foi para Cuba. Ela foi
569 num país de origem dele, não sei se Espanha, Itália e teve contato com a família e ficou
570 esperando ele lá. A dificuldade, os riscos que se correu e o cara falou que queria ir embora
571 também e queria viver com a mulher. Ele foi julgado e ele se safou porque deu empate e quem
572 comandava o julgamento votou a favor para ele não morrer. E claro, eu participei desse
573 julgamento e hoje eu vejo o absurdo, por mais que você esteja dentro de uma situação
574 específica, você julgar uma pessoa, é inacreditável. Saiu um livro de um cara do grupo do
575 Marighella que foi justificado, foi um erro. Então, tinha essas coisas, quer dizer, nós éramos
576 despreparados em muitas coisas, em muitas coisas. Então, outra coisa que te falei, essa
577 acomodação no exílio foi pior, no exílio vivi situações absurdas com exilados, não era a
578 maioria, era uma minoria. Mas, o comportamento, nada de regras, nada de nada...

579

580 *Como assim?*

581

582 No Chile havia uma entidade, uma associação, para ajudar brasileiros exilados. Tem
583 um nome, mas no fundo chamava caixinha. Todo mundo que tinha dinheiro, dava dinheiro e
584 ajudava. Deu briga por causa de dinheiro, deu rolo por causa de dinheiro, é uma coisa
585 inadmissível. Você no exílio pegando dinheiro do governo chileno de Allende, exilado e sua
586 família te mandando dinheiro, mas para você ter uma briga... Tive um problema de contato
587 com a comunidade brasileira exilada... Eles abriram um restaurante... Foi um horror, deu
588 briga, deu processo. Foram tentar resolver esse problema na ditadura do Pinochet, coisa sem
589 pé nem cabeça. Num determinado momento do exílio, eu morava na Alemanha. Deu o golpe
590 no Chile, muitos se protegeram na embaixada, minha ex-mulher, meu irmão, se enfiaram na
591 embaixada do México. E lá do México e de outros países, eles conseguiam sair para a Europa,
592 para países socialistas e paravam no meio do caminho, num esquema de sair do México e ir
593 para a Europa, quem quisesse ir para a Europa. Nessa balburdia toda, eu morava na Alemanha
594 e quando cheguei na Alemanha, eu cheguei lá protegido pela anistia internacional. Aí, teve
595 vários brasileiros querendo ir para a Alemanha, e eu: 'Por quê? Aqui tem isso, isso e isso de
596 defeito e as coisas boas daqui são materiais, é bolsa de estudo, país rico, mas para falar
597 alemão'. Mas queriam vir para cá. E todo mundo veio para Bélgica, porque da Bélgica para
598 Alemanha nós tínhamos como entrar, tem uma fronteira entre Bélgica e Alemanha, que os

599 belgas passavam para Alemanha para comprar coisas no supermercado super barato e os
 600 alemães iam para Bélgica comprar uma coisa barata também. Então era fácil, era só pegar os
 601 caras, passar de carro e não tinha fiscalização nenhuma para ir ao supermercado e era a
 602 Alemanha. No estacionamento do supermercado já tínhamos arrumado o esquema para levá-
 603 los. Fiz uma reunião de um dia inteiro com as pessoas contando toda minha experiência e
 604 falei: ‘Eu não aconselho ir para a Alemanha, principalmente se vão levar vocês para Berlim
 605 Ocidental. Mas o esquema para levar vocês está pronto, está tudo montado. Vocês vão sair
 606 daqui quem quiser, vocês vão para minha casa e da minha casa vocês vão para as casas dos
 607 estudantes ligados à anistia internacional, tem casa para todo mundo e aí é começar de novo’.
 608 Um casal que era amigo meu já da faculdade acabou me ouvindo, o restante foi para a
 609 Alemanha. Teve um caso trágico, de uma menina que acabou cometendo suicídio em Berlim.
 610 Mas eu via aquele pessoal, eu vi da boca para fora: ‘Eu sou um exilado profissional e uma
 611 nação imperialista vai me sustentar até eu poder voltar para o Brasil’. Era uma pessoa que não
 612 queria fazer nada na vida, queria viver de bolsa de estudos, por caridade e não ia aprender o
 613 alemão. Algumas coisas que são incompatíveis... Chegou lá na minha casa e eu falei: ‘Olha,
 614 vocês vão para casa de estudantes, e estudante alemão tem muita diferença. Se você está no
 615 banheiro mijando ou cagando, ele entra e escova os dentes, porque esse é o espírito da coisa.
 616 Você está tomando banho, uma mulher, uma menina, entra, ela vê que você está se
 617 enxugando, ela entra, tira a roupa e toma banho ela. E ninguém está querendo dar para
 618 ninguém. É isso, é o espírito da coisa. São estudantes de esquerda, tem uma visão, é assim.
 619 Coisas que nós não tínhamos no Brasil. E tem mais e se você, homem, for transar com
 620 alguém, deixa eles tomarem a iniciativa, não significa nada que a pessoa está querendo ficar,
 621 namorar, com você. Não’. Na primeira semana teve tanta cagada... Tudo adulto. A menina
 622 entrou no quarto do cara para conversar... Pega bolsa de estudos, enrola, enrola e enrola anos.
 623 E tem coisa pior. É muito comodismo. O cara sabe que ele vai ser sustentado. E essa merda,
 624 essa situação, infelizmente, vários militantes descobriram ajuda internacional, do Partido
 625 Comunista, de partidos políticos e de outras fontes...

626

627 (interrupção do MSN)

628

629 Mas como estava te falando, aí vêm essas coisas e é um absurdo, tem pessoas que
 630 descobriram essa ajuda internacional de partidos e entidades, que é a origem dessas ONGs
 631 picaretas. Até hoje tem gente que recebe ajuda internacional, que ele montou um esquema
 632 quando era exilado, e são picaretas, picaretassos! Caras que são conhecidos, militantes
 633 conhecidos. Quer dizer, não dá para perdoar. Eu não perdôo, eu falo, discuti e falo que é
 634 picareta e os caras não estão nem aí. Porque um homem sério, alguém sério... Isso leva para o
 635 pessoal que está no poder, está no Estado, criar ONGs, para ajudar a ONG, mas para ir para
 636 seu partido. Mas esse dinheiro que sai do governo, vai para uma ONG e que vai para um
 637 partido, é nosso, é do povo. É para criar hospital para atender a dengue no Rio. Então, você
 638 teve uma concepção de vida, o tempo todo, e na hora em que você chega ao governo, mesmo
 639 por eleições, você fica com o comportamento igual ao que todo mundo sempre teve, ou pior,
 640 porque é você que está fazendo, você está contrariando tudo que você falou a vida toda e
 641 ainda tenta justificar, falar que é uma coisa normal. Então, a situação atual, o PT fazer
 642 mensalão, o outro lá vasculhar as contas do jardineiro. Pô, isso é política de direita, é a
 643 política mais... Uma militância política dita revolucionária, socialista, dita de todos, e agora,
 644 na prática, estão fazendo a coisa mais escrota que se faz, se fez, sempre no Brasil, igualzinho,
 645 não tem o que tirar nem por e assumem. Eu me pergunto, para os caras, como que você milita
 646 num partido que o Lula fala que quem tem mais de 50 anos e é de esquerda tem algum
 647 problema? O problema é ele que nunca foi de esquerda, usou a esquerda, assim como a
 648 esquerda usou ele, para atingir o poder. Nós temos esse problema e é sério. Esse problema é

649 sério porque o PT, as denúncias de corrupção do PT começaram quando a Erundina ganhou a
 650 prefeitura aqui. E toda prefeitura que o PT ganhou foi feito desvio de dinheiro para dentro do
 651 PT. E nesse caminho tem muito dinheiro que não chegou. É fogo, isso aí é, do ponto de vista
 652 da esquerda... Todos os erros que a esquerda cometeu, 1935, 1964, nossa luta armada, todos
 653 eles causaram coisas ruins para a esquerda. São derrotas e tem essas conseqüências. Agora, o
 654 que o pessoal está fazendo hoje, está desacreditando a esquerda, está sendo pior e vai demorar
 655 muito mais tempo para alguém levar a esquerda a sério. Não tem uma proposta. Na minha
 656 vida, é a maior decepção. É a maior decepção que eu tive na minha vida política, desde a
 657 criação do PT. E eu fui do PT por dez anos, militante, sindicalista e cutista. É a maior
 658 decepção. Eu não acredito que pessoas que acompanhei, que conheço tão bem, podem ter esse
 659 comportamento, comprar votos e usar o mensalão para votar no governo. Se aliam com as
 660 coisas mais escrotas que tem na política brasileira. E o governo do PT, quem defende o PT é a
 661 escória do PMDB, que defende o governo. E o país, que tem o povo despolitizado. E se eu
 662 falo isso que estou falando para você nos lugares que eu frequêto, eu apanho. Apanho! As
 663 pessoas caem em cima de mim. Quando eu falo que esses programas do PT são esmolos, e
 664 não vai resolver, não tira a pessoa da pobreza, não educa, não faz nada, e o que falam para
 665 mim? 'É que para você R\$50,00 por mês é o que você gasta no boteco num fim de semana'. E
 666 numa eleição hoje o Lula é reeleito no primeiro turno, não é? E a esquerda está perdida,
 667 ninguém, nem a organizada, nem a desorganizada...

668
 669 *Então você considera que houve uma espécie de comodismo nas pessoas que estão nos*
 670 *espaços de poder.*

671
 672 Não, não é comodismo, é uma sem-vergonhice. Primeiro o PT não teria quadros para
 673 completar tudo, não tem gente nem preparada; tem gente com pouca formação para o cargo
 674 onde foi colocada. Mas as pessoas que são colocadas, aquilo lá, estão como os militantes de
 675 origem da luta armada. Está lá porque tinha uma garantia, ele defende isso com unhas e
 676 dentes. Ele acha que vai ser eterno esse emprego dele como representante do PT em qualquer
 677 lugar, em prefeitura, em repartição, em ministério, ele defende com unhas e dentes isso. Não
 678 basta defender politicamente uma coisa que não dá. O Lula vai para uma entrevista e fala que
 679 o que o PT fez foi caixa 2, coisa que todo mundo faz. E não acontece nada. Pessoas sérias que
 680 tinha, saíram: Frei Betto, Oded Grajew, pessoas desse nível saíram fora. Alguns outros foram
 681 para o PSOL, que está com umas alianças complicadas por aí, ou não quer fazer alianças com
 682 ninguém, não sei o que vai dar.

683
 684 (interrupção devido a ligação)

685
 686 Eu ligo as coisas, sabe. Desde o princípio, o militante, o operário, ou classe média, não
 687 importa, se acomodou financeiramente porque tinha um emprego fixo. Depois ele foi
 688 clandestino, exilado... No exílio foi terrível, as coisas que vi foram terríveis. E quando volta e
 689 atinge o governo... Igualzinho ao que sempre foi, não tem diferença. Você passou a tua vida
 690 toda falando uma coisa e faz igual à direita, às vezes até pior. Faz tudo igual, faz tudo igual. E
 691 depois é impressionante como as pessoas se apegam a isso. Eu tenho um monte de conhecidos
 692 que passam a vida fazendo projetos para o governo, para prefeitura, é projeto cultural, é
 693 projeto político, para isso, para aquilo, o cara vive de fazer projeto. E quem garante que esses
 694 projetos que são aprovados vão ser feitos? Essa semana veio uma amiga aqui, eu briguei com
 695 o marido por causa do Zé Dirceu. Estávamos conversando e ele: 'Ah, estou com um projeto
 696 no ministério tal, um projeto no...'. Está com três projetos em ministérios apresentados. Três
 697 projetos culturais em três ministérios diferentes. E vive disso. E por que vive disso? Porque
 698 está tudo aparelhado. É uma coisa de louco. Tem pessoas que conheço que são empregados-

699 fantasma, funcionários-fantasma. O cara está registrado no gabinete de um deputado, aquele
 700 ali e agora nem mais militante ele é, nem mais trabalha para o partido. Faz umas coisinhas lá
 701 para o deputado por fora, tem um salário de 8-10 mil reais, sei lá quanto que é o salário, e dá
 702 uma parte para o deputado... Pô, não dá. É uma tristeza. Mas por outro lado, cheio de gente do
 703 PT que é muito honesta, mas que dá para virar não dá para virar. Acabou. E depois de tudo
 704 que aconteceu, o mesmo grupo dirigente fica mandando no PT, são os mesmos, não mudou. A
 705 única coisa que tem é que Palocci, Zé Dirceu foram caindo... Mas eles continuam mandando
 706 dentro do PT. Coisa de louco, esses conchavos aí, união de partidos para eleger, e outra, o
 707 Lula de novo vai participar de dois palanques no Rio, do Crivella e de algum infeliz que vai
 708 ser representante oficial do PT. Por que isso? E os caras que estão no PT achando que vão
 709 mudar o PT?

710

711 *Quando você voltou do exílio participou da fundação do PT?*

712

713 Não, o PT já existia. Foi assim, eu voltei e comecei a militar no PT como jornalista.
 714 Na época o PT tinha núcleos profissionais, não tinha regionais, e eu era do núcleo de
 715 jornalismo. Quando nós ganhamos o sindicato, que eu fui do sindicato, houve uma mudança
 716 no PT, que o PT não podia mais ter núcleos profissionais e mudou para núcleos regionais. Aí
 717 eu fui do núcleo Bela Vista e comecei a não ter mais saco. Discutia, discutia e discutia e
 718 começou a ter briga de grupos. A presidente do diretório da Bela Vista é minha amiga e eu
 719 falei para ela: 'Eu não vou participar, nesse núcleo eu não vou. Vou ficar no meu sindicato...'
 720 E ela: 'É que eu preciso de quorum'. Então falei para ela me ligar quando tivesse votação, eu
 721 iria lá votar e fazer quorum. Sempre votava em branco, anulava, principalmente das questões
 722 que não participei da discussão, só para dar quorum. Um belo dia tinha uma votação,
 723 precisava de quorum. Cheguei lá, era na Câmara Municipal, cheguei lá, fui entrando e cruzei
 724 com um cara que não via há séculos. 'Oi, como vai', 'Você é do PT, nunca te vejo!', 'É que
 725 minha militância é assim e assado'. E acho que era uma eleição do diretório. 'Ah, eu estou na
 726 chapa tal e vota na minha chapa', 'Ah não, não vou votar em chapa porque não participei das
 727 discussões'. Fui na mesa votar e a pessoa que estava na mesa viu que eu estava conversando
 728 com o cara e achou que eu era amigo, eu não via há muito tempo, e pensou que eu iria votar
 729 naquela chapa. E não me deixou votar por falta de pagamento de mensalidade. Estava com
 730 pagamento atrasado e não me deixaram votar. Quando perguntei quanto era, não me deixaram
 731 pagar para votar. Aí falei assim 'Você conhece a fulana?', 'Sim, é a presidente', 'Então, está
 732 aqui o meu cartão com meu nome e fala para ela nunca mais me ligar para dar quorum'. Nesse
 733 dia me desfiliei do PT, saí. Logo depois teve um processo de recadastrar todo mundo, não me
 734 recadastrei e continuei militando no sindicato e em campanhas. Fiz duas campanhas para o Zé
 735 Dirceu, três campanhas para o Rui Falcão; trabalhava em campanhas. Aí quando me enchi o
 736 saco das campanhas também: 'Não me peçam mais para fazer discussão de campanha,
 737 marketing político'. Porque eles botam um bando de gente para discutir marketing político,
 738 para fazer campanha de deputado, que é a coisa mais elementar que tem. Para que ficar
 739 discutindo com um bando que não tem idéia nenhuma?! Vou ficar lá duas, três horas. Não é
 740 para assumir o que proponho, mas para mim é mais fácil eu fazer uma lista daquilo que eu
 741 proponho, daquilo que eu acho e está tudo pronto. 'E discutam sem minha presença'. Porque
 742 eu ficar discutindo coisas com pessoas que não entendem... Eu não vou ficar discutindo
 743 economês com um economista, coisas que não entendo de economia, eu não vou ficar
 744 discutindo. Tomar decisão política na área de economia, se eu não entendo? Eu não vou ficar
 745 enchendo o saco. Então eu parei, fui parando, votando, mas cada vez menos. Aí quando
 746 chegou a primeira eleição do Lula, para presidente, já não ia votar, já não ia votar, quando ele
 747 escolheu o vice, acabou... Mas acabei votando. Ainda votei no Lula. Aí começou, o negócio
 748 dos escândalos. Na última eleição votei no PSOL, que pela primeira vez conseguiu eleger dois

749 deputados; os dois únicos eleitos eu votei, votei no PSOL. Mas assim, também só de
750 antenada, sem discutir muito. Mas conheço o Ivan Valente, conheço a militância dele, quando
751 ainda era do PT. A Heloísa eu votei... Eu ainda não acredito no que acontece. O escândalo do
752 dossiê, cair na arapuca, cair na armadilha que o Serra montou, comprar um dossiê de dois
753 bandidos que estavam com processo, CPI, um dossiê do Serra e os caras vão lá e são pegos
754 em flagra, é muita burrice, é muita burrice. Um cara, um ministro como Palocci, vai quebrar o
755 sigilo bancário de um jardineiro! Olha que coisa, que falcatrua, esse negócio do mensalão, e o
756 pior que é tudo verdade, estou fora. Limparam a barra do Renan Calheiros, limparam a barra
757 do Maluf aqui em São Paulo, a Dona Marta limpou a barra do Maluf. Essa semana só, o Lula
758 falou bem do Severino, do Renan e não sei quem mais. Virou a história, todo mundo é igual...

759

760 *Bom, se quiser falar mais alguma coisa sobre sua história...*

761

762 Não, já falei demais.

1 **“Deputado” (José Genoíno)**

2 (ex-participante do PCdoB e da Guerrilha do Araguaia)

3 Entrevista realizada no dia 09/09/2008 em seu escritório

4
5
6 *Como já contei, é minha pesquisa de doutorado em Psicologia Social. Vou pedir para falar*
7 *sobre sua história política. A entrevista é aberta e separei em três blocos principais; no*
8 *primeiro vou pedir para falar sobre sua vida familiar, depois quando entra no Movimento*
9 *Estudantil e a participação na guerrilha, e o terceiro momento é o momento atual, qual foi a*
10 *mudança na participação, o que mudou na visão política desde a época da Guerrilha do*
11 *Araguaia para hoje em dia, mais nesse sentido...*

12
13 Tá bom. A entrevista, você vai publicar?

14
15 *Vou publicar na minha tese de doutorado, mas que só irei concluir depois, mas antes disso te*
16 *enviarei transcrita, com o termo de consentimento e o senhor aprova qual parte entra e qual*
17 *não entra.*

18
19 Não, tudo bem, o que eu falar pode entrar, vamos lá. Olha, eu sou filho de camponês,
20 meus pais moram no interior do Ceará até hoje, eu sou o filho mais velho de uma família de
21 onze irmãos. Trabalhei na roça até catorze anos de idade, como lavrador, meu pai é lavrador,
22 hoje ele sobrevive com a aposentadoria do INSS, é uma pessoa pobre e mora na mesma casa
23 que eu nasci. E a minha meta, o meu objetivo, era sair para estudar. Para isso eu saí da roça
24 para morar numa cidade mais próxima, que era Senador Pompeu, no sertão cearense, a
25 trezentos quilômetros de Fortaleza, e quando terminei o Ensino Fundamental, que era o
26 ginásio, eu fui para Fortaleza fazer o colegial, que é hoje o Ensino Médio. E foi lá que minha
27 história passou por uma figura importante, o Padre Salmito, que foi quem me tirou da roça
28 para estudar. Eu morei com ele, trabalhei com ele na igreja, era sacristão, era motorista, e
29 depois fui morar em Fortaleza na casa de um amigo dele para poder ter condições de estudar,
30 porque eu não tinha nenhuma fonte para sobreviver. Isso foi em 64, então eu fiz... Como eu
31 comecei a estudar muito tarde, eu fiz aqueles exames, que hoje é o supletivo, que na época
32 chamava Madureza, e eu fiz o colegial em um ano. Então eu entrei na faculdade em 66, em
33 66-67 eu entrei na faculdade. Eu era funcionário, nessa época eu consegui meu primeiro
34 emprego na IBM, que eu era operador de máquinas IBM e fiz o cursinho, estudei até a
35 faculdade. A minha militância política, ela sofreu uma influência da igreja progressista da
36 época, particularmente com esse Padre. Mas aí depois eu tinha que trabalhar para sobreviver e
37 estudar em Fortaleza, por minha conta. Foi quando eu entrei na Faculdade e em 67 eu fui
38 eleito presidente do Centro Acadêmico.

39
40 *Antes de entrar a parte da Faculdade, queria saber um pouco mais como que eram as*
41 *relações familiares, a hierarquia familiar...*

42
43 Olha, veja bem, minha família é uma família pobre, de camponeses, e eu era o filho
44 mais velho, sou o filho mais velho, e eu tinha uma vida de camponês, eu praticamente
45 comecei a trabalhar com oito anos de idade, na roça. Eu era o filho mais velho e ajudava meu
46 pai. Então, eu praticamente não tive adolescência, minha infância foi na roça, trabalhando
47 diretamente na agricultura. E os meus irmãos foram nascendo ao longo de minha permanência
48 lá e depois que eu saí para estudar, quando eu saí da roça para estudar. A minha relação com...
49 A minha mãe me alfabetizou, ela era professora lá no lugarejo que mora até hoje. Depois eu
50 saí para fazer o curso fora. E era uma relação muito boa, agora eu convivia pouco com a

51 família, porque meu objetivo era sair para estudar, eu tinha uma verdadeira obsessão para sair
52 para estudar.

53

54 *Mas desde pequeno já participou da igreja?*

55

56 Não. Eu participei da igreja a partir dos quinze anos, quando eu conheci esse Padre.
57 Ele celebrava missas no lugarejo, conheci o Padre e ele me convidou. Na época, eu fazia o
58 primário, o primeiro nível. Para poder estudar o ginásio, eu tinha que fazer o exame para
59 ganhar uma bolsa de estudos, porque não tinha colégio público. Aí eu ganhei uma bolsa de
60 estudos no exame e ele disse: 'Olha, então para você estudar, vamos morar, vamos trabalhar,
61 na Casa Paroquial'. Daí eu trabalhei com ele na Casa Paroquial, morava lá, fazia os trabalhos
62 da igreja, enfim, era um funcionário da igreja e com esse Padre que me, vamos dizer assim,
63 me introduziu nessa possibilidade de poder estudar, foi com ele. Está vivo até hoje, é uma
64 pessoa muito minha amiga, não é mais padre. Então, a minha, era uma relação basicamente de
65 camponês. Para você ter uma idéia, eu tinha quinze anos de idade quando eu calcei sapatos
66 pela primeira vez, eu não sabia nem andar de sapatos, porque na roça eu não usava sapato.
67 Fotografia, eu fui conhecer fotografia com quinze anos de idade, que a roça lá era bem no
68 sertão, bem no interior. Então a minha experiência foi muito forte assim; sair da roça. Então,
69 depois é que eu fiquei muito amigo desse Padre, depois quando fui para Fortaleza, fiquei
70 muito amigo de umas pessoas que eu conheci, aí eu já tinha uma certa militância na igreja,
71 que a época era na JAC – Juventude Agrária Católica – ou na JEC – Juventude Estudantil
72 Católica – eu tinha uma militância, mas não muito engajada. A minha militância engajada foi
73 a partir do momento que eu entrei na faculdade mesmo, aí eu fiz uma opção de engajamento
74 político; eu tinha nessa época dezoito anos de idade.

75

76 *Mas essa vontade de estudar foi por influência da sua mãe, ou você...*

77

78 Não, primeiro era influência da minha mãe, segundo, era uma maneira de eu sublimar
79 aquela vida de sofrimento, de trabalhar na roça. Minha família era muito pobre, como até hoje
80 e era uma maneira, como se diz na cultura do cearense, de tentar uma ascensão através do
81 estudo, era isso, ser 'o doutor'. Mas eu não me formei porque eu fui depois cassado pelo Ato
82 Institucional número 5, até hoje eu não tenho diploma de formado na Universidade.

83

84 *Com uma família mais rural, poderíamos dizer que as relações eram mais conservadoras, era
85 o poder do pai...*

86

87 Era, mas o caso lá, a minha família, quer dizer, a gente morava numa comunidade
88 camponesa, os irmãos da minha mãe, as irmãs da minha mãe, os meus avós, eles moravam na
89 comunidade; meeiros, trabalhadores rurais. E ela tinha uma influência muito grande da igreja.
90 Era uma visão muito conservadora, tanto que depois quando eu fui adotando várias posições,
91 de participar da guerrilha, da luta armada, depois no Congresso os temas que eu trabalhei,
92 como o aborto, isso criou um choque muito grande, até porque a oligarquia rural fazia muita
93 chacota comigo, histórias meio mirabolantes; a minha família sofreu muito com isso. Mas
94 como eu saí muito cedo, eu saí com 15-14 anos de idade, quer dizer na verdade eu fui para o
95 mundo. Então quando eu entrei em contato com o mundo, eu já entrei muito aberto, em toda
96 aquela época de Revoluções em todos os sentidos. Então eu não tive uma influência
97 conservadora marcante, porque mesmo a minha relação com a igreja, foi com o setor
98 progressista. E como eu fui para o mundo, literalmente para o mundo, morar sozinho, morar
99 com família, quer dizer, eu passei a ter uma abertura muito grande, para os fenômenos que
100 estavam acontecendo àquela época.

101

102 *De certa forma poderíamos pensar que tinha uma raiz conservadora, mas que sua vontade de*
 103 *estudar, de conhecer outras coisas era...*

104

105 Era muito forte, era muito forte por causa da época em que a gente vivia, os anos
 106 sessenta eram anos muito fortes, eram anos rebeldes. E aquilo ali tinha uma influência muito
 107 grande e o fato de eu ter saído da roça para estudar, eu já fui quebrando aqueles laços da roça,
 108 de camponês, eu já fui quebrando todos aqueles laços e me jogando no mundo, então não
 109 teve, eu não senti um peso conservador na minha formação, porque eu já entrei com tudo,
 110 aberto para o mundo.

111

112 *E para começar a participar, a militar na JEC e na JAC?*

113

114 Não, aí era mais através do Padre, eu tive contato com a JEC e o JAC por causa do
 115 Padre, conhecia as pessoas, participava de reunião, mas eu estava com a minha perspectiva de
 116 me formar, de estudar, enfim, de sair daquela situação. Isso até 64-65, aí teve o Golpe Militar,
 117 teve o endurecimento político, teve a perseguição inclusive a setores da igreja e aí eu fui para,
 118 eu fiquei um período também em Fortaleza. Quando eu estudava eu tive muito contato com as
 119 pessoas muito esclarecidas, que eu comecei a ler o Sartre, o Camus, a Simone de Beauvoir,
 120 todos os escritores rebeldes de esquerda muito cedo quando eu cheguei em Fortaleza. Então
 121 isso também me abriu muito a cabeça para o mundo. Quando eu entrei na faculdade eu já
 122 estava com a cabeça aberta. Eu não era militante engajado, a minha militância engajada foi
 123 quando entrei na faculdade.

124

125 *Que ao entrar na faculdade você teve contatos com os estudantes já organizados?*

126

127 É, quando eu entrei na faculdade era um período de efervescência política e aquela
 128 efervescência política acabou me produzindo uma opção de ser o presidente do Centro
 129 Acadêmico. Eu fui candidato, eu fui eleito, virei o presidente do Centro Acadêmico. Nessa
 130 época eu trabalhava na IBM e a minha idéia era estudar e trabalhar na IBM, então eu fazia as
 131 duas coisas, eu trabalhava na IBM para sobreviver e ao mesmo tempo fazia faculdade e
 132 movimento estudantil. Fazia as três coisas, era um período assim muito intenso. Aí eu já
 133 estava me engajando numa militância política mais racional, mais elaborada, que foi a minha
 134 aproximação com o PCdoB da época, que era muito forte em Fortaleza.

135

136 *E como que surgiu o interesse em entrar no Movimento Estudantil? Foi uma coisa meio*
 137 *natural?*

138

139 Não, olha, primeiro, que eu tinha uma abertura muito grande para o mundo, pela
 140 minha história de vida. Segundo, porque na Universidade o clima de efervescência era amplo.
 141 E naquele clima de efervescência eu misturei com a compreensão das minhas origens, da
 142 situação da minha família e também com a consciência política. Aí eu fui, eu fui, eu fui
 143 escolhido para ser o presidente do Centro Acadêmico numa eleição direta. E fui eleito. Aí já
 144 foi rápido, no ano seguinte eu já estava no DCE, no ano seguinte eu já estava liderando as
 145 passeatas, as mobilizações de Fortaleza. No período de 68, já estava participando dos
 146 encontros da UNE aqui em São Paulo, que o DCE no Ceará se equiparava à UEE, porque não
 147 tinha, só tinha uma Universidade. Aí eu já estava numa militância engajada muito
 148 rapidamente. Foi um ano no Centro Acadêmico, um ano no DCE e depois já na militância
 149 estudantil na UNE, foi uma coisa relativamente rápida. Numa época em que as coisas
 150 aconteciam com muita intensidade.

151

152 *E essa aquisição de consciência política, você atribui a esse primeiro ano na Universidade,*
 153 *ou foi algo anterior?*

154

155 Eu acho que são vários fatores: primeiro, a minha origem, que eu tinha muita
 156 consciência da situação de pobreza dos meus pais; segundo, o meu contato com uma maneira
 157 diferente de pensar, que foi via esse Padre, via os colegas que eu conheci em Fortaleza e
 158 também pela racha, pela conscientização política da época. A gente tinha uma influência
 159 muito grande pela época que a gente vivia, que era uma época de revoluções, se sonhos, de
 160 utopias, vamos dizer assim, de generosidade, de muitas coisas fortes. E eu optei por esse
 161 caminho de uma maneira relativamente rápida e muito consciente, eu não me arrependo e nem
 162 me arrependi de nada, foi um processo muito pensado. Quando eu fui obrigado a sair da IBM,
 163 eu pensei: 'Eu vou deixar um emprego certo para poder me dedicar ao Movimento
 164 Estudantil'. Mas foi uma opção, foram escolhas que aconteceram nesse processo.

165

166 *Querida que você contasse um pouco alguma lembrança do Movimento Estudantil, desse início*
 167 *de militância na Universidade.*

168

169 Olha, na Universidade, a Universidade naquela época era o centro político daquela
 170 efervescência cultural, ideológica e de oposição à ditadura. A Universidade era o centro, não
 171 era sindicato, nem era isso, era a Universidade. E dentro da Universidade a gente tinha uma
 172 vida intensa, não só de estudar, mas de fazer política, de fazer música, teatro, enfim a
 173 Universidade era o cenário propício para aquela efervescência política. E a gente vivia muito
 174 intensamente o processo dentro da Universidade. Depois veio as lutas pelos excedentes,
 175 depois veio a luta das ocupações de Universidade e reitoria, depois veio o enfrentamento com
 176 a polícia, aquilo ali foi um crescente. E era uma vida, vamos dizer assim, muito libertária, no
 177 sentido do desprendimento, no sentido da dedicação que a gente vivia dentro da Universidade.

178

179 *Aí então, quando você optou em se filiar ao PCdoB?*

180

181 Foi em 67, logo que entrei na Universidade. Eu conhecia alguns companheiros do
 182 PCdoB, eram meus amigos na Universidade, na faculdade. Eu conhecia eles e eles me
 183 passaram os documentos. Eu li, achei interessante, aí disse: 'Olha, eu topo militar'. Foi uma
 184 coisa assim também, muito... Teve, o PCdoB era muito forte no Ceará e eu e as pessoas que
 185 conhecia lá, a maioria era do PCdoB, então foi um processo relativamente natural.

186

187 *Então sempre foi uma militância estudantil ligada a militância partidária.*

188

189 É, toda a liderança estudantil de 68-67 era ligada a organizações políticas, como o
 190 PCdoB, ou ALN, ou VPR, ou Ala Vermelha, o PCB. A liderança estudantil era engajada
 191 numa organização política, que foi exatamente esse processo que deu na resistência armada
 192 após o Ato Institucional número 5.

193

194 *E na Universidade a organização mais forte era o PCdoB?*

195

196 Lá no Ceará era, lá era o PCdoB que tinha mais força dentro da Universidade.

197

198 *Como foi o processo de se filiar ao PCdoB, ter a militância estudantil para entrar na luta*
 199 *armada?*

200

201 Primeiro porque a gente tinha uma militância muito decidida, muito politizada, muito
 202 consciente em 67-68. E toda a discussão que a gente fazia no Movimento Estudantil era pró, a
 203 gente defendia a opção revolucionária na luta armada, conscientemente. Isso já em 68, antes
 204 de começar a luta armada. Até pelos reflexos da Guerra do Vietnã, os reflexos da morte do
 205 Che, a Revolução Cubana, a Revolução Chinesa e o enfretamento aqui com a ditadura militar.
 206 Então era uma conscientização muito politizada. Quando veio o Ato Institucional número 5,
 207 que foi um emparedamento daquela geração toda, quer dizer, a vanguarda do Movimento
 208 Estudantil, ou ela era presa, ou ia para a clandestinidade, ou para o exílio. Porque mesmo que
 209 as pessoas fossem cuidar de suas vidas, eram presas e torturadas. Então foi um conjunto de
 210 fatores, consciência, opção, emparedamento com o AI-5 e uma consciência de que o caminho
 211 era fazer a resistência armada, ou da forma da guerrilha urbana, como alguns companheiros
 212 fizeram, ou na forma da guerrilha rural, que foi a opção do PCdoB, no caso da Guerrilha do
 213 Araguaia.

214

215 *Então, foi natural que você entrasse na luta armada.*

216

217 Foi, era fruto, quer dizer, era uma conscientização da época, que não se via outro
 218 caminho. E como veio o AI-5, isso se fortaleceu. Eu era militante do PCdoB, eu tinha contato
 219 com a direção nacional do PCdoB, aí eu já era muito perseguido. Depois do AI-5, eu não
 220 podia, no Ceará eu não podia ficar porque era muito visado, porque era conhecido. Aí eu vim
 221 morar em São Paulo, fiquei um ano e meio clandestino aqui em São Paulo. Morava em
 222 pensão, conheci bem a cidade, mas eu era da diretoria da UNE, com Honestino Guimarães,
 223 aqui em São Paulo, porque a gente trocava, as pessoas do Nordeste vinham para cá, daqui iam
 224 para o Nordeste, para poder não ficar tão visado. Mas eu era visado já, eu fiquei um ano e
 225 meio nessa, na cidade, depois do Ato Institucional número 5. E aí o cerco era muito grande à
 226 UNE, ao Movimento Estudantil... Já era muito difícil, as reuniões eram clandestinas, era
 227 difícil entrar na Universidade, porque a Universidade era ocupada, quer dizer, os comícios
 228 cada vez mais com segurança armada. As pichações também. Aí numa situação daquelas, eu
 229 me coloquei à discussão do PCdoB para ir para a preparação da guerrilha, foi isso, aí fui, em
 230 junho de 70 para ao Araguaia. Isso é um processo, não é uma 'pá!', não é uma coisa
 231 repentina, isso é um processo que você vai vivendo com as escolhas políticas que você faz.

232

233 *Mas foi uma escolha difícil ou foi uma escolha quase natural...*

234

235 Não. Difícil, foi difícil, porque a gente vivia uma época difícil. Principalmente depois
 236 do AI-5, você vê clandestino com vinte anos de idade, com vinte e dois anos de idade, mudar
 237 de nome, ser perseguido, morar em pensão. A gente vinha de uma geração libertária, de uma
 238 hora para outra você ficava vivendo às escondidas, era muito difícil. Agora, o grau de
 239 consciência, de desprendimento, era muito grande, por isso que fez com que essas escolhas,
 240 tipo Araguaia, fossem escolhas relativamente racionalizadas. Era duro voltar para roça,
 241 trabalhar na roça, fazer treinamento militar, ser perseguido, era duro. Agora, aquela geração
 242 toda, isso vale também para a guerrilha urbana, ela tinha um grau de consciência e
 243 desprendimento muito grande, pela época, a gente era filho de uma época revolucionária, a
 244 gente era filho de uma época de revoluções, que dominava a consciência política e a cultura e
 245 os movimentos todos. Então foi, eu não diria fácil, mas também não foi traumático, fui
 246 consciente, sabendo de todos os riscos que se corria. Aí começou a ter morte de
 247 companheiros, aí aquilo era uma seqüência de engajamento cada vez maior.

248

249 *E como foi viver a experiência do Araguaia?*

250

251 Olha, aí a gente viveu uma experiência, eu vivi lá dois anos, na fase de plantação,
 252 preparação, era uma vida também muito rica, mas muito difícil, que era viver na mata, na
 253 selva, se adaptar a selva, conhecer a selva, sobreviver na selva. Viver como lavrador, a gente
 254 era lavrador e ao mesmo tempo se preparando militarmente e foi um processo em que a gente
 255 conseguiu conhecer um terreno, os recursos da região, era uma região muito inóspita,
 256 abandonada, de difícil acesso, não tinha presença do Estado, lá não tinha Estado, o Estado
 257 entrou depois através da violência, da tortura, das mortes. E foi, nesse sentido aí, a gente tinha
 258 uma vida coletiva com os guerrilheiros, muito intensa, muito solidária, porque era um projeto
 259 de luta coletiva, não era de um indivíduo sozinho. Então foi uma experiência, nesse ponto de
 260 vista, muito rica, muito forte, que mexeu muito com a vida da gente.

261

262 *E todos sentiram essa dificuldade?*

263

264 Uns mais, outros menos. Por exemplo, eu não senti tanta dificuldade porque eu tinha
 265 trabalhado na roça, então eu conhecia as coisas. Mas tinha companheiro lá que nunca tinha
 266 visto a mata, nunca tinha visto uma enxada, um facão. Aí o processo de adaptação física era
 267 mais difícil. Mas cada um teve sua dificuldade de adaptar; eram basicamente jovens, jovens
 268 que saíram da resistência de 68. Basicamente a grande maioria era. E todos, cada um teve sua
 269 dificuldade, uns mais, outros menos.

270

271 *E as relações geralmente eram solidárias?*

272

273 Eram. Até porque por uma necessidade, você sabe que na guerrilha rural você não
 274 sobrevive e nem se prepara sozinho, a tua vida depende do outro e vice-versa. Então você cria
 275 uma comunidade de ideais, de sonhos, muito forte, porque sua vida está na mão do outro e
 276 vice-versa. Então era uma vida muito solidária, muito, vamos dizer assim, muito humana,
 277 porque a gente era tudo igual, o que um tinha o outro tinha, o que um fazia o outro fazia, não
 278 tinha diferença entre homem e mulher, tudo era igual, tudo! Então era uma relação muito forte
 279 e depois se desdobrou nos enfrentamentos, nas torturas, nas mortes. Foi um processo muito
 280 violento, muito profundo, porque as relações não eram relações formais, eram relações
 281 humanas, de vidas, de ideais, de compromissos, de uma geração que trazia uma bagagem,
 282 vamos dizer assim, de muitos valores nesse sentido.

283

284 *Então, no PCdoB vocês tinham optado pela guerrilha rural. Você era contra ou favor a*
 285 *guerrilha urbana?*

286

287 Não. Em geral a gente era a favor da luta armada. A gente não era contra a guerrilha
 288 urbana, é que a gente achava que era mais fácil sobreviver com a guerrilha rural, era uma
 289 opção de caminhos, mas ninguém era contra. Tanto que a gente tinha uma boa relação política
 290 com as organizações revolucionárias que faziam guerrilha urbana, mas nosso caminho era a
 291 guerrilha rural, o PCdoB não participou de nenhuma ação de guerrilha urbana, o caminho dele
 292 era guerrilha rural.

293

294 *E como foi a relação entre vocês e a comunidade no Araguaia?*

295

296 Foi uma relação muito fácil, primeiro, que a comunidade não sabia o que é que a gente
 297 era. A comunidade, a gente foi para lá como lavrador, como posseiro, como mateiro, como
 298 garimpeiro, e a gente fez um processo de adaptação. Então a nossa relação era muito boa, a
 299 população gostava da gente, confiava na gente, sem a gente dizer o que é que a gente estava
 300 fazendo lá, porque a gente só ia dizer quando começasse a luta armada. Era uma relação

301 muito boa, a gente acabou tendo uma relação de vida, que a gente morava espaçadamente,
 302 mas a gente convivia muito com a população. A população era rarefeita demais onde a gente
 303 vivia, que não é o caso agora, que era morar na selva. Por outro lado, a vida na selva tem os
 304 seus atrativos, porque a selva tem muitos encantos, muitos mistérios, que a gente também se
 305 envolvia muito com aquelas coisas todas. E a gente aprendeu muito com a população,
 306 aprendia muito com a população da própria selva, seja de mateiro, garimpeiro, caçador, a
 307 gente aprendeu muito com eles.

308

309 *Que tipo de aprendizado, por exemplo?*

310

311 Andar na mata, se orientar, conhecer os referenciais, as coisas da região, as comidas,
 312 os recursos. A gente foi... A adaptação já era um treinamento militar, a gente vivia na selva, a
 313 gente morava em casa de palha, dentro da selva, não era na cidade. E as cidades mais
 314 próximas eram cidades pequenas, pouca gente, etc.

315

316 *E quanto tempo que durou mais ou menos, até essa primeira...*

317

318 Não, eu fiquei dois anos lá. A guerrilha começou a ser preparada em 68-69; os
 319 primeiros que foram para lá. Eu fiquei lá dois anos, eu acho que ela foi preparada ao longo de
 320 uns quatro anos. Depois quando começou a luta armada em 72 ela durou dois anos. Ao longo
 321 de uns seis anos, quatro anos de preparação e dois anos de guerra, propriamente dito.

322

323 *E depois que vocês começaram a organizar a população lá...*

324

325 Aí eu não estava mais lá, porque eu fui preso no começo, aí quando a guerrilha foi
 326 atacada ela começou a organizar a população. Mas era muito difícil, porque quando a
 327 guerrilha se comunicava com a população, ela ficava vulnerável, porque ela tinha que sair da
 328 selva, aí ela virava alvo. E o terror que foi espalhado na região contra a população, era muito,
 329 era público, então, corpos dependurados, a tortura era pública, não era nada escondido.
 330 Bombas, napalm na região, era uma violência muito grande, então a população ficou muito
 331 atemorizada. A violência foi realizada para poder afastar a população da guerrilha, porque ela
 332 gostava da guerrilha, não porque tivesse consciência política, mas sim por laços de amizade.
 333 Eu acho que os traumas da população ficaram até hoje, porque foi um processo muito violento
 334 com a população local, aonde a gente vivia.

335

336 *Então a simpatia pela guerrilha se dava mais por um vínculo pessoal do que por uma
 337 conscientização política...*

338

339 É, por um vínculo pessoal, por uma vida de sofrimento que a gente vivia com eles.
 340 Depois alguns camponeses entraram na guerrilha por uma conscientização política, mas foram
 341 alguns, não foi assim, a massa camponesa. Até porque lá não tinha movimento de massa nessa
 342 época, não tinha sindicato, não tinha igreja, não tinha padre; tinha dois padres em Marabá, que
 343 foram torturados, presos, mas não tinha um trabalho de massa como tem hoje. Não tinha esse
 344 nível de movimentação que acabou tendo depois.

345

346 *Também pelo fato da ocupação ser rarefeita.*

347

348 Exatamente. Mas é isso, quer dizer, todo mundo que vivia lá, viveu intensamente, a
 349 gente não fez nada pela metade, tudo foi feito com toda a intensidade, se fazia cem por cento

350 correndo todos os riscos. Todos os riscos se corriam, até o da morte, então é uma geração que
351 não tinha medo do risco, gostava do risco, gostava de viver perigosamente.

352

353 *Querida que o senhor me contasse um pouco do cotidiano na vida do Araguaia, um dia, como*
354 *era mais ou menos.*

355

356 Não, depende do dia, por exemplo, ou a gente trabalhava na roça, como um lavrador
357 qualquer, ou a gente ia para o mato fazer treinamento, andar na mata, caçar, ou a gente fazia
358 teste, treinamento, de estudo de verdade. Mas isso tudo era clandestino, era uma vida muito
359 intensa, porque você tinha que fazer reconhecimento, tinha que fazer sobrevivência, ao
360 mesmo tempo tinha que cuidar da roça, que a gente tinha casa, roça, tudo legalizado. Então a
361 gente trabalhava, se você fosse lá e não soubesse nada, ia conversar com lavradores. A gente
362 se vestia como a população, comia o que a população comia, uma vida de camponês, normal,
363 simples e com os recursos da região, a gente usava só recurso da região. E de vez em quando
364 pegava malária que era o terror. A malária tirava qualquer um da gente na cama, era malária e
365 leishmaniose que eram as coisas que mais atacavam as pessoas.

366

367 *Aí então tinha os dias marcados para fazer os treinamentos militares.*

368

369 Era, a gente planejava, tinha dia que a gente ia para selva fazer treinamento, tinha dia
370 que a gente trabalhava na roça, tinha dia que a gente fazia estudo, a gente tinha uma
371 programação, era uma guerrilha que tinha um comando muito centralizado, toda guerrilha tem
372 que ter comando. Então a gente vivia assim. E todo mundo vivia bem, no meu destacamento
373 todo mundo vivia tranqüilo, gostava da vida lá. Que a gente tratava lá com aquele sonho, com
374 aquela idéia de fazer a Revolução a partir do Araguaia; era um sonho generoso e heróico.

375

376 *Eram três comandos que existiam, e vocês se conheciam?*

377

378 Não, cada grupo só conhecia seu grupo, os três funcionavam de maneira distante, só o
379 comando central que tinha essa relação.

380

381 *Porque territorialmente eram distantes também.*

382

383 Era, a área inteira da Guerrilha era quase o tamanho do Estado de São Paulo, pelo
384 tamanho geográfico.

385

386 *E como que foi esse episódio que o senhor foi preso?*

387

388 Quando a repressão descobriu, ela não descobriu a guerrilha, descobriu que tinha
389 movimentação estranha na região. Aí entrou lá em dois destacamentos, o meu era o do meio,
390 entrou num de uma ponta e na outra ponta e a gente ficou sabendo. E aí eu fui levar uma
391 mensagem para outro destacamento sozinho, eu era uma espécie de pombo-correio, eu fazia o
392 contato, porque eu conhecia a selva. Aí fui levar a mensagem para lá, quando eu cheguei no
393 lugar, no outro destacamento, que só eu conhecia e o comando, o pessoal já tinha fugido. Aí
394 eu fiquei procurando o pessoal. Na hora que eu fiquei procurando o pessoal, eles já estavam
395 de butuca no pessoal. Nessa época não foi o Exército que me prendeu, eles já estavam
396 trabalhando com os bate-pau; os bate-pau eram os caras da própria região que trabalhavam
397 para a polícia, era pistoleiro e bate-pau. Aí eu dormi na selva sozinho, na mata. No outro dia
398 eu ia voltando para me encontrar com a guerrilha dentro da mata, aí nesse caminho eu
399 encontrei com esse grupo de pistoleiros, que era comandado por um sargento da PM que me

400 conhecia. A gente tinha uma vida legal lá, todo mundo se conhecia. Aí eles me prenderam,
 401 porque eu estava procurando os terroristas, não sabiam que eu era. Aí eu tentei fugir, não
 402 consegui, levei um tiro no braço e fui, aí começou o processo de violência, de tortura, na casa
 403 que morava o pessoal, o pessoal já tinha fugido, eu não sabia nem onde o pessoal estava.
 404 Depois eu fui levado para Xambioá, depois fui levado para Brasília e aí foi a história toda do
 405 processo que durou mais de um ano que eu fiquei incomunicável.

406

407 *Mas depois descobriram que você estava ligado a guerrilha.*

408

409 Descobriram com o álbum de Ibiúna. Eu fiquei seis dias sem ser identificado. Aí,
 410 quando eu cheguei, com o álbum do Ibiúna, o álbum de Ibiúna era o identificador. Com o
 411 álbum de Ibiúna e a impressão digital eles descobriram minha identidade. Aí a tortura
 412 aumentou, mas eu já estava quase dez dias fora da guerrilha. Eu sofri muito, mas eu não sabia
 413 aonde a guerrilha estava, eu não tinha endereço, eu não tinha nada. E o pessoal já sabia que eu
 414 tinha sido preso.

415

416 *Aí te soltaram depois. Quando te soltaram?*

417

418 Não, eu fiquei cinco anos preso. Fiquei de 72 a 77. Eu fui condenado na justiça militar,
 419 fui condenado a cinco anos de prisão, cumpri os cinco anos, aí em 77 eu fui solto com um
 420 alvará, com um alvará de soltura. Fiquei cinco anos preso, fui condenado pela justiça militar,
 421 aí eu fiquei um ano em Brasília, fiquei aqui em São Paulo, na OBAN, no DOPS, no
 422 Carandiru, na Penitenciária e no Barro Branco. Aí no último ano eu fui transferido, em
 423 represália, para o Presídio Paulo Sarasate de Fortaleza. Eu fui solto em Fortaleza e vim para
 424 São Paulo, vim para São Paulo para morar aqui. A Rioko, minha companheira, morava aqui,
 425 também tinha sido presa, pretendia morar com ela, aí eu vim para São Paulo, foi isso. Eu vim
 426 para São Paulo em 77.

427

428 *Rioko é sua esposa, né?!*

429

430 Rioko é minha esposa.

431

432 *Ela já era sua companheira na época do Movimento Estudantil?*

433

434 Não, não, eu conheci ela no Movimento Estudantil. Nós começamos a namorar na
 435 cadeia, através de cartas, que ela estava na penitenciária feminina e eu no Carandiru. E a gente
 436 se comunicava por carta, aí foi isso. Foi na cadeia. Eu conheci ela em 68, aqui em São Paulo
 437 no Movimento Estudantil, ela era estudante de Letras da USP. Quando eu vinha para os
 438 encontros aqui, as reuniões, ela era do PCdoB, as reuniões do PCdoB, foi isso.

439

440 *E aí, na época que você foi solto, como que foi, o senhor pensou só se dedicar ao trabalho,
 441 continuar a militância política...*

442

443 Não, a gente, quando eu fui solto, eu fui solto com um advogado, eu vim para São
 444 Paulo e tive que organizar minha vida para sobreviver. Aí eu fui trabalhar, ser vendedor,
 445 depois eu virei professor de Cursinho, isso em 77, mas eu estava na militância política,
 446 primeiro que dentro da cadeia a gente militava, a gente tinha discussão, debate, estudo. Aí
 447 quando eu saí da prisão, eu queria voltar a militar. Aí tinha que ver como, porque a gente era
 448 seguido, a gente era muito visado. Eu saí em plena ditadura em 77, governo Geisel, depois

449 Figueiredo. Então eu fui me engajando aos poucos, nos movimentos, de Anistia, nos comitês
450 de solidariedade à Greve, aí eu tinha contato com o PCdoB...

451

452 *Continuava no PCdoB?*

453

454 Continuava no PCdoB. Depois nós começamos a ter divergências com o PCdoB, por
455 causa do PT, foi quando começou o PT, aí eu saí do PCdoB e fui para o PT, foi isso, em 79-
456 80, quando o PT estava se formando.

457

458 *E o senhor sentiu muitas diferenças nas práticas ou foi também algo natural, de sair da luta*
459 *armada para uma militância partidária...*

460

461 Não, a diferença acho que foi até maior, porque eu fiquei três anos clandestino, fiquei
462 dois anos na selva, depois cinco anos na cadeia. Depois que você sai na rua, para trabalhar,
463 para fazer militância política, você sente uma diferença muito grande, até que a época era
464 outra. Você estava vivendo um período de distensão, da própria ditadura e estava começando
465 a ter movimento de massas, greves, movimento da Caristia, os jornais de oposição, a imprensa
466 independente, a chamada imprensa alternativa, então era um cenário bem diferente, bem
467 diferente daquele cenário que a gente viveu, como foi, a clandestinidade para a luta armada.
468 Até porque a gente tinha sido derrotado, a gente saía de uma derrota. Quando a gente entrou
469 na clandestinidade, a gente ia para um, vamos dizer assim, para realizar o sonho; a gente saía
470 da cadeia derrotado, porque muitos companheiros morreram, as organizações foram
471 desarticuladas, então foi um processo, também, vamos dizer assim, muito tecido, de como se
472 recolocar nessa nova situação. Aí, você vive a situação, o ser humano tem uma capacidade de
473 transformar e de compreender as coisas de maneira fantástica. Tem suas marcas, seus
474 pesadelos, seus traumas, mas você também tem capacidade de construir soluções nas piores
475 situações.

476

477 *Mas houve um certo luto, no sentido assim de que na guerrilha havia uma luta para tomar o*
478 *poder do Estado, para destruir o Estado tal como era constituído, mas na medida que se*
479 *adere a luta partidária, pela via eleitoral, meio que é jogar as regras desse mesmo Estado.*

480

481 É, a gente fez, veja bem, foram... A História te coloca escolhas, são escolhas políticas
482 que você faz. Na medida em que a guerrilha foi derrotada e a gente tinha que se reorganizar
483 para trabalhar, para fazer política, aí fazer política legal, que também o país saiu da ditadura,
484 nós não vivíamos mais na ditadura, deixar isso claro. Quer dizer, em 64 havia uma ditadura,
485 em 68 teve a ditadura dentro da ditadura. Quando nós saímos da cadeia, você estava num
486 processo de abertura, depois teve a campanha das Diretas, dos partidos, é uma Guerra com
487 outras armas, com outros instrumentos e outros cenários. É como você caminhar no fio da
488 navalha, você mudar a ordem por dentro da ordem é caminhar no fio da navalha. Você tem
489 que mudar, mas por dentro da ordem. A nossa visão era quebrar a ordem para mudar, como a
490 gente foi derrotado, a nossa escolha foi mudar a ordem por dentro dela. E aí é fio da navalha
491 também, fazer partido, disputar eleição, certas regras do jogo, enfim, todo o processo que a
492 gente viveu, que eu avalio que foi um processo vitorioso, eu acho que hoje a esquerda
493 brasileira está realizando seu projeto, de ter um país mais justo, democrático, mais soberano e
494 melhorando a vida do povo. Não era o que a gente idealizava, mas também nós estamos
495 mudando o país. Eu acho que esse processo que a gente viveu foi um processo muito rico,
496 porque é um processo histórico, porque o ser humano faz a História em determinadas
497 condições. Tem a vontade e a consciência, mas tem as determinações da História e das
498 escolhas. E eu acho que esse processo, foi um processo muito intenso, desde a primeira

499 eleição que eu disputei em 82, quando eu fui eleito deputado, até a eleição que elegeu Lula em
 500 2002, como presidente da República. Eu até faço uma imagem; quando eu estava preso e
 501 incomunicável em Brasília, a gente brincava muito, entre os presos nos intervalos de
 502 sofrimento, 'Pô, quando é que a gente vai sair daqui? Vamos imaginar que no ano 2000 a
 503 gente sai daqui'. Isso era 70, 72. Quando o Lula subiu a rampa era uma imagem daquele
 504 sonho que a gente imaginava, mas era outra coisa também, não era bem aquela Revolução, da
 505 ruptura, do confronto, era uma outra maneira de fazer a Revolução, que a Revolução, você
 506 tem que ter um entendimento processual e de conteúdo, não é!? A Revolução de 68, de 70, era
 507 muito o momento, o confronto, nós tivemos que ir para uma luta de idéias, uma luta de
 508 disputa, uma luta mais complexa, mais difícil até. E eu acho que está valendo à pena esse
 509 processo, está valendo a pena. Eu sou otimista com o processo que a gente está construindo
 510 no Brasil, acho que tudo isso que a gente viveu valeu a pena e eu não me arrependo de nada,
 511 porque o Brasil está melhor e a nossa geração, que somos sobreviventes de uma geração, ela
 512 se somou com uma geração nova, que também está cumprindo seu papel, que não viveu o que
 513 a gente viveu.

514

515 *Então o senhor atribui essa mudança de tática de luta devido à mudança conjuntural social-*
 516 *política?*

517

518 Em primeiro lugar por isso, houve uma mudança na conjuntura social-política e na
 519 correlação de forças. E segundo, nós temos uma derrota, nós fomos derrotados, né. Terceiro,
 520 abriu-se novos caminhos, a História coloca novos caminhos, como é que você ia fechar os
 521 olhos para as Greves operárias, o movimento da Carístia, para a vitória do MDB, que foi
 522 inesperada, em 74 e em 82. Foram momentos inesperados que a própria política te faz a fazer
 523 essas escolhas. Quem é que ia imaginar que no Brasil ia surgir uma liderança do porte, uma
 524 liderança popular tão forte como o Lula. Quer dizer, então, a História e as opções se fazem
 525 desta maneira e não de outras. Então eu acho que isso faz parte de um processo de
 526 transformação, é processo, a gente tinha uma visão de ruptura, nós tivemos que entrar numa
 527 visão processualista. Eu costumo dizer que a gente mudou sem mudar de lado. Muda sem
 528 mudar de lado. Os lados dos ideais, das causas, os sonhos, são os mesmos, você não mudou
 529 de lado, agora, você muda porque as circunstâncias históricas e as escolhas mudaram, nesse
 530 sentido.

531

532 *Foi uma mudança de metodologia?*

533

534 Não, não. Não é só de metodologia, porque são mudanças de escolhas políticas e
 535 históricas. E também tem método, mas é mais do que método.

536

537 *Mas no sentido de que, na luta armada não havia negociação com a direita, era chegar e*
 538 *tentar tomar o poder deles.*

539

540 A guerra é isso, na guerra você tenta eliminar o outro. A guerra e a ditadura eliminam
 541 a política. A democracia restabelece a política, aqui há confronto e negociação, você não
 542 elimina o outro, você ganha do outro. É uma outra situação. E eu acho que a conquista da
 543 democracia foi fantástica, acho que com todos os defeitos, a melhor experiência da
 544 humanidade é a democracia. Não existe outra melhor que a democracia.

545

546 *E como o senhor pensa; o Genoíno da Guerrilha de Araguaia como veria o Genoíno de hoje*
 547 *em dia?*

548

549 Olha, primeiro, eu vejo que todas as minhas escolhas foram feitas com dedicação cem
 550 por cento. Segundo, eu faço tudo em nome de causas e sonhos, eu não tenho nada, eu não
 551 tenho nenhuma busca de interesse, nem de riqueza, nem de, eu não tenho renda, eu não tenho
 552 riqueza, eu não me formei, entendeu. Quer dizer, a política para mim ela está fundamentada
 553 em sonhos e causas, está certo!? Eu continuo primeiro um lutador de sonhos. Segundo, as
 554 coisas mudaram, as circunstâncias e as escolhas políticas mudaram, então eu mantenho uma
 555 espécie, um cordão umbilical que não se quebra e nem se corta. E você vai num processo de
 556 nova construção mantendo o cordão umbilical dos anos 60 e da guerrilha. Eu me vejo assim.
 557 Até porque isso a gente guarda e leva com a gente para onde a gente vai. Porque quando se
 558 vive uma coisa intensamente ela não sai de dentro de você, essas coisas estão muito vivas e
 559 presentes e por quê? Porque eu fiz cem por cento, eu não deixei de fazer, eu não fiz nada pela
 560 metade. Movimento Estudantil, 'pá!' Fui até a UNE. Ditadura, fui para a clandestinidade, não
 561 fui para o exílio, não fui para a casa. Luta armada 'Vamos lá!'. Prisão, 'Pá!'. Tudo eu fiz com
 562 dedicação cem por cento e tudo eu paguei o preço com juros, correção monetária, mais a
 563 inflação acumulada, no bom sentido. E eu não me arrependo de nada e nem tenho consciência
 564 pesada, nem nada, me sinto feliz com essa minha história de luta que eu fiz.

565
 566 *E esse processo de negociação com as oligarquias rurais, com a direita antiga, que ainda é*
 567 *continuidade da ditadura...*

568
 569 É, mas, veja bem, na democracia você vive essas experiências, né rapaz, você vive. A
 570 democracia é isso. A gente viveu um período de ditadura que você tinha confronto, até porque
 571 não tinha outro caminho e era correto fazer o confronto. Na democracia você convive com o
 572 outro lado, que você tem que conviver. Você pode sentar na mesma mesa, desde que você
 573 saiba qual é a cadeira e o lado que você senta, você não pode mudar de papel e eu nunca
 574 mudei de papel. Eu posso conversar e negociar com qualquer cara de direita, mas eu sei qual é
 575 meu lado e a cadeira.

576
 577 *E como o senhor avalia a crítica da extrema esquerda ao PT hoje em dia?*

578
 579 Eu acho que é uma crítica, uma crítica estéril, com todo respeito, estéril do ponto de
 580 vista político. Ela é uma crítica impotente, porque nas condições políticas do Brasil, nós
 581 estamos fazendo um governo com os valores de esquerda e estamos mudando o Brasil. Eu
 582 acho que a gente não pode fazer uma crítica nem de saudosista e nem uma crítica, vamos
 583 dizer assim, como espectador. Seria muito fácil eu me refugiar na minha vida fazendo uma
 584 crítica sem me comprometer. Mas eu tenho que, quando eu faço campanha, quando eu vou
 585 para a periferia, quando eu vou para as cidades, quando eu converso com as pessoas, quando
 586 eu vou num debate no sindicato, quando eu defendo uma proposta no parlamento, eu estou
 587 fazendo luta política, nas condições de hoje. Então eu respeito essas críticas, mas não
 588 concordo com elas, porque o critério, primeiro, o critério para ser de esquerda é você lutar
 589 pela igualdade social, nós estamos lutando, processualmente. Segundo, você não pode ser
 590 espectador, você tem que ser militante de um processo de transformação, eu acho que o
 591 Governo Lula está mudando o Brasil. Nós não podemos ser espectador dele, nós temos que
 592 participar, você pode fazer crítica, você pode fazer observações, mas esse é o processo que
 593 está em curso, então eu discordo da crítica da outra esquerda, respeito, mas discordo.

594
 595 *E sobre um acontecimento atual que ocupou a mídia que foi a questão da abertura dos*
 596 *arquivos da ditadura, como o senhor se posiciona em relação a isso?*

597

598 Eu acho que o direito à memória e à verdade é um princípio democrático, universal e
 599 inegociável, acho que o Brasil tem que dar todas as informações. O Estado brasileiro, não é o
 600 Governo, que isso não é questão de Governo A, B ou C, eu acho que o Governo, em nome do
 601 Estado brasileiro, tem que dar todas as informações necessárias para recuperar a memória e a
 602 verdade, porque nós não podemos ter medo do passado. Para se construir o futuro
 603 democrático você não pode ter medo do passado. Então o direito à verdade e à memória é um
 604 princípio que eu defendo. Sobre a discussão da lei da anistia, isso é uma discussão no âmbito
 605 do poder judiciário. A discussão legal da anistia, a discussão legal dos crimes conexos, isso é
 606 uma decisão no âmbito do judiciário, é assim que me posiciono.

607

608 *Então não seria uma pauta de Governo.*

609

610 Não, isso aí não, pauta de Governo é o acesso aos arquivos, isso é uma pauta de
 611 Governo. Pauta da Lei da Anistia e dos crimes de tortura é pauta do Poder Judiciário, que tem
 612 que decidir. Eu fiz, a minha parte histórica eu cumpri, porque quando eu saí da prisão eu
 613 prestei todas as informações públicas da memória que eu conheci. Eu participei do livro ‘A
 614 Guerra de guerrilhas no Brasil’, com o Fernando Portela, que é um relato bem sistematizado.
 615 A primeira revista, ‘Guerrilha do Araguaia’, pela Alfa-Ômega, que foi em 79, que eu ajudei
 616 muito. Depois eu ajudei na forma de depoimento o livro ‘Entre o sonho e o poder’, que é um
 617 depoimento que também tem uma parte dessa história. E o livro que vou te passar, que é ‘José
 618 Genoíno – Escolhas Políticas’ – que foi feito por uma professora da UnB, que está todo
 619 documentado o que vivi nesse período. Então a minha, o que eu conheci, o que eu vivi, eu
 620 relatei para a sociedade, para a história, essa parte eu cumpri, então eu não faço disputa
 621 política em torno dessa questão, porque eu fiz a minha parte. E é bom deixar claro, é bom
 622 deixar claro, hoje é fácil a mídia, de uma certa maneira, democraticamente, ela cobra. Mas
 623 quando teve a abertura, nos anos 79-80-81-82 até os anos 90, muitas denúncias que estão
 624 sendo divulgadas hoje, já tinha, a gente dava para a imprensa e ela não dava importância,
 625 entendeu!? Eram poucos jornais que davam importância, era só a imprensa alternativa. Mas
 626 isso aí é um processo, quer dizer, como a transição aqui foi negociada por cima, uma
 627 negociação às vezes pactuada, nós temos que compreender essas características.

628

629 *O senhor já foi muitas vezes deputado, candidato a governador, tem uma longa carreira*
 630 *política e no Estado. E gerir o Estado, gerir a sociedade é muito diferente do que vocês*
 631 *achavam do que seria tomar o poder do Estado?*

632

633 Claro, primeiro para quem imaginava quebrar o Estado, nós tivemos que gerir o
 634 Estado sem quebrar, é como eu chamei, é caminhar no fio da navalha. Segundo, quer dizer,
 635 você quer mudar a ordem, por dentro de uma ordem justa, está certo!? Terceiro, eu fui
 636 deputado, mas nunca fui executivo e nem quero ser, fui candidato a governador, mas não fui
 637 eleito, fui presidente do PT, mas não era parte do Executivo. Eu prefiro ficar no Parlamento,
 638 de onde eu acho que eu não devia ter saído, porque eu acho que eu sou mais, o que me
 639 empolga mais é a luta de idéias, é a disputa política, esse processo que a gente vive mais
 640 intensamente no Parlamento. Agora, é um desafio muito grande, porque, inclusive quando
 641 você faz uma Revolução, quando você vira poder pela Revolução ou pela Reforma, o nível de
 642 resposta e de cobrança é diferente quando você está na oposição ou na Revolução, é diferente,
 643 porque muda os papéis, nós temos que compreender isso. O Governo Lula hoje tem uma
 644 aceitação muito grande, mas no primeiro ano fomos muito criticados, mas assim também se a
 645 gente tivesse feito uma Revolução. Você não atende materialmente todas as esperanças, todas
 646 as expectativas da noite para o dia, você tem que ter noção de processo, eu acho que essa
 647 noção de processo que faz a gente avançar, por isso que eu me sinto realizado, eu não me

648 sinto frustrado, eu me sinto realizado com esses sonhos que marcou minha história de 42
 649 anos, eu tenho 42 anos de militância política. Eu tenho 62 anos de idade e 42 anos de
 650 militância política. Comecei minha militância política com 20 anos de idade, ininterruptos,
 651 mesmo quando eu estava preso eu tinha militância política dentro da cadeia; fazia greve de
 652 fome, abaixo assinado, protesto, enfim, militância política. Eu não vivo sem militância
 653 política, sem me engajar em alguma coisa.

654
 655 *O senhor disse que fez tudo cem por cento, tudo que pôde mais intensamente, tem algum*
 656 *aspecto que o senhor se arrepende?*

657
 658 Não. Foram escolhas feitas num determinado momento. Os erros e os riscos fazem
 659 parte das escolhas que se faz.

660
 661 *Na época da guerrilha havia a idéia de destruir o Estado. Mas havia a tese marxista-leninista*
 662 *da ditadura do proletariado até uma autogestão generalizada...*

663
 664 Isso, era isso mesmo, era uma concepção revolucionária da ditadura do proletariado, a
 665 gente tinha essa tese. É interessante, era uma geração libertária, mas adotou ideologicamente
 666 uma visão monolítica de esquerda e depois a gente viu o desmoronamento que foi muito duro
 667 para minha geração, eu vivi, para mim foi muito duro, ver os acontecimentos, da queda da
 668 União Soviética, naquele final do ano, ver os acontecimentos da Praça da Paz celestial, a crise
 669 dos países socialistas, foi muito duro, porque a gente tinha isso como referência. E a gente
 670 tem que repensar os valores da esquerda, o caminho da transformação, com todos esses
 671 acontecimentos que marcaram o século XX. Mas eu faço, eu luto, para não perder e nunca
 672 perdi a esperança e a perspectiva de transformação. E aprender a viver pequenas coisas e
 673 grandes coisas. Na cadeia a gente lutava para ter um direito ao espelho, a gente lutava para ter
 674 o direito a cantar, para ter direito ao banho de sol. Quer dizer, em cada circunstância você cria
 675 uma utopia e uma transformação.

676
 677 *E para finalizar, como o senhor vê o futuro da esquerda, seria possível ainda o projeto*
 678 *marxista-leninista?*

679
 680 Não, isso eu acho que o marxismo, o marxismo é uma referência importante, mas ele
 681 tem que ser em algumas coisas, ele tem que ser revisado, atualizado. Eu acho que, eu sou de
 682 esquerda, eu acho que o ideal de uma sociedade igualitária, justa, solidária, fraterna, libertária,
 683 é fundamental. Eu acho que os ideais que nasceram na Revolução Francesa, na Revolução de
 684 17, na Revolução Cubana, Chinesa, Guerra do Vietnã, são ideais que têm que ser resgatados.
 685 Nós criticamos o modelo autoritário de condução do Socialismo, mas eu sou militante de
 686 esquerda, defendo uma concepção de socialismo democrático e defendo que o processo de
 687 transformação se dê pela via democrática, disputando eleição, pressionando, com derrotas e
 688 vitórias. Eu tenho um compromisso militante com os mesmo valores que me orientaram no
 689 Movimento Estudantil e no Araguaia, os valores de uma sociedade sem exploração, sem
 690 discriminação. Para mim é tão radical estar numa plenária como eu estava ontem do LGTB,
 691 como eu estava numa plenária do MST, como eu estava numa greve, eu acho que a luta
 692 política ela é, a liberdade do ser humano tem que ser ampla e completa, não é
 693 departamentalizada. Então eu estou nessa luta, eu me considero assim e eu acho que a
 694 esquerda hoje tem que repensar o seu futuro, o mundo está num processo de ebulição muito
 695 grande, a ideologia neoliberal está num certo impasse, diferentemente dos anos 90 e a gente
 696 tem que repensar novas utopias, novos sonhos, nesse processo, é assim que eu vejo. Deixa eu
 697 te dar um livro que eu tenho aí, é um documentário, está todo ele documentado, está

698 autorizado por mim, e você tem nele uma referência importante. O que está lá está
699 documentado e aprovado por mim.

1 **Jornalista” (Celso Lungaretti)**
 2 (ex-participante da VPR)
 3 Entrevista realizada no dia 10/09/08 no SESC-Pompéia

4
 5 *Como já contei, é minha pesquisa de doutorado em Psicologia Social. Vou pedir para contar*
 6 *um pouco sobre sua história política. A entrevista é aberta e separei em três blocos: no*
 7 *primeiro vou pedir para você falar de sua infância e adolescência, vida pré-participação*
 8 *política; no segundo bloco, a participação política em si, dando ênfase na experiência da*
 9 *guerrilha e da luta armada e; o terceiro bloco, como você vê o a política hoje em dia...*

10
 11 Só para começar, eu mantenho tudo que eu digo por escrito, então, tudo que
 12 está nos meus blogs, eu tenho um blog, você conhece: o Rebate, nele disponibilizo os artigos
 13 mais genéricos que eu escrevo; e o outro que eu criei em agosto/2008 é o Náufrago da Utopia,
 14 com postagem diária e textos mais ligeiros, respondendo aos acontecimentos que estão no
 15 noticiário. Tudo isso também eu endosso totalmente, seja lá quando for que eu tenha escrito,
 16 pode ser usado numa boa. Não renego nada. Já dá bem um painel das minhas opiniões, pode
 17 perguntar, pode perguntar à vontade, além disso.

18
 19 *Nesse primeiro bloco eu queria que você contasse um pouco como que era sua vida familiar,*
 20 *como que eram as relações com os pais, não sei se você teve irmãos e irmãs, como que era a*
 21 *hierarquia familiar, essas coisas.*

22
 23 Seguinte, eu era da Moóca, filho único, meu pai era operário, ele... O pai dele era
 24 mestre de fiações e tecelagem, italiano. Aí, veio aqui para o Brasil, casou e teve o meu pai. Aí
 25 ele foi trabalhar no Rio, recebeu lá uma oferta boa, foi para o Rio, para o Estado do Rio, perto
 26 da região da Vila Militar. Então, ele demitiu um funcionário. Aí no sábado ele estava fazendo
 27 a feira, o cara chegou por trás e deu um tiro nele. Foi em 1930, meu pai tinha onze anos. Aí
 28 minha avó voltou para São Paulo, tinha parentes, e graças aos parentes, que também eram
 29 desse ramo, um deles conseguiu colocar meu pai lá para trabalhar no Crespi, no Cotonifício
 30 Crespi, com onze anos de idade. Na documentação tinha catorze, mas na verdade tinha onze.
 31 Então é isso, meu pai acabou trabalhando só naquele lugar, a vida inteira, quarenta e seis anos
 32 ele trabalhou, de 1930 a 1977 no mesmo lugar, quer dizer o Crespi foi vendido, aí alguém
 33 comprou uma parte lá da fiação, meu pai ficou, aí esse cara vendeu para um outro que tinha
 34 fiação e tal, meu pai ficou também; um judeu que acabou montando lá uma loja, meu pai
 35 virou gerente dessa loja de confecções também, da área têxtil também. Meu pai trabalhou a
 36 vida inteira nisso. E minha mãe não trabalhava, tal, família pobre, assim,
 37 com dificuldade, quer dizer, só comia fora quando meu avô convidava, ele tinha uma
 38 fabriqueta de móveis. Como meu pai não pôde estudar, ele queria, fez um grande
 39 esforço para que eu estudasse e não fosse obrigado a trabalhar aos catorze anos,
 40 como era usual naquela época. Então, tive uma experienciuzinha só como vendedor de móveis
 41 para o meu avô, mas não emplaquei nessa coisa. Então, até o tempo mesmo que comecei a me
 42 envolver com política, quando eu tinha dezesseis anos, até lá eu não tinha trabalhado para
 43 valer, tinha estudado e passava sempre de ano, sem dificuldades. Era isso, mas tinha uma
 44 formação de classe média baixa, de um bairro que era de classe média baixa, quer dizer
 45 existiu o Crespi, fabriquetas ao lado do Crespi, lojas para o pessoal que trabalhava no Crespi,
 46 mas era um lugar de classe média baixa, que agora mudou tudo; Moóca hoje é próspera. Não
 47 era, e única diferença é que, única coisa marcante talvez era que eu tinha... Era meio
 48 adoentado, tinha problemas respiratórios, assim, muita gripe, não sei o que, então de criança
 49 me habituei a ler muito cedo. Antes do próprio primeiro ano primário já aprendi a ler sozinho,
 50 com a minha mãe, e li Monteiro Lobato, li a obra inteira infantil do Monteiro Lobato, que era

51 bem, assim, aberta, o cara era anticapitalista, mostrava, era apaixonado pela civilização grega,
 52 Grécia Antiga. Então foi lá, digamos o começo assim de uma consciência, foi isso; ler muito e
 53 as coisas que, ele, Monteiro Lobato, debochava dos poderosos do mundo, ele gozava até da
 54 roupa dos capitalistas, com as cartolas e tal, ele dava uma visão bem irônica, bem sarcástica
 55 da sociedade estabelecida, dos poderes estabelecidos. Então isso, acho que pegou muito,
 56 porque ler uma coisa dessas com nove-dez anos de idade marca. E por aí.

57

58 *E seus pais também tinham essa consciência política anticapitalista, ou não?*

59

60 Não, meu pai era trabalhista, meu pai era admirador de Getúlio, chorou quando
 61 Getúlio se suicidou. Ele não chegava a ter... Era ligeiramente nacionalista, getulista, então
 62 quando saiu um panfleto muito célebre, lá para 56, por aí, 'Um dia na vida
 63 do brasileiro', mostrava o brasileiro: levanta, acende a luz que é da light, depois vai
 64 se lavar com o sabonete Gessy, não sei o que. Esse panfleto mostra que o dia inteiro o
 65 cara estava dando royalties para os estrangeiros, então meu pai adorou esse
 66 panfleto e coisas assim, mas não, não comunista. Não gostava também, tinha
 67 briga lá com parente, com um parente lá um pouco distante, que era comunista e que
 68 falava alto e não sei o que. Talvez não tinha essa... Não foi daí que... Aliás, a mim
 69 Getúlio nunca entusiasmou, nunca achei nada, nada interessante no Getúlio.

70

71 *E como eram as relações de poder dentro da família? Seu pai que mandava ou era uma coisa*
 72 *mais igualitária?*

73

74 Olha, a minha mãe era prendada, ela vivia fascinada pela imagem do pai, que do
 75 nada, por ter talento para desenhar móveis, se tornou proprietário. Então ela era,
 76 digamos, tímida, começou a namorar com meu pai, ficou muito tempo namorando, acabou
 77 casando, porque era feio para a moça namorar dois-três-quatro anos e não casar. Mas ela não
 78 conseguia respeitar meu pai como o substituto do meu avô, porque meu pai não era vencedor,
 79 então era uma situação de desavença familiar e eu acabei assim, vamos dizer, muito cedo, não
 80 levava nenhum dos dois a sério. E brigavam, um procurava o meu apoio e o que é que você
 81 aprende? Você aprende a conciliar, ficar no meio, a não levá-los a sério. Se eles estão na sua
 82 mão, você começa a ter mais pena que respeito e mais ou menos a minha relação era essa.
 83 Minha mãe eternamente criticando meu pai por ser acomodado, passar a vida no mesmo
 84 emprego, quer dizer, meu pai tinha os traumas de ter perdido o pai jovem, aí ele era o filho
 85 mais velho e a minha avó jogou a responsabilidade, mandou ele trabalhar com onze anos e
 86 ainda por cima falou 'Agora você é o homem da casa e tal'. Aí ficou um indivíduo covarde
 87 em termos profissionais, não ousava. Ele tentava ser alguma coisa, tinha um parente meu que
 88 era intermediário nessas coisas de aposta em corrida de cavalo, então meu pai recolhia apostas
 89 para ele e ganhava dez por cento, sábado e domingo, quer dizer, além de trabalhar a semana
 90 inteira, até no fim de semana dava duro. Saía do serviço sábado a uma hora e ia lá para a casa
 91 do meu avô, porque lá que as pessoas apareciam para jogar e passava a tarde... Ele fazia de
 92 tudo, mas não tinha ousadia mesmo, enfim, agressividade para mudar de vida. Então foi isso,
 93 acho que o que mais marcou foi esse negócio de, muito cedo, quer dizer, quando era criança,
 94 viver nesse clima familiar ruim. Uma vez, acho que meu pai jogou o coador com pó de café
 95 no chão, com raiva, aí minha mãe deixou a semana inteira aquilo no chão e não recolheu, aí
 96 coisas assim que fazem você perder o respeito pelos dois, eles se comportavam como criança
 97 na sua frente, pô. Minha mãe também, quando eu tinha lá pelos seis anos, cinco-seis anos, ela
 98 ficou histérica porque a gente morava ao lado da casa de máquinas do prédio, e o barulho do
 99 elevador deixava ela louca. Até que um dia ela me pegou, me levou para a casa do pai dela e

100 ficamos lá um tempão morando lá, uns seis meses, até que, finalmente meu pai conseguiu
101 alugar uma outra casa, sem barulho.

102 Outra marca da família era levarmos uma vida muito austera, não podia tomar
103 guaraná, só comia algo diferente no sábado, eu comprava um bauru e meus pais compravam
104 dobradinha lá no bar, era tudo... TV, eu sou de outubro de 50, nós fomos ter uma TV só em
105 63, antes eu ia assistir na casa do meu avô, inclusive os jogos da Copa do Mundo tinha que
106 ver na casa do meu avô, a uns dois quarteirões de distância. Só compramos mesmo porque um
107 tio meu era técnico da fábrica Vozzo lá na Moóca, uma fábrica pequena e o meu tio era o
108 principal técnico. Então retirou lá uma TV pela metade do preço, como se fosse para si, de
109 forma que meu pai conseguisse bancar a compra.

110

111 *Então a sua educação não foi uma educação repressiva, foi uma educação tranqüila, exceto a*
112 *falta financeira, a falta econômica.*

113

114 É, porque, eu não era, digamos, esforçado para ser primeiro da classe; chegava no fim
115 do ano e passava em primeiro. Ficava o ano inteiro meio no pelotão intermediário, mas na
116 hora que me interessava mesmo, no exame final, acabava passando em primeiro. Naquele
117 tempo tive de fazer o exame de admissão ao ginásio, era um exame muito difícil, aí a maioria
118 dos alunos fazia um ano de curso de admissão (como os cursinhos para faculdade hoje). Aí
119 minha mãe foi conversar com meu professor do quarto ano primário, pedir conselho, mas já
120 faltavam só dois meses para o exame, 'Ah, pega um livro', ele indicou lá um livro que tinha
121 todas as matérias, 'Pega um livro e tenta, se não der certo faça o ano inteiro depois, é novo;
122 mas, tenta aí, quem sabe dá uma sorte'. Minha mãe queria que ele desse aula, mas ele falou
123 que não tinha tempo, 'Dá uma tentada e quem sabe acerta'. E acertei. Naquele tempo a média
124 era 50, eu consegui 57, sem absolutamente ajuda nenhuma, só olhando um livro... Então era
125 assim, passava fácil, cuidava do meu nariz, ninguém ficava lá me perturbando, não
126 precisavam se preocupar com o meu desempenho, eu mesmo respondia por ele, então era
127 assim. Nesse ponto eu não tinha atritos, vivia no meu mundo, meio separado do deles.

128

129 *Que era esse mundo mais dos livros, das idéias.*

130

131 É, tinha amigos isolados, mas era um tipo de solitário, não me dava com
132 grupo, chegava a jogar bola, não era nenhum ermitão. Mas amizade mesmo tinha com pessoas
133 isoladas, tinha dois amigos com quem ia no cinema, ia jogar sinuca, discutir literatura, discutir
134 lá as coisas que me interessavam. Então, era esse tipo. Tive um amigo que era mais velho, que
135 era um caso interessante, que ele tinha... Diego; participou da luta armada comigo. Ele tinha
136 uma infância passada na Espanha, até lá pelos onze anos, quando veio para o Brasil, com um
137 pai que tinha sido prefeito socialista da cidade de Murcia, aí ficou meio em mau conceito, não
138 chegou a ser preso, mas sob o Franco as coisas não iam bem para os negócios dele e acabou
139 vindo para o Brasil. Mas então ele me trouxe esse approach socialista, alguma coisa já
140 embrionária de marxismo, o anti-americanismo, tudo isso. E também, como ele era mais
141 velho, também me indicou livros, se interessou antes de mim por Kafka, Camus, acho que fui
142 eu que descobri Sartre, nem me lembro direito, mas ambos o líamos também. Enfim, era
143 assim, foram amizades que me tocavam para frente, me tornava adulto mais cedo também.
144 Então, para você ver, acho que todas as minhas amizades eram com gente mais velha que eu e
145 sempre assim eu extraía coisas, de saber como era o mundo do trabalho, pessoas que, colegas
146 de classe que trabalhavam em banco, não sei o que, e absorvia. Acho que minha vida inteira,
147 eu sempre absorvi informação, sempre gostei de perguntar para as pessoas e aproveitar, ir
148 formando o quadro a partir das informações que obtinha.

149

150 *Seu interesse por Sartre foi pré-participação estudantil?*

151

152 Sim, então é uma coisa assim, sabe, eu misturava tudo. Um David Goodis
 153 (romancista policial dos EUA, então pulp, hoje cult) essas coisas. E aí tem tudo, o interesse pelo
 154 mundo dos adultos, interesse por tramas sexuais que a gente quando é adolescente quer saber,
 155 tem aquele negócio, como que é a relação de adultos, tudo isso foi, misturava, inclusive os
 156 franceses, eram bem mais livres. O que é fascinante, você vê aquela série do Sartre, Idade da
 157 Razão, Sursis, Com a morte na alma, você vê aquela vida noturna de Paris, eles frequentam lá
 158 o cabaré, que é onde uma personagem trabalha, é tudo fascinante. Mesmo assim você
 159 imaginar o país, como era uma França, como era o Quartier Latin, eram coisas que me
 160 interessavam antes da política, eu já tinha esse interesse pelo global, ir além da terrinha, da
 161 experiência direta. Cinema também, sempre gostei de ver filme de outras culturas, não só
 162 americano. Achava fascinantes as outras épocas, não só o presente. É curioso, tinha uma
 163 personalidade assim já desde o começo meio de jornalista, fascinado por absorver mais
 164 informação.

165

166 *E como que você começou a participar do movimento estudantil?*

167

168 Olha, aí, está no livro. É que a Moóca era um lugar de meninas fúteis, assim, eu era
 169 intelectualzinho embrionário, formado por mim mesmo, mas tinha interesse, cinema,
 170 literatura, não sei o quê, e as meninas do meu tempo, lá da escola tal, tudo interessada em
 171 bailinho, não tinha papo, não tinha papo, não tinha desenvoltura, o baile de formatura da
 172 quarta série já foi uma agonia lá, de ter que aprender a dançar, então família descolou uma
 173 prima para me ensinar, eu ficava todo sem graça. E aí, mais ou menos lá para maio, ou junho,
 174 de 67, o Eremias, que era colega do bairro e da escola a vida inteira, que tinha estudado
 175 comigo, depois repetiu ano e ficou para trás, acabou ficando dois anos atrás de mim, mas
 176 começou junto, a gente separou de classe, sei lá quando, primário. Aí o Eremias, um dia, vem
 177 com a Maria das Graças, que era uma menina, ela tinha um ano a menos que eu, mas era de
 178 uma família de militantes, o pai dela era do PCzão, de uma cidade pequena da Bahia, também
 179 teve que sair, não estava dando clima para ele lá com o DOPS tal, e aí veio aí morar no (bairro
 180 paulistano do) Belém e a Maria seguindo os passos do pai, se interessava... Ela teve um
 181 namorado universitário, que a introduziu um pouco naquele ambiente do CRUSP, que era o
 182 centro da Cidade Universitária. E aí veio recrutar quadros na escola, na nossa escola. Aí o
 183 Eremias era colega de classe e falou de mim, que ela estava procurando gente que lesse, que
 184 entendesse coisas, que tivesse interesse por assuntos mais sérios, aí o Eremias veio me
 185 apresentar. Aí eu fiquei com uma paixonite, claro, primeira vez que eu encontrava uma
 186 mulher que conversava dos meus assuntos, que podia falar de Sartre, Camus, ela sabia quem
 187 era. E falava umas coisas, como não me interessava tanto assim pelos brasileiros, ela falava
 188 coisas interessantes de Jorge Amado, Graciliano, não sei o que, então dava papo. Então, foi o
 189 começo assim, essa atração, que aí, então foi um pontapé assim para desabrochar, eu estava
 190 fazendo o científico de engenharia e já estava desconfiado que não era minha vocação, aí nos
 191 papos acabei percebendo e acabei desistindo disso aí. Consegui lá na escola fazer uns exames
 192 de adaptação e passar para o segundo clássico, para outro lado, totalmente oposto. Eu não
 193 pensava em jornalismo, curiosamente, aquele tempo estava pensando em Filosofia, queria
 194 fazer Filosofia pura. É isso, e aí a classe que eu caí por coincidência era a que fazia o jornal da
 195 escola e por coincidência o responsável queria largar, eu colaborei num número, fiz uma
 196 matéria muito inflamada, até botei no meu blog como retrospectiva, defendendo os estudantes
 197 reprimidos pela ditadura. Mas uma coisa muito ingênua, mas de qualquer forma contra a
 198 ditadura e defendendo os estudantes. Aí, o segundo número já o cara 'Ai, não tenho mais

199 tempo, estou cheio de serviço do trabalho, fica com o jornal. Você gosta disso, se vira, tal'. Aí
200 comecei, peguei o jornal, botei para, enchi de coisas, de idéias contra a ditadura, promovi uma
201 enquete lá se os Estados Unidos beneficiavam ou prejudicavam o Brasil, ia de classe em
202 classe, a garotada votava, os professores davam como trabalho de redação, depois selecionei
203 alguns, dois ou três mais interessantes e publiquei, junto com o resultado da enquete e meus
204 comentários. É, comecei a brincar de jornalista da... Isso foi 67. Em setembro foi a
205 setembrada, o movimento universitário ressurgiu das cinzas, enfrentou a polícia. Mas estava
206 longe disso.

207 Mas aí acabou o ano e a Maria falou que iam fazer um grupo para estudar marxismo,
208 para se aprofundar, tudo, e convidou: eu, o Eremias e mais algumas pessoas que ela conhecia.
209 E por aí entramos nessa, fomos, aprendi lá o beabá do marxismo, apostilazinhas
210 confeccionadas por universitários, o Manifesto do Partido Comunista de 1848, etc. Em 68
211 quando recomeçou a aula, a gente já estava organizado como uma base secundarista. A
212 Dissidência universitária, do Zé Dirceu, do Aldo Arantes, o Paulo de Tarso Venceslau, seguia
213 a orientação do Marighella, mas o Marighella resolveu dissolver todas as estruturas
214 burocratizadas, mas a Dissidência não quis se dissolver, porque ela tinha a UEE, do Zé
215 Dirceu, ela tinha uma estrutura forte que ela não quis detonar, então ela ficou como uma
216 Organização, um pedaço de Organização, ela achava que precisava ter um partido
217 revolucionário nacional, não sei o que, mas ela era só um movimento universitário em São
218 Paulo. Aí, entramos em uma situação engraçada, tornamo-nos um satélite dessa semi-
219 organização, ao mesmo tempo tínhamos os meios deles, gráfica, alguns apoios estruturais,
220 éramos considerados áreas próximas e etc., beneficiados, e ao mesmo tempo a gente não tinha
221 obrigação nenhuma, não tinha um acordo de militância, não tinha uma disciplina de
222 organização envolvida. Então a gente passou 68 nisso, a gente criou um movimento
223 secundarista na Zona Leste, quer dizer, nós, o grupo todo, criou um movimento secundarista
224 forte nas Zonas Leste, Sul e Centro; fraco na zona Oeste: e na zona Norte a gente não
225 entrava, era da AP; a AP monopolizava a Zona Norte. Então, eu trabalhei na Zona Leste o ano
226 inteiro, acabei me tornando o segundo líder, depois da Maria. Chegou lá por setembro, por aí,
227 a Dissidência finalmente se decidiu a constituir-se em Organização revolucionária, não
228 partido, como Organização, se assumiu. E aí se propôs a nos integrar, mas naquele instante o
229 pessoal da Zona Leste queria mesmo era se integrar com o pessoal da pesada, que estava
230 assaltando banco, ia para a guerrilha; não queríamos mais universitários, não gostávamos dos
231 universitários, nos desprezavam e era mútuo. Eles viam a gente como tarefeiro e a gente via
232 eles como bundas-mole, queria contato mesmo com o pessoal da pesada, que já estava em
233 assalto de banco, já estava acontecendo, tudo isso já estava rolando na imprensa, a gente
234 estava sabendo. Então na hora que a Dissidência resolveu nos admitir, nós ficamos fora. Já a
235 Maria tinha se tornado namorada do Marcos Palácio, que controlava a Zona Centro, pois era o
236 líder do Colégio de Aplicação da USP, que era uma experiência de vanguarda; o Colégio de
237 Aplicação era onde os alunos brilhantes da USP iam aprender a dar aulas. Aí era tudo filho de
238 doutor, filho de professor e o líder deles, o Marcos Palácio, virou o namorado da Maria,
239 depois casaram inclusive, viveram juntos aí uns quinze anos. Mas a gente não topava os caras
240 do Colégio da Aplicação, não topava a Dissidência, o nosso pessoal da Zona Leste não quis
241 entrar e aí se deu a cisão. Nós nos afastamos da Maria, aí eu herdei o grupo, não tinha mais
242 líder e não tinha ninguém com mais experiência, éramos mais ou menos sete líderes, mas tudo
243 do mesmo plano, tudo feito naquele movimento mesmo. Aí, um pelo outro, acabaram me
244 indicando para assumir o batuta e eu fiquei de responsável pela articulação com o pessoal da
245 Zona Sul, era do Marcos Vinícius, era o mais próximo de nós. Então, eu que fiquei mantendo
246 contato com o Marcos, etc., e tocamos nossa vida assim, sem a Maria, como um grupo
247 independente, mais de cem estudantes que ficaram em nossa órbita à custa de todo o trabalho
248 que a gente fez em toda a Zona Leste em 68, de tudo isso resultaram umas cem pessoas,

249 assim, mais ou menos organizadas, e sete dispostos a correr qualquer risco, a romper com a
250 vida legal pela Revolução, todo o resto ainda em esquema familiar e profissional, disposto a
251 fazer algumas coisas, mas não ir até o máximo, então para setembro mais ou menos eu passei
252 a liderar o pessoal, a base da Zona Leste, que... Quer dizer, na verdade era uns oito, que tinha,
253 eu, Eremias, Edmauro, o Mané - Manoel Henrique Ferreira, Diego, Gilson e Gerson e a
254 Teresa Ângelo, que era a companheira do Gerson, entrava mais ou menos como companheira,
255 mas no fundo era, estava no mesmo nível de todos nós. A gente ficava, acostumou a
256 considerar ela só como companheira, mas no fim ela acabou assumindo as mesmíssimas
257 tarefas e tudo. Então, nós oito, conforme o movimento de massa que se tornava cada vez mais
258 perigoso, impossível, reprimido, CCC fazendo provocações, tiroteio na Maria Antônia,
259 conforme foram acontecendo todas essas coisas, ocupação militar de Osasco, na Greve,
260 conforme a coisa radicalizava a gente foi vendo que, a gente sentia que aquilo ia estourar, que
261 não ia ter mesmo mais chance de continuar no esquema de movimento de massa. A gente
262 começou a procurar, lá para outubro de 68, a gente já estava fazendo contato com as
263 organizações, o pessoal vinha expor suas linhas, então veio o companheiro da ALN, do POC -
264 Partido Operário Comunista - um desdobramento da POLOP, veio PCBR, veio Espinosa da
265 VPR. O Marcos Vinícius lá da Zona Sul, ele era mais velho que todos nós, estava na faixa dos
266 22 anos, e ele era militante de POLOP, desde o pós golpe ele estava nessa vida, então ele
267 conhecia toda essa gente, ele que marcava e trazia as pessoas para conversarem com a gente.
268 E aí, basicamente PCBR nos pareceu um pessoal valoroso, mas sem nada em São Paulo,
269 nossa impressão que era um Partido Nordestino apenas. A ALN nos fascinou, quer dizer, o
270 cara, não me lembro o nome, mas realmente causou ótima impressão, só que ele queria que a
271 gente partisse para uma ação, para mostrar o valor, que era que o Marighella queria naquele
272 momento, que o pessoal mostrasse o valor na prática. Aí a gente chegou a pensar, a gente
273 chegou a conceber um plano de um assalto lá em São Miguel Paulista, que é a terra do Gilson,
274 do Gerson e da Teresa, então tinha um cara que levava o pagamento a pé, passava nuns
275 lugares meio desabitados... Aí a gente fez todo o plano, mas depois caiu a ficha. Nós fomos
276 discutir na casa dos pais do Gilson, só que a gente foi tão 'discreto' que o pai na outra sala
277 ouviu, aí ele até brincou, chegou a falar, 'Se vocês falassem um pouquinho mais alto, até na
278 delegacia eles estariam escutando'. Aí depois no dia seguinte, ele deve ter falado com o
279 Gilson e Gerson, e ambos se tocaram de que seriam os primeiros suspeitos, que ia ficar muito
280 fácil rastrear, podia-se até fazer, o modus operandi até era fácil, dava para pegar a grana e
281 escapar, o difícil era ficarem livre de suspeitas depois. Enfim, a gente foi discutindo sobre
282 esse... Essa quase bobagem que a gente fez... Foi aquela conclusão, que a gente estava
283 disposto a partir pra ação, mas precisava de orientação de gente experiente, que não fazia
284 sentido nós totalmente crus, sem nunca ter dado um tiro, sem nada, partir para isso de
285 imediato. Então a gente discordou desse negócio da ALN, de 'se vira sozinho!'. O POC
286 pareceu um partido universitário, que, mais uma bela posição teórica, mas pouca chance de
287 colocar em prática. E sobrou a VPR, que parecia a mais equilibrada, tinha os teóricos de
288 origem POLOP, tinha o pessoal da Greve de Osasco, que estava em alta na nossa admiração, e
289 tinha os militares, os remanescentes dos 'grupos dos 11' brizolistas, então juntava tudo: bons
290 teóricos, bons quadros de movimento operário e militares experientes, que sabiam
291 desenvolver luta armada, então foi o que nos fascinou. Só que, o processo foi separado, nós da
292 Zona Leste conversando de um lado com o Espinosa, o Ibrahim também apareceu uma ou
293 duas vezes, tal, e o Marcos Vinícius e seu pessoal da zona sul do outro. Aí sem nos avisar ele
294 participa de uma ação da VPR, a gente não soube de nada, o pessoal da Zona Sul tinha
295 avançado mais rápido nos entendimentos do que nós. E aí quando houve aquelas quedas,
296 aquelas decorrentes de quando estavam tentando maquilar um jipe para que parecesse ser
297 viatura do Exército e foram apanhados, na onda de quedas decorrentes dessa prisão de
298 militantes da VPR, o Marcos também foi preso, alguém dedou a casa dele, e aí, ele tinha

299 como chegar a mim, ao Diego e ao Eremias, ele tinha como indicar. Ele não tinha como
300 indicar o Gerson, Gilson, a Teresa e o Mané, mas o Edmauro, eu, Eremias e Diego ele tinha
301 dados que levariam até nós. Então pelo sim, pelo não, nós quatro caímos na rua, ficamos aí
302 vivendo em pensãozinha barata, falta de grana terrível, o Espinosa, muito filho da puta,
303 marcara o contato seguinte para umas duas semanas depois, mas usou uma desculpa para
304 justificar, em vez de nos contar que a Organização estava em crise, luta interna, quedas,
305 aquele Deus nos acuda todo. Ele deu uma desculpa qualquer e a gente acreditou. Então a
306 gente não tinha contato com a VPR, não tinha contato com ninguém, estava sem grana,
307 fodido, passamos aí duas... O Edmauro coitado, pegava um ônibus para qualquer cidade do
308 interior e em seguida voltava, só para poder dormir a noite. Eu, o Diego e o Eremias nos
309 metemos lá numa pensãozinha na Rua do Gasômetro, baratíssima, naquela região que
310 cheirava a gás. Aí depois de duas semanas apareceu lá o... Isso, creio, fosse em fevereiro de
311 1969 já. Aí o Espinosa retornou, deu quase toda a grana que ele tinha no bolso, nós estávamos
312 assim numa dureza terrível. Então, imediatamente ele repartiu lá o que tinha tal e aí a gente
313 acelerou a conversação e finalmente decidimos mesmo ir para a VPR, aí ele disse que, aí ele
314 abriu o jogo, tinha havido queda, tinha havido luta interna, havia um grupo lá que privilegiava
315 o trabalho de massa, não falou que era o Quartim de Moraes, a gente não sabia pelo nome,
316 mas era essa tendência do Quartim de Moraes. E o outro, militarista, que era muito radical,
317 que fazia muita porralouquice e tal; e que estavam agora chegando a um ponto de equilíbrio,
318 nem o abandono da luta armada, nem ações porra loucas como algumas que tinham sido feitas
319 (isso depois eu também eu ia saber quais eram; o atentado ao QG que matou o sentinela de
320 bobeira, atentado ao consulado americano que aleijou aquele panaca que estava passando no
321 local, houve realmente excesso nas coisas)... E a própria morte do Chandler, que até agora não
322 se tem certeza, tudo leva a crer que ele não fosse espião da CIA. Um militar americano que
323 veio aqui olhar, tal. Mas, não, dificilmente da CIA e nem remotamente um cara que estava lá
324 para descobrir líderes e apontar para serem presos. Isso realmente não faz o mínimo de
325 sentido, para isso eles usariam um brasileiro, não precisavam botar um americano aqui na
326 Escola de Sociologia e Política. Então, o Espinosa abriu o jogo, que havia excesso de parte a
327 parte, agora eles estavam querendo chegar ao equilíbrio, aproveitar os acertos e livrar-se dos
328 erros, fazer a autocrítica dos erros e remontar a Organização. Então eles iriam fazer um
329 congresso para colocar a casa em ordem. A Organização estava numa fase muito
330 desarticulada para admitir alguém; o caminho seria o meu grupo indicar alguém para
331 ir ao Congresso e no Congresso ao final se decidiria se o grupo seria admitido ou não.
332 O grupo me indicou, estávamos em situação de segurança bem mais precária, não tínhamos
333 nem onde nos encontrar. Tivemos de ir ao zoológico para podermos os oito discutir uma
334 proposta de carta-programa. Nossa proposta, que acabamos levando lá, uma proposta de
335 programa completa, baseado nas coisas que a gente tinha lido; mas de original mesmo só
336 tinha a política internacional, eu tinha já muitas leituras assim anti-stalinistas, então fiz uma
337 proposta lá colocando União Soviética e Estados Unidos como duas potências com interesses
338 próprios e distintos da Revolução Brasileira; ninguém da esquerda tinha ido tão longe. Mas a
339 nossa proposta acabou prevalecendo, o congresso foi lá em Mongaguá, numa casinha de
340 praia, em abril de 69. E na abertura eu pontifiquei lá, porque ninguém estava muito
341 interessado em política internacional e acabou ficando mesmo no programa da VPR o capítulo
342 que eu trouxera com pequenas alterações, demos lá uma mexidinha no que eu tinha levado e o
343 texto foi incorporado ao novo programa da VPR. O primeiro programa da esquerda que
344 rompeu totalmente com a União Soviética como país revolucionário, considerando-a apenas
345 uma burocracia egoísta. E aí, ao final, foi engraçadíssimo, acho que éramos doze, éramos
346 doze as pessoas com direito de voto, inclusive eu. Eu não fazia parte da Organização, estava
347 lá como convidado e votava para decidir as questões. Votei até na escolha do Comando:
348 Lamarca, Shizuo Ozawa, um tal de Diogo, universitário, o Espinosa e o Matos, um

349 marinheiro meio louco. E, no fim, eles aceitaram o ingresso de nosso grupo, já voltei como
 350 militante da São Paulo. E aí a VPR estava sem grana, com toda essa luta interna, o pessoal
 351 estava sem grana. Então a primeira coisa que surgiu, alguns dias depois da minha volta, já era
 352 aquele plano de assaltar dois bancos na Rua Piratininga, entre a Mooca e o Brás, dois bancos,
 353 um ao lado do outro e todo meu grupo foi convocado. Na véspera eu tive o ponto para
 354 encontrar com o Espinosa para me integrar. Aí o Espinosa falou: 'Olha, o Comando decidiu
 355 que você vai fazer parte do Comando Estadual de São Paulo, vai organizar um setor de
 356 Inteligência e não deve se envolver com ação armada. Já que não vai ser essa sua tarefa na
 357 Organização, então não vai poder participar da expropriação, pois ficaria conhecendo quem
 358 você não conhece e isso é ruim para a segurança. Então, está fora.' Isso mudou o meu destino,
 359 pois na ação foi necessário o Lamarca atirar, matou um guarda de trânsito, com isto teria tido
 360 pelo menos dois anos a mais de prisão para mim, como cúmplice de assassinato. Mudaria toda
 361 a seqüência dos acontecimentos posteriores. Enfim, o ingresso foi esse, meu grupo
 362 praticamente inteiro participou dessa ação na Rua Piratininga, creio que era o Eremias o cara
 363 que morreria se o guarda que estava na porta do banco não tivesse sido acertado pelo
 364 Lamarca. O Lamarca não deveria estar naquela ação, era muito importante para nós para
 365 expor-se dessa maneira, mas ele fez questão, ele disse que era muito recruta novo estreando
 366 de uma vez só, gente inexperiente, então ele queria zelar pelos comandados, como bom
 367 milícia protetor que era. Continuava com mentalidade de oficial que comanda a tropa e corre
 368 os riscos junto com ela. A solução de compromisso a que chegou com o restante do Comando
 369 foi: 'Tudo bem, você vai, mas fica olhando de longe e só intervém em último caso'. Aí ele
 370 ficou lá num boteco, tomando qualquer coisa e olhando de longe. Aí ele viu o guarda
 371 chegando, um transeunte qualquer havia alertado o guarda de trânsito. O guarda pega o
 372 revólver e vai para a porta do banco. Aí o Lamarca pegou seu revólver, um 38 cano longo que
 373 usava em competições de tiro, e atirou de onde ele estava, não tinha tempo de chegar perto,
 374 não sabia quanto tempo demorariam os companheiros para sair do banco e serem alvejados
 375 pelo guarda... Na dúvida, atirou imediatamente, de uma distância de uns quarenta metros, e
 376 mesmo assim acertou em cheio o cara. Um rude batismo de fogo para o resto do meu grupo.

377
 378 *Querida que você me contasse uma experiência sua significativa na militância na guerrilha,*
 379 *além desta.*

380
 381 São tantas, né, cara... Que você quer?

382
 383 *Você escolhe alguma, algumas, né. (risos)*

384
 385 Olha, sei lá, acho que o mais importante de tudo foi ter participado da cisão. A VPR,
 386 já naquele Congresso de Mongaguá do qual participei, decidira que ia procurar aproximação
 387 com a ALN e com o COLINA, visando uma integração das forças, que a Revolução exigia
 388 maior poder de fogo, então não cabia ficar aí com cu doce de 'Vamos fazer tudo sozinho'. Aí
 389 então, chegou na metade do ano e os Comandos da VPR e do COLINA resolveram fazer uma
 390 fusão das organizações e formar a VAR-PALMARES. Mas ao mesmo tempo marcaram para
 391 outubro o Congresso que daria, digamos, a anuência da militância a essa decisão de cúpula.
 392 Quer dizer, eles fizeram a integração imediata, passaram a funcionar como VAR-
 393 PALMARES, reprogramaram o Comando, ficou diferente, entrou o Juarez Guimarães de
 394 Brito, entrou a Maria do Carmo Brito... Mas ao mesmo tempo... Acho que a Maria do Carmo
 395 não, o Juarez. Era o... Ah, o Franklin da Paixão Araújo entrou, na cidade ficaram o Franklin e
 396 o Espinosa. E na área principal, na área de guerrilha, ficaram o Lamarca, o Shizuo, o Matos e
 397 creio, o Juarez. Mas aí, em São Paulo, nós estávamos assim muito insatisfeitos com a
 398 participação, quer dizer, com o papel dos dois caras que representavam o Comando Nacional,

399 que percorriam, que faziam a ponte entre o campo e os braços da Organização na cidade.
400 Franklin da Paixão Araújo e Espinosa, eles nos pareciam cada vez mais tendentes a ressuscitar
401 as posições massistas, de enraizar a Organização nos movimentos de massa, movimento
402 operário e boicotar a luta armada, então, começou, esse fantasma reapareceu. Acho que entrei
403 muito nessa por causa do Moisés, pois ele era um militarista, tinha participado da luta política
404 anterior contra o grupo do Quartim de Moraes e ele contava coisas daquele tempo que
405 pareciam muito semelhantes ao que estava acontecendo naquele tempo. Mas, fora isso, o
406 Elias, o João Domingos dos Santos, que era responsável pelos grupos armados aqui em São
407 Paulo, foi morto, então houve um pandemônio, pois ele concentrava muito as decisões. Então,
408 com sua morte, a estrutura se perdeu, tinha depósito de armas, de material, que a gente não
409 soube onde era, perdemos aparelhos, ficou tudo amontoado, foi um pandemônio. O nosso
410 Comando que éramos eu, o Moisés e o Moraes (o Moisés era o José Raimundo da Costa e
411 Moraes, o Samuel Javelberg, só ficaria conhecendo os nomes reais depois), nós ficamos assim
412 num caos, tivemos que administrar o caos do setor armado, com a morte do Elias, e ao mesmo
413 tempo, conflitos constantes, a cada reunião que a gente tinha ou com o Franklin ou com o
414 Espinosa, era um quebra pau, a gente estava discordando de tudo. Aí quando veio a
415 preparação do Congresso Nacional de outubro, nesse caos nós decidimos que não havia
416 condições de fazer uma reunião, de abrir para a militância, então avocamos a indicação dos
417 dois delegados. Nós três, eu, o Samuel, o Moisés e eu avocamos, 'Vamos decidir apenas entre
418 nós quem é que vai, não dá para abrir essa discussão, porque não tem condição de segurança
419 para fazer reuniões'. Estava um caos orgânico, verdadeiro, isso não era oportuno, realmente
420 era perigoso. E aí, eu e o Moisés já tínhamos concluído que a Organização tinha que voltar a
421 ser VPR, tinha que desmembrar, nós estávamos achando que o COLINA só tinha trazido, a
422 gente não conhecia muito bem o que estava sendo feito pelo COLINA, a gente pensava que
423 fossem só elementos de movimento de massa. Depois que a gente veio a saber que não, havia
424 também militaristas no COLINA, pessoal mais próximo de nós. Mas, à distância, a gente
425 achou que a presença do pessoal do COLINA tinha desequilibrado a Organização no sentido
426 de voltar a ser uma Organização mais ligada a movimentos de massa e menos ao trabalho de
427 vanguarda. Então a gente queria ressuscitar o nome VPR, que a gente achava mais forte que
428 VAR-PALMARES. Então nossa proposta era desfazer a fusão.

429 E aí surgiram as teses do Jamil. Ele era um cara que andou no exterior, voltou, estava
430 sem função e ele lançou esse documento, mas ele não tinha mais peso na Organização.
431 Ninguém deu muita importância, só eu, porque eu estava procurando, quer dizer, eu tinha um
432 pique de teórico, então faltava uma linha política para justificar a cisão, ou seja, eu via a
433 necessidade de uma cisão, mas em nome do que? De repente cai do céu um negócio pronto,
434 uma linha completa muito mais moderna do que tudo que eu já tinha visto, apresentando
435 pontos de vista militaristas de uma forma civilizada, inteligente. Por exemplo, sobre aquela
436 velha divergência quanto ao caráter da revolução, se era democrático-burguesa ou socialista, o
437 Jamil disse: 'Como não há mais espaço para uma fase democrático-burguesa, qualquer coisa
438 que você fizesse acabaria desembocando no socialismo. Então não havia motivo nenhum para
439 não atuarmos em frente com grupos armados de orientação democrático-burguesa, que no
440 fim, espontaneamente eles iriam na nossa direção'. Quer dizer, foi um achadozinho teórico e
441 outros, pois ele realmente levou a um novo patamar toda a teoria que a gente tinha naquele
442 momento. Aí então, eu endosseí, soltei um documento de apoio e fomos à luta, fomos lá no
443 Congresso levando a posição do racha e a tese do Jamil como programa. Só que o Samuel,
444 que nos acompanhou até o momento em que nós três avocamos o direito de indicar candidato,
445 ficou frustrado porque ele defendia a posição de que fosse um delegado representando,
446 digamos, os militaristas, e um representando os massistas. Ou seja, eu ou o Moisés e ele. O
447 Moisés ficou vacilando, quase votou a favor do Moraes, mas eu tomei a palavra e fui incisivo:
448 'Não, para realmente nossa participação ser decisiva, o importante é irem duas pessoas com a

449 posição correta'. Aí o Moisés, é engraçado, que eu tinha dezoito anos, mas sei lá, tinha esse
450 jeito mais determinado, o Moisés era muito... Curiosamente, apesar de ser um cara bem mais
451 vivido e que jamais vacilara nas ações, ele tinha pena, ele estava com pena de frustrar o
452 Moraes, ele estava emocionalmente sensibilizado: companheiros, tanta coisa passada juntos,
453 ele não queria magoar o Moraes... Aí quando eu dei essa cortada nele, ele concordou: 'É,
454 vamos nós dois mesmo'. Aí o Moraes, que tinha suas divergências com o Espinosa e o
455 Franklin da Paixão, aí se voltou contra nós e foi lá conchavar com eles, foi contra-atacar,
456 organizar um contra-ataque com eles. Então esses dois caras convenceram o Comando, e
457 quando a gente chegou em Teresópolis o Comando já nos via como manipuladores, que
458 tínhamos cerceado o direito da Organização de escolher, então cassaram nossa delegação e
459 mandaram realizar uma convenção de qualquer jeito em São Paulo e o Congresso inteiro ficou
460 parado esperando a escolha dos novos delegados de São Paulo. Nós voltamos e participamos
461 da tal convenção, mas quem a organizou foram os nossos inimigos, o Samuel, o Espinosa,
462 montaram um simulacro de convenção, também numa casa de praia. (acabou o lado da fita)
463 Acabamos levando a culpa por tudo que acontecera de ruim com a morte do Elias, o que era
464 falso, o Elias não falava nada para nós, não sabíamos nada, quer dizer, caímos do céu quando
465 ele... E aí levamos a culpa disso e curiosamente o Samuel levou tanto pau quanto nós dois...
466 Os delegados do lado pelo qual ele optou estavam lá, malhando os três remanescentes do
467 Comando de São Paulo como vilões, sem aliviar para ele. Então, durante um dia inteiro de
468 discussões e a gente não conseguir manter um diálogo civilizado, o pessoal todo
469 preconceituoso, não sei o que. Aí no final escolheram dois delegados fraquíssimos, caras
470 extremamente medíocres, nem sei como é o nome dos caras, deve ter como levantar isso, mas,
471 ridículos, tipo Zezinho Passeata. Mas, eu e o Moisés fomos chamados de volta para
472 Teresópolis, pois sabíamos qual a cidade onde estava se realizando o Congresso. É certo que,
473 uma vez lá, fomos levados de carro, escondendo, fechando o olho, então não sabíamos
474 exatamente onde era o casarão. Mas a cidade a gente sabia qual era. Então fomos chamados
475 de volta a Teresópolis para servirmos como seguranças durante todo o congresso. Aí
476 assistimos, ficávamos oito horas seguidas vigiando os fundos da mansão, para ver se a
477 repressão chegava, se chegasse a gente morreria, porque estava lá, ia ter que travar tiroteio
478 com os caras, chega lá uns trezentos soldados e a gente sozinho tendo que trocar bala para dar
479 tempo para o pessoal tentar escapar, para o pessoal lá dentro da casa saber. Bem 'agradável' a
480 perspectiva... De resto, quando não estávamos montando guarda, podíamos assistir às
481 discussões, mas entrando mudos e saindo calados, sem direito de intervir. O que aconteceu
482 nesse congresso é que a ala mais massista, mais à direita, venceu de ponta a ponta, com
483 pouquíssima resistência dos militaristas e do Lamarca. Em termos de posição programática,
484 os militaristas levaram uma goleada. Aí quando chegou na hora de decidir quem ficaria no
485 Comando, Lamarca viu que o papel reservado a ele era de uma rainha da Inglaterra; ele seria
486 o grande nome, o chamariz para efeito externo, mas não deteria o poder real, ele ia perder o
487 poder real e ia ficar lá como azeitona da empada alheia. Aí ele resolveu romper, ele reuniu o
488 pessoal que o apoiava, aí ele chega para mim, para o Moisés, que tínhamos sido tratados que
489 nem ovelhas negras durante duas semanas, e disse: 'Olha, só agora eu percebi que vocês é que
490 estavam certos, estava cego, estava acreditando no que os outros disseram sobre vocês...' Puta
491 que pariu. Eu tinha só dezoito anos, mas já tocou na minha cabeça aquele sininho de
492 'hipocrisia!', deu para perceber claramente que o fator decisivo para o Lamarca tinha sido o
493 de que não receberia o poder que ele queria ter. E o Lamarca era um militar, para ele posições,
494 linha, era tudo perfumaria; o importante é a pessoa que comanda. Então ele achava que,
495 independentemente da linha que fosse aprovada, se ele pudesse ser o principal executante, ele
496 moldaria tudo a seus desejos. Quando ele viu que ele não ia ter esse poder, foi a hora em que
497 decidiu romper.

498

499 *Então a disputa pelo poder dentro da Organização era muito grande.*

500

501 Sim, até aí sim. É, essas duas linhas subsistiam, mesmo com a prisão do
 502 Onofre e a saída do Quartim, os dois pólos da luta anterior à nossa entrada (era o Onofre
 503 com os militaristas e o Quartim liderando os massistas). Mas isso continuou com outras
 504 pessoas, sob outras formas, isso foi permeando tudo até que, finalmente, a VPR
 505 reconstruída no final de 1969 teve uma identidade total, fechou com a tese do Jamil, seguiu
 506 mesmo a linha de ser uma vanguarda. Nas teses do Jamil, outra coisa importante era isso, que
 507 nenhuma Organização tinha forças para, sozinha, capitanear a Revolução, então o importante
 508 era desencadearmos a luta armada, para que, no processo de luta fossem aflorando as
 509 verdadeiras lideranças e se sedimentando alianças entre os vários grupos. Então essa foi outra
 510 formulação importante: que a VPR por ter quadros especialistas militares e, ao mesmo tempo,
 511 todos manjados, todos com o nome já conhecidos, procuradíssimos, então não podia se
 512 desgastar fazendo as tarefas políticas da Revolução. A VPR não iria desprezar, ou
 513 menosprezar tarefas políticas, trabalho de massa, ligação com a massa, mas simplesmente não
 514 tinha como executar tais tarefas. Então faria a sua parte. E a sua parte era como vanguarda
 515 militar especializada para fazer os lances mais importantes da luta armada, deixando para os
 516 outros grupos, de acordo com suas possibilidades, as tarefas ditas políticas. Foi assim, essa foi
 517 uma formulação inovadora. Muitos grupos armados ainda acreditavam que, se ficassem só nas
 518 tarefas militares, iriam virar uma quadrilha, um bando. Então, achavam ser necessário manter
 519 um elo orgânico com as massas para não se desvirtuarem, para não se distorcerem como os
 520 narodniks da Rússia, os caras que cometiam atentados contra o czar. Eles acreditavam nessa
 521 coisa meio tola, de que não tendo ligação nenhuma com a massa iriam se tornar um grupo
 522 ultraviolento, terrorista no sentido real do termo e não no sentido errado que a direita hoje nos
 523 chama, seriam terroristas no sentido que se dava à palavra no século XIX. As teses do Jamil
 524 iam contra esses receios, colocavam a discussão em outro plano.

525

526 *E quando você parou de participar da guerrilha, teve a prisão, tudo?*

527

528 Que que tem?

529

530 *Aí quando que você viu que não era a fórmula de participação?*

531

532 É, aí... Quando... Em 1970, como comandante da Inteligência, sabendo muito mais
 533 coisa que os militantes comuns, tudo, pressentia, mas não queria admitir, que a luta armada
 534 estava nos estertores. O que há é aquela coisa de você ter apostado sua vida toda nesse
 535 negócio, então não quer abrir mão tão facilmente. A minha visão, um pouco antes de ser
 536 preso, era que a gente está jogando uma última cartada. Que a gente estava tentando criar a
 537 Organização perfeita para resistir às investidas da repressão. Criamos regras de segurança
 538 muito mais rígidas, foi quando a gente decidiu que a Organização tinha que mudar todas as
 539 coisas que uma pessoa soubesse em 24 horas, que não podia se confiar que um ser humano
 540 resistisse mais do que isso, o jeito era fazer que em 24 horas, nada que ele soubesse fosse
 541 mais útil para o inimigo. A gente tentou, e aí estava assim acreditando realmente em
 542 deslanchar a luta no campo, rapidamente, seria uma guerrilha propagandista, que serviria só
 543 para manter a chama da luta, teria muita mobilidade, atacaria e fugiria, não tentaria crescer
 544 como um Exército popular, mas seria um fator de desmoralização do Exército da ditadura, de
 545 propaganda, de provar que o regime militar não era invencível. Mais ou menos isso, a gente
 546 estava naquelas de que tinha que chegar naquele negócio das frentes, de unir todos os grupos
 547 remanescentes, para fazer as ações, sem já aquela mentalidade de pequeno comerciante que

548 existia em 68 (de todo mundo querendo conquistar a ‘clientela’ para si). Então, eu estava
 549 achando isso, que era uma última cartada, que se tornássemos nossas células tão eficientes
 550 como as dos tupamaros e se conseguíssemos lançar a coluna estratégica móvel no campo,
 551 ainda haveria uma chance de virar o jogo, que estava evidentemente já desfavorável a nós,
 552 isso saltava aos olhos. Em 69 a gente começou mais mesmo na ofensiva, no segundo semestre
 553 a repressão virou o jogo e em 70 a gente estava sendo dizimado, mas ainda poderíamos
 554 estancar isso e virar, a esperança era essa. Só que, aí houve a prisão e tudo, e sei lá... Aí
 555 entraram também problemas pessoais, o fato que os caras me jogaram culpas que eu não
 556 tinha. E não houve uma reflexão, vamos dizer da guerrilha em si, quer dizer, a minha
 557 impressão é de que fomos derrotados porque os meios de que o inimigo dispunha eram
 558 infinitamente superiores, não era questão de uma pessoa, seja lá quem for, ter falhado. E aliás,
 559 eu sabia que todo mundo de certa forma foi menos herói do que deveria ter sido, não era um
 560 problema de um, era uma questão... Então eu percebia claramente essas coisas, que aquela era
 561 uma luta impossível de ser vencida, essa foi uma conclusão, nem digamos uma crítica à opção
 562 pela guerrilha, não cheguei a ter uma restrição quanto à luta armada em si. Mas a luta armada
 563 no Brasil, com o conjunto de meios que o capitalismo disponibilizou, com o treinamento que
 564 ofereceu para os torturadores lá no Panamá, com o rio de dinheiro que enxertou aqui para
 565 levantar o milagre brasileiro, tudo isso, ficou um negócio esmagador para nós. Essa foi a
 566 visão a que cheguei quando estava preso, tal, no rescaldo dos traumas todos: primeiro, que era
 567 uma luta impossível de ser vencida; e segundo, percebi claramente que como ser humano eu
 568 havia sido injustiçado.

569

570 *Que te tomaram como bode expiatório, na questão, como do Vale do Ribeira...*

571

572 É, como bode expiatório da Ribeira, o que foi uma coisa de má fé, o Lamarca
 573 dava as cartas ainda, e sabia muito bem que eu desconhecia a área para qual ele foi, que ele
 574 simulava ser distante, provavelmente no Paraná, não lá perto, ele sabia de tudo isso, assim
 575 como ele sabia de onde que veio o golpe, porque eu fui preso numa quinta-feira, 16 de abril
 576 de 70, ele ficou tranquilamente na área, aí com as quedas do sábado, 18 de abril, ele correu a
 577 desmobilizar a operação rural. Então ele sabia muito bem onde estava o perigo, quem era o
 578 perigo, acho que foi um negócio terrível, que uma pessoa, de caso pensado, tomasse a decisão
 579 de transferir a culpa de uma pessoa para outra. Não sei quem mais pudesse saber que eu era
 580 inocente, mas ele, com certeza, sabia. Quem mais eu não sei, quem mais entrou de má fé e
 581 quem mais acreditou, mas ele sabia perfeitamente que eu não tinha nada a ver com o cerco da
 582 área. Então isso me detonou por completo, porque, por causa disso me deixaram sofrendo, me
 583 escolheram como pato para levar a culpa, ao mesmo tempo em que a pessoa culpada eles
 584 mandaram lá para o exterior, colocaram-na na lista de troca pelo embaixador alemão. Em me
 585 deixando, eles deixaram o único cara que tinha responsabilidade pelo fato de a repressão ter
 586 sido desmoralizada naquele seqüestro do alemão, eu fui o único cara que era culpado disso e
 587 continuava nas garras da repressão, provavelmente nem se tocaram desse pequeno detalhe,
 588 mas o fato é que eu sabia da existência de duas unidades de combate no Rio de Janeiro, a
 589 unidade do Juarez Guimarães de Brito tinha sobrado incólume, quer dizer, eu e outros
 590 companheiros presos evitamos contar para a repressão que eram duas unidades, a repressão
 591 acreditou que existisse no Rio só a unidade do Roberto Gordo, totalmente desbaratada. Mas
 592 existia uma unidade inteirinha que permaneceu incólume, e era essa que tinha feito o
 593 levantamento para a ação do seqüestro do embaixador alemão, itinerário que ele percorria até
 594 chegar à embaixada, tudo isso era a Unidade do Juarez que estava fazendo. Aí o que é que
 595 acontece? A repressão, conforme ocorre o seqüestro, dá a ordem para ninguém ser torturado,
 596 para não morrer ninguém, para não atrapalhar, porque o embaixador alemão era importante,
 597 não era para se jogar fora. Aí, na hora que os companheiros sobem no avião e o embaixador é

598 devolvido, a repressão, que tinha tido nas mãos esses levantamentos, esses croquis, tal, sabia
 599 perfeitamente do plano e, mesmo assim, o plano fora levado à prática (eles não levaram em
 600 conta a possibilidade disso, não reforçaram a guarda, não tomaram providência nenhuma para
 601 proteger o cara). Aí o cara é seqüestrado, quer dizer, dá para se supor que isso deve ter
 602 causado o maior rebosteio lá dentro, foi uma desmoralização, eles souberam da coisa com
 603 antecedência e deixaram acontecer. E aí quem estava lá para pagar o pato? O trouxe aqui. Aí
 604 me arreentaram, aí tomei porrada de bobeira, não queriam nem saber nada. É um caso que
 605 até conto no livro, um coronel de outro inquérito, acho que era da VAR, querendo saber
 606 coisas do passado da VAR, foi tomar meu depoimento no DOI-Codi. Então estou lá falando
 607 com o cara e passa um major que me dá uma porrada que me joga longe, aí a mesa virou, a
 608 mesa que eu estava, no que eu fui para o lado, a mesa foi para cima do coronel, e o coronel
 609 ficou puto, achou que tinha sido desrespeitado por um inferior, por um major, foram brigar no
 610 corredor. Quando voltou, eu fiz uma chantagem emocional, disse que ia acabar sendo morto e
 611 tal, parece que talvez esse cara até tenha conseguido mexer os pauzinhos para eu sair de lá. Só
 612 que me transferiram para a PE da Vila Militar e lá foi a mesma merda. Continuei sendo
 613 torturado, passei vários dias numa solitária imunda, sem conseguir dormir à noite por causa
 614 do frio (estava só de cueca). Chegou um ponto em que acabei entrando nessa jogada de TV
 615 porque chegara ao limite, é muito tempo para um cara da minha idade, dois meses e tanto
 616 assim de pressão, tortura, tinha já quase estourado o coração logo no começo, passei perto do
 617 enfarte, muita coisa junta, vai, vai, vai que você acaba quebrando.

618

619 *Também por julgar que você foi abandonado por eles.*

620

621 É, não era uma retaliação cara, não era uma retaliação, mas era um negócio que fiz à
 622 força. Puta, você está numa situação dramática, pô, se você acha que os companheiros são
 623 leais, você está defendendo eles e isso te dá força; mas se você acha que os caras te ferraram,
 624 são culpados daquilo que você está passando, isso, pelo contrário, te enfraquece, enfraquece,
 625 o negócio, você fica... Você é humano, então isso tira força da gente, claro. Muitas pessoas
 626 ficaram julgando sem levar em conta, pô, que as decisões que eu tomei foram nas
 627 circunstâncias mais extremas possíveis, agora os que me ferraram estavam lá soltos e livres,
 628 numa boa, e decidiram meu destino dessa maneira, me deixaram lá numa situação absurda. O
 629 fato é que eu não tinha uma vivência de esquerda a ponto de julgar que algo assim fosse
 630 possível, acreditava nas pessoas. Não era nenhum otário, mas nunca imaginei ser abandonado
 631 daquela maneira, de não darem a mínima ajuda, não pagarem advogado, deixarem-me
 632 entregue às feras. Pô, isso realmente debilita sua vontade, você tem menos motivo para
 633 resistir.

634

635 *E atualmente você mantém relação com eles, com seus ex-companheiros da VPR?*

636

637 Não, o que sobrou aí. Já cheguei a trocar e-mails com o Ibrahim, ele está fazendo
 638 carreira política, então, como não me dispus a ajudá-lo nesse propósito, parece que não gostou
 639 que eu não compartilhasse o sonho dele; com o Gílson eu tenho contato, passou sérias
 640 dificuldades econômicas, mas está se reerguendo; o Ladislau, trocamos rápido e-mail, parece
 641 que ele não quer ser conhecido mais por isso, pelo menos lendo o blog dele, ele coloca só o
 642 lado dele de professor de Economia, parece que ele nunca foi militante, dá a impressão que,
 643 em relação aos ex-companheiros, mantém distância. Mas, sei lá, o principal de tudo é que,
 644 depois do livro, depois de tudo, vim a saber de coisas muito graves: 1) que a pessoa
 645 responsável pela delação da área foi julgada por não ter se comportado diante da repressão à
 646 altura da posição dela na Organização, foi julgada no Chile, não foi inocentada, mas o Major
 647 Cerveira convenceu que os revolucionários não deveriam se matar uns aos outros, foi uma

648 exortação assim mais moral, e acabou livrando essa pessoa do tiro na nuca; 2) que tudo isso
 649 foi escondido, só apareceu agora do lado da repressão, as coisas deles publicadas nos sites
 650 deles é que me colocaram nessa pista, aí eu encontrei gente de esquerda que confirmou, houve
 651 mesmo esse julgamento e tudo isso foi escondido. Outra coisa que eu fiquei sabendo é que
 652 quando o Gorender começou a escrever o Combate nas Trevas e fazia a pesquisa de campo,
 653 ele procurou essas pessoas que haviam sido trocadas pelo embaixador alemão, pediu
 654 depoimentos e esse pessoal se reuniu em Lisboa para combinar versões, de forma que a culpa
 655 do desbaratamento da Organização ficasse com os outros. Houve quedas em cascata em São
 656 Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, tudo em abril de 70, e isso foi jogado nas costas
 657 alheias. Eu estava colocado no cantinho da estrutura, só tinha contato com o Gordo e o Juarez,
 658 que eram minhas únicas pontes com o resto da organização, eventualmente eles marcavam
 659 encontros meus com outras pessoas, com o Jamil, com a Maria do Carmo, mas na verdade eu
 660 só tinha dois pontos de contato com Organização; e esses dois não caíram por minha culpa,
 661 nem nos encontros que teriam comigo. Aí o Sirkis veio e disse que eu era culpado por nada
 662 menos que trinta e duas quedas, no livro dele (Os Carbonários). Quando tomei conhecimento
 663 dessa afirmação (com enorme atraso e apenas porque alguém mandou e-mail me contando,
 664 agora que muita gente escreve para mim), mandei-lhe uma mensagem refutando isso. O Sirkis
 665 respondeu que hoje ele não tem mais como apurar, nem interesse, então ele ia encaminhar
 666 para publicação como nota de rodapé o meu e-mail; e que o que eu fiz depois é muito mais
 667 importante do que isso, blá blá blá. Ridículo né, como se a moral de um homem valesse tão
 668 pouco, não justificasse nem uma retificação de acusações feitas levianamente...

669
 670 *Pelo que estou entendendo, de certa forma nessa reunião em Lisboa o que eles fizeram foi*
 671 *criar alguns bodes expiatórios para se livrarem.*
 672

673 Sim, porque caiu muita gente então, na verdade essas quedas estão pulverizadas, todos
 674 os caras contribuíram para algumas. Agora eles jogaram para cima de mim, jogaram para
 675 cima do Juarez, que estava morto, aí disseram que ele forneceu postumamente pistas à
 676 repressão, está no 'Combate nas Trevas', que eles chegaram a muitas pessoas a custas de
 677 documentos encontrados no aparelho do Juarez. Olha, o Juarez não deixava nada assim dando
 678 sopa. Em primeiro lugar, não tinha endereços, o que a gente tinha era pontos de encontro,
 679 nenhum de nós sabia onde os outros moravam, nenhum de nós tinha condição de arquivar em
 680 lugar nenhum pistas que levassem diretamente à outra pessoa, a gente se encontrava na rua.
 681 Foi uma cascata homérica, até o Gorender entrou nessa.

682
 683 *E tanto também pela saída que o Juarez adotou também.*
 684

685 Sim, e esqueceram de perguntar como é que a repressão chegou ao aparelho do
 686 Juarez. É um absurdo, até deixei no meu blog uma anotação sobre isso, se eu morrer, que
 687 fique lá consignado que isso é uma mentira. Juarez jamais teria arquivado, o cara era
 688 inteligentíssimo e extremamente cioso de segurança tal, era a última pessoa do mundo que ia
 689 deixar uma caderneta como a famosa do Luis Carlos Prestes dando sopa, sabe, foi ignóbil essa
 690 colocação. Então esse pessoal mentiu para o Gorender, mentiu para a Judith Patarra, é a
 691 mesma turminha, o seu Darci Rodrigues me acusa, só que ele esquece de dizer que a bronca
 692 dele comigo é pessoal, porque ele assediou uma menina e a menina pediu minha ajuda, pediu
 693 para eu, ela não tinha contato nenhum com o Comando, o único contato dela era o próprio
 694 Darci, aí ela me pediu que comunicasse ao Comando que o Darci estava assediando ela e
 695 achei que era uma obrigação fazer isso, embora eu não gostasse dela e até simpatizasse com
 696 ele. Mas eu era cu de ferro, acreditava em fazer tudo certinho, então fiz, passei a bola lá para o
 697 Juarez e isso acabou em uma reunião com a Maria do Carmo, essa menina (Patrícia) e o

698 Darci. Teve lá um rebosteio todo que derivou disso, aí o Darci passa a vida me criticando,
699 mas em nenhum momento ele conta que a birra dele é muito mais pessoal do que qualquer
700 outra coisa e por aí vai, né, bicho.

701

702 *Como você vê o Governo atualmente, sei que escreve constantemente no blog, considerando*
703 *os militantes que foram da luta armada...*

704

705 É o que sempre digo. Olha, eu penso, depois que recuperei a credibilidade, voltei a ser
706 considerado e ser ouvido, eu tento fazer uma coisa diferente do que o pessoal faz, eu não
707 distingo facções, correntes dentro do poder, defendo princípios. Então para mim, poxa, eu não
708 sou, eu nunca vou achar que ABIN, Polícia Federal, possam servir a Revolução, para mim
709 isso é repressão. ABIN e Polícia Federal são repressão, então eu não sou a favor de
710 banqueiros como Daniel Dantas, mas também não sou a favor da repressão. Não tenho partido
711 nenhum a tomar, só não quero que esses caras detonem direitos constitucionais. Acho que a
712 gente tem que manter o máximo de liberdade, máximo de respiradouro e não favorecer a
713 caminhada para o Estado policial. Eu acredito que o Estado policial vai acabar sendo sempre
714 de direita, mesmo que quem dê a partida seja o pessoal de esquerda. Então, desde sempre eu
715 sou assim, por princípio. Outro princípio é de que, num governo, o principal é política
716 econômica. A nossa é neoliberal, é totalmente inserida no Capitalismo globalizado, então,
717 para mim, o Governo Lula é um governo burguês na essência e com algumas tinturas
718 esquerdistas nas perfumarias. Acho importante poder contribuir para a reconstrução da
719 esquerda, mas uma esquerda ética, de mãos limpas e com posições compatíveis com os
720 desafios de nossa época, do século XXI. Sabe, não é nem ficar endossando seqüestrador serial
721 das FARC, coisas atrasadas, e nem também esse negócio de você achar que conquistando o
722 Governo, conquistando o poder, conquistando o poder faz a Revolução de cima para baixo; eu
723 descreio de tudo isso. Acho que você tem que trilhar outros caminhos. Caminhos em que a
724 esquerda tenha compromisso com os Direitos Humanos, a esquerda não pode de maneira
725 nenhuma hoje, no mundo moderno, se separar de Direitos Humanos, como vêm fazendo,
726 justificando desrespeito a habeas corpus, desrespeito de asilo político, grampeamento de
727 telefones, etc. Eu vou brigar até o fim contra essas coisas. Sei lá, acho que hoje eu me defino,
728 sou mais um libertário, estou mais próximo, digamos assim, do anarquismo, do
729 neoanarquismo de 68, Marcuse, tal, do que do stalinismo requentado de muita gente e dessa
730 bobagem de querer fazer a Revolução a partir de Brasília.

731

732 *Então você considera, que muitos do PT afirmam que o PT no poder, com Lula no poder, se*
733 *faz uma Revolução processual. Aí você não compartilha dessa visão do PT.*

734

735 Nem um pouco. Eu acho que eles apenas estão tornando, camuflando, a dominação
736 burguesa. Os bancos nunca lucraram tanto, nunca anunciaram tantos recordes de faturamento,
737 já existe vários artigos aí, vários estudos que comprovam que nunca os bancos foram tão
738 beneficiados, a coisa mais emblemática e mais sórdida do Capitalismo pós-industrial,
739 parasitismo do setor bancário, o Capital financeiro é o grande beneficiário do Governo Lula.
740 Então acho que não existe nem de longe esse tal de espírito revolucionário, das massas, existe
741 apenas aquela, um paternalismo estatal, estilo PRI mexicano, as pessoas pobres penduradas aí
742 no bolsa família, é um negócio triste. Não tem nada, quer dizer, o social, a proposta do
743 socialismo é emancipar as massas, mas as massas nunca estiveram tão submissas como agora,
744 não apitam nada, servem para encher urna na eleição e para fazer manifestaçõezinhas de
745 apoio, de endosso. O que está aí não passa de uma modernização assim do getulismo, no
746 fundo é uma forma de dominação das massas, muito semelhante a Getúlio, como uma
747 atualização, digamos. Mas essa capacidade de, essa anomia da população brasileira, essa

748 necessidade de líderes messiânicos e de nada fazer, cruzar os braços enquanto delega decisão
749 aos líderes, é bem, também, uma volta ao esquema de Getúlio, o pai dos pobres. Em minha
750 opinião, Getúlio deu mais aos trabalhadores do que o que Lula está dando.

751

752 *E como que você vê o fato de ex-militantes da luta armada comporem esse Governo, no*
753 *sentido de que se defendia uma plataforma política, dando-se a vida por essa luta e hoje se*
754 *faz outra coisa.*

755

756 É, para mim eles abandonaram o projeto político partindo para o projeto
757 pessoal, só que por força de serem pessoas brilhantes, apresentam projeto pessoal como
758 projeto político, mas na verdade eu não diria que essas pessoas hoje são revolucionárias. Acho
759 que apenas tem uma retórica revolucionária a suas ambições pessoais.

760

761 *Ambições pessoais no âmbito de querer lugares de poder, nesse sentido?*

762

763 Se colocam como homens providenciais, acreditam que haverá avanços se eles
764 estiverem, é um pouco o que falei do Lamarca, pessoas que acreditam que as coisas
765 irão bem se eles estiverem à frente delas, então muitas dessas pessoas, por exemplo, a
766 coisa mais marcante que eu sempre lembro é que a gente fazia uma distinção muito clara entre
767 a dialética marxista (segundo a qual fins e meios estão em permanente interação, um
768 modificando o outro) e o utilitarismo dos jesuítas (segundo quem os fins justificam os meios).
769 Tem muita gente aí que está usando os meios mais sórdidos e torpes, achando que o fim
770 desculpa, o fim vai absolvê-los do uso de meios inescrupulosos. Para mim esse pessoal deixou
771 de ser marxista, já não raciocina mais como marxista.

772

773 *Você quer falar mais alguma coisa para complementar a entrevista, alguma informação que*
774 *venha a mente.*

775

776 Ah, sei lá. É, como, eu disse, acho que tem que levantar uma esquerda, tem que
777 reerguer, daí eu ter acolhido com tanto entusiasmo essas ocupações de reitoria; o
778 movimento estudantil é onde você começa a caminhada, para criar novos quadros de
779 dirigentes revolucionários. Historicamente é no movimento estudantil que começa a nascer a
780 futura direção revolucionária, então a gente tem que tentar gerar uma nova esquerda com uma
781 visão diferente, quer dizer, exatamente nesses pontos, que você não pode mais fetichizar o
782 poder, acreditar que o poder resolve tudo, você tem que atuar de uma forma consensual dentro
783 da massa, você tem que partir para Revolução horizontal e não de cima para baixo, você tem
784 que respeitar os direitos humanos, respeitar a pluralidade de pensamentos dentro do bloco
785 revolucionário, como era a formulação antiga, você não respeitava a posição burguesa,
786 reacionária, mas tem de admitir as várias posições existentes no campo revolucionário,
787 discutir e respeitar as pessoas e isso é o caminho. A gente tem que recomeçar daí e não nessa
788 coisa monolítica, nesse negócio como agora ocorre, que você chega e contesta aí uma
789 ninharia, como o negócio da ABIN, aí o pessoal diz que você está traindo a Revolução, pô.
790 Antigamente você traía a Revolução quando você tinha uma estratégia contrária, isso nem
791 uma tática é, isso é uma coisa ínfima, é apenas uma disputazinha de duas correntes dentro do
792 poder e algumas pessoas dizendo que a esquerda tem que se alinhar incondicionalmente com
793 uma delas, que o Daniel Dantas é o dono do Brasil, como diz aí o Mino Carta, quer dizer,
794 pessoas que criam um mundo de faz de conta que afasta o cidadão comum. Você vê, as
795 pessoas, ou são fanatizadas e acreditam em tudo, ou descrêem, vê esse negócio aí, tão
796 delirante, 'Putá, deixa cair fora, isso, não estou a fim de entrar no asilo de loucos'. É por aí,
797 acho que a gente tem que... Sei lá, estou tentando dar uma contribuição exatamente nesse

798 nível. Tento falar para o cidadão comum, tento apresentar idéias de esquerda no nível que
799 qualquer pessoa possa aceitar, qualquer pessoa sensata e equilibrada. E não escrever para
800 fanáticos que aceitam qualquer coisa. Acho que tudo está aí, depende da gente, temos que
801 sempre acreditar que algo ainda seja possível. Mas só no rumo libertário, autoritarismo já é
802 uma coisa que ficou para trás lá no tempo do nazismo, do stalinismo, e nunca mais vai
803 determinar os destinos da humanidade.

1 **“Economista” (Ladislau Dowbor)**

2 (ex-participante da VPR)

3 Entrevista realizada no dia 25/09/08 em sua residência

4

5 *Como já contei, é minha pesquisa de doutorado em Psicologia Social. Vou pedir para falar*
 6 *sobre sua história política, como ex-participante da guerrilha. A entrevista é aberta, mas*
 7 *separei em três blocos; no primeiro vou pedir para falar sobre sua vida familiar, a sua*
 8 *infância e adolescência, é uma entrevista aberta; no segundo bloco, sobre a participação na*
 9 *guerrilha, sobre fatos que você achar relevante e; no terceiro, como você vê o cenário*
 10 *político atual...*

11

12 (silêncio)

13 Então, você chegou a ver que te recomendei o mosaico partido?

14

15 *Sim, acabei de ler.*

16

17 Sei. Então já te deu um panorama. Ok, vamos lá.

18

19 *Então, a entrevista, quero saber mais sobre a história política e a participação na luta*
 20 *armada, só que eu separei nesses três blocos, saber um pouco sobre a vida familiar, a*
 21 *infância e a adolescência, a experiência na guerrilha e de como vê a política atualmente.*

22

23 Você quer fazer em forma de conversa, quer que eu faça um apanhado?

24

25 *É uma entrevista aberta, então pode começar por onde quiser.*

26

27 Bom, o pano de fundo é um pouco o que apresento no Mosaico Partido. Meus pais
 28 eram imigrantes poloneses, no início dos anos 50. Eu já sou brasileiro, mas filho de poloneses.
 29 O choque que foi, digamos, relativamente à Europa é muito grande. Um país com
 30 desigualdades tão dramáticas, com uma classe dirigente extremamente arrogante e
 31 profundamente desvinculada dos interesses da nação como um todo; ligada às atividades
 32 agro-exportadoras e a interesses internacionais, mas com pouquíssima compreensão das
 33 necessidades do desenvolvimento no seu conjunto. Para mim, na fase que a gente forma
 34 visões de mundo (a passagem da adolescência para a idade adulta), o choque da imensa
 35 pobreza frente a uma riqueza foi grosseiro. É, inclusive, [uma classe dirigente] que tenta se
 36 impor, se escancarar de maneira ostensiva. Isso gera choques que não precisam de nenhuma
 37 leitura de Marx, nem de Che Guevara, nem nada do gênero, simplesmente são coisas que
 38 pegam pela imoralidade que representam, imoralidade que continua rigorosamente intacta
 39 hoje nas lojas como Daslu, nas distâncias entre Alphaville e Alfavela, como se chama os
 40 bairros na região. Interessa a prosperidade inababesca e deixar dezenas de milhões de pessoas
 41 passando fome. Isso não é decência política para lado nenhum, não é questão de ideologias, é
 42 de um mínimo de decência humana, que para mim era a raiz da minha atitude, a visão frente...

43

44 Tive uma educação básica cristã de classe média, meu pai era engenheiro e minha mãe
 45 médica. Isso se reforçou muito com a visão que eu tive quando meu pai foi trabalhar na Aço
 46 Norte, quando fui parar no Recife. A situação que em São Paulo já era claramente chocante,
 47 no Recife era uma coisa absolutamente escandalosa. Eu passei a trabalhar no Jornal do
 48 Comércio, em Recife, cobria entre outros, os problemas dos usineiros, viajava, portanto, pelo
 49 interior. A meu ver, isso a gente que não conseguiu ultrapassar muito o escopo da Princesa
 50 Isabel. Não assimilamos ainda uma relação de decência humana com trabalhadores, com
 pessoas de condições mais modestas. Essa é a base que hoje faz com que você tenha

51 movimentos na Bolívia, movimentos na Venezuela, movimentos na Guatemala, movimentos
52 no Equador, no Uruguai, no Paraguai, na Argentina, no Chile. Ninguém agüenta mais esse
53 tipo de polarização econômica ancorada muito mais numa rede de interesses do sistema
54 globalizado do que propriamente nos interesses da nação.

55 Essa foi minha compreensão política e minha indignação, ninguém se torna
56 revolucionário porque vê uma coisa bonitinha. A atitude pessoal não é só intelectual, de
57 conjunto, de visão de mundo, ela passa por um ‘sentir’ as coisas de determinada maneira, tudo
58 por um sentimento de solidariedade com as pessoas obviamente esmagadas. Quando vejo hoje
59 a Vale do Rio Doce, como se comporta com o uso de crianças, e mesmo de adultos, nas
60 carvoarias no Pará, não consigo ver uma decência empresarial, por mais que as empresas hoje
61 digam que são responsáveis ambientalmente ou são responsáveis socialmente. É
62 simplesmente indecente em termos políticos. É indecente em termos pessoais. É indefensável
63 em nível de uma lógica empresarial de visão de longo prazo.

64 Era muito fácil na época jogar qualquer interesse por um pouco mais de decência
65 social como sendo comunismo. Então, de certa maneira, as mesmas pessoas que geraram
66 tragédias familiares, de comunidades, de grande parte da população, podiam encher a boca
67 dizendo ‘Estamos fazendo isso em nome da defesa da democracia’. A própria ditadura em
68 defesa da democracia. É preciso ter uma cara razoavelmente sórdida para defender esse tipo
69 de posicionamento. Formou-se um tipo de indignação que para mim começa já antes da
70 ditadura. 1963 é o Pernambuco de Miguel Arraes; havia um conjunto de movimentos, de
71 Gilberto Freire (apaziguador) a um Paulo Freire (muito mais reivindicador e construtor de
72 uma cultura popular). Tinha um movimento de cultura popular no Recife que era forte e do
73 qual passei a participar. Tinha o Jornal do Comércio, o Diário da Noite, os diários associados
74 lá que defendiam o status quo (os usineiros etc.); mas tinha também a imprensa alternativa. E
75 havia um movimento camponês forte em torno das Ligas Camponesas que estavam se
76 formando, Francisco Julião etc. Ou seja, havia uma movimentação sólida nesse processo.

77 Eu estava em idade de fazer o serviço militar - isso quatro meses ainda antes do golpe
78 - e fui me apresentar, normalmente inocente, ia me registrar para prestar o serviço, mas
79 provavelmente já tinham pego minha ficha, porque eu estava colaborando com o movimento
80 de cultura popular, elaborando propostas educacionais. Então, chegou um oficial me xingando
81 de filho da puta, de comunista e coisas do gênero, porque eu estava discutindo problemas
82 educacionais. Esse era o nível do processo.

83 Bom, eu viajei antes do Golpe, não ligado à política, por outras razões pessoais. Viajei
84 para a Europa e acabei me vinculando ao curso de Economia Política da Universidade de
85 Lausanne na Suíça; que é interessante porque é um curso muito sólido, muito teórico, a Escola
86 de Lausanne é conhecida, (citou nomes de professores) foram bons banqueiros e também bons
87 teóricos. Lá, eu passei a entender os mecanismos econômicos que estão por trás dessa tragédia
88 que é latinoamericana. Nós somos hoje no planeta o segmento mais desigual, estamos pior
89 que a África em desigualdade. Esse fato maior da América Latina e do Brasil, pelos distúrbios
90 econômicos, se tornou evidente. Lembro de uma passagem, bem mais tarde quando estive por
91 Lausanne, num restaurante que tinha acima de Lausanne, no verão, muito agradável, tinha
92 lugar para se trocar. Você toma banho na piscina, almoça ao ar livre. Eu vi na piscina um
93 rapazinho que era muito familiar o rosto e não conseguia localizar. Aí lembrei que subindo da
94 cidade, tinha parado num posto de gasolina. Era o frentista, o rapazinho que pôs gasolina no
95 meu tanque. Eu fiquei surpreso, porque no Brasil não é normal o frentista da gasolinera estar
96 com você na piscina de um restaurante. Lá na Suíça, com tudo que se fale, digamos, de um
97 certo tipo de Capitalismo, é um capitalismo onde o frentista pega, como eu, seu automóvel na
98 hora do almoço, vai num restaurante e almoça porque é um trabalhador digno. Eu ganho mais
99 do que ele porque, enfim, ocupo um nível profissional mais elevado, mas não são distâncias

100 que reduzem as pessoas à situação de indignidade e não são situações que geram uma ruptura
101 dentro da sociedade.

102 Uma coisa é eu estudar Economia, outra coisa é a rentabilização na Europa, com o
103 sistema da social-democracia e entender que dá perfeitamente para ter um lugar ao Sol para
104 cada um. E que não é questão de capitalismo ou de comunismo, mas uma questão de decência
105 humana e de uma organização adequada dos processos. Agora isso se choca porque enquanto
106 eu me torno consciente dessas coisas, o Brasil vai em sentido rigorosamente inverso: ditadura
107 militar, as bobagens do Delfim Netto, ‘vamos fazer crescer o bolo e depois distribuir’, de uma
108 maneira a justificar tudo e qualquer coisa por parte dos militares. Concentração de renda,
109 reforços maiores da presença das multinacionais, agravamento da dívida interna. Um conjunto
110 de políticas que estabilizam o regime, porque inclui um segmento da classe média que vai ter
111 um apartamento, o automóvel, a geladeira e a televisão, mas na realidade mantém fora dos
112 processos de inclusão, em ordem de grandeza 2/3 da população.

113 Curiosamente só hoje com o Governo Lula essa coisa está começando a se
114 transformar, de maneira extremamente tímida e muito parcial. Então para mim é isso, entende,
115 é também minha passagem por Israel, onde vivi um ano, onde na época não era ainda um
116 sistema basicamente ditatorial que vive hoje Israel, era um sistema mais democrático, bastante
117 mais igualitário, era menos racista relativamente à população palestina, beduína e árabe.
118 Digamos, respirava-se. Eu trabalhava numa fazenda que não era um kibutz, era uma fazenda
119 privada e havia relativamente pouca diferença entre o salário de um trabalhador manual como
120 eu, na época lá, ou um agrônomo da fazenda, ou o proprietário de toda iniciativa. Na verdade,
121 você estava entre seres humanos num nível razoavelmente equilibrado de relações. Quer
122 dizer, esse duplo movimento, minha tomada de consciência, os estudos de um lado; e do
123 outro, a formação da ditadura e a ruptura de toda uma visão antiga e meio fossilizada de um
124 comunismo, partido leninista e todas essas coisas que a gente não sentia como nenhuma
125 alternativa realmente... A gente era contra o sistema, mas na época qualquer pessoa que fosse
126 contra o sistema significava que era, que tinha que ir para Moscou. Enfim, querer modernizar
127 a situação do seu país significava que você era contra o país. Então, ‘Ame-o ou deixe-o’, ou
128 seja, aceite a situação imposta pelos grupos mais privilegiados ou então você está destituído
129 da brasilidade de certa maneira.

130 Esse para mim é o pano de fundo, digamos, de uma transformação que me levou na
131 época a contatar várias pessoas que estavam se organizando em Paris, para se articular, o
132 Crispim que era um sindicalista de Sorocaba, que tinha participado, que era de outra geração,
133 anterior a minha, buscava transformações sociais e nessa derrocada que foi para a esquerda
134 tradicional, Partido Comunista e etc. Com o Golpe de 64, você tem um início de
135 reagrupamento de pessoas para ver o que se faz. Eram pessoas com regionalismos diferentes,
136 porque o Brasil é grande. Pessoas com visões diferentes que só tinham como plano de
137 convergência a oposição ao que estava... Então muita dessa gente exilada estava em Paris,
138 estava se organizando para voltar ao Brasil e fomentar um movimento de oposição. Me
139 chamaram e enfim, eu fui. Esse é o pano de fundo do processo.

140
141 *Eu queria entender um pouco essa... Você tem um certo desprendimento no sentido de viajar*
142 *bastante, de ter viajado, ter mudado muito de país, o próprio fato de ter pais poloneses, os*
143 *dois são poloneses, mas aí nesse momento de retorno ao Brasil, alguma coisa te fixava, te*
144 *enraizava no país. Queria entender um pouco esse movimento de desprendimento, de viver*
145 *em outros países, mas ao mesmo tempo voltar ao Brasil para lutar contra a ditadura.*
146

147 Eu falo francês, inglês, espanhol, enfim, várias línguas, polonês, eu não tinha
148 problema de organizar minha vida no exterior, mas eu vivia aqui, minha infância, minha
149 adolescência, eu saí em 63, portanto, finzinho de 63 com 22 anos, eu já tinha minha visão

150 formada. E minha preocupação não era resolver minha vida, sobretudo porque eu tinha
 151 estudado Economia e acho que todos nós buscamos certo equilíbrio entre resolver a vida de
 152 maneira dignamente decente e também ser útil para a sociedade e fazer a sua parte, digamos
 153 assim. Para mim, a minha parte era o Brasil. E como uma série de brasileiros que conheci, eu
 154 viajava bastante na Europa, porque para pagar meus estudos, trabalhava nos trens, então me
 155 facilitava fazer os contatos em diversos países, aproveitava minhas viagens. Então, tinha uma
 156 certa, toda uma rede de amigos. O ser humano funciona muito assim, por redes de amizades,
 157 se integra nesse processo e foi assim que a gente vê muito dos que evoluíram para a luta
 158 armada, de grupos de amigos de diversas instituições, porque não foram decisões isoladas, em
 159 geral. Foram desses grupos. Porque para mim a opção Brasil era bastante natural, a partir dos
 160 choques que eu senti, da indignação que eu senti, na situação do Recife, da vulgaridade da
 161 violência, da opressão das grandes famílias, ditas civilizadas, depois com a compreensão
 162 através dos estudos da Economia, de que não há nenhuma base lógica, nem em termos de
 163 produtividade, nem em termos de...

164 O Peter Drucker, que é um dos gurus da Economia, faleceu recentemente, não era uma
 165 pessoa de esquerda e ele tinha uma frase muito simples: 'Não haverá empresa saudável em
 166 uma sociedade doente'. Porque é uma sociedade doente, a gente tem que evoluir para outro
 167 sistema. Então, para mim a brasilidade é, digamos, é uma coisa de adoção, é preciso ver que
 168 as conexões afetivas que você faz na adolescência são, em geral, extremamente poderosas.
 169 Amarram a pessoa para a vida. Eu poderia em outras épocas, digamos, ter aceitado o contrato
 170 que me propuseram com o Banco Mundial em diversas regiões, ou coisas do gênero pelas
 171 Nações Unidas, mas acabei optando pelo Brasil e optando pela minha vida aqui, de professor,
 172 de formar gente, de esclarecer as pessoas sobre certas dinâmicas econômicas; é o trabalho que
 173 faço hoje. Eu não mudei a visão de mundo. Digamos que de 63 (que foi a minha tomada de
 174 consciência da dimensão dos problemas) até hoje (estamos, enfim, praticamente meio século a
 175 frente), não mudei muito as posições, não vejo muitas razões para mudar as posições. O que
 176 mudou é que, enfim, houve um tempo de estudos, houve um tempo de tiros, houve um tempo
 177 de aulas. O modo da gente contribuir para esse processo é diferente porque as situações são
 178 diferentes.

179 Teve outro capítulo, a luta armada se justificava, aparecia frente à tomada de poder
 180 armado, ilegal, de um grupo aqui das elites brasileiras. Não acho que as pessoas são
 181 naturalmente guerrilheiras ou coisa do gênero. Há momentos em que a indignação ultrapassa
 182 um pouco o pescoço e a gente diz 'Chega'.

183
 184 *Um pouco de sua história familiar. Como que era a relação com seus pais, a educação que*
 185 *você teve, por exemplo, quando você fala de uma sensibilidade às contradições sociais, isso*
 186 *foi muito ensinado pelos seus pais, ou foi uma coisa mais sua...*

187
 188 Acho que é uma coisa muito forte que vem da minha mãe. Ela era médica e numa
 189 tradição médica particularmente forte na Europa, o médico tem um determinado
 190 compromisso, não está ali só para resolver os seus problemas, sempre tem essa dimensão, é
 191 legítimo, mas há uma responsabilidade social. Pessoas que recebem muito também têm
 192 responsabilidades maiores. Eu tive acesso a bons estudos aqui, o Liceu Pasteur na Vila
 193 Mariana, nós éramos uma família onde se lia muito, uma família onde a irracionalidade social
 194 era uma coisa presente e discutida, porque era uma família que viveu a Segunda Guerra
 195 Mundial na Europa. As pessoas no Brasil não imaginam o impacto dessa situação de histeria
 196 coletiva de um continente, de todos se massacrando uns aos outros. Então essa presença é
 197 muito forte. Eu lembro de um fato forte na minha vida, eu tinha onze anos e estava na Afonso
 198 Pena em Belo Horizonte com minha mãe. Uma mulher veio com um bebê no braço,
 199 desnutrido claramente, pedindo uma ajuda. Minha mãe fez um escândalo e não arredou pé da

200 Afonso Pena, juntou um bocado de gente - e eu apavorado, muito agoniado, coisa de criança,
 201 eu tinha onze anos - enquanto não chegou uma ambulância que levasse aquela criança. Ela era
 202 médica, estava vendo a situação da criança, do bebê. Não arredou o pé enquanto uma
 203 ambulância não a levasse para o hospital, para cuidar. Eu acho que atitudes assim... Porque
 204 certas coisas não se aceita.

205 No Brasil, a conviência dos grandes grupos da mídia, dos que estão aí, os Marinheiros, os
 206 Mesquitas etc., que se demonizou qualquer iniciativa de justiça social, sempre atribuindo
 207 desígnios ideológicos, misteriosos. No conjunto não era nada disso, a maior parte das pessoas
 208 que conheci, mesmo no processo da luta armada, era gente que simplesmente estava
 209 indignada com os processos. Muitos iam a ler Marx e outros depois, tentando entender...
 210 Gerava uma admiração por Fidel Castro, Che Guevara etc., porque ali tinham mudado o
 211 sistema. É natural, você busca pontos de referência, quando os pontos de referência que te
 212 servem são essencialmente, extremamente, limitados ou simplesmente negativos. Esse é um
 213 país que ainda recentemente tinha uma presidência do Congresso, que era gente que; pega
 214 Inocêncio, Antonio Carlos Magalhães, pega Paulo Maluf no governo de São Paulo. Estamos
 215 falando de um nível de pessoas que são abaixo da decência elementar de qualquer pessoa
 216 modesta trabalhadora decente que há nesse país. Isso é muito real. Essa classe dirigente que
 217 nunca teve momentos mais decentes, nunca conseguiu abrir espaço, realmente com a questão
 218 política. Não é muito diferente da Venezuela, de Hugo Chávez, se você olha o que são as
 219 famílias dirigentes do Equador, o que são os grupos na Colômbia. Então nosso desafio é gerar
 220 instituições que passem a aflorar às forças políticas mais sólidas nesse país.

221 Nós hoje temos cento e noventa milhões de habitantes, noventa e oito milhões da
 222 população economicamente ativa, desses noventa e oito milhões, cinquenta e um por cento
 223 são informais, é o Brasil que se vira. O Brasil tem um movimento de luta por terra, gente que
 224 morre regularmente por... Um monte de gente acampada em beira de estrada, nós temos cento
 225 e cinquenta milhões de hectares de terras paradas no país, somos a maior reserva do planeta
 226 de terras agrícolas paradas. Temos água, clima, terra e uma terra que as pessoas nem cultivam
 227 e nem deixam cultivar. Essa é a realidade. É um sistema de interesses econômicos que trava
 228 um desenvolvimento que perfeitamente é possível. Você tem dezenas de milhões de pessoas
 229 que passam fome no país, como o Brasil; eu conheci isso, na época que trabalhei com as
 230 Nações Unidas, na África Ocidental, no Mali, gente que não tem solo, não tem água, enfim, é
 231 indigno. É indigno, mas a gente entende. No Brasil, não é só falta de ética, mas um nível de
 232 burrice dos grupos empresariais, dos grupos políticos de elite tradicionais absolutamente
 233 lamentável, conseguir travar o desenvolvimento de um país como o Brasil. É claro, hoje vejo
 234 isso com esse tipo de análise, porque a Economia te dá esse nível de compreensão. Na época,
 235 termino com vinte e seis-vinte e sete anos meu curso de Economia, já tinha razoável clareza,
 236 digamos, de como estava esse processo. Meus professores se indignavam com a situação do
 237 Brasil na Suíça, e nenhum deles era de esquerda. Questão de decência humana.

238
 239 *Então sua militância se deu muito mais por uma indignação em relação ao cenário social, do*
 240 *que por uma visão, uma ideologia marxista-leninista.*

241
 242 Sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida. (pausa) Tem visões, digamos, para você
 243 empreender determinadas atividades políticas em que você, claro, usa um conhecimento da
 244 Ciência, da pesquisa social, de mecanismos econômicos etc., até entender como funcionam os
 245 processos. Agora, o fato de você se interessar e querer buscar essas respostas exige um
 246 deslocamento de energias, digamos, internas, de posicionamentos, que são movimentos
 247 essencialmente de postura ética. Essas coisas que levaram a movimentos de transformação
 248 não têm nada de muito original. Para quem estuda História, veja a imensa luta, o ostracismo e
 249 a perseguição que se deu há pouco mais de um século contra as pessoas que achavam que usar

250 escravos era uma indignidade. Baseada em plantações com escravos que a Inglaterra
 251 acumulou boa parte das suas riquezas. Foi com a pirataria nos oceanos que se constituiu a
 252 riqueza da família da coroa britânica. A luta contra a escravidão era perseguida pela polícia
 253 nos Estados Unidos, se formavam as redes clandestinas para fazer escapar e salvar negros do
 254 Sul dos Estados Unidos. A batalha na Inglaterra para obter a abolição do tráfico de escravos,
 255 basicamente em 1850, foi uma imensa guerra, pessoas de muita coragem. E foram vistos
 256 como subversivos, enfim, bandidos, os que faziam a ilegalidade de proteger negros e coisas
 257 do gênero. Se você olha o movimento de libertação das colônias, uma pessoa com a postura e
 258 dignidade de um Nelson Mandela estava em todos os jornais: ‘Terrorista’. Terrorista. A
 259 perseguição a pessoas como Gandhi e como os ingleses usavam, digamos, os que acareavam a
 260 independência da Índia, toda essa gente era vista como bandidos, terroristas. As mulheres que
 261 batalharam no início dos direitos pela mulher, é só pegar jornais antigos, dessas grandes
 262 famílias que agora estão aí com a mídia, como se ridicularizava as feministas, como se elas
 263 quisessem ser homens ou coisa do gênero, as humilhavam. Foi humilhante. Ridicularizá-las
 264 era mais fácil, digamos, podia massacrar as mulheres se as ridicularizasse. O voto, uma série
 265 de direitos da mulher, hoje, fazem parte de todo um movimento de gente. Em todos esses
 266 movimentos, houve sempre tentativas de transformar, digamos, amarrar esses movimentos
 267 com uma etiqueta que fosse negativa para a população, que é a imagem que se fazia da
 268 fanática feminista e coisas do gênero.

269 Ou então quando você pega hoje o Fórum Social Mundial que se reúne e a mídia só
 270 apresenta o Beauvais arrancando umas plantas... Porque a boa da mídia, assim, mostra que
 271 toda a gente desses movimentos é gente ‘contra o progresso’. Sempre houve essas tentativas
 272 de colocar uma etiqueta. Veja como a Isto É apresentou, há algum tempo atrás, um artigo de
 273 capa sobre o Stédile. Na capa, a foto dele é real, agora, eles pintaram a foto de vermelho e
 274 puseram dois pedaços de chifre em cima; estamos falando de imprensa brasileira. Você pode
 275 pegar a Veja da semana retrasada, lamentando que numa pesquisa nas escolas o Paulo Freire
 276 fosse considerado uma referência humana. Falaram que ele é inútil e compararam com
 277 guerrilheiros, com o Che Guevara, perguntando por que os jovens não se inspiram em Albert
 278 Einstein? Um veneno destilado. Não sei se você leu o artigo, mas é absolutamente vergonhoso
 279 e como as duas patetas que fizeram o artigo... É irônico o seguinte: elas recomendam que as
 280 pessoas se inspirem em Albert Einstein, mas são pessoas que nunca leram Einstein, entende.
 281 Porque Einstein tem um texto que se chama ‘Why Socialism?’ (‘Por que Socialismo?’),
 282 publicado no Monthly Review, que vem toda visão humanista, extremamente próxima da
 283 visão de um Paulo Freire. Então, todas essas coisas não são passado. Elas estão aí. A
 284 sociedade decente está para ser construída. A pecha de comunista, de feminista fanática, de
 285 terrorista, enfim, vai continuar. A Guerra do Iraque se justificou pela existência de armas de
 286 destruição em massa, que é uma ficção científica, que é uma visão completamente mentida e
 287 deslavada.

288 O que tem agora de relativamente novo é que cada vez mais a gente entende como se
 289 dão os processos, porque há a internet, uma série de imprensa alternativa, com um nível muito
 290 mais amplo de formação das pessoas. Um livro, por exemplo, que se chama ‘Confissões de
 291 um assassino econômico’, pessimamente traduzido tipo 007, é um livro sério do John Perkins,
 292 e mostra como se negociam hoje contratos internacionais. É mais ou menos do mesmo nível
 293 de fraude de todo o sistema da crise financeira atual (citou nomes de corporações); são
 294 sistemas fraudulentos de cabo a rabo. A gente como economista tem suficiente conhecimento
 295 para entender, mas não suficiente força para transformar. Então a gente forma [pessoas] e
 296 explica. Só que hoje você tem milhares de pessoas no mundo que estão gerando consciência à
 297 população. Meu último livro é o Democracia Econômica, e a idéia que não basta democracia
 298 política, é a Economia que tem que se democratizar. Qual será a visão disso? É gente que quer
 299 sonhar demais. Mas muita gente está começando a ver uma necessidade desses movimentos,

300 como o Fórum Social Mundial, etc. Acho que uma questão histórica, no sentido de mais
 301 democracia, de mais liberdade, de menos desigualdade, de menos destruição do planeta, são
 302 posições muito mais amplas do que antigamente se definia como esquerda; e claramente
 303 contrárias ao quisto de resistência da direita que continua a dilapidar o planeta, concentrar
 304 renda e manter esse sistema de poder que desagrega a democracia. Os desafios estão na mesa,
 305 não são coisa do passado.

306
 307 *Na época da luta armada, como foi a adesão a pegar em armas para lutar contra o regime*
 308 *instituído?*

309
 310 Olha, se dava por contatos, eu tinha sido contatado pelo Crispim em Paris, junto com o
 311 João Quartim de Moraes, da Unicamp e uma série de outros que se reuniam. Tanto as
 312 discussões de família - todo mundo tinha pegado em armas em um momento ou outro da sua
 313 vida, de pai para filho - porque a Europa era de guerra; quanto pela rejeição instintiva a uma
 314 ditadura. Isso cimenta a compreensão de tudo. Você não podia conseguir um partido para
 315 contestar, você não podia discutir num movimento, nem nada. Grandes movimentos de massa
 316 terminavam em pancadaria, como foi a manifestação do Rio, em 69. Muita gente disse
 317 'Quando se tranca todas as portas, as coisas começam a sair pelas frestas'. Então no meu
 318 círculo de contatos, Crispim, João Quartim e uma série de outros, o pessoal decidiu formar
 319 esse grupo que se chamava VPR, e para mim não tinha muito drama, entende. Quer dizer, não
 320 era muito diferente fazer manifestações na rua ou jogar bolinha de gude para derrubar os
 321 cavalos da PM ou você pensar, 'bom, a prazo isso é aqui, tem que cair a ditadura, ela é
 322 baseada em armas'. A visão ingênua nossa, porque a gente subestimava o poder político do
 323 processo. Era assim, a gente se armando, achando que era um movimento capaz de enfrentar o
 324 regime. Acho que era muito ingênuo, mas precisa ver que, na época, você tinha lutas armadas
 325 espalhadas por todo o planeta; mesmo os movimentos de libertação na África, as lutas no
 326 Vietnã, os Black Panthers nos Estados Unidos, havia uma indignação ao conjunto de sistemas
 327 que estavam aí, muito forte. Você tem que ver que esse negócio de luta armada não é cinema
 328 americano, ou seja, não é que você anda por aí dando tiros. Eu participei dois anos, dezesseis
 329 horas por dia dessa luta armada, andava armado e para felicidade minha nunca dei um tiro. A
 330 gente era muito bem organizado, fazia ações bem montadas. Raríssimas ocasiões houve casos
 331 de violência a outras pessoas... E se no começo a gente nasce como luta armada, com o tempo
 332 você anda armado pela própria repressão. Porque você tem que sobreviver como pessoa, você
 333 está identificado, você está pronto para matar quem vem te prender, ou se não há outra
 334 alternativa se matar para não ser preso e não ser forçado a delatar as outras pessoas sob
 335 tortura. A tortura na época, você sabe, era generalizada.

336 Então não há essa 'sair na luta armada'. É um processo. Quando você olha que nós
 337 tínhamos mais de dez mil pessoas presas em determinado momento, na época, por razões
 338 políticas, dez mil pessoas que estão colocando a vida na mesa para mudar as coisas no país;
 339 isso é muito. É uma parte da população, legitimamente, que tenta se proteger. Era muita
 340 gente. Sobretudo toda a intelectualidade que tinha consciência do que estava ocorrendo, com
 341 as entidades políticas do Brasil. Muitas mulheres na guerrilha. Não é fácil saber o que era ser
 342 presa como mulher. Eu fui preso três meses depois de ter chegado [ao Brasil], por uma razão
 343 bastante ridícula, digamos. Eu tinha pouca experiência, fui com armas. Para conseguir sair era
 344 simplesmente dando dinheiro, o delegado de polícia, as pessoas de fora conseguiram me tirar.
 345 A gente foi muito massacrado fisicamente. Como era antes do AI-5, no início, os próprios
 346 policiais se assustaram com as repercussões, porque era classe média, eles estão acostumados
 347 a massacrar gente mais modesta que nunca dava acordo para eles, a classe média (...), então
 348 demos uma grana e liberaram a gente. Eu participei praticamente mais dois anos. Da segunda
 349 vez que fui preso, já fui muito massacrado também. Eu fui trocado pelo embaixador alemão...

350 Até hoje tenho (apontando o tornozelo) você olha, esse negócio aqui, isso é um documento,
 351 isso são marcas, você vê isso aqui eram queimaduras de terceiro grau, os fios eram presos
 352 aqui, mas enrolados em algodão molhado em água, para reduzir feridas. Isso aqui foi filmado
 353 por toda a imprensa mundial. Os colegas me gozavam porque ficavam filmando meu
 354 tornozelo (risos). Mas a realidade foi essa. No antigo DOPS, nos reuniram para nos mandar
 355 para a Argélia em troca do embaixador da Alemanha, o general veio vistoriar a gente e viu
 356 que estava escorrendo sangue da minha perna, levantou a barra da calça e indignado ‘Serviço
 357 mal feito’. Perguntou o que eu achava do serviço. Essa é a realidade.

358 Agora, três semanas atrás teve uma reunião lá no antigo DOPS. Aquela foto você deve
 359 conhecer, né? A reconstrução depois, eu me afastei bastante do movimento no exterior. Eu
 360 nunca acreditei muito em movimento de exilados, porque a forma é diferente, você está fora
 361 do concreto do país, você gera assim grupos fechados em si, desconectados da... Fui para
 362 Polônia, fiz meu mestrado e meu doutorado, depois fui para a Universidade de Coimbra,
 363 trabalhei dois anos e depois fui trabalhar na África, que era interessante também. Eu tenho
 364 contato com Cabral, um guerrilheiro que escapou da noite em que assassinaram Amílcar
 365 Cabral, um grande guerrilheiro. Ele estava na mesma casa, e conseguiu fuzilar os dois caras
 366 que tentaram matá-lo. Ele escapou. Hoje já é falecido. Comecei a trabalhar com ele, uma
 367 pessoa de imensa dignidade, um dos grandes líderes; guerrilheiro, formalmente era um
 368 terrorista. O problema da violência basicamente é o seguinte: você tem violência, esse
 369 negócio da direita religiosa árabe hoje. E violência só multiplica violência. Ela é usada para
 370 justificar toda a violência norte-americana, é barbada para eles. O Fundamentalista ou contra-
 371 fundamentalista são tipos de violência que só multiplicam a violência. É a violência que
 372 resolve, dizem. Todo o combate devido ao apartheid na África do Sul não foi feito com tiro.
 373 Foi a base para se constituir uma sociedade mais decente porque o apartheid era indecente. A
 374 Guerra da Secessão nos Estados Unidos se tivesse sido vencida pelo Sul, que era dos
 375 latifundiários que incentivavam o uso de escravos, teríamos lá um Brasil.

376
 377 *É a base dessa concepção que você escreveu as teses do Jamil naquela época, de saída mais*
 378 *militarista?*

379
 380 A visão do militarismo era forte, não é para nada a pecha de militarismo. Foi um
 381 processo político que vinha também de uma contestação pelas armas que gerava
 382 desequilíbrios políticos fortes. O que me preocupava na época era, um tipo de confusão que
 383 sugeria que a gente armasse o movimento estudantil. O movimento estudantil, a sua
 384 legitimidade, o grande número na rua desarmado era como uma grande bandeira do povo
 385 contra as armas. Você pôr revólver na mão de gente do movimento estudantil é uma baba para
 386 os militares. E não é nem um desafio militar, absolutamente ridículo. Daí a idéia de que as
 387 armas fossem utilizadas de maneira extremamente seletivas, desde alimentada em termos
 388 financeiros, até como defender diversas ações de propaganda política e coisas do gênero.

389 Mas, enquanto não houvesse um espaço territorialmente limitado, defendido, você
 390 dizer armar as massas para fazer guerra popular é uma piada, tinha que ter um senso do
 391 ridículo porque não pega. As armas, as poucas armas que a gente tinha não representavam
 392 uma ameaça ao país. Representaria uma ameaça para o movimento de massas ao ser utilizado
 393 irresponsavelmente. Para desqualificar o movimento de massa... Quando os repressores
 394 cercam uma manifestação de esquerda, o ideal para eles é levar um tiro, e aí... Esse tipo de
 395 confusão. Mas havia uma discussão muito mais ampla que era de conteúdo, que havia contra
 396 o mercado.

397 Nós tínhamos um denominador comum de ser contra essa ditadura, mas as pessoas
 398 vinham de origem extremamente diferente. A gente, por exemplo, o gigantesco êxodo rural, a
 399 expulsão da população do campo que se deu, foi pouco estudado durante o regime militar, que

400 formou essas periferias explosivas aqui, no Rio e em toda a parte. Expulsar a gente do campo
 401 sem que pudessem lutar na cidade, essa era uma base para um processo de conscientização do
 402 regime muito forte. O pessoal lia livro do Karl Marx e dizia 'Não, isso aqui é lumpen-
 403 proletariado'. Na época, que se chamava marginalização econômica, hoje se chama de
 404 exclusão. E essas classes excluídas são uma base muito forte, digamos, para se mobilizar
 405 contra o regime. Na realidade, havia pouca cultura política de base, pouca maturidade no
 406 conjunto do movimento... Tinha muita indignação, muito idealismo.

407 Esse documento circulou bastante no Brasil para justificar que quando você quer
 408 sobreviver de maneira clandestina, não é sair nas ruas e se envolver em confusão mobilizando
 409 um monte de gente. Mas se proteger em células, como foi organizado na Argélia, como foi
 410 organizado na África do Sul, porque grande parte da contestação armada não pode ficar dando
 411 sopa, não adianta rezar, o mundo não vai te proteger. E principalmente num regime que não
 412 tinha nenhum problema de pegar o familiar de alguém e ir torturando até descobrir alguém
 413 que pudesse dar um contato. Muitíssima gente foi torturada simplesmente para verificar se
 414 sabia de alguma coisa. O soldado ameaçava e muitas vezes nem era registrado. E essa gente
 415 está aí.

416

417 *Então, como o senhor vê o cenário político atual do Brasil, como o senhor vê esse fato de*
 418 *alguns ex-guerrilheiros no poder, no Estado, no Congresso, qual é a sua análise?*

419

420 Tem gente que deu prova que é capaz de arriscar a vida pelo seu país e não pelo seu
 421 bolso. Eu acho que em toda a América Latina há uma tomada de consciência de que a gente
 422 não pode continuar a ter um país organizado só para um terço da população. Quando a gente
 423 tem cinquenta e um por cento de atividade informal, metade do país que se vira, que tem
 424 insuficiente acesso à educação, insuficiente acesso ao processo de inclusão produtiva, isso
 425 toma as mais variadas formas. Veja o movimento organizado em Brasília pelo Cristovam
 426 Buarque, de dotar pequenos produtores agrícolas de capacidade de transformar, em que ao
 427 invés de vender tomate, você produz o tomate a massa de tomate e etc. Você recebe a visita
 428 dos fiscais que dizem que só pode trabalhar com o equipamento inox. Equipamento inox
 429 existe a partir de dez toneladas/dia de tomate, cinco que seja.

430 De qualquer maneira, trava-se qualquer sistema participativo naquilo que Milton
 431 Santos chamava circuito inferior da Economia, e que eu chamo de andar de baixo. O fato é
 432 esse, o que está na mesa atualmente é isso. Como puxar o Brasil dos excluídos para dentro. A
 433 política do Lula... O Lula só é tratado com esse grau de desrespeito pela grande mídia aqui, no
 434 resto do mundo é imensamente respeitado, tanto na direita, como na esquerda, como o maior
 435 estadista que apareceu aqui nos últimos anos. Ele organiza uma convergência que é o Bolsa
 436 Família que atinge quarenta e oito milhões de pessoas, o aumento em cerca de trinta por cento
 437 da capacidade de compra do salário mínimo, atinge cerca de vinte e cinco milhões de pessoas.
 438 O salário mínimo é o indexador das aposentadorias, então a tragédia que eram os velhinhos
 439 miseráveis, é uma mudança profunda. Para o andar de baixo, um pouquinho de dinheiro a
 440 mais é uma imensa diferença. Quando você tem pouco dinheiro, um pouquinho é muito
 441 significativo. Você tem o Pronaf que atinge cerca de três milhões de famílias, uma multidão
 442 de pessoas, que saiu de dois e meio bilhões de reais para doze e meio bilhões de reais. Você
 443 tem o movimento de território de cidadania, são onze ponto três bilhões para novecentos e
 444 cinquenta e oito municípios, agora vai dobrar em 2009. Você tem o Prouni que está colocando
 445 um mundo de gente da área pobre que nunca teria acesso a Universidade, está colocando na
 446 Universidade. Você tem as cotas, tão criticadas... Eu vi uma entrevista na televisão com um
 447 jovem negro e a moça pergunta assim, um pouco irônica: 'Você entrou, mas como é que você
 448 se sente, porque não é bem pela sua capacidade que você entrou'. E o rapazinho
 449 tranquilamente respondeu para a moça: 'No dia que vocês tiverem para nós as mesmas

450 escolas que têm os ricos, vocês podem tirar as cotas'. Você vai juntando esses diversos
451 elementos, nós tivemos o aumento na primeira gestão do Lula de oito ponto sete milhões de
452 empregos, três em cada cinco empregos formais.

453 Tudo isso aí - como faço profissionalmente e como fazia nas Nações Unidas avaliação
454 de políticas públicas - já apresentava no início de 2007, já estavam lá os resultados. Depois
455 eles vieram na PNAD do ano passado, vieram no mês passado as pesquisas do IPEA e da GV,
456 saiu agora PNAD 2007 em setembro, esses dados mostram toda essa progressão radical do
457 pessoal do andar de baixo.

458 Tem uma dimensão da política, que são as CPIs. Não debato essas coisas, essas
459 bobagens que saem na Veja. O primeiro, segundo e terceiro escalão técnicos são as pessoas
460 que dirigem os projetos e os programas, esse é o Bolsa Família. Eu analisei cento e quarenta e
461 nove principais projetos de inclusão social do Governo, e funciona. Não funciona pela
462 genialidade do Lula, mas pela sua base política, porque ele puxou, não a velha guarda política,
463 mas puxou gente de movimentos sociais que entende tudo de organização política-social. E
464 puderam manter esse processo. A política funciona e como funciona! Estão aí os resultados,
465 GV, IPEA, PNAD, etc. Isso me dá imensa esperança. E o curioso é que não foi como a direita
466 sempre pensou, os privilegiados, que qualquer política para pobres seria contra eles; eles
467 também estão melhorando e está melhorando mais rápido a base. E mais, se você olha os
468 programas de Governo da América Latina, estão todos centrados em torno da Economia.
469 Então, não podemos continuar assim. E você sabe que tem mais, quando a gente põe trinta e
470 quarenta anos atrás, o pobre era muito o matuto, 'Sim senhor', achava que a vida era assim
471 mesmo, aceitava qualquer coisa. Hoje a coisa está mudando. O massacre que houve na
472 imprensa e na televisão contra o Lula na véspera da reeleição, ninguém deu bola. Ou seja, há
473 um descolamento, entendeu-se que isso é bobagem. Na base da sociedade você tem gente que
474 não vê TV de maneira besta só, mas interpreta as coisas, jovens que já passaram na escola.
475 Você tem gente que sabe que pode se viver de outra maneira, gente que sabe e que tem
476 consciência de seus direitos, então essa coisa está amadurecendo.

477 Não se pode manter para toda vida, esse tipo de Casa Grande Senzala modernizada
478 que nós somos. Eu vejo esses caras do Morumbi, essas coisas e digo para meus amigos que o
479 símbolo do deserto mental é a dondoca que faz compra na Daslu e acabou de ler Caras. Você
480 tem o zero ponto zero de intelecto de compreensão da vida, de compreensão do sentido das
481 coisas. Os desafios estão aí, mas acho que hoje, pela primeira vez, as coisas estão
482 caminhando. Estou com a esperança dessa eleição municipal, é muito importante... É muito
483 importante os níveis locais, de poder. O sistema globalizado está em crise evidente, em parte,
484 porque nós temos uma parte da economia que se globalizou, mas não temos governo global. É
485 uma zona, uma bagunça. A crise financeira planetária é bastante evidente e do outro lado você
486 tem um conjunto de transformações como aquecimento global, destruição da vida nos mares,
487 contaminação das águas, esterilização dos solos, redução da biodiversidade, desmatamento
488 generalizado, que fragiliza o mundo, contribui para a mudança climática.

489 Você tem um conjunto de processos, o esgotamento dos antibióticos, com a geração de
490 vírus resistentes. Mas tem uma sociedade que hoje está buscando alternativas, não é só
491 crescer. O desafio é civilizatório. E hoje felizmente, tem uma quantidade de gente que está
492 consciente disso, não só na esquerda. Os tigres não têm nada de direita, o trabalho deles sobre
493 o sistema financeiro são demolidores. Você pega um David Cottan, não sei se você viu um
494 filme 'A Corporação', um filme importante, um documentário feito sobre um livro científico,
495 David Cottan é um cara da USA. A Hazel Henderson, que organiza mundialmente o mercado
496 ético, é uma boa britânica indignada, o Nicholas Stern que faz o relatório econômico do
497 aquecimento global no planeta, um documento demolidor, é economista chefe do Banco
498 Mundial. O Peter Drucker, o guru do management. O Peter Senge, um dos grandes nomes do

499 management planetário, autor de ‘A quinta disciplina’, e o último livro dele, ‘a Revolução
500 Necessária’. Ver essa gente falando da revolução, quando nós falamos da revolução.

501

502 *Então pelo que estou entendendo seria uma revolução na gestão, na gestão dos Aparelhos de*
503 *Estados, com princípios mais sociais e éticos?*

504

505 As transformações estão aparecendo. Se você estiver interessado, tenho um texto que
506 gostaria que você visse, a Democracia Econômica. Ele vai te apontar para esse rumo e tem
507 outro que se chama Renovação Social e Sustentabilidade. Há uma perda geral de governança
508 e uma busca de resgate dessas rédeas, digamos, do processo... Se você deixar para o mercado,
509 sai tão mais barato e dá tanto dinheiro extrair petróleo, que vai extrair petróleo. O mercado
510 não vai fazer energia eólica. Dessa maneira, a sociedade está se dando conta da dimensão do
511 desafio.

512

513 *E o senhor participa do PT atualmente?*

514

515 Diretamente não, mas participei da comissão de políticas internacionais.